FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ

Rhaiane das Graças Mendonça Leal

Entre Ciência e Política: a trajetória de Arthur Neiva e a construção da nação (1906 – 1943)

Rio de Janeiro
2025

Rhaiane das Graças Mendonça Leal

Entre Ciência e Política: a trajetória de Arthur Neiva e a construção da nação (1906 – 1943)

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. André Felipe Cândido da Silva

Rio de Janeiro
2025

O presente trabalho foi realizado com apoio de CAPES - Brasil (CAPES) - Bolsa de estudos.

0000-0003-2718-5992[1]: https://orcid.org/0000-0003-2718-5992

Title: Science and politics: Arthur Neiva’s trajectory and the making of the nation (1906–1943).

Dados internacionais de Catalogação na Fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Casa de Oswaldo Cruz
Biblioteca de História das Ciências e da Saúde

L435e Leal, Rhaiane das Graças Mendonça.
Entre ciência e política: a trajetória de Arthur Neiva e a construção da nação (1906-1943) / Rhaiane das Graças Mendonça Leal. -- 2025.
343 f. : il., fotos, mapas.

Orientador: André Felipe Cândido da Silva.
Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2025.
Bibliografia: f. 329-343.

1. Saúde Pública. 2. Política de Saúde. 3. Brasil. 4. História do Século XX. I. Título.

CDD 610.92

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecário responsável: Eliane de Freitas Ferreira, CRB-7: 005206.

Citar a fonte deste trabalho acadêmico sempre que for utilizá-lo, respeitando os direitos autorais conforme a Política de Acesso Aberto da Fiocruz.

Rhaiane das Graças Mendonça Leal

Entre Ciência e Política: a trajetória de Arthur Neiva e a construção da nação (1906 – 1943)

Tese de Doutorado acadêmico apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor(a) em História das Ciências e da Saúde. Área de concentração: História das Ciências.

Aprovada em: 14 de outubro de 2025.

Banca Examinadora

Dr. André Felipe Cândido da Silva
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz - Orientador

Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Sousa
Programa de Pós-Graduação em História – UNICENTRO

Profa. Dra. Dominichi Miranda de Sá
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz

Prof.a Dra. Juliana Manzoni Cavalcanti
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz

Prof. Dr. Luís Reznik
Programa de Pós-Graduação em História Social e ProfHistória – UERJ

Suplentes:

Profa. Dra. Magali Romero Sá
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz

Prof. Dr. Leonardo Dallacqua de Carvalho
PPGHIST - Universidade Estadual do Maranhão

À família Leal, que de Minas ao Rio venceu barreiras com coragem e fé.

AGRADECIMENTOS

Com trajetórias entrelaçadas por quase cinco anos, finalmente, Neiva e eu alcançamos nossos objetivos. Escrever sobre essa personalidade amplamente conhecida na historiografia das ciências e da saúde foi um desafio considerável. Na verdade, eu nem podia mensurar o caminho que percorreria até aqui. Redigir estes agradecimentos representa a concretização de um projeto profissional que, por diversas vezes, pareceu distante. Iniciei o Doutorado em 2021, no auge da pandemia de Covid-19, imersa em incertezas quanto ao presente e ao futuro. Lembro que, no ato da minha matrícula, ainda não havia vacina disponível no Brasil, e o cenário era marcado por total instabilidade e apreensão coletiva. A crise sanitária afetou os meus primeiros anos na coleta de fontes primárias em acervos, representando logo um obstáculo inicial. Ao encerrar esse ciclo, reafirmo o propósito que me sustentou durante todo esse período, a obtenção do título de Doutora pela Fiocruz.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. André Felipe Cândido da Silva, pela dedicação e compromisso ao longo desta jornada, em uma parceria iniciada ainda no mestrado, em 2018. Muito obrigada pela correção, pelos conselhos e por todo o suporte que contribuíram com o meu desenvolvimento acadêmico. Sou grata pelo amadurecimento que alcancei como pesquisadora sob sua orientação. Ter sido sua orientanda durante esses anos foi, sem dúvida, um presente. Sem seu apoio não seria possível.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento que tornou possível a realização desta tese, bem como pelo custeio das despesas relacionadas ao acesso a arquivos no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Agradeço aos professores Dra. Dominichi de Sá e Dr. Vanderlei Sebastião pelas valiosas considerações e sugestões apresentadas durante a qualificação, que me permitiram repensar e expandir os objetivos da tese. Sou igualmente grata por aceitarem compor a banca de defesa desta pesquisa, assim como aos demais professores: Drs. Juliana Manzoni Cavalcanti, Luís Reznik, Magali Romero Sá e Leonardo Dallacqua de Carvalho.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz pelas disciplinas oferecidas ao longo do curso, que

foram imprescindíveis para o êxito na minha formação. Aos professores que conduziram os seminários de pesquisa, cujas orientações foram relevantes para a reflexão crítica sobre o problema central da tese e questionar de forma mais profunda a originalidade desta pesquisa, em especial, os professores Dr. Robert Wegner e Dr. Luiz Alves Araújo.

Aos secretários do PPGHCS, Paulo Chagas e Sandro Hilário pela cordialidade, atenção e acolhimento com que fui recebida desde o início da minha trajetória na instituição.

Ao excelente atendimento prestado pelos profissionais dos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), em especial a Renan Marinho; do Departamento de Pesquisa e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz, especialmente a Nathacha Regazzini; do Instituto Butantan e do Instituto Biológico, com destaque para Juliana Cabral, Luana Jordão e Márcia Maria Rebouças; assim como da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória da Bahia, sobretudo Lavínia Almeida. A todos, registro minha gratidão pela constante solicitude e eficiência no apoio à realização desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Rafael Brandão pelo compromisso pessoal e dedicação em apoiar academicamente os alunos egressos da UERJ-FFP. Sou grata pela sugestão e conversa durante toda a minha formação. Da mesma forma, agradeço ao amigo querido, Prof. Dr. Thiago Lenine, que desde o início do Mestrado torce por meu sucesso profissional e acreditou no meu potencial.

Ao Prof. Dr. Anderson José Machado de Oliveira, pela rica contribuição na disciplina “História e Biografias: teoria, métodos e análises” ofertada pelo PPGH-UNIRIO no segundo semestre de 2021, foi fundamental para a construção teórica e metodológica desta pesquisa.

Ao Instituto Lima Barreto, agradeço pela oportunidade profissional, valorização da pesquisa científica e incentivo à carreira acadêmica entre educadores sociais. Foi uma honra colaborar, em 2022 e 2023, no projeto *História Presente*, junto a Nilson Oliveira, Bruna Zachi, Luana Leão e, especialmente com John Schulz, entusiasta do ingresso de jovens historiadores em programas de pós-graduação. Compartilho, com satisfação, minha trajetória de mobilidade social, representando minha querida São Gonçalo.

Às gestoras da E.M. Antônio Joaquim da Silva, em 2022, e da E.M. Getúlio Vargas, em 2025, pela compreensão e apoio durante o período em que solicitei dispensa das minhas atividades de aula para realizar consultas em acervos, bem como o afastamento para a redação e revisão desta pesquisa.

Sou muito grata aos meus pais, Eliana e Paulo Cezar, por terem me ensinado valores que moldaram meu jeito de ver a vida e as pessoas, e que deram base tanto para minha carreira quanto para meu compromisso com a justiça social. Obrigada por me ouvirem tantas vezes durante a jornada dessa tese, e por todo o amor e acolhimento nos momentos de cansaço ou pausa. Dedico esta tese a vocês. Valeu a pena a educação de vocês, me tornei Ph.D.

Ao meu companheiro de vida, João Victor, que me apoiou antes mesmo da minha aprovação no curso de doutorado. Esteve ao meu lado prestando todo suporte sempre com palavras positivas, conciliando suas atividades cotidianas com minha rotina de professora e pesquisadora. Seu apoio durante o meu processo de escrita e pesquisa foi fundamental para alcançar a minha formação. Agradeço por toda paciência, amor e carinho.

À minha irmã Paula, quem mais me incentivou a conciliar a pesquisa acadêmica com a minha jornada de docente na educação básica. Obrigada pelas ligações, encontros e conversas que compartilhamos por toda a vida, mas, em especial, nessa fase de doutorado.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Mariana Salvador, Alexander Reis e Viviane Gomes. Aos demais que acompanharam de perto e de longe neste percurso: Cristiany Pereira, Carolina Carvalho, Natália Ceólin, Nikita Sigrist, Ana Lúcia, Pablo, a minha gratidão pelo apoio e amizade.

Escrever uma tese é um exercício contínuo de escolhas e de equilíbrio entre dilemas pessoais e profissionais, que, em muitos momentos, envolve renúncias e solidão. Lembro que, aos 18 anos, no início da graduação, eu enxergava o doutorado de maneira utópica e linear, como um caminho sem muitas curvas. Todavia, a realidade se mostrou justamente o contrário: as transformações internas e externas ao longo desses anos de formação foram intensas e significativas. Embora isso possa parecer óbvio ou até redundante, a tese não se desenvolve de forma isolada, e a clareza disso só veio com a experiência. Ao mesmo tempo em

que se constrói o doutoramento, a vida do(a) pesquisador(a) segue seu curso, com idas e vindas, despedidas, mudanças, conquistas, novos projetos, planos adiados e contingências que atravessam o presente e, inevitavelmente, impactam o processo de escrita. Lidar com as cobranças internas geradas por esses impactos, sobretudo os de caráter negativo, é talvez a maior questão. O conhecimento científico atravessa as dimensões subjetivas de quem o produz e o escreve.

Diante dessa reflexão, agradeço sinceramente a todas as pessoas que estiveram ao meu lado em algum momento, que trocaram ideias, ofereceram sugestões ou demonstraram interesse por este trabalho. Concluo esta etapa satisfeita pelas conexões que estabeleci ao longo da construção desta pesquisa nas trocas vividas em palestras, seminários, simpósios e tantas outras atividades que foram fundamentais para a minha formação acadêmica.

Não sou senhor do meu destino; como todos os homens sigo arrastado pelos acontecimentos.

Arthur Neiva

RESUMO

LEAL, Rhaiane das Graças Mendonça. **Entre ciência e política:** a trajetória de Arthur Neiva e a construção da nação (1906-1943). 2025. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2025.

A tese investiga a carreira do médico, cientista e político Arthur Neiva no Brasil entre 1906 e 1943, ressaltando as interseções entre ciência e política durante a Primeira República e a Era Vargas. A pesquisa investiga como Neiva desenvolveu sua atuação na confluência entre o trabalho científico em laboratório e a gestão pública, contribuindo com a organização e a profissionalização das instituições científicas e sanitárias brasileiras, além de participar ativamente da construção simbólica e material da nação. Sua atuação multifacetada abrangeu áreas como entomologia, linguística, gestão científica e política partidária, consolidando sua relevância no cenário científico e político da época. O estudo se apoia em um amplo conjunto de fontes primárias, as quais incluem documentos do fundo Arthur Neiva da Casa de Oswaldo Cruz, arquivos do CPDOC/FGV, Instituto Butantan e Fundação Pedro Calmon, com análise de correspondências, diários, relatórios e publicações, que apresentam suas redes de sociabilidade, seus dilemas e estratégias em um contexto marcado pela instabilidade institucional e protagonismo do Estado no financiamento e organização da atividade científica. A análise histórica de sua trajetória busca compreender como ele construiu sua carreira em meio a disputas ideológicas, estratégias políticas e processos sociais, acompanhando sua formação, participação em campanhas sanitárias, inserção na política e produção intelectual, que dialogou com temas controversos como imigração, saúde pública, políticas econômicas, educação e eugenia. Ao refletir sobre as complexas mediações entre saber técnico, poder estatal e processos sociopolíticos, a tese contribui com o entendimento do papel dos cientistas na conformação dos projetos de modernização do Brasil e na construção da identidade nacional.

Palavras-chave: Arthur Neiva; trajetória; ciência no Brasil; Brasil República.

ABSTRACT

The thesis investigates the career of the physician, scientist, and politician Arthur Neiva in Brazil between 1906 and 1943, highlighting the intersections between science and politics during the First Republic and the Vargas Era. The research examines how Neiva developed his work at the confluence of scientific laboratory practice and public administration, contributing to the organization and professionalization of Brazilian scientific and sanitary institutions, as well as actively participating in the symbolic and material construction of the nation. His multifaceted activities encompassed areas such as entomology, linguistics, scientific management, and politics, consolidating his relevance in the scientific and political landscape of the time. The study is based on a broad set of primary sources, including documents from the Arthur Neiva collection kept at the Casa de Oswaldo Cruz, archives of CPDOC/FGV, Instituto Butantan, and Fundação Pedro Calmon, including his correspondence, diaries, reports, and publications that reveal his social networks connections, inner dilemmas, and strategies in a context marked by institutional instability throughout the country and state protagonism in the funding and organization of scientific activity. The historical analysis of his trajectory seeks to understand how he built his career amid ideological disputes, political strategies, and social processes, tracking his education, participation in sanitation policies campaigns and intellectual production, which engaged with discussed controversial themes such as immigration, public health, economy education, and eugenics. By reflecting on the complex intersection between technical knowledge, government intervention, and sociopolitical aspects, the thesis contributes to the understanding of the role of scientists in shaping Brazil’s modernization projects and in the construction of national identity.

Keywords: Arthur Neiva; trajectory; science in Brazil; republican Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relatório da comissão técnica sobre a broca do café..... 152
Figura 2: Estrutura de funcionamento interno..... 162
Figura 3: Planta do terreno e os seus campos de pesquisa agrícola..... 163
Figura 4: Jornal *A Noite* (20/07/1931)..... 193
Figura 5: Jornal *A Noite* (23/07/1931)..... 195

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Prof. Arthur Neiva - Homenagem da Revista Médico-Cirúrgica do Brasil..... 32
Fotografia 2: Arthur Neiva e Belisário Penna durante a expedição do IOC..... 65
Fotografia 3: O acampamento de Neiva e Penna no estado do Piauí..... 67
Fotografia 4: Cartão postal da expedição ao norte da Argentina..... 85
Fotografia 5: A chegada de Arthur Neiva de Buenos Aires..... 93
Fotografia 6: Retrato de Arthur Neiva em *O Ypiranga*..... 126
Fotografia 7: Arthur Neiva ao lado de autoridades públicas japonesas..... 129
Fotografia 8: Construção do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal..... 166
Fotografia 9: Arthur Neiva e Bernardino de Souza..... 201
Fotografia 10: Arthur Neiva em família em 1931..... 206
Fotografia 11: Vargas e Neiva em Manguinhos..... 231
Fotografia 12: Arthur Neiva em 1940..... 256

LISTA DE SIGLAS

ABC - Academia Brasileira de Ciências

ACL - Academia Carioca de Letras

ALBL - Academia Luso-Brasileira de Letras

ANL - Aliança Nacional Libertadora

ANM - Academia Nacional de Medicina

CIC - Conselho de Imigração e Colonização

COC - Casa de Oswaldo Cruz

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DAD - Departamento de Arquivo e Documentação

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

DEF - Departamento de Educação Física

DGSP - Diretoria Geral de Saúde Pública

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DNSP - Departamento Nacional de Saúde Pública

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IB - Instituto Biológico

IHGRJ - Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro

IOC - Instituto Oswaldo Cruz

LASP - Liga de Ação e Política

MESP - Ministério da Educação e Saúde Pública

PD - Partido Democrático

PRB - Partido Republicano da Bahia

PRP - Partido Republicano Paulista

PSD - BA - Partido Social Democrático da Bahia

SPI - Setor de Produção Industrial

SRE - Serviço de Registro de Estrangeiros

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**.....	18
2	**UMA TRAJETÓRIA CONSTRUÍDA ENTRE O CAMPO E O LABORATÓRIO: ARTHUR NEIVA, AS CAMPANHAS SANITÁRIAS E EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS**.....	33
2.1	O INÍCIO DA TRAJETÓRIA DE NEIVA NA CAMPANHA CONTRA A FEBRE AMARELA E EM MANGUINHOS	36
2.2	NEIVA E AS CAMPANHAS CONTRA A MALÁRIA EM XERÉM E NA ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL.....	44
2.2.1	**A medicina tropical e entomologia médica como ciências de campo** ...	50
2.3	NEIVA E A ENTOMOLOGIA ESTADUNIDENSE	56
2.4	UM SANITARISTA FORMADO PELA EXPERIÊNCIA DE CAMPO: A EXPEDIÇÃO DE NEIVA E PENNA AOS ESTADOS DO NORTE E NORDESTE EM 1912.....	63
2.5	A COMISSÃO DE PELOTAS EM 1914.....	76
2.6	A EXPEDIÇÃO AO NORTE DA ARGENTINA E O INSTITUTO BACTERIOLÓGICO DE BUENOS AIRES.....	82
2.7	A MORTE DE OSWALDO CRUZ E A PARTICIPAÇÃO DE NEIVA NA CONSTRUÇÃO DE UM MITO E DE UMA “ESCOLA DE CIÊNCIA”	93
3	**ARTHUR NEIVA NO DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE PÚBLICA**.....	100
3.1	A GESTÃO DE ARTHUR NEIVA NO SERVIÇO SANITÁRIO DE SÃO PAULO.....	101
3.1.1	**O Código Sanitário Rural e a sua implementação no interior do estado de São Paulo**.....	111
3.1.2	**Os discípulos de Oswaldo Cruz: a disputa simbólica e política entre Arthur Neiva e Carlos Chagas**	114
3.1.3	**O enfrentamento à gripe espanhola e a saída de Neiva do Serviço Sanitário**.....	122
3.2	O INTERCÂMBIO CIENTÍFICO BRASIL-JAPÃO.....	127

3.3 "O BRASIL NÃO É SOMENTE A TERRA CLÁSSICA DOS PAPAGAIOS, CAFÉ E DAS REVOLUÇÕES": A ATUAÇÃO DE ARTHUR NEIVA PELA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA EM PERIÓDICOS E EM INSTITUIÇÕES DE PESQUISA INTERNACIONAIS 131

3.4 A DIREÇÃO DO MUSEU NACIONAL E A CRÍTICA À TRADIÇÃO BACHARELESCA 136

3.5 A DIREÇÃO DE ARTHUR NEIVA NA CAMPANHA CONTRA A BROCA-DO-CAFÉ (1924-1927) 147

3.6 ARTHUR NEIVA E A CRIAÇÃO DO INSTITUTO BIOLÓGICO DE DEFESA AGRÍCOLA E ANIMAL 159

4 **A MEDIAÇÃO DE ARTHUR NEIVA ENTRE CIÊNCIA E POLÍTICA NA ERA VARGAS** 170

4.1 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE ARTHUR NEIVA EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO POLÍTICA: OS DESAFIOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS PÓS-1929 E A "REVOLUÇÃO DE 1930" 171

4.1.1 **Mediação, crise e poder: a atuação de Arthur Neiva no limiar do Estado varguista** 176

4.1.2 **A interventoria de Arthur Neiva em São Paulo e o Departamento de Educação Física (DEF-SP)** 181

4.1.3 **A interventoria de Arthur Neiva na Bahia (1931)** 186

4.1.4 **As atividades editoriais e científicas de Arthur Neiva durante a transição entre o Governo Provisório e Constitucional** 212

4.1.5 **A eleição de Arthur Neiva como deputado federal pelo PSD-BA** 218

4.1.6 **A defesa de Neiva contra a imigração nipônica** 221

4.2 A REORGANIZAÇÃO DO GOVERNO CONSTITUCIONAL E A PROPOSTA DE RACIONALIZAÇÃO ECONÔMICA POR ARTHUR NEIVA 227

4.3 O APOIO DE NEIVA À CAMPANHA DO PETRÓLEO NACIONAL 234

4.4 A CENSURA DO ESTADO NOVO E O RETORNO DE NEIVA AO INSTITUTO OSWALDO CRUZ 235

4.5 DE PAI PARA FILHO: A NOVA POLÍTICA IMIGRATÓRIA COM ARTUR HEHL NO ESTADO NOVO 241

4.6 A REGULAÇÃO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO SOBRE AS ATIVIDADES TÉCNICAS E PESQUISA DE ARTHUR NEIVA..... 244
5 **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL EM ARTHUR NEIVA: LÍNGUA, RAÇA, CORPO E ECONOMIA** 257
5.1 TERRITÓRIO E IDENTIDADE NACIONAL À LUZ DOS IDEAIS DA PAULISTANIDADE 259
5.2 O ESPORTE COMO REGENERAÇÃO NACIONAL E DISCIPLINA MORAL 263
5.2.1 **Crítica à educação tradicional e à formação bacharelesca .....** 266
5.2.2 **Debate entre os esportistas "do esporte" e os esportistas "da gramática".....** 268
5.3 BRAZIL´S DREAM: A DEFESA DA SUPREMACIA RACIAL E O AMERICANISMO..... 272
5.3.1 **Neiva, Lobato e a *Ku Klux Klan*** 276
5.3.2 **O inglês como idioma da ciência e do capital moderno** 278
5.3.3 **O adeus à França: crítica ao colonialismo cultural europeu** 279
5.3.4 **O sonho americano e o lugar do Brasil no período entreguerras** 281
5.4 A VANGUARDA CIENTÍFICA BRASILEIRA FRENTE AOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO..... 285
5.5 O ACESSO À INFORMAÇÃO E LIBERDADE DE IMPRENSA PARA O PROGRESSO NACIONAL 292
5.6 POR UMA GRAMÁTICA BRASILEIRA: A DEFESA POR UMA LINGUAGEM PRÁTICA, VIVA E PLURAL..... 298
5.7 O DEBATE LINGUÍSTICO COMO OBSTÁCULO À ECONOMIA NACIONAL 312
6 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**..... 319
FONTES 327
REFERÊNCIAS..... 329

1 INTRODUÇÃO

A tese intitulada “Entre ciência e política: a trajetória de Arthur Neiva e a construção da nação (1906-1943)” tem como objetivo analisar como Neiva construiu seu itinerário nas interfaces entre ciência e política, contribuindo com a organização e profissionalização da pesquisa científica e engajando-se nos projetos de construção simbólica e material da nação brasileira. O recorte temporal abrange o período de 1906, ano de seu primeiro trabalho em entomologia, a 1943, quando faleceu, encerrando assim sua carreira no Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Médico de formação, Neiva destacou-se como entomologista e sanitarista, dirigiu importantes instituições como o Museu Nacional, o Serviço Sanitário de São Paulo e o Instituto Biológico, e exerceu cargos políticos relevantes, incluindo o de interventor na Bahia e de deputado federal. Autor de vasta produção científica, fundador de periódicos e articulador de redes intelectuais, Neiva consolidou-se como figura central nos debates sobre ciência e construção nacional, perspectiva que orienta esta pesquisa.

Diante dos limites temporais de uma pesquisa de doutorado, esta tese propõe uma análise crítica e sistemática da trajetória pública e profissional de Arthur Neiva, sem a pretensão de esgotar todas as dimensões de sua vida e obra. Para isso, foi realizado um amplo levantamento de fontes primárias e secundárias, com especial atenção às lacunas e avanços historiográficos sobre sua atuação. Entre os acervos consultados, destacam-se as fontes primárias preservadas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) e no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/Fiocruz). Também foram mobilizadas publicações periódicas disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, entre as quais os jornais *Correio da Manhã*, *O Paiz*, *A Noite* e *O Estado de S. Paulo*, bem como edições da *Revista do Brasil*. Foram ainda examinadas coleções documentais pertencentes ao Instituto Butantan, ao Instituto Biológico de São Paulo e à Fundação Pedro Calmon em Salvador-BA.

A definição do tema desta tese consolida um percurso de investigação iniciado ainda na graduação de História, quando me dediquei ao estudo da trajetória de intelectuais da Primeira República. Meu interesse inicial pela produção literária e pelo itinerário de Monteiro Lobato, ampliado por participações em simpósios e

eventos sobre a cultura intelectual do período, culminou na dissertação de mestrado intitulada “Nacionalismo militante: uma análise da correspondência de Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918–1942)”, desenvolvida no PPGHCS/COC entre 2018 e 2020. A análise desse epistolário permitiu identificar como ambos os autores articulavam questões sanitárias, políticas e econômicas em projetos que buscavam construir um Brasil moderno e próspero, evidenciando um engajamento comum em torno de diagnósticos e propostas para os problemas nacionais.

O aprofundamento na figura de Arthur Neiva deu-se a partir da consulta ao seu acervo pessoal no CPDOC/FGV, quando pude examinar manuscritos, periódicos, documentos impressos e iconográficos que iluminam suas escolhas, redes de sociabilidade e atuação em cargos públicos, inclusive como deputado federal. Paralelamente, no primeiro ano do mestrado, tive acesso a suas publicações na *Revista do Brasil*, custodiadas pela Biblioteca Florestan Fernandes da USP. Foi essa documentação robusta que evidenciou a estreita identidade intelectual entre Neiva e Lobato, marcada por um nacionalismo militante, pela admiração ao modelo norte-americano, pela valorização do conhecimento científico e por uma visão crítica da herança portuguesa, elementos que estruturaram a transição da dissertação para esta tese, centrada na trajetória multifacetada de Arthur Neiva.

O Fundo Arthur Neiva, sob a guarda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)[1] constitui o principal conjunto documental mobilizado nesta tese. Tal acervo reúne documentos pessoais, correspondências, produção intelectual e recortes de jornais que abrangem o período de 1903 a 1944, oferecendo um panorama abrangente da atuação de Neiva nas esferas científica, política e cultural. Dentre o material, destacam-se registros relativos à sua formação médica, à atuação no Instituto Oswaldo Cruz e no Museu Nacional, bem como o exercício de funções públicas, como interventor federal na Bahia e deputado constituinte. As correspondências incluem interlocuções com personalidades políticas e públicas como Juracy Magalhães e Monteiro Lobato, salientando sua inserção em debates centrais da conjuntura político-científica brasileira, com destaque para a questão do petróleo. Sua produção intelectual, composta por aproximadamente 40 textos entre artigos e livros, articula-se com os

[1] CPDOC/ FGV. Guia dos arquivos do CPDOC. Classificação: AN-56f. *Título: Artur Neiva*. Documentos Textuais: Manuscritos (2207). Documentos Impressos: livros (77), periódicos (8), exemplares de periódicos (8), artigos de periódicos (3). Documentos Audiovisuais: Iconografia (134). Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/guia.

recortes de imprensa, que revelam sua visibilidade pública e engajamento nos discursos em torno da ciência e da construção do projeto nacional.

De forma complementar, o Fundo Arthur Neiva do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD/ Casa de Oswaldo Cruz)[2] sob a guarda do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COC), reúne diários, correspondências, artigos, documentos institucionais e materiais iconográficos que são fundamentais para a reconstituição de sua trajetória e das redes nas quais esteve inserido. A documentação relativa aos anos iniciais de sua carreira (1906–1914) apresenta-se de modo fragmentado, exigindo a incorporação de fontes memorialísticas, como os relatos de Borgmeier (1940), Fonseca Filho (1944), Lent (1980) e Pinto (1932), ainda que marcados pelo caráter laudatório.

Torna-se imprescindível a problematização da noção de arquivo pessoal, à luz da crítica arquivística contemporânea (Certeau, 2000; Artières, 2013; Heymann, 2018, 2005; Bellotto, 2017), ainda que de forma sumária nessa introdução. A concepção tradicional, que tende a considerar esses acervos como reflexos fidedignos da trajetória de seus titulares, revela-se insuficiente. Tal como argumenta Heymann (2005), essa tendência atribui aos arquivos pessoais uma unidade orgânica e coerente que não necessariamente corresponde às condições concretas de sua constituição. Em vez de constituírem espelhos lineares de identidade, tais arquivos são produtos de práticas de acumulação, seleção e institucionalização, atravessadas por múltiplos interesses do próprio produtor, de seus interlocutores e, posteriormente, das instituições responsáveis por sua guarda. Essa leitura dialoga com as formulações de Certeau (2000), segundo as quais a produção do saber histórico é permeada por estratégias de poder, e que os arquivos, longe de se configurarem como repositórios neutros, constituem espaços privilegiados de construção de narrativas legitimadoras.

O arquivo pessoal de Arthur Neiva é composto por documentos científicos, comunicados oficiais, publicações impressas e, sobretudo, uma densa rede epistolar com figuras relevantes do mundo intelectual, científico e político brasileiro. O

[2] FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. *Fundo Arthur Neiva:* inventário. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. Código de referência: BR RJCOC NA.
Título: Arthur Neiva. Data(s) 1904-1985 (Produção) nível de descrição n. Documentos textuais: Documentos iconográficos: 206 itens (152 fotografias, 27 cartões-postais, 1 cartão e 26 desenhos). Documentos tridimensionais: 1 item (placa de homenagem). Disponível em: http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/fundo-arthur-neiva.

conjunto extrapola os limites da história da saúde pública, oferecendo subsídios valiosos para a análise dos debates intelectuais, políticos e culturais da Primeira República e do período Vargas. As cartas, compreendidas, segundo Heymann (2018), como práticas relacionais que instituem e sustentam vínculos sociais e redes de sociabilidade, constituem fontes privilegiadas para a investigação da circulação de saberes e da conformação de projetos de nação. Sob essa perspectiva, o arquivo não apenas documenta uma trajetória individual, mas opera como dispositivo de produção de sentido e de poder. Conforme propõe Certeau (2000), o arquivo participa ativamente da configuração de formas específicas de narrar e rememorar o passado.

O fundo pessoal de Neiva, especialmente sob a tutela do CPDOC, não apenas registra sua atuação científica, mas também o inscreve em uma narrativa mais ampla sobre os agentes envolvidos na construção do Brasil moderno. A investigação desses documentos permite compreender os mecanismos pelos quais determinadas memórias são legitimadas enquanto outras são relegadas ao esquecimento, compondo um processo ativo de conformação de identidades públicas.

É importante ressaltar que, apesar da considerável produção historiográfica que menciona Arthur Neiva, sua figura permaneceu fragmentária nos estudos especializados. As pesquisas tendem a abordá-lo de forma episódica, destacando principalmente sua atuação na expedição científica de 1912 com Belisário Penna e sua contribuição para o movimento sanitarista. Enquanto Penna consolidou-se na historiografia como o “apóstolo do saneamento” (Lima; Hochman, 1996; Hochman, 1998; Carvalho, 2019), Neiva geralmente aparece como coadjuvante ou figura secundária nessa narrativa, sendo recorrentemente associado a temas específicos como a formação do Instituto Oswaldo Cruz, as campanhas sanitárias da Primeira República e os estudos de medicina tropical. Esta fragmentação apresenta uma lacuna significativa – a ausência de um estudo integral que coloque sua multifacetada trajetória no centro da análise.

A historiografia recente tem avançado na compreensão de aspectos particulares de sua atuação, como seu papel na circulação do relatório da expedição de 1912 (Sá, 2009), seu engajamento como publicista (Souza, 2009), suas posições sobre imigração japonesa (Kubohira, 2019) e sua vinculação com ideias eugênicas (Gomes; Dalben, 2011). No entanto, tais abordagens, embora valiosas, não

capturam a complexidade de um personagem que transitou entre laboratório, campo, gestão pública e política partidária, construindo uma trajetória singular que articulou ciência, projeto nacional e atuação institucional.

É precisamente nesta lacuna que se inscreve esta tese. Ao propor uma análise integral de sua trajetória profissional entre 1906 e 1943, este trabalho não apenas sintetiza os fragmentos dispersos na historiografia. De forma caleidoscópica, esta pesquisa avança além das abordagens episódicas ao demonstrar como suas múltiplas frentes de atuação – de cientista de campo a gestor de instituições, de publicista a deputado constituinte – compõem um projeto de intervenção na construção da nação brasileira, oferecendo uma nova chave para compreender os dilemas da modernização republicana.

A análise das fontes primárias e secundárias desta pesquisa foi orientada por pressupostos teórico-metodológicos baseados nos conceitos de biografia, trajetória e geração, amplamente debatidos na historiografia contemporânea (Schorske, 1988; Elias, 1994; Loriga, 1998, 2011; Levi, 2006; Dosse, 2015; Schwarcz, 2017). A abordagem de trajetórias permite compreender as articulações entre indivíduo e sociedade, não como uma sequência linear de eventos, mas como uma construção histórica permeada por dinâmicas complexas. Como argumenta Loriga (1998), a biografia possibilita visibilizar as singularidades que permanecem ocultas sob categorias homogêneas ao longo do tempo.

Essa perspectiva biográfica ganhou fôlego diante de novas abordagens historiográficas, marcada por uma crítica aos modelos estruturalistas e por uma valorização das experiências individuais como categorias analíticas. Schwarcz (2017) destaca que o sujeito histórico não está preso ao seu tempo, tampouco fora dele. O desafio está justamente em compreender esse equilíbrio. Complementarmente, Levi (2006) enfatiza que a tentativa de abarcar a totalidade da vida de um sujeito pode levar à perda de suas especificidades; por isso, o contexto deve ser considerado sem que a trajetória seja reduzida à mera ilustração das estruturas.

Segundo Bourdieu (2006), a trajetória de um indivíduo constitui uma sequência de posições ocupadas no espaço social, guiada por um *habitus* que confere sentido prático às suas ações. Nessa abordagem, o autor ressalta que “não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou” (Bourdieu,

2006, p. 189). Por essa lente, é possível interpretar as múltiplas atuações de Neiva, do laboratório de Manguinhos às interventorias estaduais, da pesquisa entomológica ao mandato parlamentar, como movimentos estratégicos dentro de um horizonte de possibilidades, orientados por um *habitus* científico que articulava pesquisa, função social e intervenção política. Longe de configurar uma "ilusão biográfica", o exame de sua trajetória à luz desse referencial permite compreender seus deslocamentos como expressão de um projeto intelectual construído nas interseções entre ciência, saúde e construção nacional.

A trajetória de Arthur Neiva é integrada a uma geração de intelectuais comprometidos com a ciência e com os destinos do país. Sua atuação se insere em uma cultura política e científica marcada por vínculos de sociabilidade, disputas ideológicas e projetos de modernização. Sirinelli (2003) propõe que a história dos intelectuais examine a gênese e a circulação das ideias a partir da inserção dos sujeitos em redes sociais e culturais, observando suas alianças, disputas e mediações políticas.

O conceito de geração, por sua vez, ajuda a situar Neiva nas tensões entre tradição e modernidade, ciência e política, técnica e ideologia. Tal como destaca Sá (2006), entre os intelectuais desse período havia uma indissociabilidade entre a produção do saber científico e a formulação de projetos para o futuro nacional. Essa tensão aparece de maneira recorrente nas crônicas e cartas de Neiva, evidenciando um ideal de ciência comprometido com a transformação do país. Ao mesmo tempo, essas fontes apresentam suas contradições, como sua crítica à dependência estatal dos cientistas, contrastando com sua própria atuação em prol do financiamento público da ciência.

A tese está organizada em quatro capítulos, que acompanham os diferentes momentos da atuação de Arthur Neiva, entre 1906 e 1943. O primeiro capítulo analisa sua formação e atuação nas campanhas sanitárias, expedições e viagens científicas; o segundo aborda seu papel na institucionalização da ciência e da saúde pública; o terceiro investiga sua entrada na política durante a Era Vargas, e o quarto examina sua produção intelectual e sua visão sobre a nação brasileira. Ao reconstruir sua trajetória, este trabalho busca contribuir para a compreensão do papel desempenhado por cientistas e intelectuais na construção do Brasil moderno, evidenciando os conflitos, estratégias e ambivalências que guiaram suas ações, em linha com as discussões apresentadas nas pesquisas de Velloso (2003), Azevedo

(2006), Sá (2009), Souza (2009), Silva (2010), Casazza (2017), Pumar (2017), entre outros citados ao longo da tese. Em todos esses momentos, a trajetória de Neiva é analisada à luz da categoria de intelectual-mediador, conforme proposta por Gomes e Hansen (2016), permitindo compreender como ele atuou na articulação entre ciência, política, produção intelectual e administração pública, e transitou entre espaços institucionais e culturais distintos.

Essa abordagem da historiografia intelectual e política permite pensar certos agentes históricos como articuladores entre diferentes campos sociais, especialmente em contextos de transformação institucional. Em vez de adotar uma visão hierarquizada do intelectual, ela valoriza as trajetórias individuais, as redes de sociabilidade e as inserções geracionais. O intelectual-mediador atua não apenas na produção de saberes, mas, sobretudo, em sua circulação, adaptando e ressignificando a abordagem para diferentes públicos. Sua prática envolve diversos espaços e desempenha um papel ativo na construção de sentidos e na formulação de projetos políticos e culturais.

A distinção entre mediador cultural e intelectual-mediador, para Gomes e Hansen (2016), está na natureza da atuação e no tipo de reconhecimento social envolvido. Mediadores culturais são todos aqueles que, em contextos diversos, promovem a transmissão de valores, saberes e práticas culturais. Já o intelectual-mediador é um tipo específico de mediador, reconhecido socialmente por seu vínculo com a produção e/ou difusão de conhecimento científico, artístico ou literário, e que atua em práticas culturais complexas, como edição, tradução, crítica, curadoria ou jornalismo intelectual. Enquanto o mediador cultural pode não ser visto como produtor de saber legítimo, o intelectual-mediador carrega consigo a autoridade simbólica da intelectualidade, mesmo quando sua ação se dirige mais à divulgação do que à criação original[3].

A análise da trajetória de Arthur Neiva permite, portanto, discutir as condições históricas de possibilidade para o exercício da atividade científica no Brasil, refletindo sobre a constituição da identidade do cientista e sobre as relações de interdependência entre ciência e Estado. Seus dilemas profissionais, engajamentos políticos e redes de sociabilidade revelam um intelectual profundamente imbricado nas disputas simbólicas que marcaram o Brasil nas primeiras décadas do século XX,

[3] Ver mais: GOMES, Ângela Maria de Castro.; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). *Intelectuais mediadores:* práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

relativas aos projetos de construção da nação e ao papel que as ciências, a educação e a saúde pública deveriam exercer nesse processo.

No primeiro capítulo, intitulado “Uma trajetória construída entre o campo e o laboratório: Arthur Neiva, as campanhas sanitárias e expedições científicas”, analiso o contexto das contribuições de Arthur Neiva nas pesquisas em entomologia, considerando sua perspectiva social e científica, apresentada por diversas expedições de campo e viagens realizadas nas Américas nas primeiras décadas do século XX. Apresento sua formação acadêmica e profissional, destacando a constituição da medicina tropical como especialidade no Instituto Oswaldo Cruz, seu principal centro de formação. Investigo o impacto de seus trabalhos entre 1906 e 1917, os estudos desenvolvidos em laboratório e em campo, as oportunidades de difusão de seus resultados em território nacional e internacional, e o papel do cientista viajante movido pelo desejo de participar da construção de um “novo país”, inspirado pela intensificação do debate sobre a questão nacional estimulado pela Primeira Guerra Mundial.

O segundo capítulo, “Arthur Neiva no desenvolvimento das ciências e da saúde pública (1914-1930)”, trata dos principais aspectos do processo de desenvolvimento e profissionalização das ciências na trajetória de Neiva. Desde o início de sua carreira, nas campanhas contra a malária e na pesquisa entomológica, Neiva construiu sua imagem como gestor científico e homem público comprometido com os destinos da nação. Sua geração viveu um período de intensas transformações sociais e reformas institucionais. Neiva perseguiu ao longo da vida um ideal de ciência que orientava suas ações e posicionamentos.

Este capítulo destaca sua atuação como articulador e organizador de instituições públicas, com o objetivo de demonstrar a construção da identidade de “homem de ciência e ação”, como o descrevem memorialistas como César Pinto e Herman Lent, bem como seus interlocutores em correspondências entre as décadas de 1920 e 1930 (Leal, 2020; Ibañez; Roncon; Alves, 2012; Nunes, 1981). Durante seu mandato como diretor do Museu Nacional (1923-1926), ele empenhou-se na valorização da comunicação científica e na defesa da reformulação e legitimação das instituições científicas brasileiras.

Para compreender plenamente sua atuação nesse período, é necessário inseri-lo no contexto do positivismo e institucionalização das ciências no Brasil, movimento no qual a ciência e o papel do cientista passaram a ocupar lugar central

na construção da identidade nacional, junto de outras ideias cientificistas. Como observam Alonso (2000) e Ferreira (1998), tratava-se de uma geração mobilizada pela crença na ciência como instrumento de modernização, mas também defensora de uma ciência autônoma e legitimada. O itinerário de Neiva mostra que tais disputas não ocorriam apenas no interior da comunidade científica, mas refletiam embates mais amplos entre distintos projetos nacionais, onde o cientista se afirmava como ator político e social.

A pesquisa de Figueirôa (1998) oferece contribuições pertinentes ao discutir a multiplicidade de papéis desempenhados pelos cientistas no Brasil, destacando que, embora o Estado tenha exercido um papel essencial na institucionalização das ciências, não deve ser compreendido como ator único ou exclusivo nesse processo. Em diversas ocasiões, a criação de instituições científicas decorreu da iniciativa de próprios cientistas, que, buscando consolidar suas trajetórias profissionais e obter apoio para suas pesquisas, conseguiram mobilizar o Estado em momentos em que este também se mostrava receptivo à fundação de determinados organismos. A emergência da figura do profissional especializado, ao final do século XIX e início do XX, acompanhou um movimento mais amplo de especialização da ciência e de seus agentes, em escala nacional e internacional. No contexto brasileiro, os cientistas frequentemente acumulavam múltiplas funções sociais: eram simultaneamente religiosos, militares, funcionários públicos, diretores de repartições, membros de associações, escritores e intelectuais letrados. A institucionalização das ciências no Brasil é um processo de mediação, no qual as elites locais não apenas importaram modelos europeus, mas os adaptaram às especificidades do contexto nacional, articulando interesses científicos, políticos e culturais na conformação de um projeto de país.

A institucionalização do positivismo impactou profundamente as instituições educacionais brasileiras, influenciando tanto os currículos quanto a formação intelectual, como demonstra Lorenz (2008). Da mesma forma, a pesquisa de Schueler e Magaldi (2009) enfatiza como as escolas primárias da Primeira República difundiram uma cultura escolar que integrava moralidade, patriotismo e disciplina, valores centrais ao ideário positivista. Apesar de não se filiar ao ideário positivista, Neiva, ao analisar esse processo, destacou como a prática científica transcendia os laboratórios, articulando-se com práticas culturais, educacionais e políticas, posicionando o cientista como mediador entre conhecimento técnico, valores sociais

e projetos nacionais. Essa perspectiva dialogava com as visões de mundo dos intelectuais do início do século XX, cujas propostas de intervenção social refletiam concepções específicas sobre o papel da ciência e do intelectual, como evidenciam os estudos de trajetórias científicas, como os irmãos Ozório, Henrique Morize e Leite Lopes (Videira, 2003; Pumar, 2018; Silva, 2019).

Para Pumar (2018), a construção de uma identidade científica dedicada à investigação básica exigia a rejeição dos valores tradicionais dominantes nos meios intelectuais brasileiros, marcados por uma visão instrumental da ciência. Este processo dinâmico aparece também nos debates sobre as formas de internacionalização da produção local. Imerso nesse processo, a trajetória de Arthur Neiva é mobilizada, especialmente no segundo capítulo desta tese, como chave interpretativa para a compreensão do processo de desenvolvimento das ciências no Brasil. Suas ações evidenciam um esforço sistemático para consolidar a atividade científica como prática legitimada, vinculada à construção do Estado e aos projetos de modernização nacional. Desde as primeiras pesquisas realizadas em Manguinhos até a sua atuação na criação do Instituto Biológico de São Paulo em 1927, Neiva atuou como organizador e gestor dessas instituições.

Em interlocução com o trabalho de Mario Biagioli (1993), adoto a perspectiva de que, sobretudo nesse momento, a trajetória de Neiva expressa de forma clara as articulações entre poder, saber e automodelação. Assim, analiso as habilidades que lhe conferiram destaque como gestor científico, explorando de que modo se assemelhava e se diferenciava de seus contemporâneos. Investigo as disputas travadas em espaços de poder, o funcionamento das instituições de pesquisa e a circulação de conhecimento ao final da década de 1920. Examino, ainda, as estratégias por ele adotadas para concretizar seu ideal científico, os conflitos com seus pares e os desafios políticos que impactaram diretamente sua carreira.

São notáveis as contradições em vários momentos de sua trajetória, especialmente em relação à crítica que fazia à dependência dos cientistas em relação ao Estado, uma dependência que, segundo ele, expressava o hábito nacional de “contar com o apoio do governo”[4]. Suas correspondências indicam a consciência de que não era possível realizar pesquisas de campo ou implementar

[4] FREIRE, Hilário. A praga do café no estado de São Paulo. Suas origens e seus remédios. *Discursos proferidos na Câmara dos deputados.* Prefácio. São Paulo, 05/11/1928, p. 4. CPDOC. Fundo: Arthur Neiva/ An c 1924.06.06.

campanhas sanitárias sem financiamento estatal. Neiva esteve ativamente envolvido na busca por recursos federais que garantissem a continuidade das pesquisas e das instituições científicas. Essa ambiguidade mostra os desafios enfrentados pelo personagem e problematiza interpretações lineares ou excessivamente coerentes dos sujeitos históricos[5]. Suas inquietações quanto aos rumos da ciência no Brasil motivaram uma atuação incansável em diferentes frentes: pesquisas em entomologia, botânica, zoologia e patologia; publicação de artigos científicos; e gestão institucional e política. Ele enfrentou o dilema de conciliar a produção de conhecimento com as exigências administrativas e políticas, mantendo ao mesmo tempo uma rede de sociabilidade ativa e estratégica.

O terceiro capítulo, “A mediação de Arthur Neiva entre ciência e política na Era Vargas”, examina seu ingresso na política partidária e as circunstâncias que viabilizaram seu retorno ao Instituto Oswaldo Cruz, onde permaneceu até o fim da vida. Reconhecido como sanitarista, cientista, político e intelectual, Neiva teve papel relevante tanto na Primeira República quanto na Era Vargas. Sua nomeação como interventor na Bahia e seu vínculo com o governo provisório de Vargas tornam-se elementos centrais para compreender sua influência na administração pública e na política nacional. Cientistas como Arthur Neiva participaram desses debates por meio de sua atuação técnico-científica, promovendo a ciência e a saúde pública como instrumentos de reforma e controle social. Sua atuação contribuiu para a elaboração de classificações étnicas, raciais e sanitárias, articuladas aos projetos de modernização e exclusão promovidos pelo Estado varguista, sobretudo em relação à população trabalhadora e imigrante.

Ao analisar o perfil de atuação de Neiva na década de 1930, mobilizei a historiografia acerca do pensamento social brasileiro e o papel dos intelectuais na Era Vargas, período marcado pela emergência de uma geração voltada à interpretação do país e por intensos debates sobre a identidade nacional. Além de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, cujas obras definiram paradigmas interpretativos sobre a formação do Brasil, outros intelectuais tiveram papel relevante na construção de projetos políticos e culturais. Oliveira Viana destacou-se pela defesa de um Estado centralizador adaptado às supostas

[5] Ver mais: LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In:* FERREIRA, M. E AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. LORIGA, Sabina. A biografia como problema. *In:* REVEL, J. (Org.). Jogos de escalas. *A experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

características do homem rural brasileiro; Fernando de Azevedo buscou integrar educação e cultura em uma perspectiva de modernização nacional; Roquette-Pinto contribuiu com estudos antropológicos e de divulgação científica, abordando questões de eugenia; e Azevedo Amaral consolidou-se como teórico do autoritarismo varguista. Ao examinar esses pensadores, identifica-se como suas ideias dialogavam, contestavam ou alinhavam-se a diferentes correntes interpretativas. O propósito desta tese não é produzir uma história comparada dos intelectuais, mas compreender o que torna o pensamento de Neiva singular e, ao mesmo tempo, representativo de sua geração.

Mobilizo também a categoria de cientista-burocrata, segundo discutido por Casazza (2017), como ferramenta analítica para compreender a trajetória de Arthur Neiva na década de 1930, período em que ele passou a atuar diretamente na esfera administrativa do Estado. Ao assumir cargos de liderança de pública, Neiva transformou seu saber técnico em instrumento de formulação e execução de políticas públicas. Sua trajetória salienta como cientistas passaram a integrar o aparato estatal, contribuindo com a racionalização da administração pública e com os projetos de modernização institucional do período.

Longe de uma postura passiva diante das circunstâncias, Neiva atuou estrategicamente. Sua aproximação com o grupo tenentista, sobretudo com João Alberto Lins de Barros, não deve ser interpretada unicamente como resultado de pressões externas, mas sim como uma decisão pautada pela percepção de que o Estado em formação constituía um espaço para a intervenção técnica e científica. Assim, sua trajetória não representa apenas uma adaptação às dinâmicas do período, mas também uma escolha ou aposta no sentido teórico de Biagioli (1993), de participar ativamente da construção do projeto de reorganização nacional que marcou o governo provisório de Getúlio Vargas.

Este capítulo ainda traça um paralelo entre sua trajetória e a de outros intelectuais afetados pelas transformações trazidas pela “Revolução de 1930” e pela reconfiguração das instituições no governo Vargas. Destaco a importância das redes de sociabilidade na formação de suas ideias e na viabilização de suas iniciativas, como mostra uma carta em que relata as dificuldades de permanecer na ciência em um cenário político instável e de alianças. Seus contatos facilitaram o acesso aos recursos, cargos e apoios fundamentais para consolidar projetos e exercer influência durante o período. Sua relação com políticos como Juracy Magalhães foi decisiva

para legitimar suas propostas e garantir espaço de ação em um cenário marcado por disputas e centralização do poder. A articulação dessas redes foi uma estratégia crucial de sobrevivência e influência, que garantiu a continuidade de sua atuação científica mesmo diante das incertezas políticas e financeiras da década de 1930. O capítulo propõe, com base em sua trajetória, uma reflexão crítica sobre o lugar do cientista na política partidária.

No quarto capítulo, “A construção da identidade nacional em Arthur Neiva: língua, raça, corpo e economia”, examino a visão de Brasil expressa em sua produção intelectual, tanto nas redes de correspondência quanto nas publicações em periódicos. As primeiras décadas do século XX marcam crescente aproximação da esfera pública e política, bem como sua inserção no debate sobre a identidade nacional. Entre os principais temas que Neiva defendeu estão a valorização da língua portuguesa, a defesa de concepções eugênicas e o projeto americanista. Para ele, a educação era fundamental para a formação do povo e reconstrução do país.

Neste capítulo, analiso sua produção intelectual voltada à transformação da realidade nacional, destacando a centralidade de São Paulo como partida de sua rede intelectual e política. Neiva valorizava a “paulistanidade” como elemento estruturante da identidade brasileira, conforme defendem Weinstein (2007) e Mota (2012), aproximando-se de uma elite regional engajada na construção de um Brasil moderno. Examino a sua identificação contínua como discípulo de Oswaldo Cruz e a forma como era representado em jornais e cartas, ora como intelectual, outrora como administrador, político ou cientista. Por fim, investigo a ideia de um país em construção que permeia suas obras e correspondências. Apresento a percepção de Neiva sobre o Brasil como uma nação “sem passado” e coloco essa visão em diálogo com a de seus contemporâneos.

A trajetória de Arthur Neiva, situada na interseção entre ciência e política, discute as principais questões que marcaram a formação do Brasil republicano. Em um contexto permeado pela tensão entre o ideal de progresso e os limites impostos por estruturas sociais e políticas tradicionais, a ciência não se configura como um campo autônomo, desvinculado das disputas de poder. Ao contrário, ela emerge como um espaço de constante negociação e disputa. Como cientista e gestor, Neiva atuou em meio às tensões entre a afirmação de uma prática científica especializada e as condições político-institucionais que condicionavam os espaços possíveis para

sua atuação. Essa ambivalência mostra um aspecto fundamental: na construção da nação brasileira, a ciência funcionou como um instrumento político, que serviu tanto como símbolo de civilização e modernização social.

Fotografia 1: Prof. Arthur Neiva - Homenagem da Revista Médico-Cirúrgica do Brasil

Fonte: Homenagem da Revista Médico-Cirúrgica do Brasil FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/AN.FC.ST.04. BORGMEIER, Thomaz O.F.M. Arthur Neiva: A propósito do seu 60º aniversário natalício. *Revista de Entomologia*. Rio de Janeiro, v.11, fasc.1-2, jun. 1940.

2 UMA TRAJETÓRIA CONSTRUÍDA ENTRE O CAMPO E O LABORATÓRIO: ARTHUR NEIVA, AS CAMPANHAS SANITÁRIAS E EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS

Neste primeiro capítulo, investigo a atuação científica de Arthur Neiva nas campanhas sanitárias, viagens, expedições científicas e pesquisas na área da entomologia, com o objetivo de analisar como sua visão científica, social e política foi construída na interface entre o trabalho de campo e de laboratório nas primeiras décadas do século XX. Apresento a formação acadêmica e profissional de Arthur Neiva no contexto de desenvolvimento da bacteriologia, da medicina tropical e da entomologia médica no Instituto Oswaldo Cruz e como essas especialidades contribuíram para a construção de sua identidade científica.

A investigação se concentra nos estudos desenvolvidos entre 1906 e 1917, abordando a articulação entre laboratório e campo, as oportunidades profissionais que se abriram nesse período e a divulgação de seus resultados em nível nacional e internacional. Analiso o percurso de um cientista viajante, que buscava pensar o Brasil a partir das experiências do Novo Mundo, em contraste com o Velho Mundo europeu, marcado pela eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Este capítulo parte do argumento de que a atuação profissional de Arthur Neiva expressava a articulação entre ciência, nacionalismo e política. São examinados os desafios enfrentados por Arthur Neiva no início de sua trajetória, bem como as escolhas e referências formativas que, posteriormente, possibilitaram sua inserção em posições estratégicas no poder público. A análise busca compreender como a atuação em uma área do conhecimento profundamente marcada pela experiência de campo modelou sua carreira e infundiu em Neiva um sentimento de “missão” profissional, associado à reflexão e ao engajamento em um projeto de construção nacional. Nesse contexto, examino o relatório da expedição conduzida por Arthur Neiva e Belisário Penna, documento que se tornou uma referência central na historiografia (Castro-Santos, 1985, 1987; Lima, 1999, 2009; Lima; Hochman, 1993; Hochman, 1998, 2005; Sá, 2009) para a compreensão do imaginário sobre o interior brasileiro e para a emergência de um discurso sanitarista de alcance nacional.

As fontes consultadas apontam para o entusiasmo de Neiva pela aprendizagem *in loco* ao percorrer itinerários nacionais e internacionais. O ápice

disto se deu no processo de “descoberta dos sertões” na expedição de 1912, quando visitou diferentes regiões do país. Similar ao espírito dos naturalistas dos séculos XVII e XVII, ele descortinou o interior do Brasil e ajudou a responder a questão central que mobilizava muitos intelectuais no início do século XX – quem são os brasileiros que formam a nação? Este capítulo aborda as motivações que impulsionaram Neiva a percorrer diferentes relevos e climas, atravessar extensos territórios brasileiros e interagir com diversos sujeitos, ampliando seus deslocamentos para além das fronteiras nacionais, alcançando países da América do Sul e do Norte. Sua busca incessante tinha como principal objetivo adquirir conhecimentos e dados empíricos capazes de viabilizar sua agenda científica, contribuir com o desenvolvimento do Instituto Oswaldo Cruz e, ao mesmo tempo, a transformar o Brasil em uma nação alinhada ao progresso.

As experiências de campo do personagem desempenharam um papel fundamental na ampliação de sua formação e no alargamento de seu escopo profissional, pois seus trabalhos forneceram os subsídios necessários para corroborar as hipóteses de suas pesquisas, possibilitar a identificação de novos achados, além de contribuir para a estruturação de campanhas de saúde pública. Durante suas viagens, ele também esteve atento à necessidade de estabelecer patronos e redes de sociabilidade, o que lhe permitiu consolidar sua imagem como cientista. O entendimento do personagem sobre a urgência de produzir ciência nacional se consolidou de forma mais contundente no contexto dos percursos e do desenvolvimento das pesquisas de campo, os quais possibilitaram uma apreensão mais aprofundada das diversas realidades do país. Essa perspectiva se manifesta na afirmação de Neiva, registrada no relatório “Marcha para Oeste”, de 1914[6], no qual caracteriza o Brasil como uma nação “primitiva”, cuja transformação exigiria a capacidade dos brasileiros em implementar ações concretas que o encaminhassem rumo à modernidade.

A experiência adquirida em campo não apenas consolidou seu compromisso com a saúde pública, como também o aproximou da divulgação científica como

[6] Neiva utilizou essa expressão “Marcha para Oeste” para caracterizar a precariedade sanitária e social do interior brasileiro, indicando a necessidade urgente de ações estatais de saneamento e modernização. Como apontam Lima (1999) e Hochman (1998), a crítica formulada por Neiva e outros cientistas de Manguinhos naquele período integrava a construção de uma interpretação sanitarista do Brasil, na qual a superação do “atraso” do interior era vista como condição para a afirmação do projeto nacional. Cf. LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj, 1999; HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento:* as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

instrumento de mobilização social. Nos anos seguintes, Neiva se tornaria um defensor de um modelo preventivo que articulava medicina, educação e infraestrutura, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento do pensamento sanitarista no Brasil. Assim, suas vivências em viagens, expedições e campanhas sanitárias foram fundamentais para a construção de uma abordagem científica voltada para a realidade nacional. Portanto, essa primeira parte da pesquisa investiga como Neiva compreendia o papel da ciência de campo nesse cenário de intensas transformações sociais e de que maneira mobilizou esse saber em articulação com redes científicas, imprensa e estratégias políticas.

É de suma importância destacar as fontes primárias empregadas no processo de redação desta primeira parte da pesquisa. O fundo pessoal de Arthur Neiva, sob a guarda do CPDOC, e a documentação encontrada no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz (DAD-COC) possuem informações fragmentadas sobre o início da carreira do personagem entre os anos de 1906 e 1914, no que diz respeito à vida privada e social. Posto isto, coletei informações em textos de relatórios, conferências e livros, a produção de documentos científicos escritos por Neiva [7], além de publicações de seus contemporâneos em artigos jornalísticos. Recuperei os dados da trajetória do cientista em artigos biográficos escritos por seus discípulos (Borgmeier, 1940; Fonseca Filho, 1944; Lent, 1980; Pinto, 1932), em sua maioria de caráter memorialístico e hagiográfico, mas que representam fontes indispensáveis para o conhecimento do objeto em questão. Apesar da escassez de pesquisas que o

[7] Sobre o aspecto das fontes deste primeiro capítulo, a abordagem sociológica de Latour é imprescindível para pensar a construção de um arquivo científico, visto que este não pode ser interpretado como um "depósito de verdades", mas sim como o registro materializado do processo de construção de fatos. Para Latour, a ciência é uma atividade de "produção de inscrições" de gráficos, tabelas, artigos, relatórios que circulam e são mobilizadas em redes de atores. O arquivo, portanto, contém os vestígios dessas "traduções" e "controvérsias" que caracterizam a ciência em ação. A correspondência, os diários de laboratório e os rascunhos apresentam as estratégias retóricas e as alianças formadas para convencer pares e estabilizar um fato, transformando uma afirmação disputada em uma certeza inquestionável. O pesquisador, ao consultar esses documentos, tem a oportunidade de "reabrir a caixa-preta" do conhecimento científico, seguindo os atores em seus esforços para criar versões da realidade que se imponham como definitivas. Dessa forma, uma leitura latouriana do arquivo busca restaurar a agência de todos os elementos envolvidos (de cientistas a instrumentos) e compreender o processo de elaboração do trabalho que, posteriormente, apaga os rastros da construção social, apresentando o fato científico como uma descoberta pura e autoevidente.Ver mais: LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A Vida de Laboratório: A Produção dos Fatos Científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997. LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação:* Como Seguir Cientistas e Engenheiros Sociedade Afora. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora Unesp, 2000. LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social:* Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

privilegiem como objeto de análise, mapeei a bibliografia recente em que o personagem foi mencionado.

2.1 O INÍCIO DA TRAJETÓRIA DE NEIVA NA CAMPANHA CONTRA A FEBRE AMARELA E EM MANGUINHOS

Arthur Neiva nasceu em 22 de março de 1880, em Salvador, Bahia, filho de João Augusto Neiva, jornalista e político baiano de destaque, e Ana Adelaide Paço Neiva. Seu pai foi jornalista, dirigiu inúmeros periódicos, como *Gazeta da Bahia*, *O Correio* e *Telégrafo*, e elegeu-se deputado provincial, estadual e federal em sucessivos mandatos [8]. Neiva realizou seus estudos iniciais no Colégio São Salvador, dirigido pelo Dr. Adolpho Frederico Tourinho, onde completou o ensino primário e secundário. Prosseguiu sua formação acadêmica na Faculdade de Medicina da Bahia, transferindo-se posteriormente para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde concluiu o curso em 1903[9]. Sua tese de conclusão abordou a estovaína[10] e suas aplicações como anestésico, evidenciando seu interesse pelas ciências médicas e biológicas. Após a graduação, Neiva foi convidado por Oswaldo Cruz a integrar os quadros técnicos da Saúde Pública [11]. Nesse contexto, desenvolveu pesquisas significativas em entomologia e participou da campanha de

[8] A ausência de informações sobre as origens familiares de Arthur Neiva, mesmo após consulta aos principais fundos documentais disponíveis nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia — incluindo o Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COC), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), o Instituto Butantan, o Instituto Biológico e o Centro Cultural Pedro Calmon (Salvador/BA) — mostra lacunas significativas na documentação relativa à sua trajetória pessoal. O que se sabe, com base nas fontes disponíveis, é que Neiva foi casado com Justina Hehl, com quem teve três filhos: Arthur Hehl Neiva, Ilka Hehl Neiva e Gilda Hehl Neiva.

[9] Ainda antes de concluir o curso, ingressou no serviço de profilaxia da febre amarela como auxiliar acadêmico, participando, em 1903, como inspetor da campanha de erradicação do mosquito transmissor da doença, coordenada por Oswaldo Cruz, então diretor-geral de Saúde Pública. BAHIA. Secretaria de Cultura. *Fundação Pedro Calmon*. Biblioteca Virtual Consuelo Pondé. Arthur Neiva. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 22 jul. 2024. Disponível em: https://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/2024/07/22/arthur-neiva/. Consultado em: 5 maio 2025.

[10] A pesquisa de Arthur Neiva, defendida em 1909 abordou o estudo da estovaína, um anestésico local sintético desenvolvido como substituto da cocaína. Embora o trabalho não tenha sido publicado na íntegra, referências posteriores indicam que Neiva explorou as propriedades farmacológicas da substância, então considerada uma inovação na prática médica para procedimentos cirúrgicos e odontológicos. A escolha do tema reflete a inserção de Neiva na cultura científica moderna marcada pelo interesse em novos agentes terapêuticos e pela ênfase na experimentação laboratorial (Benchimol, 1990, p. 81). Sobre a estovaína, ver também: SILVA, Ruy de Souza. *Farmacologia:* história e fundamentos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

[11] BAHIA. Secretaria de Cultura. *Fundação Pedro Calmon*. Biblioteca Virtual Consuelo Pondé. Arthur Neiva. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 22 jul. 2024. Disponível em: https://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/2024/07/22/arthur-neiva/. Consultado em: 5 maio 2025.

combate ao paludismo. Sua atuação como médico recém-formado coincidiu com um momento de consolidação das campanhas e políticas públicas de saúde no país.

A primeira campanha sanitária sistemática foi realizada na capital federal sob a liderança de Oswaldo Cruz, tendo como alvos principais a peste bubônica, a febre amarela e a varíola. Baseada nas novas teorias bacteriológicas e vetoriais de transmissão de doenças, a campanha enfrentou um cenário em que houve massivo investimento dos poderes públicos, sobretudo do governo federal. Tais doenças, além de ameaçarem a saúde pública, comprometiam a imagem de modernidade e civilização que as elites republicanas buscavam projetar para o Rio de Janeiro, capital federal que atuava como uma vitrine do país perante o mundo (Benchimol, 1990). Essa necessidade de transmitir uma imagem de cidade civilizada estava diretamente ligada à dificuldade de recrutar imigrantes para a cultura cafeeira, especialmente no Oeste paulista, região em expansão. Epidemias, principalmente de febre amarela, ameaçavam particularmente os estrangeiros, contribuindo para a fama que a capital brasileira assumia de lugar insalubre.

No cenário de disputas políticas intraoligárquicas[12] que marcou a Primeira República, a ascensão de Rodrigues Alves à presidência, em 15 de novembro de 1902, trouxe a questão do saneamento para o centro das políticas públicas. Em seu "Manifesto à Nação", ele destacou a necessidade de combater as precárias condições sanitárias do Rio de Janeiro, então capital do país (Castro Santos, 1985; Benchimol, 1990). Durante seu mandato como presidente de São Paulo (1900-1902), a saúde pública paulista já havia adotado a teoria do cubano Carlos Finlay, que identificava os mosquitos como transmissores da febre amarela.

Em 1901, Emílio Ribas liderou em São Paulo uma campanha exitosa de combate aos mosquitos vetores, considerada por Almeida (2005) um marco na consolidação das práticas sanitárias modernas no país. Como presidente do Brasil, Rodrigues Alves reuniu engenheiros renomados para conduzir a reforma urbana da capital federal. Com apoio dos recursos provenientes do surto da borracha na Amazônia e das medidas financeiras do governo anterior, nomeou Francisco Pereira Passos como prefeito do distrito federal para liderar o projeto. Inspirado nas reformas de Paris conduzidas por Georges Eugène Haussmann, Pereira Passos promoveu, no Rio de Janeiro, intervenções urbanas que associaram embelezamento

[12] Ver mais: VISCARDI, Cláudia M. R. *O teatro das oligarquias:* uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

e saneamento, como analisado por Jaime Benchimol (1990), no contexto das políticas de saúde pública pautadas pela revolução pasteuriana.

Seguindo a teoria culicidiana, que identificava os mosquitos como vetores da febre amarela, Oswaldo Cruz coordenou uma campanha de erradicação da doença baseada no combate ao inseto transmissor, em consonância com as práticas internacionais inspiradas nas descobertas de Ronald Ross e Carlos Finlay (Benchimol, 1990; Hochman, 1998; Lima, 1999). Dessa forma, as reformas sanitárias e urbanas promovidas no início do século XX não apenas transformaram a paisagem do Rio de Janeiro, mas também consolidaram um novo modelo de saúde pública articulado à modernização da sociedade brasileira, no qual ciência, política e a emergência da medicina tropical desempenharam papéis centrais (Benchimol, 1990; Löwy, 2006).

Em março de 1904, com a promulgação do decreto n. 5156, Oswaldo Cruz pôde intervir no município do Rio de Janeiro, colocando em prática a reforma sanitária, em conjunto com a reforma urbana, com o objetivo de modernizar e "civilizar" a capital federal (Benchimol, 1990). A campanha contra a febre amarela foi acompanhada pela realização das brigadas mata-mosquito, que percorriam as ruas buscando destruir os focos de larvas do mosquito transmissor da doença nas águas estagnadas. As equipes entravam nas residências, com plenos poderes para utilizar enxofre e piretro nos ambientes insalubres onde havia sido detectada a presença do mosquito. O controle da febre amarela envolvia as brigadas sanitárias, que desempenhavam funções de desinfecção e isolamento, usando métodos como enxofre e piretro para desinfetar casas em áreas com focos de doenças. A campanha contra a febre amarela também implicou na remoção de doentes e o isolamento de áreas afetadas, que visavam impedir a propagação das enfermidades, com uma atenção particular para as pessoas mais pobres, que eram encaminhadas para hospitais públicos. Esse esforço buscava um controle mais amplo sobre diversas doenças contagiosas, reforçando a importância das medidas sanitárias em uma cidade que passava por uma intensa transformação social e urbana.

A campanha contra a peste bubônica consistiu na administração do soro e da vacina contra a doença e no combate sistemático aos ratos, hospedeiros das pulgas vetoras do bacilo da peste, como analisam Benchimol (1999) e Hochman (1998) ao tratar das ações sanitárias no início da República. O esforço de desratização resultou em milhares de intimações a proprietários de imóveis para a remoção de

entulhos, supressão de porões e impermeabilização do solo, estratégias típicas da política sanitarista coercitiva da época. No enfrentamento da varíola, a vacinação obrigatória foi retomada como medida central, após décadas de ineficácia legislativa no século XIX, como discutido por Lima (1999) e Hochman (1998).

Em junho de 1904, Oswaldo Cruz apresentou ao Congresso Nacional um projeto de lei reinstaurando a obrigatoriedade da vacinação e da revacinação, incluindo cláusulas rigorosas como a aplicação de multas e a exigência de comprovantes para matrícula escolar, acesso a empregos públicos, casamento e viagens, conforme analisam Benchimol (1999) e Hochman (1998) ao discutir o contexto das campanhas sanitárias no início do século XX. Nesse mesmo ano, entrou em vigor o novo Código Sanitário, reformulado por Cruz, que consolidava a obrigatoriedade da vacinação antivariólica. A medida foi alvo de críticas severas da imprensa oposicionista, que a apelidou de “Código de Torturas”, expressão frequentemente destacada pela historiografia (Benchimol, 1999; Lima, 1999). As campanhas de saneamento, embora intensificadas, sofreram forte rejeição popular, culminando na Revolta da Vacina, um dos episódios mais emblemáticos da resistência às políticas de saúde pública da Primeira República, como interpretam Lima (1999) e Chalhoub (1996). Após os confrontos, a obrigatoriedade da vacinação foi revogada, evidenciando as tensões entre o projeto de modernização sanitária e os limites de sua aceitação social.

Neiva passou então a frequentar o Instituto Soroterápico Federal, localizado na Fazenda de Manguinhos, onde Oswaldo Cruz reunia um grupo de jovens médicos interessados em se dedicar à pesquisa experimental nos campos da bacteriologia, imunologia e medicina tropical. Criada em 1900, a instituição tinha como principal objetivo a produção de soro antipestoso para prevenir a epidemia de peste bubônica, identificada no ano anterior, em Santos, por Oswaldo Cruz, Vital Brasil e Adolpho Lutz (Benchimol, 1990; Benchimol; Teixeira, 1993). Paralelamente, o instituto desenvolvia a produção cotidiana de vacinas e imunobiológicos destinados à prevenção, tratamento e diagnóstico de doenças humanas e animais (Borgmeier, 1940; Stepan, 1976; Benchimol, 1990). Esse contexto marcou o início da trajetória profissional de Neiva como pesquisador.

No início do século XX, o Instituto Soroterápico Federal ainda era um pequeno conjunto de edificações, incluindo um laboratório modesto, uma cavalariça para 30 animais e algumas instalações auxiliares (Costa; Pessoa, 2003). Com o

avanço das pesquisas científicas e a necessidade de ampliar a produção de medicamentos e soros, o Instituto foi sendo reformulado à imagem do Instituto Pasteur, baseado no tripé pesquisa, ensino e produção de insumos biológicos. Sob a liderança de Oswaldo Cruz, sua infraestrutura foi modernizada, tornando-se o centro de um movimento pela modernização dos serviços sanitários no país, protagonizado por sanitaristas como o próprio Cruz e seu sucessor, Carlos Chagas (Benchimol, 1990).

O projeto institucional de Manguinhos, conduzido por Oswaldo Cruz, estruturou-se em diversas frentes de atuação, visando tanto a obtenção de legitimidade social quanto a autonomia científica, como analisam Stepan (1976), Benchimol (1999) e Löwy (2006). Nesse sentido, o Instituto buscou atender às demandas relacionadas com as doenças humanas e veterinárias, ao mesmo tempo em que fomentava a produção científica em diferentes campos da pesquisa médica, reforçando seu posicionamento estratégico entre ciência aplicada e pesquisa fundamental (Löwy, 2006; Hochman, 1998). A pesquisa e a produção de insumos, além de servirem como fontes de recursos financeiros, funcionaram como instrumentos de reconhecimento e prestígio no meio acadêmico e junto à sociedade brasileira (Benchimol, 1999; Lima, 1999). A atuação de Oswaldo Cruz na Diretoria Geral de Saúde Pública, marcada pela bem-sucedida campanha contra a febre amarela no Rio de Janeiro, projetou sua imagem no cenário científico nacional e consolidou Manguinhos como um espaço de excelência na medicina tropical (Hochman, 1998; Lima, 1999).

Em 1906, com a reorganização das atividades no Instituto, Arthur Neiva dedicava-se à sistemática de mosquitos e a experimentos com espectrofotometria, enquanto Carlos Chagas investigava a biologia e os hábitos dos vetores da malária, como analisado por Benchimol (1999). Nesse mesmo ano, Chagas transferiu-se da Diretoria Geral de Saúde Pública para Manguinhos, em 19 de março de 1906, reforçando o vínculo entre a prática sanitária e a pesquisa biomédica. Com o crescimento da influência de Manguinhos, os estudantes da Faculdade de Medicina passaram a ter mais contato com os cânones da medicina experimental, que até então não estavam plenamente incorporados a currículos fortemente marcados pela tradição clínica. Esse processo contribuiu com a consolidação de um novo paradigma na pesquisa biomédica nacional, cuja memória foi, em parte, construída pelos próprios protagonistas do momento.

Em suas visitas constantes a Manguinhos, aproveitando as verbas remanescentes da Diretoria Geral de Saúde Pública e recrutando jovens estudantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Oswaldo Cruz trabalhou para transformar o que inicialmente seria um centro de produção de imunobiológicos em um instituto de medicina experimental, como destacam Benchimol (1999) e Löwy (2006). No cenário de fortalecimento do sanitarismo e das campanhas de combate às epidemias, os cientistas de Manguinhos, sob a orientação de Cruz, desempenharam papéis centrais no avanço da saúde pública brasileira (Hochman, 1998; Lima, 1999). Henrique da Rocha Lima investigava a anatomia patológica da febre amarela, enquanto Antônio Cardoso Fontes era responsável pela conservação das culturas microbianas e pelo preparo das tuberculinas. Henrique Aragão dedicava-se ao diagnóstico da peste, à produção de soro anti-estreptocócico, ao estudo da piroplasmose equina e à classificação sistemática dos ixodídeos. Alcides Godoy produzia os soros antidiftérico e antitetânico, além de realizar a dosagem do antipestoso. Com o auxílio de colegas como Carlos Chagas, Godoy também participou do desenvolvimento da vacina contra o carbúnculo sintomático, enfermidade que causava grandes perdas na pecuária brasileira, conforme analisam Benchimol (1999) e Kropf (2009). Esses avanços científicos e as contribuições dos principais integrantes da primeira geração de Manguinhos, entre os quais se destacam Adolpho Lutz, Arthur Neiva, Gaspar Vianna, Astrogildo Machado, Gomes de Farias, Carlos Chagas, Cardoso Fontes e Parreiras Horta, foram fundamentais para o êxito das campanhas sanitárias e para a consolidação de um sistema público de saúde mais estruturado no Brasil (Benchimol, 1999; Löwy, 2006; Kropf, 2009).

O prestígio conquistado por Oswaldo Cruz à frente das campanhas de saneamento e, especialmente, na erradicação da febre amarela no Rio de Janeiro em 1907, impulsionou a reorganização institucional de Manguinhos. No referido ano, o Instituto de Patologia Experimental passou a ter seu regulamento consolidado e suas atividades formalmente reconhecidas, subordinando-se diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Pelo Decreto n. 1.802, de 12 de dezembro de 1907, o Instituto teve ampliadas suas atribuições, passando a ser responsável pelo estudo das moléstias infecciosas e parasitárias do homem, dos animais e das plantas; pelas questões de higiene e zoologia; pela produção de soros terapêuticos e congêneres; e pela criação de uma escola de veterinária voltada à patologia, à higiene e à terapêutica.

Em 1908, o Instituto foi novamente reestruturado: pelo Decreto n. 6.891, de 19 de março, sua denominação foi alterada para Instituto Oswaldo Cruz, reafirmando a autonomia técnica e científica da instituição sob a tutela direta do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Para Cukierman e Teixeira (2008, p. 93), essa reformulação marcou o abandono definitivo dos tempos da "casinha improvisada em laboratório". Contudo, em 1911, o Decreto n. 9.196, de 9 de dezembro, promoveu uma nova reorganização ministerial, transferindo o Instituto para a dependência da Diretoria do Interior, órgão também responsável pelos serviços sanitários da União.

A matéria publicada no *Jornal do Commercio* em 26 de outubro de 1912 mostra o processo de construção da imagem de Oswaldo Cruz, como mentor intelectual do projeto científico de Manguinhos. A associação entre sua figura e o "fogo sagrado" da pesquisa reforça a elaboração de uma narrativa heroica, que celebrava a ciência nacional como instrumento de modernização e conquista de prestígio internacional[13]. No entanto, essa representação pública deve ser lida criticamente à luz da historiografia das ciências e da saúde (Benchimol, 1999; Azevedo, 2006). A consolidação de Manguinhos e a ascensão de Cruz como símbolo do progresso científico brasileiro resultaram não apenas de seus méritos individuais, mas de um contexto mais amplo, que articulava ciência, saúde pública e projetos de construção nacional, algo que transparece, por exemplo, na qualificação de Cruz como "bom patriota". O artigo descreve o Instituto Oswaldo Cruz como um espaço de autoridade científica fundada na "verdade", e a celebração de Manguinhos como ambiente de excelência. O texto é uma estratégia deliberada de legitimação frente a uma sociedade ainda permeada por resistências culturais e políticas às reformas. Assim, embora o discurso da imprensa indicasse um reconhecimento público, ele pode ser interpretado como parte integrante do esforço de consolidação simbólica da ciência moderna no Brasil:

> Em Manguinhos quem quer que tenha aprendido a fruir as alegrias da boa observação cientifica sentirá que há fogo sagrado naquele ambiente propicio. E que há lá para o não deixar extinguir-se um verdadeiro mestre. Digo verdadeiro, pois realmente digno desse nome só é aquele que se tornou autoridade por ter sabido arremeter contra o desconhecido e ter quebrado lanças na conquista da verdade [...]. Aquele que em Manguinhos conserva viva a colmeia de pesquisadores a alma criadora de tudo aquilo Oswaldo Cruz,

[13] Hemeroteca Digital. BN Digital. Jornal do Commercio. *Progresso das ciências no Brasil*, 26 out. 1912, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.br. Consultado em: 18 jan. 2024.

> almejamos uma longa existência para realizar ainda tudo que sua imaginação de bom patriota sonha para maior gloria cientifica de nosso país. Como expoente de nosso progresso nos domínios das ciências médicas tem ainda o seguinte: Excelentes associações que animam a produção científica. Publica-se no país revistas que rivalizam com as da Europa e Norte América não somente pelo lado tipográfico como ainda pelo valor das monografias nelas contidas. Em terceiro lugar os trabalhos nacionais já são largamente citados nos trabalhos e revistas europeias, e o que é mais os grandes chefes do movimento científico no velho mundo já se dignam honrar aos trabalhadores brasileiros solicitando-lhes a colaboração remunerada em seus livros e revistas. No que diz respeito a nossa cultura em ciência podemos repetir a frase de um dos nossos grandes espíritos: Bem menores ainda somos do que nos presume o patriotismo fátuo; mas somos já muito maiores do que nos figura o patriotismo séptico, pessimista ou negligente. Não deixemos, porém, parar o movimento de nosso progresso. Muito sabemos de tudo que diz respeito a nossas coisas, muito mais nos falta saber[14].

O texto do artigo integra um discurso mais amplo que insere a ciência tropical em um projeto de afirmação nacional. A menção a publicações brasileiras que rivalizariam com as europeias, bem como à citação de trabalhos nacionais por autoridades do “velho mundo”, expressa não apenas o desejo de legitimação internacional, mas também uma confiança emergente na capacidade científica do país. Nesse movimento, ciência e Estado se articulam como expressões de um mesmo ideal civilizatório, no qual Manguinhos ocupa posição central: um espaço em que o saber se converte em instrumento de redenção social, prestígio simbólico e construção da nação.

Acerca da construção e afirmação do centro da produção científica nacional, Cukierman e Teixeira (2008) investigaram o cotidiano do Instituto de Manguinhos nas primeiras décadas do século XX. Os autores observam que, mesmo sendo de pequeno porte, o instituto contava com um quadro técnico bastante produtivo e uma diversidade de atividades: “Tratava-se de pessoal dotado de excepcional flexibilidade tanto na ação quanto na eleição de seu objeto de estudo. Dito em bom português, o cientista de Manguinhos era um faz-tudo” (Cukierman; Teixeira, 2008, p. 92). Eles também discutem a relação entre os cientistas e os “subalternos”, os ajudantes de pesquisa, e formulam a hipótese de uma “ciência cordial”. Afirmam que, neste período, não havia divisão técnica entre os trabalhos de pesquisa, ensino

[14] Hemeroteca Digital. BN Digital. Jornal do Commercio. *Progresso das ciências no Brasil*, 26 out. 1912. p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.br. Consultado em: 18 jan. 2024.

e produção. O pesquisador ocupava-se ao mesmo tempo da preparação, da produção e da investigação (Cukierman; Teixeira, 2008).

Arthur Neiva vivenciou a formação de Manguinhos, experiência que mais tarde serviu de modelo para a sua atuação na criação e organização de instituições públicas. Sua participação nesse contexto foi fundamental para moldar seu perfil de atuação, influenciando suas escolhas e prioridades científicas ao longo da carreira. O trabalho em Manguinhos o expôs a um ambiente de pesquisa dinâmico, no qual os cientistas colaboravam em diversas frentes do conhecimento. Neiva, como membro dessa primeira geração de Manguinhos, internalizou não apenas uma prática científica, mas também o imperativo da pesquisa como instrumento de transformação social e de reconhecimento profissional.

2.2 NEIVA E AS CAMPANHAS CONTRA A MALÁRIA EM XERÉM E NA ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

No início do século XX, o enfrentamento das epidemias tornou-se uma prioridade para a saúde pública no Brasil. Como vimos, a necessidade de combater essas doenças estava diretamente ligada ao desejo de transformar a imagem da capital republicana, que era vista como insalubre. Além das doenças epidêmicas que assolavam as principais cidades do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais e centros capitais, existiam outras doenças que acometiam, de forma endêmica e epidêmica, zonas rurais e periurbanas.

A febre amarela desempenhou um papel central na consolidação da medicina tropical no Brasil, mas a malária também se destacou como uma doença que catalisou importantes discussões científicas nesse campo emergente. Arthur Neiva participou das primeiras expedições organizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC), que tinham como objetivo apoiar iniciativas públicas e privadas voltadas à modernização econômica do país (Coc, 1992; Lima, 1999). Como analisa Lima (1999), a atuação de Manguinhos deve ser entendida no interior de um projeto mais amplo de expansão simbólica e material da nação. Ao mapear doenças, delinear perfis ambientais e propor intervenções sanitárias, os cientistas de Manguinhos reforçavam o discurso da ciência como instrumento de civilização e progresso, consolidando sua legitimidade institucional e contribuindo com a construção de um território nacional moderno, coeso e integrado. Oswaldo Cruz e seus discípulos

lideraram campanhas para conter a malária, uma enfermidade que representava não apenas um grave problema de saúde pública, mas também um obstáculo ao desenvolvimento de importantes projetos de infraestrutura.

Durante a década de 1890, os graves surtos de malária foram registrados nas obras do ramal ferroviário de Xerém, no Rio de Janeiro. Isto salientou os limites das primeiras iniciativas federais de combate à doença, mesmo após a criação das comissões sanitárias em 1891[15]. Em relatórios técnicos, o engenheiro Monteiro de Barros lamentava o alto índice de adoecimento entre os trabalhadores, descrevendo a paisagem como um ambiente insalubre dominado por brejos e infestação de mosquitos. Sua analogia dos anofelinos como “minúsculos Átilas” manifesta não apenas a intensidade da transmissão da malária, mas também a percepção da enfermidade como um entrave concreto à modernização do país. A estimativa de que a quase totalidade dos operários foi infectada e que incluía os muitos que não sobreviveram sugere o grau de desamparo sanitário que marcava os grandes empreendimentos de infraestrutura naquele período[16].

Em fevereiro de 1907, Arthur Neiva e Carlos Chagas participaram das ações de combate à malária na Baixada Fluminense, cerca de sessenta quilômetros distantes da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo desta expedição era garantir a viabilidade do projeto conduzido pela Inspetoria Geral de Obras Públicas, sob a liderança de José Mattoso Sampaio Corrêa[17], que buscava captar águas dos rios Xerém, Mantiqueira e seus afluentes para o abastecimento da capital. Três meses depois, Chagas deixou a região, e Neiva permaneceu à frente da campanha,

---

[15] Inspeção Geral de Obras Públicas da Capital Federal, n. 46, 1ª Divisão. Arquivo Arthur Neiva, CPDOc, FGV-RJ, notação: ANc. 03.05.25.
NEIVA, Arthur. *Malária e mosquitos:* coletânea II, 1906-1940. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1941.

[16] Inspeção Geral de Obras Públicas da Capital Federal, n. 46, 1ª Divisão. Arquivo Arthur Neiva, CPDOc, FGV-RJ, notação: ANc. 03.05.25.

[17] José Mattoso de Sampaio Corrêa (1875-1937) foi engenheiro civil e político com destacada atuação na Primeira República. Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, exerceu funções centrais na modernização das infraestruturas urbanas e sanitárias do país. Foi inspetor geral de obras públicas no governo Affonso Penna, diretor da Companhia Luz e Força de Campos, da Companhia do Porto do Rio de Janeiro. Além disso, atuou como deputado federal (1918–1920; 1933–1937) e senador (1921-1927). CORREIA, José Joaquim Sampaio. A *tração elétrica na Estrada de Ferro Central do Brasil; Motores elétricos; Abastecimento de água do Rio de Janeiro depois de 1930; Inspeção de obras públicas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: s.n., s.d. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Sampaio.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

contando com o apoio de José Gomes de Faria, também integrante do Instituto de Manguinhos[18].

As estratégias adotadas para combater a malária incluíam o uso da quinina e medidas de controle do mosquito transmissor. Essas ações foram implementadas de forma rigorosa, com a instalação de um laboratório e um hospital de isolamento em Ponta dos Trilhos, próximo às margens do rio Xerém. Nesse local, foram aplicadas medidas profiláticas e tratamentos específicos para conter a propagação da doença. Entre as medidas implementadas por Neiva[19] no local, destacam-se as obras de hidrografia, feitas a cargo da própria Inspetoria Geral de Obras Públicas, e medidas de combate às larvas: aplicação de óleo em poças d'água, proteção de depósitos de água nas casas e utilização de peixes larvófagos (*Ibidem*).

As observações feitas por Neiva em Xerém foram cruciais e ganharam repercussão internacional. Durante a campanha, ele notou um aumento dos casos de malária entre indivíduos que interrompiam o tratamento com quinina, levando-o a formular a hipótese de que o *Plasmódio,* o parasita causador da doença, poderia desenvolver resistência ao medicamento. Com base nessas observações, Neiva formulou a hipótese da formação de uma linhagem de parasitos com resistência adquirida ao quinino, sugerindo um processo análogo ao mitridatismo, adaptação progressiva ao alcaloide por meio da exposição reiterada em organismos sucessivamente infectados: "E foi assim que, com o tempo, passando dos depositários de vírus para as famílias dos operários, destas para os trabalhadores quininizados insuficientemente de 3 em 3 dias, aos poucos se foi uma raça de parasitos de crescente resistência ao alcaloide" (Neiva, 1910, p. 137).

A hipótese formulada por Neiva em Xerém representou uma inovação na forma de interpretá-lo dentro da literatura científica da época (Benchimol; Silva, 2008). A partir da experiência prática em campo, ele propôs que a administração contínua do medicamento, sem atingir toda a população exposta, poderia favorecer

[18] "A notícia publicada na *Gazeta de Notícias*, em 2 de maio de 1907, relatava o drama das 'vítimas da captação das águas", aventureiros que ganhavam a vida arriscando-a num lugar ameaçado pelas febres (Neiva, 1941, p. 159).

[19] O modelo de controle adotado na região era disciplinador, com a administração compulsória da quinina, supervisionada por uma hierarquia de funcionários, e a nomeação de um responsável pela distribuição do medicamento. A abordagem verticalizada encontrou forte resistência entre os trabalhadores, que se opunham à presença dos quinizadores Além disso, Neiva procurou testar novos métodos profiláticos e investigou o uso do azul de metileno no combate à doença. Embora os experimentos mostrassem que o medicamento apresentava algum efeito contra o plasmódio, sua ação era lenta, e o número de parasitas eliminados era insuficiente para conter a propagação da doença (Benchimol; Silva, 2008).

a adaptação dos parasitas, levando ao surgimento de linhagens mais resistentes. Em suas palavras, “a quininização constante entre populações impaludadas, quando não atingir de uma só vez a massa total de habitantes, acabará por dar aos hematozoários os meios de ir adquirindo uma resistência ao específico a ponto de se diferenciar em raças” (Neiva, 1910, p. 140).

Em pronunciamento realizado na Biblioteca Nacional em 6 de outubro de 1913 durante a apresentação dos resultados da campanha antipalúdica, Oswaldo Cruz destacou a relevância científica das observações feitas por Arthur Neiva em Xerém. Em especial, ressaltou a formulação do conceito de resistência ao quinino como um avanço teórico com importantes implicações para as estratégias de profilaxia e tratamento da malária. Ao reconhecer a contribuição de Neiva, Cruz sublinhava a articulação entre ciência de campo e produção conceitual, demonstrando como experiências empíricas situadas podiam resultar em desdobramentos significativos para a medicina tropical brasileira[20].

A campanha sanitária realizada em Xerém não apenas viabilizou a execução de uma importante obra pública, mas também impulsionou avanços científicos que, apesar de controversos, estabeleceram um diálogo com a comunidade científica internacional (Benchimol; Silva, 2008). Para Arthur Neiva, essa experiência consolidou o sanitarismo e fortaleceu a medicina experimental no país. Além disso, proporcionou-lhe repertório e experiência para novas oportunidades profissionais. Em seus relatórios e diários, Neiva exaltou a atuação de Oswaldo Cruz, destacando a importância da campanha antipalúdica na Baixada Fluminense e seu próprio papel nesse processo.

Em março de 1908, Arthur Neiva foi nomeado assistente do Instituto Oswaldo Cruz, assumindo a responsabilidade pela organização da biblioteca de Manguinhos. Ainda naquele ano, recebeu o convite para integrar uma nova campanha sanitária, desta vez vinculada às obras da “Estrada de Ferro Noroeste do Brasil”. A construção

[20] De acordo com a notícia, o conceito da resistência à quinina do parasito malarigeno foi estabelecida por Neiva em outubro de 1907: ‘Teve a certeza que se tratavam verdadeiramente de novas infecções e não de recidivas [...]. Resumindo temos os seguintes fatos novos, cuja aquisição a ciência deve aos pesquisadores brasileiros: 1.º Nova variedade do parasito da quartã, senão nova espécie. 2.ª Verificação de novas espécies de anofelinos transmissoras. 3º Encarecimento da importância para a luta antimalárica do estudo da biologia dos anofelinos transmissora; mosquitos bromelicolas; horas das refeições hematófagas das anofelinas. 4.º Conceito da resistência á quinina do parasito malarífero e noções que daí decorrem para a profilaxia e tratamento da infecção”. Hemeroteca Digital. BN Digital. Jornal do Commercio. *Algumas das moléstias produzidas por protozoários*, 6 out. 1913, p. 9. Disponível em: https://memoria.bn.br/ .Consultado em: 18 jan. 2024:

da ferrovia, iniciada três anos antes, buscava conectar Bauru (SP) a Cuiabá (MT), com previsão de conclusão em cinco anos. A integração da região Centro-Oeste ao restante do território nacional era um projeto antigo e, desde o século XIX, propostas nesse sentido buscavam facilitar o escoamento das riquezas agrícolas e minerais em direção ao litoral (Benchimol; Silva, 2008). Neiva foi convidado a participar da campanha pelo engenheiro Sampaio Correia, superintendente da "Estrada de Ferro Noroeste do Brasil".

O enfrentamento da malária, particularmente em áreas cortadas por ferrovias[21], mostrou-se um desafio ainda maior, como mostram os estudos de Benchimol e Silva (2008). A ferrovia, vista como um símbolo de civilização, tornou-se também uma ferramenta crucial no controle dos surtos de malária, ressaltando a importância desse controle para o avanço do projeto de integração. Como sanitarista e cientista, Neiva desenvolveu estratégias de controle e prevenção da doença alinhada à construção e expansão das ferrovias. Sua atuação se consolidou quando assumiu a direção e organização do serviço de profilaxia, funções atribuídas por Oswaldo Cruz, destacando sua contribuição significativa para a saúde pública e para o desenvolvimento das infraestruturas do país. Neiva esteve à frente da campanha antipalúdica por dez meses até meados de 1909[22].

Após a sua experiência anterior com o sistema compulsório de quinina, dessa vez, Neiva optou por realizar campanhas de conscientização para incentivar os trabalhadores a aderirem voluntariamente ao tratamento. Diante da baixa efetividade da abordagem, retomou-se a administração obrigatória da quinina.

Pode-se constatar que tanto nas campanhas contra a malária em Xerém quanto na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Neiva reforça sua concepção de ciência como instrumento técnico de racionalização do território e de organização estatal. A documentação produzida anos depois dessas primeiras campanhas antipalúdicas evidencia que, para ele, essas ações extrapolavam a dimensão técnica do combate à doença. Neiva as interpretava como parte de um projeto mais amplo

[21] "A malária, segundo o senador Luiz Piza, matou cerca de 5 mil operários, por ocasião da construção da Estrada de Ferro na região da Noroeste".Ofício de Neiva, em 01/02/1918. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 1916.11.27.

[22] "Em 21 de maio de 1909. – Exmo. Snr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores - De acordo com a letra e artigo 21 do regulamento deste instituto, tenho a honra de solicitar a V.Exa. permissão para designar o assistente, Dr. Arthur Neiva, para organizar e dirigir o serviço de profilaxia contra o impaludismo na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil-Saúde e fraternidade. – O Diretor (assinado) – Gonçalves Cruz". Ofício de Oswaldo Cruz ao Ministério de Justiça e Negócios Interiores, em 21/05/1909. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ ANc. 09.05.21.

de reorganização institucional e de afirmação da autoridade científica nacional frente à crescente influência de organismos estrangeiros, como a Fundação Rockefeller[23]. Seu percurso no Serviço Sanitário de São Paulo, abordado no segundo capítulo desta tese, reforça essa leitura. Neiva mantinha uma postura crítica em relação ao federalismo sanitário e à desarticulação entre os níveis de governo, defendendo modelos próprios de intervenção mais adequados à realidade brasileira. Ao enfatizar o valor da pesquisa de campo e a necessidade de compreender as condições locais de transmissão da malária, Neiva reafirmava seu compromisso com uma ciência articulada às demandas de modernização nacional e comprometida com a formulação de políticas públicas enraizadas nos desafios sociais e institucionais do país.

Os argumentos de Neiva sobre as campanhas antipalúdicas aparecem com clareza em ofícios de 1917 e 1918, nos quais ele demonstra preocupação não só com a eficácia dos métodos de combate à malária, mas com os limites estruturais que impediam o avanço de uma política pública de saúde no Brasil. Em documento datado de 1º de fevereiro de 1918[24], Neiva menciona o número expressivo de óbitos entre os operários que trabalhavam na construção da Estrada de Ferro Noroeste, apontando a malária como um dos principais entraves à integração do território e à modernização das infraestruturas.

[23] Durante sua atuação à frente do Serviço Sanitário de São Paulo em 1917, Arthur Neiva esteve à frente do primeiro acordo firmado entre um governo estadual brasileiro e a Comissão Sanitária Internacional da Fundação Rockefeller, com o objetivo de promover uma campanha articulada de combate à ancilostomose. O convênio firmado em 1918 visava integrar ações de diagnóstico, educação sanitária e profilaxia, inserindo São Paulo na rede de cooperação hemisférica estabelecida pela Fundação. A decisão refletia não apenas a gravidade da doença no interior paulista, mas também a disposição de Neiva em dialogar criticamente com instituições estrangeiras, buscando preservar a autonomia técnico-científica dos sanitaristas brasileiros. Ver mais: LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil:* intelectuais, sertanejos e imaginário social. Rio de Janeiro: Revan, 1999. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos:* febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

[24] A fonte descreve como as experiências de Arthur Neiva nas campanhas antipalúdicas contribuíram com a valorização do *Código Rural* como instrumento normativo. Tal código buscava institucionalizar medidas profiláticas em zonas agrícolas, articulando ações sanitárias ao projeto de desenvolvimento e integração das regiões interiores do país. Sobre a importância do *Código Rural* no contexto da saúde pública e da modernização sanitária, ver: CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. *Poder, ideologia e saúde:* os médicos e a política sanitária na Primeira República*.* São Paulo: Hucitec, 1987. Analiso esse tópico no segundo capítulo da tese.

2.2.1 **A medicina tropical e entomologia médica como ciências de campo**

O programa de pesquisas do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) combinou práticas da medicina pasteuriana com a chamada medicina tropical, adotando essas abordagens como estratégias complementares para o combate à febre amarela e outras doenças infecciosas (Caponi, 2002). Essas estratégias estavam diretamente conectadas ao modelo campanhista que visava não apenas combater doenças, mas também estabelecer uma imagem de progresso e civilização para o Rio de Janeiro e o Brasil.

A formação acadêmica de Arthur Neiva se deu no contexto de debates e controvérsias na área da microbiologia e da medicina tropical. Embora não tivesse trabalhos publicados com o termo “medicina tropical”, ele seguiu com o programa de pesquisas implementado por Oswaldo Cruz em Manguinhos.

A historiografia dedicada à medicina tropical enfatiza a estreita ligação dessa especialidade com o chamado “imperialismo construtivo” das últimas décadas do século XIX (Farley, 1992; Worboys, 1993, 1994, 1996 *apud* Kropf, 2009). Ao abordar indivíduos, instituições e doenças, esses estudos evidenciam como a construção da medicina tropical esteve atrelada à preocupação das potências imperialistas em viabilizar a colonização dos trópicos. As missões e campanhas realizadas nas colônias da Ásia e da África buscavam combater enfermidades que dificultavam o estabelecimento do homem branco, articulando as pretensões da empresa colonialista com a atuação de médicos empenhados em conquistar legitimidade científica perante seus pares. A participação de outros animais, vertebrados e invertebrados, na cadeia de transmissão de doenças infecciosas foi o ponto de partida para a constituição da medicina tropical como especialidade médica na virada do século XIX para o XX (Worboys, 1993, 1996; Arnold, 1996; Benchimol; Sá, 2006).

No contexto brasileiro, embora ausente o domínio colonial direto, a incorporação dessas práticas sanitárias alinhou-se ao projeto de modernização nacional, orientado pelo combate a doenças consideradas obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico. Sob essa perspectiva, os estudos de Benchimol (1999), Ferreira (1996, 1999) e Edler (1992, 1999, 2003, 2004) demonstram como a ciência assumiu um papel estratégico ao investigar e propor soluções para as

enfermidades vistas como características do Brasil, consolidando sua relevância na formulação de um projeto civilizatório capaz de integrar o país ao circuito das nações modernas. Segundo Stepan (1976), o termo “tropical” não se refere apenas à geografia, mas inclui a ideia de que climas quentes e úmidos abrigam diferenças essenciais no tocante a lugares, povos e doenças. A medicina e a saúde pública latino-americana se encaixaram nessa concepção difusa da medicina tropical, que passou a descrever as doenças que ocorriam em regiões tropicais e eram transmitidas por vetores ou hospedeiros intermediários, como insetos ou moluscos. Entre as doenças incluídas nesse campo estão a malária, a úlcera de buruli, a doença de Chagas, a cisticercose, a dengue, a dracunculíase, a equinococose, a fasciolose, a tripanossomíase africana, a leishmaniose, a hanseníase, a filariose linfática, a oncocercose, a raiva, a esquistossomose, as parasitoses transmitidas pelo solo, o tracoma, a bouba, a tuberculose, a febre amarela e a leptospirose.

No Brasil, ainda que não submetido a um imperialismo formal, o estigma que o país carregava pelos discursos de determinismo climático e geográfico pesou na forma como a medicina tropical foi concebida e disputada internamente. A consolidação desse campo encontrou resistências dentro da própria comunidade médica, especialmente entre nomes de grande prestígio como Afrânio Peixoto. Como aponta Kropf (2009), se por um lado o reconhecimento internacional das doenças tropicais servia para legitimar a ciência brasileira em espaços de prestígio, por outro, internamente, a ideia de uma disciplina autônoma voltada para as especificidades tropicais provocava tensões. Para muitos médicos formados na tradição clínica francesa, a medicina tropical era vista como um saber marginal, atrelado à imagem de um Brasil atrasado, distante dos padrões de modernidade científica que se almejava construir.

No Rio de Janeiro, o debate médico sobre a febre amarela ganhou destaque a partir da segunda metade do século XIX, impulsionado pelas epidemias recorrentes na cidade (Benchimol, 1999). Tanto nos debates sobre a febre amarela quanto nos debates sobre a malária, o modelo parasito-vetor se consolidou como abordagem eficaz, contribuindo, de forma indireta, com a institucionalização desse novo campo disciplinar (*Ibidem*). Antes dessa consolidação, o papel dos insetos na transmissão de doenças infecciosas já ocupava o imaginário científico brasileiro. Contudo, a proximidade com os surtos de febre amarela, mais frequentes durante as estações quentes no Rio de Janeiro, estimulou uma mobilização mais intensa dos

médicos da Faculdade de Medicina. Os estudos e as controvérsias em torno da doença marcaram profundamente o cenário médico carioca, inserindo-se no contexto mais amplo das disputas internas à medicina pasteuriana (Benchimol, 1999).

Ainda de acordo com Benchimol (1990, 1999), os modos de transmissão e a profilaxia da febre amarela foram temas centrais para a saúde pública brasileira desde meados do século XIX. Esse processo não apenas representou a introdução da medicina pasteuriana no país, mas também refletiu a complexidade de desafios científicos e políticos, com pesquisadores brasileiros desempenhando papel ativo na construção de um campo médico ainda em desenvolvimento. Esse contexto ultrapassou os limites da medicina, influenciando debates sobre saneamento e a modernização da capital federal. Essas experiências consolidaram o papel estratégico da medicina tropical na promoção da saúde pública, contribuindo com a construção de um projeto nacional de modernização baseado no controle das doenças endêmicas e na integração do Brasil ao circuito internacional da ciência médica.

O desenvolvimento da entomologia em Manguinhos encontra-se diretamente ligado às primeiras campanhas sanitárias das quais Neiva participou, assim como aos estudos publicados durante esse período, desdobramentos das investigações iniciadas por Oswaldo Cruz em 1901 (*Ibidem*). A utilização de subtítulos como *“Trabalho do Instituto de Manguinhos”*, o emprego de terminologias específicas e o empenho em contribuir com a sistemática dos insetos transmissores de doenças demonstram a preocupação em consolidar a identidade de um coletivo de pesquisa voltado a uma agenda de investigação de vanguarda, conectada com questões de saúde pública. Essa trajetória culminou na consagração da escola de Manguinhos, reconhecida não apenas pelo êxito no saneamento da capital, mas também por sua relevância na área de estudos das doenças tropicais (Kropf, 2009, p. 51).

A pesquisa entomológica de Neiva teve significativo impacto na sistemática. Após visitar importantes coleções em museus norte-americanos e europeus, ele obteve exemplares-tipo que possibilitaram estudos comparativos com os materiais coletados. Dedicando-se à coleta e classificação taxonômica de mosquitos, Neiva integrou-se a uma agenda de pesquisas de alcance global. Naquele período, cientistas britânicos e estadunidenses – em colaboração com pesquisadores de diversos países, incluindo o Brasil, buscavam mapear a fauna de insetos em regiões

sob influência de suas expansões imperialistas (Benchimol; Sá, 2006). Essa iniciativa decorria diretamente da comprovação do papel dos insetos, particularmente mosquitos, na transmissão de doenças como malária, filariose e febre amarela.

Neiva publicou seu primeiro trabalho em entomologia, descrevendo uma nova espécie de mosquito transmissor da malária (Neiva, 1908). Em seguida, foi selecionado para chefiar a campanha de saúde durante a abertura da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em uma região ainda desprovida de habitações (Benchimol, 1999). Nessa fase, realizou novas observações sobre dípteros hematófagos, contribuindo significativamente com o enriquecimento das coleções do Instituto Oswaldo Cruz (Lima, 1999). Além disso, produziu estudos voltados aos insetos de relevância médica, consolidando sua atuação na interface entre entomologia e saúde pública (Sá, 2006).

Diversos trabalhos de Neiva foram desenvolvidos em parceria com Adolpho Lutz, pioneiro no estudo das doenças tropicais que afetavam a população brasileira, como febre amarela, malária, peste bubônica e outras enfermidades endêmicas (Hochman, 1998; Benchimol, 1999). As contribuições de Lutz foram essenciais para a compreensão dos mecanismos de transmissão e para o desenvolvimento de medidas preventivas contra essas doenças (Benchimol, 1999). Vale mencionar que Lutz também desempenhou um papel fundamental na fundação do Instituto Bacteriológico de São Paulo.

Distante da concepção de uma viagem contemplativa, associada ao bem-estar e ao lazer, os longos deslocamentos realizados por Neiva no decorrer de sua trajetória foram orientados pela investigação e aproximação com o objeto de pesquisa. A ciência de campo, por ele encampada, consistia na observação acurada das condições locais e das situações específicas, com o intuito de identificar problemas e propor soluções. Entretanto, cumpre mencionar que nem todas as viagens empreendidas por ele assumiram caráter de expedição científica. Neiva percorreu diversas regiões, com vistas à realização de campanhas sanitárias em esferas locais e regionais, à condução de investigações entomológicas, à busca de especialização em áreas específicas e ao desempenho de funções administrativas, como a organização de departamentos em órgãos públicos.

É relevante destacar que durante a campanha antipalúdica do projeto ferroviário, Arthur Neiva recebeu, em 20 de setembro de 1908, uma carta de Ernesto

Gourg, então diretor do Museu Municipal de Lajeape, no Rio Grande do Sul. No documento, Gourg respondia a uma solicitação de Neiva sobre espécimes de *Tabanídeas* e larvas de insetos para suas pesquisas. Ele informou que possuía 38 variedades de *Tabanídeas* em sua coleção, a maioria oriunda de Yagapá, e que faria esforços para conseguir mais exemplares por meio de seus contatos. Além disso, relatou que ainda não havia obtido as larvas solicitadas, mas que enviaria alguém nos próximos dias para tentar coletá-las. Demonstrando seu compromisso com a pesquisa científica, Gourg reiterou sua disposição em colaborar, especialmente nos estudos sobre *Culicidae* e *Caliothrips*, contribuindo assim com o avanço das pesquisas de entomologia:

> Tenho em minha coleção 38 variedades de Tabanídeas, quase exclusivamente de Yagapá, com poucos duplicados, entretanto, procurarei entre os amigos todo quanto possível. Enviei de pedido a respeito às larvas, ainda não tive recaído de proceder, mas, vou mandar uma pessoa nestes dias ver se podem conseguir algumas. A recaída é oportuna e creio que terei em breve larvas e pupas de mais de uma espécie. Esperando seus trabalhos sobre Culicidae e Calotritus, continuo a seu dispor. Subscrevendo-me. Amigo e Cr.Ernesto Gourg[25]

Em abril de 1909, Arthur Neiva publicou o artigo “Contribuição para o estudo dos *dípteros*: Observações sobre a biologia e sistemática das anofelinas brasileiras e suas relações com o impaludismo” na obra *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, em parceria com Adolpho Lutz (Benchimol; Sá, 2006). O estudo foi publicado em português e alemão e analisava a biologia, ecologia e distribuição dos mosquitos da subfamília *Anophelinae*, destacando a importância de pesquisas taxonômicas mais aprofundadas no Brasil para compreender melhor a transmissão da malária. Neiva descreveu várias novas espécies de *Culicidae*, algumas em colaboração com César Pinto, ampliando o conhecimento sobre esses vetores e sua relação com a malária, então endêmica no Rio de Janeiro. Desempenhou um papel fundamental no estudo dos *Culicidae*, família de mosquitos que inclui espécies como *Aedes aegypti* e *Anopheles darlingi*, transmissores de doenças como dengue e malária.

Em 1909, ocorreu a descrição da doença de Chagas, um feito que projetou o Instituto de Manguinhos em nível internacional e consolidou a protozoologia como uma das mais importantes tradições de pesquisa da instituição (Kropf, 2009). A

[25] Ofício de Ernesto a Neiva, em 20/09/1908. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva: ANC.03.05.25.

doença foi descrita por Carlos Chagas, em colaboração com Belisário Penna, durante a campanha de controle da malária durante a construção do prolongamento dos trilhos da Central do Brasil no norte de Minas Gerais. Em 14 de abril de 1909, Chagas identificou o *Trypanosoma cruzi* em uma paciente: a menina Berenice, de apenas dois anos, residente em Lassance, Minas Gerais (Kropf, 2006). Chagas apresentou a primeira caracterização clínica da enfermidade que levaria seu nome em 26 de outubro de 1910, durante uma solenidade na qual se tornou membro titular da Academia Nacional de Medicina (ANM). Ele descreveu a fase aguda da infecção como caracterizada por febre, aumento do fígado, do baço e dos *gânglios*, além de inchaço facial (mixedema), um indicativo de comprometimento tireoidiano.

Esse feito representou um marco na ciência, pois Chagas foi o primeiro cientista a descrever integralmente o ciclo de uma doença, desde a identificação do agente infeccioso até seu vetor e os agravos por ele causados. Dois anos depois, entre os vetores da moléstia, destacou-se o *Triatoma brasiliensis*, cuja espécie foi descrita pelo cientista Arthur Neiva em 1911. Atualmente, esse inseto é reconhecido como o principal transmissor da doença de Chagas no nordeste do país.

A análise de Kropf (2006) destaca que a descoberta da nova moléstia tropical nos sertões mineiros assumiu significados particulares. Classificada inicialmente como uma “endemia dos sertões”, ela foi progressivamente incorporada ao discurso nacionalista e consolidada como “doença do Brasil”. Essa perspectiva simbolizava um país marcado pelo atraso e pelas endemias que debilitavam suas populações rurais, mas, ao mesmo tempo, evidenciava o avanço da ciência nacional, que desvendava o interior do Brasil e apontava caminhos para sua modernização.

Para Kropf (2006, 2009), o diagnóstico dessa enfermidade reforçou a noção de uma “doença do sertão”, diferenciando-a das chamadas “doenças tropicais” e conferindo-lhe um caráter distintamente nacional. Essa percepção foi amplamente divulgada pelo *Jornal do Commercio* que, em 26 de outubro 1912, referiu-se à moléstia como a “doença do Brasil”:

> Esse jovem Carlos Chagas, para, só para um exemplo, de alta síntese desse entusiasmo, dessa abnegação, dessa capacidade de trabalho, com descrever a schirotrypanose que lhe levará o nome a posteridade; com descobrir-lhe o parasito, achou a causa magna da propalada indolência do habitante de nossos sertões[26].

[26]Hemeroteca Digital. BN Digital. Jornal do Commercio*. Progresso das ciências no Brasil*, 26 out. 1912, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.br. Consultado em: 18 jan. 2024.

Oswaldo Cruz concebeu a descoberta da doença de Chagas como um marco da ciência brasileira, focalizando a importância dos estudos nacionais em protozoologia. O impacto dessa contribuição foi amplamente reconhecida no cenário internacional, culminando na concessão da prestigiada Medalha Schaudinn a Carlos Chagas, em reconhecimento à excelência de suas pesquisas. Em 1910, Cruz incumbiu Arthur Neiva de classificar os insetos conhecidos como “barbeiros”, detalhar seu ciclo biológico e investigar a forma de transmissão da recém-descoberta moléstia. Naquele período, a bem-sucedida campanha contra a febre amarela no Rio de Janeiro havia consolidado o prestígio de Manguinhos, especialmente após Cruz ser condecorado com a medalha de ouro em Berlim[21]. A escolha de Neiva por uma especialização nos Estados Unidos foi motivada tanto por seu interesse em aprofundar os estudos em entomologia quanto pelo desejo de seu mentor de que essa formação não se desenvolvesse na Europa, mas no país com o qual havia recém estreitado os laços.

As pesquisas de Neiva contribuíram com a busca por evidências da tripanossomíase, favorecendo significativamente com o avanço da compreensão dos transmissores da doença do ponto de vista da taxonomia. Enquanto Chagas inicialmente acreditava que o contágio ocorria por meio da picada do inseto, observações feitas por colaboradores como Emanuel Dias, postulavam que o *barbeiro* defecava durante ou após a alimentação sanguínea. Com base nisso, formulou a hipótese de que a infecção acontecia quando o indivíduo coçava a área da picada, introduzindo as fezes infectadas, que continham os tripanossomos, por meio de pequenas lesões na pele ou mucosas, como os olhos.

2.3 NEIVA E A ENTOMOLOGIA ESTADUNIDENSE

Em abril de 1910, Arthur Neiva chegava ao Museu de História Natural de Washington, onde efetuou estudos sobre entomologia aplicada que foram apreciados por pesquisadores brasileiros e norte-americanos. Ele foi um dos poucos discípulos do IOC que viajou para os Estados Unidos, e o mais próximo colaborador de Adolpho Lutz (Benchimol; Sá, 2006). A sua estadia em Washington tem relação com a visita feita por Oswaldo Cruz, diretor do Instituto de Manguinhos, à cidade entre os anos de 1907 e 1908.

A correspondência de Cruz a Neiva, datada de 18 de julho de 1907, esclareceu o processo de construção da rede de sociabilidade internacional, destacando a satisfação de Cruz ao conhecer o modo de trabalho dos norte-americanos e o repertório de temas relevantes no debate científico internacional[27]. Cruz enfatizou a importância de seu discípulo dedicar mais esforços ao aprendizado do inglês e à resolução de questões relacionadas à entomologia. Segundo a narrativa da correspondência, a viagem de Neiva aos Estados Unidos era uma questão de tempo e oportunidade, pois Cruz já havia analisado as condições externas e concluído ser vantajoso preparar Neiva para a experiência em Washington.

A carta enviada por Oswaldo Cruz a Arthur Neiva [28] demonstra o seu entusiasmo com a experiência nos Estados Unidos, ressaltando o nível avançado de conhecimento dos pesquisadores norte-americanos sobre a entomologia brasileira e a importância da troca científica entre diferentes nações. Cruz solicitou a Neiva que organizasse uma nova coleção de exemplares para envio, com o intuito de fortalecer a colaboração e manter a receptividade positiva dos cientistas estrangeiros. Ademais, menciona a possibilidade de questionamento em relação ao trabalho do professor Theobald, cuja autoridade na área, até então, não havia sido contestada. Entre os anos de 1900 e 1914, Theobald desempenhou um papel central no estudo dos mosquitos, publicando aproximadamente 65 trabalhos sobre o tema (Benchimol; Sá, 2006). Sua contribuição mais expressiva foi a obra *A Monograph of the Mosquitoes of the World*, composta por cinco volumes publicados entre 1901 e 1910. Com quase 2.500 páginas e um extenso acervo iconográfico, esse estudo representou um dos mais abrangentes esforços para a sistematização dos *Culicidae* na época. Apesar de suas classificações taxonômicas terem sido revisadas posteriormente, a monografia se tornou um referencial para investigações futuras sobre o grupo (*Ibidem*).

No âmbito da correspondência em questão, Howard, Dyar e Knab estavam conduzindo uma pesquisa que introduziu uma modificação significativa na sistemática dos mosquitos, favorecendo o avanço do conhecimento entomológico:

---

[27] Carta de Oswaldo Cruz a Neiva, de 18/07/1907. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva: AN: 1916.11.27.
[28] *Ibidem*.

> Meu caro Neiva,
> Que povo admirável é este! Que atividade, que progresso e, sobretudo, que intuição prática das coisas da vida! Fui visitar ao Howard, que se mostrou muito conhecedor de nossas coisas e que me apresentou a seus colaboradores, já nossos conhecidos, Dyar e Knab. Estão trabalhando numa bela monografia sobre culicídeos, baseada no estudo das larvas. Mostraram-me os desenhos: magníficos. Vão atirar o Theobald por terra. Mostraram-se muito entusiasmados quando eu lhes disse que estávamos inteiramente desnorteados com a orientação dada por Theobald. Pediram-me e prometi-lhes uma coleção tão completa quanto possível de nossos mosquitos que eles na maioria não conhecem. Peço-lhe que quanto antes prepare uma coleção para enviar-lhes. Manifestando desejo em mandar para aqui um assistente estudar estas questões de entomologia, mostraram-se satisfeitíssimos com a ideia que foi aceita de braços abertos. De modo que é preciso que você comece a aprender a falar inglês. Desejam também saber as datas dos números da Imprensa Médica em que vieram os artigos do Lutz, para estabelecer questões de prioridade. Não tenho certeza, mas creio que o Peryassú tratou, talvez, com pouca importância a classificação do Knab e Dyar. Se for ainda tempo convinha modificar qualquer expressão mais áspera, porque são uns trabalhadores sem iguais. Conversamos longamente sobre essas questões e dentre as muito ventiladas as que de momento lembro-me, como de maior interesse são: valor de estudo da face interior de abdômen da imago na classificação [...]. Estão prontos a orientar a quem aqui vier. Vale a pena! Cá e lá... [...]. Quanto mais coisas interessantes vejo, mais brasileiro e mais patriota vou ficando. Sou o contrário dos outros, em vez de alargar os horizontes vou restringindo-os cada vez mais e tenho esperanças de que certa pessoa, que conhece e muito aprecia fique, em breve, com essas ideias...retrógradas. Brasil for ever, como aqui diriam[29].

É oportuno explicitar a preocupação de Oswaldo Cruz em organizar os artigos da imprensa médica, destacando seu papel fundamental na criação de uma rede de sociabilidade entre médicos brasileiros e internacionais, além de abordar temas essenciais para a prática médica e o avanço da ciência no Brasil. Cruz vislumbra a possibilidade de aprofundar cada vez mais as pesquisas entomológicas por meio da experiência internacional, o que, paradoxalmente, também reforça seu sentimento nacionalista. Com entusiasmo, ele ressalta o convite dos pesquisadores norte-americanos para receber cientistas brasileiros “de braços abertos” e orientá-los em suas investigações.

[29] Carta de Oswaldo Cruz a Neiva, de 18/07/1907. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva: AN: 1916.11.27.

Neiva realizou pesquisas com os principais representantes da chamada “entomologia aplicada”: Leslian O. Howard, Harrison Gray Dyar e Frederick Knab. Eles coordenavam a preparação de uma monografia sobre os insetos de relevância médica no continente americano, que contou com a contribuição de um capítulo de Neiva sobre os agentes causadores da malária. Ele chegou aos Estados Unidos exatamente quando Theobald publicava o quarto e último volume de sua monografia. Lá interagiu bastante com os três personagens exponenciais da entomologia norte-americana, em vias de publicar obra tão importante quanto a do entomologista britânico (Benchimol; Sá, 2006). O livro *A history of applied entomology* foi publicado anos depois, em 1930, com autoria de L.O. Howard.

A carta de Howard a Neiva, em 30 de junho de 1911, narrou o trabalho de coleta e análise dos materiais durante a pesquisa para o avanço da entomologia médica, disciplina essencial para o estudo de insetos vetores de doenças. Dentro do contexto científico do período, a missiva elucida a construção do fato científico entre os pesquisadores durante o processo. Diversas enfermidades estavam sendo relacionadas com tais insetos, como a febre amarela, a doença de Chagas e a leishmaniose, o que reforçava a necessidade de aprofundamento nos estudos sobre os vetores e seus mecanismos de transmissão. A menção ao *Flebotomus* brasileiro, grupo de insetos envolvidos na transmissão das leishmanioses, destaca o interesse crescente na identificação e classificação desses organismos, fundamentais para a compreensão e o controle das doenças tropicais. O trabalho de Neiva insere-se em um esforço mais amplo de consolidação da entomologia médica como uma área estratégica da ciência, essencial para a saúde pública e o combate às enfermidades transmitidas por vetores. É relevante destacar o reconhecimento e o respeito que o jovem pesquisador Neiva conquistou entre seus pares ao dedicar-se a essa área de estudo, tal como salienta a fonte a seguir:

> Meu querido doutor Neiva. Tive notícias suas recentemente, apenas indiretamente, através das cartas do doutor Lutz. O Sr. Knab, porém, me contou que recebeu uma carta sua há algum tempo na qual o senhor falava do trabalho que iria fazer com o Flebotomus brasileiro, e que o senhor estava ansioso para ver as espécies descritas pelo Sr. Ilha Plummers e Guatemala, nomeadamente F. vexator. Pedi ao Sr. Baber que conseguisse alguns bons espécimes, e ele colocou quatro em uma caixa que foi coletada há três noites em Plummers Island e esta caixa irá para você acompanhando o correio. Espero que os espécimes sejam úteis para você e, claro, você possa mantê-los. Por favor, não deixe de me avisar sempre que houver algo que

> eu possa fazer por você aqui. Com saudações ao Doutor Cruz e ao Doutor Lutz e, especialmente, votos de felicidades à Sra. Neiva, acredite, meu caro colega. Com os melhores cumprimentos. L.O. Howard. Chefe do Bureau[30].

Três meses depois de chegar a Washington, em 11 de setembro de 1910, Neiva escreveu extensa carta a Adolpho Lutz relatando suas impressões sobre o trabalho dos dipterologistas chefiados por Howard (Benchimol; Sá, 2006). Neiva ficou, a princípio, deslumbrado com o que viu no Museu de História Natural de Washington, especialmente com o método de trabalho dos norte-americanos. Durante a estada em Washington, Neiva teve sua atenção e entusiasmo despertados por um grupo de mosquitos não hematófagos: os *Megarhinus*.

A escolha de Arthur Neiva pela sistemática de mosquitos não foi um acaso nem um detalhe sem importância. No começo do século XX, a medicina tropical estimulava os médicos para muito além da área clínica tradicional, pois era preciso aprender a observar a natureza, classificar espécies, entender a vida dos vetores, um repertório que vinha da história natural, e não das escolas médicas clássicas. Como analisam Caponi (1997) e Worboys (1996), nessa conjuntura, o domínio da identificação e do estudo dos mosquitos tornava-se tão fundamental quanto a prática clínica tradicional. A ciência de campo adquiria novo prestígio, exigindo do médico a capacidade de abandonar o espaço restrito do consultório para adentrar o ambiente natural com rigor metodológico, incorporando técnicas de observação, coleta e classificação próprias da zoologia e da entomologia. Neiva, ao se especializar nessa área de atuação, respondeu a uma necessidade concreta das demandas do período. Conhecer os mosquitos era entender, na prática, como combater doenças como a malária e a febre amarela, dois graves problemas de saúde pública no Brasil daquele período. Mais do que acompanhar uma tendência, Neiva se projetou como especialista justamente porque foi capaz de transformar o campo em laboratório e o sertão em objeto legítimo da ciência biomédica. Seu trabalho, que unia a precisão da pesquisa com a urgência do combate às epidemias, teve reconhecimento além dos muros de Manguinhos e chegou às páginas da imprensa nacional, sendo citado no *Jornal do Commercio*, 26 de outubro de 1912:

[30] Carta de Howard a Neiva, de 30/06/1911. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva: Anc. 1916.11.27.

> Em Manguinhos se têm efetuado estudos sobre nossa fauna deletéria: anofelinas, tabanídeos, comorianos, etc., tem ali sido pacientemente estudados por Adolpho Lutz e Neiva. Os arquivos e memorias desses diversos institutos atestam-lhes os progressos[31].

Ao analisar o material depositado no Museu Nacional e a bibliografia lá disponível, Neiva percebeu que os brasileiros tinham conhecimento muito mais abrangente do grupo graças à observação das larvas e posturas. Ele examinou cuidadosamente os exemplares disponíveis no Museu e propôs a Lutz que fizessem a revisão do grupo. Tomou, ainda, a iniciativa de escrever a Peryassú[32], em Belém, para pedir-lhe que coletasse larvas de *megarhinus*[15] e as enviasse ao Instituto Oswaldo Cruz. Após receber cartas de recomendação de Howard, Neiva viajou pela Europa com o propósito de visitar museus de história natural, em Paris, Londres, Viena, Berlim e Copenhague, a fim de completar os estudos que resultariam na "Revisão do Gênero Triatoma" (1914), grupo popularmente conhecido no Brasil como "barbeiro", os quais haviam sido recentemente apontados como transmissores da "tripanossomíase americana" ou doença de Chagas (Kropf, 2009). O gênero *Triatoma* foi assunto de sua tese de livre docência para a Cadeira de História Natural e Parasitologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, publicada em 1914.

O fim do ciclo da estada nos Estados Unidos foi narrado na correspondência de Howard a Neiva, de 4 de fevereiro de 1911, em caráter de agradecimento pela sua atuação científica no país, a fim de manter as portas abertas para trabalhos futuros com os brasileiros, especialmente, Arthur Neiva. A partir do texto, é possível identificar o desejo de manter o contato contínuo, sugerindo que a despedida não representaria o encerramento do trabalho, mas sim a continuidade da colaboração entre os pesquisadores. Howard valorizou o trabalho de Neiva pela nomenclatura da nova espécie identificada, reconhecendo a contribuição do pesquisador para o avanço da classificação científica e valorizando seu trabalho no processo de descoberta e descrição. No final da carta, a expressão "acredite em mim" enfatiza a

[31] Hemeroteca Digital. BN Digital. Jornal do Commercio. *Progresso das ciências no Brasil*, 26 out. 1912, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.br. Consultado em: 18 jan. 2024.

[32] Lauro Travassos de Peryassú (1883-1961) integrou a primeira geração de cientistas formados em Manguinhos, especializando-se no estudo dos culicídeos e consolidando-se como referência em entomologia médica no Brasil. Como analisa Benchimol (1999), sua trajetória expressa o movimento de incorporação de práticas da zoologia e da sistemática à medicina tropical nascente, num momento em que o domínio técnico sobre os vetores era considerado essencial para o êxito das campanhas sanitárias. Peryassú atuou em expedições científicas e contribuiu para a formação de um saber estratégico que articulava pesquisa biomédica, saúde pública e o projeto de modernização territorial da República.

relação de parceria entre eles, fortalecendo a disposição de Howard em atender Neiva em solicitações de materiais do Museu Nacional dos Estados Unidos:

> Meu caro doutor Neiva. Recebi sua encantadora carta de 21 de janeiro de Paris. Vejo que sua visita aos Estados Unidos o levou a parar no Hotel Montana. O senhor provavelmente se lembrará de que existe um estado na União conhecido como Montana. Sou muito grato a você por ter dado meu nome à nova espécie de Triatoma (*Conorhinus*), e fico muito feliz que você e Blanchard tenham tido a bondade de dizer coisas boas a meu respeito. Estou enviando esta carta para o Brasil, já que o senhor escreveu que espera estar lá no dia 9 de março. Espero que sua esposa tenha aproveitado o resto da viagem mais do que a estadia no calor do verão de Washington. Agradeço imensamente por sua oferta de nos ajudar a partir de seu importante posto no Brasil, e peço-lhe que assegure que tanto o Bureau de Entomologia quanto a Divisão de Insetos do Museu Nacional dos EUA estão sempre à sua disposição. Eu mesmo estou pessoalmente às suas ordens. Acredite em mim, meu caro Dr. Neiva[33]

O trabalho de Arthur Neiva ganhou notoriedade também em São Paulo. Em um ofício assinado por Rodrigues Alves, em outubro de 1911, foi comunicado que Neiva havia recebido um reconhecimento público de mérito pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, um gesto de prestígio por suas contribuições científicas nos Estados Unidos. Essa ação reforçou o papel dos discípulos de Manguinhos na projeção da ciência brasileira, revelando o impacto de suas pesquisas no cenário nacional e internacional. Para Rodrigues Alves, Neiva estava conseguindo representar o Brasil no “concerto científico do mundo”, demonstrando como sua atuação fortalecia a presença brasileira na comunidade científica global, conforme a fonte a seguir:

> Tenho a honra de comunicar-vos que a Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo, por proposta do exmo. Sr. E. Vampré, votou em sessão ordinária, um voto de congratulação, cujos elevados merecimentos foram com que vos achais de distinguir o precioso espírito, levando à alma manter, o nome do Instituto de Manguinhos no concerto científico do mundo. Transmitindo-vos o voto da Sociedade, peço-vos aceitar também os meus sinceros e ardentes aplausos. São Paulo, Outubro de 1911; S. S. Rodrigues Alves. 1º Secretário[34].

[33] Carta de Howard a Neiva, de 04/02/1911. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva: ANc 1916.11.27.
[34] Carta de Rodrigues Alves a Neiva, em outubro de 1911. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. Anc 1916.11.27.

O reconhecimento público concedido a Arthur Neiva revela não apenas o seu prestígio individual, mas também a inserção estratégica da ciência brasileira no cenário internacional. A homenagem fazia referência às contribuições de Neiva nos Estados Unidos, quando realizou estudos avançados de entomologia sob a orientação de Leland Ossian Howard, então chefe da Divisão de Entomologia do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Benchimol, 1999; Sá, 2006). Sua passagem por centros de excelência norte-americanos não apenas aprofundou sua formação científica, como também ampliou as redes internacionais de Manguinhos, reforçando a legitimação do Instituto diante da comunidade científica global. A experiência em solo americano, marcada pela forte valorização da ciência aplicada e do ideal de progresso técnico, moldou em Neiva uma admiração pelo modelo estadunidense, sentimento que mais tarde seria compartilhado com Monteiro Lobato (Lima, 1999). Sua trajetória internacional articulava reconhecimento público, especialização técnica e a formação de um imaginário científico alinhado às perspectivas de modernização nacional.

2.4 UM SANITARISTA FORMADO PELA EXPERIÊNCIA DE CAMPO: A EXPEDIÇÃO DE NEIVA E PENNA AOS ESTADOS DO NORTE E NORDESTE EM 1912

A produção científica de Arthur Neiva, em sentido mais estrito, se articula com trabalhos que abordam a formação do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), a institucionalização da medicina experimental, as campanhas sanitárias vinculadas ao projeto de modernização republicana e a decolagem de programas de pesquisa no campo da medicina tropical. Entre essas experiências, a expedição realizada em 1912 ao norte e nordeste do Brasil, ao lado de Belisário Penna, tornou-se o episódio mais revisitado de seu itinerário científico, sobretudo pelo impacto que teve no debate sobre a identidade nacional durante a Primeira Guerra Mundial (Neiva; Penna, 1916; Benchimol, 1990; Hochman, 1998; Castro-Santos, 1985; Lima, 2007).

Arthur Neiva exerceu um papel decisivo na concepção, execução e divulgação dos resultados da expedição. Intimamente envolvido na redação do relatório publicado em 1916, Neiva soube traduzir a experiência de campo em um documento que articulava observações científicas minuciosas, crítica social e propostas de intervenção sanitária. Sua formação experimental e seu domínio das

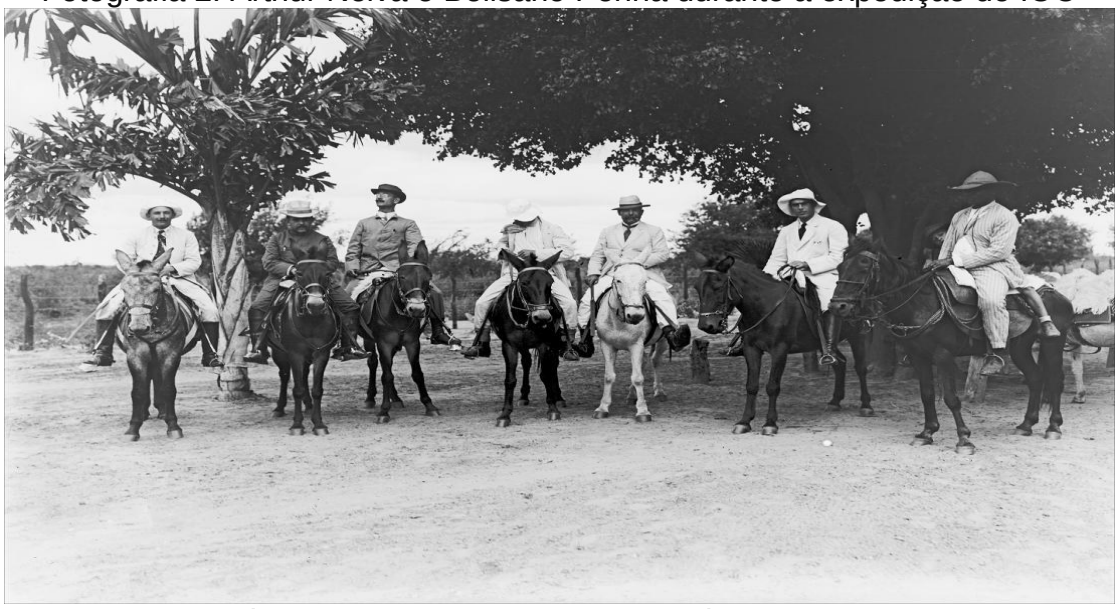
práticas de sistematização científica permitiram-lhe construir uma narrativa densa, que ultrapassava a simples descrição geográfica ou epidemiológica. Além disso, Neiva atuou estrategicamente na circulação do relatório nos círculos científicos e intelectuais da época, utilizando-o como ferramenta de intervenção pública no debate sobre a modernização do Brasil (Sá, 2010; Lima, 1999). Sua ação salienta a centralidade do cientista na articulação entre ciência, política e identidade nacional, reforçando o papel de Manguinhos como produtor não apenas de insumos biomédicos, mas também de diagnósticos críticos sobre o país. Ademais, o relatório de 1916 atua na produção da autoridade científica de Arthur Neiva, projetando-o como cientista público.

A partir disso, Neiva exerceu uma função estratégica na circulação do relatório entre os círculos intelectuais, usando-o como instrumento de intervenção pública para estimular debates sobre o atraso do interior e a necessidade de reformas sanitárias estruturantes (Sá, 2009). Essa estratégia de divulgação reforça seu posicionamento como um cientista engajado não apenas na pesquisa, bem como na construção de um projeto de nação moderna. A medicina, para Neiva, assumia contornos de discurso social, articulando saber científico e nacionalismo, como apresenta o cartão-postal enviado por Oswaldo Cruz em 4 de outubro de 1912, no qual o mestre expressa o sentimento de “honra à pátria” diante do trabalho desempenhado por seu discípulo.

Em pesquisas historiográficas, Arthur Neiva e Belisário Penna são frequentemente analisados como “intérpretes do Brasil” nas décadas de 1910 e 1920, especialmente pelo papel que desempenharam ao denunciar as desigualdades sanitárias entre o interior e o litoral (Lima, 1999; Hochman, 1998; Sá, 2006). A atuação de Neiva, ao registrar cientificamente essas disparidades, foi fundamental para impulsionar o movimento sanitarista, inserindo a ciência biomédica como instrumento de reforma social e de reconfiguração simbólica do território brasileiro. Durante a expedição, os dois cientistas percorreram áreas rurais e urbanas, em um trabalho financiado pelo Instituto Oswaldo Cruz e pela Inspetoria de Obras contra as Secas (Ponte; Lima; Kropf, 2010). A publicação do relatório, em 1916, foi considerada um marco científico e político: pela primeira vez, uma narrativa embasada na ciência experimental documentava de forma sistemática a realidade do sertão, rompendo com estereótipos e propondo novas bases para a compreensão dos problemas nacionais (Lima; Fonseca; Hochman, 2005).

A seguir, a fotografia da expedição em Juazeiro, na Bahia, exibe o caráter itinerante da prática científica no período, marcada por deslocamentos extensos e pela presença simbólica do Estado em regiões periféricas. Vestindo ternos claros e chapéus, os expedicionários são interpretados como representantes do saber técnico e da medicina oficial em trânsito pelos sertões, materializando os ideais civilizatórios e higienistas que orientavam a ação republicana sobre o território nacional:

Fotografia 2: Arthur Neiva e Belisário Penna durante a expedição do IOC



Fonte: TEIXEIRA, José. Grupo a cavalo, entre eles, Belisário Penna e Arthur Neiva. Expedições do IOC. Juazeiro (Bahia). Fundo Instituto Oswaldo Cruz. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/6246. Consultado em: 18 jan. 2024.

De março a outubro de 1912, Arthur Neiva e Belisário Penna percorreram a cavalo ou em lombo de mula por sete mil quilômetros pelos estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás. Às vésperas dessa ofensiva científica e sanitária, detalharam as normas que deveriam presidir tanto a coleta de material zoológico quanto as observações sobre as doenças que os expedicionários iriam encontrar no interior do país, com especial atenção às dermatoses e à doença de Chagas. A expedição inédita despertou interesse de colaboração em pesquisadores brasileiros e norte-americanos, tal como Howard, quando escreveu 4 de abril de 1912, em carta a Neiva:

> Estou interessado em saber sobre a sua longa viagem ao interior do Brasil, e desejo-lhe o maior sucesso nas suas coleções e observações. Se, no seu regresso, pudermos ajudá-la de alguma forma na determinação dos seus espécimes ou de qualquer outra forma, pode ter a certeza de que os homens deste Gabinete e da Divisão de Insectos do Museu Nacional dos EUA estão inteiramente ao seu serviço. Com os melhores votos para Mme. Neiva e saudações calorosas para si. Atenciosamente, L.O. Howard. Chefe de Gabinete[35].

Foi grande a expectativa em torno da viagem científica promovida pelo IOC ao interior do país. A expedição partiu do Rio de Janeiro em 18 de março de 1912, com destino à Bahia. A comissão era composta pelos Drs. Arthur Neiva e Belisário Penna, acompanhados dos auxiliares Octavio Amaral e José Teixeira, além dos Drs. João Pedro de Albuquerque e José Gomes de Faria, estes últimos com destino ao Ceará (Neiva; Penna, 1916). O relatório da viagem científica de 1912, que percorreu áreas afetadas pela seca, é rico em observações sobre medicina, higiene e história natural (Lima; Fonseca; Hochman, 2005). Neiva e Penna ressaltaram a defasagem dos dados disponíveis, indicando que expedições científicas dessa natureza eram inéditas no país e que os dados obtidos eram limitados, carentes de estudos sistemáticos mais aprofundados (Neiva; Penna, 1916; Ponte; Lima; Kropf, 2010). Realçaram também a ausência de informações precisas sobre climatologia, reconhecendo que suas análises se baseavam em registros fragmentários das condições climáticas locais ao longo do ano (Neiva; Penna, 1916).

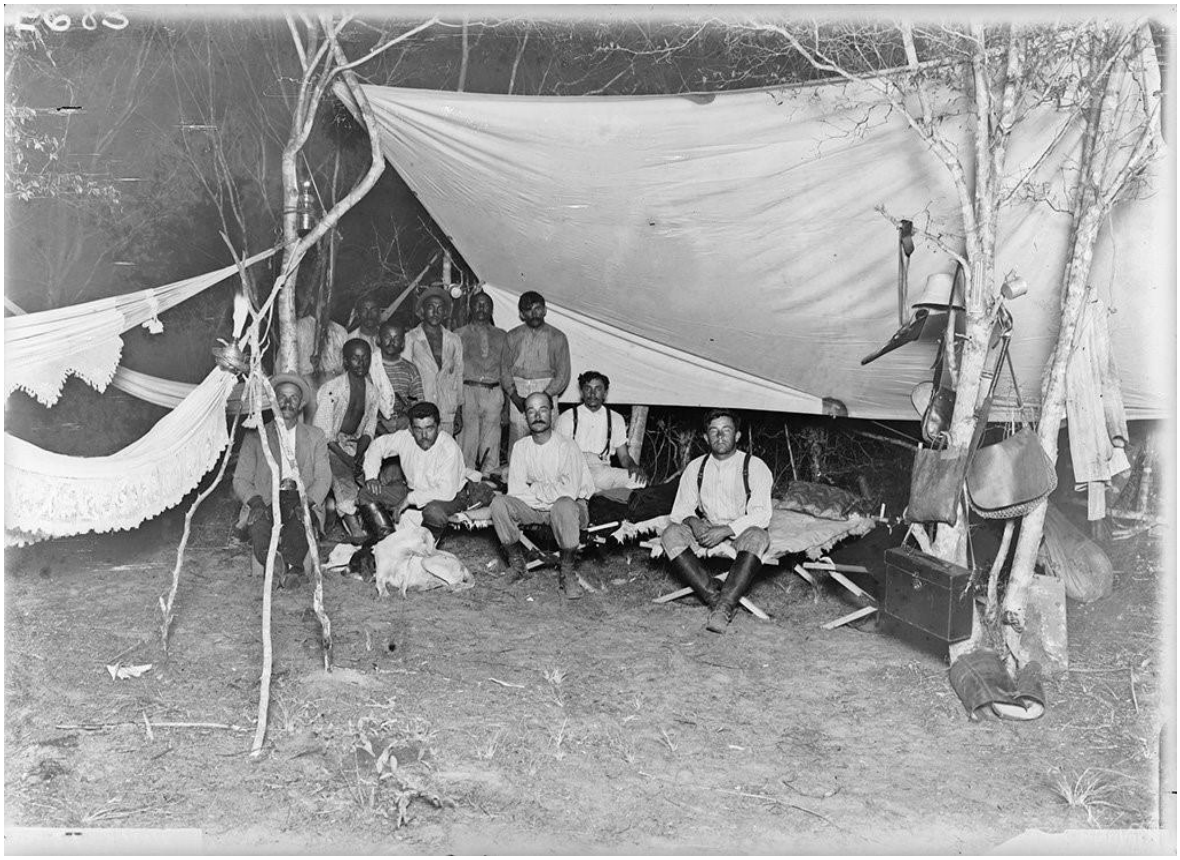
As fotografias registradas durante a expedição foram fundamentais para alavancar o debate da saúde pública e saneamento no período (Thielen, 1991; Azevedo, 2006). O fotógrafo José Teixeira acompanhou Neiva e Penna durante a viagem. Foi responsável por documentar a flora e fauna, os habitantes do sertão e tudo aquilo que lhe despertou o interesse e curiosidade. Mais do que isso, ele registrou as mazelas sociais que afligiam o país: “No universo das imagens geradas pelas expedições médico-sanitárias do Instituto Oswaldo Cruz, foram identificadas certas recorrências temáticas: trabalho, vida social, transportes, paisagem urbana, paisagem rural e fluvial, habitação, animais, rochas, plantas, doentes, retratos, famílias” (Coc, 1992, p. 24). A ânsia por retratar o Brasil, e não mais pintá-lo, foi guia da produção deste material, tendo em vista a preocupação em registrar o modo de

[35] Carta de Howard a Neiva, de 04/04/1912. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva: ANc.1916.11.27.

vida e organização do trabalho do povo – “o Brasil moderno e urbano que interroga um Brasil desconhecido, arcaico e rural” (*Ibidem*).

A imagem a seguir é uma rica fonte que permite nos transportar para as condições estruturais da viagem, no estado do Piauí. Nela, é observado um acampamento com lonas e redes improvisadas próximos à região de mata, salientando os desafios enfrentados pelos cientistas e seus auxiliares durante o longo percurso. Um cenário cheio de adversidades logísticas e limitações das condições de trabalho em um contexto tão remoto, fornecendo uma visão concreta das dificuldades que marcaram a expedição científica. Essas e outras imagens da expedição foram detalhadamente analisadas na dissertação de Maria Cecília Azevedo (2006), que examina como esses registros beneficiaram os estudos em medicina tropical realizados no Instituto Oswaldo Cruz nas duas primeiras décadas do século XX:

Fotografia 3: O acampamento de Neiva e Penna no estado do Piauí



Fonte: Acampamento. Ao centro, sentados, Belisário Penna e Arthur Neiva. Em Bebe Mijo (PI), em junho de 1912. Foto: Acervo COC. Disponível em: https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/expedicao-cientifica.html#menu-galerias. Consultado em: 10/12/2023.

Pondero que essa fotografia captura emblematicamente o encontro entre o projeto científico da Primeira República e o chamado “Brasil profundo”, composto por territórios e populações à margem das políticas estatais e dos processos modernizadores em curso. Mais do que registros documentais científicos, as expedições científicas do IOC cumpriram uma função política. A trajetória intelectual de Arthur Neiva e Belisário Penna exemplifica a simbiose entre prática científica e projeto nacional, visto que suas expedições se tornaram instrumentos de diagnóstico social e vetores de intervenção política, materializados no relatório de 1916 que, ao analisar a degradação ambiental do sertão por intermédio de rigoroso estudo da vegetação, como as variedades de imbuzeiro e da crise hídrica, articulou conhecimento empírico e discurso reformista, denunciando tanto o abandono do interior quanto as limitações do federalismo vigente, ao passo que paradoxalmente reforçava os pressupostos centralizadores do Estado republicano, apresentado a natureza dialética de sua produção científica: simultaneamente descritiva e prescritiva, técnica e política, local e nacional, constituindo-se num marco epistemológico que redefiniu as relações entre saber e poder no Brasil moderno.

O relatório da expedição registra a identificação de protozoários patogênicos, como *Plasmodium falciparum*, *Plasmodium vivax* e *Trypanosoma cruzi*, agentes causadores da malária e da doença de Chagas (Neiva; Penna, 1916; Lima; Fonseca; Hochman, 2005). Parte do material biológico foi perdida devido à quebra de frascos durante o transporte, problema que já havia comprometido, anteriormente, amostras de plâncton coletadas por Marques da Cunha no Instituto Oswaldo Cruz (Neiva; Penna, 1916). A análise dos vermes recolhidos ficou a cargo de Lauro Travassos, responsável pela seção de helmintologia, que identificou trematodes e cestodes em fase de estudo (Ponte; Lima; Kropf, 2010). Foram ainda observados carrapatos atípicos e a presença de mocós nas malocas, detalhando aspectos pouco documentados da fauna local. Também acusaram a presença dos vetores da doença de Chagas:

> Em Paranaguá encontramos as primeiras *T. megista*, infectadas com o *Trypanosoma cruzi*, e este fato vieram confirmar as suspeitas clinicamente baseadas, que a moléstia de Chagas já “pintava”, aparecia esporadicamente, no dizer daquelas zonas. O nome vulgar dos triatomas possui larga sinonímia, variando um lugar para outro; além das citadas, a ninfa ou larva é designada de cascudo e

> borrachudo, denominações que, no Sul correspondem aos simulidas[36].

Para os cientistas, a *tripanossomose*, já identificada na Argentina e em El Salvador, apresentava alta probabilidade de ocorrência em outras regiões da América do Sul, especialmente no Brasil, onde a doença de Chagas se manifestava de forma expressiva. O relatório Neiva-Penna menciona uma nota publicada na revista *Brasil Médico*, em agosto de 1913, com resultados experimentais: fezes do inseto *T. sórdida*, contaminadas com *T. cruzi*, conseguiram infectar uma cobaia após contato com a conjuntiva ocular. Os pesquisadores destacaram que a transmissão ocorre principalmente pela pele e mucosas, sendo o rosto a área mais atingida devido à sua exposição durante o sono[37]. Também registraram no relatório os casos de febre amarela na Bahia. Foi citado o falecimento do governador do Ceará, vítima de febre amarela, mesmo não tendo casos de epidemia no estado: “A febre amarela existia em Fortaleza e a sua presença passava despercebida e somente foi revelada, por ter atacado personalidade de destaque e o mal se desenvolver num modo clinicamente clássico” (Neiva; Penna, 1916, p. 127).

No mesmo período, Neiva redigiu um documento no qual abordava o estágio da febre amarela no Brasil, destacando-a como um grande problema nos estados do Nordeste, especialmente entre a Bahia e o Ceará, com suspeitas de aumento endêmico no Espírito Santo e Maranhão. O documento não está datado, mas, com base nas informações presentes nele, pode-se presumir que foi escrito antes da publicação do relatório de viagem com Penna, em 1916. Neiva alertou sobre a expansão da zona infectada pela moléstia, que poderia se estender tanto para o norte quanto para o sul do país. Foi enfático ao solicitar a erradicação da febre amarela, argumentando que, caso o Brasil não adotasse medidas com seus próprios recursos, os norte-americanos o fariam, possivelmente adotando o lema chileno “por la razón o la fuerza”. Todavia, ele esclareceu que “força” não se referia ao uso de

---

[36] NEIVA, Arthur.; PENNA, Belisário. Viagem cientifica: pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, 1999. FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). AN FC ST 06.

[37] “Os reduzidos hematófagos, como são sabidos, preferem sugar o rosto, esta preferência, porém, não indica nenhum tropismo especial por esta parte; a explicação é simples, reside na circunstancia de não se acharem protegidos pelas vestes durante o sono, o antebraço e principalmente a mão; devido a este fato são sedes preferidas para picadas e é obvio que, se os dedos contaminados pelas fezes depositados sobre estas partes entrarem em contato com as mucosas da boca ou do nariz ou o que é mais comum, chegarem até os olhos, a infeção é provável senão certa, porquanto, pela contaminação dar-se pelo menos em cobaia, tão rapidamente como se fizéssemos uma inoculação peritoneal”. (*Ibidem).*

canhões, mas a uma arma ainda mais eficaz: a boicotagem comercial de toda a região afetada[39].

Na concepção de Neiva, o presidente Rodrigues Alves deveria assumir o papel central de erradicar, em todo o país, a doença que já havia sido eliminada no Rio de Janeiro durante o governo anterior. Um obstáculo previsível seria a resistência de alguns estados, especialmente da Bahia, cujas autoridades poderiam solicitar ao Governo Federal os recursos necessários para combater o flagelo com seus próprios meios locais.

> A Bahia, que constitui uma verdadeira ameaça para o Rio de Janeiro com a febre que ali é endêmica, tem dado uma rara prova de incapacidade em questões de higiene, pois, dois diretores, um após outro, o Prof. Pinto de Carvalho e o Prof. Gonçalo Moniz, tentaram, em vão, acabar com a febre amarela naquela cidade. Por várias vezes, a Diretoria Geral da Saúde Pública ofereceu-se para extinguir o mal, porém os poderes locais aceitavam o oferecimento, mas o queriam transformar em moeda, a fim de o empregarem na profilaxia específica, coisa que nunca conseguiram por se saber, de antemão, que tais recursos seriam desviados dos seus verdadeiros fins [...]. O "Estado de S. Paulo", de 27 de novembro do corrente ano, publica o seguinte telegrama de "United Press", o que bem mostra quão ansioso estão os norte-americanos para agirem na América do Sul com o fim de eliminar a febre amarela, conforme declaração que acima transcrevi, do relatório da fundação Rockefeller[38].

Em 1914, lançou a Campanha Mundial de Erradicação da Febre Amarela, voltada às Américas e à África, apostando que a eliminação de doenças impulsionaria o crescimento econômico ao ampliar mercados para tecnologia e produtos manufaturados (Cueto, 1994; Farley, 2004). A ideia de erradicação, promovida em campanhas contra ancilostomíase, febre amarela e malária, baseava-se na expectativa de que, a longo prazo, o controle permanente reduziria os custos sanitários (Farley, 2004). Ao longo do século, o conceito foi alvo de críticas entre cientistas, gerando intensos debates (Cueto, 1994). Destaca-se a atuação de Neiva e Penna, que contrariaram a concepção predominante de que a febre amarela se restringia a cidades litorâneas, ao registrar focos da doença no interior, favorecendo posteriormente a formulação da teoria da febre amarela silvestre (Neiva; Penna, 1916; Lima; Fonseca; Hochman, 2005).

---

[38] NEIVA, Arthur. *Extinção da febre amarela no Brasil,* s.d. FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). NA. DP. DR. 01.

Ainda em 1914, Neiva e Penna identificaram casos de febre amarela em Santo Amaro, Bahia, mostrando que o recôncavo também estava contaminado, fato confirmado pelo Boletim Sanitário Estadual. Registraram ainda ancilostomíase em crianças tratadas com fumo mascado e alta incidência de impaludismo, sífilis, lepra e outras doenças. Essas observações reforçavam a visão das campanhas médicas: um Brasil rico em recursos, mas com infraestrutura precária e populações dependentes de curas tradicionais e religiosas[39]. A medicina popular foi abordada em um capítulo do relatório, no qual os cientistas descrevem a escassez de recursos enfrentada pelas populações do Brasil Central, muitas vezes demonstrando um certo desprezo pelos saberes tradicionais e pelas práticas populares de cura. Essa visão, aliás, também se refletiu na legenda das fotos do relatório, que enfatizava uma percepção de "inteligência rudimentar, limitada e uma articulação precária da linguagem"[40], segundo os cientistas. Conforme o relato do documento, as pessoas das zonas visitadas durante a expedição se viam obrigadas a recorrer ao auxílio da flora e fauna locais para tratar suas enfermidades[41]. Outra questão destacada foi a denúncia da fome. De acordo com os cientistas, mesmo nas regiões verdes que sugerem abundância, a alimentação da maior parte da população era insuficiente e de baixa qualidade. Eles afirmam que as impressões de profunda miséria e abandono que observaram não poderiam mitigar as aflições destes muitos brasileiros: "Como se alimentar convenientemente se o salário é desprezível?'[42].

É interessante observar o aspecto cultural do relatório ao abordar a resistência ao casamento civil no período da Primeira República, mostrando como essa oposição levou a população a rejeitar o registro civil em geral[44], com exceção de algumas localidades em Pernambuco, onde todos os registros, à exceção dos óbitos, eram realizados regularmente. O relatório também destacou o alto índice de analfabetismo nas escolas, especialmente em Goiás, revelando a precariedade da educação e a falta de políticas eficazes de alfabetização (Neiva; Penna, 1916, p. 170). Argumentava-se que o desamparo das regiões visitadas, em contraste com a capital federal, era uma das causas do atraso. Reivindicava-se a promoção da equidade territorial e a integração nacional por meio do saneamento. O documento

[39] NEIVA, Arthur.; PENA, Belisário. Viagem cientifica: pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, 1999. FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). AN FC ST 06.
[40] *Ibidem.*
[41] *Ibidem.*
[42] *Ibidem*.

exigia uma ação imediata do governo diante da situação crítica dos sertões, um manifesto político diante as profundas desigualdades: “Vivem eles abandonados de toda e qualquer assistência, sem estradas, sem polícia, sem escolas, sem cuidados médicos nem higiênicos, contando exclusivamente com os seus pouquíssimos recursos, defendendo suas vidas e propriedades, sem proteção de espécie alguma[43]. Ao analisar todos esses pontos durante a expedição, os cientistas constroem uma imagem de Brasil e fazem seu diagnóstico.

Durante o percurso, os cientistas encontraram habitações simples, feitas de barro e cobertas com telhas. Eles examinaram dezoito indivíduos portadores de bócio. Em outro momento da expedição, tiveram contato com cerca de sessenta pessoas, entre homens, mulheres e crianças, todas com papos volumosos, um reflexo da miséria da população. Essas comprovações sobre o bócio e os *triatomíneos* foram fundamentais para confirmar a extensão da doença de Chagas. O reconhecimento da relevância científica e sanitária dessa expedição pode ser observado carta da Academia Nacional de Medicina a Neiva, que expressa publicamente a valorização dos resultados obtidos na expedição ao norte e noroeste do país:

> Tenho a maior prazer em levar ao conhecimento de V. S. que a Academia Nacional de Medicina, em sessão de 7 do corrente, por indicação do Prof. Dr. Nova Monte Sangel, aprovou unanimemente um voto de louvor a V. S. pelos assinalados trabalhos durante sua missão científica ao norte e noroeste, que tanta luz trouxeram para a higiene e ação de zoologia médica e parasitologia do Doutor Brumpt sobre a capital federal. Cheio de satisfação por ser o eco e mensageiro de tamanha e honrosa manifestação apresenta a V. S. a expressão da mais perfeita e distinta consideração. Olympio da Fonseca. Secretário Geral da Academia[44].

O trecho citado faz referência a outra moção concedida a Arthur Neiva em 11 de outubro de 1915, registrada em um ofício assinado por Olympio da Fonseca em nome da Academia Nacional de Medicina. Naquele momento, o relatório da expedição aos estados do Norte e Nordeste ainda não havia sido publicado, mas seus resultados já repercutiam entre a comunidade médica. É interessante observar como seus colegas de profissão reconheciam a importância das observações

[43] *Ibidem.*
[44] Carta de Olympio da Fonseca a Neiva, em 11 de outubro de 1915. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva: AN.dp. 09.05.21.

inéditas registradas *in loco*, valorizando a experiência científica de Neiva como um grande avanço na área da zoologia médica e da parasitologia.

As formas nervosas da moléstia de Chagas foram encontradas em todo o percurso da expedição, especialmente em Goiás, embora em frequência muito inferior ao bócio; apenas uma forma mixedematosa típica foi observada em uma criança de oito anos, residente em Água Branca (Neiva; Penna, 1916). Assim, o relatório publicado em 1916 não apenas documentou a presença da doença entre as populações sertanejas, mas também reforçou a representação do sertão como espaço de miséria, abandono e adoecimento, legitimando a necessidade de intervenções higienistas e de políticas públicas voltadas para a modernização (Lima, 1999; Hochman, 1998; Sá, 2006).

No contexto da publicação do relatório, a malária, a ancilostomose e a doença de Chagas tornaram-se determinantes para as discussões sobre saúde pública no Brasil. Segundo os médicos nacionalistas e reformistas da época, a população rural não estava racialmente degenerada, mas sim acometida por doenças, o que tornava possível sua recuperação por meio de programas de higiene rural. Lima e Azevedo (2003) explicitaram um dos esforços mais notáveis dos médicos brasileiros, que se organizaram com o objetivo de estabelecer um sistema de saúde pública mais centralizada, buscando melhorar as condições de saúde da população rural e combater as doenças endêmicas que afetavam amplamente o país.

A partir da repercussão do relatório da expedição de 1912[45], a reforma sanitária foi projetada como um dos caminhos essenciais para a construção da nação moderna, tendo a higiene como instrumento central na luta contra as endemias (Castro-Santos, 1985). A malária, a ancilostomose e a doença de Chagas emergiram, então, como doenças emblemáticas da década de 1920, definindo as prioridades da saúde pública brasileira (Hochman, 1998; Benchimol, 1999). Essas enfermidades passaram a ser interpretadas como responsáveis pela suposta inércia e baixa produtividade dos trabalhadores rurais, num país cuja economia permanecia fortemente ancorada na agricultura voltada à exportação (Sá, 2006).

Tal como frisado na resenha escrita pelo ensaísta Affonso d'Escragnolle Taunay (1876-1952), publicada na *Revista do Museu Paulista*, o relatório da viagem

[45] No relatório, Neiva e Penna associam a precariedade sanitária do sertão à ausência de um projeto nacional integrador. Embora tenham sido convocados para uma missão técnica, sua análise extrapola o campo médico e adquire um tom patriótico, denunciando o abandono do interior e defendendo a necessidade de reformas que unificassem o país (Lima, 1999; Hochman, 1998; Castro-Santos, 1985).

foi considerado “uma grande jornada científica” (Taunay, 1919). O texto menciona que a viagem teve relevância por apresentar um Brasil desconhecido para a maioria das pessoas. Em termos de valor, comparava a viagem àquelas realizadas por Saint-Hilaire (1779-1853) e Johann Von Spix (1781-1826) e Carl Von Martius (1794-1868). A síntese de Taunay destacava os principais flagelos vistos pelos cientistas nas regiões visitadas, mostrando o fosso que havia entre os dois Brasis. Para o diretor do Museu Paulista, somente pesquisas científicas como essa poderiam dimensionar a real situação da população brasileira.

O grande diferencial da abordagem defendida por Neiva foi a conexão entre o olhar científico da medicina, análise socioeconômica e cultural da realidade brasileira, uma característica que permaneceu ao longo de sua carreira. Para além da perspectiva biológica, ele ampliou a compreensão das doenças, relacionando-as às precárias condições de vida, o que contribuiu para a consolidação do pensamento sanitarista no Brasil e influenciou a criação de políticas públicas nas décadas seguintes. Foi um marco para definir a questão sanitária na agenda nacional.

Depois da expedição, Neiva apresentou uma visão fatalista do Brasil, alinhada a um reformismo que defendia a necessidade de reconstrução completa do país. Compreendia o passado marcado por estagnação e o tempo presente inspirava temor, de modo que apenas o futuro poderia representar uma possibilidade de progresso nacional. Ao passo que o seu colega Penna tinha uma avaliação distinta: em sua visão, o maior entrave para a implementação de projetos sanitaristas era a corrupção e a fragilidade moral da classe política[46], como argumenta a pesquisa de Carvalho (2019). Por tal perspectiva, a consciência sanitária deveria atuar tanto sobre os corpos das classes populares quanto sobre os dirigentes políticos, promovendo o que ele denominava de “saneamento cívico”. Apesar de ambos os cientistas compartilharem a posição de homens públicos comprometidos com a ideia de uma nação moderna e higienizada, as suas abordagens diferiam quanto ao papel da elite política. Enquanto Neiva desconsiderava esse grupo em sua visão reformista, Penna via nele um obstáculo central para a efetivação de mudanças estruturais.

[46] O projeto sanitarista de salvação e unidade nacional de Belisário Penna tem início logo após o retorno da viagem com Arthur Neiva (Dallarqua, 2019). Em continuidade, além da criação do posto de Vigário Geral, o ano de 1916 apresentou transformações consideráveis para a trajetória de Penna, para o movimento sanitarista e para o campo da saúde pública.

Como constatou ainda em viagem com Neiva, a classe dirigente apenas buscava impostos e dízimos da população interiorana (Carvalho, 2019). Para Penna, o estado de apatia prejudicava os ideais de unidade nacional, haja vista que o distanciamento da política em relação à população afastaria o sentimento de pertencimento à nação. A ausência de ligação entre poder público e a população teria sido agravada pela República e, sobretudo, pelo federalismo. Assim como Carvalho (2019), concebo que o relatório articulou ciência e política, propondo que a resolução dos problemas regionais demandaria não apenas intervenções médicas, mas também reformas socioeconômicas de caráter estrutural. A solução imediata, conforme os cientistas, envolvia a educação sanitária e a erradicação das doenças, com o objetivo de integrar o Nordeste ao projeto nacional. Todavia, é oportuno ressaltar que o relatório frequentemente salienta uma visão elitizada da medicina sobre a população brasileira, ao retratar os sertanejos como ignorantes e passivos diante das adversidades enfrentadas.

A visão ufanista da “civilização” brasileira, amplificada após a reforma urbana do Rio de Janeiro, ficou abalada diante das incisivas revelações do relatório Neiva-Penna sobre um Brasil profundo, marcado pela miséria e pelas doenças endêmicas. O documento expôs uma realidade até então negligenciada pelas elites políticas e intelectuais, desafiando o discurso oficial de progresso da capital fluminense.

A pesquisa de Ferraz (2018) aponta que os diários de viagem de Arthur Neiva e Belisário Penna alcançaram notoriedade na imprensa carioca, com ampla divulgação nos jornais *O País* e *Correio da Manhã* entre 1917 e 1918, tornando-se referência central nos debates sobre a identidade nacional. Entretanto, como observa Sá (2009), essa recepção não foi consensual, existindo resistências significativas, como as críticas publicadas no periódico A *Informação Goiana,* veículo dirigido por médicos que contestavam a caracterização do interior brasileiro como espaço exclusivo de estagnação e doenças. Esse embate indica que, apesar de sua consolidação como documentos fundadores do pensamento sobre o Brasil, os relatórios também geraram divergências entre grupos intelectuais quanto aos caminhos para a unificação nacional.

Ferraz (2018) analisa *A Informação Goiana* como testemunho emblemático da relevância dos relatórios de Neiva e Penna, explicitando como as expedições científicas do Instituto de Manguinhos, articuladas ao nacionalismo geográfico da Primeira República, influenciaram as discussões sobre o isolamento dos sertões e

os desafios da integração territorial. A pesquisa revela que esses documentos superaram o seu propósito original de levantamento científico, transformando-se em elementos catalisadores de diferentes visões sobre a nação. A controvérsia gerada expõe o caráter polissêmico desses registros, que mapeavam realidades objetivas e projetavam imaginários concorrentes sobre o futuro do país, demonstrando como o processo de construção nacional ocorreu por meio de disputas interpretativas entre centros e regiões.

A expedição de 1912 representou um momento decisivo na configuração do papel de Arthur Neiva como ator-chave no campo sanitário brasileiro, ao colocá-lo no centro das articulações entre a medicina tropical experimental e as políticas públicas de saúde. Como atestam os documentos do acervo da COC e seu fundo pessoal no CPDOC, essa experiência não apenas permitiu a Neiva transitar entre os saberes técnicos e as práticas sanitárias, bem como refletiu as dinâmicas de profissionalização e institucionalização do sanitarismo no Brasil, num momento marcado pela busca de integração nacional por meio da saúde pública.

2.5 A COMISSÃO DE PELOTAS EM 1914

A primeira expedição de Arthur Neiva ocorreu quando foi designado para liderar uma missão em Xerém (RJ) com o objetivo de implementar uma campanha de profilaxia contra a malária, a pedido do Serviço de Captação de Águas do Rio de Janeiro. Em 1912, integrou uma expedição ao Nordeste, contratada pela Inspetoria de Obras Contra as Secas, com a finalidade de elaborar um programa de combate à seca na região. Já em 1914, foi enviado ao sul do país, Pelotas, onde coordenou uma comissão encarregada de estabelecer uma filial do Instituto Oswaldo Cruz (Benchimol; Teixeira, 1993; Teixeira, 2001, p. 180). Sua ida ao Rio Grande do Sul atendeu a um pedido das autoridades locais, que buscavam apoio para a criação de um instituto de pesquisas no estado[24].

Arthur Neiva foi convocado para trabalhar na Comissão de Pelotas, em 7 de agosto de 1914, em uma fundação filial do Instituto Oswaldo Cruz. Neiva regressou ao Rio de Janeiro em 25 do mesmo mês[25]. O documento do relatório da viagem desta Comissão ao diretor do Instituto Oswaldo Cruz não é muito extenso, comparado ao relatório publicado na expedição aos estados do norte e nordeste, realizada anteriormente, ao lado de Belisário Penna em 1912, porém cumpre a

função de comunicar os principais focos de atenção de Neiva durante o percurso e, ao final, apresentar o seu projeto científico para a cidade.

É um texto descritivo com ênfase na exibição da fauna e flora da região sul do país, com apontamentos para as dificuldades locais. Inicialmente, percebe-se notório o interesse do personagem em citar as aves identificadas durante a viagem, especialmente de espécies oceânicas voando a altura máxima de 80 a 120 metros. O trecho a seguir exibe as informações coletadas nos primeiros momentos da viagem:

> Em obediência às ordens recebidas, parti a 7 do corrente a bordo do "Itaúba" com destino à cidade de Pelotas onde aportei a 12 do mesmo mês. Nada de grande interesse científico foi observado durante o percurso; todavia em Florianópolis, pudemos verificar a presença numerosa de ave que até hoje não tinha sido dada como presente no Estado de Sta. Catarina pois, a respeito não se encontram referencias nem no Catalogue of the Birds in the British Museum publicado em 1898, nem mesmo na mais recente obra sobre o assunto que é o catálogo das "aves do Brasil" de H. e R. Von Ihering editado pelo museu paulista em 1907. A ave a que queremos referir é o *Spheniscus magellanicus* conhecida universalmente pela denominação de pinguim, mas que em Florianópolis possuem a designação de "naufragado" pelo fato de ser atirado às praias onde são caçadas e as respectivas peles preparadas grosseiramente, sendo que os taxidermistas improvisados abandonam as pernas e a cabeça da ave deixando, porém as asas rudimentares[47].

O relatório trouxe dados dos aspectos físicos das populações litorâneas, dos estados do Paraná e Santa Catarina. Neiva chamou atenção para as características do trabalhador, doente e anêmico, que em sua análise remete ao contato direto com as paragens contaminadas pela ancilostomose. Descreveu a população do Paraná como quase totalmente branca, contrastando com a de Santa Catarina onde o elemento negro era bastante comum (*Ibidem*).

Neiva observou atentamente a infraestrutura sanitária da cidade de Pelotas, destacando que, embora a remodelação urbana estivesse em processo de conclusão, os serviços de esgoto e abastecimento de água estavam sendo finalizados. Ele registrou que tais obras foram realizadas pela municipalidade, que contraiu um empréstimo de 60 mil réis, a uma taxa de juros de 5% e com um prazo de amortização de 50 anos (*Ibidem*, p. 11). Segundo sua descrição, os novos

[47] NEIVA, Arthur. *Relatório da viagem em Comissão a cidade de Pelotas, 30/11/1914.* FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). 7194.

reservatórios, filtros e pré-filtro estavam localizados a 12 quilômetros de Pelotas, com a água sendo captada a uma distância superior a 20 quilômetros. Proferiu que o hotel local já contava com telefone e água encanada. O documento revelou a organização da cidade e o funcionamento dos serviços básicos essenciais: "O lixo é incinerado; o asseio das ruas é regular; o mercado é bom. A edificação já realça grandes tendências para melhorar. Atualmente, acha-se em construção grande e moderno prédio destinado a servir de instalação bancária. Somente bem distante da cidade, aparecem as primeiras casas de taipa[48].

O desmatamento foi outro assunto que apareceu no relatório da Comissão. Segundo Neiva, a destruição das matas brasileiras estava sendo feita na mesma escala em todo o vasto território da nação, sobretudo, na região de Morro Bonito. Logo associou a prática de derrubada de árvores à comercialização – "numerosos veículos com vários carregados produtos principalmente de alfafa e que eram conduzidos de S. Lourenço, importante núcleo de alemães, relativamente próximo a Pelotas". O fato foi narrado de forma acrítica, sem o tom de denúncia ou crítica por parte do autor. Em seguida, ele mudou de assunto e escreveu que os maiores produtos de exportação eram o charque e plantação de arroz[49].

O documento mencionou todo o processo de plantio - da elevação da água, a extensão do coletor, os canais auxiliares, a irrigação e até a execução técnica. Foram citados os serviços de adubagem, sementeira e colheita por intermédio das máquinas [50] . É notória a valorização que o cientista confere à agricultura, explicitando, em particular, a figura do coronel Pedro Osório e seus

[48] *Ibidem*.
[49] "O maior produto de exportação é sem dúvida o proveniente das charqueadas e o das plantações de arroz; daquele nada podemos dizer por termos chegado em época imprópria, do último, porém, vale a pena que digamos um tanto pormenorizadamente do que vimos, no mais notável arrozal da região e quiçá de todo mundo, segundo a opinião de vários técnicos italianos, japoneses e norte-americanos que o têm visitado. Entre os empreendimentos mais novatos de Pelotas, está o arrozal de 1200 hectares de que é proprietário principal o Coronel Pedro Osorio. Não se tem a impressão, para quem o visita, de se encontrar no Brasil de tal forma, os mais modernos processos utilizados pela ciência agrícola, são ali aplicados. Tudo quanto de mais adiantado em maquinismo se tem criado, foi empregado em escala que talvez só encontre cotejo nos Estados Unidos". NEIVA, Arthur. Relatório da viagem em Comissão a cidade de Pelotas, 30/11/1914. FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). 7194.
[50] "A terra é lavrada e em seguida graduada com arados de tração animal e mecânica, bastando citar que só um trator a "Oruga" adquirida por 30 contos e de força de 36 H.P. e que funcionava a gasolina, trabalha com 6-9 grade adores ou arados podendo lavrar em 10 horas 25 hectares em terreno fácil. A máquina em questão, já em uso há 4 anos, possui um sistema de patins que envolvem as rodas e que lhe servem de trilhos sobre os quais trabalha em qualquer terreno. A adubagem consome 450 toneladas de "farinha de osso" proveniente das charqueadas do Coronel Pedro Osorio as quais em certos anos abatem 60 a 70 mil rezes". (*Ibidem).*

empreendimentos voltados para o campo. A aproximação de Neiva com os agricultores não apenas refletiu sua satisfação com a política econômica rural adotada pela cidade de Pelotas, como também exibiu sua apreciação pela quantidade de instituições públicas assistencialistas estabelecidas na região:

> Vê-se, portanto, se Pelotas, centro de elevado nível cientifico, e por isso o desejo demonstrado pela "Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul" de fundar ali uma filial do Instituto de Manguinhos e que a 3 de abril do corrente ano, telegrafou neste sentido ao ilustre Dr. Oswaldo Cruz de quem teve, de acordo com o Art. 4.º do Regulamento a que se refere o art. 3º do decreto N.1802, de 12 de Dezembro de 1907, resposta favorável, viu se juntar posteriormente a intenção manifestada pelo Dr. Manoel Luiz Osorio, diretor da Escola Agrícola para que esta instituição fosse escolhida para servir de núcleo a futura filial do Instituto Oswaldo Cruz, em Pelotas[51].

De acordo com Neiva, com o apoio do deputado Dr. Joaquim Luiz Ozorio e do Dr. Figueiredo de Vasconcellos, foram analisadas as instalações e os recursos disponíveis para o funcionamento da Escola Agrícola. Ao chegar ao local, ele inspecionou a estrutura e selecionou um edifício de dois andares, anteriormente utilizado como posto policial. As descrições detalhadas das fontes revelam seu envolvimento na promoção e integração do desenvolvimento científico rural. Ao representar a iniciativa de fundar uma filial do Instituto Oswaldo Cruz em Pelotas e vistoriar as instalações da possível Escola Agrícola, Neiva reafirma seu papel de articulador e sua preocupação com a organização adequada dos futuros espaços científicos. Esse episódio, inserido em sua trajetória, acentua um momento significativo no início de sua carreira, quando ele não apenas procurou impulsionar o avanço da ciência, mas também se engajar em práticas de melhoria da saúde pública e desenvolvimento agrícola do Brasil. Sua atuação demonstra alinhamento com as demandas locais e conta com o apoio de autoridades e da comunidade. O relatório a seguir detalha o planejamento minucioso para a construção da futura filial do IOC:

> No muro que separa a Escola poderá ser aberto largo portão que dê comunicação para a área onde serão construídas as baias para os animais em observação. O pátio do referido posto, tem área

[51] NEIVA, Arthur. *Relatório da viagem em Comissão a cidade de Pelotas, 30/11/1914*. FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). 7194.

> suficiente para permitir a construção de biotério para pequenos animais. O referido edifício depois da adaptação necessária e que não será muito dispendiosa, ficará em condições de ser utilizado para fins desejados. Fato que de modo eloquente fala em favor da iniciativa pelotense, é justam ente de quererem os promotores de ideia instalar, custear e organizar de modo verdadeiramente eficaz, a futura filial do instituto Oswaldo Cruz em Pelotas[52].

A justificativa para a abertura da Escola Agrícola em Pelotas se deu pela falta de uma instituição de pesquisa na cidade. Para Neiva, a ausência implicava na falta de laboratórios e corpo clínico no território, o que atrasaria vencer certas dificuldades em alguns diagnósticos da população. Ademais, não existiam pesquisadores para estudar a grande quantidade de *enzootias* e *epizootias* presente no município. Neiva enfatizou a necessidade de preparação da vacina contra a varíola e tratamento da raiva. Lamentou o fato de a Santa Casa não dispor da verificação de microscopia clínica como meio de auxiliar o diagnóstico de certos casos. A abertura da escola significaria um polo de pesquisa para Pelotas e demais regiões. Neiva projetava um programa científico de relevância econômica, pois pouco se sabia das moléstias que atacavam o gado de qualquer natureza da vegetação sulista:

> Com a instalação da Filial, a grande falha ficará removida e colocará a cidade no mesmo nível de adiantamento higiênico em que se encontram as maiores cidades do Brasil. Somente com a instalação de Laboratório capaz de efetuar todas as pesquisas de bacteriologia e parasitologia, poder-se-á com segurança estudar a patologia local tanto humana como animal. Citemos ao acaso um exemplo: no Asilo de Mendigos, acham-se recolhidas duas crianças irmãs e procedentes da Colônia de S. Lourenço. Logo que as vimos, suspeitamos serem indivíduos atingidos pela moléstia de Chagas, suspeita está de há muito alimentada pelo Dr. Pedro Osorio[53].

Com a abertura do laboratório, ocorreriam não somente pesquisas sobre os doentes, mas estudos avançados sobre a fauna de insetos hematófagos, já reconhecidos como transmissores de moléstias ou que possam vir a ser. Para Neiva, nunca ocorreu a verificação do transmissor da moléstia de Chagas em Pelotas, por não existir cientista qualificado para resolver certas questões sanitárias. Ele chegou a essa conclusão após ter analisado o material coletado na região sul do país por cientistas no laboratório do Instituto Soroterápico Federal, no Rio de

---

[52] NEIVA, Arthur. *Relatório da viagem em Comissão a cidade de Pelotas, 30/11/1914. FIOCRUZ/COC.* Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). 7194.
[53] *Ibidem.*

Janeiro[54]. Conforme o plano delineado no relatório de mapeamento, os resultados das pesquisas realizadas em Pelotas seriam publicados na *Revista Agrícola*. A Escola Agrícola cumpria seus propósitos e, segundo Neiva, diversos de seus discípulos demonstravam publicamente, em vários estados, incluindo São Paulo, a excelência do ensino que receberam. Essa qualidade era comprovada pelo fato de que vários ex-alunos da instituição haviam sido designados para liderar importantes projetos de engenharia agrícola, reafirmando a relevância da formação oferecida pela Escola de Pelotas.

A designação de Neiva por Oswaldo Cruz para avaliar a instalação de uma filial em Pelotas destaca sua competência na organização institucional, habilidade também refletida na criação de outros centros científicos no Brasil, como em São Paulo e na Bahia. Neiva defendia a importância das pesquisas laboratoriais para a comprovação e o esclarecimento de diagnósticos. Em Pelotas, a ancilostomíase era raramente identificada e, por esse motivo, a implementação de um laboratório permitiria investigar a real presença da verminose na região, assim como do impaludismo, cuja existência era amplamente questionada. O cientista concluiu seu relatório com a expectativa de contribuir com a criação de um centro científico no sul do país, consolidando instituições voltadas à pesquisa e à saúde pública. Essa iniciativa buscava expandir a formação de novos discípulos de Manguinhos, promovendo a difusão do conhecimento e o fortalecimento da ciência no Brasil. A fonte a seguir exibe dados essenciais para a implantação deste projeto:

> Do que podemos observar e das informações que acolhemos, é intento dos promotores da filial do Instituto Oswaldo Cruz em Pelotas, dar a maior autonomia a nova instituição, isto, porém, sem perder completamente as ligações com a Escola Agrícola, pois neste estabelecimento existe elemento em cooperação com a futura Filial, poderão criar em Pelotas um centro científico de grande reputação. E para que isto aconteça, os ilustres iniciadores que revelaram possuir largo descortino, estão decididos a consagrar importante soma, a fim

[54] "Ao chegarmos ao Rio, consultamos as nossas notas concernentes ao material de triatomas por nós recebidos do Rio Grande do Sul e foi sem surpresa que verificamos em nossos assentamentos, a presença dum lote de *Triatoma nigrovaria BLANCH*. e que nos foi remetido de Pelotas pelo Dr. Alcides da Nova Gomes em dezembro de 1911. Os exemplares recebidos foram apanhados nas proximidades da cidade de Pelotas, sendo provável que, além da *T. rubrovaria*, existia ainda outra, existia ainda outra, pois as informações a nós proporcionadas pelo referido "serrano" referem-se evidentemente a outra espécie de colorido diferente do vermelho vivo da T. rubrovaria e que pensamos dever a T. infestans KLUG, espécie muito frequente na Argentina, Uruguai e em alguns Estados do Brasil, como Minas e S. Paulo e já demonstrada ser transmissora da moléstia de Chagas, enfermidade, cuja presença já foi denunciada na Argentina, e ainda recentemente em plena cidade do Ribeirão Preto pelo Dr. T. Bayma que a respeito público na "Revista Medica de S. Paulo". (*Ibidem)*.

> de que se possa organizar biblioteca cientifica capaz de permitir a realização de qualquer pesquisa, sem que os técnicos se lamentem da falta de recursos bibliográficos e que, além de aquisição dos elementos indispensáveis a uma biblioteca de certo vulto, pretende ainda assinar certo número das melhores revistas que interessem mais de perto aos elementos que trabalham na Escola Agrícola e na sua nova dependência a filial do Instituto[55].

Depois da visita a Pelotas, Arthur Neiva deu continuidade a uma trajetória de projeção internacional ao favorecer a consolidação da medicina tropical como campo de investigação científica também fora do Brasil. Para Caponi (2002), sua atuação foi central na implementação, na Argentina, de um programa de pesquisas alinhado à agenda internacional da medicina tropical, cuja diretriz principal consistia em promover o conhecimento aprofundado da taxonomia e da ecologia dos vetores locais. Esse mapeamento da fauna regional permitiria compreender a incidência e a distribuição das doenças tropicais em diferentes contextos nacionais, inserindo a medicina tropical em uma lógica transnacional de produção de saber científico.

2.6 A EXPEDIÇÃO AO NORTE DA ARGENTINA E O INSTITUTO BACTERIOLÓGICO DE BUENOS AIRES

Em 2 de agosto de 1915, o professor José Penna, presidente do Departamento de Higiene, por meio do diretor do Instituto Bacteriológico, Dr. João Carlos Delfino, convidou Arthur Neiva para fundar e dirigir a Seção de Zoologia Médica e Parasitologia do Instituto Bacteriológico de Buenos Aires, sob a supervisão do diretor técnico, Rudolph Kraus. Kraus foi um cientista de destaque na área de microbiologia, além de importante interlocutor nas discussões científicas entre Brasil e Argentina (Cavalcanti, 2013). A colaboração entre os países teve início após a visita de Oswaldo Cruz a Buenos Aires em 1914, quando ele foi aclamado pela imprensa argentina. Na ocasião, propôs com Kraus o início de uma sociedade sul-americana de microbiologia.

Os resultados positivos das expedições e campanhas realizadas por Neiva em solo nacional e internacional lhe garantiram certa projeção, o que possibilitou o desenvolvimento de campanhas sanitárias e propostas de intervenção em níveis federal e internacional, culminando no convite para assumir importantes cargos

[55] *Ibidem.*

públicos. Neiva não se conteve em atravessar tão somente o território nacional; ele realizou pesquisas em países do continente americano. A sua viagem teve como objetivo participar de debates científicos e colaborar com outros pesquisadores no contexto da Primeira Guerra Mundial. Ele teve contato com Rudolf Kraus e outros cientistas argentinos que estavam desenvolvendo estudos sobre endemias, competindo com o Brasil pela liderança em pesquisas científicas na América do Sul. As discussões científicas estavam entrelaçadas com uma disputa implícita sobre hegemonia no campo da microbiologia e da saúde pública.

Ainda em outubro de 1915, a Academia Nacional de Medicina aprovou por unanimidade a contratação do entomologista Arthur Neiva. A fonte abaixo detalha a descrição do contrato firmado entre o Departamento Nacional de Higiene da República Argentina e o Instituto Oswaldo Cruz, meses antes firmado com Neiva:

> Os que escrevem por uma parte o Dr. José Penna como presidente do Departamento Nacional de Higiene da República Argentina, e por outra o Dr. Arthur Neiva, do Instituto Oswaldo Cruz do Brasil, tem acordado celebrar a aderência do seguinte contrato.
> Art.1 - O doutor Artur Neiva se obriga a desempenhar durante um ano a contar desde o dia 23 de julho de 1915, no posto de zoólogo do Instituto de Bacteriologia, para qual tem nomeado por Superior Decreto do Governo da mesma data.
> Art. 2 - As obrigações do Doutor Neiva neste cargo serão:
> 1º Dirigir a seção zoológica do instituto de bacteriologia realizando todos os trabalhos referentes à Zoologia e Parasitologia, de acordo com seus conhecimentos científicos especiais sem prejuízo de que seus ideais podem ser alterados, sem assim o considera oportuna a Direção Superior do Departamento Nacional de Higiene.
> 2º Instruir um bacteriólogo em zoologia e os animais nocivos e parasitológicos.
> 3º Organizar um museu de insetos e artrópodes [...].
> O presidente do Departamento Nacional de Higiene se obriga a pôr à disposição do Doutor Arthur Neiva todos os instrumentos, livros e demais elementos de laboratório que solicitar para o desempenho em seus serviço [...].
> 4º Em também a cargo do Departamento Nacional de Higiene é pago de vitalício os gatos que efetue Doutor Neiva em suas comissões fora da capital federal[56].

Outro documento oficial reforçou a designação de Neiva para fundar e organizar a Seção de Zoologia Médica e Parasitologia do Instituto Bacteriológico de Buenos Aires. A carta do diretor do Instituto Oswaldo Cruz, Oswaldo Cruz,

[56] FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). Arthur Neiva: Conferências e Programas. Artigos Científicos/ ANc 03.05.25.

endereçada ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, ressalta a importância da parceria para a consolidação da institucionalização das pesquisas científicas na América Latina e expressa gratidão pelo apoio do governo na comissão de trabalho na Argentina. A correspondência destaca os resultados da visita científica de Arthur Neiva ao país, durante a qual ele esclareceu questões sobre a transmissão da malária e a sistemática dos *triatomíneos*, além de publicar estudos sobre o tema. Em reconhecimento, as autoridades argentinas decidiram convidá-lo para fundar e organizar a nova seção do Instituto Bacteriológico, consolidando-o como uma referência na entomologia médica. É oportuno focalizar a observação de Cruz ao afirmar como esse reconhecimento elevou o país a um novo patamar científico, superando funções subalternas no desenvolvimento das pesquisas:

> De acordo com a autorização e V. Ex. te designou de me dar, segue no próximo dia 5, para Buenos Aires, em comissão deste Instituto, o Dr. Arthur Neiva, Assistente de Zoologia que vai organizar a secção parasitológica do Instituto Bacteriológico daquela Metrópole, a convite do Diretor desse estabelecimento científico. Aproveito esta oportunidade para salientar a alta significação desse laço que assim se estreita entre os estabelecimentos científicos dos dois países amigos e vizinhos e a vantagem que advirá para a ciência sul-americana nesta comunidade de vistas e harmonia nas pesquisas [...]. Na visita científica que o Dr. Neiva fez a Argentina, teve a oportunidade de esclarecer alguns pontos interessantes de assuntos relativos, uns a transmissão do impaludismo e outros a sistemática dos triatomas argentinos, tendo publicado lá interessante assunto nesse sentido. Após esse fato, as autoridades portenhas julgaram de melhor alvitre, em vez de contratar um simples auxiliar de serviço, convidar uma das nossas autoridades, não mais com funções subalternas, mas para fundar, dirigir e orientar a secção de Zoologia Médica do Instituto portenho. E foi assim convidado o Dr. Neiva, assistente deste Instituto que se tem notabilizado em questões de Entomologia Médica, em que é, hoje, autoridade incontestável. Aproveito este momento para agradecer a V. Ex. O consentimento que se dignou de dar ao pedido que tive a honra de fazer, no sentido de se realizar a Comissão de que acaba de ser encarregado o nosso Assistente, que pôde assim, aceitar o honroso convite com que foi distinguido[20].

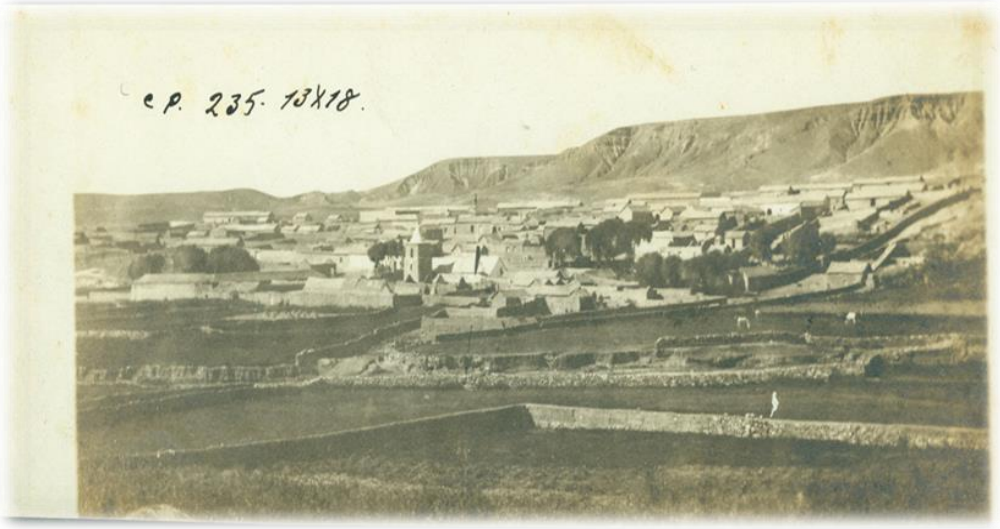
Em março de 1913[57], Neiva chegou a Buenos Aires e seguiu dias depois para Tucumán, onde estudou a malária. Verificou na cidade e seus arredores as

[57] Documento anônimo, s/d.CPDOC/FGV. Fundo Arthur Neiva. ANdp 09.05.21 “Arthur Neiva, em princípios de março de 1913 chegou a Buenos Aires e seguiu dias depois para Tucuman onde estudou a profilaxia da malária. Verificou então naquela cidade e arredores as anofelinas

anofelinas transmissoras de impaludismo, material que levou para o Dr. José Penna, presidente do Departamento Nacional de Higiene, fazendo uma exposição a este médico argentino e ao Dr. Nicolau Lozano, sobre a campanha antipalúdica em Tucumán.

Neiva ainda pôde estudar no Museu de Buenos Aires o material de insetos hematófagos da coleção Lynch-Arribalzaga, tendo desta sua atividade publicado nos *Anales Del Museu Nacional de História Natural de Buenos Aires*, o trabalho intitulado "Algunos dados sobre hemipteros hematofagos de la América del Sur, con la descripción de una nueva espécie". O inseto novo que descobriu naquela época, Neiva denominou *Triatoma platenses*, e que depois foi objeto de pesquisas por parte de Salvador Mazza, que comprovou a ocorrência da doença de Chagas na Argentina. A fotografia a seguir diz respeito a expedição ao norte da Argentina sob a guarda do fundo Arthur Neiva, do DAD/ COC:

Fotografia 4: Cartão postal da expedição ao norte da Argentina



Fonte: FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). Arthur Neiva. AN-VP-RS-03.

Durante sua permanência na Argentina, Arthur Neiva consolidou-se como um dos principais agentes da constituição de uma agenda científica latino-americana voltada ao estudo das doenças então classificadas como "tropicais", uma categoria médico-geográfica construída historicamente no interior de redes imperiais e coloniais (Cueto, 1994; Löwy, 2006). Atento à dimensão ecológica dos vetores e à

transmissoras do impaludismo, material que trouxe para o dr. José Penna, presidente do Departamento Nacional de Higiene, fazendo uma exposição a este médico argentino e ao dr. Nicolau Lozano, sobre a campanha anti-palúdica em Tucuman". Documento anônimo, s/d.

diversidade regional dos quadros infecciosos, Neiva desenvolveu investigações que se tornaram referência na institucionalização da medicina tropical no Cone Sul. Foi um dos primeiros cientistas a identificar e descrever a ocorrência da *Leishmania brasiliensis* na Argentina, associando-a à forma tegumentar da leishmaniose e propondo a distinção dessa espécie em relação àquela descrita por Gaspar Vianna no Brasil. Ao associar os *flebótomos* como prováveis vetores da infecção, hipótese que já circulava nos meios científicos, mas à qual conferiu novo respaldo empírico, Neiva contribuiu com a consolidação de um modelo de ciência de campo que articulava observações clínicas, taxonomia, ecologia e interpretações histórico-culturais.

Sua hipótese de que a doença era endêmica e anterior à colonização europeia baseava-se, entre outros elementos, na análise de peças de cerâmica incaica, nas quais identificou representações compatíveis com as lesões conhecidas como “uta” (Benchimol; Sá, 2006). Essa perspectiva revela uma sensibilidade à historicidade das doenças [58], que extrapolava os limites da microbiologia e incorporava indícios arqueológicos e etnográficos, movimento que a historiografia das ciências e da saúde reconhece como parte de uma racionalidade médica voltada à construção de narrativas locais sobre os males endêmicos. Como demonstra Benchimol (2006), esses estudos ocupam papel estruturante na consolidação de uma medicina tropical concebida não apenas como aplicação técnica europeia, mas como campo de saber progressivamente enraizado nas condições e saberes do continente.

Em diálogo com essa perspectiva, Caponi (2002) enuncia acerca do papel de Neiva na implementação de programas de pesquisa na Argentina compatíveis com uma orientação internacional: conhecer a fauna vetorial e suas relações com o meio tornava-se essencial para compreender a incidência e a distribuição das doenças infecciosas. O trabalho de Neiva exemplifica, assim, uma forma de produção científica “tropicalizada”, no sentido de adaptada às especificidades ecológicas e culturais da América do Sul, que se desenvolvia em redes transnacionais e conferia protagonismo aos cientistas do Sul global na elaboração de modelos explicativos sobre a saúde e a doença.

---

[58] Ver mais: ROSENBERG, Charles. Framing Disease: Illness, Society, and History. *In:* ROSENBERG, Charles. *Explaining Epidemics and Other Studies in the History of Medicine.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
CANGUILHEM, Georges*. O normal e o patológico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

Nesse contexto, Belarmino Barbará, pesquisador do Instituto Bacteriológico de Buenos Aires, e Arthur Neiva publicaram em 1915 a obra *Estúdio de algunos anofelinos argentinos y su relación con la malaria*; e, um ano depois, *Contribución al estúdio de los artrópodos hematófagos de la República Argentina"* e *"Mosquitos Argentinos*. Os pesquisadores beneficiaram uma área de estudo em expansão no país. Os trabalhos de Neiva e Barbará listaram as espécies de mosquitos encontrados, dentre os quais as anofelinas, apontando aquelas envolvidas na transmissão da malária (Benchimol; Silva, 2008). Vale frisar que a pauta de pesquisas desenvolvida em Xerém, no estado do Rio Janeiro, em estudos das anofelinas, também foi aplicada na Argentina, tal como o expurgo durante o dia e a noite. Viu-se que as anofelinas que ocorriam nas províncias do país vizinho eram as mesmas verificadas no Brasil (Benchimol; Sá, 2006).

Essa pesquisa de Neiva resultou em importantes estudos sobre vetores de doenças, como registrado no terceiro volume da *Revista do Instituto Bacteriológico*, que traz um resumo das pesquisas conduzidas por Neiva e seu assistente Belarmino Barbará sobre os mosquitos transmissores de enfermidades no país vizinho. O trabalho "Mosquitos Argentinos" investigou a fauna hematófaga argentina e a família *culicidae*. A argumentação exibida no prefácio da obra diz que os notáveis resultados conseguidos no saneamento do Rio de Janeiro, Cuba e Panamá só foram possíveis graças as medidas profiláticas derivadas do conhecimento dos insetos – "ninguém escapará da importância que tem o conhecimento da presença e área que ocupam no país, as espécies já comprovadas como perigosas em outros [...]" (Neiva; Barbará, 1916, p. 1):

> Cheguei como um detetive à seguinte conclusão: Havia suspeita por parte deles, de que se tratava de um caso de leishmaniose, queria de mim um diagnóstico feito imediatamente, na suposição de que se tratava de um caso típico, para logo acrescentarem já reconhecido o mal e desejavam saber se de fato era a moléstia. Ao Barbará, então, transmiti a minha certeza de se tratar de um caso de leishmaniose. De onde procedia ao enfermo, iriam encontrar outros o que daria elementos de primeira grandeza para o nosso trabalho, até então o mal não tinha sido diagnosticado na Argentina[59] .

[59] Carta de Arthur Neiva enviada a Oswaldo Cruz, em 16/08/1910-16/08/1916. FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). Arthur Neiva: Correspondência/OC-COR-CI-16.

Em Córdoba e Tucumán, Arthur Neiva observou a presença de malária mesmo em regiões centrais da cidade e identificou anofelinos apesar da estação fria. Também registrou a presença de *triatomíneos*, com especial atenção à sua distribuição e hábitos (Neiva, 1910 *apud* Sá, 2006). Durante a viagem, deparou-se com diversos problemas científicos: visitou pacientes em laboratórios, acompanhou casos de leishmaniose, blastomicose, ulcerações e malária, e conheceu as instalações do Hospital de Doenças Infecciosas Francisco Javier Muñiz, onde analisou exames sistemáticos de fezes de adultos e crianças enfermos (Sá, 2006; Ponte; Lima; Kropf, 2010). Em carta enviada a Oswaldo Cruz, Neiva descreveu a situação da ciência na Argentina, relatando os principais temas de estudo, os avanços do Instituto de Bacteriologia Argentino no campo da medicina experimental, e os desafios enfrentados durante as expedições científicas realizadas ao lado de Barbará (Neiva, 1910 *apud* Benchimol, 1999; Sá, 2006). Essa perspectiva apresenta uma faceta empresarial da ciência, sublinhando como sua interação com a realidade argentina foi moldada também por interesses comerciais que atingiam instituições biomédicas dedicadas à produção de insumos para a saúde pública.

Durante sua passagem pela Argentina, Arthur Neiva colaborou com grandes referências científicas nas áreas de microbiologia, parasitologia, imunologia e entomologia, mantendo relações profissionais com Bernardo Alberto Houssay, Rudolph Kraus e Carlos E. Porter, diretor da Revista Chilena de História Natural. Ele trocou experiências com seus colegas, buscando aprimorar e inovar em suas atividades administrativas e de pesquisa. Graças a essa rede de sociabilidade, o nome de Neiva foi indicado como correspondente da Sociedade de Biologia da Argentina. Esse trabalho ocasionou a publicação de artigos no livro Microbiologia, de Kraus (1917). Seu trabalho ainda foi publicado na *Revista da Universidade de Buenos Aires* e premiado no Primeiro Congresso Americano de Ciências Sociais (Pinto, 1932).

Após o trabalho em Buenos Aires, Neiva foi lembrado e reconhecido principalmente pela comunidade científica e médica brasileira. Seu trabalho no Instituto Oswaldo Cruz, com foco na pesquisa de insetos de relevância médica, consolidou sua importância no campo da saúde pública. A contribuição de Neiva foi valorizada por outros pesquisadores, médicos e profissionais da área, tanto no Brasil quanto internacionalmente, por sua atuação na identificação e estudo dos agentes transmissores de doenças:

> Quem viajou, já não digo pela Europa e Estados Unidos, mas pela Argentina, poderá espantar-se diante do que há ali feito em comparação com o abandono em que vive a cidade do Rio de Janeiro, em matéria de assistência hospitalar. Buenos Aires ostenta hospitais que poderão suportar cotejo com os melhores do mundo [...]. O Hospital Espanhol, enfim, não quero me referir já a perfeição, porém ao número enorme de hospitais disseminados por toda Buenos Aires, dos subúrbios ao centro. Enquanto isto ali, no Rio de Janeiro, vemos manter-se a tradição da Santa Casa, único hospital para toda a cidade. Não é possível continuar mais neste estado de coisas. As municipalidades em todo o mundo mantêm um grande serviço de Assistência Pública, a qual compreende também a manutenção de hospitais, algumas vezes modelares, como se pode observar em Buenos Aires. Os poderes municipais têm a obrigação de encarar o problema com toda seriedade e devem resolver de acordo com a situação que, nós brasileiros, queremos que o Rio de Janeiro represente diante de todo o mundo[60].

Os impactos do trabalho de Arthur Neiva na Argentina também repercutiram na Bahia. Em 5 de novembro de 1915, um ofício assinado por Armando Antunes Murici comunicou que a Faculdade de Medicina da Bahia havia concedido a Neiva uma moção honrosa, ressaltando com orgulho suas origens baianas. Assim como os paulistas fizeram na sessão de aplausos de 1911, os baianos também valorizaram a importância das conexões internacionais, reafirmando o papel de Neiva na projeção da intelectualidade brasileira no país vizinho:

> A Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia felicita calorosamente o eminente baiano Dr. Arthur Neiva, pelos extraordinários serviços que acaba de merecer honraria do seu berço. Confia dos seus altos predicados que elevará ainda mais alto o glorioso nome brasileiro; e, em seu aplauso, presta-lhe inteira solidariedade à homenagem campanha que em prol da intelectualidade brasileira acaba de iniciar na Argentina. Em sessão da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia de 5 de novembro de 1915[61].

A presença de Arthur Neiva na Argentina também deve ser lida à luz das redes de sociabilidade científica que atravessavam a América do Sul nas primeiras décadas do século XX. Em 1904, foi fundado o Instituto Bacteriológico de Buenos Aires, sob a direção do microbiologista austríaco Rudolf Kraus, ligado à

[60] FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). Arthur Neiva: Conferências e Programas. Artigos Científicos/ AN-DP-DR-01.
[61] Ofício de Armando Antunes a Neiva, em 05/11/1915. AN.dp. 09.05.21.

Universidade de Viena[62]. Kraus buscava afirmar-se como um dos mentores da ciência latino-americana e teve papel de destaque no processo de institucionalização da medicina experimental na Argentina. Ao longo das décadas seguintes, manteve interlocução frequente com Neiva, que transitava com desenvoltura entre projetos sanitários nacionais e redes internacionais de cooperação (Cavalcanti, 2013).

Apesar da relação colaborativa com o cientista brasileiro, Kraus divergia frontalmente das hipóteses defendidas por Carlos Chagas sobre a *Tripanossomíase americana*, especialmente no que dizia respeito à etiologia parasitária do bócio endêmico. Ainda que barbeiros infectados com *Trypanosoma cruzi* tenham sido encontrados em território argentino, e que a população apresentasse inúmeros casos de "papudos", nenhum diagnóstico humano da doença havia sido confirmado, o que gerava desconfiança entre os pesquisadores locais.

Kraus e seus colaboradores sustentavam que os sintomas neurológicos e endócrinos associados por Chagas à forma crônica da *tripanossomíase* correspondiam, na verdade, a manifestações do cretinismo e do bócio endêmico, enfermidades amplamente descritas pela medicina europeia no século XIX. Na leitura defendida por ele e seus colaboradores, tratava-se de duas endemias distintas que ocorriam de forma sobreposta. Essa perspectiva buscava não apenas questionar a validade da hipótese etiológica de Chagas, mas também delimitar fronteiras geográficas para a nova enfermidade, excluindo a Argentina de sua zona de ocorrência. O debate ganhou contornos públicos quando, em setembro de 1916, Chagas respondeu às críticas no Primeiro Congresso Médico Nacional, realizado em Buenos Aires. Tal como frisado por Kropf (2006, 2009), ele afirmou que, mesmo que viesse a revisar pontos específicos de sua teoria, nenhuma das objeções colocava em risco a estrutura conceitual da doença, cuja existência não se limitava à fase aguda nem ao interior do Brasil. A controvérsia ressaltava algo que ia além da divergência diagnóstica. Tratava-se de uma disputa por autoridade científica entre dois centros em ascensão na América do Sul, Manguinhos e o Instituto Bacteriológico. Nesse momento, Neiva assumia um lugar estratégico, ora como parceiro, ora como mediador, sempre atento aos sentidos mais amplos que a ciência

[62] Cf. ARMUS, Diego. *La ciudad impura:* salud, tuberculosis y cultura en Buenos Aires. Buenos Aires: Edhasa, 2002, p. 145-147.

tropical assumia em um continente ainda em busca de suas próprias categorias de pertencimento e legitimidade.

A parceria entre Arthur Neiva e o pesquisador austríaco Richard Kraus foi mencionada em uma longa carta enviada a Oswaldo Cruz em 1916. Nela, Neiva descreveu com detalhes sua rotina ao lado de Kraus, destacando o caráter meticuloso do trabalho e reconhecendo o desafio intelectual que essa convivência representava, o que interpretou como uma espécie de competição em relação à ciência desenvolvida em Manguinhos (Neiva, 1916 *apud* Sá, 2006; Benchimol, 1999). Neiva também notou o entusiasmo de Kraus pelo trabalho do professor Francisco Conrado Rosenbusch, um dos primeiros profissionais formados na área das ciências biológicas na Argentina, responsável pela organização do Instituto Bacteriológico de Buenos Aires (Sá, 2006). Em sua correspondência, expressou frustração diante da burocracia argentina, que classificou como “asfixiante”, especialmente por ter sido exigido a redigir um relatório detalhado sobre os sete meses de trajeto científico no país. Registrou ainda que enfrentou atrasos nos pagamentos e falta de verbas durante a excursão, cogitando em alguns momentos retornar ao Brasil antes do prazo previsto, mas foi persuadido por colegas a continuar com o desenvolvimento das pesquisas (Neiva, 1916 *apud* Benchimol, 1999; Sá, 2006).

Em correspondência enviada a Oswaldo Cruz em 29 de maio de 1916, Neiva destacou as incertezas políticas que afetavam tanto o Brasil quanto o cenário internacional, em meio aos conflitos da Grande Guerra. Ele temia que o impacto da guerra resultasse na interrupção das atividades científicas no Brasil, pois julgava ser “um gigante enfermo e que mal inicia uma caminhada, senta-se logo para descansar”[63]. Este receio é explicado pelo acirramento dos debates nacionalistas e a mudança de olhar para os progressos econômicos e científicos de seus vizinhos. Período de desenvolvimento da ciência na América Latina, de escolhas de apostas de projetos e de interesses pessoais e coletivos envolvidos. Na mesma correspondência, Neiva utilizou de figura de linguagem, metáforas para expressar o sentimento de insegurança com o amanhã do Brasil: “Estamos navegando em um

[63] Carta de Arthur Neiva enviada a Oswaldo Cruz, em 29/05/1916. FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). Arthur Neiva: Correspondência/OC-COR-CI-16.

mar tempestuoso, sem luz, sem bússola, nenhum farol à vista e sem timoneiro; ao verdadeiro Deus dará”[64].

Em suas cartas a Oswaldo Cruz, Neiva descreveu os entraves que encontrou na Argentina ao lidar com as reações à doença de Chagas. Enquanto no Brasil a descoberta era celebrada como um feito científico nacional, ali predominavam o ceticismo e a crítica. Os cientistas argentinos questionavam a associação proposta por Chagas entre a *tripanossomíase* e o bócio endêmico, tensionando o reconhecimento do achado como expressão de um saber legítimo. Como observa Cavalcanti (2021, p. 6), esse desacordo não se restringia ao campo científico: ele estava imerso nas disputas diplomáticas entre Brasil e Argentina em 1914, num momento em que a neutralidade argentina e a pressão pela entrada brasileira na guerra agravavam o cenário político regional. Neiva, atento à repercussão internacional das críticas, agiu com cautela. Evitou confrontar diretamente a comunidade científica argentina e concentrou sua resposta na figura de Rudolph Kraus, diretor do Instituto Bacteriológico de Buenos Aires, a quem vinculou ao prestígio da tradição alemã e à tentativa de deslegitimar os avanços dos cientistas latino-americanos (Cavalcanti, 2021, p. 14). Ele defende o argumento de que era possível produzir ciência de alto nível no sul do continente, um esforço que atravessa toda a sua trajetória. Consolidado como sanitarista de campo, Neiva passaria, nos anos seguintes, a ocupar funções estratégicas na gestão pública da saúde, como a nomeação para o Serviço Sanitário de São Paulo, tema aprofundado no segundo capítulo da tese. A seguir, a fotografia da chegada de Arthur Neiva ao Brasil, retornando de Buenos Aires em outubro de 1916:

[64] Carta de Arthur Neiva enviada a Oswaldo Cruz, em 29/05/1916. FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). Arthur Neiva: Correspondência/OC-COR-CI-16.

Fotografia 5: A chegada de Arthur Neiva de Buenos Aires

Fonte: Chegada de Arthur Neiva, retornando de Buenos Aires. Fiocruz. Fundo Arthur Neiva. https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana. Consultado em: 20 jul. 2025.

2.7 A MORTE DE OSWALDO CRUZ E A PARTICIPAÇÃO DE NEIVA NA CONSTRUÇÃO DE UM MITO E DE UMA “ESCOLA DE CIÊNCIA”

Sob a ótica de Arthur Neiva, a experiência vivida em Manguinhos representava não apenas um momento formativo individual, mas um capítulo decisivo na institucionalização da medicina experimental no Brasil. Ao rememorar os anos iniciais do Instituto Oswaldo Cruz, Neiva conferia sentido político e simbólico à atuação de sua geração, vinculando ciência, serviço público e projeto nacional. Após a morte de Oswaldo Cruz em 1917, ele se destacou como um dos principais responsáveis pela elaboração de uma memória institucional que transformaria o antigo diretor em figura-síntese da ciência brasileira moderna. Essa construção narrativa, como analisam Azevedo (2006) e Benchimol (1990), não foi espontânea, mas resultado de um esforço consciente por parte dos membros fundadores do

Instituto para legitimar tanto a trajetória do mestre quanto suas próprias posições no campo científico. Ao assumir esse papel de narrador interno, Neiva operava como agente ativo na elaboração de uma mitologia científica que articulava passado e futuro, história e identidade.

A imagem de Oswaldo Cruz, exaltada como símbolo de inovação, racionalidade e espírito público, passou a ocupar um lugar central na retórica institucional de Manguinhos. A escola fundada por ele foi representada como um espaço de excelência técnica e vocação patriótica, marcado pela dedicação plena ao saber biomédico e pela crença no papel da ciência na regeneração do país. Nas palavras de Benchimol (1990), essa retórica não apenas promovia a figura de Cruz, mas também fixava valores, práticas e hierarquias que moldavam a cultura científica do Instituto. Neiva, ao celebrar o legado do diretor, reforçava os traços constitutivos dessa linhagem, cuja legitimidade derivava da experiência compartilhada em campanhas sanitárias, investigações de campo e laboratórios voltados para o estudo de doenças tropicais[65].

A produção dessa memória operava em múltiplas camadas: afetiva, institucional e política. Como aponta Löwy (2006), a consolidação da medicina tropical no Brasil foi acompanhada pela construção de discursos que associavam ciência à modernidade, e o laboratório à nação. Neiva foi um dos principais formuladores desse imaginário, ao articular uma narrativa que não apenas celebrava conquistas científicas, como também realçava Manguinhos como origem legítima da ciência tropical moderna no país. Ao mobilizar sua autoridade de testemunha e participante direto da história do Instituto, ele contribuía para consolidar uma genealogia científica cujos marcos fundadores eram cuidadosamente definidos e preservados.

Essa elaboração narrativa também respondia às disputas por reconhecimento institucional em um cenário de crescente profissionalização da ciência no Brasil. Neiva compreendia essa lógica e atuava como mediador entre o legado de Cruz e os desafios contemporâneos de Manguinhos, posicionando-se como guardião de uma tradição que vinculava excelência científica à autoridade institucional. Seu

[65] Para Neiva: “Desde cedo, Oswaldo Cruz, sem desejar, ia se colocando como figura central e chefiando o grupo, pelo menos cientificamente. Não é possível dissociar Manguinhos do nome de seu fundador, pois de facto foi, desde seu início, sua alma e cérebro”. NEIVA, Arthur. Obra de Oswaldo cruz e sua projeção na medicina brasileira pelo prof. Arthur Neiva. FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). 2007, s.d.

protagonismo na consolidação dessa mitologia deve, portanto, ser interpretado como parte de uma estratégia mais ampla de valorização da ciência nacional, em que o passado servia como argumento de legitimidade para as disputas por prestígio, recursos e autonomia intelectual no campo científico brasileiro.

A figura heroica de Oswaldo Cruz consolidou-se como um símbolo institucional poderoso, cuja construção discursiva não apenas exaltava Manguinhos como centro de excelência científica, como também impulsionava as trajetórias individuais de seus colaboradores mais próximos, como Arthur Neiva, peça-chave nesse processo (Azevedo, 2006). Ao narrar o legado de Cruz, Neiva conferia a ele contornos quase épicos, reforçando a imagem do cientista-missionário que, ao fundar Manguinhos, estabeleceu um verdadeiro "quartel-general" da medicina experimental e da higiene pública no Brasil.

Em seus escritos memorialistas, Neiva descreve um mestre que nunca recusava chamados, que enviava seus discípulos aos mais diversos cantos do país para investigar doenças tropicais, percorrendo rios, sertões e zonas inóspitas, produzindo conhecimento aplicado ao combate da malária, ao estudo de protozoários como o *halterideo do pombo*, e ao avanço da farmacobotânica[66]. O Instituto, segundo ele, também buscava reconhecimento internacional, como demonstra a participação vitoriosa na Exposição Internacional de Higiene, na Alemanha, onde Manguinhos teria conquistado o primeiro prêmio. Essa memória institucional criada por Neiva apresenta o instituto como espaço de modernidade científica, cujas publicações rivalizavam com as dos grandes laboratórios europeus, e cuja influência irradiava-se por todo o território nacional, com a multiplicação de institutos de pesquisa inspirados em seu modelo. Oswaldo Cruz encarna não apenas o fundador, mas o arquétipo do cientista brasileiro idealizado e Neiva, ao narrar esse mito fundacional, legitima a si mesmo como herdeiro direto de um projeto que vinculava ciência, pátria e civilização.

A respeito disto, o bilhete-postal de Neiva a Cruz, enviado em 4 de novembro de 1912, demonstra sua satisfação e privilégio em atuar ao lado de seu mestre.

[66] Em discurso memorialista, Arthur Neiva exalta Manguinhos como centro irradiador da medicina experimental e da higiene pública no Brasil, associando Oswaldo Cruz à figura de fundador civilizador. Destaca o envio de expedicionários a regiões remotas, o prestígio internacional do Instituto e a multiplicação de centros científicos inspirados em seu modelo: "Tudo isso foi obra de Manguinhos, onde o seu fundador, o remodelador da higiene no Brasil e restaurador entre nós da medicina experimental, assentou o quartel general [...] Suas publicações adquiriram tão elevadas prestígios científicos que disputam com as melhores dos grandes laboratórios do planeta" (Azevedo, 2006, p. 44).

Neiva reconhece a importância do momento decisivo que vivenciava, marcado pela consolidação da ciência, impulsionada pelos resultados positivos das campanhas sanitárias na capital federal:

> Muitas vezes, na vida deixamos passar o momento de felicidade sem nos apercebemos; agora, quero registrar este instante que me proporcionastes com a vossa festa, sob os auspícios de um homem que tanto tem honrado a pátria e a humanidade. Essas afirmações não são meras expressões da toda minha imensa gratidão de discípulo e amigo; estão na consciência de todos os homens serenos e devem estar no coração de muitos seres humanos nacionais e estrangeiros, cujas vidas foram asseguradas no Rio de Janeiro pela extinção da febre amarela[67.]

A memória coletiva da Escola de Manguinhos foi construída pela intensa imersão em um ambiente de pesquisa dinâmico, interdisciplinar, comprometido com a aplicação do conhecimento para a saúde pública. Como mostrado no texto do cartão-postal de seu discípulo, essa memória começou a ser construída ainda em vida de Oswaldo Cruz. Essa experiência não apenas estabeleceu um modelo de atuação científica no Brasil, como também fortaleceu um profundo sentimento de pertencimento entre aqueles que fizeram parte desse "momento fundador". A heroicização de Oswaldo Cruz não se restringe à sua figura individual, mas se projeta sobre toda a rede de cientistas que levaram adiante seus ideais, elevando Manguinhos ao patamar de referência internacional. Essa memória funciona tanto como um pilar de legitimação acadêmica quanto como um elo identitário que uniu seus integrantes na missão de transformar a ciência brasileira.

A morte de Oswaldo Cruz, em 11 de fevereiro 1917, coincidiu simbolicamente com a realização da expedição científica de Neiva a Iguape, no litoral marcando um momento importante no campo da medicina tropical e da saúde pública no Brasil, de iniciativas de controle da malária e reforma do serviço sanitário. Se por um lado, a expedição reafirmava o protagonismo dos cientistas de Manguinhos nas campanhas de interiorização da ciência, por outro, a perda de seu fundador abriu espaço para um processo sistemático de construção memorialística que se intensificaria nas décadas seguintes.

---

[67] Bilhetes postais, de Cruz a Neiva, em 04/10/1912. FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). AN. VP. RS. 02.

Como mostra Azevedo (2006), a consolidação do movimento sanitarista esteve diretamente ligada à elaboração de uma narrativa que transformou Cruz em figura tutelar da ciência nacional. Arthur Neiva, atuando como um dos principais mediadores desse processo, articulou vivência institucional, afetividade e discurso público na criação de uma mitologia científica que vinculava Manguinhos ao ideal de nação moderna, racional e higienizada. Ao escrever sobre o passado de Manguinhos e exaltar a figura de Cruz, Neiva não apenas preservava a memória de seu mestre, mas contribuía para fixar os marcos simbólicos de uma tradição científica legitimada tanto pela experiência de campo quanto pela elaboração discursiva. A morte de Oswaldo Cruz não marca o fim de um ciclo, mas a inauguração de um novo regime de memória, no qual a ciência passa a operar também como instrumento de construção de passado e de afirmação institucional.

A trajetória de Arthur Neiva ressalta uma prática científica marcada pelo trânsito entre o laboratório e o campo, articulando diagnóstico técnico e intervenção social. Suas expedições não se limitaram à coleta de dados, mas refletiram um projeto de ciência voltado à compreensão das desigualdades regionais e à construção do país. Em 1917, ao convidar Monteiro Lobato para acompanhá-lo na expedição sanitária a Iguape, Neiva buscava ampliar o alcance do discurso sanitarista. A presença de um escritor com projeção nacional permitia converter a observação técnica em denúncia pública, mobilizando a imprensa como mediadora entre o saber especializado e a opinião pública. Ao fazer circular os efeitos da campanha para além dos relatórios oficiais, Neiva reafirmava seu compromisso com uma ciência inserida no debate nacional.

Ao presenciar a precariedade da população de Iguape, Lobato declarou ter compreendido “a força tremenda que se potencializa nos apaixonados pela ciência” (Lobato, 1918, p. 303). A vivência se transformou em matéria publicada na *Revista do Brasil* e no artigo “Arthur Neiva”, no qual o cientista é exaltado como herdeiro direto de Oswaldo Cruz e expressão de um novo perfil de médico, técnico, dedicado e comprometido com a transformação do país (Leal, 2020). Em tom devocional, Lobato escreveu: “Que vá a Iguape, que de lá voltará apóstolo”, revelando não apenas a dimensão afetiva da experiência, mas o quanto ela havia ressignificado sua compreensão sobre o papel da ciência. Essa aliança entre o sanitarista e literato resultou em uma ação de denúncia e mobilização, aproximando o discurso técnico para uma abordagem pedagógica, bem representada pela regeneração do

personagem Jeca Tatu (Lima, 1999; Habib, 2006), uma estratégia para legitimidade da ciência como parte do projeto de construção do Brasil moderno.

A expedição a Iguape ganha densidade simbólica, o início de uma nova etapa em que os discípulos de Oswaldo Cruz assumem a dupla tarefa de seguir atuando no campo e de consolidar uma memória que fortaleça a posição da ciência na vida pública. Arthur Neiva emerge como figura-chave nesse processo: mediador entre o passado que se torna legado e o presente que exige renovação, da pesquisa científica e a necessidade de fazê-la dialogar com o país. Ao lado de Lobato, sua atuação mostrou como a ciência brasileira, ao se deslocar dos laboratórios para os sertões, era ressignificada, ganhando novos sentidos, novas linguagens e novas alianças. A partir de 1917, Manguinhos deixava de ser apenas um espaço de pesquisa para se tornar também um território simbólico, lugar de memória, de legitimação institucional e de enunciação de um projeto de nação.

Concluo que os primeiros anos da vida profissional de Arthur Neiva realçam uma prática científica a partir da circulação entre o laboratório e o campo. O deslocamento por zonas do país tidas como periféricas e o contato direto com a precariedade das condições de vida no interior não apenas ampliaram seu repertório técnico, mas também o posicionaram como um intérprete relevante de seu tempo. Neiva foi capaz de traduzir essas experiências empíricas em diagnósticos que ressoariam nos debates sobre a construção de um projeto de modernização nacional. As suas viagens internacionais foram fundamentais para a ampliação do seu arcabouço teórico e científico. Como foi mostrado ao longo deste primeiro capítulo, sua atuação mostrou a articulação entre o desenvolvimento científico e poder estatal que marcaria os desdobramentos das décadas seguintes, tema a ser discutido no segundo e terceiro capítulo da tese.

A análise dessa fase inicial da trajetória de Arthur Neiva dialoga com a perspectiva da história da saúde proposta por Hochman, Xavier e Pires-Alves (2004), que enfatiza o estudo das políticas públicas e instituições a partir das relações de poder que atuaram nas intervenções sanitárias. O contexto de sua atuação exemplifica como a ciência se desenvolveu em meio a tensões sociais, disputas políticas e influências culturais, salientando não apenas avanços técnicos, mas também os conflitos inerentes à construção de um projeto nacional. Desse modo, o exame desse período problematiza como o conhecimento médico-sanitário foi mobilizado em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais no

território brasileiro e aspirações de modernidade. O itinerário de Neiva insere-se, assim, em um quadro mais amplo, no qual a ciência e a saúde pública emergem como campos privilegiados para compreender os dilemas da sociedade brasileira em transformação, ao investigar as mediações entre saber científico, Estado e as questões sociais.

3 ARTHUR NEIVA NO DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE PÚBLICA

O segundo capítulo da tese trata dos principais aspectos do engajamento de Neiva em favor do desenvolvimento e profissionalização das ciências. Analisa o esforço do personagem na construção de sua imagem associada à função de gestor científico e de homem público comprometido com os destinos da nação, desde o início de sua carreira em campanhas sanitárias contra a malária e pesquisas na área da entomologia. Ao longo de sua trajetória, ele perseguiu um ideal de ciência atrelado à modernização do Brasil e buscou modelar as suas ações em prol disto. A sua experiência expõe o processo de organização, desenvolvimento e profissionalização da ciência nacional – além das dificuldades profissionais que enfrentou no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Este capítulo mostra a posição de Arthur Neiva como articulador e organizador de instituições públicas de pesquisa científica, com o propósito de atestar a construção da identidade de "homem de ciências e ação", descrita por vários de seus memorialistas, como César Pinto (1932) e Hermann Lent (1980), e por seus correspondentes em missivas trocadas entre os anos de 1920 e 1930 (Leal, 2020; Ilbañez, Roncon, Alves, 2012; Nunes, 1981). No período em que ocupou o cargo de diretor do Museu Nacional, de 1923 a 1926, ele desempenhou um intenso esforço para a comunicação científica e fortalecimento das instituições nas quais atuou, assim como defendeu sua legitimação e reformulação. Neiva enfrentou múltiplos impasses para levar adiante os seus projetos científicos, entre os quais teve destaque a ausência de investimento público e apoio político inconstante. Ele pôs em práticas as suas ideias, conforme as possibilidades e condições de trabalho no momento. Discorro acerca dos primeiros passos de Neiva em sua viagem à Argentina em 1914, a sua atuação no Serviço Sanitário no estado de São Paulo, e o desempenho na comissão científica liderada por ele na campanha contra a broca-do-café, praga que assolou os cafezais da região de Campinas, com posterior alastramento por todo o estado de São Paulo. Por fim, abordo o processo da criação de uma instituição permanente de pesquisa agrícola em São Paulo, o Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal em 1927 por obra de suas articulações.

A partir das ações de Arthur Neiva, evidencio as habilidades preponderantes do personagem para exercer a função de gestor científico, destacando de que forma Neiva se assemelhava e se diferenciava de seus contemporâneos. Investigo as disputas travadas por Arthur Neiva em espaços de poder, onde ocorrem negociações e decisões que impactam diretamente a ciência e a carreira científica, bem como as dinâmicas de funcionamento das instituições de pesquisa nacionais e a circulação de conhecimento no final da década de 1920. Ao longo desta pesquisa, identifico as estratégias utilizadas por Arthur Neiva para levar adiante seu ideal de ciência, os momentos de tensão vivenciados entre o personagem e seus pares, assim como os desafios na esfera política, que repercutiram diretamente em sua carreira.

É patente a contradição do personagem em diversos momentos de sua trajetória, sobretudo no que diz respeito à crítica à dependência financeira dos cientistas ao Estado – que em suas palavras seria a tendência dos brasileiros “de contar com o apoio do governo”[68]. Outrossim, Neiva expressou em várias missivas como era inviável executar experimentos em laboratórios e pôr em prática as campanhas sanitárias sem o apoio orçamentário estatal. Ele viveu a intensa luta para conseguir verbas federais que pudessem custear as pesquisas e a manutenção de institutos. As aflições de Arthur Neiva sobre os caminhos possíveis de construção da ciência no Brasil, de certa forma, também propulsionaram a sua dedicação profissional exaustiva, em estudos nas áreas da entomologia, botânica, zoologia e patologia, em artigos para divulgação científica, e na administração pública e esfera política. Ele enfrentou o desafio entre produzir e publicar pesquisas, viabilizar comissões científicas pelo país e executar campanhas, em paralelo ao desgaste contínuo de gerenciar toda a dinâmica de funcionamento destes trabalhos e manter uma rede de sociabilidade ativa para tal tarefa.

3.1 A GESTÃO DE ARTHUR NEIVA NO SERVIÇO SANITÁRIO DE SÃO PAULO

Em 1917, Arthur Neiva retornou da Argentina ao Brasil, desta vez atendendo a um convite do governo paulista para assumir a direção do Serviço Sanitário do

[68] FREIRE, Hilário. **A praga do café no estado de São Paulo.** Suas origens e seus remédios. Discursos proferidos na Câmara dos deputados. Prefácio. São Paulo, 05/11/1928, p. 4. CPDOC. Fundo: Arthur Neiva/ An c 1924.06.06.

estado de São Paulo. No cargo, implementou uma série de medidas relevantes para a saúde pública, muitas delas inéditas no contexto brasileiro. Ele defendeu uma concepção de nação bastante refratada pelo nativismo paulista, sendo atribuída a ele a célebre a metáfora que identifica São Paulo como a locomotiva que arrasta as outras unidades da federação (Borgmeier, 1940).

O ingresso do cientista no posto foi saudado com entusiasmo pelos intelectuais do período, que acompanhavam as suas ações sanitárias. Isto se deve à participação ativa do personagem na rede de intelectuais que gravitavam em torno do diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita Filho. Em janeiro de 1918, foi-lhe conferido o título de membro correspondente do Museu Nacional do Rio de Janeiro[69] e, em março do mesmo ano, nomeado pela Academia Nacional de Medicina para fazer parte da comissão organizadora da bibliografia médica nacional, em São Paulo.[70]

A reorganização do Serviço Sanitário de São Paulo significou a retomada, pelo poder central do Estado, dos encargos que haviam sido destinados aos municípios (Benchimol; Teixeira, 1993; Leal, 2020). A expansão das ações sanitárias nas áreas rurais teve como contrapartida a realização de interesses das elites agrárias, sobretudo a criação de agências voltadas para o desenvolvimento técnico e econômico da agricultura e da pecuária. As medidas sanitárias de São Paulo serviram como uma espécie de "laboratório de saúde pública para o país". Por isso, "o reconhecimento do papel do estado de São Paulo na institucionalização dos primeiros serviços de saúde pública deve estar, portanto, articulado à história mais ampla do saneamento do Brasil" (Almeida, 2005, p. 89).

No Serviço Sanitário, Neiva e seus aliados políticos fizeram um jogo muito delicado ao tentar ampliar serviços e controles. Para pôr em execução os projetos sanitários, as autoridades paulistas enfrentaram os problemas de autonomia municipal e os interesses econômicos de fazendeiros que dominavam o PRP e o governo do Estado. "Um aspecto interessante desta última consideração foi o fato de que partidários paulistas de saúde pública raramente recorreram a sentimentos humanitários" (Blount, 1972, p. 45). Por tal perspectiva, os principais argumentos para viabilizar a reforma dos serviços de saúde eram econômicos, ligados ao

[69] CPDOC. Fundo Arthur Neiva. Documentos pessoais subdivididos em: Pasta I - 64 docs. de comprovação de curriculum vitae, incluindo bibliografia dos trabalhos de Artur Neiva. AN dp 1909.05.21.
[70] *Ibidem.*

assunto da imigração. Blount (1972) enfatiza que, para os fazendeiros, e mais tarde para os empresários industriais, seria fácil aceitar tais argumentos, desde que o governo não interferisse nos interesses das oligarquias[71].

Na Primeira República, as políticas públicas tiveram um papel central "no aumento da capacidade do Estado brasileiro de intervir sobre o território nacional e efetivamente integrá-lo, independentemente de uma avaliação dos resultados dessas políticas sobre a saúde da população" (Hochman, 1993, p. 1). Arthur Neiva conseguiu identificar bem esse movimento no seu trabalho em São Paulo, em ações pioneiras para o saneamento e criação de órgãos específicos para tratar das doenças. Entre 1917 e 1920, durante a sua gestão no Serviço Sanitário, ele aplicou medidas importantes em relação à legislação sanitária do estado de São Paulo, entre elas o Código Sanitário Rural (Leal, 2020; Ribeiro, 1991). Neste período, ele também dirigiu as reformas do Instituto Butantan, procurando transformá-lo numa fábrica de produtos biológicos (Benchimol; Teixeira, 1993). Ele pretendia converter o Butantan num centro produtor de medicamentos e imunobiológicos, como quina e quenopódio, além de cultivar plantas tóxicas e anti-helmínticas. Para comercializar os produtos, criou o Instituto de Medicamentos Oficiais (Benchimol, Teixeira, 1993).

Recém-empossado no Serviço Sanitário de São Paulo, Neiva discursou sobre a urgência do combate às epidemias, particularmente de febre amarela; declarou que se o governo não as erradicasse, a Fundação Rockefeller o faria[72]. Suas palavras traduziam, nesse princípio do século XX, a urgência da resolução de problemas sanitários que já constavam da agenda política do governo republicano desde os seus primeiros anos. Ele já havia sondado sobre a possibilidade de negociações na área da saúde pública em âmbito nacional e internacional, antes de assumir a posição de diretor do Serviço Sanitário[73].

Em ofício de 13 de fevereiro de 1917, Neiva propôs ao governo de São Paulo fechar acordo com a Fundação Rockefeller, no qual o estado faria a profilaxia da ancilostomose em uma parte de seu território, com os mesmos gastos despendidos pela comissão norte-americana, enquanto esta realizaria a campanha em outra parte. Seriam duas comissões científicas, uma nacional e outra estrangeira, com os

[71] Ver mais: VISCARDI, Cláudia M. R. *O teatro das oligarquias:* uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
[72] FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). Arthur Neiva: Docência e Pesquisa/AN-DP.
[73] *Ibidem*.

mesmos recursos. Para ele: “[...] Caberá à satisfação de demonstrar aos poderes nacionais da eficiência e do saber dos profissionais brasileiros atualmente capazes de realizar toda e qualquer profilaxia, se porventura, não lhe faltarem os meios pecuniários e o necessário prestígio dos detentores do poder”[74]. Um mês depois, Neiva enviou uma carta a Lewis W. Hackett, diretor Regional do Conselho Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller, em que solicitou auxílio de investimentos. No texto, ele mencionou a possibilidade de cooperar com os estudos de interesse da Rockefeller, principalmente no desenvolvimento de pesquisas sobre combate à ancilostomíase em São Paulo:

> Autorizado pelo Exmo. Snr. Dr. Secretario do Interior, venho com todo o prazer pedir-vos que endereceis para a Diretoria da Fundação Rockefeller, o convite que o Estado de S. Paulo faz, com o fim de virdes cooperar na grande obra de benemerência, combatendo a ancilostomose em combinação com o Serviço Sanitário deste Estado, atualmente sob minha direção. Temos acompanhado com o máximo interesse a proveitosa obra já executada pela Fundação Rockefeller nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais e, podemos afirmar que em S. Paulo, a Fundação Rockefeller encontrará não só o decidido apoio por parte do governo, como ainda o intenso desejo de que a Fundação Rockefeller possa desenvolver no território do Estado, além da campanha da ancilostomose, uma obra de pesquisas e investigação científicas, as quais terão todo o prestígio moral por parte do Serviço Sanitário [...]. A Fundação Rockefeller, tão interessada pelo aperfeiçoamento das investigações científicas em todos os terrenos, como já tem disso dado sobejas provas, teria excelente oportunidade de dar maior impulso aos estudos científicos na América do Sul, onde há tanto por fazer e poderia escolher o estado de S. Paulo como centro de investigações de onde a Fundação Rockefeller, com a criação de um grande laboratório, irradiaria a sua benéfica ação, elucidando vários problemas científicos, não só brasileiros como da América do Sul [...]. É, portanto, com a mais viva satisfação, que o estado de São Paulo solicita o auxílio da Fundação Rockfeller, a fim de vir ajudá-lo a sanear parte de seu território e onde ela poderá demonstrar, mais uma vez, o grande ideal de aperfeiçoamento humano que inspira tão benemérita Fundação. Atenciosas saudações. O Diretor Geral, Arthur Neiva[75].

A solicitação de Arthur Neiva foi realizada meses antes da aprovação da reorganização do Serviço Sanitário, em 29 de dezembro de 1917[76]. O texto do ofício

[74] FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). Arthur Neiva: Docência e Pesquisa/AN-DP.
[75] Carta de Neiva enviada a Hackett, em 24/03/1917. CPDOC. Fundo Arthur Neiva/AN c 1916.11.27.
[76] Sobre a atuação de Arthur Neiva na articulação com a Fundação Rockefeller e sua influência nas campanhas sanitárias no estado de São Paulo, ver: FARIA, L. R. de. A Fundação Rockefeller e os

citou o interesse pelas investigações científicas da Fundação Rockefeller no continente sul-americano, instituição criada em 1913, em Nova Iorque, nos Estados Unidos, com a finalidade de realizar atividades de caráter filantrópico, as quais incluíam lutar contra as doenças no continente americano (Cueto, 1994; Magalhães, 2016). A carta de Neiva ofereceu o estado de São Paulo como terreno para aplicação das abordagens de saúde pública privilegiadas pela fundação estadunidense. Em contrapartida, Neiva solicitou a criação de aparato científico como uma ação de benefício não somente ao estado, mas aos países latinos. Demonstrou interesse em estabelecer um acordo internacional, deixando em segundo plano o ideário nacionalista para atuar de acordo com os grandes cafeicultores paulistas. A colaboração com a Rockefeller envolveria o combate a uma doença endêmica, mais que uma epidemia, abrangendo o interior do estado de forma mais intensiva do que a capital. Nesse sentido, punha em prática a agenda dos intelectuais da saúde pública que defendiam a extensão dos serviços de saúde para os sertões (Hochman, 1998; Lima, 1999).

A reorganização do Serviço Sanitário em 1917 anulou a tendência descentralizadora da reforma de 1911, e retomou para o poder central os encargos que haviam sido transferidos aos municípios. A principal novidade foi a criação do Serviço de Profilaxia Geral responsável pela polícia sanitária das fazendas e de outros estabelecimentos rurais (Castro-Santos, 1985). A atuação de Neiva foi mais marcante no combate à malária, por intermédio de ações campanhistas, e à ancilostomíase, por meio de postos ambulatoriais. Sendo assim, a diretriz criada por Arthur Neiva foi um sucesso e serviu de modelo para a reformulação da área sanitária de todo o Estado – “o serviço incluía medidas contra a malária, a ancilostomíase e o tracoma, de elevada incidência entre os imigrantes” (Silva, 2006, p. 105).

A reforma e o Código Sanitário de 1917 significaram um passo fundamental para que as autoridades estaduais estendessem o poder do Serviço Sanitário estadual aos territórios do interior do estado, sob domínio das oligarquias rurais (Blount, 1972). Neiva se envolveu em um intenso processo de negociação política com os lavradores e seus representantes para implementar o Código Sanitário Rural em 1917. Ao concretizá-lo, ele realizou antigo anseio do sanitarista Emílio Ribas,

---

serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 569, set.-dez. 2002.

que era ganhar controle sobre o território coronelista (Castro-Santos, 1985). Até então, segundo o cientista, os serviços sanitários funcionavam “para inglês ver”. Por isso, uma das primeiras medidas dele foi elevar os vencimentos dos inspetores, que só “trabalhavam à base de propinas e se fazia esperar horas e horas” (Benchimol; Teixeira, 1993, p. 142).

De acordo com Castro-Santos (1985), os serviços paulistas se restringiam às cidades, por serem as portas de entrada dos imigrantes e por efeito da resistência dos proprietários a quaisquer ações estatais em seus domínios – “Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial e a consequente interrupção do influxo migratório, as cidadelas dos coronéis puderam ser expugnadas pela saúde pública porque a valorização da força de trabalho passou a exigir o prolongamento de seu tempo de vida útil” (Benchimol, 1999, p. 66), sem o que a produção agrícola entraria em colapso por falta de mão de obra.

O cenário econômico da cidade de São Paulo durante as décadas finais do século XIX foi marcado pelo desenvolvimento da cafeicultura. O resultado disso foi um processo que a transformou rapidamente em metrópole. O fortalecimento do setor cafeeiro ofereceu condições para criar a capital industrial. Se por um lado isso abriu perspectivas de lucros aos donos dos meios de produção, por outro revelava que a cidade precisava se adequar às novas necessidades, enfrentando as enfermidades que desorganizavam o trabalho, desestruturavam o movimento imigratório, dificultavam o intercâmbio comercial e inibiam os investimentos internacionais (Ribeiro, 1991; Almeida, 2005; Duarte, 2009). São Paulo assistia a um processo de expansão demográfica; a capital vivia uma “metropolização desenfreada” (Sevcenko, 1999). A urgência por mudanças na saúde pública veio ao encontro do contexto de crescimento populacional do estado de São Paulo. A cidade estava em fase de estabelecimento como um dos centros urbanos e econômicos mais importantes do país (Peixoto; Carvalho, 2018).

O Serviço Sanitário priorizou, também, o combate à lepra, feito em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia, e ao tracoma, objeto de um serviço especial com comissões em diversas localidades. Neiva publicou orientações sobre as medidas de afastamento do convívio social dos pacientes diagnosticado por essas doenças, conforme a fonte abaixo:

> Artigo 654: Notificado um caso de lepra, a autoridade sanitária procederá como nos casos de tuberculose aberta, e de acordo com as instruções especiais, enquanto o governo do estado não dispuser de colônias para leprosos, montadas de acordo com os modernos preceitos de higiene e oferecendo conforto e atrativos necessários para o isolamento obrigatório (Art. 248, Lei 1.596).

Cabe salientar que a preocupação de Neiva também estava voltada para o modo de circulação do bacilo de Hansen do sangue do infectado e o período de contágio da hanseníase. Para ele, o esclarecimento dessas questões seria de grande alcance para o lançamento das bases da profilaxia. Indicou, nesse contexto, o tratamento das lesões abertas da lepra, porque diminuiria a taxa dos bacilos emitidos. Aconselhou, como medida eficaz para evitar a propagação, o isolamento dos doentes da seguinte forma: “a) em domicílio para os indivíduos abastados; b) em colônias agrícolas, ou vilas de leprosos, para os necessitados, capazes de trabalho; c) em asilos ou hospitais para os inválidos”[77]. Todas as formas de contágio ou transmissão atribuídas por diferentes cientistas como responsáveis pela moléstia foram consideradas em sua totalidade. Nesse período, também se enfrentou o desafio de comunicar e delegar tarefas de gestão em áreas remotas do sertão[78].

As ações de Arthur Neiva no Serviço Sanitário foram muito importantes, vanguardistas em vários sentidos. Todavia, em muitos casos, polêmicas e contraditórias. Para Monteiro (1987, 2003), o crescimento da lepra e da circulação dos doentes passou a ser encarada como uma ameaça à saúde da coletividade, tornando-se foco de atenção e preocupação das autoridades. Estas viram-se obrigadas a adotar medidas efetivas e regulares na tentativa de deter o avanço da moléstia: “Notou-se uma linha de conduta oficial com a ingerência do Estado, que acabou por nortear todo um tipo de ação médica com relação à doença” (Monteiro, 1987, p. 5).

Além de interiorizar a saúde, a reforma promovida por Arthur Neiva no Serviço Sanitário conferiu permanência de ações voltadas para as doenças endêmicas. Essa medida contrapunha ao modelo que dera a tônica às gestões de Oswaldo Cruz (1903-1909) e Emílio Ribas (1898-1916) no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente (Benchimol; Teixeira, 1993). De acordo com as observações de Borgmeier (1940), neste período Neiva iniciou a construção do modelar Leprosário

[77] Discurso de abertura. “Aqui renasce a esperança”. FIOCRUZ/COC. Fundo Arthur Neiva: An.fc.st 03.
[78] *Ibidem*.

de Santo Ângelo. Medidas de defesa sanitária também foram tomadas contra os imigrantes doentes, sendo pela primeira vez usada na legislação do país a expressão “indesejável”, vocábulo que, aliás, suscitou protestos na Câmara Estadual[79].

Peixoto e Carvalho (2018) proferem que a Academia Nacional de Medicina aconselhava a criação de postos médicos para o tratamento gratuito para a população menos favorecida. Em 1918, os estudantes da Faculdade de Medicina de São Paulo criaram a Liga de Combate à Sífilis, em cooperação com o Serviço Sanitário de São Paulo[80]. A reforma sanitária defendida implicava uma série de alterações no vencimento dos profissionais, manifestando a luta por recursos federais para o andamento dos serviços de saneamento em todo território nacional. A descentralização do poder público e dos recursos foi questionada por Neiva em seus documentos oficiais e em correspondências privadas. A fonte a seguir é um relatório de atividades de Arthur Neiva de 1918, no qual ele expõe todos os desafios enfrentados em sua gestão:

> O prático, o que se deve fazer a todo transe, e isto na maior escala possível, porquanto não se poderá fazer totalmente dada a escassez de recursos do Tesouro Nacional, é o saneamento das cidades de quase todos os estados onde quase tudo está por se fazer, bastando lembrar que na zona mais adiantada do país, à beira da cidade de aspecto mais estrangeiro que a nação possui, tivemos de instalar um posto para combater a opilação, em Santo Amaro, ligado à capital de S. Paulo por bonde elétrico. O governo federal deve induzir, aconselhar, pedir, rogar aos governos estaduais que procurem dar abastecimento de água e construir esgotos para as cidades de seus estados; isto já seria uma grande conquista, começando-se então o serviço de impaludismo e opilação nos subúrbios de tais localidades. No Brasil tudo está por se fazer, com exceção de estado de S. Paulo. Não se pode mais discutir a diferença imensa de progresso entre o norte e o sul do país [...][81].

A narrativa de Arthur Neiva possui muitos aspectos descritivos do trâmite financeiro para liberação de verba pública. O saneamento no país ainda era

[79] F.C.P. Apontamentos para a história das campanhas sanitárias no Brasil. A prioridade no combate a sífilis. Revista de Medicina. São Paulo, 1923, ano 3, ns. 25/26, p. 21. FIOCRUZ/COC. Fundo Arthur Neiva: An.fc.st.04.

[80] PUPO, João Aguiar. Uma campanha salutar: a luta contra a syfhilis em S. Paulo: sobre a organisação de dispensarios anti-venereos e sua funcção prophylactica. Revista de Medicina, São Paulo, Brasil, v. 3, n. 20, p. 15-29, 1922. DOI: 10.11606/issn.1679-9836.v3i20p15-29. Disponível em: https://revistas.usp.br/revistadc/article/view/56840. Acesso em: 22 ago. 2025.

[81] Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz - Departamento de Arquivo Documentação. Fundo Arthur Neiva: AN-FC-ST-02.

incipiente, dependia de acordos entre a União e os estados. Na posição de médico sanitarista, Neiva expôs como deveria ser o plano de atuação nos espaços públicos contra os males e epidemias do período. No relatório elaborado em 23 de novembro de 1918, ele descreveu como vivenciou o processo de nacionalização e coletivização da saúde que atingiria seu ápice na década de 1920, com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública. Comparou o estado de São Paulo às regiões nortes do país, as quais não possuíam um sistema adequado de coleta de resíduos:

> O Estado de S. Paulo tem 60 cidades com esgotos. Creio que tal exemplo é bastante eloquente. Se compararmos, então, com o que se passa no norte do país, no que se refere a esgotos e abastecimentos de água, então a decepção será verdadeiramente enorme. Só por si, o estado de S. Paulo possui mais cidades com esgotos e abastecimentos de água do que o restante de todo país reunido e se neste estado tivemos que intervir para combater o impaludismo em regiões prósperas e adiantadas como Villa Americana, próxima de um dos centros de cultura mais adiantados como é Campinas [...][82].

Para José Reis (1976), os feitos de Arthur Neiva, durante o período em que esteve à frente do Serviço Sanitário, foram bem-sucedidos em razão de seu perfil como articulador público. O autor realça que Neiva "não era um cientista fechado em seu território ou preso aos escritos e encargos recebidos" (Reis, 1976, p. 711). Na descrição de seu discípulo, Neiva também é caracterizado como um pesquisador atento, observador e defensor dos interesses científicos do país[83]. Essa visão majoritariamente acrítica sobre os serviços prestados por Neiva foi reproduzida tanto por seus discípulos quanto por seus memorialistas. Assim como no discurso anterior, observa-se na fonte seguinte um caráter marcadamente laudatório em relação às ações de Neiva:

> O relatório de um cientista de larga formação que sentia vivamente, além dos interesses da ciência, os problemas de sua pátria. Desenvolveu enorme atividade, remodelando serviços, implantando a vacinação obrigatória, revogada desde os tempos de Oswaldo Cruz por obra da política, recomeçou tenaz luta contra o tracoma, atacou as grandes endemias, convidou a Fundação Rockefeller para

[82] Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz - Departamento de Arquivo Documentação. Fundo Arthur Neiva: AN-FC-ST-02.
[83] REIS, José. Personalidades e instituições. Arthur Neiva, o homem e a obra. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 28, n. 6, p. 711-714, jun. 1976.

> participar no combate. Instalou postos de profilaxia da sífilis, iniciou a construção e inauguração do leprosário de Santo Ângelo. E ainda enfrentou a epidemia de gripe de 1918, improvisando 43 hospitais na capital e 119 no interior (Reis, 1976, p. 711).

Ao contrário do discurso elaborado por Reis (*Ibidem*), Monteiro (1987, p. 7) critica a forma como Arthur Neiva executou os trabalhos no estado de São Paulo. Em seu argumento, pontua que o isolamento compulsório contra os pacientes da lepra contribuiu para reforçar o conceito de marginalidade, somando-se a um forte residual que permeava a mentalidade coletiva e contribuindo para "solidificar uma identidade que adquiriu contornos muito nítidos: o leproso" (*Ibidem*). Por tal perspectiva, especifica que a medida de isolamento dos doentes em leprosários, como o caso em Santo Ângelo, criado durante a gestão de Neiva, foi um drama para muitas famílias que se viram afastadas de seus membros:

> A partir do ato do diagnóstico, a pessoa era imediatamente enviada para um dos asilos, de onde não mais sairia, a não ser que lhe fosse concedida alta pelo serviço médico oficial. Os filhos sãos eram separados dos pais logo ao nascer. Paulatinamente, vê-se formar uma micro sociedade composta pelos asilos-colônia, regulada por normas especiais e dotada de legislação específica, cujas injunções de poder acabariam por transferir para o serviço médico oficial (Monteiro, 1987, p. 6).

Diferentemente do ponto de vista apresentado, Arthur Neiva acreditava que as suas ações no governo estadual tinham sido um passo importante para conter a transmissão da lepra, interpretada como sinal positivo de um voto de confiança na ciência, porque, para ele, teria abandonado "todas as discussões bizantinas e procurou agir" [84]. De acordo com o cientista, o papel da autoridade sanitária, investida das funções de vigilância, foi primordial para obter bons resultados da profilaxia[85].

Na mesma linha, Reis (1976) profere que a atuação de Neiva no Serviço Sanitário do estado de São Paulo marcou a história da saúde pública brasileira. Esse argumento se baseia no fato de ter sido o primeiro autor de um Código Sanitário Rural elaborado no Brasil, o que pode ser visto como a conquista de uma demanda importante do movimento sanitarista.

---

[84] *Ibidem.*

[85] Discurso de abertura. "Aqui renasce a esperança". FIOCRUZ/COC. Fundo Arthur Neiva: An.fc.st.03.

3.1.1 **O Código Sanitário Rural e a sua implementação no interior do estado de São Paulo**

A recuperação da população rural para o mercado de trabalho no campo foi premissa para a elaboração do Código Sanitário Rural (Ribeiro, 1991). Os graves surtos epidêmicos, que vitimavam grande número de trabalhadores nacionais e estrangeiros, impunham o saneamento da cidade. A criação do documento em 1917 enfatizou a necessidade de extensão dos serviços de saúde para além dos centros urbanos. Foi o primeiro “a incorporar sob a forma de lei”, em sua versão mais integral, os postulados do saneamento rural (Benchimol; Teixeira, 1993; Ribeiro, 1991), pois ao consolidarem os serviços públicos de saúde e tendo como meta principal o saneamento de São Paulo, os articuladores das ações sanitárias olhavam não somente para os problemas locais, mas interagiam constantemente com outros centros científicos e sanitários e queriam, ao mesmo tempo, ser notados e reconhecidos. Para a aplicação do Código em São Paulo, foi necessário enfrentar forte resistência e protestos dos proprietários rurais no período. As ideias contidas no Código Rural foram executadas de forma gradual (Borgmeier, 1940).

Nas primeiras décadas do século XX, não existia no Brasil uma legislação específica para as relações trabalhistas. O Código Sanitário do estado de São Paulo constituía-se com uma das poucas referências legais nessa área (Duarte, 2009). Por isso, tal condição já se fazia presente desde o primeiro Código Sanitário, e implantado pelo decreto nº 233 de 2 de março de 1894, composto de 520 artigos, o qual regulava: “aspectos referentes às condições sanitárias das moradias, cortiços e hotéis; das condições do ambiente de trabalho, do trabalho noturno e infantil; das escolas, teatros e do lazer; do abastecimento e da produção de alimentos; do esgoto e das águas; do atendimento à saúde, entre outros” (Duarte, 2009, p. 59).

Para os fazendeiros, os serviços sanitários significavam a possibilidade de melhora dos trabalhadores doentes e, ao mesmo tempo, de promover uma imagem positiva de São Paulo para os imigrantes europeus. Nesse período, o desafio no estado de São Paulo eram as doenças transmissíveis, tal como a febre amarela, que afetavam os imigrantes recém-chegados da Europa. Blount (1972) pontua que os esforços do Serviço Sanitário para eliminar tais moléstias e, depois, as doenças

endêmicas, preservaram a vida de milhares de trabalhadores e, possivelmente, aumentaram a produção econômica.

O Código Rural constituiu uma seção inteiramente original do Código Sanitário Estadual, o qual, conforme Galvão (2021, p. 16), representou uma das maiores iniciativas do estado de São Paulo na regulação sanitária, e bem recebido pela Academia Nacional de Medicina (*Ibidem*). O regulamento formulado por Neiva favoreceu o início do combate à ancilostomíase em várias zonas do estado de São Paulo, por meio do serviço sanitário (Blount, 1972; Ribeiro, 1991). O Decreto n. 2.918 de 9 de abril de 1918 garantiu a execução ao Código Sanitário do Estado de São Paulo: "O serviço sanitário é geral e municipal: o primeiro a cargo do estado e o segundo a cargo dos municípios[86].

O documento assegurou o estudo da etiologia, tratamento ou profilaxia das doenças transmissíveis que aparecessem ou se desenvolvessem em qualquer ponto do estado de São Paulo, bem como quaisquer pesquisas científicas que interessassem à saúde pública. Foram garantidas as visitas sanitárias às fazendas e distribuição pelo inspetor sanitário de medicamentos contra a ancilostomíase e malária. O Código proibiu a utilização das fezes humanas como adubo, a defecação nas proximidades das habitações e das águas de abastecimento, junto aos mananciais. É notório o processo de intenso esforço de Arthur Neiva para individualizar as medidas profiláticas contra cada doença:

> Artigo 661: É obrigatório o exame das fezes, a fim de ser feita a distinção da forma da doença e tal exame será feito gratuitamente pelo Instituto Bacteriológico. Sendo a disenteria de forma bacilar, agirá a autoridade sanitária como nos casos análogos das doenças infectuosas[87].

No mesmo sentido, foi proibida a construção de casas sem banheiro, mesmo as destinadas à moradia de proletários, além da exigência do uso de água corrente nos dormitórios dos hotéis de classe, medida que beneficiou a população paulista por intermédio das Delegacias de Saúde, por Neiva implementadas no interior do

---

[86] CPDOC. Fundo Arthur Neiva: Decreto nº 2.918 de 9 de abril de 1918 : dá execução ao codigo sanitário do Estado de São Paulo/614.6(816.1)(094.4)/S239c. SÃO PAULO. Assembleia legislativa do estado de São Paulo. Decreto n. 2.918, de 9 de abril de 1918. Dá execução ao Código Sanitário do Estado de São Paulo. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1918/decreto-2918-09.04.1918.html. Consultado em: 6 jul. 2023.

[87] *Idem.* CAPÍTULO XIII: Das dysenterias (bacillar e amebiana).

estado. Essas ações tornaram-se norteadoras aos demais documentos, posteriormente feitos no Brasil, e até em países estrangeiros (Borgmeier, 1940, p. 6). Uma das inovações principais do seu Código Sanitário foi a diminuição do pé direito dos edifícios que até então possuíam cinco metros exigidos por lei. Baseados nos estudos de Hill feitos no Serviço de Saúde Pública de Londres, Neiva compreendeu logo o alcance de tais estudos e foi o primeiro a dar aplicação prática do que havia estudado. Instituiu-se a obrigatoriedade do uso de calçados por parte dos trabalhadores e de todos os habitantes das zonas rurais (Ribeiro, 1991, p. 235). Ademais, viabilizou a campanha antipalúdica com a adesão de autoridades estaduais e municipais e proprietários de terras, fazendas e companhias.

O Código Sanitário Rural sistematizou as ações de profilaxia geral das doenças transmissíveis, como a notificação, o isolamento, a desinfecção e a vigilância médica. Foi o primeiro a restabelecer a vacina obrigatória contra a varíola e a restabelecer a campanha contra o tracoma, extinta havia anos. Arthur Neiva organizou o primeiro serviço de profilaxia contra a sífilis por ele inaugurado em São Paulo, com o auxílio do Instituto Oswaldo Cruz.

Os resultados do trabalho de Neiva foram reconhecidos e elogiados por pesquisadores brasileiros e estrangeiros. A respeito disso, em carta enviada em 7 de junho de 1917, Afrânio Peixoto parabenizou Neiva pelo Código Sanitário, que considerou um trabalho “magnífico, sem falhas”. No mesmo sentido, a carta de L.W. Hackett, de 28 de outubro de 1918, diretor no Brasil do Conselho Sanitário Internacional da Fundação Rockfeller, elogiou o modo como Neiva atuou no serviço de profilaxia nos postos do estado de São Paulo:

> Nada achei que merecesse crítica, quer no regulamento, quer na técnica dos exames; e a instalação é completa e adequada. Somente desejo vos sugerir que, sendo possível obter platinas móveis para os microscópios, isso tornaria o serviço do microscopista mais fácil e mais acurado [...]. Só tenho louvores pelo modo enérgico e eficiente com que o estado está fazendo o recenseamento das instalações sanitárias existentes, e providenciando para obrigar os proprietários a construírem instalações sanitárias em suas casas [...]. Tenciono levar ao conhecimento do Conselho Sanitário Internacional da Fundação Rockfeller a boa impressão dessas minhas visitas aos postos de profilaxia sanitários de SP, certo de que será ela devidamente apreciada[88].

[88] Carta de Hackett enviada a Neiva, em 28/10/1918. CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ AN c 1916.11.27.

A parceria de Arthur Neiva firmada com a Rockfeller foi bem-sucedida, contribuindo para o desenvolvimento dos serviços sanitários de São Paulo sem a participação do governo federal, reforçando a autonomia do estado na área da saúde. A Fundação Rockefeller contribuiu com recursos técnicos, financeiros, com a formação de médicos sanitaristas e com a instalação da cadeira de higiene na Faculdade Paulista de Medicina (Hochman, 1998, ´p. 236; Magalhães, 2016). Fomentou o desenvolvimento do campo que surgia como a “ciência sanitária”, tanto em São Paulo como em todo o país:

> O governo paulista negociou um acordo, no qual ficou estabelecido, segundo o Diretor do Serviço Sanitário, Dr. Arthur Neiva, que as duas comissões – a da Rockefeller e a do Serviço Sanitário - desenvolveriam seus trabalhos de profilaxia da malária e da ancilostomíase independentemente, em zonas diferentes do Estado de São Paulo (Ribeiro, 1991, p. 230).

3.1.2 **Os discípulos de Oswaldo Cruz: a disputa simbólica e política entre Arthur Neiva e Carlos Chagas**

O ano de 1917 foi acompanhado de muitas mudanças profissionais para Arthur Neiva. Foi um período de sua transição à função de gestor científico, não apenas em decorrência de seu esforço em manter ativa uma rede de sociabilidade internacional, mas, por coincidir, também, com o ano do falecimento de Oswaldo Cruz e o início da construção do seu legado. Neiva, assim como os demais discípulos de Manguinhos, viu-se diante de novos desafios e com grandes responsabilidades na área da saúde pública. Nesse período, ele conseguiu reorganizar o Serviço Sanitário de São Paulo, aplicar o Código Sanitário e estabelecer os primeiros contatos com a Fundação Rockefeller.

Quando esteve à frente do Serviço Sanitário de São Paulo, de 1917 a 1918, Neiva interferiu na gestão do Instituto Butantan, criado no mesmo contexto do Instituto Oswaldo Cruz. O resultado disso foi o afastamento de Vital Brazil e conflitos com Carlos Chagas, então diretor do Instituto Oswaldo Cruz, bem analisados por Benchimol e Teixeira (1993). A proposta de Neiva era transformar o Butantan num grande laboratório produtor de terapêuticos para suprir o mercado nacional e os de outros países da América do Sul. Nesse cenário, as fábricas da Europa e dos Estados Unidos estavam produzindo quase que exclusivamente para os conflitos da

Primeira Guerra Mundial, de modo que “o Instituto Oswaldo Cruz, em crise, não dava conta das necessidades nacionais” (Benchimol; Teixeira, 1993, p. 112).

Arthur Neiva perseguiu dois objetivos: o primeiro, oferecer ao Instituto Butantan condições de substituir as importações que haviam despencado em virtude da guerra, fabricando os medicamentos requeridos pelas ações que o Serviço Sanitário empreenderia contra as endemias reinantes no interior do estado. A meta era ter quinina para abastecer as campanhas que já vinham transcorrendo em várias cidades. “Planejava, também, produzir a emetina, alcaloide extraído das raízes da ipeca para tratamento da disenteria amebiana, e o tártaro emético, cuja eficácia na cura da leishmaniose e do granuloma venero fora descoberta por Gaspar Viana, em Manguinhos” (Benchimol; Teixeira, 1993, p. 209).

Bocchi e Pataca (2019) explicitam que os primeiros anos de funcionamento do Instituto Butantan, entre 1901 e 1919, foram marcados por uma estabilidade institucional, tendo Vital Brazil atuado como diretor nesse período. O momento coincidiu com a também estabilidade da direção do Serviço Sanitário que tinha à frente de suas atividades Emílio Ribas, cuja atuação ocorreu de 1898 a 1917. O Serviço Sanitário não só tinha um novo diretor, como também passou por uma reestruturação que estabeleceu novas atribuições ao Instituto Butantan. As ações desenvolvidas no instituto relacionaram-se às discussões sobre a saúde da população, à necessidade de reforma dos serviços prestados e à extensão das ações governamentais às zonas rurais (Benchimol; Teixeira, 1993).

Arthur Neiva almejava que o instituto ocupasse espaços não só na área dos imunizantes, que constituíam a linha tradicional de produção dos laboratórios oficiais de matriz pasteuriana, como em outras áreas biológicas e quimioterápicas e que, por tradição, eram exploradas por laboratórios farmacêuticos particulares (Benchimol; Teixeira, 1993). O Butantan devia se transformar numa instituição capaz de competir com o Instituto Oswaldo Cruz na comercialização desses quimioterápicos, de soros, de vacinas e de uma nova categoria de terapêuticos, os opoterápicos, que desfrutavam de crescente aceitação entre os clínicos em virtude do desenvolvimento da endocrinologia (Benchimol; Teixeira, 1993, p. 225).

Para o Instituto Butantan conseguir o mesmo prestígio de Manguinhos, Arthur Neiva acionou um conjunto de medidas destinadas a elevar a quantidade e a diversidade de terapêuticos fabricados pelo instituto, o que teria consequências posteriormente (Benchimol; Teixeira, 1993, p. 115). Ele se esforçava também pela

elevação dos salários dos funcionários, cuja jornada passara de meio expediente a expediente integral, bem como a contratação de mais pesquisadores e a aquisição dos aparelhos necessários à instalação da seção de química.

A obra de Benchimol e Teixeira (1993) dedica-se a uma profunda análise da geração dos cientistas que se enquadraram como discípulos de Oswaldo Cruz. Ocorreu uma disputa sem tréguas entre Arthur Neiva e Carlos Chagas, que extrapolou o âmbito de Manguinhos e da própria capital federal. Nessa luta, “os projetos pessoais destes herdeiros enredaram-se nas malhas das lutas políticas que marcaram a última década do regime republicano” (Benchimol; Teixeira, 1993, p. 103). A disputa pela herança simbólica de Oswaldo Cruz, não foi apenas comercial. Foi nesse cenário que Neiva estreitou suas relações com intelectuais e políticos do estado.

Com a morte de Oswaldo Cruz, em 11 de fevereiro de 1917, os conflitos e desafetos entre os cientistas de Manguinhos ganharam mais evidência. A partir desta chave interpretativa, a pesquisa de Azevedo (2006) intitulada “Oswaldo Cruz a construção de um mito na ciência brasileira” investiga os significados do pertencimento à categoria de discípulo de Oswaldo Cruz, especialmente no uso desse *status* para fins políticos e institucionais. Após o falecimento de Oswaldo Cruz, foi realizado um conjunto de ações para heroificação do cientista (Azevedo, 2006). Os testemunhos e festividades marcaram a associação da imagem dele ao movimento sanitarista, mitificado como um herói da nacionalidade. O cientista foi transformado em um símbolo “capaz de catalisar e aglutinar as práticas e interesses de médicos e higienistas, fazendo suas ações convergirem com as de outras forças no terreno político-ideológico” (Benchimol; Teixeira, 1993, p. 102). A disputa dos discípulos girava em torno do mérito científico e poder do cargo de diretor do Instituto Oswaldo Cruz. Era uma equipe de cientistas com múltiplos talentos e diferentes perfis profissionais, o que, segundo Azevedo (2006), tornou extremamente difícil não politizar a disputa pela sucessão. Manguinhos se tornou um solo frágil e de desequilíbrios, tendo em vista as relações internas desgastadas com a perda do mentor intelectual da instituição.

Exatamente cinco dias após o falecimento do mestre, Chagas enviou uma carta a Arthur Neiva, na qual sinalizou preocupação e urgência com a indicação de nomes para ocupar o lugar de Oswaldo Cruz. A partir disto, inicia-se uma disputa pelo cargo de chefe do IOC:

> Ilustrado Colega,
> Desejoso de que a escolha para o cargo de chefe de serviço do Instituto Oswaldo Cruz represente a vontade da maioria dos nossos companheiros de trabalho, venho cordialmente solicitar o valioso auxílio de seu critério de justiça, na delicada contingência em que me encontro de preferir um nome entre diversos igualmente dignos.
> Ficarei muito agradecido se o ilustrado companheiro quiser designar um dos atuais assistentes para o lugar vago pelo triste acontecimento que nos enluta, guiada indicação pelo espírito de justiça e pelo objetivo de conservar em toda sua integridade o prestígio do Instituto que nos foi legado pelo nosso glorioso mestre. Desejaria que a resposta a esta consulta me fosse enviada com toda a brevidade. Do colega e admirador, Carlos Chagas[89].

O texto da correspondência, apesar de breve, enfatizou a necessidade de "conservar" a imagem e integridade do trabalho desenvolvido em Manguinhos. O aspecto ressaltado por Chagas, o "legado de Oswaldo Cruz", posteriormente passou a ser também uma preocupação dos membros das instituições médicas, "como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e de órgãos governamentais, como a Diretoria Geral de Saúde Pública [...]" (Azevedo, 2006). A categoria de discípulo de Oswaldo Cruz não era restrita aos membros de Manguinhos, pois abrangia também os médicos que tiveram orientação do cientista no início da carreira.

Ao encontro da hipótese concebida por Azevedo (1995), uma missiva foi enviada a Arthur Neiva pelo professor Bernardo Houssay, o célebre fisiologista argentino. A carta é uma nota de pesar pela morte de Oswaldo Cruz, que, em suas palavras, representava uma referência de "homem de ciência" no continente americano para os cientistas argentinos. A mensagem indicou quais seriam reconhecidos enquanto discípulos de Manguinhos – Arthur Neiva e Carlos Chagas. Além disso, explicitou a missão de ambos em "transmitir os ensinamentos" as futuras gerações de pesquisadores:

> Meu caro amigo,
> A repentina notícia da morte de Oswaldo Cruz foi sentida por todos nós como um luto particular. Cruz representou para nós o homem da ciência genuinamente americano e cumpriu a aspiração de que nossos países alcançassem um patamar elevado e estável no concerto científico mundial. Nos fez sentir uma independência da qual nós, argentinos, ainda estamos longe. Mas na dor profunda que deve ter, não se esqueça que a obra da Cruz foi concluída, como

[89] Carta de Carlos Chagas enviada a Neiva, em 16/02/1917. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ANc 1903.05.25.

> demonstram os discípulos que, como você e Chagas, pegam a tocha e têm o dever inescapável de mantê-la alta e assim transmitir para as gerações futuras. Com expressões mais sinceras de profundo afeto, envio-lhes um afetuoso abraço. BA. Houssay[90].

O discurso do legado de Oswaldo Cruz passara a ser o modelo e o patrimônio científico para os seus discípulos, "os quais se encarregaram da manutenção de sua memória, investindo-se do que consideravam uma verdadeira missão" (Azevedo, 2006, p. 52). Os "discípulos" eram encarados como os herdeiros do patrimônio científico do mestre, elevado à condição de "pai" da ciência experimental brasileira. Dessa forma, o culto à memória de Oswaldo Cruz significou um passo fundamental para a construção do mito de origem e identidade sanitarista no Brasil (Castro Santos, 1985). Nesse momento, é construído o sentimento de filiação à tradição científica "usada para designar todos àqueles que, de alguma forma, passaram pelo Instituto de Manguinhos ou gravitavam em torno dele" (Azevedo, 2006, p. 52).

O processo de construção do "salvador da ciência" também se relacionou à criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil (1918), cujo objetivo era conferir legitimidade ao discurso dos médicos e higienistas, fortalecendo seus interesses científicos e políticos. A exaltação da imagem de Oswaldo Cruz foi fundamental para o consenso a respeito da legitimidade dos cientistas de Manguinhos. A obra de Azevedo (2006) propõe que o mito de Oswaldo Cruz é um "fenômeno ideológico de natureza cientificista", ou seja, traduz anseios de um grupo num dado momento histórico do país. Sendo assim, chama atenção para o processo de construção dos mitos e poderes de homens e de instituições, sobretudo, o jogo de valores e a impossibilidade de ter uma ciência isolada da sociedade, das conjunturas políticas, sobre a política que perpassa as instituições científicas, sobre os sujeitos políticos que constroem as instituições científicas. Por outro lado, o nome do mestre de Manguinhos foi usado para justificar a disputa de recursos federais e estaduais e nomeações de cargos por interesses pessoais. Exemplo notório é a carta de Neiva a Manoel V. Carbonell,[91] de 7 de julho de 1918, em que ele conta como rompeu as

[90]Carta de Hossauy enviada a Neiva, em 16/02/1917. CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ NA. 1903.05.25. Texto traduzido do inglês.

[91] Manuel V. Carbonell foi médico e professor da *Facultad de Medicina de la Universidad de Buenos Aires,* com atuação destacada nas áreas de microbiologia, epidemiologia e saúde pública na Argentina. No início do século XX, desenvolveu estudos relevantes sobre a tuberculose no país, destacando aspectos epidemiológicos e propondo medidas sanitárias. Sua contribuição está registrada no artigo *"Contribución al estudio de la epidemiología de la tuberculosis en la República Argentina"*, publicado na *Revista del Instituto Bacteriológico*, no qual analisa as dinâmicas de

relações com Chagas após este ter continuado a clinicar enquanto dirigia o IOC, “desvirtuando, deste modo, a orientação seguida pelo nosso mestre”. Neiva também mencionou os seus desafetos com Chagas no trecho a seguir: “Ele começou a executar um trabalho de inutilização contra a minha pessoa e com grande desenvoltura foi me pondo à margem em tudo quanto se relacionava com a minha função de secretário do Congresso de Microbiologia e Higiene”[92].

De acordo com Neiva, a administração de Chagas no Instituto Oswaldo Cruz foi feita de tal modo que ela contava com a oposição de todos os que constituíam a velha guarda de Oswaldo Cruz: “O motivo principal porque Chagas procura me afastar da arena, eu não o poderei dizer por enquanto, mas provavelmente você compreenderá quando estiver no Rio de Janeiro”. Na mesma correspondência, Neiva afirmou que o Congresso do Rio de Janeiro seria inferior ao realizado no Instituto Bacteriológico de Buenos Aires:

> Vamos ver quem ganha a partida final, se eu ou o Chagas. Eu só faço questão de ganhar uma batalha, que é a última e me organizo para isto. Estou em S. Paulo, em uma situação privilegiada e brilhante, prestigiado totalmente pelo governo do estado mais adiantado do país, e que por si só representa 50% do rendimento nacional [...]. Na minha administração tenho tomado iniciativas em todo o país e o trabalho interno que estou realizando em vários pontos do estado de SP, o que felizmente tem sido coroado de êxito, colocaram-me em uma situação de prestígio na alta administração pública do meu país[93].

Durante a disputa entre o Butantan e Manguinhos por verbas federais, Neiva se posicionou enquanto o discípulo que almejava dar continuação ao legado científico criado pelo “herói do saneamento” do Brasil. Em março de 1917, impaciente com a demora da burocracia e a resistência dos políticos, Neiva escreveu ao seu superior um “desabafo em que dizia que o Butantan não tinha apoio por parte do governo e não recebia as gratificações pedidas para retribuir o pessoal técnico” (Benchimol; Teixeira, 1993, p. 115). O pedido de auxílio financeiro sem êxito foi o estopim para a relação conflituosa entre Neiva e Chagas.

---

disseminação da doença e discute intervenções sanitárias no contexto argentino da época. Ver: CARBONELL, Manuel V. Contribución al estudio de la epidemiología de la tuberculosis en la República Argentina. *Revista del Instituto Bacteriológico.* Departamento Nacional de Higiene, v. 2, n. 5, maio 1920.

[92] Carta de Chagas a Neiva, sem data. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. AN c 1917.05.04

[93] *Ibidem.*

De acordo com Benchimol e Teixeira (1993), em agosto de 1917, o secretário do Interior escreveu uma declaração em que iniciava uma disputa entre Manguinhos e Butantan. A luta entre os discípulos de Oswaldo Cruz ocasionou uma guerra comercial – “disputa de mercados para os imunizantes e medicamentos de suas respectivas instituições” (Benchimol; Teixeira, 1993, p. 117). Neiva tentou mobilizar políticos e autoridades para conseguir a isenção dos impostos, como ocorria em Manguinhos. Essa atividade gerou uma reação em Chagas, que acusou Arthur Neiva de trair a memória de Oswaldo Cruz. Foi ainda na sua gestão do Serviço Sanitário que convidou a Fundação Rockefeller para trabalhar em São Paulo, organizando com ela, como vimos, os primeiros postos de combate à ancilostomose (Benchimol; Teixeira, 1993).

No período, Neiva também contribuiu com a criação do Horto Oswaldo Cruz no Butantan, destinado à cultura das plantas tóxicas e medicinais, onde foram plantadas várias espécies de quina e quenopódio. Com o propósito de organizar uma campanha mais econômica contra a malária, ele estudou as plantações de quina realizadas durante o Império próximas à região de Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro. A produção nacional de medicamento tornou-se questão crucial para a saúde pública, por conta da escassez e dos preços exorbitantes no mercado internacional, além dos problemas de falsificações. Neiva conseguiu operar a substituição de importações pelas plantas que detinham o *alcaloide*. Previa a necessidade de emancipar o Brasil, em matéria de medicamentos antimaláricos (*Ibidem*).

O objetivo da criação do Horto Oswaldo Cruz era incentivar o estudo de plantas medicinais brasileiras, incorporado pelo Instituto Butantan, no dia 20 de fevereiro de 1917. Arthur Neiva convidou Frederico Carlos Hoehne para assumir a direção deste novo trabalho. Ele almejava acabar com o monopólio farmacêutico da quinina do exterior[94], sobretudo da Inglaterra e Estados Unidos. Neiva fundou no Butantan o Instituto de Medicamentos Oficiais, destinado ao preparo da quinina do estado e pela importação do sulfato não purificado. Neste estabelecimento, seriam preparadas as primeiras quantidades de óleo *chenopodia* procedente das plantações do *Chenopodium ambrosioides* do Horto Oswaldo Cruz (Borgmeier, 1940). A carta a seguir, enviada por Neiva ao Secretário do Interior de São Paulo,

[94] *Ibidem*.

em 6 de novembro de 1917, abordou a importância do trabalho a ser desenvolvido neste horto:

> Sábado passado, o Sr. Hoehne, em obediência a ordem minha, foi ao Alto da Serra à procura do botânico alemão que com seu filho e mulher ali residem e superintendem a referida Estação. Tendo recebido ordem de V. Exc.ª. para ir me entender com o Dr. Candido Motta a respeito do assunto, a fim de subordinar a referida estação ao Horto Oswaldo Cruz, do Instituto de Butantan, fui pelo Secretário da Agricultura informado de que já dera ordens para a referida Estação ficar subordinada ao Diretor do Instituto de Butantan. Deixei passar alguns dias e enviei ao local o sr. Hoehne a fim de, em nome do Diretor do Instituto de Butantan, tomar posse da Estação Biológica do Alto da Serra [...]. O local representa uma riqueza florestal digna de nota e V. Exc.ª com a sua aquisição salvará para o Brasil e para a admiração dos estrangeiros, 150 alqueires cobertos de vegetação luxuriante e que dentro em breve teremos transformado em um jardim botânico, onde se executarão estudos de fitologia, a exemplo do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, atestando o elevado grau do desenvolvimento científico que atingiu o Estado de S. Paulo[95].

O botânico Hoehne havia iniciado a sua a carreira na função de jardineiro-chefe do Museu Nacional e pesquisador na Expedição Rondon. Ele participou dos trabalhos de campo entre 1907 e 1915 na Comissão Rondon, ao lado de Alberto José Sampaio e do antropólogo Edgard Roquette Pinto. Essa viagem ao sertão possibilitou um trabalho de observação e coleta de dados empíricos, ou seja, a interpretação antropológica sobre o campo, a população do interior e sua realidade social (Souza, 2011). Hoehne mudou-se para São Paulo para assumir o Horto Oswaldo Cruz em 1917. Após esse período de serviço no Instituto Butantan, ele passou a trabalhar no Museu Paulista, no Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, no Departamento de Botânica e no Instituto de Botânica. Foi reconhecido por sua experiência em expedições científicas e por sua atuação como orquidófilo (Hoehne, 1951 *apud* Bocchi; Pataca, 2019; Franco; Drummond, 2009; Molina; Norder, 2014; Sá, 2017).

Assim como Neiva, a preocupação de Hoehne com a flora brasileira circunscreveu aspectos técnicos, como descrição, identificação e classificação das plantas, mas foi além e abarcou uma determinada maneira de ver a sociedade. Participou de inúmeras expedições científicas, publicou intensamente e “tornou-se

[95] Carta de Neiva enviada ao Secretário do Interior de São Paulo, 6 de novembro de 1917. FGV/CPDOC. Fundo: Arthur Neiva/ An 1916.11.17.

reconhecido pelos trabalhos desenvolvidos na Seção de Botânica, posteriormente transformada em Departamento de Botânica” (Bocchi; Pataca, 2019, p. 335).

3.1.3 **O enfrentamento à gripe espanhola e a saída de Neiva do Serviço Sanitário**

A gripe espanhola, também denominada “la dançarina”, gripe pneumônica, peste pneumônica ou, simplesmente, pneumônica, disseminou-se mundialmente, sobretudo em decorrência dos deslocamentos e da intensa circulação de pessoas provocados pelos conflitos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), impactando diretamente os países envolvidos no confronto. No Brasil, a pandemia teve início em setembro de 1918 (Bertolli Filho, 2003; Lamarão; Urbinati, 2016), espalhando-se por todas as regiões do país e resultando em milhares de mortes. No dia 14 de outubro do mesmo ano, após a confirmação dos primeiros casos da gripe espanhola no estado de São Paulo, foi realizada uma reunião coordenada por Arthur Neiva, com o Diretor da Assistência Pública e os delegados de saúde do estado (Bertolli Filho, 2003). Na ocasião, deliberou-se pela prestação de assistência médica domiciliar aos enfermos, pelo acompanhamento clínico por meio das Delegacias de Saúde, bem como pela solicitação, encaminhada à Secretaria de Agricultura, via Hospedaria de Imigrantes, para a instalação de um hospital provisório. Ademais, Arthur Neiva determinou que o Instituto Butantan conduzisse, em caráter emergencial, estudos voltados ao desenvolvimento de uma vacina contra a gripe espanhola.

A situação na capital federal estava caótica: o Rio de Janeiro paralisou durante a pandemia, e os serviços entraram em colapso, funcionando de forma precária devido à falta de funcionários. Os jornais noticiaram as listas de agências públicas e empresas privadas que haviam suspendido suas atividades: o Ministério da Agricultura, os bondes da Light, a Central do Brasil, o Tesouro Nacional, a Biblioteca Nacional, a prefeitura, a câmara, o senado, os quartéis da brigada policial, os funcionários e médicos da Diretoria de Saúde, a limpeza pública (Azevedo, 2006, p. 24), entre outros serviços.

O diretor do Serviço Sanitário de São Paulo agiu rapidamente e convocou uma equipe para trabalhar durante a pandemia de gripe. As preocupações dele giravam em torno dos subsídios para custear as obras de saneamento, divulgação do trabalho em periódicos, organização de técnicos e instalações em combate às

doenças contagiosas. Durante a epidemia da “espanhola”, Neiva organizou o serviço na capital e de todo estado, montou 14 hospitais na capital e 119 no interior. A seguir, o trecho de sua publicação sobre “A gripe pandêmica no Brasil” evidenciou as disparidades entre as realidades sanitárias nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo:

> Quem assistiu aos horrores ocorridos no Rio de Janeiro, onde a entrosagem social se desorganizou totalmente, e presenciou os sucessos de S. Paulo, onde a cooperação da população, da imprensa, das associações e toda a casta, de mãos dadas com os poderes públicos, permitiram enfrentar a situação com orgulho confronto com as sociedades mais cultas do mundo[96].

Neiva apoiou a candidatura de Rodrigues Alves[97] e apresentou-lhe um plano de reformas dos serviços de saúde pública para o país, em 23 de novembro de 1918. De acordo com Neiva, o plano de saneamento sustentava que “não se pode mais discutir a diferença imensa de progresso entre o Norte e o Sul do país”[98]. Embora o documento tenha como ênfase o estado do Rio de Janeiro, em consonância com os acordos políticos vigentes, o plano também abrangia as periferias da cidade e da nação como um todo.

Para Benchimol (1990), a atitude de Arthur Neiva em se aproximar do presidente significou uma tentativa de refazer o percurso de Oswaldo Cruz, por exemplo, “quando esboçou o plano de saúde pública da segunda candidatura de Rodrigues Alves, tendo em mira o mesmo cargo que imortalizara o mestre como o saneador do Brasil” (Benchimol, 1990). O projeto de reforma sanitária para a presidência de Rodrigues Alves deslocava do Rio de Janeiro para São Paulo o cenário principal da saúde pública. Durante a pandemia de gripe, estima-se que entre outubro e dezembro de 1918, 65% da população brasileira tenha adoecido, ocorrendo 14.348 mortes no Rio de Janeiro e duas mil em São Paulo (Teixeira, 1993). A doença também acometeu o diretor de Serviço Sanitário, Arthur Neiva, que

---

[96] NEIVA, Arthur. Coletânea. A gripe pandêmica no Brasil. Rio de Janeiro, 1940, p. 20. FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). NA ST04.

[97] O engajamento daquela candidatura foi uma aposta decisiva: além de poder levar à prática reivindicações do movimento sanitarista, era uma oportunidade única para que fosse reconhecido pela nação como um Oswaldo Cruz redivivo, com trunfos mais do que suficientes para sobrepujar outros herdeiros que disputavam o mesmo legado, e para deslocar do Rio de Janeiro para São Paulo, de Manguinhos para o Butantan, as mãos de Chagas para as suas próprias mãos, o comando da ciência e da saúde no Brasil (Benchimol; Teixeira, 1993, p. 138).

[98] NEIVA, Arthur. Coletânea. A gripe pandêmica no Brasil. Rio de Janeiro, 1940, p. 20. FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). NA ST04.

ficou internado no Hospital de Isolamento de São Paulo (Benchimol; Sá; Kodama, 2009).

A epidemia atingiu autoridades públicas, incluindo o presidente, gerando um consenso coletivo sobre a necessidade de mudanças na área de saúde pública (Carreta, 2006). O presidente Rodrigues Alves contraiu a gripe espanhola e faleceu em 16 de janeiro de 1919. Com isso, o projeto de Arthur Neiva de assumir o papel de "saneador do Brasil" foi adiado, assim como sua proposta de expandir o modelo de administração da saúde pública paulista para o Brasil. Essa experiência o marcou profundamente, tanto que, décadas depois, ainda se referiu a ela com pesar em carta:

> Fui convidado pelo presidente Rodrigues Alves então eleito, para ser o Diretor da Saúde Pública do Brasil cargo exercido outrora por Oswaldo Cruz e como este já não existira, a escolha do meu nome para ocupar o lugar que ele exercera sob as ordens do mesmo Presidente da República do Brasil, teve para mim especial significado. Infelizmente o Presidente Rodrigues Alves faleceu antes de tomar posse.[99]

Esta fatalidade impediu que os projetos de Arthur Neiva em relação à saúde e saneamento nacional fossem adiante como ele pleiteava. Tal acontecimento acirrou a disputa entre Neiva e Chagas, pois, no ano seguinte, o novo presidente eleito, Epitácio Pessoa[100], criou o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP)[101] e entregou a direção a Carlos Chagas[102], com o qual possuía relação de parentesco (Kropf, 2006).

---

[99] Carta de Neiva a Biglieri, em 19/03/1943. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 43.03.14.
Carta de Neiva a destinatório não identificado, 1943. FGV/CPDOC. ANc 18.03.09: "O presidente Rodrigues Alves realizou, assim, uma obra de verdadeiro prodígio, sem paralelo na América do Sul, porque alcançou todos os setores da administração pública. Este grande brasileiro, se em seu tempo tivesse alcançado o automóvel como realização prática, teria certamente organizado o plano rodoviário de ligação do Brasil".

[100] Hemeroteca Digital. BN Digital. *Correio da Manhã.* O dr. Epitácio Pessoa assumiu ontem a presidência da República: a posse no Senado e a transmissão do cargo no palácio do Catete. Rio de Janeiro, 29 jul. 1919. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Consultado em: 20 jun. 2023.

[101] MAPA*. Departamento Nacional de Saúde Pública*. Disponível em: https://mapa.an.gov.br/index.php/ultimas-noticias/682-departamento-nacional-de-saude-publica. Consultado em: 15 ago. 2025.

[102] A primeira esposa de Epitácio Pessoa, Francisca Justiniana das Chagas, era prima-irmã do sanitarista Carlos Chagas. Ver mais: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA*. Memorial Virtual: Museu de Epitácio Pessoa: Epitácio e Família*. Disponível em: https://memorialvirtual.tjpb.jus.br/museu-de-epitacio-pessoa/epitacio-e-familia/. Consultado em: 15 ago. 2025.

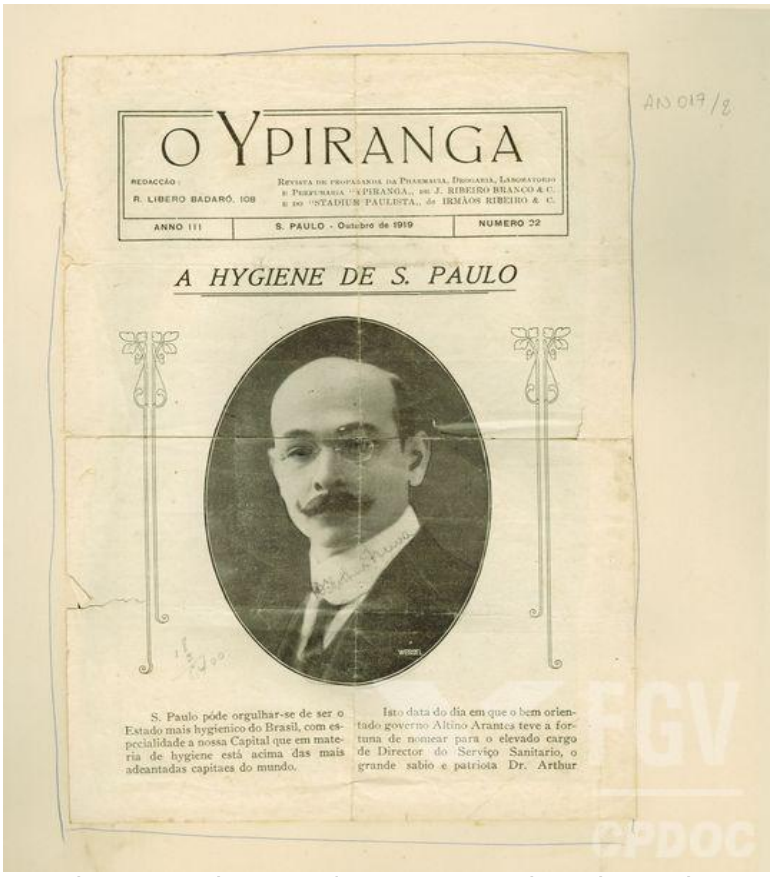
Apesar de não ter alcançado o objetivo de seu projeto de reforma sanitária federal, Arthur Neiva foi nomeado, em 1º de abril de 1919, chefe de serviço do Instituto Oswaldo Cruz, permanecendo à disposição do governo do estado de São Paulo. No dia 16 deste ano e mês, ele escreveu ao presidente interino Delfim Moreira [103] para agradecer-lhe pela nomeação do cargo, "meu profundo reconhecimento pela distinção com que me honrou, nomeando-me chefe de serviço do Instituto Oswaldo Cruz e a cujo destino aprendi a minha vocação"[104]. Em outubro de 1919, a revista de propaganda e divulgação paulista *O Ypiranga*, com o título "A Higiene de S. Paulo", proferiu que o estado de São Paulo era o mais higiênico do Brasil, destacando-se entre as capitais, que apresentavam um nível de higiene quase superior ao das mais avançadas capitais do mundo[105]. A capa da matéria traz o retrato de Arthur Neiva como destaque e menciona sua nomeação para o cargo de Diretor do Serviço Sanitário, conforme a fonte abaixo:

[103] Com a enfermidade de Rodrigues Alves, seu vice, Delfim Moreira, assumiu interinamente a presidência em 15 de novembro de 1918. Após a morte de Rodrigues Alves, em 16 de janeiro de 1919, continuou como presidente em exercício até a posse do novo presidente eleito. A Constituição vigente previa que, se o mandato do presidente fosse interrompido antes da metade do período previsto, seriam convocadas novas eleições. Durante esse período, Moreira acumulou as funções de vice-presidente e presidente em exercício. Ver mais: SILVA, Hélio. *Os Presidentes:* Rodrigues Alves / Delfim Moreira. Rio de Janeiro: Editora Três, 1983.

[104] Ofício do Instituto Oswaldo Cruz enviado a Neiva, em 08/05/1919. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ An c 1909.05.21.

[105] Fonte: Retrato de Artur Neiva. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva. AN foto 017.

Fotografia 6: Retrato de Arthur Neiva em *O Ypiranga*



O YPIRANGA

REDACÇÃO: R. LIBERO BADARÓ, 108

Revista de propaganda da Pharmacia, Drogaria, Laboratorio e Perfumaria "YPIRANGA", de J. RIBEIRO BRANCO & C. e do "STADIUM PAULISTA", de IRMÃOS RIBEIRO & C.

ANNO III | S. PAULO - Outubro de 1919 | NUMERO 22

A HYGIENE DE S. PAULO

S. Paulo póde orgulhar-se de ser o Estado mais hygienico do Brasil, com especialidade a nossa Capital que em materia de hygiene está acima das mais adeantadas capitaes do mundo.

Isto data do dia em que o bem orientado governo Altino Arantes teve a fortuna de nomear para o elevado cargo de Director do Serviço Sanitario, o grande sabio e patriota Dr. Arthur

Fonte: Retrato de Artur Neiva. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva. AN foto 017.

Em maio de 1920, Neiva deixa o Serviço Sanitário de São Paulo, com matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*. Em seu discurso de despedida, ele relembrou as diferentes fases do estágio inicial de sua carreira e destacou o quanto o estado de São Paulo foi fundamental a prática e gestão científica. Neste balanço sobre a sua trajetória, São Paulo foi seu grande campo de ação, representando o seu ideal de futuro ideal científico brasileiro:

> Pude encontrar consolo e tranquilidade ao labutar, há doze anos, nas então inóspitas paragens da Noroeste, hoje transformada pela maravilhosa energia dos filhos desta terra em uma região de intenso trabalho atestando eloquentemente que o paulista pode suportar [...]. Sinto profundas saudades ao deixar o campo de trabalho que é São Paulo, embora, era pra ser sincero, não diga outro tanto do cargo que até pouco tempo ocupava. Tenho esperanças de que o espírito de continuidade existente na administração desta terra não permita interrupções para certas diretrizes traçadas pela administração passada. As medidas de saneamento não podem ser interrompidas, porque, se sofrerem solução de continuidade em S. Paulo, o pouco que se faz em outras paragens brasileiras cessará. Para mim, todo o

> futuro da civilização brasileira depende da capacidade de progresso de S. Paulo[106].

Na ocasião, Neiva trabalhou pouco tempo no Instituto Oswaldo Cruz, pois logo em seguida foi designado para estudar as organizações sanitárias no Japão e nos Estados Unidos, além da profilaxia da lepra na Noruega, nas Filipinas e no Havaí (Benchimol; Sá; Kodama, 2009). Foi convidado pelo Instituto Kitasato de Tóquio para realizar conferências sobre o desenvolvimento das pesquisas do Brasil (Kubohira, 2019). Ficou encarregado de visitar várias cidades japonesas e fez uma série de conferências com o propósito de propagar e estimular o intercâmbio científico entre o Brasil e Japão.

3.2 O INTERCÂMBIO CIENTÍFICO BRASIL-JAPÃO

O convite ao intercâmbio científico para Arthur Neiva e toda a intermediação para sua viagem foram feitos pelo parasitologista Dr. Miyajima Mikinosuke. Os dois foram apresentados em 1918, num contexto brasileiro de crescente oposição à entrada de japoneses (Lesser, 1999, p. 94 *apud* Kubohira, 2019, p. 94). Mikinosuke exerceu um papel diplomático ao estabelecer contato com os sanitaristas e pesquisadores, Arthur Neiva e Carlos Chagas (Kodama; Sá, 2013).

Quando esteve no Brasil, Mikinosuke tinha o propósito de avaliar quais seriam os principais problemas sanitários que acometiam os imigrantes japoneses no país, a pedido do Instituto Kitasato e da companhia de emigração japonesa, Kaigai Kogyo Kabushiki. A partir de então, deu-se o estabelecimento dos primeiros contatos científicos com brasileiros de diferentes instituições, “possibilitando tanto o intercâmbio de trabalhos e visitas, como a formulação de ações que resultaram nas primeiras políticas internacionais de saúde entre países para as grandes migrações” (Kodama; Sá, 2013, p. 126). As polêmicas em torno da imigração nipônica fizeram os diplomatas e oficiais japoneses buscarem alianças entre as nações.

Inicialmente, Miyajima veio à América do Sul acompanhar os estudos relativos à ancilostomíase, pois representava a principal barreira para a entrada de imigrantes japoneses no continente. Ele tinha uma estratégia de se contrapor às ideias das elites ocidentais sobre a “incivilidade’ dos japoneses, através da comprovada

[106] Discurso proferido pelo Sr. Dr. Arthur Neiva e publicado no periódico *O Estado de S. Paulo*, em 10/05/1920. FGV/CPDOC. ANc 1917.05.04

competência da produção científica japonesa, como no caso do diagnóstico correto sobre a febre tifoide" (Kodama; Sá, 2013, p. 129). O parasitologista do Instituto Kitasato permaneceu 11 meses no Brasil, e ficou a maior parte do tempo percorrendo as colônias paulistas. São Paulo foi o alvo de sua visita, pois lá se concentrava o maior contingente de imigrantes japoneses. A visita a América do Sul ultrapassou os objetivos iniciais, uma vez que as trocas científicas se estenderam por diferentes instituições de pesquisa, como o Butantan, o Museu Nacional, o Instituto Oswaldo Cruz. Em novembro de 1919, Miyajima enviou uma carta a Arthur Neiva com o propósito de se apresentar e solicitar a troca de informações entre a ciência brasileira e japonesa. Segue a cópia do convite enviado ao Diretor Geral dos Serviços Sanitário de São Paulo:

> Lamentamos muito que os Estados Unidos do Brasil sejam pouco conhecidos pelo Japão, que foi trazido para uma relação mais próxima pela comunicação direta. A necessidade é agora profundamente sentida pelos eruditos japoneses para obter conhecimento mais compacto do avanço da ciência médica e obras sanitárias em seu país. O senhor está em melhor posição para suprir a nossa iminente necessidade de introduzir a sua medicina brasileira e sanitária em nosso país, por seus elaborados trabalhos de medicina preventiva como membro do mundialmente renomado Instituto Oswaldo Cruz e como Diretor Geral dos Serviços Sanitários para o Estado de São Paulo. Seus trabalhos são muito apreciados por nossos trabalhadores japoneses e nós, do Instituto Kitasato de Doenças Infecciosas de Tokyo, Inc., temos a honra de convidá-lo a visitar o Japão e nos fornece informações atualizadas sobre a medicina brasileira. Teremos o prazer de organizar o assunto para você fornecer todos os meios possíveis para fornecer facilidades para você. Diretor do Kitasato[107].

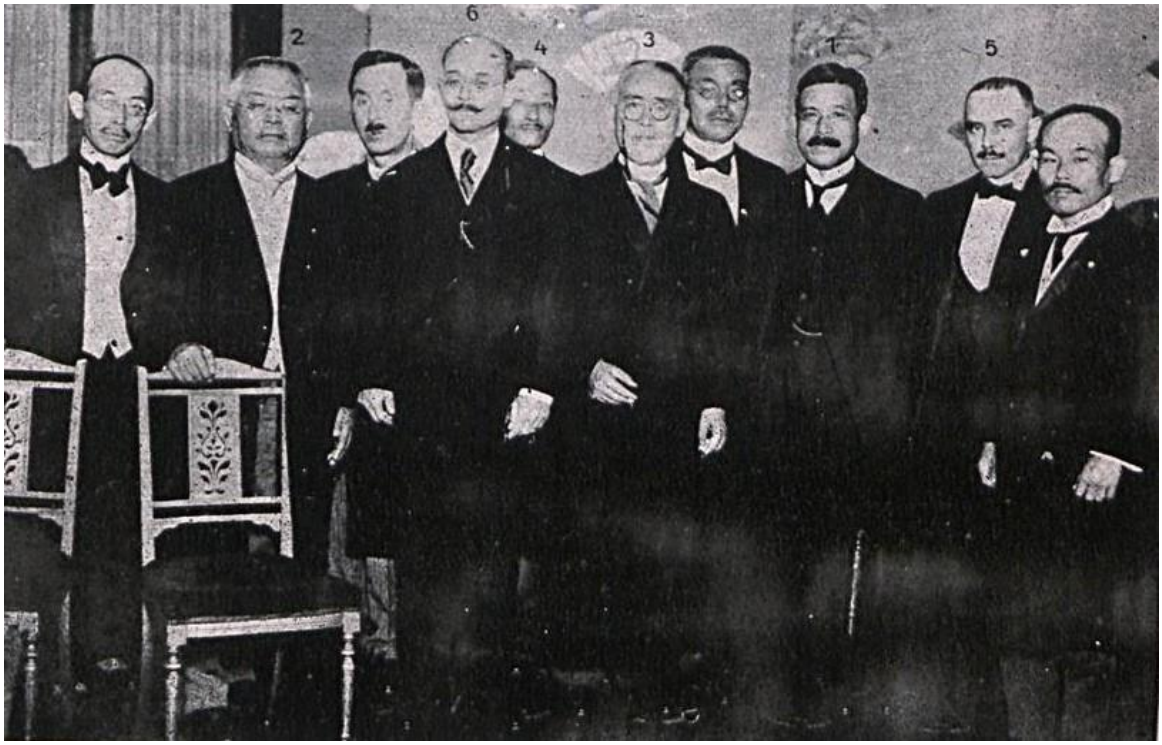
Após o estabelecimento de laços com Miyajima, Arthur Neiva partiu do Rio de Janeiro ao Japão a bordo do navio "Tosa-maru". O cientista chegou a Kobe em 31 de agosto, e permaneceu no Japão por quase dois meses. Ele desembarcou na cidade no auge da epidemia de cólera, e de lá fez diversas visitas a instituições japonesas ligadas à saúde pública. Anotou em seu diário que a cidade portuária de Kobe possuía esgotos e abastecimento de água corrente, tendo sido, por isso, poupada do mal. A organização da cidade tinha condições incomparáveis a qualquer cidade europeia, mesmo Hamburgo, cuja reestruturação urbana conhecida após as ondas epidêmicas de cólera era modelo para os higienistas japoneses. Neiva

[107] Convite de Kitasato enviado Neiva. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. Anc.1919.11.00. Tradução do inglês.

mostrou-se impressionado com “a proeza dos japoneses de modernizar o país em pouco mais de meio século, e registrou principalmente os progressos científicos” (Kodama; Sá, 2013, p. 131).

As correspondências enviadas por Miyajima indicam que ele tinha o conhecimento de que Arthur Neiva se posicionava contra a imigração japonesa. Jeffrey Lesser (1999, p. 94) interpretou o convite como uma linha de defesa dos japoneses: estreitando o contato com personalidades do país receptor, imaginavam mudar a opinião de sua elite intelectual sobre os emigrantes orientais (Benchimol; Sá; Kodama, 2009). A fotografia a seguir mostra Neiva sendo recepcionado pelos principais cientistas japoneses, ao lado de Tokonami, ministro do Interior em 1920, Kitasato, diretor do Instituo Kitasato, Visconde de Goto, o saneador da ilha Formosa e ministro do Interior à época, Miyajima, parasitologista do Instituto Kitasato e Godofredo Bulhões, encarregado dos Negócios do Brasil desde 1920.

Fotografia 7: Arthur Neiva ao lado de autoridades públicas japonesas



Fonte: FIOCRUZ/COC. Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). Arthur Neiva. AN-FC-ST-01.010.

Arthur Neiva visitou hospitais e institutos japoneses e teve a oportunidade de conhecer vinte e seis cidades, dentre elas “Hakone, Nikko, Nagoya, Yamada (Ise), Nara, Osaka, Quioto e Miyajima” (Kubohira, 2019, p. 94). Partes das impressões

anotadas por Neiva sobre o Japão foram publicadas na revista *Sciencia Medica*, em 1923. Em seus relatos, é notória a admiração pela organização da nação japonesa e o desenvolvimento científico do país. Ao término da experiência em solo nipônico, ele foi condecorado pelo governo japonês com a terceira classe “Ordem do Sol Nascente, Raios Dourados”, e partiu do porto de Kobe no dia 25 de outubro a bordo do navio “Kanada-maru”.

Em 7 de janeiro de 1921, Arthur Neiva retornou ao Rio de Janeiro, após uma estadia de seis meses de intercâmbio científico no exterior. Sua experiência resultou em um discurso entusiástico sobre a cultura oriental, especialmente em relação aos modelos japoneses de organização social e produtiva. Ao regressar, Neiva passou a defender os valores associados ao trabalho, à disciplina e à resiliência do povo japonês, destacando, em particular, a capacidade de mobilização coletiva da nação no enfrentamento da epidemia de cólera. A respeito desse posicionamento, Kubohira (2019) salienta as seguintes ponderações sobre o pensamento de Neiva:

> Ressaltamos que ele mesmo confessou ser por causa da noção preconceituosa e falta de conhecimento sobre os japoneses que havia no Brasil. A isto, ele adicionou que não era o único e que os outros brasileiros também estariam na mesma situação. Depois de voltar ao Brasil, suas atividades ficaram cada vez mais intensas. Neiva disse que já tinha pensado, enquanto estava em Tóquio, como deveria mostrar no Brasil o seu agradecimento ao Japão. E, em um desabafo, disse que o meu agradecimento deverá ser expresso por fazer todo o possível para defender e auxiliar a etnia japonesa que vive no Brasil e apresentar ao Brasil uma grande etnia que é a japonesa, fazendo propaganda da sua verdadeira importância (Kubohira, 2019, p. 95).

Arthur Neiva pretendia até publicar um livro sobre a cultura japonesa e em defesa ao país, mas não conseguiu levar adiante essa ideia. Com o propósito de agradecer o prêmio do “Sol Nascente”, ele convidou um químico japonês para estudar no Brasil enquanto era responsável pelo Instituto Butantan, entre 1919 e 1921 (Benchimol; Sá; Kodama, 2009). Entretanto, essa proximidade com o Japão não durou por muito tempo. A paixão pelo país foi passageira, pois, anos mais tarde, ele se posicionaria contra a imigração nipônica no Brasil durante seu mandato como deputado federal, um debate a ser tratado no terceiro capítulo da tese. Após o seu retorno da Ásia, Arthur Neiva licenciou-se de Manguinhos para dirigir o Museu Nacional do Rio de Janeiro, na Quinta da Boa Vista, do qual era membro

correspondente desde 1917. Ele trabalhou mais ativamente neste período em atividades de comunicação científica e publicações.

3.3 "O BRASIL NÃO É SOMENTE A TERRA CLÁSSICA DOS PAPAGAIOS, CAFÉ E DAS REVOLUÇÕES": A ATUAÇÃO DE ARTHUR NEIVA PELA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA EM PERIÓDICOS E EM INSTITUIÇÕES DE PESQUISA INTERNACIONAIS

Em 1918, Arthur Neiva iniciou as suas atividades de publicações de artigos na imprensa paulista e carioca. Ele compreendeu a necessidade de comunicar as suas ideias de progresso e desenvolvimento do país a um público leitor cada vez maior, para além dos seus pares e colegas de laboratório. Em tal perspectiva, os textos publicados em periódicos serviram como um degrau para o seu crescimento profissional, o que é bem evidente em sua carta enviada a Sampaio Corrêa: "a imprensa toma parte mais saliente em toda entrosagem social e hoje, que estou em contato com governança de S. Paulo, sei aquilatar perfeitamente o valor da imprensa no nosso país"[108]. Nessa mesma missiva, Neiva afirmou que estudava há um tempo sobre o assunto: listou os jornais em que ele tinha interesse em publicar e a situação de cada periódico, entre os quais estavam "*A Tarde, Imparcial, A Noite, El Diário, La Razon, La Nación, Jornal do Commercio e Platé*a". Divagou ainda sobre as novidades da inauguração do telefone nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e as novas possibilidades de propaganda e anúncio. Realmente, demostrava entusiasmo pelo tema nesta missiva e vislumbrou uma entrada mais expressiva na área da divulgação[109].

Arthur Neiva passou a dirigir e colaborar com a escrita de artigos; mais ativamente para *O Estado de São Paulo* entre 1920 e 1921, para o jornal argentino *El Tiempo*, de Buenos Aires, e na *Revista do Brasil*, dirigida por Monteiro Lobato. Foi ainda cofundador da revista *Boletim Biológico*, deixando registrado cerca de 180 textos científicos, elaborados em sua maior parte no Instituto Oswaldo Cruz. Colaborou ainda em diversas publicações especializadas no Brasil e no exterior. O novo periódico, *Boletim Biológico,* foi destinado a trabalhos originais escritos por especialistas e técnicos da casa - "bem como às notas prévias, aos resultados

[108] Carta de Neiva a Sampaio, em 09/03/1918. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva: Anc. 1918.03.09.
[109] Carta de Neiva a Sampaio, em 09/03/1918. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva: Anc. 1918.03.09.

parciais de trabalho, às pequenas investigações, à divulgação de análises, relatórios, resumos e informativos com periodicidade bimestral" (Keuller, 2018, p. 140).

Criou também o periódico *Sciencia Medica* com os pesquisadores César Pinto e Olympio da Fonseca (Benchimol; Teixeira, 1993, p. 178). Neiva escreveu crônicas literárias publicadas no jornal *O Estado de São Paulo* e na *Revista do Brasil* (Souza, 2009, p. 251). Entre as publicações do período, ele escreveu o artigo "Do Esporte" publicado em 30 de julho de 1922, em defesa da prática de atividades físicas[110] na juventude brasileira: "Partiu dos moços de hoje, que fazem esporte, a repulsa à triste dádiva dos legisladores brasileiros, nascidos e criados ontem, quando o esporte era considerado pelos cultos da época, meio de desenvolver os músculos atrofiando o cérebro"[111].

Ocorreu o envolvimento de Neiva com o trabalho editorial, além da intensa atividade como articulista na imprensa, na qual "entendia que tinha um papel regenerador a cumprir" (Souza, 2009, p. 256). Ele interpretou a impressa como uma arena de ação por excelência desses indivíduos. Produziu conteúdo para livros didáticos de ciência à editora *Revista do Brasil*, e ampliou a linha de fornecimento de livros para o estado de São Paulo. Arthur Neiva foi um assíduo colaborador da publicação no periódico, tinha o propósito de divulgar as suas atividades de pesquisa científica como meio de educar a população brasileira nos conhecimentos das ciências, conforme a sua afirmação abaixo:

> O brasileiro, em geral, não aprecia investigações científicas e rapidamente esquece os trabalhos desse gênero [...]. Creio existir um largo campo científico onde o nome do Brasil se possa exaltar, se, porventura, não faltarem os meios e elementos de trabalho[112].

Neiva fez parte de uma geração dedicada a pensar projetos de reforma da sociedade brasileira que passavam pela promoção das ciências, da educação e da saúde pública (Sá, 2006). A imprensa representava para os "homens das letras e das ciências, um espaço de discussão das questões nacionais" (Luca, 1999). Os intelectuais e cientistas da projeção de Neiva passaram a ser vistos como

[110] Tema discutido no quarto capítulo da tese com a obra *Daqui e de Longe* (1927).
[111] Instituto de Estudos Brasileiros/ USP. Fundo Fernando de Azevedo. Do Esporte, 30/07/ 1922. Código: FA – RSFA/ cd1,48.
[112] Arthur Neiva. Cópia do artigo no Estado de S. Paulo e Revista do Brasil, em 31/08/1921. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. An.c 1918.03.09.

intérpretes, construtores da cultura e reformadores sociais. A cultura intelectual estava nos jornais. Os periódicos publicaram artigos de opinião que dialogavam com as questões públicas enfrentadas no momento.

A coluna “Resenha do Mês”, da *Revista do Brasil*, escrita por Benjamin de Garay, exemplificou bem como os “homens de letras e ciências” identificavam o estado de São Paulo, e de que modo compreendiam o valor social do trabalho intelectual. O autor Benjamin de Garay trabalhava no periódico *La Union*, de Buenos Aires, e fazia publicações na *Revista do Brasil*. Ele foi um grande divulgador de trabalhos no cenário editorial argentino (Ribeiro, 2008), traduziu, prefaciou e resenhou as obras de intelectuais brasileiros. Isto reforça como o espaço editorial era um meio de trocas e de convívio da elite letrada, em âmbito nacional e internacional. A seguir, o fragmento da matéria publicada por Garay cujo título é “O movimento paulista na literatura brasileira”:

> São Paulo não é somente a Manchester sul-americana, que a Argentina e os demais países deste continente admiram. É, ademais, um centro de irradiação intelectual de grande prestígio no Brasil. A literatura brasileira tem, neste momento, nesse próspero Estado, uma de suas faces mais características[113].

Os artigos publicados por Arthur Neiva foram caracterizados como uma escrita de forte cunho nacionalista, e otimismo com a possibilidade de o Brasil progredir, embora, ainda muito crítico à inação dos governantes e ao apego das classes eruditas à retórica e tradições (Souza, 2009). As produções de Arthur Neiva, conforme Souza (2009) e Sá (2009), fornecem indícios da rede de sociabilidade intelectual, situando-o no quadro de uma geração dedicada a pensar projetos de reforma da sociedade brasileira que passavam pela promoção das ciências, da educação e da saúde pública.

Nos artigos reunidos no livro *Daqui e de Longe*, Arthur Neiva abordou uma variedade de temas, tais como: as características do pensamento intelectual e científico brasileiro, o uso da língua inglesa e francesa no Brasil, a questão do café na economia nacional, a prática do esporte para a saúde física, a censura à imprensa e a questão racial no Brasil e nos Estados Unidos. Era comum Neiva enviar cópias dos seus escritos aos seus colegas com o propósito de ler

[113] Publicação na Revista do Brasil, do nº 73 da coluna do periódico La Nación, jan. 1922. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva. AN c 1918.03.09.

comentários e críticas de membros de sua rede de sociabilidade. Como exemplo disto, no fragmento a seguir, Neiva comentou sobre a troca de ideias e agradeceu as contribuições de Paulo Filho a respeito de sua obra:

> Prezado, amigo M. Paulo Filho.
> Saudações. Muito, muito obrigado pelo seu artigo a respeito do "Daqui e de Longe..." Fiquei muito lisonjeado com as benévolas palavras a meu respeito do "Daqui e de Longe...". Quando estivermos juntos trocamos ideias a respeito do café e de S. Paulo. Sou de opinião que os brasileiros não fazem aos paulistas a justiça que merecem[114].

A partir do comentário da carta enviada a Paulo Filho, é possível identificar os perfis dos homens envolvidos em discussões de projetos nacionais e interações intelectuais, no final da década de 1920[115]. O destinatário de Neiva era um influente jornalista, conhecido principalmente por ser colaborador do jornal carioca *Correio da Manhã*, no qual exerceu a função de diretor durante quarenta anos (Vieira, 2003). Outrossim, ele foi membro da Academia Luso-Brasileira de Letras (ALBL), da Academia Carioca de Letras (ACL), presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ).

O trabalho editorial e a circulação de ideias desenvolvidos por Arthur Neiva ocorriam tanto em espaços públicos quanto no âmbito privado de suas relações profissionais. Suas atividades não eram realizadas de forma isolada, pois essa articulação era fundamental para fortalecer suas redes de sociabilidade e influência. No que se refere à divulgação de seus ideais em espaços públicos, além de manter interlocução com diferentes setores da sociedade, Neiva adotava uma estratégia que combinava a valorização de sua atuação com a sistematização e registro de

---

[114] Carta de Neiva enviada Paulo Filho, em 01/03/1928. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ ANc. 1917.06.11.

[115] Para compreender o lugar de Arthur Neiva no cenário intelectual das décadas de 1910-1920, é fundamental situá-lo na geração dos "modernos", em contraponto aos "modernistas" da Semana de 1922. Conforme André Botelho (2005), cada geração constrói uma "prontidão intelectual" específica – um repertório de ideias que orienta sua atuação pública. Enquanto os modernistas privilegiavam a ruptura estética e a valorização das raízes culturais, os modernos como Neiva compartilhavam um repertório centrado na ciência como instrumento de modernização, no americanismo como modelo e na crítica ao bacharelismo português. Esta "prontidão intelectual" explica seu investimento na institucionalização científica e na gestão pública como caminhos para o progresso nacional. Ver mais: BOTELHO, André. *O Brasil e os dias:* estado-nação, modernismo e rotina intelectual. São Paulo: Edusc, 2005.

suas produções. A correspondência a seguir evidencia a importância atribuída por ele às publicações científicas durante sua gestão no Museu Nacional:

> As publicações do Museu levadas ao estrangeiro como estou fazendo por intermédio de um serviço de intercâmbio com as instituições congêneres em número superior a mil, dão a certeza de que o Brasil não é somente a terra clássica dos papagaios, café e das revoluções. A cada centro científico aonde chega um número dos Arquivos, do Boletim, da dispendiosa Fauna Brasiliense ou dos primorosos e caríssimos quadros murais feitos com exemplos brasileiros, confeccionados por artistas nacionais e impressos no país, dão o testemunho de que no Brasil há ordem, civilização e ambiente científico e são eloquentes desmentidos a propaganda negativa feitos pelos interessados em nos maldizer sempre que se lhes apresente oportunidade[116].

É interessante observar que nas correspondências analisadas durante a década de 1920, há menções e trocas de Neiva com pesquisadores internacionais de diferentes regiões e instituições, tais como, a Revista Chilena de História Natural, a Sociedade Entomológica Argentina, o Instituto de Fisiologia de Buenos Aires da Faculdade de Medicina, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, o Instituto de Doenças Infecciosas de Tóquio, o Instituto Kitasato, Instituto de Biologia da França e o Instituto de Biologia da Alemanha[117]. Para estabelecer essa comunicação assídua institucional acerca do desenvolvimento das ciências no Brasil, Neiva contou com a ajuda de seus colaboradores, que posteriormente se tornaram seus discípulos, como Cesar Ferreira Pinto[118], Frei Tomás Borgmeier[119],

---

[116] Carta de Neiva enviada a Cesar Magalhães, em 07/08/1924. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc. 1923.01.24.

[117] Correspondências. FGV/CPDOC. Fundo: Arthur Neiva/ ANc 1923.01.04.

[118] César Ferreira Pinto (1896-1964) foi médico parasitologista e pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), onde ingressou em 1920. Formado em medicina no Rio de Janeiro, destacou-se pelos estudos em parasitologia e entomologia médica. Conheceu Arthur Neiva em Manguinhos, onde Neiva, então diretor científico, foi uma influência fundamental em sua formação científica e trajetória profissional. Sob orientação e convivência com Neiva e outros pesquisadores, consolidou sua carreira na pesquisa biomédica e no combate às endemias no Brasil. Ver: FIOCRUZ. *Pinto, Cesar Ferreira (1896-1964).* Base Arch – Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2020. Disponível em: https://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/cesar-pinto-7. Acesso em: 19 jun. 2025.

[119] Frei Tomás Borgmeier (1892-1975) foi um frade franciscano alemão radicado no Brasil, reconhecido como um dos principais entomologistas do país. Ingressou nas ordens eclesiásticas em 1910, tornou-se pesquisador no Museu Nacional e, em 1922, passou a integrar o Instituto Oswaldo Cruz com apoio de Arthur Neiva, que permitiu sua dedicação integral à entomologia. Naturalizou-se brasileiro em 1927, e em 1928 trabalhou sob a direção de Neiva no Instituto Biológico de São Paulo. Chefiou a Seção de Entomologia do Jardim Botânico (1933-1941), fundou e dirigiu a Revista de Entomologia (1931-1951), e foi membro da Academia Brasileira de Ciências. Ver: FIOCRUZ. *Borgmeier, Frei Thomas (1892-1975).* Base Arch – Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2020. Disponível em: https://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/thomas-

nomes citados nas correspondências em assuntos editoriais, e que no final do terceiro capítulo menciono com mais atenção. Demais pesquisadores e professores divulgavam as suas publicações em seus meios, como exemplo, as trocas e atualizações com Roquette-Pinto e Howard. A comunicação científica de Arthur Neiva perseguiu o movimento intelectual brasileiro de construção de uma cultura letrada para o país. A partir de sua produção escrita, Neiva conseguiu reverberar uma visão própria da ciência brasileira.

3.4 A DIREÇÃO DO MUSEU NACIONAL E A CRÍTICA À TRADIÇÃO BACHARELESCA

No ano de 1923, Arthur Neiva recebeu o título de membro correspondente e diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, e por solicitação da Academia Nacional de Medicina, o encargo de dirigir os trabalhos de organização da bibliografia médica paulista (Reis, 1976). Ele permaneceu na gestão da mais tradicional instituição de história natural no Brasil até 1924, quando se afastou do cargo para trabalhar na campanha contra a broca-do-café no estado de São Paulo.

Durante a curta gestão, realizou uma série de medidas importantes tais como a criação do *Boletim do Museu Nacional*, imprimiu materiais de divulgação da fauna e da flora brasileira para distribuir às escolas e publicou números da *Fauna Brasiliense* e dos *Archivos do Museu*. Imprimiu em cores os quadros dos murais de História Nacional destinados ao estabelecimento (Pinto, 1932). Apoiou também as expedições científicas, a retomada das pesquisas paleontológicas em Lagoa Santa – MG, e entre outras iniciativas, criou um horto de plantas medicinais (Borgmeier, 1940, p. 9). Na posição de diretor do Museu Nacional, Neiva delegou ações que puderam atestar sua vocação como organizador de instituições, além do comprometimento com a divulgação do conhecimento científico como missão. Um dos seus discípulos chamou atenção a essa característica dominante dele da seguinte forma: “o gosto por organização de bibliotecas e pela documentação em geral – Organizava a biblioteca com espírito aberto” (Reis, 1976, p. 715).

Em missivas de 1923 a 1926, Arthur Neiva fez menção à sua cansativa rotina burocrática em órgãos públicos, alegando dificuldades orçamentárias para a

---

borgmeier. Acesso em: 19 jun. 2025.

manutenção de suas pesquisas e publicações, especialmente o desafio de gerir a instituição[120]. O seu cotidiano parecia fadigado e atarefado com seu acúmulo de funções: diretor do museu, redator e editor de periódicos. Tudo isso estava ligado ao fato de ele também ocupar a oposição de entusiasta da divulgação e promoção das ciências, traço presente em toda a sua trajetória de organizador de instituições.

Ele descreveu em cartas privadas como foi penoso emplacar a reforma no Museu Nacional, fez críticas contundentes aos servidores públicos e aos bacharéis. A forma que encontrou para superar tais obstáculos foi a partir da mediação direta com autoridades, em nível estadual e federal. Buscou se relacionar com figuras notórias e utilizou da mídia do período para evidenciar a urgência de se promover a ciência no país. A partir de suas relações sociais, Neiva conseguia identificar as possibilidades e viabilidade para tornar realidade os seus projetos.

Era recorrente a troca de missivas com pedidos entre Neiva e seus aliados políticos neste período. Geralmente o assunto das cartas girava em torno dos cortes de orçamento do Museu Nacional. Os projetos de pesquisas da instituição por muitas vezes esbarravam em impasses orçamentários para serem custeados. Seguindo a lógica do clientelismo no Brasil, ainda mais se tratando do contexto do poder governamental das oligarquias estaduais, o personagem deste estudo compreendeu que, para conseguir pôr em prática o que almejava, inevitavelmente, deveria recorrer às amizades políticas e aos seus favores. Um exemplo disto pode ser visto na relação próxima de Neiva com o presidente Washington Luís, o qual posteriormente aceitou sem embargo a indicação do cargo de diretor do Museu Nacional ao seu amigo, Roquette-Pinto (Souza, 2011).

Neiva narrou em cartas como enfrentava o dilema da burocracia do Museu Nacional e os riscos que corria ao assumir uma posição, um lado político[121]. Ele conseguiu manter essa suposta neutralidade até eclodir o movimento que culminou na “Revolução de 1930”, quando a sua imagem foi associada ao grupo dos tenentes paulistas. Dessa forma, sua participação política era indireta até o final da Primeira República: os seus pedidos de aprovação orçamentária e projetos de pesquisa se dava via relacionamentos pessoais, por intermédio de sua rede de sociabilidade.

---

[120] Exemplos:
Carta de Neiva ao Dr. Miguel Calmon, de 10/06/1925. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ ANc 1923.01.04.
Carta de Neiva ao Dr. Miguel Calmon, de 10/06/1925. CPDOC/FGV. Fundo: Arthur Neiva/ ANc 1923.01.04.

[121] Carta de Miguel Calmon a Neiva, em 28/06/1925. Fundo: Arthur Neiva/ ANc 1923.01.04.

A administração do Museu Nacional estava subordinada ao Ministério da Agricultura. Isto explica as correspondências trocadas entre Miguel Calmon, engenheiro e ministro da agricultura, e Arthur Neiva. Também justifica a defesa do diretor pela incorporação do laboratório de entomologia à instituição, além de auxiliar nos estudos de produtos agrícolas (Keuller, 2008).

Calmon era um político influente da oligarquia do Recôncavo Baiano. Defendeu as propostas de "modernização agrícola", formuladas pela recém-fundada Sociedade Baiana de Agricultura. Promoveu exposições, concedeu prêmios e favores aos plantadores de novas espécies e ampliou o Campo de Viticultura de Juazeiro. Em fevereiro de 1905, criou o Instituto Agrícola da Bahia, também reorganizou o Serviço de Terras e Minas do Estado da Bahia. Foi eleito deputado federal, obtendo a maior votação entre os candidatos da lista organizada pelo Partido Republicano da Bahia (PRB).

Na carta a seguir, Calmon demonstrou apoio e receptividade às reformas solicitadas pelo diretor do Museu, Arthur Neiva. Foi interessante observar o uso da expressão "made in Brasil" ao referenciá-lo enquanto sucessor de Oswaldo Cruz. A missiva enviada em 29 de junho de 1925 expressou reconhecimento e exaltou as obras realizadas pelo gestor científico:

> Meu caro amigo Dr. Arthur Neiva,
> Em resposta à sua carta de 10 do corrente mês, que atentamente li, é com prazer que lhe asseguro estar inteiramente de acordo com as ideias nele contidas sobre a reforma do Museu, que não pode perder a oportunidade de ter um discípulo de Oswaldo Cruz, made in Brasil, genuíno sucessor de suas glórias para presidir-lhe a reforma, inspirada nesse respeito às grandes figuras que ali passaram e na obra magnífica que realizaram. Queira aceitar os meus protestos de sincera estima e elevado apreço[122].

Em correspondências trocadas com Miguel Calmon, Neiva compartilhou as suas angústias em relação ao baixo orçamento do Museu. Chamou atenção para a "nova classe" em formação no campo científico. Neiva se posicionou a favor da preparação em campos de atividade científica e inovação para receber uma nova classe profissional. Referiu-se ao Brasil como a "doutorlândia" e o "proletário intelectual", em tom crítico ao bacharelismo e falta de especialização em outras

[122] Carta de Neiva a Miguel Calmon, em 10/06/1925. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ ANc 1923.01.04.

áreas. No contexto da carta, os “doutores” seriam os médicos, engenheiros e advogados, que se arrogavam eruditos pelo título de bacharel nessas áreas do conhecimento:

> Existem alguns elementos novos e entusiastas, mas é indubitável que a mocidade procura outros campos de atividade, porquanto já percebeu que se está formando no Brasil, pelo menos entre os cientistas, uma nova classe que sem exagero, poderia ser denominada de proletariado científico ou intelectual. Na última reforma do ensino, escapou uma grande falha, qual a de não se ocupar do estudo da Ciência Natural, como se faz no mundo inteiro, inclusive na Argentina, onde já há o doutorado. Com isso não quero dizer que esteja prestigiando o doutorismo, pois a esse respeito já tenho opiniões divulgadas contra o excesso de doutores e funcionários, o que me levou com justa razão a denominar o Brasil de doutorlândia. É bem verdade que os governos até hoje não prepararam a nação senão para funcionários e doutores. Retomando, porém, o fio do assunto queira chamar sua inteligente atenção para a circunstância de que os estudos de ciências naturais no Brasil vivem abandonados [...]. Enquanto o Chile, por intermédio de Porter, diretor de um dos seus museus, propõe aos nossos estudiosos a publicação de suas pesquisas em revista de História Natural Chilena, pelas conhecidas dificuldades com que os brasileiros lutam para dar publicidade aos seus trabalhos científicos[123].

Durante a gestão do Museu Nacional, Neiva detalhou em fontes o processo que vivenciou de especialização da atividade intelectual brasileira. O texto da missiva fez referência à figura do bacharel, que no século anterior era central na vida intelectual, mas que passou a receber várias críticas, notadamente por sua expressão retórica (Sá, 2006). O desprestígio e crise do bacharelismo são vistos principalmente nas crônicas, charges e artigos das revistas do período. Seria um sintoma de uma república que queria se ver moderna e cosmopolita. Naquele momento, este “sábio de alta envergadura” era tido como resquício de um Brasil atrasado, herdeiro de uma cultura letrada lusitana e de pouco espírito prático, um país distante do progresso.

A pesquisa de Sá (2006) examina o momento de aprofundamento do trabalho científico, e da afirmação do cientista como categoria profissional nas três primeiras décadas do século XX. Para a autora, ocorreu a separação entre as identidades dos cientistas e literatos como um dos aspectos do processo brasileiro de

[123] Carta de Neiva ao Dr. Miguel Calmon, de 10/06/1925. CPDOC/FGV. Fundo: Arthur Neiva/ ANc 1923.01.04.

profissionalização das ciências. Parte dos pontos que os uniam, ou seja, inicialmente os classificavam como intelectuais, no sentido moderno do termo. No final da Primeira República, prevaleceu no Brasil o ecletismo intelectual na cultura brasileira. E isto torna difícil separar rigorosamente o papel de Arthur Neiva enquanto cientista e intelectual, e até mesmo a sua projeção na carreira política. De um modo geral, os intelectuais vivenciavam o processo de especialização profissional, o que significou a experiência de uma nova época a estes "homens de ciências" (Sá, 2006). Portanto, a crítica ao chamado bacharelismo foi um ponto central desta geração. Arthur Neiva criou o termo "bacharelose"[124] como resposta deste movimento, no qual compreendia como um mal a ser combatido no país:

> Fui eu quem criou o termo *bacharelose*, quando, em artigo publicado em 1922, procurei provar ser esse um dos maiores males que infestam o Brasil. Apenas, a expressão não se aplica tão somente aos bacharéis, mas às classes cultas em geral, pois há médicos, oficiais de terra e mar, engenheiros, que estão atacados da bacharelose e pretendia designar com o tal estado patológico uma condição mental peculiar a nós brasileiros, quando procuramos resolver as crises, não importa de que natureza, sem nenhum estudo, mas com abundância de períodos arredondados, com a frase boleada, com tiradas desmotênicas e até a força de sonetos[125].

O entendimento de ciência compartilhado por Arthur Neiva não era restrito a uma mentalidade utilitarista. Para ele, o cientista precisava sair do seu laboratório fechado, e deveria dialogar com a população em geral, a fim de cumprir uma função social e política. Esse pensamento foi expresso na frase em que solicitou aos cientistas para saírem da "placa de petri" (Rebouças *et al*., 2005, p. 91), fazendo assim uma cobrança do caráter público da atividade de pesquisa.

A declaração do cientista na carta sugere que, tomando como exemplo sua experiência no Instituto Soroterápico federal (IOC) e as ricas observações de caráter sociológico e antropológico efetuadas ao longo das expedições que realizou com Belisário Penna, em 1912, imaginava outra diretriz para a pesquisa no Museu Nacional. O exemplo disto foram os quatro volumes do *Arquivo do Museu Nacional* (Keuller, 2018, p. 139). O assunto predominante eram os resultados das

[124] Discurso de Arthur Neiva na Câmara dos Deputados de São Paulo, após a sua gestão do Museu Nacional. FREIRE, Hilário. A praga do café no estado de São Paulo. Suas origens e seus remédios. Discursos proferidos na Câmara dos deputados. Prefácio. São Paulo, 05/11/1928, p. 2. CPDOC. Fundo: Arthur Neiva/ An c 1924.06.06.
[125] *Ibidem.*

investigações relativas à história natural e os relatórios mais importantes de excursões científicas efetuadas pela instituição.

Por muitas vezes Arthur Neiva caracterizou os servidores do Museu Nacional como profissionais estáticos e sem perspectivas de crescimento na carreira. A razão desta constatação, segundo Keuller (2008, p. 139), diz respeito ao plano dele de alterar o corpo técnico e administrativo, com profissionais dedicados integralmente à pesquisa e estudo, concedendo novas atribuições às seções do museu. Sua ânsia por transformações na estrutura pública evidencia-se nos relatórios que produziu, os quais destacavam o cenário de desmotivação entre os pesquisadores. Neiva estabelecia uma comparação sistemática entre as condições de pesquisas brasileiras e argentinas, avaliando parâmetros como volume de publicações, resultados obtidos e qualidade científica. Ele defendia que o processo de nacionalização científica observado na Argentina deveria servir de modelo para o Brasil. Em sua análise, o principal obstáculo para que o país alcançasse o mesmo patamar do vizinho era a falta de especialização científica. Nesta carta a seguir, a crítica do Neiva ao bacharelismo era à cultura científica estabelecida no Brasil, em geral:

> O Museu precisa, sobretudo, de sangue novo, porquanto alguns dos elementos que lá trabalham, senão a maioria, não passa de guardas das coleções. Encontram-se cansados, desalentados e preocupados com as lutas pessoais que já travam há tempos. Para eles as reuniões de congregação não são mais do que uma arena de combate, o que acaba por tirar a força desta reunião de professores apaixonados, coisa, aliás, frequentes em todo o Brasil e que dá demasiada importância a tal aparelhamento anacrônico pomposamente denominado de Congregação. A Botânica, a Zoologia, a Geologia e Mineralogia, principalmente as primeiras, continuam atraindo para o Brasil um número crescente, e isto há mais de um século, de naturalistas do mundo inteiro, que vêm estudar as nossas coisas. E não é sem algum pesar que observei na Argentina a nacionalização científica, fazendo-se em muito maior escala que entre nós, e as suas publicações, neste particular, são em maior número e de maior valor que as nossas. Houve uma transmutação de valores, recordo-me que antigamente o Museu Nacional, segundo a confissão dos próprios argentinos, foi um catalisador para a energia dos nossos vizinhos, e o Museu de La Plata, segundo me confessou o Sr. De La Torre, da Secção de Antropologia e que tanto crédito goza hoje nos centros científicos do mundo, foi uma réplica da Argentina da atividade científica do Museu Nacional. Eu mesmo, quando ali estive contratado, tive como auxiliares um rapaz e uma moça, ambos formados em ciências naturais, cuja carreira brilhante, com o mais vivo interesse continuo

> acompanhando. Tenho notado que o principal defeito da organização brasileira é a falta de diferenciação científica. Queria ver, por exemplo, o seu próprio ministério, em que a Escola Superior de Agricultura e a Indústria Pastoril ostentam, como dirigentes, professores, chefes de serviço, médicos, e não veterinários alguns dos quais continuam fazendo clínica humana especializada. Creio que é uma condição singular em relação aos outros povos.[126]

Ao citar a tradição do Museu Nacional, Neiva se refere não somente à estrutura da instituição, mas à sua história científica, em grande medida feita a partir de coleções feitas por naturalistas estrangeiros – alemães, franceses - ou seja, dialogou com o padrão internacional da época. O Museu Nacional foi idealizado durante o período imperial brasileiro, estreitamente ligada à tradição bacharelesca lusitana. A instituição foi criada por um decreto de D. João VI, no dia 6 de junho de 1818, com o propósito de assegurar a educação, cultura e a difusão da ciência no país. A ideia era funcionar nos moldes dos museus e gabinetes europeus de história natural, com coleções científicas, bibliotecas, arquivos, laboratórios e exposições (Duarte, 2022). Foi responsável pelo desenvolvimento de robustas pesquisas de história natural e de antropologia da América do Sul, dentre elas estudos sobre a origem racial, as características e a formação da população brasileira, bem como pesquisas que inventariavam a fauna e a flora do país e sua constituição mineralógica (Schwarcz, 1993; Souza, 2011).

Inicialmente, o Museu Nacional era chamado de Museu Real, situado no Campo de Campo de Sant'Anna, no centro do Rio de Janeiro. Após a Proclamação da República, houve a transferência da instituição para o Paço de São Cristóvão. A abertura ao público das exposições permanentes na nova sede ocorreu em 25 de maio de 1900. As atividades do Museu se intensificaram ao longo do século, reforçando sua política de intercâmbio científico internacional, de publicações e de cursos públicos (Duarte, 2022). No período, foi forte a parceria do Instituto Oswaldo Cruz e do Museu Nacional por parte dos pesquisadores. Arthur Neiva, Lauro Travassos e Ângelo Moreira da Costa Lima[127] trabalharam e depositaram os objetos de suas pesquisas, constituindo um precioso acervo de coleções, principalmente

[126] Carta de Neiva ao Dr. Miguel Calmon, de 10/06/1925. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ ANc 1923.01.04.

[127] D'AVILA, Cristiane. Museu Nacional e Fiocruz: notas iniciais para uma historiografia das relações entre as duas instituições. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, 2018. Disponível em: http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/museu-nacional-e-fiocruz-notas-iniciais-para-uma-historiografia-das-relacoes-entre-as-duas-instituicoes/. Consultado em: 30 jun. 2023.

entomológicas (Keuller, 2018; Rangel, 2018). Inúmeros são os depoimentos, livros, pesquisas, que registram a boa relação acadêmica entre as duas instituições.

Especialmente, durante a década de 1920, Neiva fez comparações entre o cenário brasileiro e as demais organizações de pesquisa na América do Sul. Reforçou em seu discurso a sua luta pela nacionalização científica nacional, com o incentivo do governo em publicações de resultados. Defendeu o investimento público para a formação de novos pesquisadores, evidenciando a necessidade da chamada "diferenciação científica", ou seja, propôs a especialização por áreas de atuação. O seu discurso esteve centralizado na intensificação dos trabalhos científicos e novas publicações, a fim de alcançar a melhoria das condições e recursos para os laboratórios. Em cartas, chegou a mencionar também a impressão dos quadros murais de Botânica, Zoologia, Mineralogia e Etnografia; a construção da Seção de Botânica- horto: "pesquisa de plantas brasileiras, tóxicas e medicinais e Seção de Química, valor das substâncias alimentícias mais usadas no país"[128].

Os "homens de ciência" tal como Neiva se tornaram interlocutores do diálogo em torno de modernizar e civilizar o país. Parte deste argumento está no fragmento da carta de sua em relação aos seus serviços prestados à nação, em 10 de junho de 1925. Ele evidencia o quanto se fazia necessário ter um serviço especializado para a melhor qualidade das pesquisas, que chamou de: "um corpo de profissionais" para ampliar os estudos no país, ou seja, a defesa da dedicação de tempo de trabalho integral para os cientistas. Foi um entusiasta da dedicação exclusiva dos pesquisadores brasileiros:

> Já seria tempo seguir o exemplo de outras nações, entregarmos tais pesquisas e estudos a um corpo de profissionais inteiramente dedicados a isso. Voltando, porém, ao ponto de partida, há de se recordar que houve tempo em que o Museu constitui um centro científico de grande prestígio até no estrangeiro. Ora, a exemplo de muita coisa nossa, bastará reintegrar o Museu nas suas tradições para que ele progrida[129].

A pretensão de Arthur Neiva era transformar o Museu Nacional em um centro científico de prestígio internacional. Para isso, seria essencial a disponibilidade de laboratórios no processo de desenvolvimento das pesquisas. Argumenta que era

[128] Carta de Neiva ao Dr. Miguel Calmon, de 10/06/1925. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ ANc 1923.01.04.
[129] Carta de Neiva enviada a Cesar Magalhães, em 07/08/1924. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc. 1923.01.24.

inconcebível o fato de não haver no Brasil pesquisadores dedicados somente à produção científica. Assim como outros intelectuais do período, ele criticou veementemente a retórica bacharelesca do brasileiro em suas cartas e publicações. Dessa forma, o discurso da missão educativa da ciência era central nas ações de Neiva, assim como nos trabalhos de seus contemporâneos, Fernando de Azevedo (1940), Roquete-Pinto (1933), Oliveira Vianna (1932), entre outros de seu tempo[130].

Os "homens de ciências" estavam mobilizados em entender a educação de modo integral, uma formação intelectual, moral e física – visando à regeneração dos indivíduos e da raça[131]. Por exemplo, a tese azevediana defendia em seus escritos iniciais uma visão de transformação da sociedade baseada em modificações induzidas pelos exercícios físicos e pela educação do corpo. Partia de pressupostos eugênicos, os quais apontam que era necessário educar o corpo para transformar o indivíduo e a raça.

Arthur Neiva discutiu o sentido das pesquisas científicas na sociedade, no mesmo contexto de consolidação da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Criada, em 1916, por indivíduos que se dedicavam às atividades científicas no Brasil, a Academia tinha por objetivo o estabelecimento de um referencial institucional para debates e discussões acerca dos mais variados temas, que envolviam basicamente ciências e política. Os acadêmicos perseguiam os ideais de progresso e os traços europeus de organização do conhecimento – "inspirações que podem favorecer o desenvolvimento do país com a introdução de novas teorias e especialidades científicas" (Alves, 2001, p. 188). Os cientistas deste período se assemelham quanto ao caráter de urgência da consolidação da profissionalização das ciências, e se diferenciam no que tange ao modo de compreender e organizar o sentido da atividade científica.

---

[130] Vale salientar que a produção intelectual de Arthur Neiva estabelece um diálogo profícuo com a tradição do pensamento social brasileiro, situando-o entre os intérpretes do Brasil que, nas primeiras décadas do século XX, buscaram decifrar os dilemas nacionais a partir de chaves científicas e reformistas. Embora este aspecto represente uma vertente relevante para compreender seu lugar no campo intelectual, optou-se por abordá-lo de forma mais detida em investigações futuras, dado o escopo e os objetivos específicos desta tese, que privilegiam a análise de sua trajetória multifacetada entre ciência, gestão e política.

[131] Ver mais: GÓIS JR., Edivaldo.; MELO, Victor Andrade de.; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. Para a construção da nação: debates brasileiros sobre educação do corpo na década de 1930. *Educação e Sociedade*, v. 36, n. 131, p. 343-360, 2015. GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. O evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915). *In:* DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; ROMERO, Magali; GLICK, Thomas (Org.). *A recepção do darwinismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

A publicação da matéria intitulada “The right man in the right place”, no *Jornal do Commercio*, em 25 de janeiro de 1923, apresentou de que modo o itinerário de Arthur Neiva se aproximou do perfil de cientista do início do século XX, ao mesmo tempo em que se configurou como um “perfil de transição” entre um caráter mais multifacetado de ação, típico dos intelectuais generalistas do século XIX e outro mais especializado. Ele perseguiu um itinerário com posições heterogêneas, ora comunicador, político, outrora, “homem letras”; ele não tinha um limite estabelecido para a sua atuação científica. Um reportório de experiências na orientação de pesquisas em campanhas, em laboratórios, na organização de acervos e na gestão pública:

> Em S. Paulo, não há necessidade de se justificar tal afirmação, pois que o nosso Estado deve – e disso não se esquece – inolvidáveis serviços ao modesto, porém, admirável cientista ora escolhido para orientar o Museu Nacional. É que na direção do nosso Serviço Sanitário, o Sr. Dr. Arthur Neiva remodelou a referida Repartição, introduzindo nela os aperfeiçoamentos aconselhados pela higiene moderna. E, reformando o nosso departamento de saúde pública, o eminente discípulo de Oswaldo Cruz, não se limitou a demonstrar os seus conhecimentos teóricos, o seu enorme preparo científico, mas soube ainda agir incansavelmente, procurando e conseguindo melhorar as condições sanitárias do território paulista. E a ação do sr. Dr. Arthur Neiva, como chefe da nossa repartição de higiene, culminou por ocasião da inconcebível catástrofe que foi a epidemia da gripe, havendo atenuado, em parte pelo seu esforço sobre-humano, de verdadeiro abnegado, as tremendas consequências do flagelo sem par [...] diga-se sem qualquer exagero tem feito o Sr. Dr. Arthur Neiva, em prol da ciência, horando o nome do Brasil.[132]

Arthur Neiva compreendia ciência e técnica como elementos essenciais para o progresso. Por tal perspectiva, interpretou que a carência da promoção da atividade científica como atuação profissional especializada era resultado da baixa valorização, com ínfimos honorários. Esse cenário estimulou os assistentes e pesquisadores a buscarem outras fontes melhores de remuneração; não era possível viver de pesquisa. É notória a preocupação de Arthur Neiva com a estrutura do aparato científico nacional, o que inclui pensar em toda a engrenagem do funcionamento de uma pesquisa, desde os assistentes até as verbas para os produtos.

---

[132] Jornal do Commercio. *The right man in the right place*. 25/01/1923. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. Anc. 1917.05.04.

Em missivas, Neiva criticou a baixa remuneração dos profissionais e as condições de sucateamento do Museu Nacional [133] .Utilizou como exemplo as remunerações não compatíveis às funções dos cientistas dos laboratórios Manguinhos, para alertar como isso poderia desestimular o grupo a manter o interesse em trabalhar no setor público. Justificou que os honorários não eram tão atrativos para os cientistas[134], o que poderiam levar a escolherem continuar suas carreiras em laboratórios privados, como ocorreu em Manguinhos. A ausência de um plano de carreira e dedicação exclusiva era uma grande questão para Neiva. Os seus argumentos ficaram evidentes ao descrever a sua rotina no Museu Nacional, ocupado com demandas administrativas da gestão, preocupado com a coordenação e execução das pesquisas. A seguir, a carta de Neiva enviada ao ministro da Agricultura, Miguel Calmon:

> Há toda a inconveniência em se fazer de tal cargo uma posição fixa, podendo o diretor tirar dentre o pessoal técnico, alguém de sua imediata confiança, que se encarrega do serviço, apenas com uma gratificação [...]. Naturalmente que na nova regulamentação deveríamos tratar o pessoal subalterno com muito mais humanidade, colocando-o em idênticas condições às de outros estabelecimentos, porquanto, não sei se sabe, o expediente do Museu por lei, para a maior parte dos serventes, guardas etc. é das 8 horas da manhã às 5 da tarde, sem excetuar os domingos [...]. O edifício necessita de uma limpeza geral, interna e externa, e de alguns reparos de monta. Deve-se ter bem presente que o Museu Nacional é o maior edifício existente no Brasil, dispondo de mais paredes e pisos que o próprio quartel-general e havia muitos anos fazia praticamente abandonado, não podendo com as escassas verbas destinadas às obras, repará-lo e limpá-lo convenientemente. O Museu está com enorme crise de espaço, dispondo apenas de duas salas que estão à espera de armários a fim de serem inauguradas [...]. Não desejo dar o exemplo de um diretor que apenas acode e atende ao expediente; prefiro voltar para o meu laboratório de Manguinhos. Terminando uma série de pesquisas interrompidas, servindo ao meu pendor e voltando a uma atividade que me enche de alegria, evito certamente o epíteto que eu mais temo, o qual o de ser considerado medalhão ou diretor burocrata. Queira desculpar tão longa carta e sem mais, aceite os protestos de sincera amizade do muito admirador[135].

---

[133] Carta de Neiva ao Dr. Miguel Calmon, de 10/06/1925. CPDOC/FGV. Fundo: Arthur Neiva/ ANc 1923.01.04.

[134] No final de sua carreira, novamente Neiva reforça o problema da baixa remuneração, mas dessa vez, em Manguinhos: “Os honorários ficaram os mesmos e a vida encareceu imenso e os moços procuram um justo equilíbrio em outras atividades”. Carta de Neiva a Biglieri, em 19/03/1943. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 43.03.14.

[135] Carta de Neiva ao Dr. Miguel Calmon, de 10/06/1925. CPDOC/FGV. Fundo: Arthur Neiva/ ANc 1923.01.04.

O diretor estava no cerne de uma crise de profundos cortes orçamentários. Para sobreviver a esta fase, foi necessário lutar por uma remodelação dos serviços do Museu Nacional. Passou a demonstrar cada vez mais publicamente o valor intrínseco da ciência no país, sobretudo em publicações de artigos em jornais e redação de longas cartas enviadas aos políticos influentes. Ele defendeu com afinco a investigação científica como uma ferramenta para a reforma social para os demais setores da sociedade, ao mesmo tempo em que também se demonstrava preocupado com o funcionamento prático da estrutura de pesquisas.

Os argumentos defendidos por Neiva nas correspondências transitavam de forma dinâmica entre tornar a ciência viável e o papel social do pesquisador no país. A razão disto, segundo Pumar (2018), deve-se ao fato de que as concepções de ciência neste período não eram separadas, mas sim, flexíveis, ambíguas e é nesse arranjo que as negociações eram realizadas, que espaços eram conquistados e mudanças eram colocadas em prática. A geração de cientistas do personagem deste estudo buscava espaços para a ciência no país, sem perder de vista a dimensão filosófica da investigação científica e o seu papel social (Pumar, 2018). Arthur Neiva vivenciou o debate indissociável das mudanças que pleiteavam para a natureza do próprio trabalho científico. Coexistiram tanto velhos critérios de reconhecimento intelectual e novos modelos de expressão das ideias e definições da atividade criadora.

3.5 A DIREÇÃO DE ARTHUR NEIVA NA CAMPANHA CONTRA A BROCA-DO-CAFÉ (1924-1927)

Durante a gestão do Museu Nacional, Arthur Neiva foi convidado pelo governo de São Paulo para orientar e dirigir os serviços de combate à praga nos cafezais (Vendramim, 2000; Silva, 2006). A sua atuação na campanha contra a broca do café, no interior do estado de São Paulo, foi um grande desafio devido às enormes dificuldades técnicas que deveriam ser vencidas, bem como pelo interesse econômico. Significou um esforço conjunto entre cientistas, instituições de pesquisa e órgãos governamentais para o combate à praga nos cafezais, até então conhecida como *Stephanoderes hampei*.

A campanha de combate à broca levou à fundação de uma instituição científica para cuidar da defesa fitossanitária do produto basilar da economia

nacional, o café (Silva, 2006). A motivação econômica foi determinante, mas a “nova instituição deveu-se a outros fatores, como a pretensão das elites paulistas de aliar à pujança econômica de São Paulo o reconhecimento nos terrenos cultural e científico” (Silva, p. 148). A carta a seguir, ressalta o impacto da construção de uma instituição científica em São Paulo, realizada em um momento oportuno para legitimar a eficácia das pesquisas a população brasileira, ainda incrédula sobre os resultados positivos da ciência adotada no cotidiano:

> A broca do café constituirá um marco na história econômica de S. Paulo, senão do Brasil. Certa vez afirmei que o café entre nós fizera tudo ou quase tudo e cada vez mais me convenço desta verdade, embora muitos a contestem. Se o formidável flagelo que desabou sobre os cafezais paulistas puder ser contido em escala que permita ao fazendeiro explorar economicamente o que produto [...]. Nós, em geral, não acreditamos em ciência, somente cremos no maravilhoso e a prova é que algumas chinesas espertas conseguiram facilmente ilaquear a boa-fé de pessoas da classe culta da capital do Brasil, quando permitiu que lhes extirpassem dos olhos larvas de moscas, que davam como causadoras de enfermidades as mais diversas [...]. Acima da ciência oficial, desprezando a lógica, a verossimilhança[136].

No Brasil, a broca-do-café foi observada pela primeira vez em 1913, no estado de São Paulo. É uma praga originária da África Oriental que foi introduzida por meio de sementes de café infestadas e rapidamente disseminou-se para todas as regiões cafeeiras do País, sendo considerada uma das principais pragas do cafeeiro. As primeiras manifestações da praga, broca do café, ocorreram na região cafeeira de Campinas. Em agosto de 1924, o pesquisador Edmundo Navarro de Andrade, o mesmo que em 1919 havia alertado sobre os riscos da entrada da broca do café no Brasil, integrou a Comissão para Debelação da Praga Cafeeira. Enquanto aumentavam as áreas de ocorrência da broca, a comissão de cientistas elaborou uma série de documentos técnicos, 20 no total, que versavam sobre a biologia do inseto e formas de controle (Obeidi *et al*., 2016). Os documentos salientavam a impossibilidade de erradicação do problema, sendo possível apenas a redução populacional do inseto-praga para patamares abaixo do nível de dano econômico. Ao final de 1924 foi criada uma comissão permanente, onde Navarro de Andrade era

[136] FREIRE, Hilário. A praga do café no estado de São Paulo. Suas origens e seus remédios. Discursos proferidos na Câmara dos deputados. *Prefácio*. São Paulo, 05/11/1928, p. 1. CPDOC. Fundo: Arthur Neiva/ An c 1924.06.06.

o responsável pela supervisão e fiscalização das propriedades nas regiões de ocorrência do problema (*Ibidem*).

Em maio de 1924, o estado de São Paulo enfrentava uma crise fitossanitária instaurada pela broca-do-café. A praga assolou os cafezais da região de Campinas, com posterior alastramento por todo o estado de São Paulo (Ribeiro, 1997; Silva, 2006). Arthur Neiva e o entomólogo Ângelo Moreira da Costa Lima identificaram o inseto responsável pela praga e elaboraram um plano de combate à broca, com base nas características biológicas de seu agente. A correspondência abaixo detalhou a convocação de Arthur Neiva e dos principais nomes escolhidos nomes escolhidos para o trabalho da comissão:

> Snr. Dr. Arthur Neiva.
> Tenho o prazer de comunicar-lhe, que o Snr. Dr. Secretário, por ato de 2 do corrente, designou Vossa Senhoria para juntamente com os Snrs. Dr. Ângelo Moreira da Costa Lima, Dr. Henrique de Souza Queiroz, Dr. Francisco Ferreira Ramos, Dr. Carlos José Botelho, Carlos Leôncio de Magalhães, Dr. Júlio Mesquita Filho, Dr. Edmundo Navarro de Andrade, Joaquim Bento Alves de Lima e Dr. José Martiniano Rodrigues Alves, constituir a comissão encarregada do estudo e debelação da praga que está atacando o cafeeiro[137].

Arthur Neiva trabalhou na campanha contra a broca com o método de catação dos grãos e detritos de café após a colheita (Ribeiro, 1997; Silva, 2006). Conseguiu levar à frente a campanha contra a broca e obteve resultados positivos. Uma das características da campanha foram medidas que previam o controle de pessoas pelas estradas de ferro e a intervenção local. Isso ocorreu em grande medida devido às experiências anteriores de Neiva, cuja trajetória profissional se iniciara no Serviço de Profilaxia da Febre Amarela orientado por Oswaldo Cruz, tendo em seguida dirigido duas importantes campanhas contra a malária: em 1907 e 1908 em Xerém, na Baixada Fluminense e, um ano depois, durante a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e na zona cafeicultora de São Paulo (Borgmeier, 1940; Pinto, 1932).

A Comissão examinou a qualidade e os efeitos sobre o inseto e sobre o café de todos os sulfetos de carbono produzidos ou comercializados no país, selecionando os mais eficientes no combate aos insetos e com menor alteração no

[137] Ofício da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas enviado a Neiva, de 16/06/1924. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ AN c 1924.06.06.

sabor do café. Com base nas investigações, o laboratório orientou empresas brasileiras como a Elekeiroz e as Indústrias Matarazzo para aperfeiçoar seus produtos, chegando a um produto que rivalizava com o da própria Merck, na Alemanha (Silva, 2006). O controle biológico chegou com Adolph Hempel, naturalista do Museu Paulista e assistente da Seção de Entomologia e Parasitologia. Hempel foi encarregado de trazer de Uganda as *Prorops Nasuta*, consideradas inimigas naturais da broca. Era a primeira vez no país que se fazia o controle biológico, segundo Silva (2006). As recomendações para os agricultores foram publicadas nos jornais *O Estado de São Paulo, Correio Paulistano, Jornal do Commercio e Fanfulla*. Nas escolas eram apresentados livros para o entendimento das crianças, como “História de um bichinho malvado”, escrito por Rudolph Von Ihering (Silva, 2006, p. 23).

Para Arthur Neiva, o governo do estado de São Paulo agiu bem ao organizar uma campanha contra a broca-do-café, pois estava em jogo graves consequências econômicas na lavoura. Em seus cálculos, a devastação dos cafezais ao se estender pelo estado custearia um bilhão de pés de café e a despesa dos cofres públicos chegaria a 200.000 contos[138]. Para evitar o aumento da gravidade, exigiu algumas medidas governamentais no combate à praga, tais como o repasse e expurgo da colheita pelo sulfureto de carbono, além da manutenção dos postos de fiscalização das fazendas. A meta dele era controlar a disseminação do inseto e alertar desse perigo aos demais estados brasileiros:

> Costumo dizer que mais vale ver uma vez do que mil vezes ouvir e, por ter visto em Campinas as fazendas terrivelmente assoladas pela praga, o ilustre parlamentar convenceu-se da gravidade do problema que S. Paulo tem de enfrentar. Muitos dos lavradores esperam que o milagre seja realizado inteiramente pelo governo e muitos lembram até a formação de um corpo de repassadores mantido pelo Estado, a fim de salvar a lavoura. Tal medida é lírica, pois nem mesmo o opulento Estado de S. Paulo teria recursos para dispor e manter um exército de tal natureza durante o tempo que leva o repasse [...][139].

Se o controle da praga ou a extinção do agente transmissor não fosse realizado localmente em São Paulo, Neiva previa a contaminação dos demais

---

[138] FREIRE, Hilário. A praga do café no estado de São Paulo. Suas origens e seus remédios. Discursos proferidos na Câmara dos deputados. *Prefácio*. São Paulo, 05/11/1928, p. 5. FGV/CPDOC. Fundo: Arthur Neiva/ An c 1924.06.06.

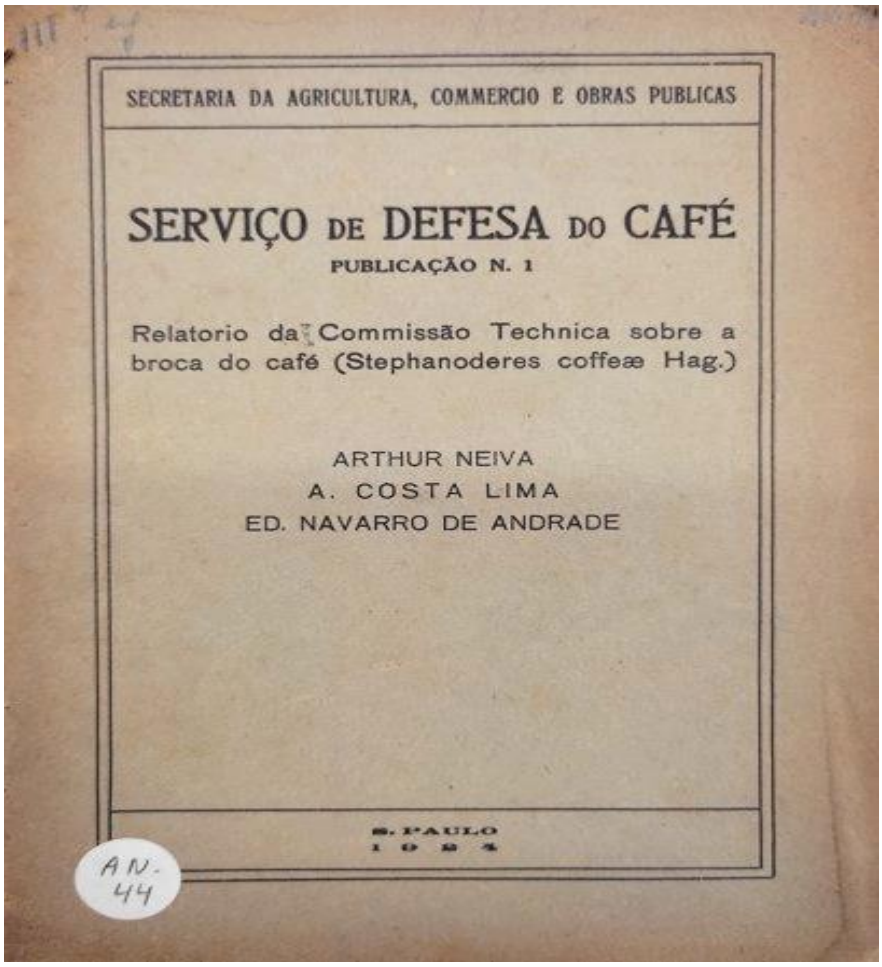
[139] *Ibidem*.

estados devido à ausência de serviço de defesa nos territórios. Em sua análise, os estados afetados seriam Minas Gerais, Bahia, Paraná e Espírito Santo. Ele sugeriu a nomeação no governo paulista do deputado Salles Filho para organizar uma comissão de técnicos nacionais e estrangeiros para rever os estudos e os métodos de combate à broca. Elogiou a atuação do deputado Hilário Freire, sobretudo, os seus discursos destinados à causa pública[140].

O relatório da Comissão Técnica sobre a broca do café foi elaborado por Arthur Neiva, Ângelo Costa Lima e Edmundo Navarro de Andrade, em 1924, documento para ser apresentado ao Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Gabriel Ribeiro dos Santos. A equipe partiu de São Paulo com destino a Campinas, iniciando as visitas às fazendas mais infestadas pela praga, percorrendo os 8 municípios e examinando 19 propriedades agrícolas. Desses municípios, acharam-se contaminados os três primeiros. Entretanto, notificada por Adalberto Queiroz Telles, a existência do inseto nos municípios de Jundiaí e Limeira. Inicialmente, os cientistas verificaram o grau de infestação nas diferentes zonas percorridas e nas fazendas circunvizinhas (Silva, 2006).

[140] FREIRE, Hilário. A praga do café no estado de São Paulo. Suas origens e seus remédios. Discursos proferidos na Câmara dos deputados. *Prefácio*. São Paulo, 05/11/1928, p. 9. CPDOC. Fundo: Arthur Neiva/ An c 1924.06.06.

Figura 1: Relatório da comissão técnica sobre a broca do café



Fonte: FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ An c 1924.06.06.

Após a constatação da extensão da praga, a Comissão não aconselhou a destruição dos cafeeiros pelo fogo, decepagem ou poda. A incineração, além de pouco prático, pela enorme quantidade de material a remover, exigiria dos poderes públicos uma soma elevada, dado o número de pés atacados e o valor atual das propriedades agrícolas. Também foi indicada a abolição da lavagem do café atacado ou suspeito, para evitar a disseminação pelos cursos d'água[141]. Os cientistas da Comissão retrataram a praga como um alerta e uma oportunidade para que “os fazendeiros abandonassem os métodos predatórios de cultivo habituais na cafeicultura em prol de uma atitude de maior zelo e racionalidade” (Silva, 2006, p. 989).

Em 26 de dezembro de 1924, foi publicada a lei nº 2.020, no Diário Oficial da União, acerca da criação de uma comissão para estudar a praga do café. O primeiro

[141] Arthur Neiva. Relatório, p. 7-8. Sem data, 1943. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. AN 18.03.09.

artigo do decreto determinou a Debelação da *Stephanoderes Coffeae*, subordinada à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo. Também garantiu o estudo e pesquisas científicas de todas as questões relativas à broca do café, biologia, ecologia, tratamento e combate, assim como a aplicação de todas as medidas necessárias para o extermínio da praga:

> Artigo 2º - A cargo da comissão ficam os serviços de política sanitária vegetal, assim como os de fiscalização geral dos produtos contaminados, seus processos de benefício e acondicionamento, e meios de transporte.
> Artigo 3º - É obrigatória a notificação do aparecimento da broca em qualquer propriedade do Estado, ficando estabelecido o repasse da colheita em todas as propriedades agrícolas, fazendas, sítios, chácaras, pomares, quintais, hortas ou jardins onde haja cultura de café ou existam cafeeiras em pequenas plantações ou isoladas [...][142].

O segundo capítulo do regulamento tratou de forma específica da organização do combate à praga, nos municípios de São Paulo. O quinto artigo diz respeito ao tratamento específico de todo o auxílio necessário à comissão, além da solicitação do auxílio do Estado ou do serviço geral quando fosse necessário. Nesta medida, o documento atribuiu a incumbência do governo estadual à execução das medidas de defesa sanitária vegetal do Ministério da Agricultura, "garantiu a limpeza de carbono, seguido do repasse do cafezal, catação profilática e esparrar o cisco"[143]. As medidas citadas no regulamento referem-se às táticas de controle de pragas em grãos, sendo a limpeza de carbono um exemplo de método que utiliza atmosfera modificada: "Uso de baixas concentrações de oxigênio em atmosfera rica em nitrogênio ou dióxido de carbono constituem método alternativo para prevenção de perdas causadas por pragas aos produtos armazenados (*Ibidem*, p. 132).

O decreto n. 3.816, de 6 de março de 1925 aprovou o regulamento da Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira, assinada por Carlos de

---

[142] SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei nº 2.2020, de dezembro de 1924. Cria uma comissão para estudar a praga do café. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei-2020-26.12.1924.html. Consultado em: 20 maio 2023.
Commissão de Estudos e Debelação da Praga Cafeeira: lei, decreto e regulamento. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. AN-11f.

[143] AGOSTINI, S. D.; REBOUÇAS, M. M.; VITIELLO, N. *Café - o sucesso de uma cultura, sua história consolidada. Instituto Biológico*. Centro de Comunicação e Transferência do Conhecimento. Centro de Memória do Instituto Biológico [*on-line*]. Disponível: http://www.biologico.sp.gov.br. Consultado em: 30 jun. 2023.

Campos, governador de São Paulo e Gabriel Ribeiro dos Santos, secretário de Agricultura do estado. A partir disto, o serviço de estudo ficou organizado em todos os centros urbanos do interior e em toda a propriedade rural do Estado. Iniciou-se um estudo científico com todas as questões relativas à broca-do-café e execução dos serviços especiais sob a dependência das seções de laboratório de entomologia, química, estatística, inspetoria dos serviços estadual e municipal. Foi delegada à chefia do serviço da comissão a pesquisa e parecer fundamentado por questões científicas e administrativas referentes à campanha contra a broca, que forem propostas pelo governo do estado ou municípios. O 13º artigo deste regulamento aprovado detalhou o que era esperado na posição de Arthur Neiva enquanto organizador e gestor:

> Organizar, dirigir e fiscalizar os diversos referentes à campanha contra a praga; Propor o desenvolvimento das seções anexas, a criação de novos serviços e contrato de técnicos e de outro pessoal; Dividir o Estado em zonas, em cada uma das quais funcionará um inspetor regional; Superintender e inspecionar todos os trabalhos a cargo da Secretaria e das seções anexas; Despachar o expediente da repartição, visitar as folhas de pagamento do pessoal e as contas de despesas; Fiscalizar os atos dos funcionários que lhe estão subordinados, suspendê-los até 15 dias em caso de falta, e propor a demissão dos que forem de nomeação do Secretário[144].

No processo de combate à broca do café foram adotadas várias medidas de manutenção integrada, como o monitoramento das lavouras, a poda e destruição de pedúnculos e frutos infestados. Foi fundamental a adoção de boas práticas agrícolas, como o uso de cultivos resistentes, a adubação equilibrada, a colheita e pós-colheita adequadas, a limpeza da área de plantio e o controle de plantas invasoras. A conscientização e a capacitação dos produtores também foram essenciais para o sucesso do controle. Pela perspectiva de Arthur Neiva, a campanha contra a broca do café foi contínua e exigiu o envolvimento de todos os atores do setor, a fim de minimizar os impactos dessa praga na produção de café em São Paulo:

[144] SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto n. 3.816, de 6 de março de 1925. Aprova o regulamento da Commissão de Estudo e Debellação da Praga Cafeeira. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1925/decreto-3816-06.03.1925.html. Consultado em: 20 maio 2023. Commissão de Estudos e Debelação da Praga Cafeeira: lei, decreto e regulamento. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. AN-11f.

> Sem a compreensão por parte de todos do grande perigo que ameaça os cafezais paulistas, não se lutará com eficiência. Teria imensa satisfação se porventura fosse encontrado um caminho mais prático e que oferecesse ainda maiores vantagens que as alcançadas pelas medidas ora, postas em execução, os quais, no entanto, satisfazem plenamente, quando aplicadas com o rigor devido[145].

A Comissão contou com a ampla campanha de divulgação científica, incluindo o uso de cartilhas para escolas rurais, cartazes ilustrados e filmes. Produziu documentos de caráter pedagógico[146], com o propósito de orientar a população sobre os trabalhos da Comissão no combate à praga. Arthur Neiva e a sua equipe se destacaram pelo fato de se comunicarem de forma simples e objetiva com os pequenos agricultores, de baixa escolarização. [147] Outro aspecto positivo da campanha ressaltado por Neiva foi a ausência de burocracia durante a execução da pesquisa da Comissão e maior autonomia de decisão. Ele escreveu esse argumento em carta: “uma das razões do êxito da campanha contra a praga do café foi a ausência total de burocracia e a inexistência do código de contabilidade, aparelhamento inventado pelo atual governo federal e que tem enleado todo o corpo da nação”[148].

O combate à broca foi estruturado pelo modelo sanitarista de saúde pública que se organizou na virada do século XIX para o XX. A campanha contra a broca-do-café foi um marco crucial na institucionalização da pesquisa agrícola no Brasil e na promoção da entomologia econômica como campo autônomo de estudos, pois ganhou espaços institucionais próprios (Silva, 2006). O amparo do governo do estado na campanha pôde ser visto através de leis que puniam aqueles que não observavam as medidas de combate à praga[149].

---

[145] FREIRE, Hilário. A praga do café no estado de São Paulo. Suas origens e seus remédios. Discursos proferidos na Câmara dos deputados. *Prefácio*. São Paulo, 05/11/1928. p. 9.

[146] Em 1925, a Comissão de divulgação lançou a cartilha *Histórias de um bichinho malvado*, uma peça-chave na campanha contra o *Stephanoderes*. A publicação, distribuída em escolas rurais de São Paulo, mirava nos filhos dos sitiantes como canal de comunicação, uma vez que a maioria dos agricultores era analfabeta. Assim, as medidas de combate à praga eram transmitidas de forma pedagógica às crianças, que ajudavam na colheita e podiam levar o conhecimento para casa. Ver mais: SILVA, A. F. C. da: A campanha contra a broca-do-café em São Paulo (1924-1927). *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, out.-dez. 2006. p. 983.

[147] AGOSTINI, S. D.; REBOUÇAS, M. M.; VITIELLO, N. *Café - o sucesso de uma cultura, sua história consolidada. Instituto Biológico*. Centro de Comunicação e Transferência do Conhecimento, Museu/Centro de Memória do Instituto Biológico, [*on-line*]. Disponível: http://www.biologico.sp.gov.br. Consultado em: 30 jun. 2023.

[148] Carta de Neiva enviada a Vicente Licínio Cardoso, em 20/05/1926. Fundo Arthur Neiva/ANc. 1917.05.04.

[149] Um exemplo da punição em caso de desrespeito foi a lei no. 2282, de 01/10/1928 - Estabelece

Arthur Neiva realizou comunicados em diferentes meios, tais como cartas, ofícios, artigos, materiais de caráter pedagógico. Evidentemente, o que ele afirmou em correspondências é diferente do que escreveu em um relatório ou na imprensa, pelo simples fato de se tratar de canais e audiências diferentes. Neiva reforçou a eficiência do apoio do governo para o cumprimento da lei, o que contribuiu com a diminuição dos prejuízos de agricultores, como afirmou em carta em janeiro de 1927:

> A praga lentamente avança, mas perde em intensidade e os prejuízos são praticamente desprezíveis. Enquanto eu estiver à frente do Serviço, com o prestígio e força que o governo me dá, o mal nunca acarretará prejuízos de importância. Pude estabelecer com segurança os processos para combater o inseto e consegui que a lei fosse aplicada sem distinção de poderoso ou fraco, de rico ou pobre. Neste particular, o Estado de S. Paulo está cumprindo a lei com uma obediência de um povo do norte da Europa[150].

Em São Paulo, Neiva demonstrou satisfação com o reconhecimento público por seus serviços, sobretudo por parte das autoridades políticas e econômicas. Ao passo que no Rio de Janeiro, a sua gestão à frente do Museu Nacional não logrou resultados positivos tal qual havia planejado, o que culminou com a sua saída definitiva do cargo em final de 1926. Neiva não conseguiu implementar a reforma e a orientação educativa que almejava para a instituição, pois o Código de Contabilidade da União, aprovado em 1924 por meio do regulamento da Contadoria Central da República (Adde, 2013), impôs novos trâmites burocráticos que acabaram por embargar seus planos administrativos no Museu Nacional. A contadoria foi instalada em janeiro de 1925 e rapidamente promoveu mudanças na escrituração das repartições fiscais, colaborando com a organização pontual dos balanços de receita e despesa, e a reorganização dos balanços patrimoniais (Brasil, 1926, p. 3). Na carta enviada a Miguel Calmon, em 11 de novembro de 1926, Neiva citou os embargos financeiros vigentes no Brasil, também se despediu e agradeceu todo apoio recebido durante a sua gestão:

---

medidas profiláticas com relação ao embarque de café nos municípios infestados pela praga cafeeira. Art. 1º - Será interditado o embarque de café nas estradas de ferro a todo o proprietário de cultura cafeeira, nos municípios infestados, que da data desta lei em diante se recusar ao repasse dos cafezais, ao expurgo do café colhido, ou a outros processos determinados pelo serviço de inspeção do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal sobre a praga cafeeira (Stephanoderes hampei Ferr), nos termos da legislação em vigor. § único – Só se permitirá o despacho de café mediante autorização do serviço de inspeção.

[150] Carta de Neiva enviada a Bruch, em 29/01/1927. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ An c 23.01.24.

> Meu caro amigo Dr. Miguel Calmon,
> Talvez não possa estar no Rio, como pretendia, a 15, para abraçá-lo e agradecer-lhe tudo quanto fez pelo Museu e por mim, durante a sua gestão, apesar das grandes dificuldades com que lutou na sua administração, proveniente da época anormal por que passa o país e também consequente a infeliz inovação do Código de Contabilidade [...]. Por meu turno procurei fazer pelo Museu o que era possível e tenho certeza de que nenhum tempo da sua longa e proveitosa vida, aquele estabelecimento científico teve tão intensa atividade [...]. Não posso ocultar, deve o Museu Nacional ao ilustre amigo que, facilitando os trabalhos da minha direção e me dando toda a autonomia necessária para dirigir tão grande instituição, veio contribuir para maior desenvolvimento de um dos centros de ciência mais merecedores de acatamento no Brasil[151].

Em 11 de outubro de 1927, Arthur Neiva foi oficialmente exonerado do cargo de diretor do Museu Nacional e substituído por seu vice-diretor, Roquette Pinto, que tomou posse, concentrou-se em desenvolver estratégias e meios que possibilitassem à população o acesso ao desenvolvimento científico (Pereira, 2010). Arthur Neiva indicou Roquette-Pinto para assumir o cargo de gestão do Museu Nacional, cientista pelo qual nutria admiração "um homem de grande valor, já esteve no Paraguai, contratado pelo governo deste país para dirigir a cadeira de Fisiologia"[152]. Ademais, a escolha se justificou pelo fato de ele ter iniciado a sua carreira profissional no Museu Nacional, como antropólogo físico e etnógrafo, local onde conseguiu obter a inserção no mundo da ciência por intermédio de uma instituição com reconhecimento científico internacional, sobretudo no campo das ciências naturais. Para Souza (2011), Roquette-Pinto tornou-se ainda mais reconhecido entre os seus pares após o retorno ao Museu Nacional na posição de diretor. Neiva conseguiu se concentrar em dirigir o novo instituto de pesquisa paulista que surgia em decorrência da campanha contra a broca, com grande potencial de crescimento, seguro de que seu trabalho no Rio de Janeiro teria continuidade nas mãos de seu sucessor, esse acordo foi selado entre os amigos em carta:

> Muito maior do que minha gratidão pessoal a V., meu velho e querido amigo, pela indicação feita ao Governo, quero deixar nesta carta um comovido protesto de reconhecimento, como simples naturalista que

[151] Carta de Neiva enviada a Miguel Calmon, em 11/11/1926. FGV/ CPDOC. ANc. 1924.06.06.
[152] Carta de Neiva enviada a Bruch, em 29/01/1927. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ An c 23.01.24.

> tem dado a esta casa os melhores dias da sua existência, pelo inestimável serviço que o seu patriotismo, o seu descortino científico, o seu amor aos melhores ideais, prestaram ao nosso mais velho e mais importante instituto, reintegrando-o nas suas mais puras tradições. Deixa V. o Museu prestigiado e engrandecido[153].

Neste mesmo ano, Neiva também deixou a posição de chefia da "Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira". Entretanto, foi autorizado a continuar à disposição do governo do estado de São Paulo. O resultado do desempenho de Neiva no controle da broca-do-café no território paulista foi visto como um grande trabalho em sua trajetória do cientista. Da praga cafeeira também derivou a criação, em 1927, do Instituto Biológico de São Paulo, originalmente denominado Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal. O projeto de lei para a construção do instituto passou pela discussão, votação e aprovação do congresso paulista. As expectativas de Neiva eram altas em relação ao impacto pessoal e profissional desse novo trabalho em sua trajetória, interpretado como uma possibilidade de apresentar o seu serviço científico ao Brasil:

> Há intenção do governo de S. Paulo de transformar o Serviço que ora dirijo num grande estabelecimento científico, sob o título de Instituto de Biologia e de Defesa Agrícola; o projeto já está no senado, em última discussão e em julho haverá uma solução a este respeito. Se porventura isto se der, eu mudarei de residência para S. Paulo, definitivamente, consagrando o resto da minha vida a uma obra de grande vulto científico e que irá prestar serviços relevantes ao Brasil.[154]

O resultado da condução da campanha dirigida por Arthur Neiva deu-lhe crédito e prestígio em São Paulo, pois conseguiu deter o avanço da broca e fiscalizar de forma eficiente a área de cafeicultura paulista. As medidas tomadas contra a broca evidenciaram a importância de realizar novas investigações e meios de combate à praga. A comissão chefiada por ele ultrapassou as exigências básicas, passando a atender às consultas maiores, concernentes a diversas pragas agrícolas de todas as regiões do país: "Apontava, dessa forma, para uma carência estrutural do aparato de pesquisa agrícola, no que concernia ao estudo e controle de pragas" (Silva, 2011, p. 548).

---

[153] Carta de Roquette Pinto enviada a Neiva, em 29/09/1927. CPDOC. Fundo: Arthur Neiva/ An c 1923.01.24.

[154] Carta de Neiva enviada a Bruch, em 29/01/1927. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ An c 23.01.24.

A saída dos cargos ocupados por Neiva foi comunicada pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 15 de outubro de 1927, nesta mensagem: “Ao conceder-vos, por Decreto desta data, a exoneração que solicitastes do cargo de Diretor do Museu Nacional [...] e agradecer-vos os valiosos serviços que com zelo, competência e lealdade, prestastes ao Governo Federal na direção daquele importante estabelecimento científico”[155]. Em seguida, o governo do estado de São Paulo, de acordo com a autorização constante dos artigos 2º, 9º e 22º da lei nº 2243, de 27 de dezembro de 1927, contratou Arthur Neiva para exercer o cargo de Diretor Superintendente do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal.

3.6 ARTHUR NEIVA E A CRIAÇÃO DO INSTITUTO BIOLÓGICO DE DEFESA AGRÍCOLA E ANIMAL

A criação do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal foi uma consequência da percepção de que a lavoura e a pecuária paulista precisavam de uma instituição apta a equacionar seus problemas científicos, sobretudo os concernentes à defesa sanitária vegetal e animal (Ribeiro, 1997; Silva, 2006). O relatório de atividades apresentado no encerramento dos trabalhos da “Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira” evidenciou um plano de ação de proteção ao cultivo do café, o qual fez a Assembleia Legislativa compreender a importância da criação de um órgão permanente que beneficiasse os agricultores[156]. O governador de São Paulo, Júlio Prestes, e o Secretário da Agricultura, Fernando Costa, foram receptivos ao projeto do Instituto Biológico apresentado à Câmara dos deputados. O instituto não se restringiria à defesa da agricultura; também seria incluída a defesa sanitária animal e pecuária. Foi ao encontro do interesse de cafeicultores preocupados em diversificar sua pauta de investimentos (Rebouças, 2006).

O Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal foi idealizado para centralizar e coordenar pesquisas na área da saúde pública, melhorar a qualidade dos alimentos consumidos pela população e promover o desenvolvimento científico

[155] Ofício do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio enviado a Neiva, em 15/10/1927. FGV/CPDOC. Fundo: Arthur Neiva/ An c 23.01.24.

[156] IBGE. Institutos de pesquisa. I nstituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal São Paulo (SP). Série: Acervo dos municípios brasileiros. Código de Localidade: 3550308. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=439457. Consultado em: 3 jul. 2023.

do país. Em termos gerais, as medidas tomadas visaram promover a modernização e a diversificação agrícolas, a fim de atender às crescentes demandas do mercado interno e de fazer frente aos problemas econômicos postos pelo exclusivismo da monocultura cafeeira (Rebouças, 2006; Silva, 2006). O arcabouço da instituição, suas atribuições e os quadros que a compuseram foram fruto das articulações de Neiva e de seu ideário de pesquisa científica. Arthur Neiva reverberou o perfil institucional implantado em Manguinhos, criando um espaço de produção de novos conhecimentos, sem deixar de atender às demandas práticas da agropecuária paulista. Outro aspecto a ser ressaltado durante a criação do Instituto Biológico foi a semelhança do interesse entre Arthur Neiva e Oswaldo Cruz por estudos de pragas agrícolas. Nos últimos momentos de sua trajetória, Oswaldo Cruz se dedicou às investigações sobre a biologia da saúva e meios de lhe dar combate e sobre os carunchos do milho e do feijão (Silva, 2006).

O propósito de Neiva era estabelecer um órgão que pudesse conduzir pesquisas científicas e desenvolver conhecimento na área da biologia. Os estudos na área de saúde vegetal e animal estavam em ascensão e havia a necessidade de um instituto especializado para coordenar essas pesquisas. Ele idealizou o instituto como uma forma de fomentar a produção científica e o avanço da pesquisa no Brasil. Os contemporâneos também apostavam na importância do Instituto Biológico (IB) para crescimento da ciência no país, e em alguns casos, passaram a escrever artigos com o intuito de divulgar as informações desse novo projeto à população brasileira. É interessante ressaltar que a criação do instituto chamou a atenção não somente de pesquisadores aliados, mas também de desafetos antigos, como Carlos Chagas. Em carta enviada a Afrânio do Amaral, Neiva contou sobre o seu encontro com o colega em Manguinhos, durante a sua viagem ao Rio de Janeiro:

> Encontrei-me com o Chagas no corredor, aproximamo-nos, apertamos a mão um ao outro e ele me fez entrar para sua sala. Eu estava inteiramente senhor dos meus nervos, tinha a impressão de que havia saído de um longo banho morno [...], perdeu a solenidade e começou a falar no tom amistoso de 12 anos atrás. ‘Como V. está forte, Neiva! Soube que vai criar um grande Instituto em S. Paulo’. Satisfiz-lhe a curiosidade que tinha sobre o assunto, a qual mal dissimulava. Contei-lhe o que se passava, dizendo que se não se realizasse o Instituto eu voltaria para Manguinhos, porquanto não desejava continuar como diretor do Museu, pois não pude obter a

> reforma que pretendia [...]. Prometeu-me que teria grande prazer com a minha volta para o Instituto etc.[157].

A pretensão inicial de diretor concentrava-se em criar um instituto nos moldes do Instituto de Manguinhos[158], para posteriormente competir futuramente com os discípulos de Oswaldo Cruz concentrados no Rio de Janeiro e deslocar o centro científico nacional para São Paulo, passar assim o "bastão científico". As correspondências de Neiva mostram que havia outras motivações e interesses alardeados pelo progresso da atividade científica. Motivações pessoais, como mostra essa carta enviada a Afrânio do Amaral, em outubro de 1927:

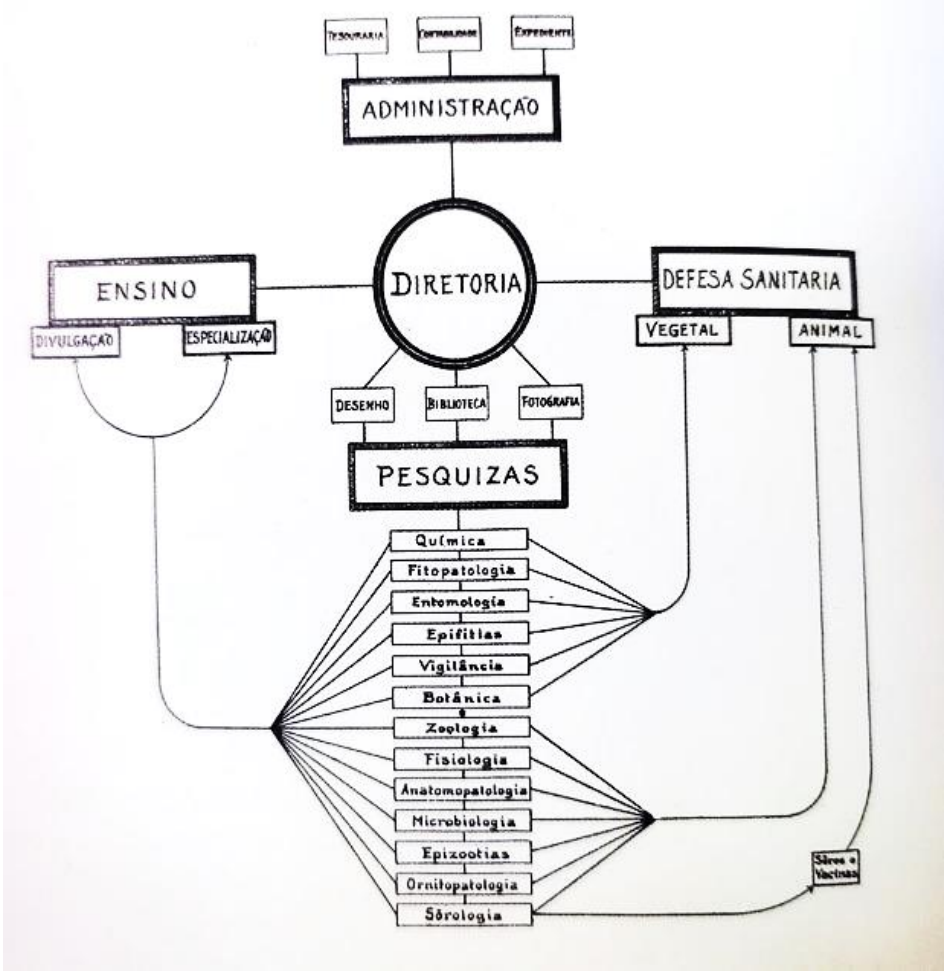
> Estou com grandes esperanças de realizar uma grande obra. O Instituto que projetei parece que vai ser uma realidade; terá uma seção destinada à defesa animal, com preparo de soros, vacinas, etc. V. em Butantan e eu no Instituto, de mãos dadas, poderemos fazer, com tempo, dançar miudinha aquela boa gente de Manguinhos, que nos fez comer fogo, a nós ambos. Há tanto problema científico para se tratar, revisão da doença de Chagas e deslocamento do bastão científico, neste particular, de Manguinhos para as nossas mãos[159].

O instituto paulista localizava-se inicialmente em quatro prédios adaptados e distantes uns dos outros[160]. Inicialmente foi idealizado com duas divisões: Divisão Animal e Divisão Vegetal. O desenho do primeiro organograma do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, subordinado à Secretaria da Agricultura, era de uma instituição robusta que cobria diversas frentes da pesquisa biológica ligada à sanidade animal e vegetal. O setor da administração estava na cúpula da estrutura do funcionamento do instituto (Rebouças, 2006). Segundo o planejamento a seguir, no centro estava localizada a diretoria, ao lado esquerdo o ensino e especialização, e ao lado direito a defesa sanitária, vegetal e animal.

---

[157] Carta de Neiva enviada a Afrânio do Amaral, em 18/01/1927. Centro de Memória do Instituto Butantan. Fundo Afrânio do Amaral. NA/MJL. p. 207.
[158] Carta de Neiva enviada ao deputado João Faria, em 26/11/1928. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. An c 1924.06.06.
[159] Carta de Neiva enviada a Afrânio, em 22/10/1927. Centro de Memória do Instituto Butantan. Fundo Afrânio do Amaral. NA/MJL. p. 208.
[160] INSTITUTO BIOLÓGICO (IB). Centro de Comunicação e Transferência do Conhecimento. Museu do Instituto. Biológico/Centro de Memória. São Paulo, 2019, [*on-line*]. Disponível em: http://www.biologico.sp.gov.br/page/quem-somos. Consultado em: 30 jun. 2023.

Figura 2: Estrutura de funcionamento interno



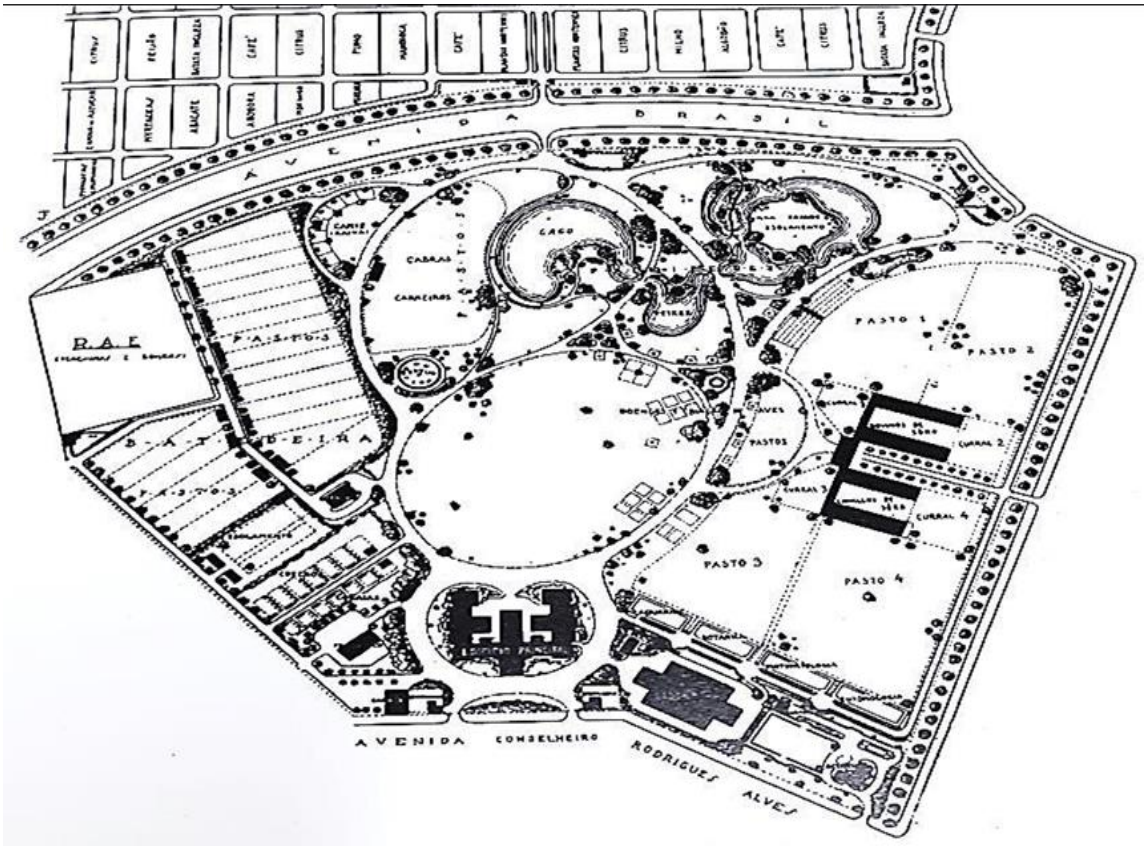
Fonte: REBOUÇAS, Márcia M. *Instituto Biológico: 86 anos inovando o Presente*. São Paulo: Narrativa Um, 2013, p. 22.

O Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal cresceu rapidamente, não tardando o aparecimento de diferenciações nas mais diversas especialidades, inclusive algumas não previstas em sua estrutura inicial, e ganhou mais seis seções. A estrutura de pesquisa ficava agregada aos serviços de aplicação – o de defesa sanitária animal e o de defesa sanitária vegetal (Rebouças *et al.*, 2005, p. 19). Era localizado em um terreno pouco valorizado, foi permutado por outro de propriedade municipal (*Ibidem*).

O complexo doado ao Instituto Biológico ocupava uma vasta área de, aproximadamente, 230.000 metros quadrados e, “esse terreno ia até o hoje Planetário do Parque do Ibirapuera” (Rebouças, p. 19). Vale ressaltar que o Instituto de Defesa Agrícola e Animal só passou a denominar-se Instituto Biológico (IB) em

1937. A imagem a seguir é referente à planta da área, onde funciona o instituto e seus campos de pesquisa:

Figura 3: Planta do terreno e os seus campos de pesquisa agrícola



Fonte: REBOUÇAS, Márcia M. *Instituto Biológico: 90 anos inovando o presente.* São Paulo: Narrativa Um, 2017, p. 10.

A construção do edifício próprio começou em 1928 e o instituto funcionou em vários endereços na cidade de São Paulo, até que todas as seções foram transferidas para o prédio novo na década de 1940. O edifício tem seis pavimentos, 60 metros de frente, 45 metros de fundo e 33 metros de altura, situado à frente de um parque de 332.000m^2 (Rebouças, 2013, p. 23). O nome e a representação de Arthur Neiva passaram a figurar na entrada do edifício, materializados em uma escultura posicionada junto à porta principal. O prédio foi projetado pelo arquiteto Mário Whately, com o estilo art déco, adquirido por meio da concepção artística europeia na década de 1930 (Rebouças, 2006). Apesar da inauguração física tardia em 1945, a estrutura do conjunto condiz com as concepções de ciência do seu

idealizador. Em carta Arthur Neiva escreveu que o instituto seria “testemunha de elevados ideias de ciência e patriotismo”[161].

Na ocasião, Arthur Neiva pôde escrever e trocar informações com outros estabelecimentos nacionais ou estrangeiros, sobre o desenvolvimento da História Natural e Ciências afins desenvolvido no instituto. O novo instituto de ciências paulista passou a ser uma referência aos pesquisadores das áreas da biologia, microbiologia, botânica, zoologia, medicina veterinária, anatomia, química e farmacologia. A boa fama se espalhou rapidamente atraindo milhares de visitantes e especialistas no Instituto Biológico. Também criou a revista “Arquivos do Instituto Biológico”, com a missão de divulgar os trabalhos realizados pelos pesquisadores dessa nova casa de ciência e de outras instituições (Rebouças *et al*., 2005, p. 65).

A correspondência trocada entre Prof. Dr. Gilbert Rahm e Arthur Neiva, exemplifica o estreitamento das relações científicas internacionais durante a gestão de Arthur Neiva. O pesquisador fazia parte do Instituto de Biologia de Santiago, Chile, e era membro do Departamento Nacional de Medicina Experimental. Nesta missiva, Rahm agradeceu o compartilhamento dos Arquivos do Instituto Biológico e objetos de investigação científica, também comentou a respeito do cotidiano da docência na universidade e o desencontro em congresso internacional:

> Saudações a você com muita atenção e parabenizando-o pelo enorme progresso de seu Instituto bem conhecido no mundo científico, agradeço sua carta e os números 2 e 3 de seus “Arquivos” [...]. Ao mesmo tempo, tenho de agradecer a vossa concordância com a republicação dos nematoides encontrados no Brasil e elaborados em seu Instituto. Espero ter mais tempo para trabalhar cientificamente no próximo ano. Neste, naturalmente, a preparação para as aulas e cursos de Biologia Geral, da Faculdade de Medicina desta Universidade me levava o tempo todo. Lamento muito não ter te encontrado no Congresso Internacional de Biologia em Montevidéu. Nas férias, vou ao Estreito de Magalhães em uma excursão científica. Esperando que encontremos muitos nematoides marinhos e de água doce. Atenciosamente a você e seus colaboradores. Colega, Dr. G. Rahm. O.S.B.[162]

Durante a gestão de Arthur Neiva no Instituto Biológico foram realizadas pesquisas ligadas à produção de soros e vacinas; atendimento às normas da vigilância vegetal nos portos de embarque; fiscalização do comércio de carnes e

[161] Carta de Neiva a Manoel Lopes de Oliveira Filho, em 06/11/1929. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/An c 1924.06.06.
[162] Carta de Rahm enviada a Neiva, sem data. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/An c 1924.06.06.

derivados; controle sobre a produção e venda do leite, criando o “leite infantil” produzido em granjas modelos, revendendo a preços mínimos; fungicidas e inseticidas; combate às pragas da lavoura, aconselhando, ensinando e fiscalizando a agricultura e a pecuária. Realizou ainda um trabalho de controle biológico da broca-do-café utilizando a vespa de Uganda, a *Prorops nasuta*, parasita de larvas e pupas de *hypothenemus hampei,* entre os anos de 1928 e 1929[163]. Ainda durante a realização destes trabalhos, Arthur Neiva convidou o pesquisador Henrique da Rocha Lima para fazer parte da instituição, ficando responsável pela direção da Divisão Animal[164]. Ele aceitou e decidiu permanecer definitivamente no país. Nesse mesmo tempo, Rocha Lima também havia recebido um convite de Chagas para trabalhar em Manguinhos (Silva, 2011); apesar das dúvidas, acabou escolhendo desenvolver pesquisas em São Paulo.

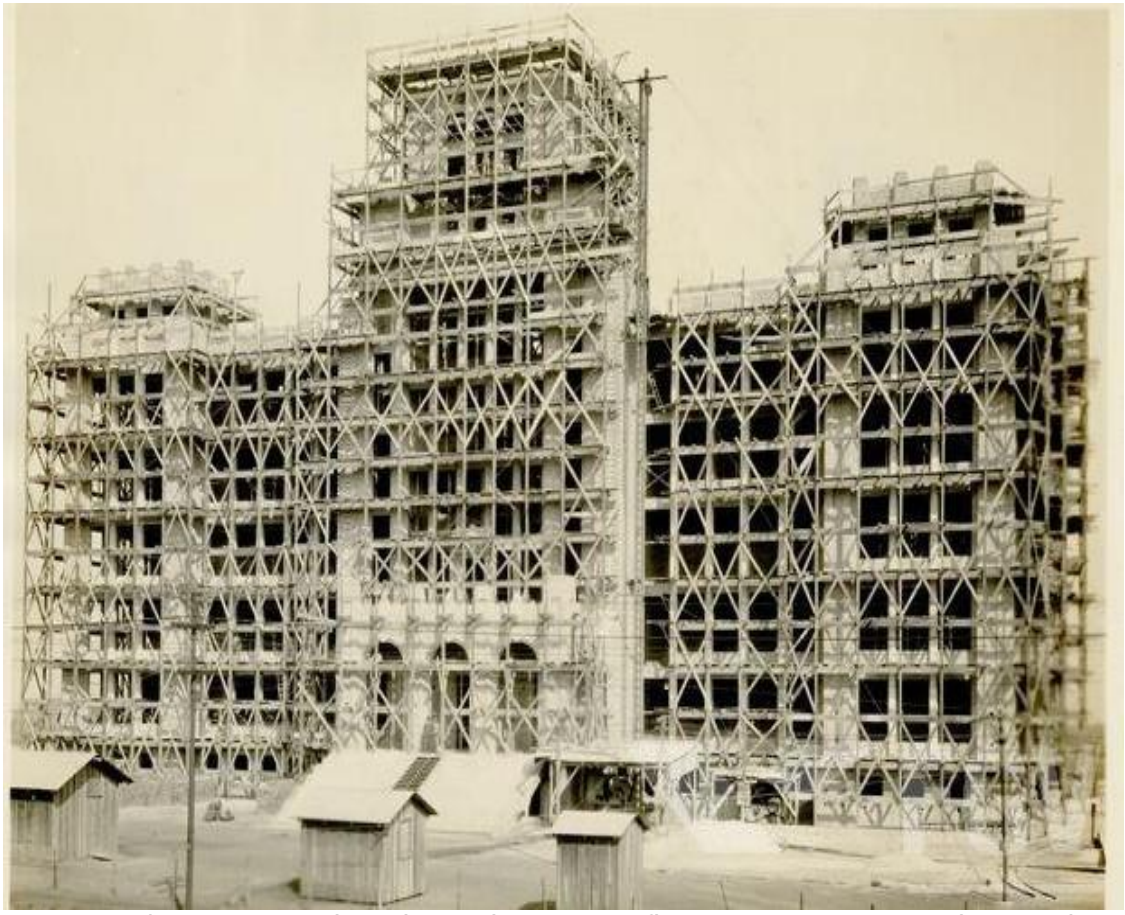
Nas cartas enviadas por Arthur Neiva no final de 1928 e 1929, ele demonstrava preocupações em relação à sua permanência em São Paulo devido ao clima de instabilidade política no estado. Previa que essa conjuntura o impediria de prosseguir com o seu ofício no Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal. Com a mudança no Poder Executivo em 1930, Neiva foi convidado a assumir o cargo de secretário do Interior do estado de São Paulo. Contudo, posteriormente, foi forçado a deixar o estado.

A foto a seguir foi feita neste período de transição de direção do Instituto e de conflitos políticos. Embora não estivesse com a obra finalizada, toda a estrutura da nova instituição estava montada, sobretudo o seu alicerce organizacional idealizado por Neiva:

[163] AGOSTINI, S. D.; REBOUÇAS, M. M.; VITIELLO, N. Café - o sucesso de uma cultura, sua história consolidada. Instituto Biológico. Centro de Comunicação e Transferência do Conhecimento. Centro de Memória do Instituto Biológico [*on-line*]. Disponível: http://www.biologico.sp.gov.br. Consultado em: 30 jun. 2023.

[164] Carta de Arthur Neiva enviada a Rocha Lima, em 29/12/1927. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc. 1910.07.28.

Fotografia 8: Construção do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal



Fonte: FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva: Fotografias. Entre 1928 e ago. de 1930 (Data certa) AN foto 019.

No cenário político de 1930, “os homens de ciências e de letras” passaram a fazer parte do aparato estatal de forma mais ativa, junto a seus projetos de nação que dialogaram, direta ou indiretamente, com a nova concepção de construção do Estado. Propostas políticas começaram a disputar espaço na tentativa de viabilizar a nação imaginada (Miceli, 2001). O vínculo de Arthur Neiva com o interventor do governo Vargas João Alberto e outros tenentes tornaram-no persona *non grata* no território paulista, obrigando o seu afastamento da direção do Instituto Biológico, que passou às mãos de Henrique da Rocha Lima. Este processo de transição de Neiva para a esfera política envolveu intensas negociações. Além disso, a sua substituição por Rocha Lima no Instituto Biológico de Defesa Agrícola deixou abalada a relação profissional entre eles. Neiva só saiu definitivamente do cargo em 1932 e Rocha Lima assumiu oficialmente em janeiro de 1933. As fontes analisadas por Leal (2020) e Silva (2011) indicam que Lima teria denunciado Arthur Neiva às autoridades por

seus vínculos com os tenentes paulistas durante a “Revolução Constitucionalista”. Em carta, Neiva escreveu a Monteiro Lobato sua versão de como havia sido traído e deposto da direção:

> O Rocha Lima, às 8 horas da manhã, tinha ido, isoladamente, ao Quartel-General, levando uma série de produtos do Instituto e que poderiam ser utilizados na campanha, e pondo-se às ordens do mesmo Quartel. Senti imediatamente o que isto representava. Logo no dia seguinte, ao regressar do almoço, encontrei uma carta sobre minha secretaria, dentro do Instituto, colocada para quem conhece meus passos ali e o horário da minha entrada e saída, alguém do Biológico. Mostrei-a Adalberto e ao Plínio Piza, e nesta carta vi a gênese de tudo quanto depois ocorreu inclusive à substituição do diretor do Biológico[165].

O texto da carta de Genésio Pacheco, chefe da seção de bacteriologia do instituto, enviada a Neiva, descreveu todo o clima de tensão no cotidiano de trabalho e a “paz armada” nos laboratórios do Instituto Biológico, representando a hostilidade vivenciada entre os pesquisadores após o afastamento de Arthur Neiva: “Receio que não seja eu a única vítima da insensatez desse homem que nem o superior Oswaldo Cruz conseguiu chamar a si e que hoje sei, e há muito suspeitava, tinha dele queixas amaríssimas”[166]. Apesar do ambiente de trabalho desagradável e dos dilemas pessoais e políticos, Ribeiro (1997) afirma em sua pesquisa que a gestão de Rocha Lima foi marcada como uma fase áurea do Instituto Biológico, responsável por consolidar a instituição no cenário internacional e nacional.

Rocha Lima teria se esforçado para estreitar os vínculos entre o Biológico e Manguinhos, que marcariam a instituição pelos anos seguintes–uma posição contrária ao que Neiva havia idealizado ao criar o órgão científico em São Paulo. Apesar das divergências de personalidades, Neiva e Rocha Lima compartilharam em suas trajetórias estratégias utilizadas para o exercício das atividades científicas, como a construção contínua de uma rede de sociabilidade em âmbito nacional e internacional (Silva, 2011). As ações empreendidas nas carreiras desses cientistas os colocaram na posição de “discípulo de Oswaldo Cruz”.

Arthur Neiva manteve contato com personalidades de diferentes graus de projeção e importância política. Uma rede que foi sendo construída por ele a partir

---

[165] Carta de Neiva a Lobato em 14/08/1934. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ ANc. 18/06/1921.
[166] Carta de Genésio enviada a Neiva, em 22/07/1931. FGV/CPDCOC. Fundo Arthur Neiva/ANc. 1924.06.06.

das ciências e da literatura e pela atuação em favor de projetos institucionais, política e sociais (Leal, 2020). Neiva negociou com diferentes setores da sociedade para se tornar um gestor público. No mesmo sentido, foi possível identificar na trajetória científica de Arthur Neiva, os elos de continuidade entre a Primeira República e o regime que a sucedeu em 1930, representado como a instauração de uma nova ordem política, social e cultural (Fausto, 1997; Oliveira, 2001).

O itinerário do personagem apresentou os elementos significativos do processo de construção da nacionalidade brasileira, tal como a discussão sobre a questão étnica e sobre o papel da saúde, ciência e educação. Assim como contribuiu para as “visões de mundo” dos intelectuais e as propostas de intervenção social para o Brasil. Além disso, apontou reflexões acerca do valor das ciências em nossa cultura, elucidando o significado do papel do intelectual e cientista de seu tempo, a qual pode ser também vista em demais estudos de trajetórias profissionais (Videira, 2003; Benchimol; Sá, 2006; Rangel, 2006; Silva, 2010; Souza, 2011; Barreto, 2012; Cavalcanti, 2013; Pumar, 2018; Carvalho, 2019).

Em suma, neste segundo capítulo, a partir da trajetória de Arthur Neiva foi possível identificar o cenário de transição entre a especialização intelectual e a profissionalização científica no país. Enfatizei aqui as características individuais e oportunidades específicas que fizeram de Arthur Neiva um cientista reconhecido entre os seus pares, gestor público e político. Considero que a elaboração do Código Sanitário Rural, a viagem científica ao Japão, a direção do Museu Nacional, a campanha contra a broca-do-café, a publicação de periódicos e vulgarização científica, a idealização e criação do Instituto Biológico, marcaram a legitimação da atividade científica e o esforço de Neiva na organização de instituições públicas de pesquisa.

As fontes analisadas nesse segundo capítulo reverberam o discurso científico e a multiplicidade de seus usos na primeira metade do século XX. Os assuntos e debates presentes nas correspondências de Arthur Neiva evidenciam sua concepção acerca da ciência e da função do pesquisador no contexto brasileiro. As fontes apresentam ainda diálogos marcados pela crença na construção do progresso na nação, sem deixar de mencionar as dificuldades do trabalho científico

no país. Isto ganhou mais evidência na frase “no Brasil tudo está a se fazer”[167], expressão utilizada por Arthur Neiva para explicar o quanto era imprescindível transformar o país em uma nação viável.

[167] FREIRE, Hilário. A praga do café no estado de São Paulo. Suas origens e seus remédios. Discursos proferidos na Câmara dos deputados. *Prefácio*. São Paulo, 05/11/1928, p. 1. CPDOC. Fundo: Arthur Neiva/ An c 1924.06.06.

4 A MEDIAÇÃO DE ARTHUR NEIVA ENTRE CIÊNCIA E POLÍTICA NA ERA VARGAS

Este capítulo investiga as múltiplas dimensões da atuação política de Arthur Neiva, com ênfase em sua inserção na política partidária durante a Era Vargas e nas articulações que possibilitaram seu retorno ao Instituto Oswaldo Cruz. Reconhecido como sanitarista, gestor público, cientista e intelectual, Neiva tornou-se também um agente político de destaque, ocupando cargos estratégicos em contextos de transição institucional, como a interventoria na Bahia. Sua trajetória apresenta como as fronteiras entre ciência e política foram atravessadas por figuras que atuavam como mediadores entre o saber técnico e o poder público.

Analiso a atuação de Arthur Neiva como deputado federal pelo Partido Social Democrático da Bahia, eleito no contexto após a “Revolução de 1930”, assim como seus posicionamentos diante das transformações políticas do Estado Novo. No parlamento, ele defendeu projetos voltados ao controle da entrada de estrangeiros e ao fortalecimento da educação física como instrumento de regeneração nacional. Durante a sua breve interventoria na Bahia, buscou implantar uma política sanitária nos moldes paulistas e criou o Instituto do Cacau para impulsionar a economia local. Sua trajetória política revela os vínculos de continuidade entre a Primeira República e a nova ordem instaurada em 1930, marcada por reconfigurações institucionais, sociais e culturais.

Arthur Neiva foi um intelectual engajado, que soube articular os seus compromissos científicos a um pragmatismo reformista em sintonia com as disputas políticas e ideológicas da década de 1930. Sua atuação em áreas como saúde, educação e política migratória expressava um projeto de país ancorado na modernização e racionalização científica em consonância com os rumos traçados pelo governo provisório instituído por Getúlio Vargas. As ideias que defendia, como a eugenia, o controle imigratório e a valorização da técnica, apresentam o esforço em traduzir saberes científicos em ações de Estado. Ao lado de outros intelectuais de sua geração, Neiva assumiu posições estratégicas no interior da máquina pública, contando com redes de sociabilidade que ampliaram sua influência.

Sua trajetória permite compreender o papel do cientista na política partidária, especialmente a partir da década de 1930, quando passaram a ocupar funções

administrativas no aparelho do Estado e a articular saberes especializados à gestão pública. Esses atores se engajaram na construção da identidade nacional, buscando responder a questões como: o que era o Brasil e quem era o brasileiro, reflexão que atravessou as décadas de 1930 e 1940. No caso de Neiva, essas formulações estavam fortemente marcadas pelos ideais de paulistanidade, conforme a sua afirmação de que, se dependesse dele, São Paulo dirigiria o Brasil durante cinquenta anos[168].

4.1 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE ARTHUR NEIVA EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO POLÍTICA: OS DESAFIOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS PÓS-1929 E A "REVOLUÇÃO DE 1930"

No final da Primeira República, o Partido Republicano Paulista (PRP) enfrentou um processo crescente de isolamento político, provocado pela desarticulação das alianças tradicionais que sustentavam o regime. Contra ele formou-se uma ampla frente de oposição, composta por diferentes setores da sociedade brasileira, como a elite urbana de São Paulo, organizada desde 1926 no Partido Democrático, as camadas médias, os militares ligados ao movimento tenentista e as oligarquias dissidentes de diversos estados, inclusive Minas Gerais, que até então participava do pacto político dominante[169]. O rompimento desse equilíbrio ficou evidente no conflito entre Antônio Carlos e Washington Luís, o que abriu espaço para a candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal. Apesar de se apresentarem como liberais, os aliancistas estavam majoritariamente vinculados às mesmas estruturas políticas conservadoras, o que demonstra que sua mobilização não tinha como objetivo uma transformação profunda da ordem vigente, mas sim uma reação ao desgaste do governo federal.

A crise econômica gerada pela quebra da Bolsa de 1929 acentuou ainda mais as tensões internas, especialmente devido à decisão de Washington Luís de priorizar seu programa de estabilização financeira, mesmo que isso significasse abandonar as políticas de valorização do café, aprofundando o descontentamento das elites cafeeiras. Dessa forma, a formação da Aliança Liberal expressou,

[168] Carta de Neiva a Lobato, de 11/06/1935. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921: "Dependesse de mim, é São Paulo que dirigia o Brasil durante 50 anos".
[169] FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930:* historiografia e história. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

sobretudo, uma convergência de insatisfações econômicas, políticas e regionais contra o governo. Como destaca Barbosa Lima (1983), o sentimento regionalista, alimentado pelo desequilíbrio federativo e pela concentração de poder em alguns estados em detrimento de outros, foi um elemento decisivo tanto para a eclosão da crise quanto para a vitória da “Revolução de 1930”.

É válido frisar que adoção do termo “Revolução de 1930” nesta tese é feita de modo consciente, considerando tanto sua densa carga conceitual quanto seu inevitável lastro narrativo.

Ainda que consolidada no vocabulário historiográfico para descrever o colapso do regime oligárquico da Primeira República, a expressão deve ser problematizada e interpretada menos como um reflexo objetivo da realidade histórica e mais como um artefato discursivo[170], forjado pelos próprios agentes vitoriosos para legitimar a nova ordem que emergiu sob a liderança de Getúlio Vargas. Conforme demonstra Fausto (2006), mesmo que o evento tenha reconfigurado o cenário político nacional, é imperativo distinguir tal reconfiguração de uma transformação revolucionária substantiva. Na interpretação de Fausto, as mudanças nas estruturas social e econômica foram notavelmente mais graduais e limitadas do que a concepção clássica de “revolução” pressuporia, configurando, na prática, um “estado de compromisso” de bases conservadoras. Nesta mesma linha analítica, Gonçalves (2021) sublinha que a oscilação terminológica entre “golpe” e “revolução” está longe de ser ingênua, uma vez que está profundamente imbricada em disputas narrativas que manifestam valores, contextos ideológicos e projetos de poder antagônicos[171]. A utilização do conceito de “revolução” neste trabalho implica reconhecer sua eficácia simbólica e sua força na memória histórica, sem, contudo, abrir mão de uma crítica rigorosa que exponha seu caráter seletivo e as profundas continuidades por ele soterradas[172].

Nas palavras de Fausto (2006), o período que antecedeu a “Revolução de 1930” foi marcado por intensa efervescência ideológica, sinalizando o esgotamento do projeto da Primeira República e sua crescente desconexão com as demandas sociais emergentes. A crise do liberalismo econômico, agravada pela depressão

[170] Ver mais: DECCA, Edgar de. *1930:* o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 2004.
[171] Ver: GONÇALVES, Letícia. *Golpe ou revolução? Momentos de crise do Brasil República:* Uma análise sobre a “Era Vargas” (1930-1945). Trabalho de conclusão de curso (Monografia). Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2021.
[172]

financeira global, criou um terreno fértil para a busca de novos paradigmas políticos e alternativas à ordem vigente.

A crise econômica e política, que afetou tanto o Brasil quanto outros países e foi intensificada pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, levou Arthur Neiva, Monteiro Lobato e Edmundo Navarro de Andrade a buscarem novas oportunidades de investimento. Eles começaram a considerar a produção de laranjas como uma alternativa promissora para o momento (Leal, 2020). Monteiro Lobato, em particular, estava preocupado com o risco de o Brasil perder sua posição dominante no mercado de café, que era o principal motor da economia. Em concordância, Neiva acreditava no potencial do investimento na produção de laranjas como solução para enfrentar a crise que se aproximava no país.

A correspondência de Arthur Neiva a Bernardino José de Souza [173], de 30 de outubro de 1929, aponta indícios sobre os impactos da crise econômica no Brasil, especialmente no setor cafeeiro. Neiva observou que o café, até então principal sustentáculo da economia nacional, começava a sentir os efeitos da queda de preços e da retração da demanda internacional. Ele discutiu a busca por alternativas econômicas, entre as quais o cultivo da laranja surgia como uma possibilidade promissora. A carta revelou seu projeto de assegurar estabilidade financeira para sua família. Neiva detalhou ainda sua sociedade com Navarro de Andrade, que tinha como objetivo a formação de um grande viveiro de laranjas, representando uma aposta na diversificação produtiva em meio à crise[174].

Nessa conjuntura, Neiva tinha receio de não alcançar o seu tão esperado reconhecimento como pesquisador e gestor científico. Então, ele decidiu ampliar suas possibilidades em meio às transformações sociopolíticas e buscou por um novo

[173] Bernardino de Souza formou-se em Direito em 1904, mas construiu sua trajetória principalmente como professor e intelectual. Lecionou em diversos colégios e na Faculdade de Direito da Bahia, onde também atuou como catedrático e diretor. Foi deputado estadual (1906-1908) e, em 1931, ocupou secretarias no governo de Arthur Neiva. Teve papel central em iniciativas culturais, como a reconstrução da sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, entidade da qual foi secretário (1911-1934) e editor por mais de duas décadas. Publicou artigos sobre história, literatura, geografia e direito em periódicos como a Revista da Faculdade de Direito da Bahia, Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Revista Lítero-Científica da Bahia, Via Láctea, Diário da Bahia, Diário Oficial, Correio da Manhã e Jornal de Notícias, onde assinava as colunas “Pelo mundo” e “Leituras geográficas”, incluindo uma série dedicada à “Carta Geográfica da Bahia”. Ver mais: BIBLIOTECA VIRTUAL CONSUELO PONDE. Bernardino de Souza. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2024. Disponível em: http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/2024/08/14/bernardino-de-souza/. Consultado em: 26 jun. 2025. Nas correspondências trocadas entre Neiva e Bernardino, é possível notar que Neiva se refere a ele pelo apelido “Barthô”.

[174] Carta de Lobato a Neiva em New York, 5 de dezembro de 1928. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921: “Parabéns pela sociedade com o Navarro nas laranjas. Vão fazer um excelente negócio”.

investimento. Em suas palavras, foi necessário avaliar a situação econômica com “os olhos bem brasileiros ou com mais exatidão”. Tal argumento foi expresso no fragmento a seguir, quando Neiva comentou a enorme distância entre ciência e educação no cotidiano da população brasileira, o que gera incompreensão e dúvidas da nação acerca da função e valor do cientista, ainda mais em contexto de instabilidade econômica, conflitos e incertezas na esfera nacional e internacional:

> Engana-se redondamente, no entanto, quando julga que com a educação lhes preparará seguro o elemento de vida. Que grande engano meu caro Bernardino; passe os olhos pelas casas de brasileiros que têm biblioteca, 99% delas são pobres. Alguém, hoje deputado por S. Paulo e argentário conhecido, me disse uma vez, quando me surpreendeu absorvido na leitura de um livro: “Dr. Neiva, não leia, no Brasil o tempo gasto na leitura é tempo perdido para se fazer bons negócios”[175].

A análise da fonte realça o ceticismo de Neiva em relação à viabilidade de consolidar uma carreira dedicada à pesquisa científica no Brasil, expressão das dificuldades enfrentadas por intelectuais e cientistas diante dos desafios impostos pelas transformações políticas e institucionais no contexto de transição da Primeira República para a Era Vargas. A ascensão de um Estado forte, centralizador e nacionalista, nesse período, redefiniu profundamente as relações entre governo, sociedade e produção de conhecimento.

Nesse cenário marcado pelo anseio de redefinir o país, Getúlio Vargas assumiu a presidência provisória da República no final de 1930. Ele dissolveu o Congresso Nacional, nomeou interventores nos estados e concentrou poderes, instaurando um regime sem restrições constitucionais (Fausto, 2006). Seu governo adotou um modelo intervencionista e corporativista, que organizava a sociedade não mais com base nos direitos individuais, como na democracia liberal, mas segundo a lógica de grupos profissionais e econômicos. Com a crescente burocratização estatal, diversos intelectuais passaram a integrar o aparato público, alinhando seus projetos de nação às novas concepções de Estado que emergiam no cenário pós-1930.

Diferentes propostas políticas passaram a disputar espaço na formulação de modelos para viabilizar a nação imaginada. A política social ganhou contornos mais

[175] Carta de Neiva a Bernardino, em 30/10/1929. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ANc 1929.02.09.

definidos, especialmente nas áreas de educação, economia e saúde.[176] Como destaca Gomes (2005), o fortalecimento do Estado interventor esteve diretamente ligado à consolidação de um projeto político que via a regulação das relações de trabalho, a institucionalização de direitos sociais e a criação de mecanismos de proteção social como elementos centrais na construção de uma nova ordem nacional.

Arthur Neiva experimentou de forma intensa o desgaste físico e emocional decorrente das transformações em sua vida profissional ao longo desse período. Ele protagonizou um processo de transição marcado por múltiplas funções: tornou-se uma figura pública, atuando como investidor no setor citrícola, gestor administrativo, redator e editor, interventor estadual e deputado federal, tudo isso em menos de uma década, durante os governos Provisório, Constitucional e Estado Novo. Suas diversas iniciativas demonstram um esforço deliberado de alcançar estabilidade e autonomia financeira em uma década atravessada por transformações estruturais e intervenções estatais. Essa trajetória evidencia a sobreposição de diferentes dimensões, questões econômicas, lealdades políticas e ambições profissionais, que, embora interligadas, mantiveram-se em constante tensão.

Na posição de cientista, Arthur Neiva percebeu as implicações políticas da intensificação da intervenção estatal e reconheceu a necessidade de se adaptar às novas exigências da conjuntura. Sua trajetória demonstra como os intelectuais e cientistas não atuavam de forma isolada, mas estavam profundamente inseridos nas dinâmicas de transformação social e política do país. Durante as décadas de 1920 e 1930, observa-se um movimento crescente de incorporação de intelectuais técnicos às estruturas estatais, num processo mais amplo de redefinição do papel da ciência na construção do projeto de nação.

Os cientistas passaram a ter um papel central na mediação entre o saber técnico e o poder político, já que suas atividades eram usadas como ferramentas de controle social, organização territorial e intervenção sobre corpos e espaços, principalmente nas áreas de saúde pública e educação. Essa atuação acontece num contexto em que a especialização científica se firma como um instrumento essencial para a modernização das instituições. Duarte (2010) destaca que, ao assumirem

[176] Ver mais: MEDEIROS, Marcelo. *A trajetória do welfare state no Brasil:* papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília: Ipea, 2001.
SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça:* A política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

uma postura engajada, os cientistas passaram a influenciar diretamente a formulação de políticas públicas, dialogando com os projetos políticos da Era Vargas. O saber técnico passou a legitimar e fortalecer um Estado centralizado e interventor. Essa estreita relação entre ciência e política esteve ainda mais evidente durante o governo Vargas, quando Arthur Neiva ocupou diversos cargos político-administrativos. Essas posições lhe permitiram atuar em diferentes níveis do Estado, consolidando seu papel como mediador e organizador de instituições públicas.

4.1.1 **Mediação, crise e poder: a atuação de Arthur Neiva no limiar do Estado varguista**

> Minha vida continua sendo torvelinho de costume e cada vez acho o tempo mais escasso. Deve saber, por experiência própria, o quanto de energia se perde e se dissemina, quando se deseja organizar qualquer coisa[177].

A expressão “minha vida continua sendo torvelinho” evidencia, de forma metafórica, a percepção de Neiva sobre sua própria rotina: um redemoinho de caos, turbulência e desordem. Em outra carta, de 15 de janeiro de 1929, enviada a Bernardino, Neiva descreve os desgastes provocados pelo trabalho de organização institucional em São Paulo, no contexto de uma conjuntura de crise. O aspecto pessoal da missiva mostra o impacto emocional desse processo. Importante destacar que a amizade entre Neiva e Bernardino era marcada por uma afetividade peculiar, já que este o enxergava para além dos títulos acadêmicos e do prestígio social. Esse vínculo próximo transparece em outras correspondências, quando Bernardino o chama de “caboclo velho”, o que não é visto em cartas com nenhum outro amigo de sua rede de sociabilidade.

Na correspondência de Neiva a Bernardino enviada em 30 de outubro de 1929, ele frisa o seu receio com o futuro da nação devido ao fato de o estado de São Paulo ser o epicentro da desestabilidade política: “Não sei o que será o dia de amanhã para o Biológico e para tudo mais. Estamos passando dias terríveis, e no meu conceito, S. Paulo tem agora sua semana do Marne, como os franceses a sentiram nos trágicos dias de 1914”[178]. O seu pensamento é tão catastrófico que

[177] Carta de Neiva a Bernardino, em 01/06/1929. FGV/ CPDOC.Fundo Arthur Neiva/ANc 1929.02.09.
[178] Carta de Neiva a Bernardino, em 30/10/1929.FGV/CPDOC.Fundo Arthur Neiva/ANc 1929.02.09.

compara o cenário paulista a um evento[179] crucial da Primeira Guerra Mundial, ocorrido de 6 a 12 de setembro de 1914. Por meio dessa analogia, Neiva interpretou os efeitos da “Revolução de 1930” como uma ruptura que impulsionaria de vez a transformação do Brasil. E, naturalmente, demonstrava angústia em vivenciar essa fase de tanta insegurança, refletida em suas perspectivas profissionais e das instituições com as quais estava envolvido.

No que se refere à crise de 1929 e seus impactos em São Paulo, Ribeiro (1991) explicita que o Instituto Biológico desempenhou um papel estratégico no enfrentamento dos desafios impostos ao setor agrícola. Naquele ano, a seção de Fitopatologia da instituição registrou que metade das 101 consultas realizadas por lavradores dizia respeito a problemas com culturas de cítricos, evidenciando não apenas a expansão dessa lavoura no estado, mas também a crescente demanda por assistência especializada[180]. Observa, ainda, que períodos de crise, como o de 1929, intensificaram a busca por soluções científicas para questões agrícolas, o que contribuiu para consolidar o Instituto Biológico como um agente central na defesa e modernização da agricultura paulista.

Entre 1929 e 1930, a trajetória de Arthur Neiva passou por uma reviravolta em sua carreira. Até então ligado às atividades científicas, Neiva foi surpreendido pelos desdobramentos da “Revolução de 1930” e, a partir dela, acabou sendo convocado para atuar na administração pública, assumindo o cargo de Secretário do Interior do governo paulista. Essa mudança na trajetória de Neiva ocorreu em um contexto marcado pela ascensão de lideranças militares e civis que definiram os rumos da “Revolução”, entre as quais destacou-se João Alberto Lins de Barros.

João Alberto figurou como uma das principais lideranças do movimento tenentista e consolidou-se como aliado estratégico de Getúlio Vargas. Sua notoriedade nacional remonta à década de 1920, período em que participou das mobilizações contra o fechamento do Clube Militar no Rio de Janeiro e da resistência à posse presidencial de Artur Bernardes[181]. Em 5 de julho de 1922, integrou a conspiração que culminou no levante militar conhecido como “Revolta dos

[179] Representou uma tática de batalhas para interromper o avanço das ideias alemãs na França, mudando o curso da guerra.
[180] Ver mais: INSTITUTO BIOLÓGICO. *Instituto Biológico 90 anos:* inovando o presente. São Paulo: Instituto Biológico, 2017. Disponível em: https://biologico.agricultura.sp.gov.br/uploads/files/pdf/livro-90anos-IB/livro_90anos_IB.pdf. Consultado em: 15 ago. 2025.
[181] CPDOC/FGV. ALBERTO, João. Verbete da primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, Fundação Getúlio Vargas,. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica. Consultado em: 22 jun. 2025

18 do Forte de Copacabana", evento rapidamente reprimido que resultou em seu confinamento na Fortaleza de Santa Cruz. Durante esse período, João Alberto estabeleceu contatos com oficiais como o tenente Juarez Távora, líder do tenentismo, e com jovens oficiais revolucionários como Juracy Magalhães, consolidando sua inserção na rede de mobilização militar que viria a influenciar decisivamente a política brasileira[182].

No desenrolar da "Revolução de 1930", João Alberto atuou como representante direto de Vargas, sendo enviado à capital paulista para preparar a chegada do chefe revolucionário e promover a reorganização do poder estadual. Nomeado interventor federal em São Paulo após a ascensão de Vargas à presidência, sua atuação esteve imersa no núcleo conhecido como "Gabinete Negro"[183], grupo político-militar que assessorava Vargas no Palácio do Catete e influenciava fortemente as nomeações nos governos estaduais. Este núcleo, que incluía figuras como Oswaldo Aranha, Góis Monteiro e Juarez Távora, defendia uma linha centralizadora e autoritária para o Estado brasileiro[184]. Sob a intervenção de João Alberto, foi formada uma nova administração estadual que visava consolidar o projeto de modernização e controle político imposto pela "Revolução".

João Alberto indicou Arthur Neiva para o cargo de secretário do Interior do Estado de São Paulo em 5 de dezembro de 1930. A nomeação de Neiva refletiu não apenas sua qualificação técnica, mas sobretudo seu alinhamento político-ideológico com o projeto centralizador e modernizador do governo Vargas. Essa escolha representou o papel crescente dos intelectuais técnicos na estrutura estatal da Era Vargas, especialmente na articulação entre as demandas políticas e as estratégias para a consolidação do novo regime (Skidmore, 1986; Fonseca, 2007). A relação entre João Alberto e Neiva, portanto, insere-se no processo mais amplo de recomposição do Estado brasileiro, em que militares e técnicos colaboraram para a

---

[182] *Ibidem.*

[183] Essa expressão "Gabinete Negro" foi utilizada por opositores políticos de Vargas, como José Joaquim Seabra e Otávio Mangabeira, para criticar a tentativa de composição de um "Ministério da Concentração", proposta apresentada por Raul Pilla durante os debates constituintes de 1933-1934. A ideia era reunir membros da maioria e da minoria parlamentar em um mesmo gabinete, como estratégia de unificação e estabilidade política. No entanto, para os liberais baianos, a proposta representava uma forma de cooptação e apagamento da oposição, sendo denunciada como ameaça à autonomia dos partidos e à transparência da vida pública (Batista, 2018, p. 278-280; Ferreira; Gomes *et al.,* 1980. p. 115-117).

[184] Ver mais: BATISTA, Eliana Evangelista. *A Bahia para os baianos:* acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930-1937). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

construção de uma nova ordem política. Ainda assim, naquele momento, a nomeação trouxe limitações importantes à dedicação de Neiva à sua carreira científica.

Em carta datada de 3 de janeiro de 1931, enviado ao Prof. Dr. Gilbert Rahm, do Instituto de Biologia do Chile, Neiva explica sua ausência no Congresso de Montevidéu. Embora o documento não especifique o tema do evento, presume-se, com base nos trabalhos publicados por Rahm que estivesse relacionado à zoologia[185]. Neiva justifica sua ausência alegando que a nomeação para um cargo político inviabilizou a continuidade de seus compromissos científicos. A missiva descreve a tensão entre o desejo de Neiva de se manter ativo em suas atividades científicas e as exigências da nova posição política que assumira, expressando uma fase transitória em sua trajetória, durante a qual seu trabalho acadêmico foi significativamente afetado. No texto, a escolha de termos como “prejudicada” e “revolução” confere o impacto pessoal e a incerteza em relação ao futuro de sua carreira:

> Não pude comparecer ao Congresso de Montevidéu. Agora, a minha vida científica está um pouco prejudicada, porquanto, em consequência da revolução, fui convidado para Secretário do Interior do Governo de S. Paulo, e não sei por quanto tempo aqui estarei. Com votos de feliz ano novo, aqui fica o colega, amigo e obrigado[186].

O conteúdo da carta aponta como as transformações políticas do início da década de 1930 impactaram diretamente a trajetória de Arthur Neiva. Tal fenômeno não foi isolado; como observa Moura (2016), muitos cientistas desse período migraram para funções na administração pública, configurando o perfil do denominado “cientista-burocrata”, profissionais que buscavam no Estado uma via para viabilizar projetos científicos e educacionais.

No caso de Neiva, essa adesão à vida política representou não apenas uma ruptura temporária com a prática científica, mas também uma aposta na possibilidade de articular ambas as esferas, sobretudo por meio da criação de

---

[185] RAHM, O. S. B. G. *Alguns nematóides parasitas e semiparasitas das plantas culturais do Brasil.* Arquivos do Instituto Biológico, São Paulo, v. 1. p. 239-252, 1928.
RAHM, O. S. B. G. *Nematóides parasitas e semiparasitas de diversas plantas culturais do Brasil*. Arquivos do Instituto Biológico, São Paulo, v. 2. p. 67-136, 1929.
GROTHMAN, Gary T.; JOHANSSON, Carl; CHILTON, Glen; KAGOSHIMA, Hiroshi; TSUJIMOTO, Megumu; SUZUKI, Atsushi C. *Gilbert Rahm and the status of Mesotardigrada Rahm*, 1937. Zoological Science, Tokyo, v. 34, n. 1, p. 5-10, fev. 2017. DOI: 10.2108/zs160109.

[186] Carta de Neiva a Rahm, em 03/01/1931. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/AN c 1931.02.01.

instituições, da formulação de políticas públicas e do fortalecimento da pesquisa científica no país. Contudo, essas expectativas esbarraram em obstáculos significativos, diante dos desdobramentos imprevisíveis da “Revolução de 1930” e dos conflitos que se sucederam, em especial nos estados de São Paulo e da Bahia, onde Neiva exerceu funções políticas. Sua experiência nesse período demonstra que a incorporação de cientistas à burocracia estatal não se deu de maneira linear nem isenta de tensões, sobretudo em um contexto de instabilidade institucional e redefinição dos papéis sociais e profissionais (Skidmore, 1986; Fonseca, 2007).

A trajetória de Arthur Neiva evidencia seu papel como um intelectual que transita entre os domínios da ciência, da política e da administração pública. Sua atuação não se restringiu à produção científica, mas esteve vinculada a um projeto mais amplo de construção institucional e modernização do Estado brasileiro, particularmente no contexto após 1930. A decisão de assumir o cargo de Secretário do Interior de São Paulo não representou um rompimento com sua identidade científica, mas uma ampliação de sua esfera de atuação, de acordo com a lógica de um período em que a ciência era concebida como instrumento de transformação social e intervenção no espaço público.

Essa leitura está em consonância com a historiografia das ciências no Brasil, que destaca como, desde o início do século XX, médicos, sanitaristas e cientistas participaram ativamente da formulação de políticas públicas, da criação de instituições e da consolidação de uma burocracia técnica capaz de sustentar os projetos estatais. Durante a Era Vargas, Neiva se insere na categoria de “cientista-burocrata”, atuando na interface entre a produção de saberes e a gestão pública. Sua trajetória foi sustentada pela crença de que a racionalidade científica poderia servir como princípio organizador tanto da sociedade quanto do Estado. Essa perspectiva encontra ressonância na categoria de cientista mobilizada por Casazza (2017), que, a partir de um estudo de trajetória do botânico Paulo Campos[187], analisa a profissionalização da ciência e conservacionismo, a relação entre ciência e Estado e os processos de tecnocratização durante a Era Vargas.

Da mesma forma, identifico Arthur Neiva como um intelectual-mediador, visto que atuou em espaços situados entre a produção científica e a difusão de saberes

187 Ver mais: CASAZZA, Ingrid Fonseca. *Proteção do patrimônio natural brasileiro:* ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro. 2017.

junto à esfera pública e política ao longo de toda trajetória profissional. Sua participação em campanhas científicas de campo, sua atuação institucional no Instituto Oswaldo Cruz, em publicações de artigos, revistas e livros, bem como sua inserção em redes políticas e acadêmicas em âmbito nacional e internacional. A partir desse processo, ele produziu novos sentidos ao conhecimento por quatro décadas. É oportuno salientar que a inclusão de intelectuais no interior do governo, com diferentes orientações e áreas de atuação, possibilitou uma aproximação entre as lideranças intelectuais e o poder estatal, ampliando a capacidade do Estado brasileiro de intervir na sociedade. Velloso (2003) profere que ao longo da história brasileira, em momentos decisivos, tem sido comum que as elites intelectuais desempenhem um papel ativo na esfera política[188].

4.1.2 **A interventoria de Arthur Neiva em São Paulo e o Departamento de Educação Física (DEF-SP)**

A “Revolução de 1930” representou um momento decisivo na transição do sistema político brasileiro, encerrando o longo ciclo de hegemonia oligárquica que vigorou durante a Primeira República. O período foi marcado por uma crise multifacetada, resultante da crescente insatisfação das camadas médias urbanas, mobilizações militares, movimentos operários e tensões federativas, que expuseram as limitações e fragilidades do modelo político vigente (Tavares, 1973). Em resposta a esse cenário, o governo provisório de Getúlio Vargas implementou um modelo de centralização do poder por meio da nomeação de interventores federais, que buscavam reconfigurar as relações entre o Estado central e as administrações estaduais. A referida estratégia encontrou resistência significativa em diversos estados, refletindo os conflitos que permeavam a consolidação da nova ordem política (Skidmore, 1986; Tavares, 1973).

Nesse período marcado por disputas em torno da redefinição dos projetos de modernização do país, da reorganização da saúde pública e da consolidação das ciências, Neiva ocupou uma posição central, inseriu-se ativamente nas dinâmicas em curso, assumindo funções estratégicas e posicionamentos que evidenciam seu

[188] Ver mais: VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano* (vol. 2). O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

envolvimento nas tensões entre tradição e inovação, bem como entre centralização do poder e autonomia regional. Nesse quadro, é possível identificar os processos concretos nos quais estava inserido, os espaços que transitou, os discursos que articulou e as redes que mobilizou. Essa perspectiva permite apreender, com maior profundidade, o papel de mediador desempenhado por Neiva na construção de um novo arranjo institucional e intelectual no Brasil de 1930. A carta de Bernardino a Neiva em 04 de janeiro de 1931, demonstra surpresa de seu amigo ao ter ciência de seu ingresso na política partidária:

> Francamente, meu Neiva, causou-me espanto a sua investidura na secretaria do interior de São Paulo. Você é tão arredado da política, cujas ideias conheci e admiro de sobra, de repente […] na alta administração de São Paulo: sinceramente, não pude entender [...] Penso, meu grande amigo, que estamos à beira de um abismo[189].

A carta de Bernardino a Arthur Neiva demonstra o estranhamento do amigo diante de sua nomeação para a Secretaria do Interior de São Paulo. A surpresa decorre do fato de Neiva ser reconhecido por seu afastamento da política partidária tradicional[190] e por uma trajetória vinculada à ciência, à administração técnica e à atuação pública. Embora o declare admirar suas novas ideias, Bernardino manifesta inquietação com a entrada de Neiva na "alta administração". O texto da carta dialoga com a emergência de um novo tipo de engajamento público, mais técnico e reformista, que tensionava os limites da política *stricto sensu*, tradicionalmente marcada por partidos, grupos e alianças, diante do surgimento de novos atores e formas de ação política no Brasil desse período. Esse momento indica a formação de novos posicionamentos entre cientistas e intelectuais. Ao analisar os efeitos da "Revolução de 1930", Bernardino interpreta a situação como um verdadeiro abismo e lamenta a ausência de uma liderança capaz de superar a crise política e econômica.

A respeito da fase de ingresso de Neiva na política partidária, a matéria intitulada "A recomposição do governo paulista, palavras serenas do Sr. Assis Brasil" publicada no jornal *A Noite* aborda a fase de transição e de troca de grupos políticos no estado de São Paulo:

---

[189] Carta de Bernardino a Neiva, em 04/01/1931. CPDOC. Fundo Arthur Neiva/AN c 1931.02.01.
[190] O próprio Neiva em carta tinha declarado que não tinha ambições políticas até 1930: "Veja V. até onde o amor da Pátria pode conduzir um homem que tinha fobia à política". Carta de Neiva a Biglieri, em 19/03/1943. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 43.03.14.

Confirmaram-se plenamente as notícias que nos enviou o nosso correspondente em São Paulo e publicadas em nossa segunda edição de ontem referentes a modificações na Junta Governativa de São Paulo. Essas modificações foram totais, pois apresentaram o seu pedido de demissão ao interventor federal, que os aceitou, todos os secretários do estado, com exceção solitária do Sr. Erasmo Assumpção. Afastaram-se, pois, do governo paulista, os Srs. José Carlos Macedo Soares, Plinio Barreto e Francisco Monlevaller, bem como o prefeito da capital, Sr. Cardoso de Mello Netto, e o chefe de polícia, Dr. Vicente Ráo. O interventor João Alberto recompôs o governo do seguinte modo: Dr. Arthur Neiva, interior; Erasmo Assumpção, Fazenda; Lauro Ferreira de Camargo, Justiça; Oscar Machado, viação; Edmundo Navarro de Andrade, Agricultura; Luiz Anhaia Mello, Prefeitura; general Miguel costa, Segurança Pública. Acredita-se que o caso paulista venha a repercutir no governo federal falando-se de compromissos existentes entre os libertadores gaúchos e os democráticos de São Paulo.[191]

Neiva foi exonerado do cargo meses depois, em 11 de fevereiro de 1931 e afastado do Instituto Biológico para assumir o cargo de interventor na Bahia, seu estado natal. Durante o seu período de atuação na Secretaria do Interior no estado de São Paulo[192], Neiva criou a Organização Municipal e nomeou prefeitos para os 261 municípios, incluindo as prefeituras sanitárias. Ele enfatizou o trabalho de pesquisa, estatística e avaliação sobre os recursos disponíveis nos municípios. Em suas palavras, o seu trabalho foi uma tarefa de “renovação da nação”, o que indica o seu anseio por mudanças buscadas via administração pública: “Fez-se também uma estatística rápida dos elementos do trabalho de que os municípios dispõem e por onde as pode aquilatar da grandeza de São Paulo [...]. O trabalho relativo às municipalidades foi dos mais difíceis, pois se tratava, sem nenhum exagero, de renovar uma nação[193].

Foi um trabalho executado com ênfase na racionalização da estrutura municipal e no controle das finanças locais. Alinhado a uma perspectiva tecnicista, Neiva valorizou a iniciativa de sistematizar os dados orçamentários de todos os municípios paulistas, com o objetivo de construir uma base estatística que

[191] Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. A recomposição do governo paulista, palavras serenas do Sr. Assis Brasil. *A Noite*, em 04/12/1930. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Consultado em: 28 ago. 2024.
[192] Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. *Diário Nacional*, em 14/02/1931. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Consultado em: 28 ago. 2024.
[193] *Ibidem*.

orientasse políticas públicas de acordo com as demandas específicas de cada localidade.

Neiva esteve à frente ainda da organização de uma comissão encarregada de delinear as diretrizes do recém-criado Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, liderado por João Alberto. Na composição da comissão estavam os membros e figuras destacadas da elite econômica, política e esportiva paulista, como Américo R. Netto, Francisco Figueira de Mello, Benjamin Alves Ribeiro, Erasmo de Assumpção Junior, Jorge Martins Rodrigues, Manuel Carlos Aranha e o engenheiro Antônio Smith Bayma. A ausência de educadores e especialistas em educação física infantil evidencia uma concepção tecnocrática e excludente da política educacional voltada ao corpo, como analisado por Gomes e Dalben (2011).

A criação do Departamento de Educação Física em São Paulo, durante a interventoria de Neiva foi marcada por uma visão de modernização que articulava saúde, civismo e produtividade. Contudo, sua implementação não ocorreu sem resistência. Parte da elite política paulista questionava a centralização de tais políticas e sua vinculação direta ao interventor. Essa tensão entre inovação institucional e controle político reflete os limites da ação de Neiva sendo agente técnico em um cenário de constante negociação partidária. Ele também implementou o Serviço de Assistência aos Psicopatas e reestruturou o Instituto Bacteriológico de São Paulo, fechado desde 1925 (Borgmeier, 1940; Lima, 1943; Rezende, 2009).

À frente do DEF-SP, Neiva almejava posicionar São Paulo como referência nacional no desenvolvimento esportivo. A metáfora da “locomotiva” paulista[194], que puxava os demais “vagões” da economia brasileira, simbolizava seu desejo de transformar o departamento em um modelo exemplar para o restante do país. Tal concepção estava ancorada em uma ideia de superioridade paulista, fundamentada na suposta tenacidade e capacidade organizacional ímpares de seus habitantes.

A criação do primeiro órgão oficial de educação física em 1931 não deve ser vista apenas no contexto político da ascensão de Vargas ao poder. Essa fundação também refletia debates e tensões dentro dos campos esportivo e intelectual de São Paulo, associados a disputas sobre a identidade nacional. Os intelectuais paulistas e

[194] “São Paulo é a locomotiva que arrasta vinte vagões, constituídos pelos estados, e cujos passageiros bramam e reclamam da máquina, quando esta solicita dos poderes combustíveis para arrastar o trem pesadíssimo que ela, a arfar, vai puxando em rampa forte” (Borgmeier, 1940, p. 74).

as políticas governamentais na saúde, educação e esporte buscavam criar uma identidade regional que pudesse servir de exemplo para o restante do país (*Ibidem*). Sua fundação resultou de debates, tanto a nível estadual quanto nacional, sobre a necessidade de regulamentar e organizar a prática esportiva no país. Esses debates, que envolveram cronistas esportivos e intelectuais brasileiros, foram amplamente documentados em jornais, revistas especializadas, e diversas publicações acadêmicas da época (Dalben; Góis Junior, 2019; Góis Junior; Melo; Soares, 2015).

A criação do DEF-SP marcou o início da intervenção estatal no esporte, que até então era predominantemente dominado pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a organização e o desenvolvimento do esporte em São Paulo, além de torná-lo uma prática moralmente educativa (Vimieiro-Gomes; Dalben, 2011). Nos primeiros anos de funcionamento, o DEF-SP atuou na estruturação da regulamentação e na orientação da prática esportiva por meio de parcerias com clubes e federações, buscando consolidar-se como a principal entidade gestora dos esportes no estado (*Ibidem*). Esse período representou os primeiros passos para a institucionalização da educação física em São Paulo. A liderança paulista no cenário esportivo nacional refletia apenas um aspecto das complexas questões simbólicas associadas ao debate sobre a identidade nacional, no qual o estado reivindicava uma posição de destaque. São Paulo buscava afirmar-se como um polo de modernidade e singularidade, ao mesmo tempo em que incorporava símbolos nacionais, esse tema é analisado no quarto capítulo da tese. O desenvolvimento da educação física era entendido como um componente fundamental para a saúde e a educação pública. Embora as correspondências analisadas nesta pesquisa, preservadas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), não detalhem a atuação de Neiva no DEF-SP, outras fontes, como relatórios oficiais e ofícios, foram consultadas e avaliadas para compreender os aspectos de sua atuação nessa fase.

Esse processo de institucionalização e organização do esporte em São Paulo ocorreu em um contexto mais amplo de articulação entre políticas públicas voltadas à saúde e à educação, que foi reforçado pela criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) em 1931 (Vimieiro-Gomes; Dalben, 2011). A nomeação do médico sanitarista Belisário Penna como primeiro titular do ministério refletiu a estratégia do governo Vargas de integrar as áreas de educação e saúde, alinhando-

se à concepção de que a educação deveria preparar o indivíduo para uma vida saudável, não apenas no aspecto físico, mas também no moral e intelectual (Vimieiro-Gomes, 2008).

4.1.3 **A interventoria de Arthur Neiva na Bahia (1931)**

No contexto de grande instabilidade política na Bahia, causada pelas disputas em torno do projeto de centralização do governo provisório de Getúlio Vargas, Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral deixou o cargo de interventor federal. Foi então que, em 12 de fevereiro de 1931, Arthur Neiva assumiu oficialmente a interventoria. Durante sua breve gestão de cinco meses, Neiva tentou equilibrar os interesses locais com as diretrizes do governo central, enfrentando forte resistência de grupos políticos tradicionais, setores econômicos influentes e da imprensa local. Essa conjuntura é analisada por Batista (2018), que destaca não só a dinâmica política da Bahia naquele momento, mas também os desafios enfrentados em todo o país para reorganizar suas instituições no pós-1930. A nomeação de Neiva gerou expectativas favoráveis, refletidas na matéria publicada pelo jornal *A Noite* no dia de sua posse, sob o título “O novo interventor federal na Bahia: Um ato acertado, que demonstra um critério superior no provimento das funções públicas”, que ressaltava o otimismo em torno de sua administração:

> A nomeação do Dr. Arthur Neiva para interventor federal do Estado da Bahia deve ser recebida como sabia demonstração de que o Governo Provisório, no empenho de bom servir o país, está se elevando acima do funesto critério partidário, e procura aproveitar os homens capazes nas funções de responsabilidade. O critério do compadrio político, do companheirismo partidário, já produziu, no Brasil, os vícios, os erros, os males que desencadearam a revolução e não seria justo, nem sensato, desprezar a experiência de tão recente passado, e preferir, para os cargos públicos, os amigos incapazes, aos homens de real mérito e positivo valor. A revolução foi um movimento armado que findou logicamente com a instituição do Governo Provisório. Resta, agora, uma situação legal, que toda a nação reconhece e apoia. Ninguém, inclusive os vencidos, espera ou deseja a volta ao passado e em meio ao interesse unanime com que todos os brasileiros querem contribuir para a reconstrução nacional, o Governo Provisório cometeria um erro gravíssimo se quisesse restabelecer divergências e dividir os cidadãos em revolucionários e não revolucionários[195].

[195] Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional. O novo interventor federal na Bahia: Um ato acertado, que demonstra um critério superior no provimento das funções públicas”, narra expectativa dos baianos a

Em outra matéria do jornal, *A Noite*, publicada em 12 de março de 1931, sob o título “O Partido Democrata da Bahia e o interventor Arthur Neiva”, é descrito o agradecimento de Neiva por sua nomeação ao novo cargo. O texto destaca sua motivação pessoal em servir ao público e o compromisso declarado de conduzir a administração estadual de forma eficiente. No entanto, as medidas políticas e administrativas adotadas por Neiva no contexto baiano acabaram agravando o cenário local, culminando em uma crise que ganhou repercussão nacional. A matéria busca legitimar sua indicação como um exemplo de meritocracia, reforçando a ideia de que o Governo Provisório estaria comprometido com a valorização da competência técnica em detrimento das práticas clientelistas e do favoritismo político. Há ainda uma ênfase no esforço de reconstrução nacional e na necessidade de coesão diante das turbulências que marcaram o período pós-revolucionário.

Em uma missiva enviada por um autor não identificado a Neiva, em 20 de fevereiro de 1931, foi mencionado que sua nomeação como interventor na Bahia havia sido recebida com esperança e aplausos pela oposição à oligarquia local. A carta trouxe diversos detalhes sobre os embates entre os calmonistas, que serão discutidos mais adiante neste capítulo, e os apoiadores de Vargas, no contexto de transição do regime da Primeira República. Além de elucidar a representação da prática do mandonismo na Bahia. É pertinente o fato de que a carta, com esse caráter de denúncia e com a aprovação do novo governo, não tivesse a assinatura do autor; essa informação diz muito sobre a configuração da política baiana:

> O snr. bem deve saber que a nossa querida Bahia é o estado mais desmoralizado que há na federação, e isso é devido a política sórdida e escabrosa que há muitos anos vem atrofiando no grande Estado! Os políticos que há longos anos vem compondo a política e administração do Estado, são tipos desumanos, escabrosos e ridículos! Só tratavam de seus interesses próprios, vinganças, e fazendo toda sorte de descalabros! Eram tipos sem moral; verdadeiros tipos de capachos repugnantes […] Enfim, todos os baianos confiam e esperam que dessa vez, a Bahia seja um novo Estado, a fim de poder ser admirado e respeitado no seio da federação! A vossa nomeação para interventor, foi aceita com grande simpatia, porque todos esperam que V.Exa. seja um homem capaz de endireitar a Bahia. Um baiano[196].

---

respeito da administração do novo interventor. *A Noite*, 12/02/1931. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Consultado em: 28 ago. 2024.

[196] Carta de autor desconhecido a Neiva, em 20 de feveiro de 1931. FGV/CPDOC. ANc.31.02.10.

A “Revolução de 1930”, na Bahia, seguiu uma dinâmica própria, marcada pela continuidade de certas estruturas oligárquicas e pela intensa disputa entre diferentes projetos de poder. A substituição das antigas elites não ocorreu de forma imediata. Grupos políticos tradicionais tentaram se reorganizar e preservar seus espaços de influência. Entre eles, destacavam-se os seabristas, liderados por José Joaquim Seabra[197], que, embora inicialmente tenham apoiado a Aliança Liberal, romperam com o governo Vargas quando ficou claro o avanço do projeto centralizador do governo provisório (Batista, 2018). Esse grupo se alinhou à Concentração Autonomista, articulada por Otávio Mangabeira, que defendia a preservação da autonomia dos estados frente ao fortalecimento da autoridade federal.

Por outro lado, esse cenário era tensionado pela atuação de outros grupos com propostas distintas. A própria Legião Revolucionária, ligada ao seabristas, defendia a rápida reconstitucionalização do país e a ampliação da participação civil no governo, em oposição ao prolongamento do regime provisório. Em contraposição, a Legião do Nordeste, de perfil predominantemente militar, via na intervenção federal um instrumento legítimo e necessário para promover reformas administrativas, fortalecer o Estado nacional e conduzir o país rumo à centralização política (Batista, 2018). Esses embates expressavam, portanto, não apenas disputas locais, mas dilemas estruturais do Brasil pós-1930, atravessado por tensões entre autonomia estadual e centralização, entre demandas por ordem constitucional e projetos de modernização.

Desde o início, Arthur Neiva enfrentou grandes desafios para consolidar sua autoridade como interventor na Bahia. Sua nomeação foi recebida com certa expectativa por setores que vislumbravam na “Revolução de 1930” uma possibilidade de renovação política e administrativa. No entanto, logo surgiram resistências, especialmente de grupos econômicos e políticos ligados às antigas oligarquias locais. Uma de suas primeiras medidas, a determinação do pagamento das amortizações e prêmios aos credores internos afetou diretamente os interesses de figuras como Francisco Marques de Góes Calmon, ex-governador pelo Partido Republicano e proprietário do Banco Econômico da Bahia, fortemente vinculado às

[197] Carta de autor desconhecido a Neiva, em 20 de feveiro de 1931. FGV/CPDOC. ANc.31.02.10. Nessa carta o autor também escreveu a respeito desse grupo: “Não dê também muita confiança ao elemento seabrista, porque é também uma grande praga da Bahia!”.

estruturas oligárquicas (Batista, 2018; Fonseca, 2007). Essa decisão, embora coerente com a lógica de saneamento das finanças públicas, acirrou os conflitos e deixou notória a dificuldade de conciliar os projetos de centralização do governo provisório com as demandas e resistências das elites locais.

Paralelamente, Neiva buscou implementar uma série de reformas administrativas, alinhadas às diretrizes do Estado defendidas pelo governo Vargas. A criação da Comissão de Sindicância, em abril de 1931, com a função de apurar irregularidades nas administrações anteriores, foi uma medida que tensionou ainda mais sua relação com os grupos políticos tradicionais (Batista, 2018). Promoveu intervenções nas áreas de ensino, saúde, justiça e administração pública, em uma tentativa de reorganizar institucionalmente o estado da Bahia. As referentes iniciativas, mesmo que estivessem alinhadas ao projeto de fortalecimento do Estado nacional, enfrentaram forte resistência, com os limites da atuação dos interventores federais diante de estruturas de poder local profundamente enraizadas (Skidmore, 1986).

As adversidades enfrentadas no contexto político e administrativo da Bahia não representaram, em um primeiro momento, um obstáculo imediato para Arthur Neiva. Com isso, sobressaiu uma correspondência enviada por Júlio de Mesquita Filho, em 12 de maio de 1931, na qual o nome de Neiva havia sido citado. A carta não trazia informações detalhadas sobre a conjuntura política baiana, porém seu conteúdo sugeria uma tentativa de suavizar as controvérsias geradas em torno da nomeação e da atuação de Neiva como interventor federal na Bahia. Na mensagem, Neiva era descrito como um “defensor dos brios baianos” [198], alguém disposto a enfrentar com “boa vontade”, os desafios impostos pela administração pública.

No mesmo documento, menciona-se Otávio Mangabeira[199], político baiano, que foi destituído do cargo de ministro das Relações Exteriores por ter sido

[198] Carta encaminhada por Júlio de Mesquita Filho a Neiva, em 12/05/1931. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ANc 1931.06.03.

[199] Otávio Mangabeira, engenheiro de formação, ocupou cargos como deputado federal, ministro das Relações Exteriores, constituinte, governador da Bahia e senador. Reco nhecido por seu liberalismo radical e defesa da democracia, enxergava em Getúlio Vargas seu maior opositor. Ver mais: CARDOSO, Kelson Carlos de Carvalho. Otávio Mangabeira: projeto político e disputas em torno do passado (1930-1937). *II Seminário de Pesquisa da Pós-graduação em História UFG/UCC*. Goiânia, v. 9, p. 1-20, 2009. MANGABEIRA, Otávio. Deputado federal pela Bahia (1912-1926); ministro das Relações Exteriores (1926-1930); deputado federal pela Bahia (1935-1937); constituinte (1946); governador da Bahia (1947-1951); deputado federal pela Bahia (1955-1959); senador pela Bahia (1959-1960). Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica. Consultado em: 15 ago. 2025.

identificado como uma das principais lideranças no combate à “Revolução de 1930”. Foi preso em 7 de novembro e levado a um quartel de cavalaria do Exército, no Rio de Janeiro, por ordem do chefe de polícia João Batista Luzardo, sendo libertado em 25 de novembro sob a condição de deixar o país e, pouco depois, exilou-se na Europa, retornando ao Brasil anos mais tarde. Ao elogiar Mangabeira e atribuir a Arthur Neiva declarações favoráveis à sua trajetória, o documento reconfigura alianças e busca minimizar as dissensões internas do campo conservador.

Tal movimento é significativo, pois Mangabeira encarnava uma figura de legitimidade liberal e de tradição republicana, cuja autoridade simbólica continuava a operar nos bastidores da política nacional mesmo diante de sua exclusão formal do poder. O fato de sua imagem ser mobilizada nesse tipo de correspondência demonstra que, mesmo afastado fisicamente, permanecia uma referência política e moderação, atributos estratégicos para um grupo que buscava se distinguir tanto dos excessos do autoritarismo militar quanto das ameaças atribuídas ao “comunismo”.

A carta funcionava também como ferramenta estratégica, abordando as disputas de prestígio e influência entre elites regionais e o governo central. A defesa enfática de Arthur Neiva, apresentada em termos quase épicos, como aquele que teria “salvado” a Bahia da ruína e da anarquia, deve ser lida não apenas como uma resposta às críticas da opinião pública, mas como parte de uma estratégia mais ampla de consolidação de sua autoridade como interventor num contexto em que a legitimidade das nomeações federais ainda era objeto de disputa. Ao articular a imagem de Neiva à de Mangabeira, ambos apresentados como homens públicos, de boa reputação e comprometidos com a ordem, o remetente constrói um caráter político convergente, apto a dialogar com os valores defendidos pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e por seu diretor, Júlio de Mesquita Filho, este último, figura-chave na mediação entre os grupos da elite intelectual e política.

A crise financeira do estado da Bahia limitou a capacidade de Neiva de implementar seu programa administrativo, segundo os dados identificados na tese de Batista (2018). O estado enfrentava uma grave situação econômica, herdada de governos anteriores: dívidas internas e externas acumuladas, uma redução de 35% na arrecadação devido aos ajustes pós-revolução, queda na exportação de produtos agrícolas, dificuldades no comércio por conta da falta de crédito, seca no Norte e Nordeste do estado e despesas extraordinárias com o combate ao banditismo,

incluindo a prisão de Lampião. Para enfrentar essa situação, Neiva tentou estruturar o setor bancário e buscou um empréstimo junto ao Banco do Brasil para aliviar a crise do cacau. O banco impôs condições desfavoráveis, incluindo juros altos e taxas excessivas, o que gerou novo atrito entre Neiva e o governo central.

Neiva também teve conflitos com a imprensa. Desde seu discurso de posse, conforme Batista (2018), ele demonstrou pouco interesse em dialogar com jornalistas e chegou a ameaçar restringir a liberdade de imprensa. O ápice dessa tensão ocorreu com a prisão de Octávio de Carvalho, diretor interino do *Diário da Bahia*, acusado de ofender o interventor em duas matérias. A decisão gerou protestos, e Joaquim Seabra foi pessoalmente a Vargas para exigir sua libertação. Esse episódio reforçou ainda mais a oposição política contra Neiva e contribuiu para o enfraquecimento de suas relações com os militares e os políticos do Partido Republicano Democrática (PRD).

A matéria “O momento político Baiano” publicada no periódico *A Noite* narra os últimos pronunciamentos de Arthur Neiva ao lado de Juarez Távora, principal articulador da política de Vargas na região nordeste, om ênfase do seu impacto no governo e na imprensa baiana. Acusaram o interventor de censura e autoritarismo em seu discurso[200]. Para a imprensa baiana, Neiva controlava a circulação de informação no estado devido aos seus atos na administração pública, o que provocou o seu chamado “suicídio moral” e desprestígio perante a população, conforme a fonte abaixo:

> A propósito dos dois últimos discursos pronunciados na Bahia pelo interventor federal naquele estado, Sr. Arthur Neiva, e pelo capitão Juarez Távora, o qual a imprensa tem se referido, procuramos ouvir, ontem, o Sr. Moniz Sodré, diretor do “Diário da Bahia” e político prestigiado em seu Estado. O conhecido político e parlamentar baiano declarou-nos o seguinte: – Esses discursos contêm conceitos que, ou foram mal apanhados pela reportagem, ou constituem ameaças de abominável autoritarismo, incompatíveis com os forais da nossa cultura política. Não acredito que o Dr. Arthur Neiva, cuja superioridade de espírito tem várias vezes proclamadas, muito antes da lembrança do seu nome para governar a Bahia, tenha tido a ideia funesta de “impor o controle à imprensa”, quando ela lhe parece “um empecilho das administrações”. Um governo certo da honestidade dos seus atos, consciente da sua correção, não recebia a imprensa, mesmo nas suas críticas mais injustas e caluniosas. Os comentários iníquos do jornalismo agressivo põem em evidenciar a glória das

[200] Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional. O momento político Baiano. *A Noite*, 26/02/1931. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.Consultado em: 28 ago. 2024.

> administrações patrióticas, porque, abrindo discussões livres sobre a solução dos problemas governamentais, faz ressaltar, ante a consciência de todos, a benemerência dos atos, malsinados pelo despeito, pela inveja, pelo ódio ou pela incompetência dos difamadores. A censura da imprensa é o suicídio moral dos governos. É o sudário da sua reputação, onde fica de pronto amortalhada toda a sua honra pessoal e política. Sudário tecido pelas próprias mãos do amortalhado, que, amordaçando a consciência dos seus patrícios, proclama, em confissão pública o horror que lhe inspira a liberdade da crítica sobre o valor moral dos seus atos.[201]

Na matéria intitulada “A polícia baiana pior que Lampião. A cumplicidade do governo do Sr. Arthur Neiva em horrores que se não justificam”, mais uma vez Neiva foi julgado e, desta vez, pela falta de ação em relação à promoção da segurança no sertão baiano. Também foi lembrado da prisão de um jornalista e censura do jornal, o que gerou revolta na imprensa e na população. Não economizaram em adjetivos pejorativos para descrever a situação do governo provisório, reverenciando o governador como desleixado e omisso diante da procura de Lampião. Segundo os críticos, ao invés de procurar prender o acusado por tantos crimes, Neiva teria feito o “favor” de conceder a prisão de um jornalista[202], conforme o recorte da imagem a seguir:

[201] Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional. O momento político Baiano. *A Noite*, 26/02/1931. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Consultado em: 28 ago. 2024.
[202] Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional. A polícia baiana pior que Lampião. A cumplicidade do governo do Sr. Arthur Neiva em horrores que se não justificam. *A Noite*, 20/07/1931. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Consultado em: 28 ago. 2024.

Figura 4: Jornal *A Noite* (20/07/1931)

A policia bahiana peor que «Lampeão»

A cumplicidade do governo do Sr. Arthur Neiva em horrores que se não justificam

A Bahia está atravessando uma phase critica, de infelicidades tremendas.

"Lampeão", o terrivel bandido sertão, que temos appellado para o governo, percorrendo as zonas abandonadas e despolitisadas do sertão bahiano, vae marcando um itinerario de sangue.

E, atrás delle, a Policia que lhe vae no encalço, de modo mais barbaro e incomprehensivel, accentua as desgraças da passagem do monstro, horrorisando, em demonstrações de perversidade mais requintada, as populações que mereceram a graça de escapar á sanha do bandido.

Dois grandes males que se juntam, transformando num scenario de tragedia immensa, os logares por onde passam.

E a tudo isso, assiste impassivel o governo da terra de Ruy, numa demonstração imperdoavel de desleixo e incomprehensão.

E' preciso pôr cobro a essa situação dolorosa, que, perdurando, desillude.

Transcrevemos um trecho, cujo horrorisa se depreende de cada palavra deste depoimento de uma das victimas dos perseguidores de "Lampeão".

E' o cidadão Agripino Baptista Sá, morador em Arrasta Pé, que prestou declarações ao juiz de direito de Geremoabo.

Leia-se a monstruosidade:

"Disse mais que soube que a força commandada pelo referido tenente Dourado, prendera José Preto, roubaram-lhe os paiços, mostaram o mesmo com um jumento bem amarrado, abriram a barriga a faca, que as tripas ficaram em cima da sela, tendo chegado no Riacho, mataram o dito José Preto, e deixaram os porcos comerem as tripas e depois desmancharam uma cerca, fizeram uma grande fogueira e queimaram a victima.

Que em casa do declarante, queimaram o curral cheio de gado, morrendo muitos e que os urubus não dão vencimento, queimaram mais a cerca em roda do tanque, tendo o gado se precipitado dentro, morrendo afogado e outros ficando aleijados. Que no incendio de sua casa perdeu um quarto todo cheio de sola, a qual foi cortada e transformada em correias, para as forçar, fera, a que foi queimada, roubaram 3:000$ do declarante e um conto de réis de uma sua filha de nome Azor. Perdeu todas as suas roupas e de toda a familia e todas as joias."

E depois disso, ninguem hesitará, em implorar a "Lampeão" que livre o povo das garras da policia bahiana. E' um espectaculo que deprime e

O Sr. Arthur Neiva

que chegam a ser mais perigosos que o proprio "Lampeão", não podem ser supportados pelo povo, que dirigem.

Olhe o Governo Provisorio, bem interessando como está, para a triste sorte de um Estado que merece melhor destino.

A esquadrilha aerea brasileira de regresso ao Rio

MONTEVIDÉO, 19 (United Press) — Depois de realisar evoluções sobre esta cidade, partiu com destino a Porto Alegre a esquadrilha brasileira de aviões, que foi a Buenos Aires participar dos festejos de 9 do corrente.

MONTEVIDÉO, 19 (Havas) — A esquadrilha da Aviação Naval Brasileira levantou vôo com destino a Porto Alegre.

Os aviadores uruguayos capitães Baro, Gutierrez e Beitia seguem a bordo até o Rio de Janeiro.

Fonte: Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional. A polícia baiana pior que Lampião. A cumplicidade do governo do Sr. Arthur Neiva em horrores que se não justificam. A Noite, 20/07/1931. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Consultado em: 28 ago. 2024.

Com base nos dados levantados na tese de Batista (2018), as matérias publicadas no *Diário da Bahia* reforçam as críticas a Neiva, ao caracterizar seu governo como autoritário e intolerante às opiniões divergentes. O interventor é acusado de ordenar a prisão do diretor do jornal *O Imparcial* e de suspender a circulação do periódico, medida interpretada como uma grave violação à liberdade de imprensa. De acordo com a reportagem, a repressão à imprensa baiana intensificou-se desde que Neiva assumiu o governo do estado. Poucos dias antes, o redator-chefe do *Diário da Bahia* já havia sido detido pela polícia local por tecer críticas à gestão do interventor. A nova ação contra *O Imparcial* foi interpretada como um agravamento da postura autoritária do governo, que, segundo o jornal, não admitia críticas, nem mesmo indiretas, à sua administração ou a seus aliados. É evidente a censura e intimidação instaurado no estado, com a percepção de que

qualquer forma de contestação às decisões do interventor poderia resultar em sanções punitivas.

Alinhado à hipótese anterior, os dados analisados nesta tese indicam que as críticas ao governo Neiva foram majoritariamente veiculadas pela imprensa baiana e carioca, não constando em seu acervo pessoal, mas sim identificadas na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e no Arquivo Público de Salvador – Fundação Pedro Calmon. Por outro lado, nas correspondências e recortes de jornais sob a guarda do CPDOC, predominam narrativas que valorizam as ações do interventor. A análise de uma matéria jornalística do acervo, publicada no periódico *A Conquista* em 25 de dezembro de 1931, iniciou a narrativa com uma descrição positiva de Neiva — "um exemplo raro de cidadão que, sem abandonar a vida científica, soube servir à sua pátria em dois setores igualmente importantes: no laboratório e na administração pública" — e prossegue, ao longo do texto, exaltando seus feitos em prol da nação:

> Uma das feições mais curiosas de Neiva é a disposição que possui para conciliar os negócios com as atividades puramente científicas. Nele se vê, ao mesmo tempo, o homem de laboratório e o homem de gabinete, o pesquisador e o administrador público, sem que jamais se confundam ou se prejudiquem as duas funções, que parecem indissoluvelmente ligadas em sua vida. No Manguinhos encontrou o que de mais elevado pode oferecer a vida científica, formando, ali, sob a direção histórica do Instituto Oswaldo Cruz, uma verdadeira oficina de pesquisas médicas [...] O Justificável renome que adquiriu como organizador de institutos, em comissões diretivas e análises de serviços públicos, concorreu para que fosse chamado ao governo paulista com o advento da revolução de Outubro de 1930. Da sua recente missão pública e extraordinariamente fecunda de administrador chefe do Estado ressalta na consciência de todos que Arthur Neiva é o homem que melhor simboliza, entre nós, a aliança entre a cultura científica e a ação administrativa, pondo em profunda referência as lições hábeis realizadas pela mais moderna orientação social e técnica do nosso tempo[203]

Já em oposição, o jornal *A Noite*, meses antes, publicou a matéria "Os jornais desmentem o interventor Sr. Arthur Neiva", em 23 de julho de 1931[204], na qual denuncia as práticas autoritárias do interventor na Bahia, ressaltando a repressão à liberdade de imprensa por meio de prisões de jornalistas, fechamento de jornais e

[203] Fonte: Arthur Neiva, cientista e homem público. A Conquista. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/AN.FC.HC.01.
[204] Fonte: Arthur Neiva, cientista e homem público. A Conquista. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/AN.FC.HC.01.

multas às redações contrárias ao governo. O texto destaca a negativa formal da censura, inclusive junto à Associação Brasileira de Imprensa, evidenciando um esforço sistemático para silenciar e controlar a opinião pública. Tal quadro revela o cerceamento da liberdade de pensamento e expressão, o que motivou a reação da imprensa e da sociedade baiana em defesa dos direitos diante do regime interventor, como mostra o recorte do documento a seguir:

Figura 5: Jornal *A Noite* (23/07/1931)

A liberdade de imprensa na Bahia

Os jornaes bahianos desmentem o interventor Sr. Arthur Neiva

Major Juarez Tavora, delegado militar do Norte, sob cuja jurisdicção tambem se acha a Bahia

Os jornaes trouxeram, hontem, o telegramma que o Sr. Arthur Neiva, interventor federal na Bahia, dirigiu á Associação Brasileira de Imprensa, a respeito das violencias que naquelle Estado, se vêm fazendo contra a liberdade de pensamento.

Esse telegramma não tem senão um effeito: é que elle representa uma desillusão a mais deixada pelo Sr. Arthur Neiva no espirito daquelles que o imaginavam, pelo menos, um homem incapaz de faltar á realidade dos factos.

A verdade provada e comprovada é que a censura nos jornaes bahianos está sendo exercida neste momento com uma truculencia revoltante, sendo literalmente falsa a asseveração do interventor de que tem *prestigiado e acatado* a acção da imprensa, de modo que ella gosa, na Bahia, "integral liberdade de acção e de critica aos actos administrativos, não raro, até, chegando á raia dos ataques pessoaes."

Ainda ha poucos dias foi enviado desta capital ao "Diario da Bahia" o seguinte despacho, que é o que póde haver de mais inoffensivo:

"A NOITE, publicando o retrato do Sr. Arthur Neiva, na primeira pagina, ataca o governo da Bahia, pela suspensão d'"O Imparcial", lembrando a prisão do redactor-chefe do "Diario da Bahia". Accrescenta que o Sr. Arthur Neiva não permitte que se faça qualquer especie de critica aos seus actos."

Pois bem: esse telegramma, de mera informação, foi podado pela policia, tendo saido na edição do "Diario", de 15 do corrente, com a phrase final raspada pelo buril da censura. Mesmo a expressão "A NOITE ataca o governo da Bahia" foi censurada na palavra "ataca", como se prova.

(CONTINUA NA 8ª PAGª

Fonte: Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional. A liberdade de imprensa na Bahia *A Noite*, 23/07/1931. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.Consultado em: 28 ago. 2024.

Em outra publicação do mesmo periódico, a matéria “Ensinar meninos a dirigir Estados – duas funções distintas que exigem órgãos diversos”, publicada em 16 de julho de 1931, traz uma análise áspera da sua inabilidade política nos poucos meses à frente da interventoria baiana, dando ênfase à “atitude draconiana” de censura da imprensa. O texto inicia-se com uma metáfora, ao comparar a interventoria de Neiva com um “bilhete branco de loteria”, sugerindo que, apesar de ter sido visto como uma personalidade potencial para trazer melhorias ao estado baiano mostrou-se o oposto disso, incapaz, neutro e ineficiente para cumprir as expectativas esperadas:

> O Dr. Arthur Neiva, interventor federal na Bahia, em quem pensamos enxergar um indivíduo capaz de soerguimento da terra de Ruy Barbosa, está se revelando, por inabilidade, um bilhete branco de loteria. Suas preocupações de levar ao corpo de seus auxiliares imediatos cavalheiros de boa vontade indiscutível, muito aquém, no entanto, das responsabilidades que se lhes pretendia conferir – não poderiam ter em resultado melhores consequências. O Sr. Bernardino de Souza, maneiroso e hábil nas conquistas de relações preciosas, é, não há dúvida, um professor de feliz memória, que precisa os acontecimentos históricos com exatidão de pasmar os seus alunos incipientes, um homem que não hesitou em se expor, numa excursão de circo ambulante, a si e aos seus, realizar o supremo objetivo de sua vida – a contrição do belo edifício do Instituto Histórico, de que é secretario perpetuo. Daí, porém, a posição de secretário da Justiça de um grande Estado, há o abismo de uma imensa distância, que os seus méritos restantes, mesmo examinados com lentes de grão, não conseguem vencer. O Dr. Tosta Filho, também outro mestre ginasial, será o que sempre foi – um mantenedor de disciplina para meninos preparatórios e um apóstolo de exercícios físicos, nunca, porém, esse estadista criado de improviso, por força de nomeação oficial. As boas disposições possíveis do cientista que administra a Bahia serão todas elas comprometidas pela inexperiência afoita de seus companheiros incapazes. E o resultado é o que se vê: prisão de jornalistas, suspensão do jornal pelo simples fato de escreverem, com independência e decoro, comentários poucos lisonjeiros às medidas injustas e inconvenientes que ali se têm posto em prática; censura absoluta de notícias telegráficas, e outras atitudes draconianas, de que um governo eficiente e bom não precisa lançar mão[205].

Neiva é comparado a mais um “mestre ginasial” de modo depreciativo, ao ser equiparado negativamente a Tosta Filho[206]. A crítica parte da suposição de que sua trajetória como educador e cientista não o credenciava para assumir funções políticas com alianças, como a interventoria no contexto baiano. Ao final da carta, o autor reforça esse desprestígio simbólico ao referir-se a Bernardino como “pedagogo”, numa tentativa de associar esse perfil a uma incapacidade

[205] Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional.A situação da Bahia: Ensinar meninos a dirigir Estados – duas funções distintas que exigem órgãos diversos. *A Noite,* 16/07/1931. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Consultado em: 28 ago. 2024.

[206] Joaquim Ignácio Tosta Filho atuou como Secretário da Agricultura, Viação, Comércio e Obras Públicas da Bahia durante a intervenção de Arthur Neiva, em 1931. Engenheiro formado na Inglaterra, com estágios nos Estados Unidos, destacou-se por sua visão modernizadora e pela criação do Instituto do Cacau da Bahia em 8 de junho de 1931, órgão voltado ao fomento da cacauicultura e à reorganização da economia estadual. Posteriormente, foi responsável pela elaboração de um Plano de Ação Econômica para o estado, a pedido do governador Octávio Mangabeira, contribuindo para a reestruturação do Instituto e para o planejamento de obras de infraestrutura. Ver mais: MENEZES, Ulisses de Carvalho. *Arquitetura moderna na Bahia: o Instituto do Cacau da Bahia e o arquiteto Alexander Buddeüs*. Arquitextos, São Paulo, ano 7, n. 081.01, Vitruvius, ago. 2006. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/268. Consultado em: 2 abr. 2025.

administrativa. A leitura é de que suas habilidades prévias seriam insuficientes para lidar com o jogo político regional, especialmente no que diz respeito ao clientelismo e às articulações locais. Neiva é julgado pela ausência de competências consideradas necessárias para adentrar uma conjuntura marcada por alianças frágeis e disputas por espaço. Soma-se a isso a acusação de afastamento das pautas liberais, a tentativa de limitar a liberdade de expressão e à ausência de transparência. Também surge a crítica à falta de critérios em suas nomeações, ao permitir que figuras pouco qualificadas ocupassem cargos estratégicos. Sua permanência no cargo tornava-se cada vez menos viável, tornando sua saída apenas uma questão de tempo.

Vale mencionar que, antes dessa material crítica do *A Noite,* em 08 de junho de 1931, Neiva criou o projeto do Instituto do Cacau, localizado ao lado da Praça Marechal Deodoro e junto ao porto da cidade de Salvador, Bahia. A ideia do instituto era fomentar políticas públicas, aperfeiçoamento de técnicas de produção e outros aspectos ligados ao cultivo e comércio do cacau. Em 1932, o arquiteto alemão Alexander Buddeus assinou o documento do projeto, mas somente quatro anos depois o prédio foi inaugurado. A obra foi idealizada pelo deputado federal baiano, Ignácio Tosta Filho, então Secretário da Agricultura do estado da Bahia[207].

A criação do Instituto do Cacau, idealizada por Arthur Neiva tinha como objetivo centralizar a exportação do produto em Salvador, além de fomentar pesquisas científicas e o desenvolvimento tecnológico na cadeia produtiva do cacau. No entanto, a proposta encontrou forte resistência por parte dos grandes produtores do sul da Bahia, que temiam perder autonomia econômica frente ao controle estatal sobre a comercialização do cacau. Como destaca Batista (2018), a centralização proposta ameaçava os interesses das elites regionais, habituadas a um modelo de gestão descentralizado e altamente dependente das oligarquias locais. A insatisfação desses grupos se somou aos conflitos já existentes entre Neiva e setores econômicos e políticos tradicionais, contribuindo significativamente com sua crescente impopularidade no estado. No ano da inauguração, o jornal *A Noite* publicou uma reportagem detalhando tanto o processo de construção da sede do Instituto quanto as expectativas em torno do seu funcionamento:

[207] Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional. Instituto de Cacau na Bahia. *Correio da Manhã*, 26/11/1936. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Consultado em: 28 ago. 2024.

> Como órgão controlador da produção de cacau do grande Estado, uma das mais surpreendentes fontes de riqueza do país e a primeira da Bahia, a criação do Instituto de Cacau é uma prodigiosa e arrojada iniciativa, que afirma, aos olhos do Brasil, o extraordinário esforço de um grupo de corajosos patriotas, que não mede dificuldades nem poupa sacrifícios para ativar a economia brasileira, num de seus setores onde, com justiça, se apoia a confiança e o otimismo nacionais[208].

Paralelamente às tensões geradas pela criação do Instituto do Cacau, em 1931, outros fatores internos, especialmente relacionados à composição do secretariado, contribuíram para aprofundar a crise política enfrentada por Arthur Neiva na Bahia. A permanência de Bernardino de Souza à frente da Secretaria do Interior intensificou sua impopularidade, sobretudo entre os revolucionários de 1930, que viam nele a representação da continuidade das práticas associadas às antigas oligarquias (Batista, 2018). A falta de respaldo político se tornou um obstáculo significativo à implementação das reformas propostas, principalmente nas áreas de administração pública, justiça e segurança. Soma-se a isso a atuação do tenente Pompa, que, nos bastidores da política baiana, articulava uma oposição contundente, criticando abertamente tanto Neiva quanto sua equipe administrativa (*Ibidem*).

O descontentamento se agravou quando Neiva determinou a libertação de coronéis que haviam sido presos durante a campanha de desarmamento dos sertanejos, entre eles o influente coronel Horácio de Matos, figura central nas disputas locais pela manutenção do controle territorial no interior da Bahia (Batista, 2018). Essa decisão foi interpretada por setores militares e revolucionários como uma concessão aos antigos poderes regionais, aprofundando a crise de legitimidade do seu governo.

O agravamento das tensões políticas na Bahia, resultado direto das disputas entre forças locais e o projeto centralizador do governo provisório, levou à rápida desestabilização da gestão de Arthur Neiva. A pressão dos seabristas, aliados a setores das elites econômicas e políticas que resistiam às medidas administrativas de Neiva, refletia não apenas rejeição a seu governo, mas as contradições mais

[208] Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional. Instituto de Cacau na Bahia. *Correio da Manhã*, 26/11/1936. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Consultado em: 28 ago. 2024.

amplas do processo de reorganização política do país após 1930 (Batista, 2018). O próprio governo federal passou a questionar sua capacidade de garantir a ordem e a governabilidade no estado, cenário que se agravou com a denúncia de um possível levante armado em Salvador, feita pelo general Raimundo Barbosa e seu Estado-Maior, que passaram a pressionar pela renúncia do interventor[209].

Ademais, a saída de João Alberto da interventoria de São Paulo, figura-chave na rede de apoio político de Neiva, enfraqueceu ainda mais sua posição, deixando-o isolado tanto local quanto nacionalmente. Sua decisão de solicitar exoneração por meio de telegrama enviado a Vargas não representou apenas uma saída individual diante da crise, mas expressou as limitações do próprio modelo interventor, que ao tentar impor a centralização frequentemente entrava em choque com as elites estaduais e os interesses locais que buscavam preservar margens de autonomia no novo arranjo institucional do país (Pinto, 2010).

A matéria intitulada “A demissão do interventor baiano. Como se desenrolaram os acontecimentos anteriores e posteriores à renúncia do Sr. Arthur Neiva”, narrou bem de que forma se desencadeou a saída de sua função na interventoria da Bahia. Um dos aspectos levantados foi a hostilidade do povo baiano às ações do governo de Neiva:

Depois de ter comunicado com o Catete, pedindo demissão, o Sr. Arthur Neiva comunicou ao general Barbosa Rodrigues, comandante da região, que estava autorizado a lhe passar o governo do Estado. O general Barbosa Rodrigues dirigiu-se então ao telégrafo e ali conferenciou com o chefe do Governo Provisório e com o ministro da Guerra, voltando em seguida para o palácio. O Sr. Arthur Neiva, por sua vez, havia chamado ao palácio todos os secretários do governo. Quando ali chegou o general Barbosa Rodrigues, às 16 horas de sábado, todos os auxiliares do interventor estavam presentes. O general Barbosa Rodrigues declarou, então, que o Governo Provisório lhe ordenara que assumisse o poder, mas que recebeu igualmente ordem de garantir o Sr. Arthur Neiva caso ele preferisse continuar na inventoria. O Sr. Neiva respondeu imediatamente que a sua decisão de renunciar era irrevogável e, que estava pronto a transmitir o governo, o que foi feito em seguida, lavrando-se uma ata que foi designada por todos os presentes. Em

[209] PINHO, Ana Luiza Caribé de Araújo. *De forasteiro a unanimidade:* a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934). Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - FGV, Rio de Janeiro, 2010.

seguida, o Sr. Arthur Neiva discursou declarando que sabia muito bem que o povo baiano não era hostil ao seu governo, que estava certo de haver cumprido o seu dever e nunca ter fugido a nenhum sacrifício para bem servir a sua terra[210].

De acordo com as informações do jornal carioca *Diário da Noite*, não houve surpresa por parte da população baiana, pois era notório o seu possível afastamento da interventoria. Pelo contrário, comentava-se por toda parte quem iria substituí-lo, mas, até que fosse indicado um novo nome, o general Raimundo Barbosa assumiria interinamente o governo no estado, por orientação de Getúlio Vargas (*Ibidem*). Em 16 de agosto de 1931, o *Diário da Bahia* divulgou a notícia da destituição de Arthur Neiva. Raimundo Barbosa, um militar bastante elogiado pelos seabristas, natural do Estado do Paraná, assumiu a posição de interventor.

O periódico também noticiou o encerramento da segunda interventoria federal na Bahia. Na publicação, a exoneração de Arthur Neiva teria sido motivada pela permanência de Bernardino de Souza à frente da Secretaria do Interior, figura politicamente vinculada ao grupo afastado do poder pela “Revolução de 1930”. Para os revolucionários, sua continuidade no governo representava um entrave à consolidação do novo programa político. Críticos da chamada “política calmonista” acusavam Bernardino de utilizar sua posição para proteger antigos aliados em declínio, muitos dos quais estavam sendo alvo de investigações e comissões de inquérito. A seguir, a fotografia de Arthur Neiva (ao centro, em primeiro plano); à sua direita, Bernardino de Souza, figura política antagonista nesse contexto. A imagem foi registrada entre fevereiro e agosto de 1931:

[210] Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional. A demissão do interventor baiano. Como se desenrolaram os acontecimentos anteriores e posteriores à renúncia do Sr. Arthur Neiva. *A Noite*, 17/08/1931. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Consultado em: 28 ago. 2024.

Fotografia 9: Arthur Neiva e Bernardino de Souza

Fonte: Aspectos da atuação de Artur Neiva na Interventoria da Bahia. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva.AN foto010.

A política calmonista refere-se ao controle político exercido por Francisco Marques de Góes Calmon, ex-governador da Bahia e líder de uma oligarquia tradicional[211] que dominava o estado por meio de clientelismo, redes de influência e práticas de controle das instituições públicas, resistindo às mudanças impostas pela "Revolução de 1930" e buscando preservar seus privilégios (Batista, 2018). Meses após deixar o cargo de interventor, Bernardino escreveu uma carta a Neiva, em 13 de dezembro de 1931, na qual expressou preocupação com o seu silêncio e relatou sua angústia diante da saída da Bahia em meio ao cenário conturbado:

> Você é um caboclo velho, pensa que me tapeia, mas esse seu querido amigo, é difícil de ser tapeado [...]. Com efeito, meu saudoso Arthur, desde que cheguei desse Rio encantador, para onde ainda

[211] Carta de autor desconhecido a Neiva, em 20 de fevereiro de 1931. FGV/CPDOC. ANc.31.02.10: "Há aqui os famosos Calmons; os Frederico Costa; etc, etc. para esses miseráveis e verdadeiros ladrões, seja sempre inflexível, porque são eles elementos maus […] Faça com que o Estado não viva humilhado como tem vivido! Não tenha amigos e camaradas, porque esses só desejam tirar bom partido".

> agora se voltam os meus grandes anseios, não tenho tido vagar. Tenho vivido num anda-que-anda sem descanso. Afastado por seis meses quase de meus trabalhos costumeiros, honrado por lhe ser o menor dos auxiliares, egresso de improviso por mais de trinta dias das tendas do ganha-pão, é facilmente compreensível que, ao retornar fosse indispensável desenvolver a máxima diligência para reentrar nos trilhos enferrujados[212].

Bernardino comentou sobre a sua chegada ao Rio, e comparou a cidade com a situação política atual, com destaque ao contraste entre a idealização e a realidade de seu dia a dia. Esse seu descontentamento da rotina atravessada pelas consequências da "Revolução de 1930" também era a realidade vivenciada por Neiva. Na mesma missiva, Bernardino descreveu a sua percepção sobre a "falência dos ideais revolucionários" e frustração com o desenvolvimento político e social do Brasil. Criticou o movimento outubrista[213] por não ter conseguido salvar o país, apontando a combinação infeliz de jovens militares com políticos veteranos como um fator comprometedor. Manifestou sua decepção ao observar figuras como João Alberto se afastando dos objetivos revolucionários, o que, em suas palavras, representava a desilusão com o "remédio heroico" prometido e a evidência de que a revolução fracassara em corresponder às suas expectativas:

> Afogaram-me na passada dos dias as esperanças, sobretudo quando vi João Alberto deixar a Interventoria de S. Paulo e a Bahia renegam seu grande filho com a indiferença do chefe da Nação. Não vale comentar. A revolução falhou […] Lamento sinceramente a falência dos esforços de um grupo de patriotas verdadeiros, cujo idealismo naufragou ou naufragará no revolto oceano dos interesses egoísticos dos profissionais da política-interesse, da política-mandachuva, da política-emprego, da política-arranjo. Não sei até onde vai a veracidade do que lhe passo a dizer. A notícia da recomposição dos velhos partidos da Bahia diz que o governo atual vai formar o seu, assessorando-o, entre outros […]. Tenho-me conservado inteiramente afastado de tudo e de todos no que tange com a política. Permito-me responder as poucas perguntas que me fazem a respeito de sua administração, o que é raro.[214]

---

[212] Carta de Bernardino a Neiva, em 13/12/1931. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/AN c 1931.06.03.
[213] O "Movimento Outubrista" é a expressão comumente utilizada para designar a Revolução de 1930, que resultou na queda da República Velha e na ascensão de Getúlio Vargas ao poder central. Na Bahia, o movimento teve apoio fragmentado, sobretudo vindo de dissidentes das oligarquias estaduais em conflito com os governos de Góes Calmon e Vital Soares. Esses grupos viram na revolução uma oportunidade de reposicionamento político diante da crise de hegemonia da Primeira República (Batista, 2018, p. 90-92). A expressão também aparece em fontes do período como forma de legitimar os atores envolvidos no levante que, embora inicialmente resistentes, aderiram ao novo regime.
[214] *Ibidem.*

Em outras cartas a Neiva, Bernardino declara seu afastamento da política, motivado pelo ceticismo quanto à efetividade das reformas propostas e à reconfiguração dos partidos tradicionais. Ele aponta a inclusão de figuras políticas já conhecidas nos novos acordos de poder e sua própria escolha de se manter afastado, respondendo de forma vaga quando questionado sobre a administração atual. Na posição de observador, no final da carta, ressaltou a sua inabilidade política, e reforçou que só um milagre poderia reverter sua característica, que só mudaria por um estalo do Padre Cícero, conhecido por sua influência religiosa e política não só no estado do Ceará como no Nordeste de uma forma geral.

Na carta de Neiva para Barthô, Bernardino José de Souza, enviada em 9 de dezembro de 1931, ele expôs o dilema sobre o futuro de sua carreira após o seu fracasso da interventoria na Bahia, refletindo sobre a possibilidade de seguir na área científica[215]. Neiva recusou a proposta de voltar ao Instituto Biológico, por considerar insatisfatórias as condições financeiras e orçamentárias da instituição[216]. Um segundo convite, vindo de uma autoridade em São Paulo, ainda estava em aberto. Neiva manifestou interesse em conhecer melhor os termos da oferta, mas destacou que sua decisão dependeria da viabilidade de dar continuidade ao seu trabalho científico. Mais uma vez, sua prioridade foi ter condições adequadas para a pesquisa.

A carta também citou o nome de Antônio Alves de Lima, nomeado por Neiva como Secretário do Interior durante sua interventoria na Bahia, em 1931. Sua permanência no cargo foi alvo de duras críticas por parte dos setores alinhados à "Revolução de 1930", que o associavam a grupos políticos derrotados e o acusavam de atuar em defesa de antigos aliados implicados em processos investigativos[217]. A escolha de nomes como o de Alves de Lima foi interpretada como um entrave à consolidação do programa revolucionário, sendo apontada, inclusive, como uma das razões para a exoneração de Arthur Neiva do governo baiano:

> Recebi duas propostas para voltar ao Biológico e vou lhe mandar por cópia, pois desejo ver. Vá tendo conhecimento mais íntimo da minha vida. A primeira recusei, pois me apresentei a Manguinhos para

[215] Carta de Neiva a Barthô (Bernardino) em 09/12/1931. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/AN c 1931.06.03.
[216] *Ibidem.*
[217] *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 out. 1931. p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional. Disponível em: https://hemerotecadigital.bn.gov.br. Acesso em: 2 abr. 2025.

> trabalhar; e isso apesar do contrato em que o Camargo me oferecia ordenado de 4320$000 mensais. Não via, porém, nenhuma melhora nos orçamentos do Biológico, ao contrário eles se encontravam ameaçados de maiores cortes. Então desisti. No dia cinco, recebi um novo convite de Antônio Alves de Lima, atual secretário de agricultura de S. Paulo e logo que me restabeleça irei até lá a fim de entender com ele. Não sei ainda qual será a minha resolução. Tudo depende dos meios para poder continuar a minha obra científica. Sei por telefonemas de São Paulo que lá estão dispostos a me oferecer o que pedir. Enfim vou ver tal coisa de perto; não me atrai os lucros, mas os elementos de trabalho[218].

Em outra missiva de Neiva a Bernardino, em 16 de dezembro de 1931, ele se preocupa com o futuro de seu legado e com a continuidade de suas contribuições científicas, mas também demonstra incerteza e vulnerabilidade frente ao seu estado de saúde. Nessa situação, ele expressa receio com o destino de sua biblioteca e de seus trabalhos de medicina. Isso indica um desejo de que sua obra continue sendo útil e acessível após sua morte. A escolha de dividir sua biblioteca entre a casa da Bahia e a Faculdade de Medicina demonstra o seu interesse em deixar uma herança cultural e acadêmica, em sua terra natal. Um dos aspectos centrais da carta é a sua indecisão quanto ao convite do governo de São Paulo para reassumir o Instituto Biológico:

> Tendo disposto que a minha biblioteca será dividida entre a casa da Bahia e a faculdade medicina para onde deverão seguir os trabalhos de medicina [...] Continuo com a vida no adiante do insistente convite do governo de São Paulo para reassumir o Biológico. Nunca estive tão indeciso[219].

Dois dias depois desta missiva, Neiva escreveu novamente ao seu amigo, em 18 de dezembro de 1931, fazendo um balanço mais amplo sobre o cenário político e social do Brasil. Ele expressa preocupação com a situação do país traçando um paralelo com os tempos turbulentos de Portugal, e teme que o Brasil esteja seguindo um caminho semelhante, referindo-se à deterioração das instituições e à falta de liderança política mais firme. A metáfora da “barca” conduzida por “gente velha e viciada” traduz, em palavras, a sua visão quanto ao futuro do país sob as mãos de figuras políticas tradicionais. Vargas não se posicionara publicamente em sua exoneração da interventoria baiana, o que demonstra a estratégia da política de

[218] Carta de Neiva a Barthô (Bernardino) em 09/12/1931. CPDOC. Fundo Arthur Neiva/AN c 1931.06.03.
[219] Carta de Neiva a Barthô, em 16/12/1931. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/AN c 1931.06.03.

barganha bem empregada pelo presidente, em que se utiliza do mecanismo de alianças para aglutinar diversos interesses sem se indispor com nenhum setor, conforme é comentado na missiva a seguir:

> Ainda não marquei minha viagem para S. Paulo afim de me entender com o Secretário da Agricultura. Também acho a saúde do Brasil muito abalada e, se as coisas continuarem assim, nós iremos reproduzir talvez os dias agitados de Portugal de não há muito tempo. Nós estamos nos portugalizando e como acabará tudo isso ninguém sabe. Se a gente velha e viciada retomar o timão para onde será conduzida a pobre barca. V. se admira da indiferença bonzica do Getúlio a meu respeito. Eu sou muito mais complacente; deve ter sido apanhado de surpresa e não pôde corrigir. Soube por alguém que o Seabra fora protestar pessoalmente junto ao chefe da nação contra a minha ida para a Bahia ao que Getúlio respondeu: Eu julguei que estivesse radiante de alegria, pois a Bahia teve a rara fortuna de ter um baiano na Interventoria e o que é mais, civil. [...] Não tudo passou e eu me sinto tão bem aliviado daquele fardo esmagador a lutar desesperadamente contra a mentalidade dos nossos conterrâneos e a devoradora paixão política que os domina[220].

Arthur Neiva frisou o descontentamento de Seabra quando soube da sua ida à Bahia, e como Getúlio Vargas respondeu de forma irônica à situação, o que reflete as tensões políticas e os jogos de poder daquele período. Ele demonstrou alívio por ter se livrado do “fardo esmagador” de enfrentar a velha política de caráter oligárquico que predominava entre seus conterrâneos. A carta demonstra o cansaço e o desapontamento de Neiva com o ambiente baiano, mas também o sentimento de ter cumprido a sua função na medida do possível, em meio às dificuldades e ao cenário de hostilidade.

Em suma, a interventoria de Arthur Neiva na Bahia foi marcada por uma tentativa de organizar um governo técnico, distanciado dos segmentos tradicionais das elites políticas locais, o que acabou por gerar resistências à sua gestão. Em razão dessas tensões e da falta de articulação política mais ampla, Neiva foi logo substituído por Juracy Magalhães, jovem oficial do Exército vinculado ao movimento tenentista. Ao contrário de seu antecessor, Juracy demonstrou grande habilidade na condução das negociações políticas e na formação de alianças estratégicas com setores empresariais, especialmente com a Associação Comercial da Bahia[221]. Seu

[220] Carta de Neiva a Barthô, em 18/12/1931.FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ANc 29.02.09.
[221] CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de*. Juracy Magalhães e a construção do Juracisismo: um perfil da política baiana.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia.

trabalho mostra um contraste significativo em relação ao de Neiva: enquanto este apostava na racionalidade científica e na gestão técnica como instrumentos de modernização social, o novo interventor adotava uma postura mais pragmática, com ênfase no fortalecimento do poder político e na centralização administrativa.

A seguir, fotografia de Arthur Neiva com sua família ao chegar ao Rio de Janeiro, após deixar o cargo de Interventor da Bahia, em 25 de agosto de 1931. Da esquerda para a direita: Gilda Neiva, Justina Hehl Neiva, Ilka Neiva (à frente), Arthur Neiva (ao centro) e Artur Hehl Neiva.

Fotografia 10: Arthur Neiva em família em 1931

Fonte: Chegada de Artur Neiva e sua família ao Rio, após deixar a interventoria baiana. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. AN foto012.

3.1.4 A “Revolução de 1932” e a saída de Arthur Neiva do Instituto Biológico

Nos meses que se seguiram à “Revolução Constitucionalista”, a situação política era difícil devido ao desafio de reorganização do Partido Republicano Paulista (PRP), que havia sido o grupo dominante até outubro de 1930. Ao mesmo tempo, o Partido Democrático mostrava incapacidade de exercer um controle efetivo. A “Revolução Constitucionalista” ocorrida em 1932 teve suas raízes na tradição liberal-democrática de setores influentes da sociedade urbana paulista. A elite oligárquica do estado de São Paulo, insatisfeita com o governo provisório instaurado em 1930, passou a exigir a convocação de uma Assembleia Constituinte

como forma de garantir melhor representatividade e resistir ao novo arranjo político nacional (Fausto, 2006).

No início de 1932, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático uniram forças, formando a Frente Única Paulista e iniciando uma campanha pela reconstitucionalização do país e pelo fim da intervenção federal nos estados (Fausto, 1997; Capelato, 1981). Com o aumento das manifestações e atos públicos, o movimento ganhou força e se espalhou por diversas partes do Brasil. Nesse cenário, os estados passaram a desempenhar um papel político central, com suas oligarquias posicionando-se a favor ou contra o movimento, avaliando tanto seus antecedentes quanto suas consequências.

Importa salientar que tanto “Revolução de 1930” quanto “Revolução de 1932”[222] são objetos de problematização historiográfica, ainda que tais expressões tenham sido adotadas nesta pesquisa. O primeiro buscou legitimar uma nova ordem, ao passo que o segundo ressignificou uma rebelião regional derrotada em uma epopeia cívica, transformando um projeto de restauração oligárquica em uma narrativa de resistência constitucional. Como assinala Ribeiro (2017), a própria variação terminológica espelha distintos posicionamentos historiográficos, fortemente influenciados por uma memorialística laudatória e paulistocêntrica, produzida por ex-combatentes[223]. Essa construção é criticada por autores como De Paula[224], que aponta a hegemonia da “versão dos vencidos”, e Bezerra[225], para quem o movimento operou uma cooptação ideológica da classe média pela elite paulista.

Na Bahia, o apoio ao movimento paulista cresceu significativamente entre os estudantes universitários. O governo na Bahia era representado pelo militar cearense Juracy Montenegro Magalhães, que foi nomeado interventor por indicação de Juarez Távora, quase um ano após a deposição de Júlio Prestes (Batista, 2018). Foi criada a Liga de Ação e Política (LASP), que apoiou a “Revolução

[222] A variação terminológica reflete distintos enquadramentos historiográficos. “Golpe de 1930" enfatiza a ruptura institucional (Decca, 2004), enquanto “Guerra de 1932” destaca o caráter bélico nacional, em contraste com a versão memorialística paulista “Revolução Constitucionalista” (Ribeiro, 2017; Paula, 1988). Ambas as designações são empregadas aqui conforme seu valor analítico. Ver mais: Decca, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

[223] RIBEIRO, Felipe Castanho. A historiografia da Guerra de 1932 e a sua amplitude. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12. p. 227-247, 2017.

[224] DE PAULA, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba: Editora da UNICAMP/Editora UNIMEP, 1988.

[225] BEZERRA, Holien Goncalves. *O Jogo do Poder:* Revolução Paulista de 32. São Paulo: Moderna, 1988.

Constitucionalista de 1932". A LASP formou-se como um bloco partidário para concorrer às eleições para a Assembleia Constituinte com a chapa "A Bahia ainda é a Bahia"[226]. Paralelamente, o grupo construiu um discurso de desqualificação dos políticos que não eram baianos, especialmente em campanhas eleitorais, enfatizando que os "verdadeiros" representantes eram os legítimos baianos, defensores da baianidade [227]. Esse discurso repercutia nos bastidores institucionais e afetava diretamente figuras como Arthur Neiva, cuja trajetória estava marcada por constantes deslocamentos entre diferentes polos de poder.

Em correspondência enviada por Neiva a Bernardino em 15 de janeiro de 1932, ele admitiu o desgaste acumulado e a dificuldade de conciliar suas funções administrativas com as exigências da vida pública. O cientista fez um apelo ao amigo para que enfrentasse as demandas materiais com realismo, ao mesmo tempo em que reconhecia seu próprio esgotamento diante de um cenário político que já não lhe oferecia espaço para a atuação científica com autonomia. A indefinição sobre a sua permanência no Instituto Biológico expressa não apenas uma crise pessoal, mas um impasse maior: o esvaziamento simbólico e prático do lugar do cientista como gestor em um Estado cada vez mais centralizado:

> Como V. sabe, procurei resolver meu problema econômico e eu faço um apelo, como de irmão para irmão, para que V. encare as realidades da existência como elas são sem procurar dourá-las ou atenuá-las. Olhe para os seus e comece a se interessar pelos problemas de ordem material e estou certo de que V. mesmo na Bahia encontrará solução, pois, com os seus predicados de inteligência, cultura, operosidade e espírito de organização, triunfará em qualquer empreendimento que se meta. Ainda não pude ir a S. Paulo, para onde seguirei dentro de alguns dias, a fim de resolver definitivamente se fico ou não como diretor do Biológico […]. As coisas aqui não estou perfeitamente claras. Os democráticos romperam com o Getúlio […] E sou inclinado a aceitar o seu conselho relativamente a minha permanência em S. Paulo, cujo ambiente está extremamente desagradável sob o ponto de vista político[228].

---

[226] Ver mais: CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. *Juracy Magalhães e a construção do Juracisismo*: um perfil da política baiana. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2005.
OLIVEIRA, Andrea Correia de. *As políticas no governo Antônio Balbino para o interior da Bahia (1955-1959).* (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2024.
[227] SILVA, Paulo Santos. "Historiografia baiana nos últimos 50 anos". *In:* GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado ao futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH*. São Paulo, Contexto, 2011.
[228] Carta de Neiva a Bernardino, em 15/01/1932. CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ANc 25.02.05.

Em relação ao regionalismo, a pesquisa de Carvalho (2005) explorou a construção da identidade baiana nos discursos do grupo político autonomista, que emergiu nos anos 1930 como oposição ao centralismo político de Vargas. A baianidade adquiriu uma conotação política na imprensa da época, representando um sentimento de pertencimento a um lugar e cultura. O jornal *A Tarde* usou esse argumento para desqualificar seu oponente, Juracy Magalhães, ironizando-o em uma matéria intitulada: “O maior baiano vivo nasceu no Ceará?” (Carvalho*,* 2005, p. 4). A construção do conceito de baianidade foi fortalecida ao longo da década de 1930, representando a identidade cultural e o posicionamento político do povo da Bahia. A razão disto é exemplificada por Del Priore (2009, p. 11), quando ressalta que o indivíduo atua tanto como agente ativo quanto como reflexo de seu tempo. Seu caminho não só reflete uma análise da sociedade, mas também as tensões e conflitos inerentes ao período histórico vivido. Essa visão é particularmente relevante para compreender o contexto em que Neiva esteve inserido durante a transição para a Era Vargas, o modo como procurou se posicionar por meio de alianças com diferentes agrupamentos políticos, ao mesmo tempo em que foi profundamente afetado pela instabilidade do período.

Uma das tensões marcantes na atuação política de Arthur Neiva diz respeito à sua mudança de posicionamento em relação às identidades regionais que anteriormente defendia com veemência. Se por um lado, ele foi um entusiasta da “paulistanidade” e um defensor das instituições científicas e políticas de São Paulo, por outro, aceitou representar a Bahia em momentos decisivos de sua carreira durante a Era Vargas. Essa inflexão pode ser lida como uma substituição temporária da lealdade identitária, mas também pode indicar que tais vínculos regionais não eram exclusivos ou fixos, e que sua adesão a determinados projetos políticos respondia mais às circunstâncias históricas e estratégicas do que a um pertencimento rígido.

Durante a década de 1920, Arthur Neiva participou ativamente de campanhas e ações institucionais no estado de São Paulo, alinhando-se à defesa da modernização nacional a partir do modelo paulista, entendido como expressão de supremacia econômica e cultural (Leal, 2020; Mota, 2012). O ideal de “paulistanidade” era concebido como um paradigma de progresso para o Brasil, com São Paulo ocupando o papel de vanguarda no desenvolvimento nacional (*Ibidem*). Em correspondências com Monteiro Lobato, Neiva exaltou o papel do estado

paulista, chegando a descrevê-lo como a “locomotiva” da nação (Borgmeier, 1940). Sua postura em relação ao estado de origem e à elite local sofreu alterações a partir do rompimento com os interesses políticos paulistas, sobretudo após o levante constitucionalista de 1932, em que São Paulo se insurgiu contra as políticas centralizadoras de Getúlio Vargas. Inserido nesse novo cenário político, Neiva viu-se pressionado a deixar São Paulo em meio a essas circunstâncias. O fragmento da carta de Neiva a Bernardino, em 18 de fevereiro de 1932, narra a situação e justifica a mudança de posicionamento estratégico do personagem:

> Fui insistentemente reclamado por S. Paulo, a fim de reassumir a direção do Instituto Biológico, acabei cedendo, mas prevejo que minha estadia não seja de muito tempo para as bandas de lá, pois o ambiente paulista mudou muito, e os ataques sinceros ou não aos brasileiros sobretudo desprezo que finge ter pelo restante de seus compatriotas com especialidade os nortistas, como verá pelo número de os separatistas que ele remete. Tal mostrengo deverá ficar pertencendo ao Instituto Histórico da Bahia. Pode-se ver como os “Cabeças chatas” como somos chamados tratados.

A carta de Neiva a Barthô[229], em 06 de fevereiro de 1932, mencionou discussões sobre o separatismo paulista, derivadas de um sentimento de humilhação por parte dos paulistas, que se sentiam injustiçados e subjugados pelo governo central. Essa questão do separatismo é focalizada de forma crítica, com Neiva proferindo que, mesmo que os paulistas desejassem independência, a história mostrava que esse tipo de ação só ocorria por meio da luta armada, algo que ele julgava improvável de ter sucesso no Brasil república. Ele criticou o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista (PRP), afirmando que ambos cometeram erros graves e estavam em uma situação caótica. A crise financeira era evidente, com dificuldades no pagamento dos juros das apólices do estado e a crescente instabilidade econômica. Neiva expressa descrença na capacidade de reverter essa situação, inclusive mencionando a possível reabertura do parlamento e a falta de confiança no poder político estabelecido. Em tom pessimista, interpretou a queda do governo de Washington Luís como o colapso de uma estrutura do poder governamental, indicando que as bases políticas do Brasil estavam em processo de transformação e incerteza:

[229] Apelido de Bernardino José de Souza nas cartas trocadas entre ele e Neiva.

> Voltei de S. São Paulo amargurado. Aquilo virou Baía de tal forma a politicagem arrasa tudo. tive apaixonada discussões com amigos íntimos a respeito do separatismo, porquanto até disso lançaram mão, a princípio badalaram tal inspiração como uma queixa daquilo que eles não se fartavam de dizer a cada passo. O Brasil inteiro sabe do imenso amor que tenho a esse ponto São Paulo e só eu sei o quanto fui atacado pela célebre frase em que o comparei a uma locomotiva a puxar 20 vagões […]. Compreendo que queiram ficar independentes, mas não poderão sair do Brasil como uma firma que anuncia ao público edital sócio saído da sociedade. Poderão os paulistas ficarem independentes, mas terão que arcar a liberdade com a ponta da espada. Assim tem feito todas as nações do mundo e o Brasil ainda terá forças para lutar e possa segurar também, para vencer […]. A situação política de S. Paulo é uma confusão que nem o diabo entende, para mim o Partido Democrático está arrasado e o P. R. P. cometeu imenso erro de mandar escrevesse o manifesto pelo Roberto Moreira, amigo íntimo de Washington, seu antigo líder na câmera […] Continuo cada vez mais indeciso diante do ambiente paulista que pela primeira vez me fez sentir a condição de baiano. Além disso as dificuldades econômicas e financeiras cresceram hora a hora[230].

A correspondência de Arthur Neiva aborda não apenas o dilema em torno do separatismo paulista, mas também as contradições de um cientista profundamente articulado politicamente que, naquele contexto, confrontava o projeto de independência de São Paulo. Apesar de sua longa trajetória de atuação nos quadros paulistas, Neiva se posicionava contra a ruptura, denunciando, em suas cartas, a fragilidade dos partidos e a desarticulação do campo republicano.

A relação entre Washington Luís e Roberto Moreira, tal como relatado por Neiva, mostra uma articulação política na qual Moreira atuava como porta-voz das estratégias do Partido Republicano Paulista (PRP), sobretudo na defesa da hegemonia do partido[231]. Ligado a Washington Luís, Moreira foi responsável por redigir um manifesto do PRP que buscava preservar o controle conservador do partido sobre São Paulo, rejeitando as demandas crescentes por renovação política e social no final da República Velha[232]. De acordo com Neiva, essa iniciativa intensificou as divisões internas do PRP, suscitando críticas tanto de setores dissidentes quanto de alas moderadas, e refletiu a crise de representatividade e os conflitos econômicos que abalavam a política paulista. Esse quadro de instabilidade

---

[230] Carta de Barthô a Neiva, em 06/02/1932. CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ANc 29.02.09.
[231] *Ibidem.*
[232] RAMOS, Plínio de Abreu. Partido Republicano Paulista (PRP). *Verbete*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica. Acesso em: 11 set. 2024.

política e econômica favoreceu o surgimento de movimentos como a Frente Única Paulista e culminou na Revolução Constitucionalista de 1932, expressão do descontentamento frente à centralização autoritária do governo Vargas (Capelato, 1981; Fausto, 1997; Skidmore, 1986).

Como discutido no segundo capítulo desta tese, a interdependência entre alianças políticas e trajetórias individuais era estrutural na formação e condução dos institutos científicos brasileiros. No caso de Neiva, sua proximidade com João Alberto e os tenentes o inseriu em um campo de disputas altamente polarizado. Tornou-se "persona non grata" entre as elites paulistas e foi forçado a deixar a direção do Instituto Biológico, não por questões administrativas, mas como resultado direto da perseguição política. Sua saída, mais tarde interpretada por alguns como alinhamento ao governo Vargas, expressava, as dinâmicas das disputas regionais.

Criado oficialmente em dezembro de 1927, durante o governo Júlio Prestes, o Instituto Biológico respondia à demanda por uma instituição científica voltada à resolução de problemas sanitários da agricultura e da pecuária paulista (Ribeiro, 1997; Silva, 2006). Sua estrutura, quadro técnico e missão institucional refletiam diretamente a visão de Neiva, que buscava integrar produção de conhecimento científico e prática, nos moldes do padrão já consolidado em Manguinhos, no Rio de Janeiro. Os rearranjos políticos de 1932 inviabilizaram sua permanência em São Paulo e marcaram o fim de sua liderança naquele espaço, conforme apresentado no segundo capítulo da tese.

4.1.4 **As atividades editoriais e científicas de Arthur Neiva durante a transição entre o Governo Provisório e Constitucional**

Em 1933, Arthur Neiva retornou às suas atividades de pesquisa e editorial. Naquele ano, ele assumiu a direção do jornal carioca *A Nação*, que estava associado ao movimento tenentista, ocupando a posição por pouquíssimo tempo. O periódico havia sido fundado por João Alberto e tinha como redator-chefe Azevedo Amaral, um personagem-chave na elaboração das ideias que posteriormente fundamentariam o governo do Estado Novo sob a liderança de Vargas[233]. Em um

[233] Antônio José de Azevedo Amaral exerceu papel central como ideólogo do Estado Novo, defendendo a centralização do poder como condição para o desenvolvimento nacional. Em seus escritos, especialmente *em O Estado Autoritário e a Realidade Nacional (1938)*, propôs um modelo

ofício particular do Gabinete do Ministro da Justiça, possivelmente de enviado a Arthur Neiva e Azevedo Amaral, em 27 de janeiro de 1933, são citadas as suas impressões acerca do momento de transição do governo provisório para o constitucional:

> Ilustres Confrades Drs. Artur Neiva e Azevedo Amaral, M.D. Diretores da "A NAÇÃO". Nesta Capital. Sem pretender, de nenhum modo, tolher a liberdade de crítica do vosso brilhante matutino, peço vênia para ponderar-vos a conveniência de poupardes a individualidade do ilustre Dr. Antonio Carlos, visada na edição de hoje e já em outras, anteriores. "A NAÇÃO" é folha amiga do Governo Provisório. O Dr. Antonio Carlos também lhe é solidário e não lhe recusa serviços. Daí, o meu interesse em vê-los harmonizados, por amor da grande causa da Revolução, que precisa dos esforços perseverantes e indormidos de todos nós, conjugadamente[234].

No texto, é citado que o periódico *A Nação* é "amigo" do governo provisório, ou seja, "um braço" e de notória afinidade com os ideais varguistas. Essa carta indica ser uma tentativa de mediar uma possível controvérsia ou desentendimento entre o jornal, o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, e o governo provisório, enfatizando a importância da cooperação e da união em tempos de revolução. A mensagem da carta tem o intuito de preservar a harmonia e o apoio mútuo entre as partes envolvidas. Essa tentativa de conciliação mostra a relevância estratégica de Minas Gerais para a consolidação do regime varguista. Antônio Carlos[235], então liderança influente na política mineira e um dos principais articuladores da Aliança Liberal, era considerado essencial para a estabilidade do governo provisório (Fausto, 1997). Ao destacar o alinhamento de *A Nação* com Vargas, Neiva procura evitar desgastes que poderiam comprometer a unidade da coalizão responsável pela "Revolução de 1930".

---

bonapartista e corporativista para o Brasil, influenciado por autores como Oliveira Vianna e Alberto Torres. Amaral via no autoritarismo uma via legítima para a modernização do país, e sua produção intelectual serviu como importante ferramenta de legitimação do regime de Getúlio Vargas. Ver: RAGO, Maria Aparecida de Paula. O demiurgo da construção nacional: o pensamento industrialista de Azevedo Amaral. *Verinotio* – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, v. 25, n. 2, nov. 2019. ISSN 1981-061X. Disponível em: https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/507/407.Consultado em: 28 jun. 2025.

[234] Ofício do Gabinete do Ministro da Justiça Neiva a Amaral, em 27/01/1933.FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ANc 29.02.09. Possivelmente, a correspondência foi assinada por Oswaldo Aranha, a assinatura não é legível na fonte.

[235] Verbete: CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. CARLOS, Antônio. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARLOS,%20Ant%C3%B4nio.pdf. Consultado em: 26 jun. 2025.

Arthur Neiva trabalhou no jornal *A Nação* por apenas dois meses, deixando o cargo de diretor ao receber uma nova proposta profissional. Em 1º de março de 1933, foi nomeado pelo presidente Getúlio Vargas como diretor-geral da recém-criada Diretoria-Geral de Pesquisas. De acordo com o decreto de 24 de janeiro de 1933, Neiva continuaria formalmente vinculado à função anterior, mas passaria a receber apenas o salário referente ao novo cargo. Poucos dias depois, em 20 de março de 1933, foi colocado à disposição do Ministério da Agricultura, ao qual passaram a estar subordinados diversos institutos, como o de Meteorologia, Geologia, Química, Biologia Animal e Vegetal, além da Estação Experimental de Combustíveis e Minérios. Esse momento representou uma fase de transição na carreira de Neiva, marcada pela reconfiguração institucional promovida pelo governo Vargas após a "Revolução de 1930". Os primeiros anos do novo regime foram caracterizados pela criação de órgãos voltados ao crescimento econômico e industrial, como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em consonância com o projeto de desenvolvimento nacional. Esse processo de construção institucional também se refletiu em outras áreas estratégicas do país, como a saúde pública.

Apesar das expectativas iniciais na nova função, os meses que se seguiram foram desafiadores para Arthur Neiva, levando-o a reconsiderar sua permanência no cargo. Assim, em 21 de agosto de 1933, ele enviou uma carta de renúncia a Juarez Távora, então Ministro da Agricultura, formalizando sua saída da Diretoria-Geral de Pesquisas Científicas. Na correspondência, Neiva atribuiu sua decisão, em um primeiro momento, a questões de saúde; posteriormente, apontou as dificuldades enfrentadas para implementar o seu projeto de trabalho no Instituto de Biologia Animal como fator determinante, conforme expresso na fonte a seguir:

> Verificando não poder realizar o Instituto de Biologia Animal como o idealizei, conforme prova a carta cuja cópia anexo à presente, de um de meus amigos mais dedicados, e por motivos inteiramente alheios à minha vontade, como meu estado de saúde atualmente alterado, venho, em caráter irrevogável, depor nas mãos de V. Ex. o cargo de Diretor Geral de Pesquisas Científicas, para o qual fui indicado pelo Governo Provisório. Procurei, na medida de minhas forças, cooperar com V. Ex. nos serviços que me estavam afetos, e esse meu gesto em nada altera a estima e o apreço em que eu tenho[236].

[236] Carta de Neiva ao Snr. Ministro da Agricultura, Juarez Távora, em 21 de agosto de 1933. FGV/CPDOC. ANc 33.01.11.

De acordo com o cenário exibido na missiva, essa decisão reflete os obstáculos que Neiva enfrentou, como a falta de organização estrutural e a sobrecarga de trabalho. Meses antes, ele já havia relatado em carta a sua insatisfação a seu amigo Bernardino: “Como me encontro sobrecarregado de serviços na Diretoria de Pesquisas, tenho todo o meu tempo absorvido por trabalhos excessivos [...], desde outubro de 1930 até hoje tenho passado o diabo, como V. sabe”[237]. Ou seja, as divergências entre suas expectativas técnicas e a realidade administrativa inviabilizaram a plena execução do instituto, levando-o a renunciar ao cargo.

Ainda sobre com a temática do periódico *A Nação*, em 6 de maio de 1935, Arthur Neiva enviou uma carta ao coronel João Alberto solicitando que este descrevesse suas atribuições, formas de colaboração e vínculo político com o jornal[238]. A solicitação estava diretamente relacionada à divulgação do programa da Aliança Nacional nos periódicos *A Nação, A Pátria* e *A Manhã*, no Rio de Janeiro, e *Plateia*, em São Paulo. A iniciativa poderia levantar suspeitas de que Neiva estivesse associado ao movimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL)[239] ou

[237] Carta de Neiva a Bernardinho, em 26 de janeiro de 1933. FGV/CPDOC. ANc. 29.02.09: “Estou assoberbado de serviço pela organização da Diretoria Geral de Pesquisas Científicas, que ficou a meu cargo, e pela direção da “A Nação”, empreitada que tive que assumir [...] Estou metido nisto como cana na moenda. Tenho que sair do outro lado, talvez em bagaço, deixando o suco pelo caminho [...] Não imagina como sinto necessidade de repousar e aqui, no entanto, me encontro numa labuta infernal”.

[238] “Prezado amigo Coronel João Alberto. A fim de que fique satisfatoriamente esclarecida minha ligação com "A Nação", venho pela presente solicitar-lhe responder, ao pé desta, aos seguintes itens abaixo formulados. Fica entendido que tuas respostas ficarão em meu poder e delas ser-me-ha facultado fazer o uso que me convier. I) – Qual foi, precisamente, o caráter de minha atuação na "A Nação"?
II) – Foi minha colaboração graciosa, ou recompensada? III) – Fiz, em qualquer época, parte da Companhia de Pressão e Propaganda? IV) – Qual era o programa existente entre nós, no início, ao se cogitar fundar "A Nação"?”. Carta de Neiva a João Alberto. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc18.03.09.

[239] A Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em março de 1935, constituiu-se como uma frente política de inspiração antifascista e anti-imperialista, articulada a partir da convergência de diversas correntes progressistas, entre elas comunistas, socialistas, militares dissidentes e intelectuais. Inspirada nas frentes populares europeias, a ANL defendia um programa reformista que incluía a anulação das dívidas pública e externa, a nacionalização de empresas estrangeiras, a reforma agrária e a ampliação das liberdades democráticas. Sua rápida expansão nacional refletiu o acirramento das tensões políticas do período e o crescimento da oposição ao regime de Getúlio Vargas, com destaque para as atuações regionais de líderes como Agildo Barata (no Rio Grande do Sul), Caio Prado Júnior e Miguel Costa (em São Paulo). Ver LESSA, Renato. O nascimento da política moderna no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2010; TOLEDO, Edilene. A Aliança Nacional Libertadora: uma frente popular no Brasil (1935). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

mesmo às ideias comunistas, o que representaria um risco significativo para sua atuação como deputado federal pela Bahia. Em resposta a Neiva, João Alberto enviou a carta a seguir em 17 de maio de 1935:

> I) - Quanto ao item I), ficou assentado que o Snr. tomaria a si o encargo de orientar politicamente o órgão a ser fundado, como possuidor que era do título "A Nação" e por ser seu nome naturalmente indicado para tal função pela repercussão que teria no cabeçalho de um jornal. O Snr. a dirigiu durante pouco mais de um mês retirando-se depois da direção efetiva em virtude de ter aceitado o cargo de Diretor Geral de Pesquisas Científicas do Ministério da Agricultura, o que não facultava tempo suficiente para atender aos múltiplos encargos que acarretava a direção da "A Nação". A meu pedido, porém, ficou o seu nome no cabeçalho do referido matutino, por subsistirem na íntegra os motivos determinantes de sua escolha, recebida, aliás, com aplausos pelo próprio Chefe do Governo Provisório, a quem havia consultado. Por ocasião da minha viagem aos Estados Unidos, em julho do ano de 1933, não lhe convindo por motivos de ordem particular continuar com seu nome figurando como Diretor retirou-o. Posteriormente, o Snr. não teve mais qualquer interferência na "A Nação", nem mesmo no tocante à sua orientação política, ficando apenas na situação de sócio da Companhia "A Nação" com suas quotas devidamente integralizadas […]. Julgando haver desta forma respondido claramente e com absoluta franqueza aos seus quesitos, aqui me subscrevo. João Alberto[240].

Nesta correspondência, João Alberto mencionou que Neiva concordou em orientar politicamente o jornal *A Nação*, devido ao prestígio que seu nome traria ao periódico. Após aproximadamente um mês, ele se retirou da direção do periódico devido à sua nomeação como diretor geral de pesquisas científicas do Ministério da Agricultura. A pedido de João Alberto e com a aprovação do Chefe do Governo Provisório. Durante a viagem de Alberto aos Estados Unidos em julho de 1933, Neiva optou por remover seu nome da direção do jornal por motivos pessoais e, desde então, não teve mais envolvimento na orientação política da *A Nação.* A carta é uma resposta detalhada e direta às preocupações ou dúvidas levantadas por Neiva, esclarecendo os termos e condições da sua colaboração inicial e subsequente retirada do jornal *A Nação*.

Alberto explicitou a natureza não remunerada da participação de Neiva, seu compromisso inicial com a orientação política do jornal, e os desafios enfrentados na implementação do programa originalmente planejado. A resposta de Alberto na correspondência foi bem objetiva e esclarecedora ao justificar a rápida passagem de

[240] Carta de João Alberto a Neiva, em 17/05/1935. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ ANc18.03.09.

Arthur Neiva na direção do periódico *A Nação*. A missiva teve o propósito de resguardar Arthur Neiva de quaisquer acusações de participação direta ou indireta de movimentos revolucionários[241] contrários ao Governo Provisório. Essa hipótese pode ser atestada em outra missiva de Neiva, enviada ao gerente Frederico Duarte, do jornal *A Nação*, 8 de maio em 1934. Foi dito no texto que a resposta da carta poderia ser usada para o que fosse conivente ao remetente:

> Prezado snr., necessitando, para meu governo, algumas informações que só me podem ser fornecidas por V.S., venho solicitar-lhe que me responda, ao pé desta, ao seguinte item: Recebeu o abaixo-assinado, desde a fundação de "A Nação" até a presente data, qualquer quantia, a qualquer título, daquele jornal, mesmo durante o período de sua direção? Fica entendido que poderei fazer da resposta de V.S. o uso que me convier[242].

Nas missivas que antecedem o golpe do Estado Novo, frequentemente, Neiva abordou a dificuldade de conduzir projetos científicos em meio à instabilidade política e econômica. Ele menciona os desafios orçamentários enfrentados pelo Instituto de Tecnologia e o Instituto de Biologia Animal, além da obtenção de novos recursos para esses projetos. Apesar das dificuldades, Neiva escrevia as suas correspondências privadas com ceticismo e dúvidas quanto ao futuro. A exemplo, em carta, expressou o desejo de se isolar e viver em paz, longe das complicações políticas e econômicas. O texto não apenas descreve os desafios do período de transição governamental, mas também aponta o espírito de desânimo, ou talvez, de uma pausa, nesse tempo de transformações.

---

[241] Essa atitude de Neiva ao solicitar essa carta de João Alberto, tornou-se ainda mais relevante após o governo aplicar em 11 de junho a Lei de Segurança Nacional para decretar o fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), forçando-a a atuar na clandestinidade. A partir de então, a ANL passou a divulgar propagandas e críticas ao governo e ao integralismo, além de organizar comícios-relâmpagos. Em resposta à oposição crescente, Vargas intensificou seus esforços de comunicação, criando o programa de rádio “Hora do Brasil”, que visava difundir as informações oficiais do governo em todo o país (Fausto, 2001). A situação se agravou com a tentativa de golpe comunista conhecida como a Intentona Comunista, que visava derrubar o governo e instaurar um regime socialista. A Aliança Nacional Libertadora realizou um levante comunista iniciado no dia 23 de novembro de 1935 em Natal, onde se instalou o primeiro governo popular revolucionário, com duração de quatro dias (Fausto, 2001; Falcão, 2004). O levante foi deflagrado por sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores, que assumiram o comando em nome da ANL e receberam a adesão de diversos civis. As notícias da vitória do movimento em Natal precipitaram o movimento em Recife, deflagrado no dia 24 de novembro pelo 29º Batalhão de Caçadores. No dia 25, quando já estava debelado o movimento em Recife, Luís Carlos Prestes deu ordens para a eclosão da revolta no Rio de Janeiro. Nesse mesmo dia, Vargas ordenou ao Congresso que fosse declarado o estado de sítio em todo o território nacional. Vargas usou a Intentona Comunista como justificativa para decretar o estado de sítio, perseguir e prender os envolvidos, e reforçar a centralização do poder em suas mãos.

[242] Carta de Neiva a Frederico Duarte, 08/05/1934. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ANc 1932.02.22.

4.1.5 **A eleição de Arthur Neiva como deputado federal pelo PSD-BA**

Em 3 de maio de 1933, Getúlio Vargas decretou a realização de eleições para a formação de uma nova Assembleia Constituinte. Tal decisão concedeu ao estado de São Paulo aquilo que a "Revolução Constitucionalista" de 1932 não havia logrado conquistar, ao mesmo tempo em que possibilitou a Vargas a chance de legitimar seu poder e avançar com seu projeto de regeneração nacional. A Assembleia Constituinte de 1933-1934 foi composta por representantes de todos os estados brasileiros, bem como por quarenta deputados, escolhidos segundo os princípios do corporativismo (Pandolfi, 1999). A maioria dos estados periféricos, representados por parlamentares alinhados ao governo, com os delegados classistas e representantes minoritários dos estados economicamente mais influentes, enfrentou a oposição de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que buscavam restringir o poder do Executivo central.

Foi implementado um conjunto de reformas político-institucionais que consolidaram a centralização do poder e a concentração das decisões nas mãos do governo federal. A instituição do sistema de interventorias assegurou maior controle administrativo sobre as unidades federativas, restringindo a influência das elites agrárias descontentes com a ascensão de uma nova burocracia estatal. O apoio da jovem oficialidade do Exército, herdeira das lutas tenentistas da década de 1920 e de civis simpáticos às propostas reformistas do regime foi fundamental para a consolidação de um Estado autoritário, centralizador e nacionalista (Diniz, 1999; Pandolfi, 1999; Camargo, 2001; Carvalho, 2001).

Arthur Neiva candidatou-se a deputado federal pela Bahia, apoiado por setores que reconheciam sua atuação técnica e modernizadora. Sua visibilidade como cientista e ex-interventor, além de seu papel como diretor do jornal *A Nação*, ligado ao tenentismo, contribuíram para sua inserção no cenário político nacional. Ele se candidatou pelo Partido Social Democrático da Bahia. Com o apoio do governo federal, Juracy Magalhães, que liderou em 1933, a criação do PSD-BA, uma estrutura partidária de perfil conservador, autoritário e nacionalista, marcada pela presença de militares e tecnocratas[243]. Esse arranjo institucional consolidou o

[243] Ver mais: ARAÚJO PINHO, Ana Luiza Araújo Caribé de. *De forasteiro à unanimidade:* a ascensão política de Juracy Magalhães na Bahia no período de 1931-1934. *In:* ANPUH - XXV Simpósio

chamado “juracysismo” como força política dominante no estado, baseado na centralização do poder, na valorização da ordem e no discurso de modernização administrativa (Batista, 2018).

Ao filiar-se ao PSD-BA, Neiva buscava manter-se politicamente relevante diante da reorganização institucional promovida pelo Estado Novo. Sua presença no partido representava a tentativa do regime de incorporar intelectuais e técnicos ao projeto modernizador em curso, embora sua atuação tenha sido ofuscada pela falta de articulação política e pelo protagonismo de Juracy (Birman, 2005). Ainda em 1933, Neiva foi eleito deputado constituinte pela Bahia e, posteriormente, reeleito para um novo mandato na Câmara Federal, atuando entre 1934 e 1937. Nesse período, manteve uma relação estreita com Juracy, evidenciada pelo aumento expressivo da correspondência trocada entre ambos, ao mesmo tempo em que presidia a Comissão de Saúde Pública do estado da Bahia, função que exerceu até abril de 1935.

A eleição de Arthur Neiva como deputado constituinte pela Bahia, em 1933, e sua posterior reeleição em 1934 pelo Partido Social Democrático da Bahia (PSD-BA), esteve diretamente relacionada às articulações políticas desenvolvidas após sua breve passagem como interventor federal e à sua reaproximação com figuras centrais do cenário político baiano, sobretudo Juracy Magalhães. A filiação ao PSD-BA, alinhado ao projeto varguista de centralização do poder e reorganização institucional, não foi circunstancial, mas estratégica –ao se posicionar como um técnico alinhado aos novos rumos do Estado, Neiva reforçava sua permanência nas engrenagens da administração pública nacional. Sua experiência como gestor sanitário, aliada à participação ativa na estruturação de políticas educacionais e científicas, o legitimava como um quadro confiável no projeto de modernização do Estado. A atuação parlamentar não deve, portanto, ser compreendida de forma dissociada de sua trajetória como cientista e burocrata, mas como continuidade de uma inserção política em curso desde a “Revolução de 1930”.

A relação com Juracy Magalhães mostrou-se fundamental para a continuidade de Neiva na cena pública. A correspondência entre ambos, especialmente durante o período legislativo, evidencia uma aliança política sustentada por vínculos institucionais e afinidades ideológicas. Em 29 de maio de

---

Nacional de História, Fortaleza, 2009. Fortaleza: ANPUH, 2009.
MAGALHÃES, Juracy. *Minhas Memórias Provisórias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

1934, Neiva redigiu uma carta a Juracy na qual detalhou o trabalho desenvolvido pela bancada baiana, elogiando o esforço coletivo, o sacrifício e a dedicação dos membros em honrar os compromissos partidários, apesar da impopularidade e das críticas intensas vinculadas ao seu governo[244]. Neiva destacou a significativa contribuição da Bahia para a resolução dos problemas constitucionais e para a candidatura de Getúlio Vargas, sublinhando a importância do reconhecimento e da justa recompensa pelos serviços prestados. Argumentou ainda que, apesar dos desafios e da falta de reconhecimento, a Bahia permanecera fiel aos seus princípios e ofereceu um serviço exemplar, o que, em sua opinião, merecia ser valorizado e respeitado tanto no presente quanto no futuro. Neiva deixou de escanteio a sua revolta com os baianos por tê-lo rejeitado em sua interventoria em 1931, e não economizou elogios a sua terra natal ao escrever a carta ao capitão Juracy.

Na mesma correspondência, Neiva manifestou sua expectativa de visitar a Bahia para a inauguração do Instituto do Cacau, com o objetivo de reconhecer publicamente os esforços e o patriotismo envolvidos, bem como o impacto positivo da "Revolução de 1930". A missiva traz uma expressão bastante emblemática "no Brasil, em geral, o homem serve para o que serve e enquanto serve" [245], a qual sugere que, no contexto brasileiro, as pessoas são apreciadas e utilizadas apenas enquanto têm algo a contribuir ou enquanto são úteis para os interesses de outros. Em essência, a expressão reflete uma visão sobre como a utilidade e o serviço eram frequentemente mais valorizados do que a lealdade ou o mérito duradouro. Neiva destaca a disciplina e o comprometimento do PSD-BA, apontando-o como exemplo de colaboração e espírito público. Menciona o apoio de aliados na divulgação de seu discurso, que expressava os princípios que nortearam sua campanha. Apesar das dificuldades enfrentadas, Neiva demonstra orgulho com os resultados obtidos, enfatizando a expressiva vitória na Assembleia e seu desempenho combativo, em linha com o estilo político que vinha consolidando desde os anos 1920. A correspondência a Juracy aponta como Neiva reforçou sua aliança com as forças políticas então dominantes na Bahia e com o governo Vargas. Desse ponto de vista, reforçou a baianidade como elo que o unia àquelas forças e que contribuía de forma decisiva no apoio político para o regime que se reinventava como governo constitucional e democrático.

---

[244] Carta de Neiva a Juracy, em 29/05/1934. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva. AN 33.07.25.
[245] Carta de Neiva a Juracy, em 29/05/1934. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva. AN 33.07.25.

É pertinente explicitar como escolha analítica fundamental deste terceiro capítulo, o recorte que privilegia a atuação de Arthur Neiva como gestor, cientista e intelectual-mediador, em detrimento de uma análise aprofundada de seu mandato no Legislativo ou de sua atuação específica no debate da Constituinte de 1933, como a análise minuciosa de atas. Esta opção metodológica decorre diretamente da natureza das fontes consultadas – notadamente, seu arquivo pessoal, composto, entre outras coisas, por correspondências e jornais, que reforçam a imagem pública de um Neiva que transitava pela política como cientista. Priorizou-se, assim, o exame de sua gestão em instituições públicas, de suas interventorias estaduais, da produção intelectual sobre a nação e de seu papel como mediador entre o saber técnico e o aparelho de Estado. A opção por privilegiar essas dimensões mostrou-se mais coerente não apenas com as fontes disponíveis e com a ênfase da pesquisa, mas também com o tempo hábil para o desenvolvimento deste trabalho.

4.1.6 **A defesa de Neiva contra a imigração nipônica**

> Fui eficiente e apóstoma da luta memorável, a maior da Constituinte, conseguimos impedir que os japoneses continuassem emigrando para o Brasil sem conta e medida.[246]

A afirmação de Neiva no fragmento acima é resultado da sua posição enquanto parlamentar durante o Governo Constitucional, no qual desempenhou uma atuação marcante pela defesa de leis que visavam ao controle da entrada de estrangeiros no país[247], principalmente de asiáticos. Ao lado dos médicos Miguel Couto, Xavier de Oliveira e Monteiro de Barros, Neiva lutou pela restrição da imigração de japoneses[248], defendendo que não eram assimiláveis à composição racial brasileira, eram súditos de um império com ambições expansionistas e comprometiam a ocupação de trabalhadores nacionais, os quais deveriam ser

[246] Carta de Neiva a Biglieri, em 19/03/1943. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 43.03.14.

[247] Ver mais: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 42, n. 89, 2022. DOI: 10.1590/1806-93472022v42n89-06. Consultado em: 02 out. 2025.

[248] É relevante destacar que anos depois, que no contexto da Segunda Guerra, Neiva escreveu uma carta a Arnold Silva, em 22/05/1942: “Não creio que a guerra acabe tão cedo e o transporte marítimo será cada vez mais escasso e mais precário. Meu bom amigo, como nós baianos acertamos opondo-nos à entrada dos japoneses. Lutamos até contra o Governo que a desejava e este seu amigo foi quem impediu que Miguel Couto se retirasse da arena em consequência de uma carta que este tinha recebido de Oswaldo Aranha, então partidário dos japoneses”. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc17.05.04.

privilegiados na exploração econômica do território nacional. Esse tema racial apareceu no debate político dirigido por Neiva, visto que o sentimento antinipônico possui fortes relações com concepções da eugenia defendida por Renato Kehl nas décadas de 1920 e 1930 (Souza, 2016), o que é analisado no quarto capítulo da tese.

A incorporação de princípios eugênicos na Constituição de 1934, especialmente por meio do artigo 138, revela como o Estado brasileiro mobilizou a educação como instrumento de engenharia social voltado ao chamado aprimoramento racial. Durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1933, o debate sobre a imigração esteve fortemente permeado por concepções racialistas, amplamente difundidas por setores influentes do meio científico e intelectual. Como observa Geraldo (2007), esse cenário se traduziu em políticas imigratórias restritivas, amparadas por decretos, leis e pronunciamentos oficiais que buscavam moldar a composição étnica da população nacional segundo critérios de hierarquização racial. A eugenia deixou passou a orientar ações concretas do Estado, especialmente durante o governo Vargas, integrando-se ao projeto autoritário de construção de uma nação homogênea e produtiva, legitimada por um discurso científico de base racial. É nesse marco que se insere a movimentação contrária à entrada de imigrantes japoneses, cujas campanhas restritivas foram construídas por estereótipos a partir da imagem internacional daquele grupo. Por essa lógica, a seleção imigratória deveria impedir a formação de núcleos étnicos considerados ameaçadores à homogeneização racial e cultural do país.

Em fevereiro de 1934, em relação à emenda apresentada no projeto de lei, Arthur Neiva afirmou que “não precisamos tanto do braço estrangeiro e é por isso que podemos selecioná-lo” (Geraldo, 2007, p. 97). Ele condenava a imigração nipônica, defendendo que a seleção de imigrantes era passível de ser feita sob variados aspectos, como o sanitário, o étnico, o ideológico, o político, o religioso, o da profissão, idade ou sexo (Geraldo, 2007, p. 207), apesar de admirá-los e apoiá-los quando visitou e trabalho no Japão em 1920, antes do seu ingresso na política partidária. Por fim, a Assembleia Constituinte aprovou uma emenda que previa cotas de 2% do contingente de imigrantes de cada nacionalidade fixado no país nos últimos 50 anos, uma forma de favorecer os europeus que eram os que haviam afluído em maior número nesse período (Leão Neto, 1989; Ramos, 1996; Lesser, 2001; Geraldo, 2007; Souza, 2009).

A carta de McClatchy[249] enviada a Neiva, em 8 de abril de 1934, aborda o interesse dos jornais da Califórnia no movimento da Assembleia Constituinte Brasileira, mostrando que o assunto atingiu repercussão internacional. Estavam interessados na campanha brasileira na introdução de cotas para a imigração japonesa. McClatchy sugeriu que Neiva poderia estar interessado na experiência da Califórnia com problemas semelhantes ligados à imigração estrangeira. Disponibilizou alguns documentos sobre esse assunto. Foi frisado ainda que poderia mobilizar o *Business Journal* para expressar sua disposição de cooperar ou expandir a discussão por meio da mídia. A carta exibe elementos de comunicações diplomáticas e informativas, nas quais autoridades da Califórnia compartilharam informações relevantes e cooperaram em questões legislativas no Brasil:

> Meu caro Senhor,
> Jornais na Califórnia estão chamando a atenção para o movimento dentro da Assembleia Constituinte Brasileira, liderado por vossa pessoa e outros deputados, para colocar a imigração japonesa sob cotas. Talvez lhe interesse a experiência da Califórnia em assuntos semelhantes, e por isso envio-lhe alguns documentos sobre o tema[250].

A Constituição Brasileira de 1934 instituiu restrições quantitativas à imigração no Brasil[251], estabelecendo o princípio das cotas por nacionalidade. O artigo 121 da Constituição, em seu §6º, determinava que "a entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e adaptação econômica e social do imigrante", sendo fixadas anualmente por lei as

[249] Valentine Stuart "VS" McClatchy (1857–1938) foi um influente editor de jornal da Califórnia Central e uma figura central no movimento antijaponês nos EUA após a Primeira Guerra Mundial, atuando para impedir a imigração japonesa por meio da Lei de Imigração de 1924. Filho do fundador do jornal Sacramento Bee, McClatchy usou sua posição para promover uma visão hostil aos nipo-americanos, apresentando-os como uma "força de invasão pacífica" e defendendo políticas de exclusão e restrições à cidadania. Fundador da Liga de Exclusão Japonesa da Califórnia, articulou campanhas de propaganda e lobby político junto a aliados importantes para consolidar essa agenda. Sua atuação teve impacto duradouro, influenciando também medidas repressivas adotadas durante a Segunda Guerra Mundial. Ver mais: DANIELS, Roger. A Política do Preconceito: O Movimento Antijaponês na Califórnia e a Luta pela Exclusão Japonesa. 2. ed., Berkeley: University of California Press, 1977. NIELSON, Chris Stewart. "Branquitude em Perigo: Sentimento Antiasiático na Califórnia, 1900-1930." Tese de doutorado, Universidade da Califórnia, Riverside, 2007. MCCLATCHY, V.S. Quatro Panfletos Antijaponeses. Nova York: Arno Press, 1978.

[250] Carta de McClatchy a Neiva, em 08/04/1934. California Joints Immigration Committee. CPDOC/ FGV. Fundo Arthur Neiva/ANc 1932.02.22.

[251] É crucial ressaltar que a Constituição de 1934 não instituiu a primeira restrição imigratória no Brasil. Uma política imigratória seletiva já era praticada desde o final do século XIX, com medidas como a interdição da imigração chinesa (Decreto n. 528, de 1890). Ver mais: SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *In:* . Etnicidade e cultura no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. p. 25-48.

cotas de ingresso por nacionalidade. Tanto o contexto brasileiro quanto o norte-americano compartilhavam, nesse momento, de políticas imigratórias baseadas em critérios étnicos e nacionalistas. No trecho da carta de Arthur Neiva a McClatchy, a discussão centra-se nas leis de imigração dos Estados Unidos, que regulavam a entrada de imigrantes de várias partes da Ásia, particularmente o Japão e a China. O Ato de 1924[252], conhecido como o "Ato de Exclusão Oriental", impôs rígidas restrições à imigração asiática nos EUA, com quotas limitadas e uma série de barreiras legais que visavam excluir a maioria dos imigrantes asiáticos. O objetivo era restringir a entrada de estrangeiros considerados inelegíveis para a cidadania americana.

No Brasil, foi estabelecido um sistema de cotas que limitava a quantidade de imigrantes de determinadas nacionalidades. A abordagem adotada era predominantemente regulatória, com o objetivo de manter um equilíbrio demográfico e cultural, mas sem impor um bloqueio absoluto a certos grupos. A lei de cotas aprovada reproduzia o limite previamente estipulado e utilizava as mesmas categorias de cálculo: 2% sobre o total de imigrantes de cada nacionalidade. Esse critério de seleção baseado na origem nacional foi inspirado na legislação norte-americana da década anterior. Observa-se que quase toda a bancada paulista apoiava a emenda nº 315, de autoria de Monteiro de Barros, que propunha a criação de um órgão técnico responsável por coordenar as medidas de caráter eugênico e educacional adotadas pelos Estados (Geraldo, 2007). Em 19 de dezembro de 1934, Arthur Neiva ressaltou uma emenda constitucional, com os demais deputados constituintes da bancada baiana. Tem-se, a seguir, um fragmento de sua defesa: "E não seria oportuno alimentar correntes imigratórias de homens de cor, sejam de asiáticos ou de pretos africanos e americanos, portadores de outras línguas e princípios religiosos"[253].

[252] O Ato de Imigração de 1924 (Immigration Act of 1924), também conhecido como Johnson-Reed Act, foi uma legislação dos Estados Unidos que estabeleceu cotas rigorosas para a entrada de imigrantes no país. O objetivo da lei era restringir a imigração de determinados grupos étnicos, especialmente aqueles provenientes da Europa Oriental e do Sul, além de praticamente proibir a imigração asiática. A legislação baseava-se em critérios de nacionalidade, limitando o número de imigrantes de cada país a uma pequena porcentagem da população daquele grupo já residente nos EUA em 1890, favorecendo, assim, imigrantes do Norte e Oeste da Europa. U.S. DEPARTMENT OF STATE. Milestones: 1921-1936 - Immigration Act of 1924. Disponível em: https://history.state.gov/milestones/1921-1936/immigration-act. Consultado em: 7 jul. 2025.

[253] O texto da emenda constitucional Nº1053 é citado na íntegra no trabalho de Andrade e Giorgi. Ver mais: ANDRADE, Wallace Carvalho de; GIORGI, Maria Cristina. Eugenia e imigração: diálogos com a

As políticas brasileiras de imigração durante o período foram fortemente influenciadas pela experiência estadunidense, uma nação que já havia travado intensos debates sobre a presença de imigrantes nipônicos, a assimilação de estrangeiros e os critérios raciais como mecanismo de seleção migratória. A restrição à imigração japonesa no Brasil refletiu diretamente essas preocupações, especialmente a partir da década de 1930[254], quando o governo Vargas intensificou a vigilância sobre fluxos migratórios considerados "indesejáveis" (Sakurai, 1995). Quando o Brasil passou a receber um número crescente de refugiados judeus, suas políticas já estavam estruturadas em torno de critérios seletivos e excludentes, sustentados por um arcabouço legal e ideológico construído em parte a partir da discussão sobre os imigrantes japoneses e suas supostas dificuldades de assimilação (Cytrynowicz, 2002).

Isso se torna ainda mais evidente na matéria intitulada "À margem da imigração japonesa: sua conveniência do momento. Freguês promete comprar e nos faz gastar dinheiro!", publicada em 13 de agosto de 1936 no *Diário da Bahia*. A fonte, atualmente sob guarda da Fundação Pedro Calmon, tem conservação bem limitada, mas o conteúdo disponível permite identificar que o texto comentava a tramitação de um projeto de lei na Câmara Estadual que propunha facilitar a entrada de imigrantes japoneses na zona agrícola litorânea da Bahia. Embora reconhecesse a suposta boa-fé dos parlamentares e o mérito da proposta, a matéria expressava preocupação com os possíveis prejuízos da medida. Mencionava-se, entre outros pontos, os altos custos com passagens e a instalação dos colonos, além das dificuldades de adaptação cultural e social, indicando que tais fatores tornariam a iniciativa arriscada. Arthur Neiva é citado como uma autoridade crítica, por já ter advertido anteriormente sobre os riscos da imigração japonesa[255]. Ao final, a matéria sugeria como alternativa o encaminhamento desses imigrantes às regiões mato-grossenses, então vistas como áreas ainda inexploradas e mais adequadas para esse tipo de colonização.

A significativa presença de estrangeiros no Brasil gerava preocupações, sendo vista até como uma ameaça à integridade da identidade nacional. Imigrantes

---

Constituinte 1933-1934 = Eugenics and immigration: dialogues with the 1933-1934 Constituent Assembly. *Revista Moara*, Belém, v. 1, n. 47, p. 53-73, nov. 2017, p. 68.

[254] Títutlo da matéria: "À margem da imigração japonesa: sua conveniência do momento. Freguês promete comprar e nos faz gastar dinheiro!". *Diário da Bahia*, 13/08/1936. Fundação Pedro Calmon. Arquivo Público de Salvador.

[255] *Ibidem.*

que inicialmente chegavam como lavradores, tanto no interior quanto na capital, muitas vezes ascendiam socialmente. O ideal de “branqueamento” influenciou as políticas restritivas de imigração, enquanto os estereótipos raciais se consolidaram como ferramentas importantes, exacerbados pelos temores relacionados às disputas políticas internacionais. A conexão entre os argumentos raciais e políticos se torna ainda mais clara ao analisar os programas desenvolvidos pelo governo de Vargas em relação aos estrangeiros no Brasil (Lesser, 2015).

Na década de 1930, os núcleos de colonização passaram a ser interpretados pelo governo brasileiro como um problema étnico que precisava ser resolvido. Os grupos que mais atraíram atenção foram aqueles formados por imigrantes e descendentes de japoneses e alemães, cuja presença concentrada em áreas específicas começou a ser vista como uma ameaça à unidade nacional (Seyferth, 1990). Ainda que as críticas iniciais estivessem enraizadas em estereótipos raciais, a principal preocupação dizia respeito à forte organização interna desses núcleos, que mantinham escolas, igrejas, imprensa e associações próprias, formando estruturas culturais e linguísticas autônomas dentro do território nacional (Werle, 2012).

O debate sobre a imigração na Assembleia Constituinte de 1934 é parte do projeto de construção de uma identidade nacional, que visava a promoção do uso uniforme e estável da língua portuguesa em todo o território brasileiro. Tal como observado por Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), a criação de uma “universidade-padrão”, de escolas secundárias e técnicas-modelo, a implementação de currículos mínimos obrigatórios e a padronização de livros didáticos e sistemas federais de controle e fiscalização representavam o ideal de homogeneidade e centralização característico da Era Vargas. A ação pedagógica promovida pelo Ministério da Educação incluiu elementos de ufanismo, a glorificação de heróis e instituições nacionais, e o culto às autoridades. A assimilação das minorias étnicas, linguísticas e culturais que se estabeleceram no Brasil nas últimas décadas tornou-se uma questão de segurança nacional.

Em 1934, Getúlio Vargas fundou o Ministério da Educação e da Saúde e nomeou Gustavo Capanema para a direção. Durante seu mandato, que durou mais de uma década, Capanema desempenhou um papel decisivo na formulação de políticas educacionais e culturais, além de contribuir com um sofisticado programa de promoção da imagem de Vargas (Gomes, 2005; Schwartzman; Bomeny; Costa,

2000). Esse programa incluía campanhas publicitárias que, de maneira explícita ou implícita, se espalhavam por rádios, jornais, livros didáticos e revistas em todo o país. A estratégia foi fundamental para consolidar Vargas como o “pai dos pobres” e defensor das massas populares. Capanema foi escolhido para o cargo após a morte de Carlos Chagas, que ocorreu no mesmo ano. Sob sua gestão, importantes mudanças ocorreram no Instituto Oswaldo Cruz, com a criação de novos departamentos e uma centralização das reformas administrativas. Mesmo enfrentando dificuldades financeiras nos anos anteriores, o instituto conseguiu preservar sua autonomia financeira, em grande parte graças aos esforços de Chagas (Hochman, 2004; Lima, 1999; Motoyama, 2004). Dessa forma, enquanto o governo Vargas impulsionava a industrialização, também buscava integrar ciência e saúde pública como pilares de seu projeto de modernização nacional.

Capanema também reuniu ao seu redor um grupo influente de intelectuais e artistas, incluindo nomes como Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Heitor Villa-Lobos, Manuel Bandeira, Cândido Portinari, Lucio Costa, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco e Carlos Drummond de Andrade (Gomes, 2000; Miceli, 2001). As iniciativas desses pensadores, ligados ao Ministério da Educação e Saúde Pública, foram decisivas para a concepção e criação de instituições como a Universidade de São Paulo (1934), a Universidade do Distrito Federal (1935), o Instituto Nacional do Livro (1937) e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), entre outros. Capanema conseguiu equilibrar as influências de assessores alinhados com o movimento da Escola Nova[256], que defendia uma visão mais técnica da educação, e de outros que promoviam a valorização da religiosidade católica na educação e sua reintegração às políticas do Estado.

4.2 A REORGANIZAÇÃO DO GOVERNO CONSTITUCIONAL E A PROPOSTA DE RACIONALIZAÇÃO ECONÔMICA POR ARTHUR NEIVA

A Constituição de 1934 adotou importantes inovações políticas e sociais, entre essas medidas estavam a criação da Justiça Eleitoral, a instituição do voto

[256] SCHWARTZMAN, Simon.; BOMENY, Helena Maria Bousquet.; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000. Cap. 2: Políticas e Ideologias da Educação, item 1: O Movimento da Escola Nova, p. 33-40.

secreto, a extensão do direito ao voto às mulheres e a consagração de direitos trabalhistas e sociais. Essas mudanças refletiam um esforço para reorganizar a participação política e ampliar a cidadania, embora dentro de limites controlados pelo Estado. Tal como é especificado por Gomes (2005), esse processo fazia parte do projeto varguista de incorporar as massas ao sistema político por meio de mecanismos regulados de controle social. Em consonância, Carvalho (2005) aponta que a nova constituição representou uma etapa fundamental na expansão da cidadania no Brasil, ao mesmo tempo em que mantinha o controle do poder nas mãos do Executivo. Fausto (2006) complementa que tais dispositivos jurídicos marcaram um momento de tentativa de conciliar avanços democráticos com a preservação da autoridade estatal.

O período foi marcado por um esforço de reorganização administrativa, modernização do Estado e fortalecimento do poder central. As relações entre ciência, política e administração pública também assumiram uma nova configuração. A carta de Neiva enviada a Juracy Magalhães, em 6 de agosto de 1934, aponta essas preocupações com a burocracia e a administração dos recursos públicos, especificamente relacionados ao saneamento rural na Bahia. No início da longa missiva, Neiva pede orientação ao Ministro da Educação, na direção de Gustavo Capanema, sobre os procedimentos necessários para a concessão de auxílios para o saneamento. A instrução destaca a necessidade de um pedido formal do Interventor Federal para a liberação de recursos, que depois seria submetido ao Presidente da República para aprovação[257]. Isso reforça a natureza regulamentada e hierárquica da gestão pública, bem como a importância dos instrumentos bucrocráticos para obter recursos nesse período.

A carta também aborda questões de política interna e a dinâmica de redes e influências no contexto eleitoral. Ela descreve as relações pessoais e partidárias que moldam decisões políticas e candidaturas, destacando o papel de Juracy na alocação de candidatos, interpretada como uma forma de gestão política. Explicita ainda a movimentação dos membros da bancada no Rio e as dificuldades decorrentes da ausência de alguns deputados, que comprometia a votação e a continuidade dos trabalhos legislativos. Tal situação revela a fragilidade do processo legislativo diante da falta de *quórum* e das operações políticas durante viagens ou

[257] Carta de Neiva a Juracy, em 06/09/1934. CPDOC. Fundo Arthur Neiva/AN c 1932.02.22.

ausências dos parlamentares. A ocorrência desses problemas em várias bancadas e a necessidade de coordenação entre os deputados sublinham os desafios administrativos e logísticos enfrentados na prática política, mostrando a natureza colaborativa e, por vezes, fragmentada do trabalho legislativo[258].

Durante o Governo Constitucional, a autonomia dos deputados federais permaneceu limitada pelo poder Executivo, pois os parlamentares atuavam em um ambiente de participação regulada, no qual muitas decisões estratégicas eram definidas por Vargas, restringindo a capacidade de atuação independente do Congresso (Gomes, 2005; Carvalho, 2001). Esse controle do Executivo sobre o Legislativo é evidenciado na correspondência de 13 de agosto de 1934, na qual Neiva responde a uma carta de Juracy Magalhães, especulando sobre uma possível intervenção de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul. Neiva ainda analisa a tentativa de conferir legalidade a essa intervenção por meio de manipulação, indicando assim sua análise acerca dos mecanismos de legitimação do poder. Neiva focaliza a possível participação de Minas Gerais na intervenção promovida por Vargas, tal como indicado na fonte a seguir:

> Irei ao dia 18 a Bahia, e então conversaremos, se houver tempo, sobre vários assuntos. Para mim, não resta dúvida que Getúlio faça o possível para intervir no Rio Grande, não sei de que modo. Talvez procurando conseguir que a intervenção seja solicitada pelos políticos gaúchos, dando um aspecto constitucional a intervenção. Isto é o mais provável e é sobre isto que temos que cogitar, porquanto se tal ocorrer, em minha opinião, haverá apoio de Minas[259].

A correspondência enviada por Juracy a Neiva em 28 de junho de 1935 reforça o argumento apresentado, ao expressar críticas ao retorno ao regime constitucional e manifestar um sentimento de desilusão em relação ao governo Vargas, bem como um anseio por mudanças políticas. Juracy abordou dificuldades enfrentadas pelo setor de fumo, um importante produto econômico, e ao impacto das políticas comerciais internacionais, como o tratado com a Argentina. No trecho final, o texto da missiva fez menção à atuação de Neiva como deputado federal e membro da Comissão de Reajustamento Econômico e Financeiro [260], destacando a

[258] Carta de Neiva a Juracy, em 06/08/1934. CPDOC. Fundo Arthur Neiva/AN c 1932.02.22.
[259] Carta de Neiva a Juracy, em 13/08/1937. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 31.06.03.
[260] Criada em 1934, a Comissão de Reajustamento Econômico e Financeiro teve atuação destacada em 1935, propondo medidas voltadas à reorganização das finanças públicas e à superação dos

dificuldade econômica do país em um curto período. A crítica sugere a falta de confiança na capacidade do governo de resolver a crise e na eficácia das reformas propostas. Por tal visão, as soluções apresentadas pelo governo eram insuficientes para lidar com os problemas econômicos estruturais:

> Faço parte da Comissão de Reajustamento Econômico e Financeiro, composta de 10 membros, cinco deputados e cinco elementos estranhos ao Poder Legislativo. Pelo que anunciou o Ministro da Fazenda, o Presidente Getúlio brevemente irá dirigir as reuniões. Boa vontade não falta por parte de todos os membros e patriotismo. Estou inclinado a acreditar, porém, que é uma tarefa acima das forças dos 10 bem-intencionados cidadãos, e isto porque espera-se que uma decúria em 4 meses reforme e transforme tudo, suscitando até novos recursos, quando em 4 anos de Governo ditatorial pouco se conseguiu realizar. Eu faço parte da subcomissão de estudos econômicos e estou coligindo dados e estudando, a fim de fazer o que estiver ao alcance das minhas forças[261].

Em setembro de 1935, Arthur Neiva transformou as suas ideias até então compartilhada em cartas privadas em ação política, ao se ocupar de produzir um plano de recuperação da economia nacional. Ele redigiu um relatório sobre a reorganização à Comissão Mista de Reconstrução Econômica, com ênfase em desenvolver as pesquisas científicas e transformar essa proposta como modelo exemplar[262]. Baseada na ideia de racionalizar a economia, Neiva pretendia criar um processo de otimização e reorganização das atividades econômicas, a fim de aumentar a eficiência e maximizar o uso dos recursos disponíveis. Nesse documento, Neiva defendeu a criação a especialização das pesquisas científicas no país, apontando que sem desenvolvimento científico não seria possível existir

---

efeitos da crise de 1929. Nesse mesmo ano, o deputado federal Arthur Neiva exerceu a presidência da Comissão de Agricultura e participou ativamente da Subcomissão de Reconstrução Econômica, também conhecida como Comissão de Reajustamento Econômico e Financeiro, além de integrar a Comissão Especial do Código de Águas. Ver mais: BRASIL. Decreto nº 24.233, de 12 de maio de 1934. Cria a Câmara de Reajustamento Econômico. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24233-12-maio-1934-515154-publicacaooriginal-1-pe.html. Consultado em: 7 jul. 2025. CENTRO DE PESQUISAS CASA DE OSWALDO CRUZ. Arthur Neiva. Dicionário Histórico-Biográfico da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/wiki_dicionario/index.php?title=NEIVA,_ARTHUR. Consultado em: 7 jul. 2025.

[261] Relatório escrito por Arthur Neiva em setembro de 1935. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/AN c 1933.07.25.

[262] Relatório escrito por Arthur Neiva em setembro de 1935. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/AN c 1933.07.25.

prosperidade no Brasil. Finalmente, conseguiu levar a pauta que tanto perseguiu na sua carreira científica para o debate público.

A foto abaixo constitui uma fonte relevante para evidenciar as articulações entre ciência e política durante a Era Vargas. Registra a visita do presidente Getúlio Vargas ao Instituto Oswaldo Cruz, em Manguinhos, no ano de 1935, acompanhado por Arthur Neiva; Heráclides César de Souza, médico e pesquisador dedicado ao controle e tratamento da lepra; e Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública. A fotografia nas escadarias do Castelo Mourisco em Manguinhos, simboliza a possível parceria entre a saúde e educação, dando-lhes centralidade no projeto de modernização conduzido pelo Estado, por meio da valorização da ciência como instrumento de construção nacional.

Fotografia 11: Vargas e Neiva em Manguinhos

Fonte: Getúlio Vargas visitando Manguinhos, RJ. 1935. Manguinhos. Acervo Casa de Oswaldo Cruz. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana. Consultado em 20 jul. 2025.

Cabe mencionar que, ao longo da década de 1920, Neiva defendeu consistentemente o apoio às atividades científicas em cartas enviadas à sua rede de sociabilidade, especialmente durante seu período como diretor do Museu Nacional, debate analisado no segundo capítulo da tese. Como parte de sua atuação dentro da política *strictu sensu* em 1935, Neiva identificou a oportunidade de concretizar as

suas ideias ao tirá-las do papel. Entregou à Câmara um relatório em que listou cinco critérios fundamentais para o progresso do Brasil:

> 1- Criação do “Conselho Brasileiro de Pesquisa Científicas”, que talvez deva ficar como dependência direta, órgão consultivo, do Congresso Nacional, salvo melhor juízo.
> 2- Que este conselho realize concursos anuais de ciências, por especialidades, constantes de dois exames, um de técnica, como prova eliminatória e outro de erudição.
> 3- Que os concorrentes sejam mandados a um grande centro de ciências, para um curso de aperfeiçoamento, seja na Europa, nos Estados Unidos ou no Japão.
> 4- Que esses cursos de aperfeiçoamento sejam fiscalizados, mediante provas de pesquisas originais, por institutos brasileiros a que se subordinem as especialidades dos candidatos.
> 5- Terminado cada curso, com aprovação fiscal, volte cada candidato ao país com a aparelhagem indispensável a continuação aqui das pesquisas que se tenha especializado, e fique desde então adido no instituto brasileiro que tenha fiscalizado seu aperfeiçoamento, tendo desde logo como função única, no regime do fulo-time e convenientemente pago, a sua especialidade, com a obrigação de ensiná-la, por sua vez, no país[263].

A princípio, a proposta de organizar o Conselho Brasileiro de Pesquisa Científicas foi pensada como órgão consultivo do Congresso Nacional, com instalação em uma das salas da Câmara dos Deputados, devido à facilidade das demonstrações tecnológicas, interessando a legislação. O relatório de Neiva mostra um conjunto de propostas para a viabilização do desenvolvimento científico no Brasil, com a adoção de concursos públicos e cursos de aperfeiçoamento para os cientistas, contrário à prática do mandonismo e nepotismo nos aparelhos públicos. Sugeria-se a realização de exames divididos em duas etapas: um de caráter técnico eliminatório e outro de qualificação, o que indicava um caráter rigoroso de seleção e avaliação dos candidatos com base tanto em habilidades técnicas quanto em conhecimentos mais amplos e eruditos. Propunha-se que os candidatos aprovados nos concursos fossem enviados para cursos de aperfeiçoamento em centros de excelência em ciências, seja na Europa, nos Estados Unidos ou no Japão. Isso visava garantir que os cientistas brasileiros tivessem acesso a conhecimentos avançados e tecnologias de ponta disponíveis internacionalmente.

Neiva sugeriu a fiscalização dos cursos de aperfeiçoamento por institutos brasileiros, por meio de provas de pesquisas originais. Isso sugere o controle de

[263] Carta de Juracy a Neiva, em 09/08/1936. FGV/ CPDOC. Fundo Arhur Neiva. ANc31.06.09.

qualidade e a garantia de que os cursos cumprissem os objetivos de capacitação dos cientistas brasileiros. Após completarem os cursos de aperfeiçoamento com aprovação, os candidatos retornariam ao Brasil com o equipamento necessário para continuar suas pesquisas especializadas. Eles seriam integrados aos institutos brasileiros que fiscalizaram seu aperfeiçoamento, assumindo uma função dedicada à sua especialidade, com a obrigação de ensiná-la no país. Isso visava não só aplicar o conhecimento adquirido, mas também contribuir para a formação e desenvolvimento da ciência. O relatório de Arthur Neiva propunha um sistema estruturado para promover o avanço científico no Brasil com regulamento e mais transparência, desde a criação de um conselho consultivo até a formação e integração de cientistas capacitados internacionalmente, com ênfase no retorno e na contribuição para o desenvolvimento científico nacional[264]. Esse compromisso é notório com a sua afirmação anos depois quando faz um retrospecto de sua carreira, em especial, o momento em que esteve na posição de parlamentar: “Nunca, porém, deixei a ciência, mesmo como deputado frequentava assiduamente Manguinhos”[265].

Concomitante ao trabalho no legislativo federal, Arthur Neiva também passou a investir em novas áreas de interesse pessoal. Anteriormente, ele havia iniciado um empreendimento no ramo da produção de laranjas, e em 1935, voltou-se para a exploração de petróleo no Brasil, em parceria com Monteiro Lobato. Ambos estavam engajados em áreas econômicas estratégicas. Diante de um cenário de insegurança financeira, agravado pela crise política internacional, Neiva buscou diversificar suas iniciativas. Sua associação com Lobato em um projeto de exploração petrolífera refletia a crescente importância do tema durante o governo Vargas, inserido nos debates sobre os rumos do progresso nacional em meio à crise do liberalismo e da economia agroexportadora.

---

[264] É importante ressaltar que, segundo o Centro de Memória CNPQ, em maio de 1936, Vargas enviou ao Congresso Nacional uma proposta para criar um conselho dedicado a pesquisas experimentais, com o objetivo de modernizar e ampliar a produtividade agrícola. Apesar da relevância da iniciativa, ela enfrentou resistência parlamentar. Após debates em várias comissões, somente em 15 de janeiro de 1951, poucos dias antes de entregar a presidência a Vargas, o presidente Dutra sancionou a Lei nº 1.310, que criou o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) como autarquia vinculada à Presidência da República. Álvaro Alberto, um dos idealizadores, chamou essa lei de “Lei Áurea da pesquisa no Brasil”. Ver mais: CENTRO DE MEMÓRIA CNPQ. Missão e história do CNPq. Disponível em: https://centrodememoria.cnpq.br/Missao2.html. Consultado em: 7 jul. 2025. O que se conclui é que a ideia apresentada no relatório de Neiva pode ser considerada um esboço do que hoje conhecemos como CNPq.

[265] Carta de Neiva a Biglieri, em 19/03/1943. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 43.03.14.

4.3 O APOIO DE NEIVA À CAMPANHA DO PETRÓLEO NACIONAL

Entre 1935 e 1936, ocorreu um aumento expressivo de correspondência trocadas entre Neiva e Lobato, período em que ambos estiveram envolvidos em setores da política e da economia do país, envolvendo compromissos e inúmeras negociações e consequências para ambos. Assim que Neiva foi reeleito deputado federal, Lobato conseguiu, poucos meses depois, demonstrar a existência de petróleo no poço São João de Riacho Doce, o primeiro jato de petróleo e gás do Brasil (Chiaradia, 2016; Leal, 2020). Ressalte-se que o tom pessimista em relação aos projetos nacionais e, ao mesmo tempo, o forte desejo de transformar o Brasil em uma nação politicamente estável e economicamente próspera são comuns nos diálogos dos dois correspondentes neste período. Em uma missiva enviada por Arthur Neiva a Monteiro Lobato em 21 de agosto de 1936, o cientista informou ter recebido a obra *O Escândalo do Petróleo* e confirmou também o recebimento do livro de Antônio Garcia Medeiros Neto, deputado estadual e federal pelo Partido Social Democrático, no qual elogiou o trabalho. “Recebi “O Escândalo do Petróleo”, o Medeiros também, tendo acrescentado, referindo-se a V.: “É formidável” [...] Hoje acabarei provavelmente o livro todo. A introdução é uma maravilha.[266]

O livro *O Escândalo do Petróleo* é um protesto marcado por profunda indignação contra a burocracia federal que, nas palavras de Lobato, “não perfura e não permite perfurar” petróleo. A obra também denuncia a atuação de grandes corporações estrangeiras e a submissão das elites brasileiras a seus interesses. Reunido nas Obras Completas do Brasiliense, o livro já alcançava sua décima edição. *O Ferro e o Voto Secreto* complementam o volume com um relato da luta de Lobato para promover soluções brasileiras na exploração do minério de ferro. Em diversas missivas, Monteiro Lobato comentou sua percepção sobre a censura da obra *O Escândalo do Petróleo* que, posteriormente, foi usada como um forte argumento para sua perseguição em 1941 no auge da ditadura varguista (Chiaradia, 2016; Leal, 2020). O *slogan* o “petróleo é nosso” foi criado nesse contexto e depois foi apropriado por Vargas em seu segundo governo na década de 1950.

[266] Carta de Neiva a Lobato, em 21/08/1936. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. AN c 1918.06.21.

A princípio, o trabalho de Lobato foi apoiado por parlamentares e vereadores em 1937, simbolizando uma vitória na campanha Nacional do Petróleo empreendida por Lobato e apoiada por Arthur Neiva no início do Estado Novo. Contudo, a felicidade durou pouco: o setor petrolífero começou a sofrer com fortes intervenções estatais e mais rigor burocrático. Como consequência disso, Lobato foi preso anos depois. Arthur Neiva ficou bem decepcionado, a ponto de manifestar o seu "grito da alma"[267] para sair do Brasil e se estabelecer nos Estados Unidos ou na Inglaterra, "sonhando em ser conhecido no exterior, porque não suportava mais o sistema institucional brasileiro" (Leal, 2020, p. 155). Por sua perspectiva tinha feito de tudo ao seu alcance para ter o tão esperado reconhecido profissional em sua vida. Os últimos acontecimentos foram o ápice para sua desilusão com o rumo da nação, e declarou em carta que era um peso ter nascido cientista brasileiro[268].

4.4 A CENSURA DO ESTADO NOVO E O RETORNO DE NEIVA AO INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Os últimos anos do Governo Constitucional de Getúlio Vargas foram marcados por intensa instabilidade política e social, expressa, primeiro, na "Revolução Constitucionalista" de 1932 e, posteriormente, na Intentona Comunista de 1935. Para Ferreira (2003), esses eventos alimentaram o discurso da ameaça à ordem, justificando a adoção de medidas de exceção por parte do Executivo. Em 1936, o Congresso Nacional aprovou todas as solicitações do governo, inclusive a prorrogação do estado de sítio até junho de 1937, ao mesmo tempo em que parlamentares foram presos, mesmo sob proteção da imunidade legislativa (Ferreira, 2003, p. 48). Foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, com a missão de investigar e punir funcionários públicos e civis envolvidos em atividades

[267] Carta de Neiva a Lobato, de 15/05/1936. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921: "Meu caro, Lobato vai agora um grito d'alma. Se eu pudesse, de repente, com minha família todinha, aparecer milagrosamente nos Estados Unidos, ou na Inglaterra, eu começaria a acreditar num poder et erno, esmagado e, sobretudo reconhecido pelo milagre e começaria a fazer propaganda da sua existência. Estou chumbado a esta droga até o último galego e provavelmente ainda terei a desgraça de ir servir depois da morte, indiretamente para alimentar tiririca ou capim para nutrir a gente burra do Brasil".

[268] Carta de Neiva a Lobato, de 11/06/1935. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921:"Que drama é a vida dos homens de inteligência e visão e que tiveram a infelicidade de nascer neste país". Carta de Neiva a Lobato, em 08/ 10/1937. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921: "Que pátria desgraçada! O brasileiro é o escaravelho, desenvolve-se na bosta. O pior é que o destino nos chumbou a viver aqui. O céu, às vezes tão formoso cobre uma das porções mais tristes, mais infelizes da terra".

consideradas subversivas. O atestado ideológico tornou-se pré-requisito para o exercício de cargos públicos e sindicais, e, como complemento ao aparato repressivo, foi instituído o Tribunal de Segurança Nacional, responsável por julgar os implicados na revolta de 1935. Consolidava-se um ambiente de crescente autoritarismo, que abriria caminho para a implantação do Estado Novo no ano seguinte.

A partir do cenário de lutas movido por disputas ideológicas entre os integralistas[269] e comunistas, o governo Vargas forjou o plano Cohen[270], um suposto documento atribuído aos comunistas alegava um projeto para derrubar o governo de Getúlio Vargas e instaurar um regime comunista no Brasil, prevendo mobilização de trabalhadores, incêndio de prédios públicos e eliminação de autoridades que tentassem impedir a revolta. A alta cúpula militar apresentou o falso plano e, em seguida, o documento foi divulgado pela imprensa, provocando comoção na sociedade. A “descoberta”, anunciada pelo governo no rádio em 30 de setembro de 1937, serviu de justificativa para a instauração de um governo de exceção (Ferreira, 2003),

A carta de Neiva enviada a Juracy Magalhães em 15 de outubro de 1937 insere-se nesse clima de crescente tensão que precedeu a decretação do Estado Novo. O conteúdo aponta para a instabilidade institucional e os rearranjos das forças políticas e militares. Neiva descreve um ambiente de promessas não cumpridas e de confiança abalada, especialmente no que se refere à liberação de recursos federais, o que expõe não apenas a fragilidade administrativa do período, mas também o uso estratégico da escassez como instrumento de controle político. Faz referências à mobilização policial e militar em Minas Gerais e em outros estados, incluindo a compra de veículos da imprensa com verbas da União. As menções à provável

[269] Os integralistas, reunidos na Ação Integralista Brasileira (AIB) sob a liderança de Plínio Salgado, representaram o maior movimento de massa de orientação fascista no Brasil durante os anos 1930. Defendiam a formação de um Estado forte, nacionalista, anticomunista e inspirado nos regimes autoritários europeus. Como afirma Trindade (2001, p. 173), “o movimento integralista constituiu-se como o mais bem estruturado e organizado movimento de tipo fascista no Brasil, com um perfil ideológico próprio e um amplo aparato de propaganda e mobilização”. Embora tenham apoiado inicialmente o governo Vargas, foram duramente reprimidos após o rompimento com o regime em 1937. Ver mais: TRINDADE, Hélgio. Desfile integralista. *In:* ABREU, Alzira Alves de *et al*. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 172-175.

[270] O Plano Cohen, forjado pelo governo e Exército em 30 de setembro de 1937, foi uma ameaça comunista inventada para justificar o estado de guerra e a instauração da ditadura. Ver mais: MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Plano Cohen: falsificação para legitimar a ditadura. São Paulo: Memorial da Democracia, s.d. Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/card/plano-cohen-falsificacao-para-legitimar-ditadura. Consultado em: 1º jul. 2025.

saída de Macedo Soares da Bahia e à prisão de Anísio Teixeira[271], tratadas como consequências diretas desse estado de exceção em andamento, indicam o grau de vigilância e repressão já em curso antes mesmo da oficialização do novo regime. A carta exibe a percepção de Neiva sobre a iminência de uma ruptura autoritária e sobre os mecanismos sutis e violentos que estavam sendo acionados para garantir a centralização do poder:

> Não acredito que o Estado de guerra em todo o Brasil seja entregue a uma Junta governativa. Acho que isto se fez para atenuar à medida que depois vai sendo restringida a alguns Estados até que afinal fique tendo aplicação apenas nos estados alvejados que serão poucos, e entre esses está a Bahia. Provavelmente irão atenuando as medidas, dando aos elementos que formarão a Junta Governativa encarregada da execução do estado de guerra, não uma nomeação por decreto, mas uma designação por telegrama ou ofício. Com este rótulo procurarão coonestar a coisa. A oposição cometeu o erro psicológico de solicitar que o Estado de guerra fosse executado por militares, como lhe disse na carta anterior, e o resultado será este […] Muitos esperam movimento armado por parte do Rio Grande e se São Paulo. Chegam até a dizer que será para muito breve. Se isto ocorrer, duvido quem possa prever o curso dos acontecimentos […] A democracia está passando pelas suas horas mais amargas. Não sei se resistirá. Todo o esteio que a mantinham se encontram desprestigiados[272].

A missiva aborda o aumento da censura e do controle estatal sobre as instituições culturais e educacionais, apresentando uma visão pessimista e reflexiva acerca da conjuntura política e da iminência de um golpe militar. Neiva conclui que a jovem democracia brasileira, em questão de tempo, poderia estar à beira de seus momentos mais sombrios. A analogia com a história de Portugal ilustra, assim, um sentimento de desilusão e a expectativa de que as forças armadas estivessem prestes a assumir o controle do cenário político. Quando escreve a expressão "se portugalizar" sob domínio militar, faz uma referência à experiência autoritária de Portugal durante o regime de António de Oliveira Salazar, líder do Estado Novo

[271] Anísio Teixeira foi um dos principais idealizadores do movimento da "Escola Nova" e foi preso logo após o golpe do Estado Novo. Sua prisão tem relação com o contexto de repressão política e o cerco a intelectuais que defendiam uma educação democrática, laica e voltada para a modernização do Brasil. Como destaca Schwartzman (2000, p. 203), "a prisão de Anísio evidencia o medo do regime em relação a qualquer pensamento que pudesse contestar sua autoridade, especialmente quando esse pensamento vinha de educadores comprometidos com a liberdade e a renovação pedagógica". Ver mais: SCHWARTZMAN, Simon.; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

[272] Carta de Neiva a Juracy, em 15/10/1937. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 31.06.03.

entre os anos de 1933 e 1974. Salazar governou Portugal de forma autocrática, centralizando o poder nas mãos do governo e reprimindo a oposição política[273]. A comparação sugere que, caso os militares assumissem o controle do Brasil, o país poderia seguir um caminho semelhante ao de Portugal, caracterizado por uma longa ditadura militar, marcada por lutas internas e uma política repressiva. A ideia de "portugalização" implica um modelo de governo autoritário, com controle rígido do Estado sobre as instituições e o prolongamento de conflitos internos entre grupos militares, como ocorreu no regime de Salazar.

O Congresso Nacional foi fechado em 10 de novembro de 1937, na mesma semana em que Neiva enviou a carta a Juracy, momento em que ocorreu o golpe de Estado e instaurou o regime do Estado Novo. O presidente dissolveu o Congresso, cancelou as eleições previstas, instituiu uma nova Constituição de feições autoritárias e vazadas no padrão do fascismo[274], os partidos políticos foram extintos e as liberdades individuais foram suspensas[275]. Nesse mês, Arthur Neiva findou o seu mandato de deputado federal, retornando para a função de pesquisador no Instituto Oswaldo Cruz, onde deu continuidade aos trabalhos sobre insetos de importância médica. Nessa fase, estreitou colaboração com a geração mais jovem de pesquisadores do Instituto, como César Pinto e Herman Lent. E assim, tornou-se membro do Conselho Consultivo da Coordenação da Mobilização Econômica.

Os últimos anos de Arthur Neiva como pesquisador foram marcados por um contexto de crescente controle político sobre instituições científicas, especialmente aquelas com tradição de autonomia e protagonismo técnico, como o Instituto Oswaldo Cruz. A respeito disso, Neiva integrou, ao lado de Antonio Cardoso Fontes, José Carneiro Felippe, João de Barros Barreto Filho e Arlindo Raymundo de Assis, a comissão encarregada da reestruturação do Instituto Oswaldo Cruz[276], instituída

---

[273] Ver mais: MORGADO, William Valdujo Tavares Vieira. Salazarismo e repressão política e social (1932-1945). *Revista Cordis: Novos Rumos da Transdisciplinaridade*, São Paulo, v. 2, n. 26, edição especial, 2021. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/55134. Consultado em: 7 jul. 2025.

[274] Ver mais: UFMG. *O Brasil já teve uma ditadura fascista?* UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, 25 abr. 2019. Disponível em: https://ufmg.br/comunicacao/noticias/o-brasil-ja-teve-uma-ditadura-fascista. Consultado em: 7 jul. 2025.

[275] Em 2 de dezembro, por meio do Decreto nº 34, Vargas extinguiu todos os partidos políticos do país. Após fechar o Congresso, estabeleceu uma estrutura de governo em que comandava o país sem um partido, apoiado em sua figura pessoal. VARGAS, Getúlio. Diário de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1978. 2 v.

NETO, Lira. Getúlio (1930-1945): do governo provisório à ditadura do Estado Novo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

[276] CENTRO DE PESQUISAS CASA DE OSWALDO CRUZ. Arthur Neiva. Dicionário Histórico-

pelo Decreto-Lei nº 82, de 18 de dezembro de 1937. Esse decreto é o início do processo da retirada de autonomia do Instituto Oswaldo Cruz:

> O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:
> Art. 1º O Instituto Osvaldo Cruz, ao qual ficam incorporadas as atividades do Instituto Nacional de Saúde Pública, que ora se declara extinto, terá por finalidade primordial promover investigações cientificas relacionadas com o problema da saúde humana. Art. 2º As investigações científicas do Instituto Osvaldo Cruz deverão atender às constantes necessidades da aplicação, mediante solicitação do Departamento Nacional de Saúde, com aprovação do ministro, mas poderão também versar sobre assuntos que não tenham este interesse imediato. Art. 3º O Instituto Osvaldo Cruz não terá filiais em quaisquer pontos do território nacional, mas estabelecerá entendimento com tôdas as instituições congêneres do país, oficiais ou particulares, de modo que se torne o centro coordenador de suas atividades, para o fim de ser alcançado o maior rendimento científico. Art. 4º No sistema dos órgãos do Ministério da Educação e Saúde, o Instituto Osvaldo Cruz figurará entre os órgãos de execução, como um dos serviços relativos à saúde[277].

A interpretação desta fonte está atrelada ao fato que a partir do Estado Novo, o Instituto Oswaldo Cruz foi incorporado a um sistema sanitário centralizado e estratégico do Estado, sob a tutela do Departamento Nacional de Saúde, com sua orientação institucional e financeira alinhada às diretivas do governo. Essa integração foi formalizada, mais tarde, no regimento de 14 de agosto de 1942, que reafirmou o IOC como órgão integrante do Departamento Nacional de Saúde, orientado a responder diretamente aos problemas de higiene e epidemiologia nacionais. Ao mesmo tempo, a política sanitária do regime consolidava uma lógica de vigilância, controle e seleção política de quadros, desconfiança em relação a cientistas e figuras públicas percebidas como não alinhadas ideologicamente traduziu-se em limitações ao exercício acadêmico, censura, e retração de autonomia institucional. Esse duplo movimento de centralização estratégica do IOC e de estreitamento político da esfera científica, reforça as tensões entre saber técnico e poder estatal próprias do projeto de Estado Novo (Azevedo; Ferreira, 2012;

Biográfico da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/wiki_dicionario/index. Consultado em: 7 jul. 2025.

[277] BRASIL. Decreto-Lei nº 82, de 18 de dezembro de 1937. Altera a estrutura do Instituto Oswaldo Cruz, incorporando o Instituto Nacional de Saúde Pública. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 dez. 1937. Disponível em: https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1937-12-18;82. Consultado em: 7 jul. 2025.

Hochman, 1998; Hochman; Fonseca, 1999; Hochman, 2005). Arthur Neiva reflete criticamente sobre esse processo, referindo-se ao “aparelhamento da saúde pública”, ao afirmar que “o Governo, mal e inesperadamente, tira a autonomia do Instituto Oswaldo Cruz e o inclui no aparelhamento da Saúde Pública, onde o melhor do tempo é absorvido em trabalho de rotina para examinar produtos”[278].

A consolidação do regime varguista implicou não apenas o uso da repressão direta, mas também uma reestruturação das instituições científicas em conformidade com os interesses do Estado. Como observa Hochman (1998), o Estado Novo promoveu uma centralização autoritária das políticas sanitárias. A trajetória de Arthur Neiva como pesquisador foi afetada por esse novo arranjo, no qual a ciência passou a operar sob vigilância política e limites impostos à crítica. Essa dinâmica de controle institucional se articulava a outras formas de cerceamento mais amplas, como a censura exercida sobre os meios de comunicação e a esfera pública em geral.

A censura foi uma ferramenta fundamental utilizada pelo governo Vargas para controlar a disseminação de informações que pudessem ameaçar sua autoridade ou a estabilidade do regime. Diversos meios de comunicação, jornais, revistas e livros, estavam sujeitos à aprovação prévia das autoridades, que podiam vetar conteúdos considerados subversivos ou críticos ao governo (Capelato, 2013). Essa prática impactou significativamente a liberdade de expressão e o debate público, restringindo a capacidade da sociedade de se manifestar e questionar as ações governamentais. A censura criou um clima de medo e autocensura entre jornalistas e escritores, que passaram a evitar temas potencialmente perigosos para evitar represálias (Motta, 2000).

O Estado Novo também promoveu a centralização do poder político e fortaleceu o governo federal, institucionalizando órgãos como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que teve papel decisivo na construção do projeto político-ideológico do regime (Ferreira; Gonçalves, 2003; Capelato, 2013). O DIP funcionava como um mecanismo essencial para difundir a imagem do Estado Novo, produzindo um discurso que enfatizava o caráter legítimo e não arbitrário do Estado, mesmo que a repressão fosse amplamente utilizada para assegurar a autoridade do regime. A prioridade do DIP estava na propaganda, que figurava como forma mais eficaz de controle social do que a repressão direta (Motta, 2000).

[278] Carta de Neiva a Biglieri, em 19/03/1943. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 43.03.14.

O departamento desempenhou um papel central na censura e controle das atividades culturais durante o Estado Novo, abrangendo o teatro, o cinema, as práticas recreativas e esportivas, a radiodifusão e a produção literária. Além disso, o DIP foi responsável por promover manifestações cívicas e culturais, organizar e divulgar exposições sobre atividades governamentais e distribuir materiais para jornais e rádios contendo a propaganda oficial do governo (Pandolfi, 1999). Destaco que nesse processo de controle ideológico, o Estado Novo não se limitou ao aparato repressivo e propagandístico, mas avançou sobre a própria construção de uma identidade nacional homogênea.

4.5 DE PAI PARA FILHO: A NOVA POLÍTICA IMIGRATÓRIA COM ARTUR HEHL NO ESTADO NOVO

O Estado Novo promoveu a homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia do país. A uniformização cultural implicava na exclusão dos "estrangeiros", entendidos aqui como grupos estranhos ao projeto de nacionalização, quase toda a preocupação foi concentrada nos núcleos de colonização estrangeira (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000). O modelo de nacionalismo brasileiro buscava transformar a nação em um todo orgânico, uma entidade moral, política e econômica cujos fins se realizariam no Estado. Por isso, avalio a importância de destacar o debate imigratório no Brasil durante a Era Vargas, especialmente entre a transição do Governo Constitucional e o período de instauração do Estado Novo.

Como já dito anteriormente, a Constituição de 1934, fortemente influenciada por ideais eugenistas, buscava regulamentar a entrada de estrangeiros com base em critérios biológicos[279]. Tem-se a participação de médicos no debate parlamentar, entre eles, Arthur Neiva, que atuava como deputado federal (PSD-BA). O seu filho, Artur Hehl também participou dessa elaboração da legislação como membro na Comissão Interministerial (Marques, 2023). Seyferth (2002) aponta que essa legislação refletia um projeto de engenharia social guiado por pressupostos do racismo científico, com o objetivo de preservar e desenvolver características raciais

[279] Ver mais: ANDRADE, Wallace Carvalho de.; GIORGI, Maria Cristina. Eugenia e imigração: diálogos com a Constituinte 1933-1934 = Eugenics and immigration: dialogues with the 1933–1934 Constituent Assembly*. Revista Moara*, Belém, v. 1, n. 47. p. 53-73, nov. 2017.

consideradas desejáveis, incorporando cláusulas que restringiam o ingresso de grupos classificados como “inassimiláveis”. Com a instauração do Estado Novo, em 1937, embora persistissem traços dessas teses racializantes, a ênfase deslocou-se para a repressão a manifestações culturais estrangeiras, como escolas, jornais e associações que utilizavam línguas não portuguesas, dentro de uma política de nacionalização autoritária[280].

Essa leitura mostra que o regime adotou uma política de nacionalização coercitiva, voltada a integrar os imigrantes ao projeto centralizador do Estado, contexto em que Artur Hehl, filho de Neiva, atuou como membro fundador do Conselho de Imigração e Colonização (Marques, 2023, p. 20). O objetivo era consolidar uma identidade nacional homogênea e politicamente alinhada ao regime varguista (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2020). Hehl conferiu concretude administrativa a esse ideário do Estado Novo.

O Conselho de Imigração e Colonização (CIC) foi criado em 4 de maio de 1938, por meio do Decreto-Lei nº 406[281], com o propósito de selecionar e restringir a entrada de estrangeiros, especialmente de origem semita, de acordo com o contexto internacional, com a ascensão do nazismo e o fascismo na Europa; além de identificar as supostas melhores correntes imigratórias para o país; fiscalizar os núcleos coloniais; direcionar a migração de nordestinos (Debastiani, 2022). Um órgão subordinado diretamente ao presidente, tendo como representantes João Carlos Muniz[282] e o Artur Hehl, o qual foi encarregado de liderar as equipes que selecionaram estrangeiros na Europa, e por fornecer as diretrizes para a recepção dos refugiados no Brasil. É válido explicitar que a fonte a seguir, com as primeiras resoluções do CIC e as instruções relativas à emissão de passaportes, encontra-se depositada no Fundo Arthur Neiva no CPDOC:

---

[280] Ver mais: SCHWARTZMAN, Simon.; BOMENY, Helena Maria Bousquet.; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

[281] A resolução nº 3 inicia da seguinte forma: “depois de ouvir as considerações apresentadas pelo seu presidente, relativas à necessidade de pôr em realização, desde já, a nova política imigratória”. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. 1939/1942.00.00/11.

[282] João Carlos Muniz foi diplomata e presidente do Conselho de Imigração e Colonização durante o Estado Novo. Ele desempenhou papel importante na fiscalização da entrada de imigrantes e na vigilância ideológica do regime Vargas. Em 1940, Muniz alertou o presidente sobre a chegada de livros pedagógicos estrangeiros, sugerindo seu confisco para evitar a propagação de ideias subversivas, o que evidencia a política autoritária e nacionalista do governo. Sua atuação exemplifica o controle social e cultural exercido pelo Estado Novo, que buscava garantir a hegemonia ideológica do regime. Ver mais: DEBASTIANI, Jesiane. *A política imigratória do governo Vargas (1940-1945):* teses, práticas e debates na Revista de Imigração e Colonização. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2018.

> A expedição de novas instruções relativas ao visto consular em passaporte de estrangeiros de origem semita, o qual deverá ficar exclusivamente circunscrito aos seguintes casos e dentro das normas abaixo estabelecidas: portadores de licença de retorno, em plena validade; Turistas representantes do Comércio. A autoridade consular verificará, com atenção devida ao ato, de que poderá vir a ser responsável, e pelos meios que julgar mais próprios, a condição de verdadeiro turista ou representante do Comércio dos interessados, cuja estadia no Brasil, em hipótese alguma, poderá ser superior a seis meses. A declaração nesse sentido será notada no passaporte, junto ao visto, pela autoridade consular, a fim de vedar a qualquer autoridade policial brasileira alteração da classificação do estrangeiro, prevista no art. 163 do Decreto número 3.010, de 20 de agosto de 1938 [...].Considerando a conveniência de melhor humanizar os diferentes serviços aqui, está a fiscalização de entrada e permanência de estrangeiros no território nacional; o Conselho de imigração e colonização resolve: aprovar o projeto da autoridade Conselheiro Artur Hehl Neiva relativa à organização do serviço de estrangeiros no distrito federal[283].

O texto do ofício tem elementos nacionalistas alinhados ao autoritarismo varguista, ao rejeitar grupos étnicos tidos como indesejáveis. Com a conjuntura de hostilidade na Europa e perseguição, muitos judeus tentaram asilo no Brasil[284]. O Conselho de Imigração e Colonização (CIC) buscava controlar de forma rígida esse contingente populacional estrangeiro. A política imigratória pretendia proteger a soberania nacional e restringir os elementos estrangeiros, ou seja, a mão de obra imigrante passava a ser útil estritamente a economia do país (Debastiani, 2022). Conforme aponta Marques (2023), em 1938 foi criado o Serviço de Registro de Estrangeiros (SRE), órgão no qual Hehl Neiva teve papel destacado tanto na organização institucional quanto na elaboração das normas que regulamentavam o cadastramento de estrangeiros, incluindo tanto os recém-chegados quanto aqueles que já residiam no país há mais tempo. Entendo que esse representou um primeiro passo para o ingresso de Hehl na administração pública com maior protagonismo, ainda que em posição e contexto distintos dos de seu pai. Apesar de já ter ocupado cargos administrativos nas interventorias da Bahia e de São Paulo, segundo Marques (2023, p. 43), além de ter integrado o trabalho da Fundação Brasil Central.

---

[283] Ofício de Artur Hehl Neiva a Filinto Müller, explicando sua posição no Conselho de Imigração e Colonização referente à modificação no regulamento sobre desembarque, transbordo e reembarque de tripulação. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. GV confid 1939/1942.00.00/11.

[284] Ver mais: CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 393–423, 2002. DOI: 10.1590/S0102-01882002000200007. Consultado em: 7 jul. 2025.

Mesmo que esta tese não tenha como objetivo aprofundar a comparação entre as trajetórias de Neiva e Hehl, é relevante destacar, especialmente no que tange à temática da imigração, o fio condutor que aproxima suas atuações profissionais[285]. No auge do Estado Novo, Neiva se retira da cena pública no que diz respeito à condução administrativa das questões imigratórias, atribuição que passa a ser assumida por seu sucessor, Hehl.

4.6 A REGULAÇÃO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO SOBRE AS ATIVIDADES TÉCNICAS E PESQUISA DE ARTHUR NEIVA

> Não sei quando poderei aparecer novamente em S. Paulo. Não sou senhor do meu destino; como todos os homens sigo arrastado pelos acontecimentos. Agora me encontro no Conselho Consultivo da Coordenação Econômica; por quanto tempo, não sei. O que, porém, não desconheço é a soma enorme de trabalho e responsabilidade que sobre meus ombros desabarão[286].

Como abertura da análise dessa fase de intensificação do controle pelo aparato estatal, selecionei o fragmento da carta de Arthur Neiva a Vieira Marcondes, amigo e médico paulista, enviada em 28 de novembro de 1942. O trecho retrata a posição de Neiva diante do governo do Estado Novo, marcada pelo sentimento de estar "sem destino" ao sair deixar o cargo de deputado federal, saindo assim do palco político. Cansado, Neiva expressa a sensação de estar "arrastado pelos acontecimentos", em referência às ordens do Executivo e à sua atuação no Conselho Consultivo da Coordenação Econômica, tema que será desenvolvido ao final deste terceiro capítulo.

No início da década de 1940, o Brasil enfrentava sérias dificuldades econômicas, agravadas pelos impactos da Segunda Guerra Mundial (Ferreira, 2003). O conflito provocou uma acentuada retração nas exportações de produtos

[285] A atuação de Artur Hehl Neiva no Conselho de Imigração e Colonização (CIC), especialmente durante sua liderança na Comissão Brasileira de Seleção de Refugiados (1946-1947), representa uma continuidade técnica e institucional da visão de seu pai, Arthur Neiva, sobre a imigração. Enquanto Neiva articulava discursos contrários à imigração de grupos considerados "indesejáveis", como japoneses, Hehl aplicou critérios técnicos baseados em etnia, religião e assimilação cultural. Ambos compartilhavam a ideia da imigração como instrumento de branqueamento e controle social. Ver mais: MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *Um Homem de Letras e de Ação:* a trajetória de Artur Hehl Neiva no campo imigratório do Brasil entre as décadas de 1930-1950. Tese (Doutorado em História Social).Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

[286] Carta de Neiva a Vieira Marcondes, em 28/11/1942. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc.17.05.04.

agrícolas, especialmente o café, resultando na queda dos preços e no acúmulo de estoques. Paralelamente, as importações de combustíveis, máquinas e matérias-primas industriais foram severamente reduzidas, gerando escassez e levando ao racionamento de itens essenciais, como a gasolina. O sistema de transportes também sofreu impactos significativos, comprometendo a circulação interna de mercadorias. Nas áreas urbanas, a crescente demanda por alimentos, sem um aumento proporcional da produção, aliada à especulação e à inflação, culminou em uma grave crise de abastecimento. Diante desses desequilíbrios, o Estado foi pressionado a intervir diretamente na economia (Ferreira, 2003). Foi criada a Coordenação da Mobilização Econômica, por meio do Decreto-Lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942, com atuação prevista até dezembro de 1945. Arthur Neiva foi então convidado a integrar o órgão como membro consultor, colaborando com medidas para a reorganização econômica[287].

Durante os anos 1930, o Conselho Federal de Comércio Exterior já buscava estratégias para defender a economia brasileira frente às dificuldades causadas pela eclosão da Segunda Guerra Mundial[288]. Em setembro de 1939, o órgão elaborou um projeto que previa ações coordenadas para enfrentar os efeitos do conflito internacional sobre o abastecimento e a indústria nacional[289]. Aprovado por Getúlio Vargas, o plano foi desdobrado em dois decretos-leis que criaram a Comissão de Defesa da Economia Nacional e a Comissão do Abastecimento. Embora com áreas de atuação distintas, ambas atuavam de forma articulada, com o objetivo de proteger a economia nacional e, em especial, os interesses dos consumidores brasileiros. Em 31 de agosto de 1942, o Brasil declarou oficialmente sua participação no conflito mundial, o que exigiu uma ampliação do controle estatal sobre a economia. Como resposta, no final de setembro do mesmo ano, o governo decidiu substituir a Comissão de Defesa da Economia Nacional pela Coordenação da Mobilização Econômica, ampliando suas atribuições e consolidando a lógica de intervenção e planejamento econômico centralizado[290].

---

[287] FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS*. Coordenação da Mobilização Econômica*. *In:* Atlas Histórico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbete. Consultado em: 1 jul. 2025.

[288] SÃO PAULO (Estado). ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Coordenação de Mobilização Econômica.* Disponível em: http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/coordenacao-de-mobilizacao-economica;isad?sf_culture=pt. Consultado em: 1 jul. 2025.

[289] *Ibidem.*

[290] FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Coordenação da Mobilização Econômica*. *In:* Atlas Histórico

A Coordenação da Mobilização Econômica teve como principal objetivo mobilizar a economia do país para responder às necessidades emergenciais causadas pela guerra (Martins, 2011). Essa mobilização envolveu a utilização, pelo Estado, de todos os recursos econômicos disponíveis, incluindo a força de trabalho. A coordenação passou a intervir diretamente nas esferas de produção, circulação, distribuição e consumo. Subordinada diretamente ao presidente da República e com sede no Rio de Janeiro, a Coordenação da Mobilização Econômica atuava em todo o país, com escritórios regionais nas principais capitais e representantes nas capitais menores, nomeados pelo coordenador geral que, por sua vez, era designado pelo presidente da República. As funções do coordenador, estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 4.750, refletiam as responsabilidades atribuídas à coordenação. Entre 1942 e 1945, a coordenação foi liderada por três coordenadores: João Alberto Lins de Barros, João Carlos Vital e o general Anápio Gomes[291]. Durante a gestão de João Alberto, o conselho consultivo da coordenação incluiu figuras como João Neves da Fontoura, João Daudt d'Oliveira, Pedro da Costa Rego, Roberto Simonsen, Arthur Neiva e Euvaldo Lodi, entre outros[292]. A atuação do órgão concentrou-se em quatro áreas principais: intensificação da produção agrícola e industrial, abastecimento do mercado interno e controle de preços, mitigação da crise dos transportes internos e combate à inflação. Devido à abrangência de suas funções, a coordenação era composta por vários setores e departamentos.

A Coordenação da Mobilização Econômica foi estruturada de forma progressiva, expandindo gradualmente sua atuação sobre diferentes setores da economia nacional. Entre os órgãos internos, o Setor de Produção Industrial (SPI) teve papel central ao planejar a expansão da manufatura, controlar a distribuição de matérias-primas e estimular a produção com vistas ao esforço de guerra[293]. Explicitou-se o incentivo à indústria siderúrgica e à sistematização de dados sobre o setor industrial, ações que buscavam fortalecer a infraestrutura produtiva do país (Martins, 2011). Esse arranjo institucional, ainda que concebido em resposta às

---

Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbete. Consultado em: 1 jul. 2025.

[291] Ver mais: MARTINS, Éder Luiz. *O Brasil durante o Estado Novo*: avanços, impasses e contradições da industrialização retardatária. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2020.

[292] *Ibidem*.

[293] FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Coordenação da Mobilização Econômica*. *In:* Atlas Histórico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbete. Consultado em: 1 jul. 2025.

urgências da conjuntura bélica, deu origem a um modelo mais amplo de intervenção estatal. Como analisa Bastos (2011), a Coordenação representou uma das primeiras experiências de planejamento econômico integrado e sistemático no Brasil, articulando as demandas imediatas da guerra à construção de mecanismos duradouros de regulação e controle por parte do Estado.

No contexto do fortalecimento dos mecanismos de controle econômico durante o Estado Novo, a carta de Arthur Neiva a Augusto Mascarenhas[294], de 31 de dezembro de 1942, mostra os desafios enfrentados por servidores públicos inseridos em estruturas burocráticas centralizadoras. Mesmo que não fosse dirigente da Coordenação Econômica, mas apenas membro consultivo, Neiva teve que se afastar do Instituto Oswaldo Cruz e, com isso, sofreu perdas salariais. Ele relata obstáculos impostos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), especialmente relacionados à remoção de funcionários, o que aponta um ambiente burocrático tensionado:

> Você, meu caro Augusto está mal-informado a respeito da Coordenação Econômica da qual não sou um dos dirigentes como você pensa. Apenas faço parte de um Conselho Consultivo tenho sido requisitado do Instituto Oswaldo Cruz onde trabalhava, e com prejuízo dos meus vencimentos, pois como exercia o cargo de Diretor do Curso de Manguinhos, tinha a gratificação concedida para tal função. A Coordenação Econômica apenas requisita funcionários de outras repartições com os seus vencimentos, alguns até com prejuízo como já lhe contei. Não podia, porém, fugir a tal requisição, pois trabalhei com o João Alberto como Secretário do Interior em São Paulo. A Coordenação, não cria cargos. Agora o DASP está criando grandes dificuldades, pois logo no início muita gente foi deslocada das suas repartições e por isso atualmente dificulta as remoções.[295]

Na carta, Neiva frisa o papel do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) como um órgão que impunha obstáculos administrativos e dificultava a movimentação de servidores, além de expressar pesar pela saída de Salles Gomes da Diretoria da Saúde Pública[296], mostrando o impacto das mudanças

---

[294] Ver mais: CANDEIAS, Nelly Martins Ferreira. Memória histórica da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo: 1918-1945. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 18, suplemento, p. 7-19, dez. 1984. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/G3kJsKnyQKLD6mPWBJs3fSC/. Consultado em: 4 jul. 2025.

[295] Carta de Neiva a Mascarenhas, em 31/12/1942. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 31.06.03.

[296] Ver mais: RABELO, Flávia Lopes. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos. *Revista de Administração Pública*. Fundação Getúlio Vargas, 2011.

políticas e administrativas nas carreiras individuais [297]. No discurso oficial do governo, o DASP buscava reorganizar a administração pública federal e aumentar a eficiência do serviço público. [298]. Formou-se um grupo técnico responsável por centralizar decisões e promover transformações significativas no ingresso, na carreira e na estrutura das repartições públicas. Esses técnicos, considerados "agentes de Vargas" da centralização burocrática, enfrentavam críticas internas, mas eram valorizados pela direção do Estado Novo (Rabelo, 2015). O DASP foi fundamental para a implementação das metas governamentais, atuando na organização orçamentária, classificação de cargos, introdução de métodos administrativos, realização de concursos públicos e promoção de cursos de capacitação.

O regime do Estado Novo (1937-1945) supervisionava as atividades dos pesquisadores e impunha restrições ao intercâmbio internacional, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial. Essa vigilância resultou em censura de publicações, controle de recursos financeiros e direcionamento das pesquisas para prioridades estatais, como o combate a endemias que afetavam a força de trabalho, a exemplo da malária e da doença de Chagas (Benchimol; Teixeira, 1993, p. 60-165). O ambiente científico tornou-se burocrático e alinhado à ideologia oficial, limitando a autonomia acadêmica e comprometendo projetos de pesquisa básica.

No Estado Novo, cientistas como Carlos Chagas Filho adaptaram o IOC às novas diretrizes governamentais, assegurando a continuidade das pesquisas sob restrições. Mesmo que preservassem seus cargos, enfrentaram obstáculos como a vigilância sobre parcerias internacionais e a subordinação das agendas científicas às prioridades do regime (Benchimol, 2020). O IOC, então reorganizado sob o Departamento Nacional de Saúde, teve sua autonomia técnica reduzida em favor de

---

[297] Carta de Neiva a Heitor Drummond, em 29/12/1942. FGV/ CPDOC. ANc.42.12.05:
"Pelo que sei, o D.A.S.P. está criando dificuldade às requisições tendo ressuscitado uma portaria, creio que de Abril do corrente ano, a fim de embargar ou pelo menos gradar, os pedidos que afluem de todos os lados neste sentido.
Tenho conhecimento destes fatos, porque faço parte do Conselho Consultivo da Coordenação Econômica. Aliás, a restrição crescente em tal sentido tem, de alguma forma, embaçado os propósitos da Coordenação Econômica. Irei contudo interessar-me até onde eu puder, pelo seu pedido, sem, porém, ter certeza de alcançar, porque, já fui atendido várias vezes e a última solicitação que fiz só obtive com dificuldades. Vou procurar alguém que possa fazer qualquer coisa junto à Comissão de Defesa Econômica, cuja seção é serviço muito diferente do meu, onde no entanto procurarei ver se consigo suprimir qualquer coisa".

[298] Ver mais: RABELO, Fernanda Lima. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 3, n. 6, 2015. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10454. Consultado em: 1 jul. 2025.

uma estrutura centralizada. As narrativas das correspondências de Arthur Neiva abordam as tensões vividas tanto em sua atividade científica quanto em sua função como consultor da Coordenação da Mobilização Econômica. Em carta enviada ao jornalista e educador, Sud Mennucci[299], de 6 de fevereiro de 1943, Neiva escreve sobre o seu descontentamento com os rumos da política brasileira, critica a falsa de liberdade no país, denuncia a interferência e a vigilância do Estado sobre seu trabalho[300].

No mês seguinte, em 13 de março, Neiva escreveu uma carta a Aristeu Trindade Mota[301], na qual cita mais uma vez, o cenário administrativo e político do Brasil somados aos conflitos internacionais da Segunda Guerra Mundial[302]. Ele menciona que o Serviço de Coordenação não está remunerando os funcionários, exceto quando requisitado pelo governo, sem gratificação adicional. Indica que, devido à alta demanda, o governo implementou regras rigorosas conforme os dispositivos do DASP. Neiva expressa que, se Aristeu Mota tivesse conseguido encontrá-lo durante sua visita ao Rio de Janeiro, ele teria sido informado diretamente

[299] Ver mais: MENEZES, Lis Angelis Padilha de. *Sud mennucci - educador paulista: arcaico ou profeta?*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.

[300] "Já reparou, meu bom amigo, como em nossa pátria tem custado medrar de fato a liberdade. A palavra está sempre nos lábios nossos mas o que ela representa não está nos corações. Possuímos uma inata tolerância, talvez a maior que existe no mundo, porem sempre que a liberdade se apresenta como um direito, os poderosos não querem reconhecê-la, porque tal bem se apresenta aos olhos dos mandões que o Brasil é tido como uma regalia dos poderosos que mandam conceder o direito a tal ou qual como um favor pessoal. Talvez por isso as numerosas constituições e leis existentes no Brasil são cumpridas apenas em pequeno porcentagem. Agora faço parte do Conselho Consultivo da Coordenação Econômica. Como estamos em guerra, não se disse o posto quando se é mobilizado. Farei o que for possível e o que deixarem. Trabalho bastante procurando fugir a angustiosa realidade que envolve o mundo inteiro, lendo e estudando. Assim me ausento de tudo e fico reconhecido quando encontro oportunidade de aprender e leitar-me". Carta de Neiva a Sud Mennucci, em 06/02/1943. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc.17.06.11.

[301] Não encontrei informações sobre Aristeu Trindade Mota anteriores a esse período. O que foi possível identificar é que ele atuou como observador meteorológico vinculado ao Ministério da Agricultura no pós-Estado Novo. Conforme o Boletim do Pessoal nº 46, de 19 de abril de 1947, foi designado para atividades de inspeção técnica, instrução e reorganização de postos meteorológicos nos estados da Bahia e de Sergipe, com visitas a cidades como Jacobina, Serrinha, Propriá e Aracaju. A missão também incluía ações administrativas, como a regularização fundiária de terrenos utilizados para fins científicos. Sua atuação evidencia os vínculos entre ciência aplicada, expansão territorial e fortalecimento da infraestrutura técnica do Estado no contexto de reorganização nacional após a Segunda Guerra Mundial. BRASIL. Ministério da Agricultura. *Boletim do Pessoal*, n. 46, 19 abr. 1947.

[302] O Brasil havia ingressado na Segunda Guerra Mundial em 1942 ao lado dos Aliados, após uma série de ataques a navios brasileiros. A guerra impactou significativamente a administração pública e a economia do país. A necessidade de mobilização de recursos humanos e materiais para o esforço de guerra levou à criação de diversas agências e serviços de coordenação para gerenciar esses recursos. Ver mais: NAIDITCH, Artur Faleiro. "A cobra vai fumar": a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. *Novas Fronteiras:* Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul, Porto Alegre, v. 2, n. 2, jul./dez. 2015.

sobre essa realidade. Esclarece que não ocupa um cargo de diretor na Coordenação, mas sim um posto no Conselho Consultivo, limitando-se a emitir pareceres sem poder executivo[303].

Além de seu trabalho como pesquisador e consultor econômico, Arthur Neiva também colaborou brevemente com artigos para o jornal *Folha da Manhã*[304], aspecto pouco mencionado nas biografias produzidas por seus discípulos e até então ausente na literatura acadêmica de sua trajetória. Cartas enviadas por Neiva a Ruy Bloem e a Frei Borgmeier, entre janeiro e abril de 1943, indicam uma participação no periódico, com ensejo de manter-se presente nos debates públicos por meio da imprensa, uma dimensão que contribuiu para a longevidade de sua amizade com Monteiro Lobato (Leal, 2020). Mesmo que não ocupasse um cargo formal na redação do *Folha da Manhã*, Neiva empenhava-se em preservar o controle autoral sobre seus textos, manifestando descontentamento diante de alterações editoriais e solicitando comprovação documental da publicação, como atesta a missiva de Neiva a Borgmeier e Ruy Bloem, em 3 e 6 de abril de 1943[305].

---

[303] Carta de Neiva a Mota, em 13/03/1943. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 42.12.05.

[304] GLOBO Comunicação e Participações S.A. *Jornal 'Folha de S.Paulo' completa 100 anos*. G1, 19 fev. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/02/19/jornal-folha-de-spaulo-completa-100-anos.ghtml.Consultado em: 19 jul. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. *História da Folha.* São Paulo: Grupo Folha. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/pages/historia_da_folha.shtml. Consultado em: 19 jul. 2025.

[305] Carta de Neiva a Frei Borgmeier, em 06/04/1943. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 18.03.09: "Meu caro amigo Frei Borgmeier. Junto lhe remeto os originais do meu artigo e que outro dia julguei estarem definitivamente estraviados. Os afazeres e a idade por vezes pesam sobre a memória. Aguardei a chegada do dactilógrafo que faz minha correspondência para indagar a causa do sumiço do meu trabalho. Tudo ele me explicou depois que o artigo saíra publicado na *Folha da Manhã* eu lhe fizera presente do original que hoje me trouxe e que agora mesmo lhe remeto tendo muita satisfação que seja divulgado nas Vozes de Petropolis que tão grande alento tomaram com a nova diretriz que o amigo acaba de lhe imprimir. Sem mais, muito grato por ter vindo de Petropolis para oficiar na missa pelo descanso de meu sobrinho, queira dispor deste seu muito amigo e sincero admirador".

Carta de Neiva a Ruy Bloem, em 03/04/1943. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 18.03.09: "Meu caro Ruy Bloem. Escrevi-lhe duas ou três cartas a respeito dos meus artigos e, ontem, pedi ao Edmundo, meu genro, que perguntasse se o senhor os havia recebido. Gostaria de solicitar-lhe um favor, ou melhor, um obséquio: poderia conseguir um exemplar da *Folha da Manhã* no qual foi publicado o meu artigo? Não me lembro exatamente da data, mas sei que saiu num domingo, no suplemento. Basta enviar o recorte com a data de publicação. É posterior a 14 de fevereiro, data do primeiro artigo. Não sei se o terceiro chegou a ser publicado. Li que os jornais paulistas decidiram, por razões econômicas, suprimir os suplementos. Nessa situação, gostaria de saber se posso continuar colaborando. Caso positivo, enviarei depois o texto intitulado *À vés da Amazônia*, que não sei se já foi publicado, talvez não, devido ao volume de trabalho. Se, por acaso, a *Folha da Manhã* puder seguir recebendo artigos para publicação eventual, posso enviar dois, três ou mais textos de uma vez, o que facilita a organização. Não sei quando poderei retornar a São Paulo. Espero que me envie notícias sobre as cartas que lhe escrevi e sobre este pedido".

A estratégia de Neiva, tal como ocorrera em outras fases de sua trajetória ao longo da década de 1920, consistia em utilizar a imprensa como instrumento para a circulação e ampliação de suas reflexões sobre temas nacionais. Paralelamente, as cartas abordam uma tensão entre sua expectativa de ordem e controle editorial e a dinâmica pragmática da redação, algo que o próprio reconhece ao atribuir os contratempos. Sua colaboração com o *Folha da Manhã* é interpretada como uma ação de um cientista ainda em busca de meios para intervenção discursiva de impacto e alcance, em um momento em que sua inserção nos centros institucionais de poder já se mostrava reduzida.

Em meio ao quadro de dificuldades institucionais, em outra missiva, Neiva voltou-se para uma análise sobre sua própria trajetória, como apresenta o seu texto enviado a seu amigo, Biglieri[306] em 19 de março de 1943. Ele faz um panorama detalhado dos desafios da sua vida e das realizações, com expressão de despedida, pois coincidentemente o seu falecimento ocorreu meses depois. Na carta, Neiva escreveu as suas memórias desde a nomeação na direção do Museu Nacional, na campanha contra a broca-do-café até a sua atuação na administração pública, política e científica. A longa narrativa é permeada por seu ideal de dedicação à ciência e objetivo de alcançar um lugar de prestígio entre os seus pares. Exibiu ainda seu empenho em causas como a luta contra a imigração japonesa e o desenvolvimento de instituições, como o Instituto do Cacau e o Departamento de Educação Física. Neiva ressalta o impacto das mudanças políticas e sociais sobre sua carreira, como a transformação do Instituto Oswaldo Cruz e o envolvimento com o Conselho Consultivo da Coordenação Econômica. Entre erros e acertos, Neiva enfatiza mais, nesta carta, os aspectos positivos de sua trajetória profissional. Seu relato também pode ser interpretado como uma forma de autoafirmação dos princípios científicos que marcaram sua formação e trabalho.

No balanço final de sua trajetória, apresentado na missiva de Neiva a Biglieri, ele escreveu uma afirmação emblemática – “odeio a vida mundana” –, que se destaca como um princípio orientador de suas escolhas pessoais e profissionais ao

[306] A carta escrita por Neiva foi enviada a um destinatário identificado apenas pelo sobrenome Biglieri. No entanto, é muito provável que se trate de Alberto Biglieri, médico e bacteriologista argentino que atuou em campanhas sanitárias na província de Tucumán entre 1912 e 1916. Seu nome aparece entre os responsáveis por estudos sobre paludismo e parasitologia regional. Ver mais: ÁLVAREZ, Adriana. Entre muertes y mosquitos: la lucha contra el paludismo en Tucumán (1916-1926). Universidad Nacional de Tucumán, 2010. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/541630921/Entre-Muertes-y-Mosquitos. Acesso em: 7 jul. 2025.

longo da vida. Essa postura operou como uma chave interpretativa central para compreender seu declarado “ideal de dedicação à ciência”. Ao eleger a pesquisa e o trabalho intelectual como projeto de vida, Neiva não apenas justificou suas grandes realizações e posicionamentos, como também fundamentou sua autoafirmação perante os princípios científicos do período. Identifica-se, em última instância, a rejeição categórica de qualquer forma de existência que desviasse sua energia do cumprimento de uma missão pública percebida como superior a si mesmo, conforme a fonte abaixo:

> De tudo me lembro, meu caro Biglieri. Minha memória é fiel por isso tenho gratidão e assim não posso esquecer o prestígio, a simpatia e a amizade com que os argentinos sempre me distinguiram e cercaram […]. Sobre os meus ombros desabaram responsabilidades tremendas. Em 1924 fui encarregado de organizar e dirigir a campanha contra a febre amarela que ameaçava destruir os cafezais de S. Paulo. Saí-me muito bem e pude organizar e criar o Instituto Biológico de S. Paulo, obra minha que é hoje uma das instituições científicas de maior renome do país […]. Em 1923, fui nomeado para dirigir o Museu Nacional. Deste estabeleci- mento saí para ficar em S. Paulo à frente do novo centro científico criado por mim, ficando simultaneamente encarregado de dirigir toda a campanha contra a praga dos cafezais [...] Em outras palavras quando a revolução de 1930 rebentou, este seu amigo se encontrava nela praticamente incorporado e por isso quando houve o Governo de S. Paulo de homens que nunca tivessem feito política, fui indicado para o posto de Secretário do Interior do estado mais importante do Brasil. Trabalhei muito e com êxito. Reformei a instrução publica, todo o serviço de higiene. O instituto de Butantan; criei o departamento de Educação física, o primeiro no Brasil e criei o Departamento de administração dos municípios que tem dado resultados extraordinários. Por isso, meu caro Biglieri fui indicado Interventor do estado da Baía, onde nasci. Lá estive numa luta tremenda, porém, criei o Instituto do Cacau que até hoje persiste defendendo a maior riqueza do estado [...] Apresentei-me deputado pela Baía, fui eleito e pude ser útil ao Brasil, porque ao lado do Prof. Miguel Couto, também deputado, enfrentamos a campanha contra a imigração japonesa e eu, que conhecia muito bem o Japão, que lá fizera conferências, fora condenado por aquele país, tinha a autoridade singular pelo conhecimento pessoal do Japão […] Depois fui reeleito para a Câmara dos Deputados sobreveio o golpe de Estado, regressei para Manguinhos volvendo assim às minhas origens. No corpo político e administrativo que o destino me lançou, tive atuação. Deixei, porém, em consequência da revolução de S. Paulo o meu feliz campo de trabalho por força de outrora […] Nunca, porém, deixei a ciência, mesmo como deputado frequentava assiduamente Manguinhos e consegui orientar alguns moços como Herman Lent, que hoje é um nome que cada dia mais se impõem e trabalha sobre Triatomíneos, assunto que eu nunca deixei e que o discípulo faz com grande competência. Voltando a Manguinhos comecei a trabalhar

> intensamente. O maior prazer da minha existência é trabalhar. Odeio a vida mundana. Tenho horror ao jogo, de modo que estudar até hoje constitui o meu maior prazer. Trabalhei intensamente em Manguinhos, porém, a gloriosa a casa, punge-me dizê-lo, já não é mais a mesma. Os honorários ficaram os mesmos e a vida encareceu imenso e os moços procuram um justo equilíbrio em outras atividades[307].

Dois meses após redigir essa carta autobiográfica, aos 63 anos, Arthur Neiva faleceu em 6 de junho de 1943[308], no Rio de Janeiro. Todavia, havia mencionado na missiva a Biglieri e o seu trabalho e legado permaneceu vivo nas mãos de seus discípulos, principalmente, por Cesar Pinto e Herman Lent. Ambos fizeram carreira no Instituto Oswaldo Cruz e seguiram, por influência sua, nas áreas da entomologia e parasitologia. Pinto e Lent tornaram-se referências em suas respectivas especialidades.

Cesar Ferreira Pinto integrou a geração de pesquisadores formados sob a influência direta de Arthur Neiva. Iniciou sua trajetória científica em 1918 e, poucos anos depois, passou a frequentar regularmente o Instituto Oswaldo Cruz (IOC), onde consolidou sua formação em parasitologia médica. Atuando ao lado de Neiva em pesquisas sobre o *Trypanosoma cruzi* e o ciclo evolutivo do vetor, dedicou-se ao estudo de *helmintos* e outros parasitas de interesse médico, alcançando posições de liderança no instituto nas décadas seguintes. Além de sua atuação como docente em instituições prestigiadas, foi responsável por ações de campo na área da saúde pública, demonstrando o compromisso de sua geração com o binômio ciência e nação[309].

A trajetória de Herman Lent, iniciada em 1933 no IOC, é um exemplo do legado científico de Neiva no campo da entomologia. A aproximação entre os dois se deu em 1939, resultando não apenas em amizade pessoal, mas em comunhão de interesses acadêmicos e continuidade de programas de pesquisa. Lent se especializou no estudo dos *triatomíneos*, consolidando-se como uma das principais referências internacionais na área. Ao longo de sua carreira, acumulou prêmios, distinções e o reconhecimento dos pares, mantendo viva a inclinação de Neiva de

---

[307] Neiva inicia a escrita da correspondência com essa abertura “sua carta datada de 2 de Fevereiro somente há poucos dias me chegou às mãos e aberta pela censura”. Carta de Neiva a Biglieri, em 19/03/1943. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 43.03.14.

[308] Não foi possível identificar a causa da sua morte em fontes ou registros oficiais.

[309] Ver mais: LENT, H.; BENCHIMOL, J. E.; TEIXEIRA, M. M.. Nas frestas entre a ciência e a arte: uma série de ilustrações de barbeiros do Instituto Oswaldo Cruz. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 11, n. 1, p. 121-140, jan./mar. 2004.

aliar produção científica rigorosa à função pública da ciência. Vale mencionar que Herman Lent fez um discurso durante a homenagem prestada a Arthur Neiva pelo Instituto Oswaldo Cruz, no cemitério de São João Batista, em 11 de junho de 1943, na qual deixou claro o papel de discípulo que passava a assumir a partir de então:

> Neiva foi sempre o homem de Manguinhos e isto fazia sentir em todos os seus atos. As gerações mais novas do Instituto resolveram que fôssemos nós, o interprete de sua emoção [...] Neiva constituía para nós o estímulo e a compreensão; sua presença representava a certeza de um trabalho executado [...]. Que estas palavras possam ser interpretadas como um compromisso que aqui assumimos[310].

Para além das gerações de cientistas de Manguinhos, Neiva exerceu forte influência ao educar e orientar profissionalmente seu filho, Artur Hehl Neiva. Com destacada atuação no campo das políticas migratórias, ele ocupou funções de destaque em órgãos nacionais e internacionais, apresentando, à sua maneira, uma herança de engajamento em questões estruturantes do país. Sua trajetória é um objeto de pesquisa recente de Marques (2023), a qual mostra como os valores políticos e institucionais transmitidos por Neiva se desdobraram em outras frentes de atuação, reafirmando o entrelaçamento entre trajetória e projeto de nação.

A trajetória de Arthur Neiva nos anos iniciais da Era Vargas evidencia a articulação entre ciência, política e gestão pública, num momento marcado por transformações institucionais e disputas de poder. Ao ocupar cargos como a Secretaria do Interior em São Paulo e a interventoria na Bahia, Neiva não apenas percorreu diferentes esferas do aparelho estatal, mas também tornou visíveis os impasses enfrentados por uma geração de intelectuais que buscava afirmar seu protagonismo na formulação de projetos nacionais. No estado da Bahia, Neiva enfrentou alianças frágeis, resistências locais e embates simbólicos que ora o posicionaram como agente ativo da modernização do Estado, ora como foco do descontentamento político. Nessas experiências, emergiu o perfil do cientista que transita entre o laboratório e as estruturas de governo, articulando saber técnico, racionalidade administrativa e aspirações modernizadoras. Esse movimento não foi isolado. Ao contrário, expressa uma tendência mais ampla da década de 1930,

[310] Arthur Neiva, por Heman Lent, Instituto Oswaldo Cruz. Revista de Entomologia. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/R1218. BORGMEIER, Thomaz O.F.M. Arthur Neiva (1880-1943). Revista de Entomologia. Rio de Janeiro, fasc.1-2, v.14, 31 jul. 1943, p. 7.

quando profissionais ligados às ciências passaram a ocupar funções estratégicas na estrutura estatal, contribuindo para a construção de um modelo de nação marcado pela centralização e confiança na técnica no contexto de um regime autoritário.

O posicionamento de Arthur Neiva estabeleceu diálogo com os intelectuais do pensamento social brasileiro, compartilhando sua visão e reflexões sobre a formação do país, o papel civilizador da ciência, adotando conceitos como eugenia e integração territorial, aspectos que se tornam evidentes em sua produção intelectual, tema a ser analisado no quarto capítulo desta tese. Sua contribuição singular, no entanto, residiu na capacidade de transformar esses ideais em ações ao assumir a função de gestor público. Sua trajetória enriquece o debate sobre o pensamento social ao demonstrar como a modernização brasileira foi construída por meio de uma mediação entre conhecimento científico e prática política. Interpreto que o grande diferencial de Neiva foi sua proposta de racionalização científica, o que o distinguiu de seus contemporâneos. Ele não apenas defendeu esse projeto no campo das ideias durante a década de 1920, mas também o levou para a esfera política em sua atuação como deputado federal em 1935.

A análise desenvolvida neste capítulo defende que Neiva, ao assumir funções administrativas, não abandona sua identidade científica, mas sim a reafirma ao personificar a função de administrador público e mediador. Embora Neiva estivesse inserido no processo de formação dos cientistas burocratas durante a Era Vargas, a sua trajetória representa, sobretudo, a mobilização estratégica de um capital intelectual acumulado ao longo de décadas de trabalho científico, combinado a uma extensa rede de sociabilidades e à autoridade consolidada em instituições públicas. Sua presença em um cenário político instável e em constante redefinição revela a porosidade entre os campos do saber técnico e da ação estatal, indicando que as fronteiras entre ciência e burocracia são mais permeáveis e complexas do que normalmente se pressupõe. Neiva não apenas transita entre essas áreas, mas também contribui para a articulação dinâmica entre eles, o que torna sua trajetória relevante para compreendermos a relação entre ciência e Estado neste período.

As diferenças entre sua passagem por São Paulo e pela Bahia ressaltam os desafios de ocupar posições de liderança técnica em meio ao esgarçamento do pacto republicano. Enquanto em São Paulo acumulou prestígio e influência institucional, na Bahia enfrentou rejeições, censuras, a fragilidade de alianças políticas e disputas de forças oligárquicas. Esses contrastes reforçam os desafios da

experiência vivenciadas por cientistas que, naquele contexto, se viram compelidos a negociar legitimidade em meio a interesses diversos. Neiva esteve no centro das disputas que envolveram a autoridade do saber científico, a redefinição do papel do Estado e os rumos da modernização nacional. Sua trajetória não apenas desmitifica a imagem do cientista como figura periférica na política, como também lança luz sobre os sentidos históricos da presença intelectual na construção do Brasil republicano. Suas escolhas, ambivalências e conflitos evidenciam os limites e as possibilidades da ciência como instrumento de governo e convidam à reflexão sobre os papéis possíveis do cientista na esfera política.

Por fim, encerro este capítulo com o retrato de Neiva, como pesquisador do IOC, no local onde se formou e para o qual retornou ao final de sua carreira, em um registro feito por seu discípulo, Borgmeier, em 1940, publicado na *Revista de Entomologia* em 12 de julho de 1943, em sua homenagem póstuma:

Fotografia 12: Arthur Neiva em 1940

Fonte: Revista de Entomologia. FGV/ CPDOC. Fundo Arthur Neiva/R1218.BORGMEIER, Thomaz O.F.M. Arthur Neiva (1880-1943). *Revista de Entomo*

5 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL EM ARTHUR NEIVA: LÍNGUA, RAÇA, CORPO E ECONOMIA

O quarto capítulo analisou as interpretações da nação brasileira do ponto de vista teórico, a partir da produção intelectual de Arthur Neiva, com o intuito de destacar sua visão de Brasil, expressa tanto por meio de sua rede de sociabilidade quanto em publicações periódicas e em livros. Já no final da década de 1910, observa-se a sua crescente aproximação com a esfera pública e política, além da relevância de sua produção intelectual no debate sobre a identidade nacional. Entre os principais temas defendidos por Neiva, destacam-se a reforma ortográfica da Língua Portuguesa, a estruturação da Educação Física alinhada à formação cidadã e os discursos identitários nos projetos de modernidade no Brasil. Em múltiplas fontes, ele enfatiza a importância da educação formal, especialmente no que se refere à ortografia e à gramática, como pilares para a formação de um "indivíduo culto e civilizado" no Brasil.

Neste capítulo, proponho uma análise dos textos e crônicas de Arthur Neiva, baseada em uma tipologia que permite identificar os principais eixos temáticos abordados por ele, como economia, esporte, raça, defesa de uma linguagem brasilianista e a crítica à herança portuguesa. Muitos desses textos, originalmente publicados no jornal *O Estado de S. Paulo, Revista do Brasi*l e no *Jornal do Commercio*, foram posteriormente reunidos no livro *Daqui e de Longe*[311] (1927) e *Estudos da Língua Nacional* (1940), constituindo uma coletânea de pensamentos e inquietações de Arthur Neiva a respeito da identidade nacional. Os artigos certificam seu empenho em performar como um intérprete do Brasil. Nesses textos, Neiva abordou questões centrais como ciência, educação, imigração, saúde, cultura, crítica a adoção acrítica de ideias estrangeiras e a retórica vazia das elites. Propôs soluções alinhadas a um nacionalismo voltado para o desenvolvimento interno do país. Considerava o povo brasileiro com grande potencial, mas prejudicado pela falta de organização e pelo descaso político. Entre essas reflexões, destaca-se sua

[311] De acordo com o redator do prefácio, Affonso Taunay, em São Paulo, em 21 de junho de 1921, o título da obra foi escolhido por este motivo: "Três são as crônicas de viagem que justificam a segunda parte do título do livro. Três correspondências 'de longe', de escalas da viagem de A. ao Japão" (Neiva, 1927, p. 10).

síntese desse período: “O novo Brasil escreveria outro Estatuto, para o seu rejuvenescimento”[312].

O exame deste conjunto de fontes visa compreender como determinadas questões foram articuladas e de que maneira expressam os dilemas e projetos do período. Arthur Neiva apresenta um alinhamento com o nacionalismo militante, que se manifesta em sua ampla produção intelectual voltada à análise e transformação da realidade brasileira. Tem-se a centralidade do estado de São Paulo como eixo privilegiado de suas análises e núcleo de sua rede de sociabilidade. Foi nesse ambiente que Neiva, em articulação com seus pares, contribuiu para a formulação da ideia de “paulistanidade” como componente estruturante da identidade nacional e expressão da hegemonia econômica paulista frente aos demais estados. Cabe observar que Neiva também escreveu diversos livros, ensaios e artigos científicos na área da entomologia, com circulação nacional e internacional, embora tais produções não constituam fontes diretas deste capítulo. Colaborou na fundação das revistas *Sciencia Medica* e *Boletim Biológico*, bem como no jornal argentino *El Tiempo* ainda durante seus anos de formação.

O segundo capítulo se dedica a avaliar como Arthur Neiva manteve sua identificação como discípulo de Oswaldo Cruz, mencionando os trabalhos do cientista ao longo de sua trajetória. Saliento a interconexão das categorias de intelectual, administrador, político e cientista em seus escritos. Por fim, estabeleço comparações entre a concepção reformista de nação defendida por Arthur Neiva e por outros pensadores e correspondentes de sua época, como Fernando de Azevedo, Monteiro Lobato, Renato Kehl, Coelho Neto, Olavo Bilac, Carlos Sussekind de Mendonça, Américo Netto, entre outros. A ideia de um país em construção é atestada nas fontes analisadas, tanto na produção bibliográfica quanto em narrativas epistolares do personagem. O capítulo ainda busca compreender como Neiva interpreta o país, de que lugar social realizava as suas sínteses e a forte influência do americanismo em seu discurso, que, em muitos momentos, aponta para um esforço de “salvação” para um país carente de referenciais do passado, sem uma cultura política consistente e formado por um povo sem memória.

Neiva expressa sua visão ao afirmar: “Com exagerada confiança, enfrentamos o futuro, desprezamos o passado e nos alienamos dos nossos heróis.

[312] NEIVA, Arthur. Reconstrução (1921). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. p. 189.

Já não lutamos aqui pelas ideias; não há mais partidos; batemo-nos por fulano, não pelo princípio". O presente trecho integra o artigo "Reconstrução", escrito em 1921 e publicado na obra *Daqui e de Longe* (1927), no qual defende que a superação dos desafios brasileiros demandaria a construção de um novo país, iniciando pela reformulação do Estado. Reforça essa ideia ao afirmar que essa seria "a primeira medida a se tomar", pois "superstições e recordações não guiam povos"[313].

5.1 TERRITÓRIO E IDENTIDADE NACIONAL À LUZ DOS IDEAIS DA PAULISTANIDADE

Em sua produção intelectual, Neiva elabora uma concepção de identidade nacional fortemente ancorada na experiência e nos referenciais do território paulista. Ainda que tenha circulado por diferentes regiões do Norte e Nordeste, sua análise tende a enquadrar as expressões regionais a partir de valores associados à paulistanidade, entendida como modelo de civilização moderna [314] . Esse enquadramento se manifesta em diversos eixos de sua reflexão, como a educação física, a normatização linguística e o debate racial, em que o padrão paulista é reiterado como medida de ordem, progresso e racionalidade.

Durante a década de 1920, Arthur Neiva desempenhou um papel central na disseminação desses ideais, incorporando esses princípios em seus discursos, interações e redes de sociabilidade (Leal, 2020). Nesse período, São Paulo se destacava como o estado com as economias industriais e agrárias mais prósperas do Brasil, além de ser referência em inovações culturais. Essa tradução do estado como precursor no progresso brasileiro em direção à modernidade fortaleceu sua posição de destaque no contexto nacional.

A formação do Estado brasileiro, assim como a de outras nações modernas, esteve profundamente vinculada à construção de símbolos nacionais por meio de "tradições inventadas", conceito definido por Hobsbawm (1984) como práticas institucionalizadas que promovem coesão e identidade social ao transmitir valores por meio de repetição ritualística. Essas tradições operam como estratégias políticas para consolidar a imagem da nação, frequentemente baseadas na apropriação e

[313] NEIVA, Arthur. Reconstrução (1921). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927, p. 189.
[314] LOVE, J. A. *A locomotiva:* São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

reinterpretação de um passado histórico. Tal processo indica ainda o silenciamento de experiências e grupos sociais, como aponta Renan (1995), ao afirmar que a constituição da nação exige o esquecimento seletivo de certas memórias. No Brasil, esse apagamento intensificou-se, sobretudo na Primeira República, pela exaltação de ideais de paulistanidade em detrimento da diversidade étnico-racial e regional[315]. Como demonstra Ferretti (2004), essa identidade foi forjada por meio de narrativas historiográficas e projetos políticos que privilegiavam uma memória centrada em figuras como os bandeirantes e em valores associados ao progresso, à civilização e à liderança paulista na formação da nacionalidade.

Durante a Primeira República, o regionalismo emergiu como um elemento fundamental na construção da identidade nacional, fomentando a inserção do Brasil no processo de modernização e no cenário internacional (Naxara, 1998; Mota, 2012). A pesquisa de Ferreira (2000) destaca que, na literatura, o sertanejo paulista personificava o bandeirante, figura central na análise da formação da nacionalidade brasileira. Nos romances, a interpretação histórica recorria à memória dos emboabas, apresentando os homens brancos paulistas como protagonistas da expansão territorial, da descoberta de riquezas, da criação de instituições e da consolidação de maneiras culturais singulares: “os paulistas tiveram um lugar proeminente, dilatando o território, descobrindo riquezas, criando instituições e formas culturais próprias, lançando as bases” (Ferreira, 2000, p. 183). São Paulo se firmava como o cenário principal da construção da identidade nacional, sustentada pelo culto ao passado heroico dos bandeirantes.

A seção “Homens e Coisas Nacionais” da *Revista do Brasil*[316], de março de 1917, dividida em três tópicos, “A Defesa Nacional”, “Lafayette” e “Oswaldo Cruz”, Arthur Neiva discute os desafios da coesão social e da defesa do país em um contexto de transformações internas e globais. Nessa chave interpretativa, a instrução, o patriotismo e a defesa nacional constituem pilares fundamentais para garantir a soberania e a unidade do Brasil. Neiva critica a precariedade das condições de vida no país, mas reconhece o potencial de regeneração social a partir do acesso à educação e ao trabalho. Ao afirmar que “a verdadeira defesa nacional é

[315] Ver mais: FERRETTI, Danilo José Zioni. *A construção da paulistanidade:* identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

[316] O texto publicado na coluna foi o discurso pronunciado pelo Arthur Neiva, na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. REVISTA DO BRASIL [RBR]. Homens e Coisas Nacionais. *Revista do Brasil*, v. IV, ano II, n. 15, p. 137, mar. 1917. p. 327-337.

a consciência nacional", defende que a construção de uma identidade coletiva passa pela disseminação de uma instrução primária sólida. Ele ainda atribui a São Paulo um papel central no processo de modernização e civilização do país, destacando sua superioridade econômica e social em relação a outras regiões e reforçando, assim, a ideia da centralidade paulista na construção da identidade nacional.

O argumento de Neiva dialoga com a lógica de produção de pertencimento nacional estruturada em torno da paulistanidade, tal como analisada pela pesquisa de Weinstein (2007). Ao enaltecer os valores atribuídos a São Paulo, tais como, trabalho, disciplina, racionalidade e progresso, Neiva contribui para a construção de uma narrativa em que essa região é apresentada como núcleo da identidade nacional moderna. Nesse contexto, o sentimento de pertencimento não emerge de uma memória coletiva difusa, mas de um esforço deliberado de normatização cultural, que transforma experiências regionais em símbolos nacionais. A partir dessa operação discursiva, São Paulo torna-se parâmetro para a definição de padrões linguísticos, comportamentais e raciais, reforçando a ideia de que a nação deve se espelhar nos atributos atribuídos às elites paulistas. Como analisado por Weinstein (2007), esse projeto não era apenas cultural, mas também profundamente político, buscando consolidar hierarquias regionais e sociais sob a aparência de uma unidade nacional.

Como discutido no primeiro capítulo da tese, Neiva atuou diretamente como médico durante a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em São Paulo, participando das campanhas de combate à malária e prestando assistência aos trabalhadores. No artigo "A Noroeste" [317], escrito em 1920, ele retoma essa experiência para refletir sobre a expansão ferroviária em São Paulo, descrevendo as dificuldades sanitárias e logísticas da empreitada. Ao enfatizar os desafios enfrentados pelos operários e exaltar a atuação paulista como expressão de domínio sobre o território, Neiva articula, em seu texto, a questão nacional a partir de uma perspectiva regionalista. Por essa chave interpretativa, São Paulo é apresentado como um agente civilizador[318], pois a ferrovia assume um sentido simbólico, mais do que infraestrutura, elucidando a capacidade paulista de conduzir o Brasil rumo à modernidade.

[317] NEIVA, Arthur. A Noroeste (1920). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927.
[318] Ver mais: LOVE, J. A. *A locomotiva:* São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Arthur Neiva narra a construção da ferrovia como parte de um processo mais amplo de conquista e integração territorial. A paisagem do noroeste paulista, descrita como “terra incógnita”, surge como cenário de enfrentamentos com a floresta e com populações indígenas tidas como “selvagens”, em uma linguagem que remete à lógica dos antigos bandeirantes. No mesmo artigo, Neiva valoriza o papel dos engenheiros, médicos e trabalhadores como protagonistas dessa ocupação, transformando o avanço da ferrovia em símbolo de progresso e racionalidade. Ao destacar a trajetória dos imigrantes que, por meio do esforço individual, ascendem da condição de proletários a pequenos proprietários, reforça a ideia de uma integração bem-sucedida, marcada pelo rompimento gradual com as referências culturais de origem e pela adoção de uma identidade brasileira construída à imagem da experiência paulista[319]. No trecho a seguir, Neiva mostrou as transformações marcantes no cotidiano do sertanejo “Jeca”, além do contraste entre a vida que os imigrantes abandonaram em seus países de origem e a nova realidade no Brasil[320]:

> O progresso de crescente celeridade de S. Paulo e, sobretudo da região da Noroeste, conforta os mais desanimados pela marcha de caramujo com que se desloca quase todo o resto do país e o carangueijar de uma boa parte da nação [...]. As terras estão retalhadas, quase tudo está picado, o pequeno fazendeiro domina a região. Jeca está bem traduzido; já encontrou dinheiro para comprar o seu lote. Muitos dos pequenos proprietários, entretanto, são estrangeiros; patrícia origem, porém, dia a dia lhes fica mais remota, dela se recordam apenas para contrastes entre a pobreza de outrora e a prosperidade de hoje.

É oportuno salientar o forte alinhamento entre as ideias mobilizadas por Neiva no artigo e o projeto intelectual idealizado pelo grupo d’*O Estado*, responsável pela criação da *Revista do Brasil* em 1916. De acordo com Luca (1999), esse grupo,

---

[319] Ver mais: FERREIRA, A. C. *A epopeia bandeirante:* Letrados, Instituições, Invenção histórica (1870-1940*).* São Paulo: Unesp, 2000. FIGUEIRÔA, S. *Modernos bandeirantes:* a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931). Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP. São Paulo, 1987.

[320] Embora Neiva reconheça neste artigo os avanços proporcionados pelo trabalho ferroviário em São Paulo, ele também aponta as profundas desigualdades sociais como obstáculos significativos ao progresso nacional almejado. Sua perspectiva evidencia que o desenvolvimento material, embora relevante, não pode ser desvinculado da política, exigindo a atuação mais efetiva do Estado nas áreas de saúde e educação. A crítica concentra-se na falta de investimentos na educação, considerada fundamental para formar cidadãos capazes de participar ativamente da construção nacional. O texto é concluído com um breve diagnóstico das fragilidades estruturais do Brasil.

liderado por Júlio de Mesquita Filho, atuava como porta-voz de uma elite ilustrada paulista que buscava intervir nos rumos do país por meio de uma produção cultural comprometida com a modernização e a homogeneização identitária da nação. A *Revista do Brasil* foi pensada como instrumento pedagógico, assumindo um papel estratégico na formulação de um imaginário nacional que refletia os valores da paulistanidade. Entre 1918 e 1925, o periódico publicou 84 edições e se consolidou como espaço de divulgação de temas como sanitarismo, eugenia, educação e planejamento territorial, expressando um ideal de nação moldado a partir da experiência paulista (Woodard, 2004; Souza, 2009). O periódico não apenas refletia os interesses modernizadores do grupo, mas também operava como plataforma ativa de construção de um projeto nacional pautado pela centralidade simbólica de São Paulo.

Como discutido no segundo capítulo desta tese, a atuação de Neiva como colaborador e articulador da *Revista do Brasil* não se restringe à atividade editorial ou à divulgação científica em sentido estrito. Seu engajamento foi bem amplo no debate sobre a identidade nacional, Neiva não apenas contribuía para a circulação de ideias científicas, mas também elaborava uma narrativa de um Brasil possível, em sintonia com o projeto de nação criado pelas elites intelectuais paulistas no início do século XX.

5.2 O ESPORTE COMO REGENERAÇÃO NACIONAL E DISCIPLINA MORAL

Arthur Neiva foi um defensor da educação física ou fisicultura, como era comumente denominada no período, e publicou sobre o tema no jornal *O Estado de S. Paulo*, entre 1921 e 1922. Como observam Gomes e Dalben (2011), ele compreendia o esporte como uma solução promissora para os desafios do país, embora advertisse sobre os riscos dos excessos e da prática desordenada. Membro da Sociedade Eugênica de São Paulo desde sua fundação em 1917, Neiva articulava a prática esportiva tanto à prevenção de doenças quanto ao aprimoramento racial das futuras gerações[321]. Inspirado nos moldes britânicos, via

[321] Assim como muitos de seus contemporâneos, Neiva associava o saneamento à regeneração racial e social, refletindo o uso frequente de termos como “sanear” e “eugenizar” como sinônimos. A Sociedade Eugênica de São Paulo se definia como uma entidade científica voltada ao estudo e à aplicação de práticas eugênicas, com o objetivo de conservar e aperfeiçoar a espécie humana. Seus estatutos enfatizavam a importância da análise da legislação, dos costumes e das influências do meio

no fortalecimento físico da juventude um passo necessário para a regeneração nacional. Como demonstra Souza (2009), sua concepção de saúde corporal estava profundamente vinculada a um ideal de progresso biológico e civilizacional, em consonância com a medicina preventiva e os discursos modernizadores do período.

A Sociedade Eugênica de São Paulo se organizava em três frentes: a eugenia positiva, voltada à reprodução de indivíduos tidos como saudáveis; a preventiva, que buscava eliminar condições ambientais tidas como disgênicas, como a miséria e a insalubridade urbana; e a negativa, centrada na contenção da reprodução dos considerados degenerados. Para Stepan (2004), a eugenia brasileira nos anos 1920 se diferenciava das práticas coercitivas do modelo germânico ao propor um projeto de saneamento moral e físico da população, alinhado aos ideais de regeneração racial e construção da modernidade. Tal leitura é tensionada por Souza (2009), que aponta as conexões do movimento eugênico brasileiro com as tradições anglo-saxã e alemã, revelando o racismo científico e o autoritarismo implícito em suas propostas. Como mostra a pesquisa Souza (2009), a noção de uma "eugenia tropical" ou "latina", mais branda e supostamente compatível com os valores republicanos, tende a encobrir o caráter excludente e hierarquizante desses projetos, especialmente no que tange à definição de um corpo nacional ideal.

Arthur Neiva, nas primeiras décadas do século XX, desenvolveu uma visão reformista sobre a identidade brasileira[322], inicialmente associando a miscigenação à formação da nação. No início da década de 1920, ele via o esporte como uma ferramenta essencial para o aprimoramento físico e social da população, acreditando que a prática esportiva contribuiria para o aperfeiçoamento genético dos brasileiros. Suas concepções sobre raça e sociedade também se manifesta em seus seis artigos intitulados "Do Esporte", nos quais enfatiza a importância da prática esportiva para o desenvolvimento integral do indivíduo. Seu pensamento dialogava com propostas de reforma educacional orientadas pela regeneração, visando evitar a

---

sobre as "aptidões físicas, morais e intelectuais das gerações futuras", promovendo medidas como a regulamentação matrimonial e a defesa do exame pré-nupcial obrigatório (Souza, 2006, p. 35, 45-46 *apud* Wegner, 2017, p. 82).

[322] Para Thomas Borgmeier (1940), frei franciscano que manteve interlocução próxima com Neiva em pesquisas em entomologia, Neiva se destacava por expor suas ideias de maneira clara e acessível, sem tornar a leitura cansativa. A sua escrita revela a característica de um observador atento, que articula fatos com um vasto repertório, indo além de descrições superficiais. Contrário às idealizações românticas do sertão, ele acreditava que o progresso e a integração nacional só seriam alcançados por meio de políticas públicas eficazes nas áreas de infraestrutura, educação e saúde.

formação de sujeitos considerados “degenerados” ou inadequados ao progresso social[323].

O discurso de Neiva alinhava-se aos pressupostos de uma educação eugenista preventiva, centrada na hereditariedade do brasileiro. Essa abordagem distanciava-se da perspectiva defendida por Renato Kehl e endossada por Monteiro Lobato, que propunha a eugenização da nação por meio da exclusão de indivíduos considerados inadequados (Habib, 2007).

No início do século XX, tanto no Brasil quanto na Europa, a fisiologia era ponderada como a área científica mais adequada para fundamentar a educação física. Esse campo, que desde o século XIX se dedicava ao estudo do funcionamento do corpo e dos movimentos humanos, oferecia a base teórica necessária para práticas focadas na saúde e na preparação física (Gomes; Dalben, 2011). A ênfase de Neiva na formação moral e cívica por meio do esporte tinha como objetivo criar uma sociedade composta por cidadãos “ideais” do futuro. A prática esportiva é vista não apenas como um meio de aperfeiçoar corpos, mas também de moldar comportamentos e atitudes alinhadas com a ordem social, disciplina e produtividade. Ele considera o desporte[324] uma ferramenta essencial para educar os jovens e prevenir comportamentos “decadentes” ou “indisciplinados” (Neiva, 1927). Essa preocupação expressa o ideal eugênico de intervir nas gerações futuras, promovendo o que era considerado um cidadão superior por meio da educação física e moral.

Para os médicos eugenistas brasileiros, fortalecer a juventude significava preparar o Brasil para rivalizar com nações “avançadas”, sendo o esporte uma metáfora para a luta pela sobrevivência e supremacia. Para Souza (2009), o discurso de Neiva estava mais alinhado com a inclusão de valores morais e cívicos,

[323] Tal como discutido no terceiro capítulo da tese, as ideias de Neiva tornaram-se mais controversas a partir da década de 1930, quando ele assumiu o cargo de deputado federal e passou a condenar a imigração japonesa.

[324] Nessa pesquisa, o termo desporte aparece como forma arcaica do português e foi empregado com relativa frequência nos escritos das primeiras décadas do século XX, especialmente em textos jornalísticos, científicos e literários. Derivado do francês antigo *desport* e do latim *deportare*, o termo era utilizado como sinônimo de lazer, recreação ou prática física organizada. A forma desporto foi mais amplamente difundida em Portugal, enquanto no Brasil passou a coexistir com esporte, influenciado pelo inglês sport, sobretudo a partir da década de 1920. O uso de desporte em textos de autores como Arthur Neiva reflete uma fase de transição linguística, na qual ainda não havia consenso quanto à normatização dos vocábulos associados à prática física sistematizada. Para um panorama histórico e terminológico do campo. Ver mais: CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação física no Brasil: a história que não se conta.* 18. ed. São Paulo: Papirus, 2010. MELO, Victor Andrade de. Apontamentos para uma história comparada do esporte: um modelo heurístico. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 107-120, jan./mar. 2010.

e, não necessariamente enfatizava distinções raciais ou sociais. Esse argumento é notório no artigo “Do Esporte VI”, em que, de maneira irônica, Neiva confronta o papel da educação na formação dos cidadãos, sugerindo que o ensino engessado da gramática não seria suficiente para desenvolver habilidades sociais saudáveis:

> Se o Congresso da Criança resolver adotar a gramática como ginástica cerebral, então tal desporto, cujo excesso é mais nocivo que qualquer outro, vai preparar-nos gerações de homens pequenos, cabeçudos como certos cupins, mas que, apesar do corpo mole, dão cabo de qualquer cumeeira, não importa de que pau. Sei que com isso pouco nos incomodamos, porquanto os habitantes de Marte, segundo o espiritismo, são mais adiantados que nós e têm essa aparência[325].

Em outro trecho do artigo, Neiva tece críticas à formação acadêmica no Brasil, lamentando a perda de rigor no processo avaliativo. Ao afirmar que “os examinadores mais velhos se transformam, e o relativo arrocho das bancas examinadoras de outrora foi substituído pela 'bica', como no meu tempo se dizia”, ele questiona os novos critérios acadêmicos. O termo “bica”, usado coloquialmente para indicar uma aprovação facilitada, simboliza, para Neiva, a degradação dos valores institucionais. O que antes era marcado por exigência e disciplina cede lugar a um modelo mais permissivo, em que o mérito cede espaço à complacência.

5.2.1 **Crítica à educação tradicional e à formação bacharelesca**

Ao empregar a metáfora do “esporte gramatical”, Arthur Neiva insere-se de maneira crítica no debate educacional das primeiras décadas do século XX, marcadas por tensões entre um ensino tradicional, elitista e formalista, e os anseios por uma educação mais democrática e formadora. A sua ironia recai sobre a superficialidade com que os clássicos da literatura eram utilizados no ensino, reduzidos a meros instrumentos para a colocação de pronomes, em um país onde a maioria da população sequer tinha acesso à alfabetização. Sua crítica não se limita ao conteúdo escolar, mas expõe uma contradição estrutural do projeto educacional da Primeira República: o cultivo da erudição formal para poucos em contraste com a exclusão massiva dos mais pobres da cultura letrada. Ao denunciar essa lógica, Neiva dialoga, ainda que de maneira independente, com os princípios defendidos

[325] *Ibidem,* Do Esporte VI, p. 90.

pelos reformadores da educação, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, que buscavam uma formação voltada à realidade brasileira, pautada na ciência, na crítica e no acesso universal ao conhecimento.

No decorrer do artigo “Do Esporte IV” há várias menções às reformas no ensino, incluindo a introdução ao ensino da ginástica, sendo obrigatório no currículo das escolas em vários estados brasileiros (Neiva, 1927, p. 74), ressaltando o compromisso nacional com a formação física e moral dos jovens. Neiva discorre acerca do potencial da nova geração brasileira, visto que o esporte desempenharia um papel fundamental na transformação da sociedade. Dentro dessa chave, a prática esportiva desenvolveria a força física e uma nova condição ao ciclo evolutivo dos homens brasileiros, como a virilidade. Ou seja, a prática esportiva levaria à regeneração da população, o que implicaria na mudança da fisionomia e no físico do cidadão. No artigo “Do Esporte IV”, Arthur Neiva analisa o esporte como instrumento moral e afirmação de valores coletivos expresso em tal afirmação:

> Dá-lhe robustez e o torna varonil e, esta faculdade, imprega-lhe o espírito, impressiona a própria essência do indivíduo, dando-lhe um título de nobreza que ele mesmo poderá forjar por suas mãos e manter pelas suas atitudes, palavras, atos e ações[326].

Em resposta às críticas do esporte ao associarem como a causa da dispersão dos estudos acadêmicos, Neiva defende a prática esportiva como promotora de disciplina, coragem e solidariedade. Ou seja, o esporte era o mecanismo de resistência e aprimoramento físico e ético, formando indivíduos mais vigorosos e preparados para os desafios da vida moderna. Atribui à prática esportiva um papel estratégico na construção de uma cidadania robusta, orientada por princípios de ordem e coesão social.

Por tal visão, o esporte passaria a ser uma salvação para moldar indivíduos conscientes e preparados, visto que ensinam lições práticas de esforço, mérito e competitividade, características que contrastam com o ambiente da política e da educação bacharelesca do período que aos olhos de Neiva eram “permissivas e negligentes”. Neiva pondera que as práticas esportivas capacitam os jovens a resistir às adversidades sociais, desenvolvendo força para enfrentar os desafios do

[326] NEIVA, Arthur. Do Esporte IV (1922). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927, p. 80.

país. O desporte era visto como um antídoto ao conformismo e à corrupção moral, segundo Neiva. A frase “o esporte desenvolve a força física e esta dá ao homem uma condição que não faz parte do seu ciclo evolutivo, como é a virilidade”, frisa a ideia de que a prática física ultrapassa a dimensão corporal, sendo um veículo para virtudes humanas ditas essenciais. Passaria a ocupar um campo de treinamento para a cidadania, na qual os jovens aprenderiam a respeitar regras, trabalhar em equipe, reconhecer o valor da persistência e o fortalecimento do espírito comunitário. Trata-se de uma forma de superar as divisões sociais e culturais, proporcionando um espaço de convivência baseado no respeito mútuo e no mérito individual.

5.2.2 **Debate entre os esportistas “do esporte” e os esportistas “da gramática”**

Para Neiva, as classes dirigentes do país nasceram no tempo pré-esportivo e, por isso, a mentalidade nacional se dividia em esportistas do esporte e esportistas da gramática (Neiva, 1927, p. 6). Ele dialogava com as ideias esportivas de seus contemporâneos, incluindo pensadores como Coelho Netto e Olavo Bilac, que defendiam a prática física como essencial para a saúde e para o fortalecimento do sentimento patriótico. Por outro lado, Carlos Sussekind de Mendonça compartilhava uma visão oposta, com uma postura crítica à adoção de modelos esportivos estrangeiros no Brasil (Góis Junior; Melo; Soares, 2015). Levava em conta a prática excessiva do esporte, especialmente do futebol, como prejudicial aos jovens, comprometendo tanto a saúde física quanto o desenvolvimento intelectual. Outro posicionamento contrário a Neiva era o de Lima Barreto, um grande crítico do culto ao corpo e o uso do esporte como ferramenta de disciplinarização das massas (*Ibidem*).

Na concepção de Affonso Taunay[327], o objetivo de Neiva ao publicar os artigos “Do Esporte I, II, III, IV, V e VI” foi contestar a tese considerada generalizadora e ao seu ver exagerada de Carlos Sussekind de Mendonça, de que o esporte estava “deseducando a mocidade brasileira” (Neiva, 1927, p. 5). A respeito da produção intelectual de Mendonça, Neiva fez uma apreciação positiva e até ponderar os argumentos dos antidesportivos, mas se manteve firme em relação às vantagens do esporte para a nação, conforme a fonte abaixo:

[327] Redator do prefácio da obra “Daqui e de Longe”, em 21 de junho de 1921.

> O livro de Sussekind de Mendonça, por ser excelente, é capaz de abrir caminho. Eu estava ainda aí em São Paulo quando ouvi falar de uma liga antidesportiva, e o amigo que isso me referiu citaram-me os nomes dos iniciadores - Lima Barreto e Mário Valverde. Este foi meu companheiro de turma e amigo íntimo. Conhecia de perto a grande alma e o brilhante espírito. O outro, o público brasileiro que lê, deve conhecer e admirar o escritor que tão grande brilho e originalidade empresta às letras nacionais. Não há dúvida que o excesso do esporte, como tudo o mais, é nocivo. As vantagens, porém, são de tal monta que nós ainda não resolvemos estes assuntos porque, no Brasil, os governos, em geral, são sempre mais atrasados do que o povo[328].

Para Sussekind de Mendonça (1921), o desgaste físico causado pela atividade esportiva afastava os jovens dos estudos e do aprimoramento intelectual, tornando-se, assim, uma prática contraproducente e, até mesmo, anti-higiênica. Ao utilizar o termo este para se referir à prática esportiva, Mendonça aciona um conceito que, nas primeiras décadas do século XX, estava associado à construção de sujeitos disciplinados, equilibrados e produtivos. A higiene configurava-se como um instrumento de normatização dos corpos e mentes em nome de um projeto de modernização nacional. Atividades que levavam ao desgaste físico e à dispersão intelectual, como o esporte em excesso, eram vistas como contraproducentes para a formação do "cidadão ideal" (Mendonça, 1921).

Neiva citou o posicionamento de Sussekind de Mendonça no artigo "Do Esporte IV": "Sob o título 'O esporte está deseducando a mocidade brasileira', o jovem Sussekind de Mendonça, em página vibrantes e que se leem com o maior agrado, procura demonstrar que o esporte desviou a atenção da juventude dos livros de estudos"[329]. Neiva, por sua vez, argumentava que o excesso de trabalho intelectual era mais prejudicial do que a prática esportiva. Para ele, a ausência de atividades físicas resultava em fadiga extrema e enfraquecimento corporal, levando à formação de indivíduos fisicamente debilitados, com pouca resistência e energia. No trecho a seguir, compara a geração de jovens de seu tempo com a sua própria, atribuindo a melhora da condição física à prática regular de exercícios:

> O exercício físico era considerado incompatível com a aplicação intelectual. Vivia-se num túnel; não se estudava, decorava-se; não se praticava, discursava-se [...]. Mas o azul dos céus e das águas que entravam por um século se alojou a Faculdade de Medicina,

[328] *Ibidem,* Do Esporte I, p. 61-62.
[329] *Ibidem,* Do Esporte IV, p. 77.

> construída à beira-mar, e, sobretudo aquele ar puro, salitrado e bom que às rajadas entrava pela janela adentro, como verdadeira onda de saúde, com o correr dos anos, acabou oxigenando tudo e dilatando os horizontes dos discípulos e mestres. O estudante de hoje é mais forte; logo, mais capaz[330].

Cabe explicitar que o debate acerca do esporte, especialmente o futebol, ocorreu num período em que a prática se consolidava como parte do cotidiano urbano brasileiro (Góis Junior; Melo; Soares, 2015). O crescimento da adesão às práticas esportivas[331] e o aumento da presença do público nos estádios despertaram reflexões entre os intelectuais sobre os impactos dessa nova realidade na formação da juventude e na identidade nacional. De acordo com Góis Junior, Melo e Soares (2015), a estruturação da educação física e do esporte no Brasil mobilizou diversos intelectuais, influenciados por preocupações higiênicas e militares associadas aos exercícios físicos. As demandas do processo de modernização do país e a percepção da fragilidade da população foram aspectos centrais na formulação de discursos sobre a educação do corpo.

Para o sociólogo e educador Fernando de Azevedo (1920), a prática esportiva deveria incorporar valores como cooperação e altruísmo. Sem esses elementos o esporte poderia sofrer o risco de ser reduzido à exploração comercial e ao exibicionismo através de performances corporais. Em sua obra *Da Educação Física*, Azevedo publicou dois artigos (1938, 1939) nos quais abordou os limites da introdução do esporte na educação de crianças e jovens. Sua principal preocupação era com a necessidade de organizar métodos de Educação Física adequados à faixa etária dos alunos. Para ele, era fundamental que os jogos infantis precederam a ginástica científica, e esta, por sua vez, deveria ser antes da prática esportiva (Góis Junior; Melo; Soares, 2015). No artigo “Do Esporte IV”, Arthur Neiva comenta brevemente sobre a sua percepção sobre o posicionamento de Fernando de Azevedo a respeito da educação esportiva.

Azevedo (1920) acreditava que a introdução do esporte deveria ocorrer na vida adulta, podendo ser iniciada na adolescência apenas com recomendação

---

[330] *Ibidem,* Do Esporte III, p. 69.

[331] Ver mais: CAPRARO, André Mendes. Identidades imaginadas: futebol e nação na crônica esportiva brasileira do século XX. *Motriz:* Revista de Educação Física, v. 16, n. 4, p. 1061, 2010. Resumo de tese (Doutorado em História) . Universidade Federal do Paraná. DOI: https://doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n4p1061. Disponível em: https://www.scielo.br/j/motriz/a/WvSnnBWCTPyrPkMFgLyNGmd/?lang=pt. Consultado em: 28 jul. 2025.

médica. Ele compreendia a ginástica como insubstituível em todas as faixas etárias [332] . Demonstrava preocupações com o uso excessivo da força, a especialização dessa prática e o caráter seletivo dos esportes (*Ibidem*). Além dele, outros autores discutiram os limites e cuidados da adoção do esporte como estratégia educacional, tais como Steinberg (1937), Vintre (1939), Reggi (1941) e Americo Netto (1933). Este compartilhou sobre a utilidade e os riscos de o esporte ser adotado em programas de educação corporal. Neiva foi um defensor ativo da causa esportiva, refutando as alegações que associavam a prática esportiva a riscos fatais. Argumentou que os verdadeiros perigos residiam em outros vícios, os quais não eram alvo de críticas com a mesma veemência e até mesmo naturalizado pela população em geral, conforme o fragmento a seguir do artigo “Do Esporte IV”:

> Li, há tempos, numa revista médica, que só num ano houve 24 mortes, nos Estados Unidos, ocorridas em consequência de acidentes esportivos. Quem poderá calcular o número de óbitos provocados entre nós, anualmente, pelo álcool, morfina, heroína, cocaína?[333]

É pertinente estabelecer uma conexão entre a produção intelectual e as correspondências privadas do personagem desta tese, considerando que os temas frequentemente se repetem em ambos os contextos, na esfera pública e no âmbito privado. Um exemplo notável disto é a carta de Neiva enviada a Monteiro Lobato em 26 de janeiro de 1924, na qual sua visão sobre o esporte se traduz em uma prática concreta em seu seio familiar. Nesse diálogo, o cientista ressalta a relação entre as habilidades intelectuais de seu filho e a prática de educação física. Argumenta que o desenvolvimento saudável estava intrinsecamente ligado à prática esportiva, projetando um futuro promissor para Artur Hehl, o Arturzinho, ao combinar progresso intelectual e físico como bases essenciais da educação. A carta descreve a maneira que o adolescente estava sendo orientado com base nos ideais defendidos por seu pai:

---

[332] No artigo “Do Esporte IV”, Arthur Neiva comenta a sua percepção sobre Fernando de Azevedo a respeito da realidade nacional: Fernando de Azevedo realiza atualmente no Brasil quase um paradoxo. Latinista de verdade, bate-se pelo atletismo com o denodo de apóstolo”. NEIVA, Arthur. Do Esporte IV (1922). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. p.76.

[333] *Ibidem,* Do Esporte IV, p.78.

> O Arturzinho ia terminar os preparatórios este ano não permiti, pois ia acabar cedo demais. Falta-lhe apenas História Natural e tem 14 anos, embora com a educação física que lhe estou dando esteja já corpulento e mais alto do que eu. O ano passado teve um discípulo de aritmética que passou com boa nota no exame gramatical, este ano prepara um aluno para o Colégio Militar. Leva-me vantagem em tudo, até no trabalho, pois eu comecei a ganhar dinheiro aos 18 anos; ele aos 13[334].

No fragmento, Neiva expressa a convicção que o seu filho será bem mais sucedido que ele, ao ponderar que a educação adequada combinada à prática esportiva resultará num futuro próspero. Na missiva, nota-se sua crença no potencial transformador do esporte, frequentemente associado, em suas correspondências, à identidade nacional e à saúde pública. Sua visão crítica e, por vezes, pessimista sobre o tema refletia a preocupação compartilhada com a sua sociabilidade, em relação ao futuro do país (Leal, 2020). Essa perspectiva se alinha à análise de Souza (2009), que mostra o caráter nacionalista dos escritos de Neiva, pautados por um otimismo quanto ao potencial do Brasil, mas acompanhados de uma postura crítica diante da inércia dos governantes e do tradicionalismo das elites intelectuais. Souza (2009) frisa a atuação de Neiva na esfera editorial e sua intensa produção como articulista, evidenciando sua convicção no papel transformador da imprensa na sociedade (Souza, 2009, p. 256).

5.3 *BRAZIL`S DREAM:* A DEFESA DA SUPREMACIA RACIAL E O AMERICANISMO

> Fui encontrar nos Estados Unidos tudo o que se negava por aqui: ciência, idealistas, filantropia, arte, literatura, e, sobretudo, uma capacidade de organização verdadeiramente assombrosa[335].

O fragmento acima integra o artigo “Presente de Negros I”, publicado em 1921, no qual é bem representativa a admiração de Neiva pelos Estados Unidos, vista como modelo de modernização, especialmente pela organização social, racionalidade técnica e pela cultura científica. Em suas publicações em jornais, livros e cartas, Arthur Neiva alinha-se aos ideais do americanismo, ao comparar

[334] Carta de Neiva a Lobato, de 26/ 01/1924. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva/ ANc 18/06/1921.
[335] NEIVA, Arthur. Presente de Negros. *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. p. 106.

constantemente os Estados Unidos ao Brasil, criando um contraste entre o progresso e o atraso. Entendo que entre os modelos de progresso nacional disponíveis no período, Neiva escolheu o padrão econômico estadunidense, pois o considerava o mais adequado a ser seguido, destacando os ideais e padrões do Velho Mundo em grande parte superados, assim como muitos dos intelectuais de seu tempo (Febvre, 2001; Santiago, 2006).

No artigo "Presente de Negros I"[336], Neiva descreve Washington como o "Paraíso dos negros", utilizando a presença de cidadãos negros em espaços públicos como argumento para construir um contraste com a realidade brasileira, onde a exclusão racial dos locais de poder seguia como norma[337], apesar dos anos passados desde a abolição. A sua análise sobre os direitos dos "homens de cor" nos Estados Unidos, e sobre a forte segregação entre o sul e o norte do país, está voltada a justificar o ódio racial: "nos Estados Unidos o ódio de raças está acima de tudo e ninguém é capaz de romper com os preconceitos" (Neiva, 1927, p. 110).

Já no artigo "Presente de Negros II", publicado em 1921, Arthur Neiva relata sua experiência quando assistiu ao filme "O Nascimento de uma Nação"[338], em Buenos Aires (Neiva, 1927, p. 111). Conforme a sua interpretação, a obra combinava a excelência estética com um evidente viés de propaganda racial[339], ao escrever a Guerra de Secessão de maneira a alimentar o ódio contra a população negra dos Estados Unidos. Tratava-se de um filme marcante tanto na história do cinema quanto nos debates sobre identidade nacional estadunidense, especialmente por sua tradução polêmica e racista dos negros, que teria contribuído para legitimar

[336] NEIVA, Arthur. Presente de Negros (1921). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927.

[337] Ainda assim afirmou que "nunca houve preconceitos de raça" (Neiva, 1927, p. 118). Em outro trecho escreve: "Quero salientar que o preto americano nunca será brasileiro [...]. Entre nós, há um exemplo bem expressivo, para documentar. No tempo da Monarquia, a Coroa possuía escravos que trabalhavam na Fazenda Santa Cruz. Pois aqueles desgraçados inconscientes da sua desdita tinham verdadeira ufania de ser escravos da Fazenda Imperial" (Neiva, 1927, p. 115).

[338] O filme *O Nascimento de uma Nação* (1915), dirigido por D. W. Griffith, além de ser um marco técnico e narrativo na história do cinema, teve um papel central na rearticulação simbólica do racismo nos Estados Unidos. Sua representação romantizada da Ku Klux Klan e a retratação racista da população negra contribuíram para o ressurgimento da organização no século XX. Como resposta, o filme também estimulou a mobilização de movimentos negros em defesa dos direitos civis. Para uma análise mais aprofundada, ver: COPETTI. O nascimento de uma nação, de Griffith: o racismo estadunidense, o ressurgimento da Ku Klux Klan e o movimento de resistência negra por direitos civis no século XX. *Revista Avant, Florianópolis*, v. 5, n. 2, p. 248-265, 2021. Disponível em: https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/avant/article/view/6773. Acesso em: 18 abr. 2025.

[339] Argumenta que "uma das grandes armas de propaganda norte-americana é o cinema. A questão negra já foi posta em película no majestoso 'cine-drama'. 'Nascimento de uma nação', de próxima vez" (Neiva, 1927, p. 110).

a segregação racial e o preconceito no sul do país. Nesse artigo, Neiva salienta sua visão acerca da "questão racial" e deve ser analisado em conjunto com seu engajamento mais amplo com os ideais americanistas. A exaltação da estética do filme, sem problematizar a sua mensagem, indica uma adesão a valores que naturalizaram a supremacia racial [340] como parte do projeto de modernidade, evidente na fonte abaixo:

> Em meados de 1916, assisti, em Buenos Aires, a uma das melhores fitas que me têm sido dados apreciar. Denominava-se «Nascimento de uma Nação». Não conhecia o público brasileiro, sendo no Brasil o cinema muito menos informado, demasiado caro, as películas que certas firmas são levadas na Argentina, não o sendo no Brasil. Tratava-se de um primor no gênero e uma maravilha de propaganda de duplo fim. Era nada menos que a Guerra de Secessão, posta em tela, a explicação da origem do ódio de raças. A coisa era apresentada de tal maneira que o rancor contra os pretos na América do Norte só deveria ganhar argumentos, que o público estrangeiro aprenderia razões aparentemente justificadas. A não ser um casal de velhos escravos que chorava e sofria, mais do que ninguém, a morte de uma meninota, que se atira de um penhasco para escapar à perseguição de um preto [...]. A exibição da fita reproduzindo o match foi proibida no país: fui vê-la mais tarde em Hamburgo [...]. O autor do cine-drama [...] reúne no negro e no mestiço, tudo quanto há de ignóbil no caráter e no sentimento. Ao terminar a longa projeção, o espectador acha compreensível a guerra [341].

No mesmo artigo, Neiva mobilizou argumentos em torno do que chama de "obsessão dos norte-americanos com a questão negra" (*Ibidem*, p. 112). Ele atribui à religião protestante parte da responsabilidade pelo acirramento dos conflitos raciais, associando-a à intensificação das lutas por direitos civis por parte da população negra. Mencionou ainda os recorrentes episódios de violência racial noticiados pela imprensa. Diante desse cenário, Neiva expressou preocupação com a possível entrada, no Brasil, de negros com esse mesmo perfil combativo, temendo que isso interferisse em um país que, segundo ele, já estaria próximo de resolver esse "grande entrave":

---

[340] Ainda nesse artigo Neiva escreveu: "Em tudo, porém, há luz e sombra, e o único pensamento que perturba a felicidade do colosso norte-americano é o problema negro". NEIVA, Arthur. Presente de Negros. *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. p. 106.

[341] NEIVA, Arthur. Presente de Negros. *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. p. 111-112.

> Por que irá o Brasil, que resolveu tão bem o seu problema de raça, implantar em seu seio uma questão que não entra em nossas cogitações? Daqui a um século, a nação será branca. Baptista de Lacerda, ex-diretor do Museu Nacional no último Congresso Etnográfico de Londres, sustentou, documentando, esta tese. Seremos brancos para o mundo inteiro, menos para os Estados Unidos, que, segundo li, creio, em Oliveira Lima, até hoje consideram o povo português não perfeitamente branco em consequência da transfusão do sangue mouro[342].

Ao final do artigo, Neiva expressou preocupação com o crescimento da população negra nos Estados Unidos, observando, com base nos recenseamentos do período, que o número já ultrapassava o da África do Sul. Em sua avaliação, o Brasil deveria evitar qualquer tipo de conflito racial e manter distância de medidas consideradas extremas. Todavia, afirmou que, caso ocorresse a chegada "desastrosa" de um grande contingente de "pretos hipersaturados" de ódio contra os brancos (Neiva, 1927, p. 118), os brasileiros deveriam agir em nome dos altos interesses nacionais, sugerindo, ainda que de forma indireta, a defesa de mecanismos de controle racial.

É essencial explicitar que, ao longo da década de 1920, Neiva manteve correspondência com Monteiro Lobato e Renato Kehl, compartilhando reflexões eugenistas sobre a questão racial (Habib, 2007; Leal, 2020). Um episódio ilustrativo dessa interlocução ocorreu em 4 de setembro de 1926, quando Lobato publicou seu único romance voltado ao público adulto, *O Choque das Raças* (ou O Presidente Negro). A primeira edição da obra traz uma dedicatória a Arthur Neiva e Coelho Netto, reconhecendo-os como mestres no trabalho, na ciência e na literatura. Essa escolha evidencia a tentativa de Lobato de dialogar com os campos científico e literário, num contexto em que a eugenia era amplamente legitimada como proposta para o enfrentamento da questão racial. Considero ainda que os artigos "Presente de Negros I e II" de Neiva exerceram influência direta sobre a narrativa construída por Lobato, oferecendo-lhe base argumentativa para a ficção.

Compreendo que a análise da dissertação de Ferraz (2018) sobre Arthur Neiva no tocante à raça é equivocada ao absolvê-lo de racismo com base na defesa da "democracia racial" e na rejeição ao racialismo[343]. A pesquisa não problematiza

---

[342] *Ibidem*, p. 114.

[343] De acordo com a afirmação de Ferraz: "Para melhor esclarecer que Neiva estava longe de ser racista deixaremos registrado a sua crença na "democracia racial" brasileira, no momento em que afirmou, que aqui no 'Brasil, nunca houve preconceitos de raça". Ver mais: FERRAZ, Ofélia Pereira.

as contradições do personagem, como sua admiração por concepções afins às de Monteiro Lobato, que chegou a exaltar a *Ku Klux Klan*. Essa leitura, que toma a retórica da democracia racial como prova de não racismo, ignora que as posições de Neiva se fundamentavam em modelos eugênicos, ainda que de forma preventiva.

5.3.1 **Neiva, Lobato e a *Ku Klux Klan***

Com base na carta enviada por Monteiro Lobato a Arthur Neiva no dia 10 de abril de 1928, é possível delinear o posicionamento racial de Neiva durante a década de 1920 por meio das interações e afinidades intelectuais expressas em carta. Ainda que a temática principal do diálogo fosse a industrialização brasileira, com foco na implantação do *Processo Smith* (Leal, 2020), a carta menciona o compartilhamento de um universo simbólico e ideológico que associa modernização e progresso a padrões raciais brancos e norte-americanos. A ausência de qualquer reação por parte de Neiva às declarações abertamente racistas de Lobato, incluindo a admiração à *Ku Klux Klan* e a condenação da mestiçagem brasileira, indica o seu alinhamento a essa visão: “País de mestiços onde o branco não tem força para organizar uma Kux-Klan, é país perdido para altos destinos. […] Um dia se fará justiça ao Klux-Klan; tivéssemos aqui uma defesa desta ordem, que mantém o negro no seu lugar”[344].

Arthur Neiva fez adesão aos pressupostos do pensamento eugênico, particularmente à vertente que via no esporte uma prática preventiva capaz de preservar a saúde coletiva, vinculando a melhoria física individual a um projeto nacional de regeneração (Texeira; Silva, 2017, p. 63-80). Essa hipótese ganhou mais força ao levar em conta outros aspectos do pensamento de Arthur Neiva, como sua escolha pelo projeto do americanismo e seu entusiasmo pelo modelo econômico dos Estados Unidos, frequentemente atravessado por ideais hierarquizantes oriundos do racismo científico[345].

Arthur Neiva e o debate sobre a modernização do Brasil: integração, raça e nação (1910-1922). 2018. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2018.

[344] Carta de Lobato enviada a Neiva em 10/04/1928. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

[345] O termo racismo científico é usado para descrever teorias que, a partir de discursos médicos e biológicos, tentaram justificar a superioridade de certas raças sobre outras. No Brasil, essas ideias influenciaram políticas públicas, sobretudo nas áreas da saúde e da educação, reforçando a exclusão de negros e indígenas dos projetos de nação. Nancy Stepan (2005) analisa como esse tipo de racismo operou sob a aparência de neutralidade científica. STEPAN, Nancy. *A ideia de raça na ciência:* Grã-Bretanha, 1800-1960. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

Nos Estados Unidos, entre 1907 e 1937, trinta e dois estados aprovaram leis de esterilização, conforme atesta a pesquisa de Stern (2016). Na Califórnia, por exemplo, milhares de pessoas foram submetidas a cirurgias para “assexualização”, sob a justificativa de proteger a saúde pública e impedir a transmissão de “insanidade hereditária” (Stern, 2016, p. 195-212). Para Stern, essas políticas estão alinhadas ao racismo científico e a natureza punitiva da eugenia[346], atingindo particularmente populações de origem mexicana, que resistiram com o apoio da Igreja Católica. Mesmo após a revogação dessas leis, as implicações do pensamento eugênico persistem em políticas xenofóbicas e sociais contemporâneas (Stern, 2016, p. 196).

Na América Latina, a eugenia foi por muito tempo marginalizada devido à sua associação com o nazismo e à falsa ideia de que a região teria sido poupada das práticas racistas e excludentes presentes em outras partes do mundo. Tal como profere Nancy Stepan (2004), a eugenia esteve presente em congressos, legislações e debates entre 1900 e 1940, permeando áreas como saúde materno-infantil, controle de doenças e regulação do matrimônio. No Brasil, a eugenia esteve fortemente entrelaçada às ciências sanitárias e à doutrina católica, especialmente sob a influência do neoldamarckismo, que valorizava a transmissão dos caracteres adquiridos e legitimava uma narrativa de regeneração social compatível com o saneamento básico e reformas morais (Stepan, 2004, p. 331-392). Problemas como pobreza, alcoolismo e doenças venéreas eram compreendidos como questões sociais e morais, justificando intervenções médicas e educativas que combinavam ciência e moralidade.

No âmbito brasileiro, os projetos eugênicos de Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto ilustram as tensões internas do movimento, conforme a pesquisa de Souza (2006, 2008, 2009, 2016). Ambos compartilhavam o ideal modernizador e a crença no aperfeiçoamento racial pela ciência, mas divergiam em suas estratégias. Kehl defendia uma “eugenia negativa” radical, baseada em uma rígida seleção e segregação racial, combatendo a miscigenação e utilizando a antropologia física

[346] Buscava-se construir um sujeito “saudável” idealizado, visando à formação de uma “raça pura”, entendida como um corpo branco, livre de atavismos e desvios biológicos, ao custo da exclusão e eliminação daqueles considerados responsáveis pela “barbárie humana”, como negros, mestiços e deficientes físicos e mentais. Inspirada nos princípios da seleção natural de Darwin, aplicados aos seres humanos por Galton, a eugenia do século XX manifestou-se de múltiplas formas, incluindo eutanásia, controle reprodutivo, esterilização compulsória e até concursos de beleza para bebês. Ver mais: STERN, Alexandra Minna. Eugenics, sterilization, and historical memory in the United States. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, supl.. p. 195-212, dez. 2016.

para negar determinismos raciais. Em contrapartida, Roquette-Pinto via na educação e na correção dos “males sociais” o caminho para a regeneração, rejeitando a eugenia como instrumento de exclusão racial (*Ibidem*).

O projeto americanista adotado por Arthur Neiva deve ser compreendido também como um projeto cultural e simbólico, que reproduzia visões hierarquizadas de raça e civilização. Essa dimensão se articula, ainda, com suas reflexões sobre a hegemonia da língua inglesa e seus impactos na construção da identidade nacional, como mostrado nos artigos “Da Língua Inglesa” e “Da Língua Francesa” [347], publicados em 1921. Essa dimensão racial do americanismo defendido por Neiva revela o quanto sua aposta no modelo estadunidense não era apenas técnica ou científica, mas também simbólica. O elogio ao inglês como idioma da ciência, o fascínio pelo pragmatismo e a crítica à “superstição francesa” são parte de um mesmo movimento: deslocar o eixo cultural e político do Brasil para uma nova ordem internacional na qual os Estados Unidos ocupavam o centro.

5.3.2 **O inglês como idioma da ciência e do capital moderno**

Em “Da Língua Inglesa” e “Da Língua Francesa”, Neiva observa a crescente projeção internacional do inglês como expressão da nova centralidade dos Estados Unidos no cenário global pós-Primeira Guerra Mundial. A difusão do idioma nas esferas do comércio, da ciência e da diplomacia seria, para ele, um indicativo da reorganização das hierarquias internacionais, exigindo do Brasil a adoção de estratégias de adaptação. O domínio do inglês é lido como instrumento necessário para a inserção no mundo moderno. Entretanto, sua defesa do idioma não é isenta de tensões, pois Neiva entendia que apenas o ensino da língua inglesa no Brasil era insuficiente para preparar a juventude diante das exigências do sistema capitalista. Por isso, acreditava ser indiscutível ampliar o acesso ao idioma, visto como instrumento de progresso e inserção internacional, desde que esse movimento não ocasionasse a subordinação simbólica ou o comprometimento da autonomia cultural do Brasil.

---

[347] NEIVA, Arthur. Da Língua Francesa (1921). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. p. 22.
NEIVA, Arthur. Da Língua Inglesa (1921). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. p. 29.

Pondero que essa valorização do inglês expressa uma percepção mais ampla de deslocamento dos centros de poder do “Velho Mundo” europeu para os Estados Unidos, atravessando não apenas o campo político e econômico, mas também o cultural e científico. O idioma anglófono torna-se um indicador da nova hegemonia, especialmente no que se refere à produção e circulação de saberes científicos e técnicos. A respeito disto, a historiografia das ciências tem se debruçado com atenção sobre o papel assumido pelos Estados Unidos como novo centro difusor de normas, práticas e referências científicas nas primeiras décadas do século XX[348]. Os trabalhos de Cueto (1994) e Heilbron (2008) mostram como essa reconfiguração impactou os países latino-americanos, geralmente posicionados em redes de produção de conhecimento marcadas por assimetrias estruturais e formas de dependência. No caso brasileiro, o posicionamento de Arthur Neiva traduz um esforço de reposicionar o país dentro desse circuito de prestígio científico, articulando modernização, identidade nacional e adesão aos padrões internacionais em consolidação, em suas palavras isso era uma atitude nacionalista: “Não faço propaganda contra a França, ou pela Inglaterra; eu só vejo o interesse do Brasil” (Neiva, 1927, p. 34).

5.3.3 **O adeus à França: crítica ao colonialismo cultural europeu**

Arthur Neiva exibe uma crítica ferrenha ao colonialismo europeu cultural vigente no Brasil, no momento em favor da França, em contraposição ao período colonial português. Assim, evidencia o fascínio exacerbado dos brasileiros pela cultura francesa, que se manifesta não apenas em celebrações, mas também na arquitetura e na educação da elite brasileira, com filhos enviados a colégios franceses onde aprendem a “língua universal” em detrimento do domínio adequado da própria língua portuguesa (Neiva, 1927, p. 24). Esse pensamento significava a permanência de um ideal intelectual dos séculos passados, que buscava prestígio associando-se a padrões estrangeiros, repetindo, em esfera cultural, a lógica de dependência do período colonial. Neiva também questiona a falta de valorização da cultura nacional e a disposição em tratar o francês como mais importante que o próprio idioma, interpretando essa postura como um sinal de continuidade de uma

[348] TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor:* a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. Companhia das Letras. São Paulo, 2000.

mentalidade que mantinha o Brasil em posição subalterna no contexto internacional como argumenta no artigo “Na terra de Paulo e Virgínia”[349] de 1921, publicado em *Daqui e de Longe*:

> Não há nada a fazer. O Brasil continua colônia, agora da França. O 14 de Julho já é data nacional, o templo positivista do Rio de Janeiro, único no mundo, tem a fachada voltada para Paris. Nós aqui vivemos convencidos que o linguajar francês é universal e a França o primeiro país do mundo; por isso mandamos nossos filhos para os colégios franceses, de onde se sai conhecendo a «língua universal» e ignorando superiormente a nacional[350].

Ao mencionar o “templo positivista do Rio de Janeiro”, Neiva não se refere apenas a um espaço físico localizado na Glória, mas à força simbólica que ele carrega enquanto expressão do prestígio da filosofia de Comte entre as elites brasileiras. A imagem do templo elucida uma crítica sutil à influência francesa que marcou a *Belle Époque*, período em que o urbanismo, a arquitetura e o pensamento social do país seguiam referências externas, especialmente pelo ideário positivista que permeia o final do Império e os primeiros anos da República (Lima, 2019; Barbosa, 2004).

Para Neiva, o Brasil era “vítima da superstição francesa”, ressaltando como o culto à Europa levou ao esquecimento do continente americano. Ou seja, a submissão ao ideal francês, considerado o “berço da ciência moderna”, do idealismo, da filantropia, da arte, da literatura e de uma notável capacidade organizacional, limitava os horizontes brasileiros na busca por outros modelos de desenvolvimento e progresso: “A língua mais vulgarizada entre nós é a francesa. Quase toda a cultura artística e científica nos chega através dos livros e revistas da França”[351].

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, os ideais de civilização associados à Europa passaram a ser amplamente questionados diante da instabilidade política e social desencadeada pelo conflito. Esse momento marcou uma mudança importante no imaginário latino-americano. Como aponta Santiago (2006), o processo de desterritorialização do europeu impulsionou a busca por

---

[349] NEIVA, Arthur. Na terra de Paulo e Virgínia (1921). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927.
[350] *Ibidem,* “Na terra de Paulo e Virgínia”. p. 152.
[351] NEIVA, Arthur. Da língua francesa. *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. p. 25.

novos referenciais culturais, abrindo espaço para que intelectuais latino-americanos refletissem sobre seus próprios caminhos de construção nacional[352]. A ruptura simbólica com o modelo europeu, acentuada pelo colapso de sua autoridade moral, provocou uma reconfiguração dos discursos sobre identidade, cultura e modernidade em toda a região. No Brasil, essa inflexão se traduziu em críticas ao saudosismo elitista das heranças coloniais e no fortalecimento de projetos voltados à afirmação de uma nação moderna e autônoma. Compagnon (2014) interpreta esse movimento como um verdadeiro "adeus à Europa", não apenas enquanto polo político, mas também como centro produtor de modelos culturais e intelectuais[353].

5.3.4 **O sonho americano e o lugar do Brasil no período entreguerras**

Arthur Neiva se sobressai ao propor um duplo movimento: por um lado, critica a herança europeia que moldou parte do imaginário nacional; por outro, aponta os Estados Unidos como nova referência estratégica para o redesenho do Brasil moderno[354]. Sua atuação se inscreve em um debate mais amplo sobre os rumos do país, no qual ciência, linguagem e nacionalismo são mobilizados como ferramentas de intervenção[355]. Somado a isto, o fato de Neiva ter vivido nos Estados Unidos em 1910, quando trabalhou no *National Museum de Washington* e participou de excursões científicas pelo país, não é um dado irrelevante ao ser mencionado em seu texto. Ao eleger os Estados Unidos como modelo, ele o faz a partir de uma experiência direta, e não de um idealismo distante, formando uma "opinião própria". Isto que reforça a sua autoridade no debate sobre a modernização nacional, conforme na fonte a seguir:

> O Brasil, vítima da superstição francesa, viveu durante muito tempo ignorando os Estados Unidos, e, quiçá, a grande França. Aos livros como a Americanização do Globo de um homem independente como foi Stead e que demonstrou haver encontrado ali arte e literatura, nós respondemos com a engraçadíssima charge feita aos yankees por

[352] Ver mais: SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. *In*: SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p. 15-28.
[353] Ver mais: COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa:* a América Latina e a Grande Guerra. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
[354] Ver mais: LEAL, Rhaiane das Graças Mendonça; SILVA, Andre Felipe Cândido da. O racismo em "Mangas de Camisa": a questão racial na correspondência entre Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918-1942). *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*, v. 19, n. 1. p. 514-548, 2022.
[355] SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Arthur Neiva e a 'questão nacional' nos anos 1910 e 1920. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos,* Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1. p. 249-264, 2009.

> Abel Hermant nos Transatlantiques […]. Quando visitei a Europa, achei-a pequena, chôcha e apreciei-a mais como um grande museu cheio de recordações. O grandioso ficará do outro lado do Atlântico: lá é que estava a oficina dos titãs. Em tudo, porém, há luz e sombra, e o único pensamento que perturba a felicidade do colosso norte-americano é o problema negro. Como resolvê-lo? Somente ao percorrer os Estados Unidos e vivendo-se na intimidade, durante meses, de centros científicos onde haja estrangeiros, é que se poderá perceber certos fatos que escapariam à análise comum. Durante o tempo em que trabalhei no National Museum de Washington e nos lugares onde vivi ou visitei em excursões científicas, pude maneirar opinião própria sobre vários assuntos. Penso que o Brasil, na sua evolução, chegou a uma encruzilhada, de todos devem falar francamente, a fim de orientar o país no caminho a tomar[356]

Ainda que Neiva defendesse a criação de um Brasil com suas próprias referências culturais e identitárias, ele exaltou, em diversos momentos, a cultura estadunidense, considerando-a um modelo a ser seguido para o progresso do país. Neiva enalteceu o potencial brasileiro, ao mesmo tempo em que o subestima devido aos desafios estruturais e comportamentais da nação. O seu entusiasmo pela organização e pelo desenvolvimento dos Estados Unidos entrou em conflito com seu nacionalista militante, que valoriza a diversidade cultural do país, conforme argumentado em seus textos sobre a língua nacional[357]. É notória a oscilação entre o anseio de afirmar uma identidade nacional autêntica e o rompimento com o passado lusitano, ao mesmo tempo em que se vê com bons olhos a adoção de referenciais norte-americanos[358], considerados, em sua perspectiva, instrumentos promissores para o desenvolvimento político e econômico do Brasil sobre bases mais “modernas” e consistentes.

O sonho americano de Neiva se tornou ainda mais evidente nas correspondências trocadas com Monteiro Lobato, especialmente após a viagem do seu amigo aos Estados Unidos, onde atuou como adido comercial a partir de 1927. Durante esse período, Lobato construiu uma rede de contatos internacionais e, com base nisso, formulou propostas para a implantação de indústrias metalúrgicas e petrolíferas no Brasil (Leal, 2020). A experiência de Monteiro Lobato nos Estados

---

[356] NEIVA, Arthur. Presente de Negros. *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. p. 106.

[357] NEIVA, Arthur. *Estudos da língua nacional.* São Paulo: Brasiliana, 1940.

[358] Arthur Neiva nutria admiração pelos Estados Unidos, valorizando sua organização científica e institucional como exemplos de modernidade. Ver mais: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Arthur Neiva e a ‘questão nacional’ nos anos 1910 e 1920*. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v. 16, suplemento 1, p. 249-264, jul. 2009.

Unidos reconfigurou profundamente sua percepção sobre os caminhos possíveis para o desenvolvimento do Brasil. Ao comparar o atraso da sociedade brasileira com a eficiência norte-americana, o escritor passou a defender entusiasticamente a incorporação de modelos técnicos e culturais oriundos dos Estados Unidos como solução nacional[359]. Sua admiração pelo *American Way of Life* é para além do plano econômico e tecnológico, alcançando um imaginário de juventude, vigor e modernidade. Em carta enviada a Arthur Neiva, Lobato expressa esse fascínio ao afirmar: "Terra de mocidade, onde até o Rockefeller e o Ford são perfeitamente moços, quem nasceu moço encontra aqui a sua verdadeira pátria mental e moral. Mas se nasceu velho [...] então que vá para a Europa"[360].

Sob tal perspectiva, os Estados Unidos configuravam-se, no pensamento de Neiva, como o contraponto simbólico tanto à decadência europeia quanto à ineficiência brasileira, erigindo-se como modelo civilizacional moderno a ser adotado. Essa orientação apresenta não apenas a adesão a um ideal técnico-industrial, mas também a aspiração de redefinir os contornos da identidade nacional a partir dos valores e práticas da potência norte-americana, num movimento ambivalente entre dependência cultural e projeto de modernização econômica. Nas correspondências com Neiva, Lobato frequentemente mencionou seu contato com empresários da *Ford*, o que despertou seu interesse pelo setor e o motivou a discutir o assunto em muitas missivas durante a década de 1930 (Leal, 2020). Os confidentes partilhavam de opiniões e insatisfações similares a respeito da burocracia estatal brasileira e o funcionalismo público. Foi nesse contexto que Lobato sugeriu a Neiva que o seu filho, Artur Hehl, se americanizasse nos costumes e se tornasse um "homem de ação", moderno, segundo a filosofia do *American Way of Life:*

> Acho ótima a sua ideia de americanizar o Arturzinho […]. Quero dizer que neste país quem corre chega ao destino com uma rapidez fulminante, também chega, em mais tempo mas chega, porque o país o conduz. No Brasil (excluindo um bocado S. Paulo) a escada também não é fixa, move-se, mas para baixo. Quem quer chegar tem que fazer cabriolas incríveis e não raro desanda e racha a cabeça, como eu. Não conheço o temperamento do seu filho. Mas se ele tem algo da abelha e admira a colmeia e é futurista, isto é, olha mais para frente que para trás ou para o presente, há de dar-se

[359] Ver mais: TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. Companhia das Letras. São Paulo, 2000.
[360] Carta de Neiva a Lobato em 10 de abril de 1928. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

> maravilhosamente bem aqui. Ou melhor, se é moço. Terra de mocidade, onde até o *Rockfeller* e o Ford são perfeitamente moços, quem nasceu moço encontra aqui a sua verdadeira pátria mental e moral. Mas se nasceu velho, se gosta de ficar com o olho parado num muro velho, e contemplar ruínas e ver lagartixas subindo sobre pedras limosas de um castelo onde em 1123 um conde normando matou um barão do Poitou, então que vá para a Europa[361].

O trecho da missiva salienta o sério empenho de Monteiro Lobato em concretizar a possibilidade de enviar Arturzinho para estudar nos Estados Unidos. Além de enxergar nessa iniciativa uma oportunidade de oferecer uma formação de excelência ao jovem engenheiro recém-formado, Lobato tomou medidas práticas para viabilizá-la, como sua recomendação ao proprietário da Ford[362]. Ele indicou o Instituto de Metalurgia de Boston, uma instituição de prestígio amplamente reconhecida como referência no campo, destacando seu compromisso em impulsionar a carreira de Arturzinho. Ao longo da década de 1930, Neiva e Lobato se engajaram com a possibilidade de aplicação da técnica da siderurgia (Leal, 2020). Ambos sustentavam o argumento de que apenas os países possuidores de ferro e carvão, como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, conseguiriam criar riquezas e desenvolver sociedades modernas. Aqueles que não dispusessem desses recursos estariam condenados a funcionar como satélites, dependentes e empobrecidos. Posteriormente, eles se uniram em defesa da exploração do petróleo nacional, enfrentando intensas reações contrárias por parte do governo de Getúlio Vargas devido a esse posicionamento, como foi mencionado no terceiro capítulo da tese.

Em síntese, a análise de fontes e posicionamentos de Arthur Neiva apresenta que seu americanismo ia além da dimensão técnica ou econômica. Tratava-se de uma adesão simbólica e ideológica, na qual a modernidade dos Estados Unidos servia como referência para escrever o Brasil. A valorização da língua inglesa, o elogio à eficiência industrial, a defesa de modelos educacionais e científicos estrangeiros e o silêncio diante do racismo científico são elementos centrais de seu projeto de nação. Embora afirmasse um nacionalismo militante, Neiva incorporava em seu discurso elementos que o aproximavam de uma elite reformista. O seu "sonho americano", compartilhado com seu amigo Monteiro Lobato, expressava tanto o desejo de ruptura com o passado lusitano quanto a dificuldade de pensar um

[361] Carta de Neiva a Lobato em 10 de abril de 1928. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.
[362] Carta de Lobato a Neiva em 05/04/1929. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

futuro autônomo sem recorrer à importação e adaptação de padrões culturais e políticos externos.

5.4 A VANGUARDA CIENTÍFICA BRASILEIRA FRENTE AOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO

> No brasileiro existe, em potencial, capacidade científica, bastando apenas que a catalize. Acho, sobretudo imprescindível, porque só alguém que, como eu, ficou quilotado no desempenho de várias campanhas, poderá verificar como o ambiente é, em geral, desfavorável, incrédulo e impermeável a verdade científica[363].

O trecho citado íntegra o artigo “Ensino Secundário e Superior”, escrito em outubro de 1926, no qual Neiva critica as reformas educacionais brasileiras por sua adesão acrítica a modelos estrangeiros. Para ele, os entraves ao avanço da ciência e da educação são estruturais e não se resolvem com iniciativas isoladas, desconectados da realidade social e política do país. Nesse cenário, defende que São Paulo assuma um papel de liderança e autonomia, formulando soluções próprias para o ensino secundário e superior, em vez de se submeter às diretrizes federais. Compreendia que as demandas paulistas não se ajustavam às necessidades da maioria dos estados.

Outro ponto abordado no artigo é o questionamento à Reforma Federal instituída pelo Decreto nº 17.782-A, de 13 de janeiro de 1925, referido na época como um marco modernizador da educação brasileira. A medida propunha descentralizar a gestão educacional, conferindo mais autonomia aos estados na organização de seus sistemas de ensino, com a promessa de ampliar o acesso, melhorar a qualidade da educação e adaptar os métodos pedagógicos à realidade nacional. Entretanto, como apontam as pesquisas na área da história da educação[364], essa narrativa reformista deve ser analisada de maneira crítica.

---

[363] NEIVA, Arthur. Ensino Secundário e Superior (1926). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. p. 215.

364 Ver mais: SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil.* 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de.; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, maio/ago. 2000.

Cury (2002) observa que a descentralização proposta por reformas educacionais no Brasil, especialmente a partir da década de 1920, resultou, na prática, em uma delegação de responsabilidades aos estados e municípios sem a correspondente garantia de apoio técnico, financeiro e institucional por parte da União, o que comprometeu a efetividade da democratização do ensino. Saviani (2013) interpreta as reformas republicanas, com destaque para a de Francisco Campos (1931-1932), como parte de um movimento de modernizações conservadoras, no qual se articulam discursos de renovação pedagógica com a manutenção de estruturas educacionais excludentes, seletivas e subordinadas ao projeto das elites. Nessa linha, Cunha (2007) argumenta que tais reformas, longe de democratizarem o acesso à educação, ampliaram os mecanismos de controle estatal sobre o ensino público, sobretudo no que tange à centralização curricular e à normatização institucional. A reforma de 1925, embora inserida em uma retórica de modernização e adaptação às especificidades nacionais, não rompeu com os entraves históricos à universalização da educação no Brasil, mas reafirmou práticas elitistas sob um arcabouço jurídico e ideológico de modernidade.

Arthur Neiva analisa as sucessivas reformas no curso de medicina, destacando que o principal problema reside na adoção acrítica de métodos estrangeiros, sem considerar as especificidades do contexto brasileiro. Ele sugere que, em vez de simplesmente adotar práticas externas, as reformas educacionais deveriam ser construídas a partir das reais “condições” e “necessidades” do país, com o intuito de atender de maneira eficaz à cultura e aos desafios nacionais. A crítica central de Neiva recai sobre a falta de um planejamento educacional, de um currículo que esteja em sintonia com as demandas mais urgentes do Brasil, tanto em nível geral quanto estadual. Neiva profere acerca do potencial científico brasileiro, especialmente no campo da medicina tropical. Ele reconhece a importância dos cientistas de Manguinhos que, embora indiretamente mencionados, são vistos como protagonistas do avanço científico na América Latina, pois conseguiram obter resultados significativos em condições de trabalho adversas (Neiva, 1927, p. 214-215).

Ainda no artigo “Ensino Secundário e Superior”, Neiva avalia a criação da cadeira de Medicina Tropical, vinculando sua posição a uma oposição mais ampla às interpretações europeias sobre as doenças nos trópicos. Ao questionar a cátedra instituída em 1925, retoma argumentos já utilizados em outros momentos, como a

ironia dirigida a expressões como “anemia tropical” e “malária tropical”, correntes na produção científica alemã e francesa. Para Neiva, essas denominações não apenas reforçavam estigmas em relação aos países tropicais, como também legitimavam uma medicalização baseada na exceção e na inferiorização. Sua crítica não se restringia ao plano institucional, mas mobilizava uma concepção mais abrangente, na qual o ensino médico deveria romper com a lógica colonialista da medicina tropical. Como analisa Kropf (2009), a criação da cátedra de Medicina Tropical por Carlos Chagas gerou intensas disputas no interior da elite médica brasileira. Nesse quadro, o posicionamento de Neiva deve ser lido à luz da tensão entre modelos distintos de ciência e de projeto nacional. Assim, mesmo sendo situado em um texto voltado à educação, o debate que ele propõe carrega implicações específicas para o ensino médico, exigindo uma distinção metodológica entre os diferentes níveis do discurso, conforme a fonte a seguir:

> A opilação existe aqui como em toda a parte, abundante no sul dos Estados Unidos, muito frequente na Itália, presente nas minas do norte da França, Bélgica e Alemanha. Sem dúvida que o impaludismo, sobretudo o ancilóstomo, não assume, nestes países, o desenvolvimento que tomaram nas regiões tropicais; isto, porém, relaciona-se tão somente com a cadeira de higiene. Houve tempo em que os europeus se fartaram em propagar a ideia de uma anemia tropical; mas tarde eles próprios demonstraram sua inexistência. Koch criou a expressão *«malária tropical»*, e tal vocábulo malsinou ainda mais todos estes países. No entanto, a forma chamada tropical pelos alemães é estudada abundantemente na Itália. A todo transe devemos procurar provar que os trópicos são tão habitáveis como qualquer outra região do mundo, dependendo tão somente de saneamento. E, no meu modo de entender, o brasileiro, com a demonstração que está fazendo, já concorreu com enorme contingente em prol da causa geral da civilização. Nas Guianas, o inglês, o holandês e o francês pouco fizeram; aquelas regiões continuam em enorme atraso, contrastando com o progresso do Brasil, que está dando ao mundo a demonstração de que nos trópicos a civilização pode desenvolver-se sob qualquer dos seus aspectos[365].

Neiva também abordou o papel das ciências e da educação no debate da questão nacional como colaborador da Revista do Brasil[366]. Ele assinou as seções

[365] *Ibidem,* p. 211.

[366] A *Revista do Brasil*, reorganizada por Monteiro Lobato em 1916 e vinculada ao grupo d’O Estado de S. Paulo, consolidou-se como um espaço estratégico de articulação entre intelectuais comprometidos com um projeto de modernização nacional. Como observa Tania de Luca (1999), a revista buscava formar um público leitor instruído e engajado com os ideais de progresso, ordem e identidade nacional. Entre seus colaboradores estavam nomes como Afrânio Peixoto, Oliveira Vianna,

"Notas de Ciência", "Homens e Coisas Nacionais" e "Resenha do Mês", entre os anos de 1916 e 1921, apresentando reflexões significativas sobre o papel da ciência no desenvolvimento do Brasil, ao destacar sua importância como impulsionadora de transformações culturais e econômicas. Em particular, a seção "Notas Científicas" exibia a visão de Neiva sobre a ciência como um eixo essencial para o progresso. Tal como a defesa pelo avanço técnico e científico para enfrentar os desafios nacionais do início do século XX, posicionando a modernização científica como uma prioridade para a União. Argumenta que o Brasil deveria investir em pesquisa e na formação científica, com o objetivo de reduzir a dependência de modelos estrangeiros, adaptando o conhecimento internacional às realidades locais.

Neiva aponta as carências da infraestrutura científica brasileira, destacando a falta de laboratórios, bibliotecas e publicações alinhadas às demandas nacionais, além da ausência de política eficazes para integrar a ciência ao cotidiano da população. Ele concebe a divulgação científica com um instrumento vital para combater o que chamou de "obscurantismo", a fim de promover uma sociedade mais crítica e bem-informada[367]. Propõe um diálogo entre ciência e cultura, sugerindo que a literatura e outras formas de expressão poderiam contribuir para a popularização do conhecimento científico e seus benefícios, tornando-os mais acessíveis ao público em geral. Reforça a ideia de que a ciência não apenas impulsiona o progresso material, mas também cita exemplos concretos de inovações e descobertas com potencial para impactar significativamente o Brasil, como os estudos na área de saúde pública e agricultura, destacando sua experiência no Instituto Oswaldo Cruz (*Ibidem*).

Ao posicionar a ciência como um pilar da modernidade brasileira, Neiva insere-se nos debates intelectuais das primeiras décadas do século XX que atribuíam às ciências naturais e médicas um papel estratégico na construção de um projeto de nação moderna. Para Schwartzman (1979), o desenvolvimento científico no Brasil republicano foi constantemente mobilizado como instrumento de

---

Renato Kehl, Fernando de Azevedo e Arthur Neiva, que publicou ali diversos artigos. Como analisei em minha dissertação, Neiva integrava essa rede de intelectuais paulistas que compartilhavam diagnósticos sobre os "males do Brasil" e defendiam reformas fundamentadas na ciência, na educação e na regeneração social (Leal, 2020). Suas contribuições à *Revista do Brasil* devem ser lidas como parte de um debate intelectual mais amplo sobre o futuro do país, no qual ciência, política e cultura se entrelaçam sob uma perspectiva nacional. Ver mais em: LUCA, Tania Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a nação (1916-1925)*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

[367] REVISTA DO BRASIL [RBR]. Notas científicas. *Revista do Brasil*, v. 21, ano 7, n. 82, p. 137, out. 1922.

civilização, progresso e superação do considerado atraso herdado do passado colonial. A defesa de Neiva por uma ciência nacional não se restringia ao avanço técnico, mas se articulava à valorização de saberes voltados à realidade brasileira, aos problemas sanitários e às desigualdades sociais, como sinalizam seus artigos.

O trabalho de Machado (1999) discorre a respeito do período em que a medicina, em especial, se projetava como campo capaz de reorganizar a sociedade, operando como tecnologia, política e como linguagem de intervenção sobre o corpo social. A partir dessa perspectiva, Neiva reivindicava uma ciência comprometida com os desafios nacionais, alinhando-se ainda que de maneira crítica ao ideal republicano de modernização pela via científica.

Antes da reunião dos textos em *Daqui e de Longe*, Neiva publicou a nota "Oswaldo Cruz" na seção "Resenha do Mês" da *Revista do Brasil*[368], em março de 1917. Mais do que uma homenagem póstuma, o texto revela uma operação de posicionamento político-intelectual, em que Neiva constrói a figura de Oswaldo Cruz como símbolo de um ideal de ciência comprometida com o projeto de modernização do Estado. Ao apresentá-lo como "pioneiro na ciência brasileira" (Neiva, 1917, p. 333) e destacar sua atuação frente às epidemias que assolavam a capital federal, Neiva não apenas elabora uma narrativa de consagração do mestre, mas também projeta sobre si mesmo a imagem de herdeiro legítimo desse legado. O elogio de Neiva à coragem de Cruz diante das resistências políticas e sociais funciona como instrumento retórico para reiterar os valores compartilhados por uma geração de médicos e cientistas que buscavam, naquele momento, consolidar a legitimidade da ciência como linguagem de poder. É um texto que enfatiza a institucionalização da ciência como força civilizatória, revelando também sua inserção nos espaços de prestígio ligados ao campo sanitarista.

Neiva constrói um retrato de Oswaldo Cruz como seu discípulo e mediador de sua memória científica. Ao rememorar episódios como as revoltas populares contra a vacinação obrigatória, destaca a coragem do sanitarista diante da incompreensão coletiva. Tal tradução integra um processo mais amplo de consagração simbólica, no qual Neiva atua como agente ativo na construção de Cruz como "patrono da ciência brasileira", expressão analisada por Azevedo (1996) ao estudar os mecanismos de legitimação de figuras científicas no Brasil republicano, nos quais analisei no

[368] NEIVA, Arthur. Resenha do Mês: Oswaldo Cruz. *Revista do Brasil*. São Paulo, mar. 1917, vol. IV, n.15.

primeiro e segundo capítulo desta tese. A criação do Instituto Soroterápico Federal é exibida como o ápice de sua visão científica, e sua atuação em saúde pública, associada à ideia de ciência como instrumento de justiça social. Ao evitar qualquer menção crítica às contradições e impactos das reformas urbanas sobre as camadas populares, Neiva beneficia a produção de uma memória voltada à valorização institucional do legado de Cruz. Assim, legitima a sua filiação a esse projeto e autoridade no campo científico.

Em uma linha semelhante à anterior, o artigo “A propósito de uma descoberta arqueológica brasileira”, publicado na *Revista do Brasil* em 1921, dá continuidade à perspectiva de Neiva sobre a ciência incipiente e sem recursos estáveis. Inicialmente, expressa admiração pela força dos pesquisadores nas pequenas capitais do Norte do país, onde, segundo ele, a vida pública parecia girar majoritariamente em torno da política, mas que, ainda assim, perseveravam em fazer ciência, mesmo com bibliotecas escassas. Tais indivíduos, conforme Neiva, cultivam uma “chama de ideal” e desenvolviam pesquisas quase de modo intuitivo, na contramão de um ambiente pouco receptivo à investigação científica. Reconhece ainda que as regiões distantes da capital federal são particularmente prejudicadas pela escassez de incentivos financeiros e infraestruturas necessárias ao desenvolvimento dos “elementos intelectuais”. Compreende que, para muitos brasileiros, a política seria a única alternativa possível para o crescimento profissional e ascensão social:

> Eu sou um admirador sem limites dessa espécie de gente que, desamparada de recursos nas pequenas capitais do Norte, onde a única cogitação é a política, conserva uma chama de ideal e vai com os próprios elementos intelectuais, mais adivinhando do que estudando, porquanto nem sequer pôde dispor de boas bibliotecas, por um prodígio de intuição procura fazer ciência e compreende o valor de tanta coisa que escapa a atenção do meio em que vive. O brasileiro, em geral, não aprecia investigações científicas e rapidamente esquece os trabalhos desse gênero. Gonçalves Dias só se celebrizou no Brasil porque foi um grande poeta; a indiferença que o brasileiro em geral tem pelas coisas da ciência, lacuna herdada do português, nunca deixou ver o papel de cientista exercido pelo extraordinário bardo e cantor do I-juca-pyrama. Esta evocação me veio à mente pela circunstância de ter-me ocorrido à lembrança o fato do sr. Raymundo Lopes proceder da mesma região brasileira e,

> como seu ilustre compatriota, dedicar-se aos estudos de etnografia[369].

O fragmento exibe ainda a crítica de Neiva no tocante à valorização da produção artística comparada com a científica no Brasil, mostrando que o reconhecimento tendia a privilegiar poetas e artistas, ao passo que os cientistas permanecem à margem da sociedade. De acordo com ele, essa indiferença em relação à ciência seria um traço herdado de Portugal. A referência a Gonçalves Dias realça o contraste entre o prestígio conferido à literatura e o atribuído ao método científico. Ao citar Raymundo Lopes, Neiva focaliza a relevância do trabalho etnográfico realizado fora dos grandes centros, exibindo as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores que, mesmo em condições adversas, contribuem significativamente com o avanço do conhecimento nacional.

Diante da necessidade de tornar público o conhecimento científico, Arthur Neiva implementou diversas iniciativas voltadas à divulgação da ciência no Brasil. Durante sua gestão no Museu Nacional em 1923, deu continuidade às séries *Fauna Brasiliense* e *Archivos do Museu*, além de fundar o *Boletim do Museu Nacional*, um dos mais importantes periódicos científicos da época. Neiva também se destacou na produção de materiais educativos sobre história natural destinado às escolas, buscando aproximar a ciência da sociedade. Paralelamente, contribuiu com artigos para veículos de grande circulação, como *Revista do Brasil*, *Correio da Manhã* e *O Paiz*, além de cofundar a revista *Boletim Biológico*. Como pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, publicou cerca de 180 textos científicos, consolidando-se como um importante divulgador do conhecimento científico no país. No mesmo ano, fundou o periódico *Sciencia Medica*[370], em parceria com César Pinto e Olympio da Fonseca. Neiva beneficiou ainda a criação de diversos periódicos científicos, sendo o *Boletim do Museu Nacional* um dos mais relevantes. Entretanto, em decorrência do incêndio

[369] NEIVA, Arthur. A propósito de uma importante descoberta arqueológica brasileira. *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. n.p.

[370] Carta de Arthur Neiva a Lobato, em 08/11/1923. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921: “Demorei a responder pelos afazeres. São cinco os artigos saídos em outubro, novembro, janeiro, março do corrente ano e o último crê que no mês de maio. Faça-me favor de verificar porque não tenho este número, mas é trabalho que trata da descoberta arqueológica do Maranhão [...]. Há tanta coisa interessante a se dizer no Brasil e fora dele, evocações de viagens e impressões várias. Pelo mesmo correio envio-lhe dois números da “Sciencia Medica” que por enquanto só me têm dado grandes prejuízos, porém se os companheiros não desanimarem há de vencer. Também envio o número do boletim do Museu Nacional publicação nova para dar vazão aos trabalhos cá de casa”.

ocorrido no Museu Nacional em 2 de setembro de 2018[371], estas fontes primárias desse periódico, redigidas por Neiva, não puderam ser acessadas e contribuir com a produção desta tese.

Ao posicionar a ciência como motor da transformação social e a educação como base para a modernidade, Arthur Neiva reafirma sua aposta em um projeto nacional tecnicamente orientado. Suas críticas à organização do ensino, à imitação de modelos estrangeiros e à institucionalização da medicina tropical expressam uma visão crítica sobre os limites das reformas educacionais no Brasil republicano. Contudo, essa avaliação convive com uma exaltação do protagonismo paulista e uma interpretação seletiva da história nacional, marcada pela valorização de figuras e espaços específicos. Neiva compreendia a ciência com um instrumento de emancipação, mas também reforça fronteiras simbólicas entre regiões e grupos sociais.

5.5 O ACESSO À INFORMAÇÃO E LIBERDADE DE IMPRENSA PARA O PROGRESSO NACIONAL

Como integrante de sua geração intelectual, voltada para pensar o desenvolvimento de projetos nacionais, Arthur Neiva realizava um movimento de adaptação de ideias à realidade brasileira, fundamentando os argumentos nas suas experiências adquiridas no exterior, particularmente nos países que teve a oportunidade de visitar, trabalhar e conhecer mais profundamente. Ele se concentra não apenas nas culturas e contextos sociopolíticos desses países, mas também no desenvolvimento científico de suas nações, buscando paralelos para tornar o Brasil viável. Seguindo a lógica de análise do contexto global para o nacional, e com o intuito de examinar os desafios enfrentados pela imprensa brasileira, Arthur Neiva utilizou o exemplo do “sucesso japonês” nesse campo como uma referência inicial para a sua argumentação.

No artigo “Um estadista japonês”[372] , Neiva relata sua experiência de viagem ao Japão, salientando seu contato com o primeiro-ministro Kei Hara e o líder do

[371] MUSEU NACIONAL (Brasil), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *O incêndio de 2018*. Disponível em: https://www.museunacional.ufrj.br/see/o_incendio_de_2018.html. Acesso em: 8 set. 2025.
[372] NEIVA, Arthur. Um estadista japonês (1921). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927.

partido Seiyukai. Durante a década de 1920, posicionou-se como defensor da cultura japonesa, criticando a exclusão dos imigrantes japoneses no Brasil, prática que ele atribuía à influência da *Doutrina Monroe* e às políticas estadunidenses. Em sua análise, Neiva sublinha a capacidade de crescimento do Japão, mesmo enfrentando limitações geográficas e um solo pouco fértil. Explicita ainda a cerca a resistência japonesa à dominação cultural dos brancos e protestantes, apontando-a como um fator essencial para o fortalecimento identitário do povo japonês. Essa resistência, segundo Neiva, favoreceu a consolidação de uma sociedade que soube equilibrar modernização e preservação de suas tradições, reforçando seu exemplo como uma nação forte e autossuficiente. No texto a seguir, mostra-se a valorização da resistência japonesa ao imperialismo ocidental, evidenciando como a imprensa desempenhou um papel fundamental na promoção do nacionalismo nipônico e na preservação de sua identidade cultural:

> Dizem que os japoneses têm prevenção contra o branco; isto é possível e perfeitamente justificado. O que eles sofreram das grandes potências, até há pouco tempo, quando ainda não eram fortes, em humilhações sem nome, extorsões e usurpações, é verdadeiramente inominável e pouco conhecido entre nós. A conquista comercial e territorial na Ásia fez-se primeiro por intermédio do padre católico, como os portugueses e espanhóis, e agora com o pastor protestante. Esta é a verdade. Todos os impérios asiáticos foram transformados em colônias, com exceção da China e, sobretudo, do Japão, que não quis entrar tratar com europeus, durante séculos, com o fim de se manterem livres. Quando os Estados Unidos, pela força, obrigaram a abertura dos portos japoneses, estes compreenderam que somente se aparelhando com os violentos ocidentais poderiam salvaguardar sua independência, o que realizaram. O japonês apresenta algumas afinidades com os alemães. Entre estas está a incompreensão do valor da imprensa. A arma mais poderosa, de que os aliados lançaram mão contra a Alemanha, foi a propaganda. Todo o mundo ocidental diariamente recebia notícias das proezas nipônicas na China; entretanto nada se sabe sobre o trabalho de absorção que o norte-americano procura realizar ali, lançando mão de todas as armas. Foi no ministério Hara que o visconde de Uchida, ministro das Relações Exteriores, declarou que o Japão tudo faria para conjuntamente com a China, impedir, por um dever comum, que a Rússia fosse despojada, no momento em que se achava reduzida à impotência. Foi com ele que o barão Makino apresentou no Pacto da Sociedade das Nações a emenda reclamando a igualdade de direitos e de tratamento a todos os respeitos, para os membros da sociedade sem distinção de raça ou nacionalidade[373].

[373] *Ibidem,* “Um estadista japonês”. p. 167.

A perspectiva salientada mostra como a imprensa ocidental divulgava amplamente as ações japonesas na China, enquanto ignorava ou minimizava as ações expansionistas norte-americanas na região. A utilização da propaganda por parte das grandes potências, segundo Neiva, foi uma arma eficaz para mobilizar a opinião pública e justificar políticas do Estado. A postura do Japão, tanto no campo diplomático quanto na luta por igualdade de tratamento entre as nações, expressa sua resistência ao imperialismo ocidental e sua busca por salvaguardar sua independência e identidade, revelando o papel essencial da imprensa nesse contexto, justificativa que será utilizada no próximo artigo.

Em “Da restrição à imprensa”[374], escrito em 1921, Arthur Neiva recorre à analogia com o Japão para adaptar conceitos de nacionalismo, anti-imperialismo e livre circulação de ideias à realidade brasileira, demonstrando sua insatisfação com a política da Primeira República. Para Neiva, a censura à imprensa no Brasil era um entrave ao progresso político, social e cultural do país, uma vez que limitava a disseminação de informações e o debate público. Ele via na liberdade de imprensa uma ferramenta essencial para fortalecer a democracia, fomentar o desenvolvimento nacional e resistir às influências estrangeiras que poderiam comprometer a autonomia brasileira. Neiva associava a resistência japonesa ao imperialismo com a necessidade de o Brasil adotar políticas que favorecessem a soberania nacional e a valorização de uma imprensa livre como alicerce para o fortalecimento da sociedade.

Ainda no mesmo artigo é abordada a proposta de criação de uma lei destinada a restringir a liberdade de imprensa. Frisa que essa ideia não era nenhuma novidade no Brasil, e menciona iniciativas semelhantes no passado, como a de Maurício de Lacerda. Jornalista e político, Lacerda ficou conhecido por sua participação em levantes militares e revoltas tenentistas, além de ter sido preso devido às declarações publicadas no artigo “A Rua”. Neiva se coloca em posição de opinar ao justificar sua experiência, tanto na vivência de em oficinas tipográficas, em colaboração com seu pai, João Augusto Neiva, jornalista por 30 anos, quanto pelo fato de ter ocupado cargos públicos e de gestão, estando, portanto, sujeito a duras críticas da imprensa. Apesar dos ataques que sofrera, afirma que não passaria pela sua cabeça cercear o direito de expressão, por entender que qualquer assunto, por

[374] NEIVA, Arthur. Da Restrição à imprensa (1921). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927.

mais simples que pareça, possui múltiplas dimensões e pontos de vista. Essa visão é apresentada em seu artigo “Da restrição à imprensa”, no qual defende a função da imprensa no debate público e na fiscalização dos poderes. Tal postura está associada ao ‘liberalismo’ adotado por Neiva, em sintonia com os demais membros do grupo d’O Estado (Luca, 1999). O fragmento abaixo trata sobre esses elementos da censura de opinião, o que denomina de um “arauto vigilante” de liberdades:

> Fala-se que o Congresso criará uma lei restringindo a liberdade de imprensa. A ideia não é nova e creio já ter sido motivo de um projeto, há poucos anos, por parte do sr. Maurício de Lacerda. Julgo-me insuspeito para falar do assunto, por duas ordens de razões: a primeira, por ter passado a meninice nas oficinas tipográficas, ajudando a corrigir provas e auxiliando, na medida das minhas forças, meu pai, jornalista durante 30 anos, como também pela circunstância de ter, na última frase de imprensa de Alcindo, escrito alguma coisa sobre certas questões, como o «Problema do trigo», a «Doença de Chagas», «A crise da borracha» e um «Tentativa de exportarem para aqui negros norte-americanos, por intermédio de uma Companhia de Navegação e Colonização, com sede em Nova Orleans». Isto já lá vão mais de dez anos. A segunda razão, por ter ocupado cargos de administração pública, onde se é zurzido, sem dó nem piedade, por cima daquela palha. As minhas mais recentes impressões são as últimas e, no entanto, nunca me passaria pela mente restringir o uso e abuso da imprensa oposicionista, caso estivesse em minhas mãos fazê-lo. Todas as questões têm sempre que ser encaradas por vários aspectos. Qualquer assunto que se tome, por simples que pareça, é, na verdade, poliédrico[375].

Ao denunciar os excessos da liberdade de expressão praticados pela imprensa brasileira, a crítica de Neiva é dirigida aos “jornais políticos” que, segundo ele, instrumentalizavam esse direito constitucional com fins facciosos, desmoralizando adversários e favorecendo interesses eleitorais. Como aponta Gomes (1990), a Primeira República foi marcada por uma fragilidade institucional que dificultava a circulação equilibrada de ideias e o reconhecimento de um bem comum para além dos pactos clientelistas. Neiva, ao trazer esse tema à tona, posiciona-se como intelectual engajado na crítica ao descompasso entre os ideais republicanos e sua realização concreta. Sua defesa de uma imprensa alinhada à crença na ciência e na cultura letrada como pilares da cidadania. O discurso da modernização republicana frequentemente atribuiu à imprensa um papel formador, mas essa expectativa era frustrada pelas práticas de manipulação e partidarismo

[375] *Ibidem,* “Da restrição à Imprensa”. p. 92.

que minavam sua credibilidade. Ao publicar tais reflexões na *Revista do Brasil*, Neiva reafirmou sua adesão a um projeto de nação que entendia a informação e a comunicação como instrumentos fundamentais para o progresso do país:

> Se a lei vier, adeus à imprensa de oposição nas pequenas cidades do interior do Brasil! Com todos os seus defeitos, mentindo, caluniando, deturpando, tais órgãos, em certos momentos, tinham força para abroquelar, contra a impiedosa ira dos fortes, alguém que, sonhando com uma pátria melhor, se excedia no fazer a crítica da administração local[376].

Em diversos trechos de sua produção intelectual, Arthur Neiva retoma o impacto do relatório científico publicado em 1916, sublinhando não apenas os dados inéditos produzidos durante a expedição, mas também as dificuldades de difusão desses conhecimentos fora dos grandes centros do país. A experiência reforçou sua percepção sobre os limites de circulação dos periódicos científicos em regiões dominadas por oligarquias locais[377], onde a imprensa era frequentemente controlada por lideranças políticas regionais. O coronelismo não se restringia à dominação política formal[378], mas também operava como maneira de silenciamento simbólico e controle sobre os fluxos de informação, especialmente em áreas interioranas. Ao denunciar essas restrições, Neiva evidencia como a limitação no acesso aos periódicos científicos favorecia a manutenção do poder local e impedia a formação de uma opinião pública mais crítica e consciente. Sua defesa da divulgação científica, nesse contexto, adquire um sentido político: publicar não era apenas um ato técnico, mas uma forma de contestar as barreiras impostas pela estrutura oligárquica e de afirmar o conhecimento científico como ferramenta de cidadania e coesão nacional. Essa crítica dialoga com os apontamentos de Hochman (1998) e Löwy (2006), ao exibir como a ciência, especialmente no campo da saúde pública, foi mobilizada como instrumento de integração nacional, ainda que enfrentasse

---

[376] *Ibidem,* p. 95.

[377] Ver mais: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. *In:* FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III - O Brasil Republicano*. Vol. 1. São Paulo: Difel, 1975. p. 153-175.

[378] VISCARDI, Cláudia M. R. *O teatro das oligarquias:* uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. LEAL, Victor Nunes*. Coronelismo, Enxada e Voto*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Coronelismo:* política e poder no interior do Brasil. São Paulo: Ática, 1989.

fortes desigualdades regionais em sua circulação e recepção, como se observa na afirmação de Neiva a seguir:

> Dei meu depoimento por escrito em 1916, no trabalho que publiquei quando, expondo o papel que exerce a imprensa diária, na difusão de ideias e conhecimentos, mostrei que não podia ser aproveitada pela nossa população longínqua, e isso porque os coronéis tuxauas distantes, segundo me confessaram, não podiam assinar jornais do Rio, porque não lhes chegavam às mãos. Não se imagina quanto a deficiência do serviço postal retarda o nosso progresso[379].

O fragmento acima foi elaborado em um contexto de domínio e autoritarismo dos líderes políticos, ironicamente denominado por Neiva de “coronéis tuxauas”, que simbolizavam a concentração de poder e a indiferença à opinião do povo. Outro trecho relevante dessa abordagem, que endossa esse argumento, afirma: “O Brasil conhece de sobra que as leis são formadas de artigos, que se contraem ou se dilatam segundo as interpretações dadas por quem tem o poder nas mãos”[380], concluindo com a declaração de que a prática no Brasil é ficção.

É pertinente observar que, embora Arthur Neiva aponte, em *Daqui e de Longe* e *Estudos da Língua Nacional*, as principais lacunas que dificultavam o progresso brasileiro, ele não propõe soluções imediatas para essas questões. Seus artigos, ainda que exponham reflexões profundas e críticas sobre o contexto social, político e econômico do país, não apresentam estratégias detalhadas para superar os problemas identificados. Nesse sentido, concebo que sua produção intelectual, nesse momento, adota uma abordagem teórica, sem avançar para a formulação de ações ou intervenções diretas.

Tal como discutido no terceiro capítulo desta tese, durante sua interventoria na Bahia em 1931, Neiva parece ter abandonado a posição de crítico da liberdade de expressão ao se tornar alvo de acusações de jornalistas, que o denunciavam por adotar uma postura autoritária ao censurar periódicos baianos. Essa mudança de postura, evidenciada após sua entrada no governo, contradiz os princípios que ele havia defendido anteriormente no artigo “Da restrição à imprensa” durante a década de 1920, escrito antes de sua incursão na política partidária, tendo em vista que foi acusado de cercear a liberdade de expressão.

---

[379] NEIVA, Arthur. Da Restrição à imprensa (1921). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927.
[380] *Ibidem*, p. 94.

5.6 POR UMA GRAMÁTICA BRASILEIRA: A DEFESA POR UMA LINGUAGEM PRÁTICA, VIVA E PLURAL

> A língua portuguesa é para o gramático o que Canaã para Moisés. Não chegou a conhecê-la de perto, morre no monte Nebo, vendo-a a distância[381].

O trecho acima é do artigo “Do esporte”[382] foi escrito em seis partes em 1922, publicado na obra *Daqui e de Longe* (1927), em que Neiva utiliza uma analogia bíblica para criticar a abordagem excessivamente normativa e teórica dos gramáticos brasileiros. Ele destaca que, para compreender realmente a língua, é necessário vivenciar a comunicação do povo no dia a dia. A metáfora, presente no contexto de defesa pela educação física, expressa a relação entre teoria e prática. Para Neiva, tanto o aprendizado da língua quanto o desenvolvimento do indivíduo dependem dessa vivência prática, indo além do simples conceito. O livro *Daqui e de Longe* (1927) e *Estudos da Língua Nacional* (1940) de Arthur Neiva se complementam, apesar de suas ênfases distintas ao abordar a formação para o desenvolvimento do Brasil. O primeiro livro reúne muitos artigos com sugestões de reformas educacionais focadas em práticas desportivas, com o objetivo de aprimorar a saúde e a raça brasileira. Já o segundo livro, dedica-se à reflexão sobre o uso efetivo da língua portuguesa no cotidiano, sugerindo caminhos para a construção de uma gramática genuinamente brasileira.

A obra *Estudos da Língua Nacional*, de Arthur Neiva, publicada em 1940, reúne vinte artigos originalmente veiculados no *Jornal do Commercio e*ntre 1936 e 1938, refletindo o interesse do autor pelas questões linguísticas. O primeiro artigo, divulgado em 29 de novembro de 1936, abordava um tema previamente discutido

---

[381] *Ibidem.* Do Esporte IV. p. 91.

[382] NEIVA, Arthur. Do Esporte I (1922). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, p. 59-64.
Do Esporte II (1922). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos. p. 65 - 69.
Do Esporte III (1922). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos. p. 70 - 75.
Do Esporte IV (1922). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos. p. 76 -80.
Do Esporte V (1922). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos. p. 81 - 86.
Do Esporte VI (1922). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos. p. 87 - 91.

por Neiva na Câmara dos Deputados, tal como publicado no Diário do Poder Legislativo de 30 de novembro de 1935. Os demais artigos foram publicados ao longo de dois anos, entre 1º de maio e 4 de dezembro de 1938. Durante a organização deste volume, buscou-se conferir maior homogeneidade ao conteúdo.

Os capítulos da obra *Estudos da Língua Nacional* abordam de maneira geral os seguintes temas: a influência do tupi na formação de nomes de lugares, plantas e animais no Brasil, com análises específicas sobre discussões e palavras de origem tupi, como “oitibó”, e o uso de verbos tupi no cotidiano brasileiro; críticas e reflexões sobre as modificações feitas por eruditos nos vocábulos e nomes indígenas, relevando o pseudotupinismo “Bará”; considerações sobre a incorporação de termos indígenas na linguagem popular e sua persistência na língua atual, bem como a influência dessas palavras na literatura e na ciência; referências a autores e estudiosos como Theodoro Sampaio, com análises de suas contribuições sobre o tupi no Brasil[383], além das críticas feitas por intelectuais contemporâneos; e estudos sobre nomes indígenas de lugares, plantas e insetos, com ênfase na difusão de termos e na adaptação de palavras a idiomas estrangeiros, como o francês.

Neiva relaciona a produção de *Estudos da Língua Nacional* à emenda que assinou sobre a criação de uma língua brasileira, apresentada à Assembleia Constituinte de 1934, da qual participou como deputado federal da Bahia. Baseia suas reflexões em artigos publicados na *Revista do Brasil* na virada da década de 1920 e em suas viagens pelos estados brasileiros, no qual constatou as riquezas e especificidades da língua. A obra está dividida em duas seções, “Dos vocábulos de brasileirismos”, que explora o vocabulário e as peculiaridades do português falado no cotidiano brasileiro, e “Da influência do tupi-guarani no falar brasileiro”, que analisa a contribuição indígena na língua portuguesa e faz uma gênese dos diversos aspectos sociolinguísticos brasileiros.

[383] Embora não tenha sido objeto de análise desta tese, é importante destacar que Arthur Neiva e Afonso d'Escragnolle Taunay trocaram inúmeras cartas tratando do vocabulário tupi. Esse dado é mencionado na dissertação de mestrado de Ferraz, intitulada “Arthur Neiva e o debate sobre a modernização do Brasil: integração, raça e nação (1910-1922)”. Nessa pesquisa, Ferraz (2018) analisa como Neiva, ao lado de outros intelectuais da época, buscava compreender e integrar elementos das línguas indígenas, como o tupi, na construção de uma identidade nacional brasileira. A pesquisa destaca que Neiva via na língua tupi uma ferramenta para pensar a integração nacional, e sua correspondência com Taunay reflete esse interesse. Ver mais em: FERRAZ, Ofélia Pereira. *Arthur Neiva e o debate sobre a modernização do Brasil:* integração, raça e nação (1910-1922). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2018.

Em sua análise dos “brasileirismos”, a dissertação de Ferraz (2018) assinala que Neiva, além de seus trabalhos epidemiológicos, dedicou-se intensamente ao estudo da língua, defendendo o reconhecimento das matrizes indígenas e africanas na formação do português brasileiro. Combatia o que chamava de “complexo de inferioridade” nacional, que segundo a interpretação de Ferraz (2018), era um fenômeno social que levava ao desprezo pela cultura cabocla devido a preconceitos enraizados. Em suas pesquisas linguísticas, Neiva sistematizou um amplo inventário de contribuições indígenas, identificando verbos de origem tupi; antropônimos femininos de raiz indígena; diversos topônimos e hibridismos linguísticos.

Na obra *Estudos da Língua Nacional*, Neiva enfatiza especialmente a presença do tupi-guarani em topônimos, além de destacar como o vocabulário português se adaptou às necessidades locais, com lacunas do idioma ao descrever fenômenos novos. Realça ainda a preservação de arcaísmos em regiões isoladas do Brasil, o que mostra raízes históricas já desaparecidas em Portugal. Além de criticar iniciativas de normatização ortográfica, Neiva defende simplificações que se alinhem à fonética brasileira. A principal chave interpretativa ao longo desta obra é a compreensão das múltiplas influências que formam a língua falada no Brasil. O ponto central são as variações linguísticas e a diversidade lexical. Ou seja, o idioma como reflexo de um país em construção é abordada por Neiva em um período de intensas tensões culturais e políticas, principalmente durante a transição para o Estado Novo[384].

A partir de 1937, durante o Estado Novo, o governo Vargas promoveu a padronização da língua nacional e da educação como pilares para a construção de um nacionalismo homogêneo. Por meio do Ministério da Educação e Saúde Pública, implementaram-se medidas como a criação de escolas-modelo, elaboração de currículos mínimos obrigatórios, controle sobre materiais didáticos e centralização pedagógica (Medeiros, 2020). Essa uniformização visava fortalecer a unidade cultural e política do país, alinhada ao ufanismo da época, que exaltava heróis e instituições nacionais. O apagamento de diferenças culturais, étnicas e linguísticas

[384]A pesquisa de Orlandi destaca que o controle e a padronização da língua portuguesa foram vistos como estratégias para unificar culturalmente o país na Era Vargas, fortalecer o nacionalismo e estabelecer uma ordem social baseada na ideia de “ordem e progresso” do Estado Novo.Ver mais: ORLANDI, Eni Puccinelli. O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo - 1937/1945). *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 8, n. 15, p. 27-33, 2005. DOI: 10.20396/lil.v15i15.8660347. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8660347. Consultado em: 28 jul. 2025.

foi tratado como questão de segurança nacional, atingindo especialmente comunidades de descendentes de japoneses e alemães, com medidas como a proibição do ensino de línguas estrangeiras e o fechamento de escolas bilíngues. A diversidade cultural e a persistência do ensino de línguas estrangeiras eram vistas como obstáculos à formação de um Estado forte e centralizado[385].

Em 1940, Arthur Neiva, em suas reflexões sobre a língua nacional, criticava a excessiva influência estrangeira e defendia uma nacionalidade linguística capaz de fortalecer a identidade brasileira. Compreendia a língua como um espelho da diversidade cultural que compõe o país. A obra *Estudos da Língua Nacional* evidencia como o debate linguístico vai além das questões técnicas e adentra as disputas simbólicas da identidade e das relações de poder. O seu livro não menciona diretamente os trabalhos e pesquisas das teorias linguísticas do período. Entretanto, o debate estava alinhado com as discussões de outros intelectuais[386], os quais se dedicavam à análise da língua portuguesa no Brasil, especialmente em relação à sua identidade própria e suas relações com línguas indígenas, africanas e a tradição europeia.

Para Ferraz (2018, p. 39), Arthur Neiva desenvolveu interesse pela linguagem desde ainda muito jovem, influenciado pela gráfica do pai e pela observação do ambiente popular na Ilha de Bom Jesus. Essa sensibilidade se aprofundou nas campanhas científicas pelo sertão, nas quais coletava expressões, nomes e termos locais, conforme citado no primeiro capítulo da tese. Para Neiva, ciência e língua estavam interligadas, como demonstrado nos *Estudos da Língua Nacional*, onde analisou a formação da língua brasileira a partir de elementos regionais, valorizando o idioma como expressão disso.

No guia do prefácio deste livro, Arthur Neiva expressou a sua análise e apoio na Câmara dos Deputados a respeito do projeto sobre a ortografia brasileira. Ressaltou a importância de respeitar o multiculturalismo da língua portuguesa e a

---

[385] MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. Era Vargas: a Educação como Instrumento Político. *Revista Multidisciplinar Psicologia*, v. 14, n. 50, p. 835-853, maio 2020. ISSN 1981-1179. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/2481/3883. Acesso em: 25 ago. 2022.

[386] Como o escritor modernista Mário de Andrade, ver: FREITAS, Mauriene. A representação da língua do Brasil no século XX: o caso Mário de Andrade no posfácio de Amar, verbo intransitivo. *In:* ENCONTRO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA, 3., 2022, Campina Grande. Anais do III Encontro Internacional de Linguística Histórica. Campina Grande: Realize Editora, 2022, p. 1-12. No mesmo período, o filólogo e linguista Antenor Nascentes também discute a gramática nacional, ver: MATTOS, Thiago.; MEDEIROS, Vanise. *O linguajar carioca, de Antenor Nascentes: o discurso naturalista nos dizeres sobre língua nacional nos anos 1920*. Soletras, São Gonçalo, n. 25, p. 241-255, jan./jun. 2013.

pronúncia brasileira, tomando como exemplo a iniciativa de Oswaldo Cruz, que contratou João Ribeiro para revisar os artigos científicos de seus discípulos[387]. Tal necessidade de padronização e simplificação ortográfica surgiu em meio à constatação de que o português era desprovido de terminologia técnica, sobretudo em comparação com as exigências científicas. Ao viajar por regiões como Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás, Neiva surpreendeu-se com um Brasil isolado, em suas palavras, um país "dividido em compartimentos estanques" e ausente de símbolos da modernidade da capital federal, fatos que reforçam sua defesa por uma reforma capaz de integrar a linguisticamente o povo brasileiro:

> Pediram-me o apoiamento, expressão corrente da extinta Câmara dos Deputados, a fim de que a emenda tivesse número suficiente para a sua apresentação, sem que isto implicasse compromisso de votá-la em plenário. Fi-lo, um tanto inclinado a aceitar a ideia. Depois de tê-la prestigiado, senti-me na obrigação de justificar minha assinatura. Agitava-se, mais uma vez, a questão ortográfica, e não seria a última. Não há lei possível que contenha a evolução. Fui sempre pela simplificação ortográfica; defendi-a em uma reunião que Oswaldo Cruz fizera com seus discípulos, ao criar as Memórias do Instituto que hoje traz seu glorioso nome; mas sou partidário de uma simplificação que leva em conta a pronúncia brasileira. Naquela ocasião, Oswaldo Cruz aceitava a reforma simplificada de Medeiros e Albuquerque e contratara João Ribeiro para corrigir os originais dos artigos elaborados por seus discípulos, dos trabalhos destinados a ser publicados nas Memórias. Aquele grande condutor submeteu no critério de alguém, por todos considerados autoridade na matéria, a correção de linguagem da sua gente de Manguinhos. Pude, então, verificar como a língua portuguesa é pobre quanto ao que se refere à técnica. No meu modo de entender, o Brasil, em grande parte, vive ainda isolado e dividido em compartimentos estanques. Também pensava antes de percorrê-lo quase todo. Fiquei, no entanto, verdadeiramente surpreendido quando em 1912, ao atravessar grande parte da Bahia, Pernambuco, Piauí, Goiás, descobri um Brasil novo, esquecido e impermeabilizado para muitos dos benefícios gerados pela civilização[388].

A defesa de Neiva por uma simplificação ortográfica pautada na pronúncia brasileira reforça a necessidade de adaptar a língua às especificidades culturais e sociais do Brasil. Como exemplo disso, destacou mais uma vez a iniciativa de Oswaldo Cruz ao adotar uma reforma linguística que valorizava a prática brasileira,

---

[387] Como um estudioso dedicado ao tema, Neiva defendeu a pauta antes mesmo de ser uma questão pública, quando era um jovem pesquisador assistente e contribuiu com a obra *Memórias de Manguinhos*, publicada em 1909.

[388] NEIVA, Arthur. Estudos da Língua Nacional. Companhia Editora Nacional. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre, 1940. p. 11- 12.

traduzindo um esforço de modernização e adaptação às realidades locais. O referido movimento também expõe a ausência técnica do português frente às demandas científicas e culturais, o que reforça a ideia de que a língua portuguesa, em sua forma lusitana, carecia de flexibilidade para atender às necessidades de um país em transformação.

Apontou para a separação linguística entre Brasil e Portugal, marcada pela negligência dos léxicos portugueses em incorporar a riqueza vocabular brasileira. Essa segregação reforça o isolamento cultural e de barreiras entre os dois países. Ele sugere que um sistema de “vasos comunicantes” seria mais inteligente e produtivo, permitindo a integração das contribuições culturais brasileiras à língua. Segundo Neiva, a obsessão pela norma culta, especialmente na colocação dos pronomes, criou um ambiente de “pânico” entre os intelectuais brasileiros, desviando o foco de outras áreas do conhecimento. Essa questão pela forma linguística simboliza uma cultura nacional que, por muito tempo, valorizou aparências e rituais de erudição em detrimento de avanços práticos. Para ele, havia desinteresse por parte dos lexicógrafos portugueses em adicionar termos brasileiros. Ao mencionar “brasileirismos”, indica que essa separação linguística não é apenas um resultado do movimento natural da língua, mas também uma escolha cultural e política que desconsidera o rico patrimônio linguístico originado da interação do português com as línguas indígenas.

Analisa a língua como um fenômeno dinâmico, trazendo a importância da valorização da comunicação dos sujeitos em seus contextos e como isso é o motor para a língua em movimento. Outro ponto observado, é a ênfase histórica na norma clássica trazida de Portugal, que impunha critérios rigorosos de correção em detrimento da forma autêntica de comunicação do povo brasileiro, pois por muitos anos, a habilidade de posicionar pronomes corretamente foi vista como um sinal de sofisticação cultural, enquanto outras áreas do conhecimento, como ciências contemporâneas ou línguas estrangeiras, eram subestimadas na avaliação do valor cultural de uma pessoa. Em síntese, a perspectiva apresentada problematiza a postura conservadora e excludente que não apenas limita o desenvolvimento do português como uma língua viva, mas também estagnou expressões brasileiras, dificultando sua legitimação e valorização dentro da lusofonia:

> Contentamo-nos em repetir que o Brasil é riquíssimo, como o fazemos com a língua que julgamos ser a mais copiosa das existentes. Estaria entre estas, se porventura os lexicógrafos portugueses conhecessem muito mais do Brasil e quisessem incorporar a extraordinária riqueza vocabular que ele originou, nos seus dicionários. Preferiríamos até nem chamar de brasileirismos; somos a isso forçado porque são assim anotados nos léxicos lusitanos, os principais criadores da separação da língua dos dois povos, os fazedores de compartimentos estanques, neste particular, entre os dois países, quando seria muito mais inteligente o estabelecimento permanente de um sistema de vasos comunicantes. A língua dos primitivos· habitantes da nossa terra perpetuou-se num vocabulário imenso, dando origem, inclusive, a grande número de verbos e deve ter influído até na construção da frase, como lembro em exemplos que me ocorreram e outros já denunciados por escritores. A leitura dos clássicos dominou por muito tempo a cultura nacional, e muita gente, que não sabia escrever à moda do seu povo, era logo alvo de todos os ataques e remoques porque a linguagem não era perfeita. Durante muito tempo os escritores brasileiros escreveram a seu modo: ignorando inteiramente a colocação dos pronomes. Depois, este assunto se impôs de tal modo, que para os homens públicos brasileiros se criou um ambiente de pânico e, durante muito tempo, constituiu um padrão de extraordinária cultura saber colocar bem os pronomes. Só com isto, o indivíduo era julgado culto e civilizado: podia fazer a abstração de tudo mais, de pouco valia o conhecimento de idiomas modernos, matemática, e ter cultura geral[389].

Na obra *Estudos da Língua Nacional*, Neiva não estava apenas interessado nos aspectos formais da língua portuguesa, mas, sobretudo, na sua função social e política. É nesse campo que ele escolhe intervir, defendendo uma linguagem que traduza a realidade brasileira, em vez de repetir os modelos normativos de Portugal. Sua atenção recai sobre a oralidade popular, os traços indígenas e africanos, e os arcaísmos preservados em regiões isoladas. Ao escrever sobre a língua, Neiva dá continuidade a um projeto mais amplo, que atravessa toda a sua obra: pensar o Brasil a partir do que ele é, e não do que se espera que ele seja. Sua defesa de uma língua enraizada na experiência nacional não é apenas uma posição estética ou técnica, mas política. Ele critica o distanciamento entre a linguagem escolar e a realidade das falas regionais, e propõe que a gramática e os dicionários se abram à pluralidade linguística do país.

Ferraz (2018) profere que ao longo de suas viagens científicas Neiva observou como o isolamento regional preservava arcaísmos linguísticos, contrastando com a transformação étnico-cultural típica dos nacionalismos

[389] NEIVA, Arthur. *Estudos da língua nacional*. São Paulo: Brasiliana. 1940a. p. 18.

modernos, segundo frisou Craig Calhoun[390]. Para ele, a língua era um fator unificador da nacionalidade, capaz de integrar desde o migrante nordestino até descendentes de imigrantes, como os ítalo-brasileiros. Em alguns momentos, Neiva romantiza o isolamento linguístico, vendo na preservação de formas antigas uma espécie de "pureza". Apesar dessa idealização, o ponto central de seu argumento é a reivindicação de uma ortografia mais próxima da pronúncia brasileira. A fragmentação linguística comprometeria a formação de uma identidade coletiva ao refletir e aprofundar divisões sociais, educacionais e territoriais.

A partir da ideia de um "sistema de vasos comunicantes" entre as formas de falar nas diferentes regiões brasileiras, Neiva constrói sua aposta na possibilidade de articulação entre diversidade e integração. Parte do pressuposto que não há identidade nacional possível sem um idioma que acolha a pluralidade do país. Pensar a língua, para ele, é também pensar o Brasil e propor caminhos para que este, enfim, possa se comunicar. Por tal perspectiva, a riqueza cultural da língua portuguesa é destacada pela incorporação de vocábulos de origens indígena, africana e popular, além da influência das condições históricas e sociais. Critica também a classificação de "brasileirismos" nos dicionários lusitanos, que tratam as inovações brasileiras como desvios em vez de legitimar sua riqueza lexical. Salientou acerca de como a oralidade e os falares regionais desafiaram as normas clássicas e expandiram as possibilidades expressivas do idioma. Essa pluralidade, longe de ser um obstáculo, é um ativo cultural que evidencia a capacidade de adaptação e reinvenção da língua portuguesa.

A vigência de padrões formais à língua desconsiderava a realidade linguística da maioria da população, criando uma barreira significativa entre escritores e seu público. Tal prática expressa uma visão restritiva da competência cultural, baseada exclusivamente no cumprimento de regras gramaticais, negligenciando outras formas legítimas de conhecimento e expressão. Essa tensão revela um conflito intrínseco entre tradição e modernidade, ilustrando os desafios envolvidos do acesso à educação e à cultura no Brasil.

A questão linguística é realçada por Neiva como metáfora dos desafios históricos do Brasil. Sua interpretação da língua portuguesa no país abre um campo

[390] FERRAZ, Ofélia Pereira. *Arthur Neiva e o debate sobre a modernização do Brasil:* integração, raça e nação (1910-1922). 2018. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2018. p. 41;.48.

de tensões e transformações, no qual se confrontam as influências do passado e as demandas do presente. Os desafios associados à simplificação ortográfica, ao isolamento linguístico, à obsessão pela norma culta e à crítica estrutural do idioma são indicativos de um dilema maior, que atravessa tanto a identidade cultural quanto o desenvolvimento do país.

No artigo “Da Língua Francesa” publicado na obra *Daqui e de Longe*, Neiva expõe uma crítica à visão tradicional de parte da elite brasileira, que valoriza desproporcionalmente o francês como língua universal, parte de uma herança de antigas convenções diplomáticas e culturais. Contrasta essa percepção com a realidade observada durante suas viagens, argumentando que em países do Extremo Oriente, à exceção das colônias francesas, o domínio do francês é pouco comum, suscitando até curiosidade em quem o domina. Neiva questiona o eurocentrismo linguístico que, no contexto brasileiro, insiste em priorizar o francês, em detrimento de idiomas mais universalizados, como o inglês. O exemplo do Japão torna-se emblemático: ao adotar o inglês como base para o intercâmbio científico e tecnológico, o país passou por uma transformação considerável em menos de sessenta anos, ilustrando como a escolha de uma língua estrangeira com maior abrangência pode impulsionar o desenvolvimento. Sugere que, caso o Japão tivesse aderido apenas ao francês, dificilmente teria alcançado a rápida modernização que o distinguiu, permanecendo talvez em uma posição mais contemplativa e menos pragmática. Em suma, examina a importância de repensar valores culturais que já não expressam as exigências e dinâmicas do mundo no pós-Primeira Guerra:

> É que nas altas esferas do Brasil ainda lavra a convicção de que o francês é a língua universal. É verdade que o mundo para nós é a França. Quem viaja, porém, tem de mudar de opinião. Em todo o Extremo Oriente, com exceção das colônias francesas, quem fala francês é digno da maior admiração e constitui raridade. Para mim tudo o que o Japão realizou em menos de 60 anos, trabalho de reconstrução a mais profunda e rápida que a história registra, transformação verdadeiramente milagrosa, foi devido ao facto de ter aprendido a língua inglesa. Se tivesse assimilado a língua francesa, os japoneses continuariam sendo os contemplativos de sempre[391].

Mais do que uma crítica ao fascínio das elites brasileiras pelo francês, o artigo mostra como Arthur Neiva se insere ativamente no debate linguístico. Ao valorizar o

[391] NEIVA, Arthur. Da Língua Francesa. *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. p. 24.

inglês como idioma de atitudes práticas e dinâmicas, em contraste com o caráter contemplativo da tradição francesa, Neiva projeta também sua própria trajetória de cientista, homem público e de ação. Para ele, a linguagem era um motor de transformação. Sua crítica à exaltação do francês é uma denúncia acerca da dependência simbólica que dificultava ao país afirmar sua própria voz. Ao mencionar que muitos escritores ora engrandeciam, ora depreciavam o português, Neiva salienta a forma como os brasileiros tratam a língua, o que indica muito sobre como se percebem no mundo[392]. Em sua visão, era chegada a hora de o Brasil deixar de ecoar para, enfim, ressoar por conta própria.

O posicionamento de Neiva ao Brasil, no que diz respeito à reprodução excessiva dos referenciais franceses, mostra a dificuldade do país em se afirmar como protagonista de sua própria história. Um exemplo dessa dinâmica é a presença de diversas construções de inspiração francesa na capital federal. Ainda no mesmo artigo, Neiva destaca a habilidade do poeta Olavo Bilac em criar obras-primas literárias, reconhecendo seu papel fundamental ao articular o parnasianismo francês com a tradição lusitana e ao valorizar as formas fixas do lirismo, especialmente o soneto. A surpresa de Neiva diante da capacidade do poeta de transformar essa suposta “pobreza” linguística em algo elevado evidencia, por um lado, a desvalorização histórica da língua, e, por outro, uma admiração reconhecida pela originalidade de Bilac, tal como mostra o trecho a seguir da fonte:

> O verso de Bilac surpreendia-se como este artista conseguira escrever tais primores, dispondo de uma matéria-prima pobre, inexpressiva e incolor, qual é a língua portuguesa. Vê-se por esta clamorosa injustiça de que modo o fator simpatia figura como alto coeficiente nas decisões humanas. Tenho grande admiração pela França, e sua obra de cultura e civilização, e, respeitoso, me inclino diante do acendrado patriotismo de que sempre deu provas. Foi por intermédio de seu magnífico idioma, burilado por séculos de intensa cultura, que ela exerceu domínio sobre os outros povos e que até hoje nos coloniza a inteligência [...]. O Brasil continua servindo de ressonador para tudo quanto a França faz, nós somos o seu eco e tal função nos envaidece. Porque sermos satélite espiritual ou político d’este ou d’aquele povo? Porque não pensarmos pela nossa cabeça, mirando exclusivamente os interesses nacionais? Posso errar em todas as minhas ações, mas o faço julgando servir o meu país.

[392] Nessa mesma linha de argumentação, escreveu em *Daqui e de Longe*: “A língua materna é como o hino nacional; cada povo prefere o seu” (Neiva, 1927, p. 25).

> Vamos arrastando pálida vida internacional, cortejando as boas graças das nações poderosas [...][393].

Sob essa perspectiva, a dependência cultural impediria o Brasil de formular suas próprias perguntas e buscar respostas a partir de seu território. Para Neiva, o país estava na posição de "satélite" comparado aos países da América Latina[394]. Ele denominou esse problema de "colonização da inteligência" - um obstáculo à construção de um pensamento independente. Em contraponto a isso, afirma que a Argentina é um exemplo a ser seguido, pois prosseguia de modo mais firme no esforço de elaborar uma identidade nacional própria, por buscar caminhos mais alinhados à sua realidade, reafirmando sua originalidade linguística e cultural de forma emancipatória:

> Os argentinos não ouvem os conselhos de Washington, Paris ou Londres. Em Buenos Aires somente se escutam os mil sons, vindos das minas da alta planície de Jupy e Salta, dos vinhedos de Mendoza, dos canaviais de Tucuman, dos triangles, alfalfa e inúmeros rebanhos que enchem os campos de Santa Fé à Patagônia. Ouve-se enfim a voz da Pátria, formada somente pelos interesses nacionais, e é a que resguarda os políticos argentinos. Essa confiança em si, esse querer andar pelos próprios pés, numa ânsia de independência, foi devido à nossa irmã do Sul ter se emancipado, mais cedo do que nós, dá absorvente influência francesa. Pouco a pouco o influxo da língua inglesa vem substituindo ali o domínio da francesa. O sonhador transforma-se em homem de ação. Lendo francês, a poesia nos absorve, passamos o melhor tempo da mocidade a procurar belas rimas para alexandrinos. Sabendo inglês enrijamos os músculos no esporte, dominamos os nervos, ficamos gente sadia e alegre, e os ideais são outros: «Trabalhar para vencer»[395].

A defesa pela autonomia idiomática (Neiva, 1927, p. 8) constitui, do ponto de vista argentino, um contraste com a postura "subserviente" dos demais países americanos, que se deixam pautar por influências externas – como a francesa, no caso brasileiro. Para Neiva, Buenos Aires figura como um lugar que escuta apenas "os mil sons" de seu próprio território. O fim da subordinação cultural à França é visto como fundamental para a criação de um país mais prático e voltado para a

---

[393] NEIVA, Arthur. *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. p. 152-153.
[394] *Ibidem,* Da Língua Francesa.
[395] *Ibidem,* Da Língua Francesa, p. 27.

ação, que se abre ao domínio do inglês, um idioma que, em sua concepção, relaciona-se a uma mentalidade esportiva, dinâmica e orientada para o progresso.

Ele contrapõe a opinião da elite letrada brasileira do século XIX[396] de que a língua inglesa seria "pobre"[397], argumentando que pensa exatamente o inverso disso, pois acreditava ser uma língua com mais vocabulário. Para reforçar tal hipotése, destaca que o inglês se enriquece continuamente por meio das diferentes colônias britânicas e dos Estados Unidos, assim como o português se expande pelos "brasileirismos" e outras contribuições regionais. Cada novo contexto geográfico, com suas particularidades climáticas, culturais e linguísticas, gera vocábulos e expressões que acabam incorporados aos grandes dicionários ingleses, entre eles o *Webster's Dictionary* e o *Oxford English Dictionary*. Seguindo essa linha, tal fenômeno se assemelha, no Brasil, às sucessivas edições de obras lexicográficas que incluem expressões indígenas, africanas ou mesmo termos de origem estrangeira naturalizada, demonstrando como a língua se molda às realidades que encontra. Ao abordar a vastidão do inglês, Neiva também evocou a emblemática ideia de que "o sol não tem tempo de se deitar" nos domínios anglófonos, reforçando a noção de que seu alcance territorial e cultural é extenso e promove ainda mais a expansão do vocabulário. Em síntese, a análise defende a flexibilidade da língua inglesa é resultado da sua capacidade de incorporar contribuições de diversas origens, um fenômeno também presente no português, embora nem sempre amplamente reconhecido:

> Uma das ideias falsas mais propagadas no Brasil, e que muita gente confirma para não ficar em minoria, é a da pobreza da língua inglesa. Vamos repetindo isto, sem indagação prévia, todavia o fato verdadeiro é justamente o contrário: o inglês é talvez a língua de maior vocabulário que jamais existiu. Quando se afirma isso, naturalmente, incluem-se todos os vocábulos nascidos nas colônias britânicas e nos Estados Unidos, e que correspondem aos nossos brasileirismos, os quais são incorporados aos léxicos portugueses, como os outros são incluídos nos dicionários ingleses. Cada colônia é um viveiro de palavras novas. Não só as condições do meio dão

[396] A preferência da elite letrada pelo francês, em detrimento de outras línguas estrangeiras, estava profundamente enraizada no século XIX. O francês era visto como a língua da civilização e da alta cultura, um símbolo de status e refinamento intelectual. Para uma análise detalhada desse fenômeno de "francofilia" e seus desdobramentos na formação da identidade nacional, ver: LAGES, Rita Cristina Lima. Língua francesa e língua portuguesa no Brasil do século XIX: entre a francofilia e os discursos pela língua nacional. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 11, p. 260-285, nov. 2022. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.8106424. Acesso em: 22 ago. 2025.

[397] NEIVA, Arthur. Da Língua Inglesa. *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. p. 29.

> origem a desconhecidos fonemas, como também a língua dos indígenas fornece denominações de plantas, animais, utensílios, etc., que logo se incorporam ao inglês colonial, como também aconteceu entre nós com as palavras de origem tupi e africana, e na Argentina com os vocábulos oriundos do quíchua. Isto que nós fazemos com a última edição de Cândido de Figueiredo, chama-se Léxico de Lacunas como o denominou Taunay, Apostilas de Gonçalves Vianna, Brasileirismos, da Revista da Academia e outros «addenda» de publicações nacionais e portuguesas, inscrevendo um vocábulo não registrado, corrigindo uma definição, a pronuncia, etimologia, etc., os povos que falam ingleses fazem-no com o Webster's Dictionary. Este monumental vocabulário registrava na sua última edição cerca de 450 mil palavras, não só este como também o célebre Oxford English Dictionary nos seus 9 volumes publicados. Na verdade, tantos léxicos assinalam todas as expressões colhidas pelas vastas regiões onde se fala o idioma inglês, o qual, dia a dia, ainda mais estende sua influência pelos dilatados domínios, onde já o «sol não tem tempo de se deitar»[398].

Neiva enfatizou a vasta abrangência do idioma inglês, sublinhando que sua força e riqueza vocabular derivam não apenas de sua extensão geográfica. Essa capacidade de assimilação é exposta como fonte de convicção de que o inglês não deva "ceder" diante de qualquer outra língua, pois seu dinamismo expressa tanto a heterogeneidade de seus falantes quanto a contínua renovação lexical proporcionada pelas variadas realidades em que o idioma se insere. Sugere que a grande diversidade de contextos climáticos, territoriais, culturais, onde se fala o inglês, combinada à abertura para inovações, confere-lhe uma posição de destaque global:

> O inglês sabe que o seu idioma é o que cobre a maior área do globo e para formar o mundo de vocábulos que seus léxicos registram, recebe contribuição de povos das mais variadas origens, vivendo sob todos os céus e banhados por todos os mares que a terra possui, e por isso, acha muito natural que não deve ceder diante de nenhum outro [...]. E nós, no Brasil, a chamar de língua pobre, a inglesa. Porém, a questão que mais me interessa é o meu ponto de vista, isto é, a convicção profunda que registro de que se conseguirmos vulgarizar a língua inglesa, a nossa mentalidade de contemplativos se corrigirá e haveria lugar ainda para expansão das atividades[399].

Ao defender a difusão do inglês no Brasil, que denomina de "vulgarizar" o idioma, Neiva propõe reverter o que identifica como um espírito contemplativo na cultura nacional, com o objetivo de estimular uma postura mais ativa e voltada para

[398] *Ibidem,* Da Língua Inglesa, p. 29.
[399] *Ibidem*, Da Língua Inglesa, p. 32.

a ação. Sua valorização do inglês, entendido como uma língua prática, dinâmica e conectada ao mundo moderno, reflete a ideia de que essa adoção sinalizaria um compromisso do país com a modernidade, distanciando-se dos modelos europeus tradicionais. Ele questiona a permanência de um ideal de sofisticação associado a essas tradições, que, em sua avaliação, mantinha o país afastado da inovação.

A discussão se aprofundou quando ele abordou o ensino de línguas na infância. Com base na ideia de que o cérebro infantil apresenta elevada capacidade, Neiva argumentou que todas as línguas poderiam ser aprendidas com igual naturalidade, sem distinção entre as chamadas “fáceis” ou “difíceis”. A metáfora que utilizou ao comparar esse aprendizado à queda de corpos no vácuo reforça sua defesa da introdução precoce de idiomas estrangeiros nas escolas, especialmente o inglês, ao lado do tradicional francês. Essa proposta não é apenas pedagógica, mas parte de um esforço mais amplo de modernização, conforme o fragmento a seguir:

> Só num ponto a criançada é mais franca que o adulto, ao aprender a falar línguas. No cérebro que desabrocha, há receptores específicos para a linguagem. Não há língua fácil ou difícil para as crianças; o russo ou o espanhol penetram em significados nas células cerebrais com a mesma rapidez. O simples ou o complexo, neste particular, são iguais para a inteligência infantil como os corpos de peso diferente que, no vácuo, caem sempre com igual velocidade, e ah! na leveza do grão de mostarda ou o peso de um boldo. A criança aprende quantas línguas se lhe queiram ensinar. Os pais não desejam abandonar o francês; pois, conjuntamente com este, ensinam o inglês e confiantes esperemos o futuro. O porvir então nos trará surpresas agradáveis. As dezenas ou centenas — quem sabe lá? — dos nossos desgraçados patriotas, que foram morrer na legião estrangeira, em defesa da França e do pão de seus pais, não terão continuadores, é verdade, porque o romantismo terá desaparecido: mas os feitos reproduzidos nas façanhas dos seus imitadores, afrontando a morte com a mesma bravura, com a grande diferença que irão sacrificar-se em defesa da única e verdadeira pátria: o Brasil[400].

Ao defender o fim do “nacionalismo francês entre os brasileiros” e convocar os seus leitores a se unirem sob uma única bandeira, a do Brasil, Neiva não está apenas reagindo ao prestígio cultural da França, mas se engajando ativamente no debate sobre a reconstrução da nação. Seu posicionamento adquire contornos ainda mais significativos quando se considera o contexto em que escreve. Vivenciava o entre guerras, período de intensas crises políticas, sociais e econômicas na Europa,

[400] *Ibidem*, p.34.

marcado pelo colapso do liberalismo e pela ascensão de projetos nacionalistas e autoritários. O seu discurso dialoga com esse cenário internacional conturbado, no qual o nacionalismo se tornava uma linguagem comum. A defesa de uma nova orientação linguística aparece, portanto, como parte de um projeto mais amplo de reforma social, que busca integrar saberes, práticas e referências capazes de reposicionar o país no cenário internacional.

Por fim, os livros *Estudos da Língua Nacional* e *Daqui e de Longe*, embora separados por mais de uma década, apresentam correlação com o ideal científico de Neiva. Ambos expressam o posicionamento de que a transformação do Brasil deveria passar por uma avaliação crítica dos hábitos culturais e linguísticos do país. Ainda que escritos em momentos políticos distintos, essas obras se entrelaçam ao defender a urgência de rearticular o corpo e a linguagem como eixos de regeneração nacional. A análise conjunta desses textos permite acompanhar a construção das ideias de Neiva ao longo do tempo, como, por exemplo, em sua visão do Brasil após a expedição científica de 1912 e, posteriormente, em sua obra de 1940, após o ingresso na política partidária, explicitando sua adaptação às diferentes conjunturas históricas e reafirmando seu compromisso com a formulação de um projeto nacional integrado.

5.7 O DEBATE LINGUÍSTICO COMO OBSTÁCULO À ECONOMIA NACIONAL

Neiva relaciona a questão da língua aos obstáculos enfrentados pela economia nacional, destacando a contradição de um país rico em recursos naturais que não consegue convertê-los em prosperidade, como exemplificado pelo declínio da exploração da borracha[401]. Em seguida, dirige sua crítica ao setor siderúrgico, argumentando que, embora o Brasil possuísse as maiores jazidas de ferro do mundo e minerais estratégicos como manganês, níquel e cromo, permanecia estagnado em discussões rasas sobre o tema. Para enfatizar esse atraso, contrasta a realidade brasileira com o caso do Japão, que, apesar de sua escassez de recursos naturais, tornou-se uma potência industrial em poucas décadas[402]. Dessa forma, a língua opera em seu texto como uma metáfora dos desafios históricos e culturais do Brasil.

[401] Ver mais: SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
[402] NEIVA, Arthur. *Estudos da língua nacional.* São Paulo: Brasiliana. 1940.

Sob essa ótica, foi possível constatar que o país carecia das condições necessárias para prosperar e se organizar financeiramente, pois não dominava plenamente sua própria língua, isto é, não possuía capacidade técnica, coordenada e crítica para interpretar e transformar sua realidade.

A partir de uma análise do fracasso brasileiro em consolidar setores estratégicos na economia, Neiva sugere que o problema não reside apenas na escassez de recursos técnicos ou financeiros, mas em um tipo de mentalidade nacional. Ao associar a rigidez gramatical ao atraso econômico, propõe que a linguagem, enquanto instrumento de comunicação e organização social, reflete e, ao mesmo tempo, reforça a descontinuidade das políticas públicas e a fragmentação dos projetos nacionais. No prefácio de *Estudos da Língua Nacional (1940)*, Neiva detalha como o Japão, sem dispor dos mesmos recursos do Brasil, conseguiu superar seus entraves estruturais e alcançar o progresso. O argumento revela as resistências culturais, históricas e políticas que inviabilizam o aproveitamento pleno das riquezas nacionais, além de questionar o padrão de desarticulação que atravessa diferentes esferas da vida brasileira:

> Nunca se estudou se isto é sobrevivência da língua falada pelos portugueses que nos colonizaram ou se já é, o que não parece provável, influência da língua dos índios que não possuíam a letra *v* ou até influência africana. Temos tudo, mas não podemos realizar quase nada. Quando éramos os únicos detentores da borracha no mundo, jamais pudemos organizar a simplíssima indústria pesada deste produto; poderes invisíveis o impediram. Até hoje não conseguimos resolver o problema siderúrgico, malgrado possuirmos a maior jazida de ferro do planeta. Temos minas de manganês, de níquel e de cromo, minérios utilizados em siderurgia, e um carvão igual ao japonês[403].

O fragmento de texto expõe de maneira instigante a relação entre a dificuldade do brasileiro em compreender e valorizar a própria língua e os entraves econômicos do setor siderúrgico. Essa conexão ressalta como questões culturais e estruturais se entrelaçam, evidenciando a incapacidade de transformar os vastos recursos naturais do país em progresso efetivo. Neiva sintetiza essa crítica na frase emblemática: “Temos tudo, mas não podemos realizar quase nada”[404], destacando a contradição de um país com grande potencial, mas que permanece limitado por sua

[403] NEIVA, Arthur. *Estudos da língua nacional.* São Paulo: Brasiliana. 1940a. p. 35-36.
[404] NEIVA, Arthur. *Estudos da língua nacional*. São Paulo: Brasiliana. 1940a. p. 35-36.

própria inércia. Neiva aponta para um país que não consegue atingir o seu potencial de forma concreta. Uma característica marcante nos escritos de Arthur Neiva é sua constante comparação entre o Brasil e os países que visitou. Em suas análises, frequentemente, destaca as potencialidades de nações como Japão, Argentina e Estados Unidos. Essas reflexões aparecem tanto em suas correspondências pessoais quanto em artigos publicados em periódicos, exibindo seu esforço em contrastar o desenvolvimento dessas nações com os desafios enfrentados pelo Brasil.

No artigo “Reconstrução” publicado na obra *Daqui e de longe*, Arthur Neiva mais uma vez utiliza a história dos Estados Unidos como referência para sustentar sua visão idealizada de progresso. Adota o conceito de “Reconstrução” como um movimento de renovação e modernização nacional, inicialmente inspirado pela experiência norte-americana e posteriormente incorporado até pelos japoneses, conforme descrito em revistas de ampla circulação. Ao chegar do Japão em 1920[405] durante o seu intercâmbio científico no país[406]. Neiva descreve no texto que tinha o desejo de criar um jornal chamado “Reconstrução”, dedicado exclusivamente aos interesses do Brasil. Todavia, o projeto enfrentou a barreira da falta de recursos, mesmo com a adesão de outros “sonhadores” dispostos a colaborar.

A proposta de elaborar uma imprensa “reconstrutora” expõe tanto a confiança de Neiva no jornalismo como instrumento de transformação social quanto a sua profunda distância entre a teoria e a aplicação prática em seu discurso. Neiva argumenta o quanto a busca por modernização no Brasil era, em muitos aspectos, um esforço isolado, ainda dependente de modelos externos e carente de condições para sua implementação efetiva, como escreveu no trecho a seguir:

> Foi sob essa denominação que os norte-americanos batizaram a época mais importante da sua história. O *«Reconstruction Period»* da denominação *«yankee»* inicia-se em 1860 nos primórdios da guerra da Secessão e continua até hoje, apesar dos historiadores terem dado como terminado o seu ciclo evolutivo. O sugestivo vocábulo, vi-o depois intitulado excelente revista japonesa, de grande tiragem e

[405] “Ao chegar do Japão, os meus olhos incorrigíveis sonhadores começaram a procurar, entre os amigos e os conhecidos, elementos que formassem um grupo para trabalhar em um jornal cujo título seria “Reconstrução”, tendo por programa, única e exclusivamente, os interesses do Brasil”. NEIVA, Arthur. Reconstrução (1921). *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. p. 183.

[406] Ver mais: KODAMA, Kaori; SÁ, Magali Romero. Intercâmbio científico entre Brasil e Japão: imigração, medicina e ciência (1908-1941). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 217-229, jul./dez. 2013.

> que defende ideias avançadas. Ao chegar do Japão, os meus olhos de incorrigível sonhador começaram a procurar, entre os amigos e os conhecidos, elementos que formassem um grupo para trabalhar em um jornal cujo título seria *«Reconstrução»*, tendo por programa, única e exclusivamente, os interesses do Brasil. Falhou a tentativa. Encontrei, é certo, outros sonhadores, prova de que a ideia da Pátria ainda comove; impediu-a, porém, a falta de recursos. Entre os pontos do programa, estava incluído um dos mais importantes para os interesses nacionais, e que se destinava a abrir campanha em favor da volta às nossas tradições, sempre que fosse possível. Outro procuraria combater a ausência do sentido de proporção que em geral se nota na nossa mentalidade. Já uma vez, em público, em São Paulo, lembrei essa lacuna na nossa inteligência, ao recordar o contraste entre as homenagens prestadas, pelo governo da União, por ocasião da morte de Arthur Azevedo e de Oswaldo Cruz[407].

Neiva compara as homenagens póstumas de Arthur Azevedo e Oswaldo Cruz para refletir sobre os critérios de reconhecimento público no Brasil. Enquanto Azevedo, homem de letras, foi amplamente celebrado, Cruz, cuja atuação científica foi decisiva para o avanço da saúde pública, não recebeu igual consideração. Identifica um desequilíbrio que diz muito sobre as prioridades da cultura política nacional. O problema não reside na homenagem a Azevedo, mas na ausência de reconhecimento equivalente a figuras que contribuíram de maneira concreta para a vida coletiva, segundo Neiva. Ao destacar essa assimetria, Neiva intervém no debate sobre a memória nacional e chama a atenção para a forma como o país negligencia trajetórias que, como a de Oswaldo Cruz, estiveram diretamente voltadas ao interesse público e ao bem-estar comum:

> Indo à frente de oito discípulos obteve o primeiro prêmio na Exposição de Higiene de Berlim, disputando-o com todos os Institutos do mundo. Saneou cidades, permitindo à obra de Rio Branco, que não poderia ter reunido o Congresso Pan-Americano no Rio, nem ter trazido Ferri, Clemenceau, Anatole France, Ferrero e outros valores menores. Isso não se daria se por acaso a febre amarela continuasse a ser o flagelo do Rio. O prefeito Passos e o ministro Müller não poderiam ter transformado a cidade e construído o porto do Rio de Janeiro com aquela afluência de estrangeiros, se Oswaldo Cruz, aplicando métodos científicos que ainda sofriam impugnação, não garantisse a vida dos trabalhadores estrangeiros, o crédito dos serviços públicos e o êxito do novo rumo que a Nação tomava. A obra de Cayrú, abrindo, em 1808, ao mundo, os portos do Brasil, somente teve execução prática depois que Oswaldo Cruz eliminou o *«mal do Rio»* e, com ele, os previdentes cartazes com que as companhias de vapores anunciavam aos passageiros que se

[407] NEIVA, Arthur. *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927. p. 183-184.

> destinavam à América do Sul: *«Não tocam nos portos do Brasil»*. Toda essa maravilha que é o Rio, o mais belo recanto do globo, e que, dia a dia, mais se a fortuna, não poderia ir adiante, se o forasteiro, nacional ou estrangeiro, não a subsidiária, de atender, nada faz recuar quanto a insidiosos males. Essa falta de sentido de proporção que faz com que exagerada confiança com que enfrentamos o futuro, desprezamos o passado e nos alienamos dos nossos heróis. Já não lutamos aqui pelas ideias; não há mais partidos; batemo-nos por fulano, não pelo princípio[408].

O argumento de Neiva sustenta que os métodos científicos adotados por Oswaldo Cruz, embora alvos de resistência, foram decisivos para tornar a capital federal um espaço viável, especialmente no que se refere à recepção e permanência de trabalhadores estrangeiros. O êxito das campanhas sanitárias e a aplicação de saberes científicos contribuíram para fortalecer a imagem dos serviços públicos e impulsionar o processo de modernização do Rio de Janeiro, alinhando-o aos padrões que se desejava projetar para o Brasil. Neiva lamenta, no entanto, que os avanços promovidos por figuras como Oswaldo Cruz e Arthur Azevedo não tenham encontrado continuidade. Para ele, essa descontinuidade não se explica apenas pela mudança de conjunturas, mas está diretamente ligada ao modo de funcionamento da política nacional, marcada pelo predomínio de interesses particulares e pela formação de apoios em torno de nomes, não de ideias. Quando afirma que "já não lutamos aqui pelas ideias" (*Ibidem*), Neiva denuncia o abandono de um debate público pautado por projetos coletivos. Sua crítica atinge diretamente a lógica oligárquica da Primeira República, baseada em alianças circunstanciais e pactos de ocasião, sem compromisso com um programa de transformação do país. Ao apontar esse quadro, ele alerta para os riscos de um governo que opera sem diretrizes comuns, inviabilizando reformas de base para a unificação nacional. A título de exemplo, destaco a seguinte convocatória de Neiva às classes dirigentes: "A "Reconstrução" não defenderia os interesses norte-americanos, franceses ou de quem quer que fosse, seria por A.B.C e todo alfabeto, segundo as conveniências do Brasil. Seria revisionista, procurando reintegrar o país nas nossas tradições parlamentaristas"[409].

A leitura dos artigos reunidos neste capítulo permite afirmar que muitas das ideias formuladas por Arthur Neiva em sua produção intelectual fundamentam suas

[408] *Ibidem*, p. 184.
[409] *Ibidem,* p. 188.

decisões e posicionamentos políticos, como discutidos no capítulo anterior. Sua entrada no espaço legislativo e administrativo representou uma continuidade do engajamento presente em sua produção intelectual, sobretudo em relação às reformas nos campos da saúde, da educação, da valorização e formação do pesquisador brasileiro. Os escritos analisados são fundamentais para compreender como ele pensava ciência e política como dimensões entrelaçadas de um mesmo projeto de país. Seus estudos linguísticos convergiram para compreender o país não apenas pelo território geográfico, mas também pela diversidade de sua expressão cultural, um aspecto antropológico pouco explorado com a mesma profundidade por médicos e cientistas. Esse era um assunto mais debatido no meio artístico, literário, historiográfico e sociológico nas primeiras décadas do século XX.

À luz dos ideais de paulistanidade, Neiva articula debates sobre língua, educação, cultura e economia, posicionando-se como um intelectual-mediador na construção da identidade brasileira. Em seus escritos, critica a permanência de modelos educacionais que considerava ineficazes, o apego a formas linguísticas herdadas do passado colonial e a ausência de diretrizes estruturantes capazes de responder aos desafios nacionais. Seu pensamento aponta para um nacionalismo pragmático, no qual o saber técnico e a racionalidade científica deveriam orientar a reorganização do Estado e a ampliação do acesso à cidadania. A valorização da ciência, da educação e da cultura como instrumentos de transformação social expressa um esforço deliberado de Neiva em associar conhecimento especializado à construção de um Brasil moderno.

As reflexões de Neiva não se limitam à crítica das condições nacionais, mas delineiam caminhos possíveis diante das limitações estruturais do país. A valorização da língua inglesa, a defesa da educação física e o incentivo a uma linguagem viva e acessível integram uma estratégia que buscava romper com padrões lusitanos e inserir o Brasil em um horizonte de modernidade, ainda que este estivesse permeado por tensões e contradições. Entre os textos analisados neste capítulo, é igualmente importante destacar aqueles em que Neiva aborda diretamente as desigualdades sociais, com atenção especial à fome e à miséria que afetam crianças em grandes centros urbanos. Ele problematiza a ideia de que essas mazelas estivessem confinadas ao sertão ou a regiões distantes da capital, ao contrário, aponta sua presença em zonas urbanas centrais, como a própria cidade do Rio de Janeiro. Sua crítica à utilização da vasta extensão territorial como

justificativa para a ineficiência do Estado evidencia um diagnóstico mais profundo, que associa a precariedade administrativa à ausência de um projeto político estruturado e à fragilidade das instituições públicas em promover transformações permanentes.

Ao final deste capítulo, concebo que a produção intelectual de Arthur Neiva desempenhou um papel central na formulação da “questão nacional” durante a Primeira República, mantendo diálogo com o período posterior. Em meio a tensões, silêncios e disputas, suas obras evidenciam as múltiplas frentes que permeavam a elaboração de um projeto nacional viável. Sua produção intelectual conjuga diagnóstico e denúncia, mas também propõe interpretações e possibilidades para o presente e futuro do Brasil. A centralidade da linguagem, a crítica às elites letradas e a aposta na ciência como instrumento de ação pública demonstram seu esforço para reorganizar o país a partir de uma perspectiva nacionalista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do médico, entomólogo, intelectual e político Arthur Neiva investiga as visões de mundo e propostas sociais dos intelectuais do período, ressaltando o papel crucial das ciências na cultura e sociedade brasileira. Sua carreira, desenvolvida principalmente entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, ocorreu em um momento de reestruturação das políticas públicas de saúde, consolidação de instituições científicas e engajamento intelectual nos projetos de construção simbólica e material da nação, destacando-se como articulador institucional durante a Primeira República e a Era Vargas, em meio às transformações políticas e sociais da Revolução de 1930.

A hipótese central desta pesquisa parte do debate sobre como Arthur Neiva delineou sua trajetória ao articular, de maneira estratégica, motivações de ordem científica, política e profissional, confirmando sua capacidade de adaptação frente às contingências e exigências históricas de seu tempo. Sua mediação entre o campo das ciências biológicas e a esfera política favoreceu a construção de um projeto nacional, com reformas pautadas em fundamentos científicos capazes de beneficiar diretamente a modernização do Brasil. Ao longo deste trabalho, reuni os principais aspectos já explorados por seus discípulos e pela historiografia sobre Arthur Neiva (Pinto, 1932; Lent, 1940, 1943; Borgmeier, 1940; Reis, 1976; Nunes, 1981; Ribeiro, 1997; Benchimol; Teixeira,1993; Azevedo, 1996; Silveira, 2002; Silva, 2006; Rezende, 2009; Souza, 2009; Sá, 2009; Gomes, Dalben, 2011; Ilbañez; Roncon; Alvaes, 2012; Batista, 2018; Ferraz, 2018; Kubohira, 2019; Leal, 2020), apontando também novas perspectivas, com ênfase em temas ainda pouco conhecidos ou analisados em sua trajetória. A análise do discurso revelou o caráter local da produção científica na primeira metade do século XX, destacando o processo de especialização e a defesa da ciência como elementos centrais na atuação de Neiva.

Ele analisou as questões nacionais a partir da perspectiva que materializa teorias em ações, traço destacado por seus discípulos e biógrafos como característica de “um homem público e de ação”. Personificou o ideal de ciência comprometida com os problemas nacionais, marca da geração de cientistas formada em Manguinhos. Sua abordagem interpretativa examinava o país mediante a produção de conhecimento aplicado, o que chamou de racionalismo científico. Seus

relatórios de expedições e estudos sobre doenças tropicais refletiam a realidade brasileira, na qual o conhecimento era produzido na intersecção entre pesquisa científica, trabalho de campo e gestão pública.

Desse modo, mais do que acompanhar a circulação de saberes e práticas científicas que marcaram a trajetória de Arthur Neiva, esta tese procurou compreender os sentidos históricos atribuídos a sua experiência individual, problematizando a trajetória profissional como instrumento de análise. Inspirada nos estudos críticos que tensionam as fronteiras entre biografia e história, a investigação buscou salientar como a agência pessoal de Neiva foi continuamente atravessada por condicionamentos sociais, redes institucionais e disputas de campo. Tal perspectiva permite escapar de uma leitura linear, laudatória ou celebratória, compreendendo os projetos de Neiva como construções situadas, atravessadas por contradições e moldadas por dinâmicas históricas mais amplas. Como propõe Schwarcz (2013), os processos biográficos não devem ser tratados como espelhos diretos da realidade vivida, mas como construções seletivas e mediadas por sentidos culturais, simbólicos e políticos que se atualizam no tempo.

Nessa direção, Bourdieu (2006) oferece ferramentas analíticas decisivas ao questionar a chamada “ilusão biográfica”, isto é, a tendência de organizar retrospectivamente uma trajetória individual como sequência lógica e coerente de ações fundadas apenas na vontade do sujeito. Ao contrário, sua abordagem demanda reconstruir os campos sociais, os *habitus* incorporados e as estruturas de poder que condicionam escolhas e práticas. A partir desse referencial, a trajetória de Arthur Neiva não pode ser lida como expressão de um itinerário autônomo ou heroico, mas como resultado de um constante jogo entre aspirações pessoais, pertencimentos institucionais e disputas político-científicas do Brasil republicano.

O período inicial da trajetória de Neiva, entre 1903 e 1912, caracterizou-se por sua atuação no Instituto Oswaldo Cruz e no Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, inserida em um contexto de fortalecimento do discurso higienista e reestruturação das políticas públicas de saúde, tal como analisado no primeiro capítulo desta tese. Durante essa fase, foram investigadas as suas contribuições intelectuais, sua participação em redes nacionais e internacionais, seu aporte na expedição científica ao Norte e Nordeste do Brasil, bem como a elaboração do relatório que subsidiou campanhas sanitárias. A análise das correspondências trocadas revelou os desafios cotidianos enfrentados nos experimentos, a construção dos projetos científicos e a

legitimação do discurso científico no cenário nacional. Foram identificados, ainda, os investimentos intelectuais e políticos realizados por Neiva, salientando a indissociabilidade entre ciência e política em sua atuação profissional. Os projetos individuais e as estratégias institucionais adotadas por Neiva figuram como formas de investimento intelectual e político, reafirmando seu papel não apenas como produtor de conhecimento, mas como intérprete da nação e intelectual-mediador. O propósito deste capítulo foi analisar como ele defendia a instrumentalização do saber técnico para a construção do projeto nacional.

O segundo capítulo abordou o período entre 1917 e 1930, marcado por obstáculos para a concretização de seus projetos, especialmente a escassez de financiamento público. Destaca-se a viagem à Argentina, a atuação no Serviço Sanitário paulista e a liderança na campanha contra a broca-do-café. Este capítulo também analisa os esforços para institucionalizar a pesquisa agrícola, culminando na fundação do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, marco importante para a pesquisa científica aplicada em São Paulo. Este capítulo investigou as estratégias mobilizadas por Arthur Neiva para consolidar sua trajetória e promover seu ideal científico, realçando tensões e impasses enfrentados por ele e seus contemporâneos. Sua atuação favoreceu decisivamente a legitimação social da especialização científica e auxilia na compreensão dos rumos da ciência na história do Brasil. Defensor da criação e manutenção de espaços dedicados à pesquisa, Neiva posicionou-se criticamente contra o bacharelismo, em um contexto marcado pela crença na ciência como alavanca para a transformação nacional. A análise concentrou-se no papel dos cientistas na gestão de reformas modernizadoras e na articulação de instituições públicas.

O terceiro capítulo examina a interseção entre ciência e política nas décadas de 1920 e 1930, contextualizando as ideias e ações de Arthur Neiva frente às disputas ideológicas do período, incluindo eugenia, controle imigratório e projetos de modernização social. Investiga-se, como eixo central, a valorização da prática, da eficiência e da ciência aplicada no âmbito do Estado como elementos fundamentais de seu projeto modernizador. A partir de correspondências, publicações e documentos oficiais, analisam-se as estratégias de Neiva para viabilizar seus projetos na esfera estatal em um contexto de intensa transformação política, particularmente após 1930 e durante o governo Vargas. Focaliza-se a

indissociabilidade entre produção científica e reflexão política, ao compreender o cientista como construtor cultural e reformador social.

A tese examinou como a ciência e a política se entrelaçaram na trajetória profissional de Arthur Neiva, cujo ápice coincidiu com o processo de burocratização do Estado varguista no período pós-1930. Ele utilizou seu conhecimento técnico-científico para formular propostas de reformas administrativas e econômicas. Sua atuação em São Paulo foi analisada em perspectiva histórica, mostrando de que modo o declínio da hegemonia paulista impactou sua carreira e o conduziu a um reposicionamento no cenário político nacional. Nessa fase, Neiva novamente se reafirmou como “apóstolo da nação” e intérprete do Brasil, articulando em seus escritos e ações questões de raça, nação e política. Em suas reflexões, abordou a identidade nacional e os desafios da modernização de um país marcado por profundas desigualdades sociais e tensões políticas. A tese, ao explorar esses elementos, lança luz sobre o significado de fazer ciência em um Brasil em constante transformação.

Esse capítulo buscou compreender como Neiva mobilizou de forma estratégica seus saberes técnicos e suas redes de sociabilidade para influenciar diretamente os rumos do Estado e das políticas públicas. Sua atuação pode ser compreendida pela categoria de cientista-burocrata, especialmente adequada para analisar sua inserção institucional nos anos 1930, e pela categoria de intelectual-mediador, que permite uma leitura mais ampla de sua participação contínua na articulação entre ciência, política e esfera pública ao longo de toda a vida. Essas duas dimensões compõem uma trajetória que exibe a intersecção entre projetos científicos, modernização institucional e consolidação de uma ordem política centralizada, como se delineou durante a Era Vargas.

O quarto capítulo analisa como Arthur Neiva articulou sua visão de Brasil por meio de sua produção intelectual e participação em debates públicos ao longo de três décadas. Suas ideias refletiram um projeto de nação fundamentado na valorização da língua portuguesa, na defesa de princípios eugênicos e na crítica à imigração nipônica. Para Neiva, a educação escolar, especialmente o domínio da ortografia e da gramática, era essencial para a formação de um cidadão “civilizado”, elemento que ele ponderava crucial para o progresso nacional. O eixo central deste capítulo consiste em examinar a inserção da ciência nos projetos políticos e culturais que caracterizaram sua produção intelectual.

As fontes primárias e subsidiárias produzidas, especialmente a partir do final da década de 1920, exibem as articulações de Neiva em prol de seus projetos científicos e institucionais, permitindo compreender como os “homens de ciência” buscavam viabilizar suas agendas por meio da conquista de apoio oficial, mesmo que este fosse limitado. Sua carreira foi marcada pelo processo de especialização das atividades intelectuais e pela crescente profissionalização dos cientistas. A análise de correspondências, publicações em periódicos, produção bibliográfica, relatórios de viagens, decretos e ofícios redigidos durante sua atuação à frente de instituições públicas e campanhas sanitárias possibilita compreender a performance de Neiva nesse contexto.

O principal desafio metodológico da tese residiu na transformação dos dados apresentados nas cartas em um discurso histórico, permitindo interpretar escolhas, alianças e rupturas em sua trajetória. Os dados documentais indicam como Neiva se posicionava em momentos críticos, como a crise do café, o auge da interventoria na Bahia e a perda da hegemonia paulista após a “Revolução de 1930”. A análise considerou a *persona* científica tanto em sua dimensão pública quanto privada, examinando também o papel circunstancial do cientista como ator histórico e suas interações. Ressaltou-se a relevância de refletir sobre o processo de produção da pesquisa e como ele dialogou com diferentes formas de comunicação científica.

Mesmo que esta tese tenha se concentrado no itinerário profissional de Arthur Neiva, interpreto como pertinente o aprofundamento de pesquisas voltadas à esfera pessoal e às relações familiares dele, dimensão que potencialmente ampliaria a compreensão acerca de sua trajetória. Contudo, essa pretensão revelou-se inviável diante da insuficiência de fontes disponíveis, mesmo após exaustivas investigações em arquivos e acervos públicos nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Os escassos documentos pessoais, tais como correspondências privadas, diários, fotografias ou memórias familiares, de acesso público, restringiu significativamente a possibilidade de aprofundar essa esfera do personagem deste estudo. Acredito que o estabelecimento de contato com possíveis familiares de Neiva, detentores de arquivos particulares até então inacessíveis, seria de fundamental relevância para a superação dessa lacuna documental. O acesso a tais fontes permitiria a ampliação da análise, possibilitando a inserção de dimensões subjetivas e relacionais que permeiam a vida do cientista, integrando-as às suas atividades públicas e ao contexto histórico em que esteve inserido. Recomendo que futuramente essa

aproximação seja trabalhada, a fim de promover uma compreensão mais abrangente e detalhada do perfil social de Arthur Neiva.

É essencial sublinhar que os acervos pessoais de Arthur Neiva, atualmente sob a guarda do CPDOC/FGV e do DAD/Fiocruz, foram doados por sua filha, Ilka Hehl Neiva, aspecto pouco mencionado quando se trata dos filhos de Neiva. Ao realizar a doação, Ilka operou um recorte criterioso dos documentos que avaliava relevantes para futuras pesquisas, selecionando aquilo que, em sua perspectiva, merecia ser preservado e disponibilizado para consulta. Sua escolha constitui não apenas um gesto de cuidado com a memória do pai, como observa Heymann (2005), mas também uma forma de mediação ativa sobre os modos pelos quais essa memória viria a ser acessada, interpretada e institucionalizada ao longo do tempo.

É oportuno realçar, ainda, a escassa presença das filhas, Ilka Hehl Neiva e Gilda Hehl Neiva, bem como da esposa, Justina Hehl, nos registros epistolares de Arthur Neiva, contrastando com sua maior recorrência no conjunto iconográfico do arquivo. Ao passo que o seu filho, Artur Hehl Neiva, o "Arturzinho", como mencionado no terceiro capítulo desta tese, é amplamente referenciado nas fontes escritas e foi orientado a ocupar posições estratégicas na administração pública. As filhas permanecem com pouca visibilidade na documentação pessoal do pai[410]. Essa distinção mostra a forma como a documentação arquivística também reflete dinâmicas do período de gênero e práticas sociais de transmissão de capital simbólico (Bourdieu, 1996), nas quais os herdeiros homens são posicionados como continuadores legítimos da trajetória pública e intelectual da família.

A trajetória de Artur Hehl Neiva analisada na tese de Marques (2023), que mostra como os valores políticos e institucionais de Arthur Neiva foram transmitidos e adaptados em novas áreas de atuação, reforçando a relação entre herança

[410] Ao longo da coleta e análise de fontes no CPDOC, identifiquei uma menção mais detalhada de Arthur Neiva à sua filha, localizada em carta enviada a Bernardino, datada de 15 de janeiro de 1932. FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 29.02.09. Curiosamente, essa referência surge em nota de rodapé da própria correspondência, em um pós-escrito (PS), no qual Neiva comenta: "A Ika escreve em máquina com duas mãos, com bastante rapidez, cartas em português ou alemão que envia para São Paulo, onde tem umas amiguinhas que só falavam alemão, ou então distribui pela casa [...]". Por outro lado, no acervo fotográfico de seu fundo pessoal, as filhas e a esposa aparecem com maior frequência ao seu lado. Em outro momento, na carta Neiva enviada Ruy Bloem, em 12/02/1943, ele menciona rapidamente que será avó: "A Gilda promoveu-me no dia 12 de janeiro ao posto de vovô com o nascimento de Antonio Roberto". FGV/CPDOC. Fundo Arthur Neiva. ANc 18.03.09. Em geral, os nomes das filhas e da esposa são citados em felicitações, em visitas, viagens, lembranças ou em datas comemorativas com saudação em nome da família.

familiar e projeto nacional. Essa comparação elucida tanto continuidades, como a valorização da ciência para a intervenção social e o engajamento com políticas migratórias, quanto rupturas. Por exemplo, Artur Hehl seguiu carreira na engenharia, área diferente da formação médica e científica do pai, influenciado pelas redes de contato que Arthur Neiva estabeleceu com engenheiros e gestores técnicos. Mesmo que compartilhasse o ideal nacionalista, a inserção institucional e as estratégias de atuação de Hehl foram formuladas em um contexto político e científico diferente, mostrando transformações geracionais na forma de entender o papel do intelectual no Brasil, de letras e de ação.

Ao analisar essas lacunas, compreende-se que o arquivo não apenas documenta uma trajetória individual, mas também espelha a lógica de reprodução de uma elite que articula saber, prestígio e serviço público como valores legados e continuados. A centralidade conferida a “Arturzinho” no acervo de Neiva salienta a tentativa de inscrever, por meio da documentação, de criar uma referência legitimada pelo Estado e pela ciência. A análise do arquivo sob a lente do gênero permite problematizar o modo como determinadas presenças são amplificadas, ao passo que outras sistematicamente são apagadas na construção da memória dos sujeitos (Heymann, 2018; Steedman, 2002).

Além das iniciativas pessoais e institucionais voltadas à preservação da memória de Arthur Neiva, tem-se também uma proposta legislativa que buscou inscrevê-lo simbolicamente no espaço urbano de São Paulo. O Projeto de Lei nº 729, de 2005 foi elaborado com o objetivo de homenagear o idealizador do Instituto Biológico, atribuindo seu nome ao edifício-sede da instituição, localizado na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, nº 1252, Vila Mariana, em São Paulo. A proposta reconhece a validade histórica e científica do Instituto, que desempenha um papel essencial na pesquisa e no desenvolvimento de soluções para a sanidade animal e vegetal no Brasil. Outrossim, focaliza a necessidade de preservar a identidade institucional e o valor arquitetônico do prédio, tombado como patrimônio cultural, reforçando o legado de Arthur Neiva como símbolo de dedicação à ciência e ao serviço público. Todavia, apesar de sua relevância, o projeto não foi aprovado e acabou arquivado em 7 de março de 2008, encerrando-se sua tramitação sem que fosse transformado em lei. Mesmo que este projeto não tenha sido objeto de investigação nesta tese, é pertinente uma análise das intenções do autor, o ex-

deputado estadual Afanasio Jazadji, bem como dos posicionamentos favoráveis e contrários expressos durante sua tramitação.

Pondero uma linha promissora aprofundar as investigações sobre as continuidades e rupturas presentes no pensamento e nas práticas científicas ou políticas dos discípulos de Arthur Neiva, como Borgmeier, Fonseca Filho, Lent e Pinto. Esses intelectuais e cientistas foram fundamentais para a consolidação do legado de Neiva, atuando em diferentes áreas e contextos que refletiam, em certa medida, os princípios e métodos defendidos por seu mentor. Todavia, suas trajetórias também possuem divergências significativas, tanto em termos epistemológicos quanto políticos, que indicam um processo dinâmico de interpretação, adaptação e, por vezes, contestação das ideias originais. As novas perspectivas de análise das continuidades e descontinuidades possibilita compreender de forma mais profunda a dinâmica do conhecimento científico no Brasil do século XX, assim como as ideias que permearam esse processo. Avaliar essas nuances é essencial para mapear não apenas a influência direta de Neiva, como também as transformações e reinterpretações que marcaram as novas práticas científicas e das posições políticas dos seus seguidores, contribuindo com um entendimento mais amplo das redes de sociabilidade e poder no cenário científico e político brasileiro.

Em síntese, esta tese beneficiou as pesquisas em história das ciências e da saúde ao situar Arthur Neiva como um protagonista cuja prática científica esteve entrelaçada com processos políticos e socioculturais que marcaram o desenvolvimento das ciências no Brasil na primeira metade do século XX. A análise das redes de sociabilidade, da mediação familiar na consagração da memória científica e dos conflitos na institucionalização dos saberes permitiu explorar novas abordagens para o personagem deste estudo, como a centralidade a sua subjetividade, os afetos, as alianças estratégicas e as disputas por legitimidade na conformação da autoridade científica. Ao articular o itinerário de Neiva às transformações históricas mais amplas do país, a tese investigou como sua figura encarnou os paradoxos da modernidade brasileira, entre o laboratório e o sertão, o racionalismo científico e a política, apontando a importância de se pensar a ciência como uma prática social situada, atravessada por conflitos e continuamente mobilizada na construção de sentidos sobre a nação.

FONTES

Fontes primárias

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Guia dos arquivos do CPDOC: Artur Neiva*. Classificação: AN-56f. Documentos textuais: manuscritos (2.207); documentos impressos: livros (77), periódicos (8), exemplares de periódicos (8), artigos de periódicos (3); documentos audiovisuais: iconografia (134). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/guia. Acesso em: 21 maio 2025.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO (COC/FIOCRUZ). *Fundo Arthur Neiva: inventário*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2013. Código de referência: BR RJCOC NA. Documentos textuais e iconográficos (206 itens: 152 fotografias, 27 cartões-postais, 1 cartão, 26 desenhos); documento tridimensional: 1 placa de homenagem. Disponível em: http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/fundo-arthur-neiva. Acesso em: 21 maio 2025.

FREIRE, Hilário. *A praga do café no estado de São Paulo. Suas origens e seus remédios. Discursos proferidos na Câmara dos deputados*. Prefácio. São Paulo, 5 nov. 1928.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sul de Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1912).* Arquivos do Instituto Oswaldo Cruz, v. 8, n. 2, p. 83-123, 1916.

NEIVA, Arthur. *Daqui e de longe: crônicas nacionais e de viagem*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927.

NEIVA, Arthur. *Estudos da língua nacional* São Paulo: Brasiliana. 1940a.

NEIVA, Arthur. *Malária e mosquitos: coletânea II, 1906-1940*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1941.

Fontes secundárias

CENTRO DE MEMÓRIA DA BAHIA. *Acervo Arthur Neiva - Dicionário Biográfico-histórico da Bahia*. Fundação Pedro Calmon, Biblioteca Pública do Estado da Bahia - Setor de Periódicos Raros e Valiosos. Disponível em: https://www.ba.gov.br/fpc/memoria-da-bahia. Acesso em: 21 maio 2025.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. *Biblioteca Nacional*. Acervo digital de periódicos nacionais: jornais, revistas, anuários, boletins e outras publicações seriadas. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 21 maio 2025.

INSTITUTO BUTANTAN. *Relatórios anuais do Instituto Butantan (1919-1932)*. São Paulo: Biblioteca do Instituto Butantan. Disponível em: https://butantan.gov.br/. Acesso em: 3 dez. 2021.
INSTITUTO BUTANTAN. *Centro de Memória do Instituto Biológico de São Paulo: Acervo Afrânio do Amaral*. BR SPIB AFA. Documentos fotográficos: 344 itens (fotografias, negativos, diapositivos); documentos iconográficos: 197 itens (ilustrações); documentos tridimensionais: 34 itens (medalhas). Disponível em: https://centrodememoria.butantan.gov.br/. Acesso em: 21 maio 2025.

REFERÊNCIAS

ADDE, Tiago Villac.; IUDÍCIBUS, Sérgio de.; RICARDINO FILHO, Álvaro Augusto.; MARTINS, Eliseu. A Comissão das Partidas Dobradas de 1914 e a contabilidade pública brasileira. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 25, p. 321-333, set./dez. 2014.

D'AGOSTINI, Silvana; REBOUÇAS, Márcia Maria.; VITIELLO, Nayte. Café: o sucesso de uma cultura, sua história consolidada. *São Paulo: Instituto Biológico, Centro de Comunicação e Transferência do Conhecimento*, [*On-line*]. Disponível em: https://biologico.agricultura.sp.gov.br/uploads/docs/pag/v4_1/reboucas.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

ALMEIDA, Marta de. São Paulo na virada do século XX: um laboratório de saúde pública para o Brasil. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 77-89, 2005.

ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n.44, p. 35-55, 2000.

ALVES, José Jerônimo. As ciências na Academia e as expectativas de progresso e modernização: Brasil - 1916-1919. *In:* DANTES, Maria Amélia M. (Org.). *Espaços da Ciência no Brasil (1800-1930).* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento. *In:* TRAVANCAS, I; ROUCHOU, J; HEYMANN, L. (Org.). *Arquivos pessoais:* reflexões multidisciplinares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

AZEVEDO, Fernando de. As Ciências no Brasil. Introdução. *In:* _____. *As Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

AZEVEDO, Nara. *Oswaldo Cruz:* a construção de um mito na ciência brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

AZEVEDO, Nara.; FERREIRA, Luiz Otávio. Os dilemas de uma tradição científica: ensino superior, ciência e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz, 1908-1953. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 581–610, abr./jun. 2012.

BARBOSA, Maria Ignez. *Vida cotidiana na Belle Époque carioca: entre a tradição e a modernidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. *A verdade sobre a Revolução de Outubro de 1930*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

BARRETO, Danielle Cristina dos Santos. *Uma trajetória familiar na ciência:* Evandro Chagas (1905-1940) e o estudo das endemias rurais no Brasil. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Qual era o projeto econômico varguista? *Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 41, n. 2, p. 345-382, abr./jun. 2011.

BATISTA, Eliana Evangelista. *A Bahia para os baianos:* acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930-1937). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos:* febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Manguinhos do sonho à vida:* a ciência na Belle Époque. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz; Fiocruz, 1990.

BENCHIMOL, Jaime Larry. (coord.). *Manguinhos do sonho à vida:* a ciência na Belle Époque*.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

BENCHIMOL, Jaime Larry.; SÁ, Magali Romero. *Adolpho Lutz e a medicina tropical no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

BENCHIMOL, Jaime Larry.; SILVA, André Felipe Cândido da. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 15, n. 3, p. 719-762, 2008.

BENCHIMOL, Jaime Larry.; TEIXEIRA, Luiz Antonio. *Cobras, lagartos e outros bichos:* uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan. Rio de Janeiro: UFRJ/Fiocruz, 1993.

BENCHIMOL, Jaime Larry.; SÁ, Magali Romero.; KODAMA, Kaori.; ANDRADE, Márcio Magalhães de.; CUNHA, Vivian da Silva. *Cerejeiras e cafezais:* relações médico-científicas entre Brasil e Japão e a saga de Hideyo Noguchi. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2009.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivo:* Estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. Estratégias jornalísticas no noticiamento de uma epidemia: a Gripe Espanhola em São Paulo. *In:* MONTEIRO, Y. N. (Org.). *História da saúde:* olhares e veredas*.* São Paulo: Instituto de Saúde, 2010. p. 13-26.

BIAGIOLI, Mario. *Galileu, Cortesão.* A Prática da Ciência na Cultura do Absolutismo*.* Coleção: História e Filosofia da Ciência. Porto Editora, mar. 2006.

BIRMAN, Patrícia. *Intelectuais, técnicos e o Estado:* a construção do saber e da ordem social no Brasil dos anos 1930*.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

BLOUNT, John Allen, III. A administração da saúde pública no estado de São Paulo: o serviço sanitário (1892-1918). *Revista de Administração de Empresas - RAE*, São Paulo, v. 12, n. 4, dez. 1972.

BOCCHI, Luna Abrano.; PATACA, Ermelinda Moutinho. A botânica no Museu Paulista (1895-1927). *Revista de História*, *[S. l.]*, n. 182, p. 1-33, 2023.

BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Maria Helena Marcondes Martins. Rio de Janeiro: Difel, 1996.

BOURDIEU, Pierre. As condições sociais da circulação internacional das ideias. *Enfoques - Revista Eletrônica*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão da biografia. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BORGMEIER, Thomas. Arthur Neiva. *Revista de Entomologia*, v. 11, n. 1, p. 5-10, 1940.

BORGMEIER, Thomas. Arthur Neiva: a propósito do seu 60º aniversário. *Revista de Entomologia*, v. 11, n. 1/2, p. 1-104, 1940.

CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. *In:* ABREU, Alzira Alves de.; BELOCH, Israel (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932:* a causa paulista. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. *In:* FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano:* o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 107-143.

CAPONI, Sandra. Trópicos, micróbios e vetores. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, suplemento, p. 111-138, 2002.

CAPRARO, André Mendes. Identidades imaginadas: futebol e nação na crônica esportiva brasileira do século XX. *Motriz:* Revista de Educação Física, v. 16, n. 4, p. 1061, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil:* o longo caminho*.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política: 1930-1945. *In:* ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua. *O saneador do Brasil:* saúde pública, política e integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868-1939). Tese (Doutorado). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019.

CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. *Juracy Magalhães e a construção do Juracisismo:* um perfil da política baiana. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2005.

CASA DE OSWALDO CRUZ. *A Ciência a caminho da roça:* imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil, entre 1911 e 1913. Rio de Janeiro: COC/Fiocruz, 1991.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. *Proteção do patrimônio natural brasileiro:* ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. *Poder, ideologia e saúde:* as ideias sanitárias no Brasil*, 1920-1940*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1985.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. A política científica de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 4, n. 1, p. 89-117, 1997.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Revista de Ciências Sociais*, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985.

CAVALCANTI, Juliana Manzoni. *A trajetória científica de Rudolf Kraus (1894-1932) entre Europa e América do Sul:* elaboração, produção e circulação de produtos biológicos. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril:* cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHIARADIA, Katia Nelsina Pereira. *Bastidores lobatianos da descoberta do petróleo em solo brasileiro*. Doutorado em Teoria e História Literária. Instituição de Ensino - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2016.

CUETO, Marcos. *Missionaries of science:* the Rockefeller Foundation and Latin America. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

CUKIERMAN, Henrique Luiz.; TEIXEIRA, Márcia de Oliveira. Cotidianos de Manguinhos. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 10, n. 19, p. 92-105, jan./jun. 2008. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819552006. Acesso em: 22 ago. 2025.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã:* o ensino superior da Colônia à Era de Vargas. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando. *Imperial Collegio de Pedro II:* o ensino secundário da boa sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História,* v. 22, n. 44, p. 131-166, 2002.

D'AVILA, Cristiane. Museu Nacional e Fiocruz: notas iniciais para uma historiografia das relações entre as duas instituições. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2018.

DEBASTIANI, Jesiane. O Conselho de Imigração e Colonização e suas ações na política imigratória brasileira (1938-1945). *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 29, n. 51, p. 490-507, 2022.

DINIZ, Eli. "Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais". *In:* PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DOSSE, François. A Idade Heroica. *In:* DOSSE, François. *O Desafio Biográfico:* escrever uma vida. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

DUARTE, Ivomar Gomes. O Código Sanitário Estadual de 1918 e a Epidemia de Gripe Espanhola. *Cadernos de História da Ciência - Instituto Butantan*, v. 5, 2009.

DUARTE, Luiz Fernando Dias (Org.). *Museu Nacional:* 200 anos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2022.

DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante:* o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil (1926-1945). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador - Uma história dos costumes*. São Paulo: Zahar, 1995.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FALCÃO, Paulo. *A esquerda brasileira e o antifascismo:* a Aliança Nacional Libertadora (1935). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FAUSTO, Boris. *Revolução de 1930:* historiografia e história*.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FARLEY, John. Parasites and the germ theory of disease. *In:* ROSENBERG, C; GOLDEN, J. *Framing diseases:* studies in cultural history. New Brunswick/ New Jersey, Rutgers University Press, p. 33-49, 1992.

FARLEY, John. *To Cast Out Disease:* A History of the International Health Division of the Rockefeller Foundation (1913-1951). Oxford; New York: Oxford University Press, 2004.

FERRAZ, Ofélia Pereira. *Arthur Neiva e o debate sobre a modernização do Brasil:* integração, raça e nação (1910-1922)*.* Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2018.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante:* Letrados, Instituições, Invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Unesp, 2000.

FERREIRA, Jorge. *A construção do Estado e da nação:* do Império ao Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano:* o tempo do nacional-estatismo – do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo (1930-1945). v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Luiz Otávio. Ciência pura versus ciência aplicada: a força da tradição positivista na ciência brasileira a comienzos do século XX. *Secuencia. Revista de Historia y Ciencias Sociales*, n. 41, p. 111-123, 1998.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, Madrid, v.L, fasc.2, p.107-123, 1998.

FONSECA, Cristina M. Oliveira*. Saúde no governo Vargas (1930-1945)*: dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

FONSECA FILHO, Octávio. Arthur Neiva. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 205, p. 73-88, 1944.

GALVÃO, Rodrigo Antonio Ramos. O Serviço Sanitário do Estado de São Paulo e a gripe espanhola em 1918. *Cadernos de História da Ciência*, 2021.

GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha:* formações urbanas da Noroeste Paulista*.* São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GÓIS JR., Edivaldo.; MELO, Victor Andrade de.; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. Para a construção da nação: debates brasileiros sobre educação do corpo na década de 1930. *Educação e Sociedade*, v. 36, n. 131, p. 343-360, 2015.

GOMES, Ana Carolina Vimieiro.; DALBEN, André. O controle médico-esportivo no Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo: aproximações entre esporte e medicina nas décadas de 1930 e 1940. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 18, n. 2, p. 321-335, 2011.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e justiça:* política social na era Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1981.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

GOMES, Ângela Maria de Castro.; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). *Intelectuais mediadores:* práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HABIB, Paula Arantes. *Saneamento, eugenia e literatura:* os caminhos cruzados de Renato Kehl e Monteiro Lobato (1914-1926). São Leopoldo: Associação Nacional de História, 2007.

HEILBRON, Jean. Toward a transnational history of the social sciences. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 44, n. 2, p. 146-160, 2008.

HEYMANN, Luciana.; NEDEL, Letícia (Org.). *Pensar os arquivos:* uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

HEYMANN, Luciana.; NEDEL, Letícia (Org.). De 'arquivo pessoal' a 'patrimônio nacional': reflexões acerca da produção de 'legados'. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZER E CIRCULAR IDEIAS: Ensaios sobre o Brasil, 2005, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento:* as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). *Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1993.

HOCHMAN, Gilberto.; LIMA, Nísia Trindade. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 2, p. 313-332, 2000.

HOCHMAN, Gilberto.; XAVIER, Paula.; PIRES-ALVES, Fernando. História, saúde e recursos humanos: análises e perspectivas. *In:* BARROS, A. F. R. do R.; SANTANA, J. P.; SANTOS NETO, P. M. (Orgs.). *Observatório de Recursos Humanos em Saúde no Brasil: Estudos e Análises*. Brasília: Ministério da Saúde / OPAS, 2004. v. 2. p. 37-50.

ILBAÑEZ, Nelson.; RONCON, Olga.; ALVES, Sofia Fabergé. Homens modernos e um novo modelo para o Brasil: A correspondência entre Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918-42). *Cadernos de História da Ciência - Instituto Butantan*, v. 8, 2012.

INSTITUTO OSWALDO CRUZ. *Carlos Chagas*. Disponível em: https://www.ioc.fiocruz.br/personalidades/carlos-chagas. Acesso em: 21 abr. 2025.

KEULLER, Adriana. *Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro:* cientistas, objetos, ideias, instrumentos (1876-1939). Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, 2008.

KODAMA, Kaori. A presença dos vulgarizadores das ciências na imprensa: a Sciencia para o povo (1881) e seu editor, Felix Ferreira. *Tempo*, v. 25, n. 1, 2019.

KODAMA, Kaori.; SÁ, Magali Romero. Intercâmbio científico entre Brasil e Japão: imigração, medicina e ciência (1908-1941). *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 6, n. 2, p. 217-229, 2013.

KROPF, Simone Petraglia*. Doença de Chagas, doença do Brasil:* ciência, saúde e nação (1909-1962). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

KROPF, Simone Petraglia*. Doenças tropicais, medicina tropical:* o Brasil e a invenção das margens (1900-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

KUBOHIRA, Ryo. Rupturas e continuidades no pensamento de Arthur Neiva acerca da imigração japonesa no Brasil entre 1920 e 1937*. Em Tempo de Histórias*, *[S. l.]*, v. 1, n. 34, p. 89-105, 2019. DOI: 10.26512/emtempos.v1i34.25124. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/25124. Acesso em: 14 set. 2025.

LAMARÃO, Sérgio.; URBINATI, Inoã Carvalho. Gripe Espanhola. *Atlas Histórico do Brasil*. FGV/CPDOC, 2016.

LEAL, Rhaiane das Graças Mendonça. *Nacionalismo militante:* uma análise de correspondência de Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918-1942). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2020.

LEAL, Rhaiane das Graças Mendonça.; SILVA, Andre Felipe Cândido da. O racismo em Mangas de Camisa: a questão racial na correspondência entre Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918-1942). *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*, v. 19, n. 1, p. 514-548, 2022.

LENT, Hermann. Arthur Neiva e seu tempo. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 75, supl. 1, p. 9-16, 1980.

LESSER, Jeffrey*. A invenção da brasilidade:* identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Ed. Unesp. 2015.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIMA, Natália Dias de Casado. Belle Époque tropical: a influência francesa e os modelos urbanos importados no Brasil. *Revista Semana de História*, v. 22, n. 1, p. 1-12, 2019.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil:* intelectuais e construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj, 1999.

LIMA, Nísia Trindade.; FONSECA, Cristina M. Oliveira.; HOCHMAN, Gilberto. *A saúde na construção do Estado nacional no Brasil:* reforma sanitária em perspectiva histórica*.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

LIMA, Nísia Trindade.; HOCHMAN, Gilberto. Saúde pública e construção nacional no Brasil: a Era Vargas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, n. 2, p. 329-338, 2003.

LOPES, José Sergio Leite. A história da ciência e o papel dos cientistas na política brasileira (1930-1945). *In:* KRIEGER, Maria Helena.; KRIEGER, José Ricardo de Santana (Orgs.). *Ciência, tecnologia e sociedade:* uma perspectiva latino-americana*.* Campinas: UNICAMP, 2010.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica:* os museus e as ciências naturais no século XIX*.* São Paulo: Hucitec, 1997.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. *In:* REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade:* a febre amarela no Brasil entre ciência e política. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2006.

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil:* um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: UNESP, 1999.

MACHADO, Maria Helena (Org.). *Os médicos no Brasil:* um retrato da realidade*.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. *A erradicação do Aedes aegypti:* febre amarela, Fred Soper e saúde pública nas Américas (1918-1968)*.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *Um Homem de Letras e de Ação:* a trajetória de Artur Hehl Neiva no campo imigratório do Brasil entre as décadas de 1930-1950. Tese (Doutorado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

MARTINS, Eder Luiz. *O Brasil durante o Estado Novo:* economia, empresariado e Estado (1930-1945). Dissertação (Mestrado em História Econômica). UNICAMP, Campinas, 2011.

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. Era Vargas: a Educação como Instrumento Político. *Revista Multidisciplinar Psicologia*, v. 14, n. 50, p. 835-853, maio 2020. ISSN 1981-1179. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/2481/3883. Acesso em: 25 ago. 2022.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira:* sociologia do campo intelectual no Brasil*.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sergio. A construção do trabalho intelectual. *In:* MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, Yara Nogueira. *Hanseníase:* História e poder no Estado de São Paulo. São Paulo, 1987.

MONTEIRO, Yara Nogueira. Prophylaxis and exclusion: compulsory isolation of Hansens disease patients in São Paulo. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 10, p. 95-121, 2003.

MORAES, Alice Ferry de. *Informação e inovação na vacina da peste da manqueira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho:* o anticomunismo no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTOYAMA, Shozo (Org.). *História das ciências e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MOURA, Emerson. Burocracia brasileira, reforma administrativa e Estado Novo: o papel do aparato administrativo no governo Vargas. *Revista Estudos Institucionais*, v. 2, n. 1, p. 367-400, jul. 2016.

NAXARA, Márcia R. C. *Estrangeiro em sua Própria Terra*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

NUNES, Cassiano. *O patriotismo difícil:* a correspondência entre Monteiro Lobato e Artur Neiva*. São Paulo: Copidart, 1981.*

OBEIDI, B. M. *et al.* Edmundo Navarro de Andrade e a eucaliptocultura no Brasil. *Museu/Centro de Memória do Instituto Biológico*, v. 12, n. 1, 2016.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. A revolução de 1930 e suas versões. *In:* ABREU, Alzira Alves de *et al*. (Orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro:* pós-1930. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. *In:* GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Regionalismo e centralização política:* partidos e Constituinte nos anos 30*.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEIXOTO, Priscila Bermudes.; CARVALHO, Leonardo Dallacqua. Memento lues, delenda lues! A profilaxia e o tratamento da sífilis na Revista de Medicina nos anos 1920. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 25, n. 40, 2018.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. *Entre Dimensões e funções educativas:* A trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional*.* Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

PINHO, Ana Luiza Caribé de Araújo. *De forasteiro a unanimidade:* a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934)*. 2010.* Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - FGV, Rio de Janeiro, 2010.

PINTO, César. Arthur Neiva: cientista e homem público. *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil*, ano 11, n. 1, p. 3-11, 1932.

PONTE, Carlos Fidelis.; LIMA, Nísia Trindade.; KROPF, Simone Petraglia. O sanitarismo (re)descobre o Brasil. *In:* PONTE, C. F.; FALLEIROS, I. (Orgs.). *Na corda bamba de sombrinha:* a saúde no fio da história*.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império:* relatos de viagem e transculturação*.* Bauru: Edusc, 1999.

PUMAR, Letícia. Almas sem Abrigo: o laboratório de fisiologia dos irmãos Ozório e os debates sobre ciência e educação na Primeira República. *Política & Sociedade*, v. 17, n. 38, 2018.

PUPO, João Aguiar. Uma campanha salutar: a luta contra a syfhilis em S. Paulo: sobre a organização de dispensários antivenereos e sua funcção prophylactica. *Revista de Medicina, São Paulo,* Brasil, v. 3, n. 20, p. 15-29, 1922. DOI: 10.11606/issn.1679-9836.v3i20p15-29. Disponível em: https://revistas.usp.br/revistadc/article/view/56840. Acesso em: 22 ago. 2025.

RABELO, Fernanda Lima. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 3, n. 6, 2015.

RABELO, Fernanda Lima. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos. *Revista de Administração Pública*, 2011.

RAJ, Kapil. Introduction. *In:* RAJ, Kapil. *Relocating modern science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. New York: Palgrave Macmillan, *[s.d.]*. p. 1-26.

RAJ, Kapil. Além do pós-colonialismo... e pós-positivismo: circulação e a história global da ciência*. Revista Maracanan*, n. 13, p. 164-175, dez. 2015.

RANGEL, Marcio Ferreira. *Um entomólogo chamado Costa Lima:* a consolidação de um saber e a construção de um patrimônio científico*.* Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

REBOUÇAS, Márcia Maria. Pelo resgate da memória documental das ciências e da agricultura: o acervo do Instituto Biológico de São Paulo. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 13, n. 4, 2006.

REBOUÇAS, Márcia Maria.; BACILIERI, Simone. Arthur Neiva: O ideal acima de tudo. *Páginas do Instituto Biológico*, v. 2, n. 2, 2005.

REBOUÇAS, Márcia Maria. *et al*. O Instituto Biológico e seu acervo documental. *Cadernos de História da Ciência*, v. 5, 2009.

REIS, José. Personalidades e instituições. Arthur Neiva, o homem e a obra. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 28, n. 6, p. 711-714, jun. 1976.

REZENDE, Joffre Marcondes de. *À sombra do plátano:* crônicas de história da medicina*.* São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim… um inventário da saúde pública. São Paulo - 1880-1930.* Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, 1991.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História, Ciência e Tecnologia - 70 anos do Instituto Biológico de São Paulo na defesa da agricultura*. São Paulo: Instituto Biológico, 1997.

SÁ, Dominichi M. de. *A ciência como profissão:* médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SÁ, Dominichi M. de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o 'imenso hospital'. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 16, suplemento 1, p. 333-348, 2009.

SÁ, Dominichi M. de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl. 1, p. 183-203, jul. 2009.

SÁ, Magali Romero.; KROPF, Simone Petraglia. The discovery of Trypanosoma cruzi and Chagas disease (1908-1909): tropical medicine in Brazil. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 13-34, jul. 2009.

SAKURAI, Célia. Primeiros polos da imigração japonesa no Brasil. *Revista USP*, n. 27, p. 32-45, 1995.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle, política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras/Editora da UNICAMP, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças:* cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. *História Social*, n. 24, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil:* a história de uma empresa nacional de ciência. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: CNPq, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon.; BOMENY, Helena Maria Bousquet.; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão:* tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 105-126, 1998.

SILVA, André Felipe Cândido da. *A trajetória científica de Henrique da Rocha Lima e as relações Brasil-Alemanha (1901-1956).* Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, André Felipe Cândido da. *Ciência nos cafezais:* a campanha contra a broca do café em São Paulo (1924-1929). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras da tradição:* luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Vinícius Carvalho da. Um ideal de ciência: José Leite Lopes e a história da física no Brasil. *Ciência e Sociedade*, CBPF, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.35-47, 2019.

SILVEIRA, Éder. Revisitando Artur Neiva: eugenia, educação física e identidade nacional. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2002.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil:* de Getúlio a Castelo (1930-1964). 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

SOUZA, Agnes Cruz de. Gustavo Capanema: presença e onipresença na educação brasileira. *Revista Eletrônica Saberes da Educação*, v. 5, n. 1, 2014.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. *Em busca do Brasil:* Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. *A Política Biológica como Projeto:* a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. Arthur Neiva e a ‘questão nacional’ nos anos 1910 e 1920. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 16, supl. 1, p. 249-264, 2009.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 1, n. 2, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, supl., p. 93-110, dez. 2016.

STEPAN, Nancy Leys. Beginnings of Brazilian science: Oswaldo Cruz, medical research and policy, 1890-1920. *Science, Technology and Society Occasional Papers*, n. 3, University of Sussex, 1976.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. *In:* HOCHMAN, Gilberto (Org.). *Cuidar, controlar, curar:* ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 331-392.

STEPAN, Nancy Leys. *Eradication: ridding the world of diseases forever?* London: Reaktion Books, 2011.

STEEDMAN, Carolyn. *Dust:* The Archive and Cultural History. Rutgers University Press, 2002.

STERN, Alexandra Minna. Eugenics, sterilization, and historical memory in the United States. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, supl., p. 195-212, dez. 2016.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:* ensaios sobre economia brasileira. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. Uma grande jornada científica: a viagem de Neiva e Penna*. Revista do Museu Paulista*, n. 11, p. 493-530, 1919.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. Duas palavras de desvaliosa apresentação. *In:* NEIVA, Arthur. *Daqui e de longe:* crônicas nacionais e de viagem*.* São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1927.

TEXEIRA, Izabel Mello.; SILVA, Edson Pereira. História da eugenia e ensino de genética. *História da Ciência e Ensino:* Construindo Interfaces*,* Rio de Janeiro, v. 15, p. 63-80, 2017.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, n. 15, p. 7-23, 1999.

TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor:* a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano (vol. 2). O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VENDRAMIM, José Djair. Plantas inseticidas e controle de pragas. *Informativo da Sociedade Entomológica do Brasil*. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2000. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001220977. Acesso em: 19 ago. 2025.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. Concretização do ideal: 1908-29. *In:* VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Henrique Morize e o ideal de ciência na República Velha*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

VIEIRA, Ana Paula Leite. *O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

VISCARDI, Cláudia M. R. *O teatro das oligarquias:* uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WERLE, Bibiana. Memória da campanha de nacionalização nas regiões de imigração. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 2012, Recife. *Anais [...].* Recife: UFRPE, 2012.

WEINSTEIN, Barbara. Racializando as diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932. *Esboços:* histórias em contextos globais, *[S. l.]*, v. 13, n. 16, p. pp. 281-303, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/133. Acesso em: 10 set. 2024.

WOODARD, James P. Regionalismo paulista e política partidária nos anos vinte. *Revista de História*. São Paulo, n. 150, pp.41-56, 2004.

WORBOYS, M. Germs, Malaria and the Invention of Mansonian Tropical Medicine: From ‘Diseases in the Tropics’ to ‘Tropical Diseases. *In:* ARNOLD, David (ed.). *Warm Climates and Western Medicine:* The Emergence of Tropical Medicine 1500-1900. Amsterdan/Atlanta: Rodopi, 1996. p. 181-207.